

A Construção do Outro na Opinião Pública: representações contemporâneas do Brasil e dos brasileiros na sociedade portuguesa

Ester Amaral de Paula Minga

Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação

Agosto, 2019

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Doutor em Ciências da Comunicação, realizada sob a orientação científica do Professor
Doutor João Pissarra Esteves

AGRADECIMENTOS

O percurso desta tese, apesar de rico, não foi fácil, porém algumas pessoas foram essenciais ao ajudar-me a percorrê-lo, e merecem uma palavra de agradecimento.

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, João Pissarra, por ter me acolhido como sua orientanda e, ao longo destes anos, com o seu elevado nível de rigor e leitura sempre atenta, ter me estimulado a burilar o meu trabalho e almejar o meu melhor.

Agradeço aos meus pais, José Eduardo e Maria de Jesus, pelo enorme apoio que sempre dispensaram aos filhos para prosseguirem seus estudos. Sem o seu afeto e auxílio financeiro, essa tese não seria possível.

Agradeço aos meus tios, Maria da Ascensão e Francisco, por auxiliarem-me nos primeiros tempos em Lisboa e também durante a execução da tese, seja ao revisarem meus escritos, ao auxiliarem-me com textos em francês ou ao apresentarem-me contactos para entrevistas e grupos de foco.

Agradeço à Luana, ao Fábio e à Mônica pela amizade querida e por sempre estarem disponíveis a ouvir-me e a transmitir-me mensagens de ânimo. Agradeço ao Víctor pelo companheirismo, conversas estimulantes e as sempre excelentes sugestões de leitura. Escrever a tese literalmente ao seu lado foi um bálsamo.

Agradeço às amigas “lisboetas” Naiara e Keith e a tantas pessoas incríveis que eu conheci ao longo desses anos em Portugal e que foram tão importantes e permanecem tão queridas.

Por fim, um agradecimento especial àqueles que generosamente se dispuseram a participar desta investigação por meio da participação em grupos de foco ou entrevistas: Jair, Cynthia, Maria Magdala, Derkian, Joesmara, Elaine, Gisele, Tânia, Thales, Lília, Lucinha e Mariana.

A todos, minha gratidão!

A CONSTRUÇÃO DO OUTRO NA OPINIÃO PÚBLICA: REPRESENTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO BRASIL E DOS BRASILEIROS NA SOCIEDADE PORTUGUESA

ESTER AMARAL DE PAULA MINGA

RESUMO

A partir das alterações na conjuntura socioeconómica e no fluxo migratório entre Portugal e Brasil suscitadas pela crise económica de 2008, nomeadamente o aumento do desemprego em Portugal e a consequente diminuição da comunidade estrangeira no país (inclusive a brasileira), em conjugação com a retomada do movimento emigratório, que também contemplou o Brasil, então a atravessar uma conjuntura económica favorável, esta tese parte da hipótese de que tais mudanças geraram modificações nas representações do Brasil e dos brasileiros presentes na opinião pública portuguesa. Para verificar a validade desta hipótese, debruçámo-nos sobre o conjunto das edições dos jornais *Público* e *Expresso* publicadas entre os anos de 2000 a 2005 e de 2010 a 2015, e selecionámos as peças em que este país e a sua população aparecem em destaque. Posteriormente, distribuímos este material pelas três principais categorias temáticas – a imigração brasileira em Portugal, a emigração portuguesa para o Brasil e a substituição de imigrantes brasileiros – e analisámos o conjunto de textos que as integram com o auxílio de uma análise crítica do discurso e de uma análise de enquadramentos. Recorremos também para este estudo a diversos autores que nos ajudaram a operacionalizar conceitos como os de representações sociais, identidade social, ideologia, estereótipo e afins; e explorámos, ainda, as origens das imagens mais comuns em Portugal acerca do Brasil e dos brasileiros, já seculares e de forte índole colonial e eurocêntrica. Após a análise ao discurso jornalístico, dinamizámos alguns grupos de foco e entrevistas a imigrantes brasileiros (alguns deles com posição de liderança na comunidade) com presença em Portugal anterior a 2009, tendo por objetivo não apenas verificar a validade das conclusões anteriormente estabelecidas, mas sobretudo compreender de forma mais abrangente como estas pessoas percebem a evolução das representações sociais sobre si mesmas e o seu país, presentes nos media e na vida quotidiana, a nível da interação direta com os portugueses. Por fim, discutimos os resultados obtidos a partir de diferentes teorias sobre a opinião pública. Nomeadamente, à luz de uma leitura do conceito mais próxima dos seus fundamentos estabelecidos no período moderno, conforme a formulação de Jürgen Habermas; de uma abordagem de tipo mais sociológico, como primeiro foi estabelecida por Gabriel Tarde; e, por último, a proposta original desenvolvida por Niklas Luhmann, em que a opinião pública emerge como um dispositivo sistémico de seleção. Esta discussão permite-nos concluir que, se houve alterações temáticas entre os dois períodos na cobertura dos jornais sobre o Brasil e os brasileiros, e se uma representação mediática mais acentuadamente estereotipada diminuiu ao longo destes anos, as representações sobre o Brasil e sua população que circulam mais habitualmente na sociedade portuguesa continuam a revelar uma forte marca de subalternização do outro, de tipo colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Opinião Pública; Imigrantes Brasileiros; Representações Sociais; Estereótipos; Jornalismo.

ABSTRACT

Taking into consideration the changes in the socio-economic conjuncture and in the migration flow between Portugal and Brazil caused by the economic crisis of 2008, namely the increase of unemployment in Portugal and the consequent decrease of the foreign community in the country (including the Brazilian one), in addition with the reemergence of the emigration movement, which also contemplated Brazil, then living a good economic moment, this work is based on the hypothesis that this situation promoted changes in the representations of Brazil and Brazilians in Portuguese public opinion. To verify the legitimacy of this hypothesis, we collected all the editions of *Público* and *Expresso* newspapers published between 2000 and 2005 and between 2010 and 2015, and selected the pieces in which the aforementioned country and its population are highlighted. Subsequently, we classified this material into three main thematic categories - Brazilian immigration in Portugal, Portuguese emigration to Brazil and the prostitution of Brazilian immigrants - and examined the set of texts methodically employing critical discourse analysis and framing analysis. We also deal in this study with several authors who helped us to operationalize concepts such as social representations; social identity, ideology; stereotype and alike; we also investigated the origins of the most common images in Portugal about Brazil and Brazilians, already secular and strongly colonial and Eurocentric. After analyzing the journalistic discourse, we conducted some focus groups and interviews with Brazilian immigrants (some of them with leadership position in the community) that were present in Portugal prior to 2009, aiming not only to confront the conclusions previously established, but above all, to understand more profoundly how these people perceive the evolution of their own social representation and their country's in the media and in daily life, in terms of direct interaction with Portuguese people. Finally, we discuss the results obtained from the perspective of different theories about public opinion. Namely, in the light of a reading of the concept closest to its foundations established in the Modern period, as formulated by Jürgen Habermas; of a more sociological approach, as first established by Gabriel Tarde; and finally, the original proposal developed by Niklas Luhmann, in which public opinion emerges as a systemic device of selection. This discussion allows us to conclude that, if there were thematic changes between the two periods in the coverage of newspapers about Brazil and Brazilians and, if a more sharply stereotyped media representation decreased over these years, the representations about Brazil and its population that are circulating more commonly in the Portuguese society continue to reveal a strong mark of other's subordination, of colonial accent.

KEYWORDS: Public Opinion; Brazilian immigrants; Social Representations; Stereotypes; Journalism.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, IDENTIDADES SOCIAIS, ESTEREÓTIPOS E IDEOLOGIAS: CONCEITOS E TEORIAS PARA COMPREENSÃO DO “NÓS” E DO “ELES”	18
Introdução.....	18
As representações sociais	24
Modelos, representações sociais e scripts em Teun van Dijk	33
O conceito de estereótipo em Lippmann	38
Imaginários sociais.....	47
Identidades sociais	57
Etnicidade	69
Considerações finais.....	77
A MÚTUA (RE)PRODUÇÃO DE IMAGENS: IDENTIDADES CULTURAIS BRASILEIRA E PORTUGUESA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UNS E OUTROS	80
Introdução.....	80
Emigração portuguesa e brasileiros torna-viagem	81
Representações, autoimagem e identidade cultural.....	86
A imagem da mulher brasileira.....	95
“Novos Brasis”	103
Lusofonia.....	111
A cobertura do Público e Expresso sobre os 500 anos de achamento do Brasil	119
Considerações finais.....	123
O BRASIL E OS BRASILEIROS NAS PÁGINAS DO PÚBLICO E EXPRESSO ...	127
A emigração portuguesa para o Brasil: narrativa epopeica.....	134
Emigração portuguesa	134
Tema (quase) ausente	138
Narrativa da “emigração qualificada”	145
Brasil: destino da nova emigração portuguesa.....	149

A cordialidade brasileira e o modo português de estar no mundo.....	156
Um novo “retorno das caravelas”.....	161
Considerações finais.....	176
Os imigrantes brasileiros: entre representações positivas e negativas	179
O fenómeno imigratório	179
A imigração brasileira	185
A presença gradual da 2. ^a vaga	193
Os brasileiros como a primeira comunidade imigrante.....	202
Representações problemáticas	213
A polémica dos imigrantes retidos.....	215
Considerações sobre o primeiro período de análise	219
O fenómeno imigratório no contexto de crise económica	220
A evasão da comunidade brasileira	223
Artigos de opinião, representações e identidades sociais	230
Os imigrantes que permanecem e os que chegam a Portugal	234
O tímido retorno da problemática da imigração ilegal	245
Considerações finais.....	246
Sexualidade exotizada: a imagem da mulher brasileira em Portugal.....	250
A imigrante brasileira em Portugal	250
Mães de Bragança	257
Reverberações mediáticas	267
A cobertura entre os anos de 2010 a 2015	274
Quinta do Grilo: dez anos após as “Mães de Bragança”	279
Considerações finais.....	283
O DISCURSO DOS IMIGRANTES BRASILEIROS	288
Introdução.....	288
Fronteiras nebulosas.....	296
Primeiro grupo de foco	301
Segundo grupo de foco	309

Entrevista em dupla.....	316
Considerações sobre os grupos e a entrevista	323
Entrevista a Cyntia de Paula	326
Entrevista a Jair Rattner.....	330
Entrevista a Maria Magdala.....	335
Considerações finais.....	343
A CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA SOBRE O BRASIL E OS BRASILEIROS: ENTRE A INFLUÊNCIA DE IMAGENS ARREIGADAS E A AÇÃO DE PÚBLICOS ENGAJADOS.....	347
Introdução.....	347
A Opinião Pública na modernidade tardia	353
A Opinião Pública como conceito sociológico	358
Considerações sobre os resultados obtidos à luz do pensamento tardeano	365
Opinião Pública: a estrutura temática da comunicação pública	369
Tematização: perspectiva cognitivista para o estudo dos efeitos dos media	375
A persistência do paradigma moderno de opinião pública	382
Considerações finais: a atuação dos imigrantes na sociedade civil.....	387
CONCLUSÃO	390
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	400
ANEXOS.....	Vol. II
Grupo de foco I.....	2
Grupo de foco II.....	28
Entrevista: Lucinha e Mariana.....	49
Entrevista: Cyntia de Paula.....	65
Entrevista: Jair Rattner.....	79
Entrevista: Maria Magdala.....	92
Peças analisadas.....	109

INTRODUÇÃO

Esta tese nasce do interesse pessoal da autora em investigar os processos que engendram a formação e o estabelecimento de uma opinião pública na atualidade, isto a partir das diferentes perspetivas que se debruçam sobre este conceito (nomeadamente, uma abordagem mais clássica, com origens na modernidade, e outra de perfil mais sociológico). A partir desta motivação inicial, a questão da representação do Brasil e dos brasileiros na opinião pública portuguesa mostrou-se para nós um caso ideal para um estudo deste tipo, tendo em consideração não apenas as relações históricas entre os dois países¹ (e as representações construídas nesse âmbito), mas também a sua conjuntura recente e respetivos fluxos migratórios.

Isto porque, a partir dos efeitos despoletados pela crise económica de 2008, os portugueses retomaram o movimento emigratório com uma intensidade similar à verificada na década de 1960 (Peixoto et al., 2016), estando o Brasil incluído entre os destinos contemplados (o país, em contraste com a situação das principais economias mundiais, passava então por um momento económico e social de grande otimismo). Neste cenário díspar, a comunidade brasileira que desde a década de 1980 tinha estado sempre a crescer, chegando a ultrapassar em 2007 a cabo-verdiana como principal contingente estrangeiro em Portugal², entrou em declínio, ao mesmo tempo, porém, que, paradoxalmente, os estudantes brasileiros se tornavam o principal contingente estrangeiro do ensino superior português (por efeito dos programas de fomento governamentais como o *Ciências sem Fronteiras*)³.

¹ Relações iniciadas num processo clássico de colonização e mantidas já após a independência a partir, sobretudo, de um expressivo fluxo migratório de Portugal para o Brasil que se manteve intenso até a década de 1950, depois revertido a partir dos anos 1980, o que tornou os brasileiros nas décadas seguintes e até hoje na maior comunidade estrangeira em Portugal.

² Referimo-nos apenas aos imigrantes com situação regular no país, segundo os dados apresentados anualmente pelos Relatórios Estatísticos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF (informação disponível em: <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>). Em relação aos imigrantes em situação irregular, não há dados fiáveis sobre o seu número exato, mas é suposto que qualquer comunidade estrangeira é sempre maior do que os números oficiais sobre os seus membros em situação regularizada.

³ Segundo dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência – DGEEC, até ao ano letivo de 2008-2009, os alunos cabo-verdianos e angolanos superavam os alunos brasileiros no ensino superior português, porém no ano letivo seguinte a situação alterou-se, passando estes a representar 24,44% do total de inscritos no ensino superior português. Assinala-se que o programa *Ciências sem Fronteiras* foi lançado em 2011 pelo governo brasileiro (Suelda & Iorio, 2013).

O novo cenário traz uma imagem do imigrante brasileiro em Portugal diferente do perfil da anterior vaga⁴: já não um sujeito proletarizado e com baixas qualificações, mas agora alguém mais qualificado. O país surgia, também, diferente aos olhos dos portugueses, então desejosos de fugir à crise no seu país. Partimos da hipótese de que estas alterações no panorama socioeconómico dos dois países e no seu fluxo migratório poderiam engendrar, provavelmente, alterações na imagem mais comum sobre o Brasil e os brasileiros presente no discurso jornalístico e, assim, influenciando a opinião pública.

Para verificarmos a validade desta hipótese, elegemos os jornais de referência *Público* e *Expresso*, nos períodos de 2000 e 2005 e de 2010 e 2015, em que seleccionámos peças em que o Brasil e os brasileiros aparecem em destaque. Por razões diversas, esta seleção teve de ser feita de modo manual, a partir dos exemplares depositados na Biblioteca Nacional de Portugal. Ao debruçarmo-nos sobre este material, identificámos três temáticas como preponderantes, em ambos os períodos: a imigração brasileira em Portugal, a emigração portuguesa para o Brasil e a prostituição de imigrantes brasileiras. Claro que há diferenças entre os dois períodos relativamente ao número de textos sobre cada um dos temas (como é fácil supor, por exemplo, o tema da emigração portuguesa esteve mais presente entre os anos de 2010 e 2015), porém estes três assuntos afiguraram-se claramente como os principais congregadores de referências ao país e à sua população nos doze anos abrangidos por esta nossa investigação.

Para analisarmos os diferentes textos recolhidos – incluindo notícias, reportagens, entrevistas, editoriais e afins, tendo ficado apenas de fora da nossa seleção as cartas dos leitores –, optámos por recorrer a uma análise crítica do discurso e a uma análise de enquadramentos, inspiradas nos trabalhos desenvolvidos por Teun A. van Dijk, Norman Fairclough e Robert Entman, entre outros. A escolha destas ferramentas em detrimento de uma análise de conteúdo, por exemplo, justifica-se por entendermos que apenas uma análise mais detalhada sobre as estruturas do discurso (os seus aspetos retóricos, estilísticos e sintáticos, sobretudo), e não uma simples análise semântica, pode revelar de forma abrangente o modo como a representação do Outro – no nosso caso, o Brasil e os brasileiros – é construída no discurso.

⁴ Este movimento, segundo Jorge Macaísta Malheiros (2007), iniciou-se em 1999 e com uma intensidade tal (muito superior à da primeira vaga, surgida na década de 1980) que fez com que a comunidade aumentasse exponencialmente e se tornasse majoritária em Portugal. Lembramos ainda que no mesmo ano em que se iniciou essa segunda vaga, o Brasil também viveu uma crise cambial, o que provavelmente a potenciou.

Com o desenrolar deste trabalho, sentimos a necessidade de secundar a análise referida das notícias com um estudo mais aprofundado acerca da questão dos estereótipos, representações sociais e afins. Em consonância ao assinalado por Norman Fairclough (2001), segundo o qual ao empreender uma análise crítica do discurso, torna-se também necessário ter em atenção a dimensão sociocultural do tópico analisado, notámos que as representações do Brasil, do imigrante brasileiro e da mulher brasileira que emergiram do discurso jornalístico estavam relacionadas com imagens já arreigadas sobre este país e o seu povo, assim como tais representações também dialogavam com um imaginário social sobre a identidade cultural portuguesa. Foi necessário, por conseguinte, debruçarmo-nos sobre diversos autores que trabalharam os estereótipos da malandragem, da indolência, da descontracção e da sensualidade – estereótipos associados aos brasileiros (este último, principalmente às brasileiras); e ainda outros autores que nos ajudam a analisar a construção, ao longo dos séculos, de um imaginário da identidade cultural portuguesa.

O que retemos do estudo destas fontes é que muitos dos estereótipos relacionados com o Brasil e os brasileiros conformam o que é identificado, até hoje (apesar de se poder já observar alguma contestação dessa imagem mais tradicional), como a identidade cultural brasileira; tal como esta foi sendo construída pelo Estado e pela cultura popular brasileira no período pós-independência, porém com recurso a representações estabelecidas já desde o período colonial, após o achamento do Brasil e que se foram tornando hegemónicas ao longo dos séculos. Observamos, por exemplo, que se a imagem sensualizada da mulher brasileira tem uma abrangência quase mundial, pois este estereótipo pode estar presente em lugares tão díspares quanto os Estados Unidos, a Itália ou o Japão (Padilla, 2007), isto deve-se ao facto de tal imagem ter sido bastante explorada sobretudo, pela canção popular brasileira e também pelo próprio Estado para fins de promoção do turismo; mas tudo isto se alimentou de uma espécie de enviesamento, chamemos assim, já presente na *Carta de Achamento*, de Pero Vaz de Caminha, na forma como aí é feita a descrição das nativas.

Mas a evolução das imagens que formam uma identidade cultural, conforme estas são representadas, ou o que podemos designar como a sua atualização ao longo dos séculos, encontra-se também dependente dos lugares por onde elas circulam socialmente. Constatamos, assim, que essa imagem sensualizada da brasileira havia sido reforçada em Portugal durante a década de 1970 com a popularização das telenovelas, as quais, para uma sociedade recém-saída de um regime conservador, expunham comportamentos

arrojados em termos de costumes; isto acabou por dar origem a um processo de metonimização da figura da imigrante brasileira como prostituta, a partir do início do presente século, com uma enorme exposição mediática de casos de prostituição e tráfico de imigrantes brasileiras. De modo similar, observamos que o comum estereótipo da malandragem associado aos brasileiros – também um signo forte da autoimagem do país, poetizado por exemplo no samba (Bosco, 2017) – foi associado em Portugal à figura do “brasileiro torna-viagens”.

Como explica Jorge Fernandes Alves (1999a), estes “brasileiros” correspondiam a emigrantes portugueses retornados por meados do séc. XIX que, ao alardearem a fortuna amealhada no Brasil por meio de habitações, trajes e costumes considerados extravagantes por cá, foram caracterizados de forma satírica em jornais e romances, como alguns de Camilo Castelo Branco, em que também se lançavam dúvidas sobre as origens do capital acumulado além-mar. Mais recentemente, esta associação do brasileiro à figura de um embusteiro (malandro) foi reforçada pela intensa cobertura mediática de casos de violência urbana no Brasil e por uma situação em concreto em Portugal, também de grande violência e envolvendo brasileiros. Este caso (assalto a um balcão bancário) ocorreu já no início do presente século – no auge do fenómeno imigratório em Portugal – quando não só em relação aos imigrantes brasileiros, o discurso jornalístico passou a enfatizar a nacionalidade, o território de origem ou a etnia dos participantes de situações de crime e afins; facto apontado como evidência de preconceito no discurso jornalístico e que originou um grande debate à volta da representação mediática das minorias étnicas e migrantes (conforme se encontra documentado no relatório produzido pelo Observatório da Comunicação – Obercom em 2003).

Também observamos uma evolução das imagens que compõem a identidade cultural portuguesa em que, apesar da postura imperial ser sempre muito evidente (Machado, 2003), realçando o que seria uma suposta vocação inata dos portugueses para descoberta e colonização de territórios, a partir do exemplo dos heróis da era dos descobrimentos – tempo áureo da nação; a partir de meados do séc. XX, o Estado Novo passou a adotar como ideologia oficial e a promover por meio de instrumentos de propaganda a teoria luso-tropicalista, desenvolvida pelo antropólogo brasileiro Gilberto Freyre (Brito & Rosas, 2006), como forma de contornar um contexto desfavorável em que os ventos da descolonização sopravam em todo o mundo. O luso-tropicalismo destaca a predisposição dos portugueses para a miscigenação, que foi transformada pelos

ideólogos do regime em sinal de ausência de racismo dos portugueses e afirmação de um peculiar colonialismo à portuguesa, sem etnocentrismo violento – subtendia-se – como aquele imposto por outros colonizadores europeus. Mais recentemente, observamos nas peças e reportagens dedicadas à emigração portuguesa para o Brasil no contexto de crise económica por cá, a evocação de novo desta imagem de povo desbravador e de fácil adaptação a outros territórios para caracterizar os novos emigrantes.

Tal como ao iniciarmos a análise dos textos jornalísticos vimos a necessidade de procurar as origens das imagens mais comuns sobre o Brasil e os brasileiros que surgiram nos media, também percebemos que seria necessário realizar um exame mais acurado, a nível teórico, de uma série de conceitos com que nos deparámos: representações sociais, estereótipos, identidade social, imaginário social, ideologia... Nesta espécie de estado da arte acerca dos conceitos e teorias que se debruçam sobre a construção de um “nós” e um “eles”, a teoria das representações sociais, desenvolvida por Serge Moscovici, acabou por adquirir uma dimensão fundamental neste trabalho; a partir dela pudemos compreender como se dá essa evolução das representações sociais, que se disseminam na sociedade por meio de atos comunicativos tanto de ordem da interlocução quanto mediáticos, mas sempre a partir de duas ações fundamentais: a “ancoragem” e a objetificação” – as novas representações sociais estão sempre de alguma forma relacionadas com representações sociais mais antigas.

Relativamente à ancoragem, isto significa que ao surgir um fenómeno novo, a representação social que se estabelece deste dialoga com representações sociais mais antigas sobre temas similares, como por exemplo a representação social já hegemónica da mulher brasileira como dotada de extrema sensualidade e que, com o *boom* de notícias no início do século sobre imigrantes brasileiras que se prostituíam em Portugal, gerou uma nova representação social em que estas imigrantes passaram a ser associadas ao comércio sexual. A objetificação, por seu lado, diz respeito à associação de uma representação social a uma imagem ou algo mais palpável, que assim facilmente a poderá identificar. Neste sentido, pois, compreendemos a naturalidade com que notícias sobre o Brasil são ilustradas com imagens de praias, desfiles de carnaval e mulheres em trajes mínimos...

No entanto, ante a falta de uma reflexão mais crítica no interior da teoria das representações sociais que discuta, por exemplo, a razão de geralmente as representações sociais hegemónicas favorecerem os grupos dominantes da sociedade, consideramos

importante, também, debruçarmo-nos sobre o conceito de estereótipo, conforme desenvolvido por Walter Lippmann, e a análise crítica do discurso, de Teun van Dijk, em que este autor discorre sobre o facto de as ideologias dos grupos sociais dominantes controlarem a produção e disseminação das representações sociais sobre o “nós” e o “eles”. Chegámos assim, também, aos conceitos – inter-relacionados – de imaginário social e ideologia que, no contexto do nosso estudo, apresentam um forte cariz eurocêntrico e colonial. Apesar de qualquer especificidade do colonialismo português (Santos, 2001), que, em meados do séc. XX com o luso-tropicalismo, se revestiu da crença numa ausência de racismo, observamos que o imaginário social que o abrange não apenas condicionou o desenvolvimento de representações sociais acerca do carácter português, como também, claramente, orientou a produção de representações sociais sobre os sujeitos colonizados. Esta forma exotizada do colonizador europeu representar os colonizados foi posteriormente incorporada, como explica Stuart Hall (1990), no processo de construção de uma identidade cultural destes mesmos sujeitos, a razão pela qual vários dos traços mais representativos da autoimagem do Brasil e dos brasileiros terem por origem essas representações estabelecidas pelo colonizador português.

Assim, no primeiro capítulo desta tese, “Representações Sociais, Identidades Sociais, Estereótipos e Ideologias: Conceitos e Teorias para Compreensão do ‘Nós’ e do ‘Eles’”, discutimos estes conceitos e, ainda, os conceitos correlatos de imaginário social, etnicidade e exotização; sobretudo a partir do viés da representação mediática e com o contributo de autores como Serge Moscovici, Walter Lippmann, Bronislaw Baczko e Teun van Dijk, entre outros. No capítulo seguinte, “A Mútua (Re)Produção de Imagens: Identidades Culturais Brasileira e Portuguesa e as Representações Sociais de Uns e Outros”, após a discussão teórica anteriormente estabelecida, aproximamo-nos do contexto histórico de formação e estabelecimento das representações sociais mais comuns sobre o Brasil, os brasileiros e os portugueses. Finalmente, após este necessário regresso às origens, procedemos à análise do discurso jornalístico no terceiro capítulo, “O Brasil e os Brasileiros nas Páginas do *Público* e *Expresso*”; composto pelos seguintes subcapítulos: “A emigração portuguesa para o Brasil: narrativa epopeica”, “Os imigrantes brasileiros: entre representações positivas e negativas” e “Sexualidade exotizada: a imagem da mulher brasileira em Portugal”.

Como este trabalho tem por objetivo compreender, a partir de dois períodos distintos, a evolução das representações sobre o Brasil e os brasileiros na opinião pública

portuguesa, e não apenas na opinião publicada, julgámos importante promover, também, grupos de foco e entrevistas com imigrantes brasileiros com presença em Portugal anterior a 2009. A decisão de realizar este *audience study* com imigrantes brasileiros e não com o público português justifica-se por considerarmos serem os primeiros os mais bem posicionados para identificarem e refletirem – considerando a perspectiva comparativa, entre dois períodos bastante próximos, deste trabalho – sobre as representações do Brasil e dos imigrantes brasileiros que circulam socialmente e que estão presentes no discurso jornalístico, e como evoluíram ao longo dos anos. O objetivo em princípio era realizar diversos grupos de foco com imigrantes de perfis socioeconómicos diversificados, todavia face a dificuldades operacionais surgidas, esta secção da tese acabou por ter de se circunscrever a uma expressão mais modesta, embora não menos importante, considerando as profícuas reflexões que acabou por inspirar.

Considerando o carácter altamente mediatizado da realidade atual e a consequente ubiquidade em que se dá o consumo mediático (Carvalho, 2008), na condução das entrevistas e grupos de foco, procurámos não restringir a discussão ao material por nós previamente analisado, deixando assim as pessoas com liberdade para discorrerem sobre representações do Brasil e dos imigrantes brasileiros, que considerassem problemáticas, presentes noutros suportes jornalísticos, para além de situações vivenciadas no seu quotidiano. Identificámos, assim, a tendência que se viria a afirmar como essencial para a nossa reflexão posterior: os imigrantes com características socioeconómicas mais simples não reconhecem uma evolução positiva ao longo dos anos mais recentes no que diz respeito à expressão de preconceito e discriminação direcionados aos brasileiros, tanto a nível do discurso dos media quanto no dia-a-dia. No nosso contacto com os denominados “especialistas” sobre a questão migratória e a sua representação mediática tomámos conhecimento, também, de ações importantes empreendidas por este público mais interessado e mobilizado, na luta contra representações mediáticas de imigrantes brasileiros consideradas problemáticas e suscitadoras de situações discriminatórias no quotidiano. Esta análise e discussão de conteúdos com origem nos grupos de foco e nas entrevistas está presente no quarto capítulo: “O Discurso dos Imigrantes Brasileiros”.

No quinto e último capítulo, “A Construção da Opinião Pública Sobre o Brasil e os Brasileiros: Entre a Influência Hegemónica de Imagens Arreigadas e a Ação de Públicos Engajados”, discutimos os dados obtidos a partir de uma análise crítica do discurso jornalístico e do discurso dos imigrantes brasileiros, no contexto de algumas das

principais teorias sobre a opinião pública. Nomeadamente, as reflexões desenvolvidas por Jürgen Habermas sobre a possibilidade ainda hoje de identificar, em determinadas circunstâncias, a expressão de uma opinião pública digna deste nome, segundo o paradigma moderno – apesar de todos os constrangimentos impostos ao seu livre estabelecimento. Ou seja, uma opinião pública que emerge de um espaço público (físico ou simbólico) em que os seus participantes conduzem sem restrições uma discussão orientada para o entendimento mútuo, alcançável em função de uma condução racional dessa mesma discussão (ou da comunicação pública em sentido lato).

Como ficámos a conhecer a partir do contacto com os imigrantes, houve determinados momentos e circunstâncias em que um público formado por imigrantes brasileiros, reunidos em movimentos e organizações sociais como a *Casa do Brasil de Lisboa*, por exemplo, se mobilizaram no sentido de denunciar o que consideravam ser uma representação mediática discriminatória sobre os próprios e apresentar propostas para uma mudança a este nível. Todavia, o que emergiu como dado mais forte da nossa análise do material jornalístico, e que foi de certa forma corroborado pelos imigrantes contactados, foi a persistência de um imaginário social secular, de origem eurocêntrica, imperial e colonial, no que diz respeito à representação do Brasil e dos brasileiros, apesar das alterações temáticas verificadas na cobertura dos jornais entre os dois períodos estudados. Esta conclusão encaminhou-nos para as análises de Gabriel Tarde acerca da opinião pública.

Filósofo, sociólogo e criminologista francês do séc. XIX, Tarde não desenvolveu uma análise propriamente dita sobre a opinião pública, enquanto *constructo* teórico unitário, porém os seus trabalhos sobre os públicos, a opinião e a conversação foram responsáveis por reorientar o estudo de um conceito, que até então havia sido empreendido numa perspetiva essencialmente filosófica, num sentido sociológico. Esta forma de abordagem da opinião pública viria a afirmar-se como predominante ao longo de todo o séc. XX e até aos dias de hoje. Mais recentemente, este autor cativou um interesse renovado por parte da comunidade académica, o que poderemos até classificar como uma “redescoberta”, tendo as suas ideias influenciado diferentes teorias e campos de estudo, como a já referida teoria das representações sociais e o conceito da espiral do silêncio, desenvolvido por Elisabeth Noelle-Neumann.

Para nós, no âmbito deste trabalho, emergem como aspetos mais interessantes da obra de Tarde, a ênfase dada pelo autor ao surgimento da imprensa e os posteriores

avanços tecnológicos que permitiram que a informação se disseminasse de forma mais veloz e os jornais chegassem com mais rapidez a um espaço geográfico cada vez mais amplo, possibilitando assim, já em meados do séc. XIX, a emergência de um público cujos membros se influenciam mutuamente não a partir da sua proximidade física, mas da leitura quotidiana das mesmas notícias. Por aquilo que denomina de “consciência de unanimidade simultânea” – a certeza que um leitor tem de que ao mesmo tempo, ou quase, que toma conhecimento de algo através do jornal diário, outros leitores também o fazem –, Tarde antecipa o argumento de base do conceito de espiral do silêncio, que viria a ser desenvolvido apenas na década de 1970: a necessidade que os indivíduos sentem em coadunar as suas opiniões com o que creem ser as opiniões predominantes na sociedade. Porém, não obstante a importância concedida pelo autor ao processo de massificação dos jornais (posteriormente ampliado com o surgimento da rádio e da televisão) para o estabelecimento de uma opinião pública, assim denominada apenas por ser partilhada pela maioria das pessoas, Tarde não deixa de reconhecer a conversação como a fonte primordial da opinião.

Em consonância com o que seria desenvolvido décadas depois pela teoria das representações sociais, Tarde explica como a opinião se estabelece a partir dos jornais e de atos de conversação – portanto, tanto pela comunicação de cariz interlocutivo quanto pela dos media. Se esta já naquela época (finais do séc. XIX) se mostrava hegemónica a nível social em virtude da aceleração e diversificação das fontes de informação, ela não correspondia, todavia, ao único substrato da interação social, o qual era também formado por aquilo que o autor denomina de tradição e razão. O que observamos a partir dos resultados da nossa investigação empírica, e já numa maior proximidade aos apontamentos sobre a teoria das representações, é que a expressão de uma opinião e de uma tradição (opinião já há muito estabelecida...) não é algo exclusivo de cada uma delas, antes se evidenciando no discurso jornalístico de uma forma híbrida, através da recorrente associação já citada, por exemplo, entre a tradicional imagem da mulher brasileira sensual e a generalização a esta nacionalidade de toda a atividade de comércio sexual exercida em Portugal.

Por último, neste quinto capítulo discutimos também as análises de Niklas Luhmann sobre a opinião pública, vista por este autor numa perspetiva sistémica, como um dispositivo de seleção de temas, que cumpre o objetivo de auxiliar o sistema político no seu processo de tomada de decisões. Tendo em vista que, na atualidade, os media

massivos são os meios de processamento por excelência dos temas públicos, esta perspectiva sobre a opinião pública acabou por dar origem, nos anos seguintes (o seu surgimento data de 1970) à chamada teoria da tematização (no âmbito dos estudos sobre os efeitos dos media).

É a partir desta perspectiva desenvolvida por seguidores de Luhmann que analisamos a precedência dos três temas por nós identificados na cobertura do *Público* e *Expresso* sobre o Brasil e os brasileiros, bem assim como a precedência de determinados subtemas nos dois períodos estudados, como por exemplo a ênfase evidenciada no segundo período do estudo na presença de pequenos e médios empresários e investidores no fluxo migratório português que então se voltou para o Brasil. Discutimos estes temas a partir das regras de atenção identificadas por Luhmann – como é o caso das crises e seus efeitos, que pelo carácter perturbador inerente são um natural mobilizador de atenção. Porém, um olhar crítico permitiu-nos observar que a presença de certos temas parece estar (ainda) mais relacionada com escolhas editoriais de cariz ideológico, do que com uma estrita racionalidade sistémica.

Por fim, importa assinalar que, apesar da abrangência de um título como o escolhido para esta tese, “A Construção do Outro na Opinião Pública: representações contemporâneas do Brasil e dos brasileiros na sociedade portuguesa”, à primeira vista se poder apresentar como discutível, considerando o carácter circunscrito da investigação empírica realizada (quer quanto ao discurso jornalístico, quer ao discurso dos imigrantes), mantemos a sua pertinência, atendendo ao valor ilustrativo do caso estudado. O que significa, pois, que a análise destes dois jornais de referência em Portugal – de autoridade reconhecida, tanto pela generalidade dos outros meios de comunicação do país, quanto por figuras públicas – e o contacto que promovemos com a comunidade migrante (inclusive com algumas das suas lideranças) permitem revelar elementos importantes da principal tendência na atualidade no que diz respeito às representações sociais em circulação na sociedade portuguesa sobre o Brasil e os brasileiros, e que se evidenciam através da opinião pública.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, IDENTIDADES SOCIAIS, ESTEREÓTIPOS E IDEOLOGIAS: CONCEITOS E TEORIAS PARA COMPREENSÃO DO “NÓS” E DO “ELES”

Introdução

Ao longo do trabalho de análise crítica das notícias, em diversos momentos deparamo-nos com a exposição – às vezes explícita, por vezes subtil... – de imaginários já arraigados em Portugal sobre o Brasil e os brasileiros; relacionando-os, por exemplo, com o estereótipo da malandragem, e as brasileiras com a comum imagem de uma sexualidade exuberante, assim como o Brasil com as imagens de violência e corrupção. Algumas dessas representações estão relacionadas com diferentes ideologias (de cariz imperial e colonialista) ainda presentes na realidade portuguesa; muitas vezes emergindo do discurso jornalístico a partir da caracterização de ex-sujeitos coloniais, atualmente identificados como imigrantes, entre outros.

Por meio de instrumentos metodológicos como a análise crítica do discurso e a análise de enquadramentos, constatamos a presença – comum – de estereótipos, imagens arraigadas e ideologias nos textos relacionados com o Brasil e os brasileiros; a partir, entre outros, do enquadramento dado às notícias, explicitando o senso comum relativamente ao país e à sua população, e da coerência local e global dos textos, em que as suas diferentes proposições, unidas por relações causais ou consequentes, permitem ao leitor inferir determinadas conotações. No entanto, se tais formas de estruturar as notícias apontam para a intenção de suscitar determinada interpretação, segundo as ideologias dominantes e a consequente forma de se compreender o “Nós” e os “Outros”, nada garante que esta será bem-sucedida.

Como explica Entman (1993), é possível salientar determinados aspetos de uma notícia não apenas a partir de sua repetição ou posicionamento em lugares privilegiados (por exemplo, numa chamada), mas também por meio da associação a símbolos culturais familiares à audiência, que ressoem no seu sistema de crenças. Se num contexto nacional, por exemplo, podemos especular que em geral a sua população partilha de um *background* cultural similar (principalmente, na relação com outras identidades nacionais), todavia, conforme afirma Serge Moscovici, “[...] indivíduos são confrontados

com uma grande variedade de conhecimento especializado referente aos diferentes grupos aos quais pertencem” (1984 citado por Hoijer, 2011, p. 4).

Tal indica que as representações coletivas, principalmente nas sociedades atuais, não são estáticas – afinal, as identidades também não o são – e se evidenciam passíveis de serem assimiladas de forma autónoma, e mesmo alteradas, pelos indivíduos. Para Entman (1993), estereótipos, assim como outros conceitos relacionados, tais quais: categorias, *scripts*, esquemas e afins correspondem a *clusters* mentais de ideias que guiam o indivíduo no ato de processar a informação e se possuem um caráter social, no entanto, o mesmo não garante que não sofram alterações ao longo do tempo e que funcionem da mesma maneira para cada um.

Para Michael Bloor et al. (2002), apesar de as sociedades atuais permanecerem com uma ordenação de cariz normativo, elas também se caracterizam pela escolha e o agenciamento, proporcionando aos indivíduos a construção reflexiva das suas identidades e motivações – pelo menos àqueles que não pertencem à vasta minoria dos mais desfavorecidos. Isso por meio da combinação dos diferentes conteúdos a que as pessoas têm acesso e da influência dos distintos grupos a que pertencem.

Portanto, e segundo os diferentes autores com os quais aqui trabalhamos, o comportamento humano permanece pautando-se por normas, apenas as suas fontes de influência na atualidade são mais diversas, complexas e interativas. Todavia, essa espécie de ordem normativa responsável por articular comportamentos e opiniões, raramente é identificada pelos indivíduos dessa forma, pois corresponde ao estoque de conhecimento tido por garantido (do inglês *taken for granted*).

[...] só possui o grau de clareza e determinação necessário para a condução das atividades do dia-a-dia, e é assumido como sendo partilhado por aqueles que nos são associados (família, amigos, companheiros de trabalho) até que a experiência prove o contrário. (Bloor et al., 2002, p. 5)

Partimos de certa base, pois, ao lidar com todos esses conceitos: não os vemos de forma estática e muito menos única (por exemplo, tratamos “ideologia” no plural) e, apesar de reconhecermos a sua dimensão coerciva sobre os indivíduos, não excluimos que estes possuam autonomia na sua relação com os diferentes tipos de representação. No entanto, no âmbito deste trabalho, mostra-se imperativo uma problematização mais aprofundada dos estereótipos, representações sociais, imaginários sociais, ideologias, cognição social e etc. Afinal, mais para a frente, estes conceitos serão constantemente

utilizados no trabalho de análise crítica das notícias e do material coletado nos grupos de foco e entrevistas.

Iniciamos esta espécie de estado da arte das representações a partir da teoria das representações sociais, formulada por Moscovici e que, de modo geral, diz respeito a processos cognitivos de cariz social, cujo resultado são ideias/ imagens tidas como o senso comum. Escolhemos iniciar por essa teoria pela preponderância concedida aos processos comunicacionais, pois, como explica Birgitta Hoijer (2011), ao especificar uma série de mecanismos de natureza comunicativa, a teoria das representações sociais explica como as ideias se propagam e são transformadas no que, posteriormente, é percebido como o senso comum.

“Isso toca na natureza íntima da comunicação mediada – como os media naturalizam o pensamento social e geram cognições coletivas” (Hoijer, 2011, p. 3). Tal avaliação leva a autora, inclusive, a propor a utilização da teoria das representações sociais como uma nova base para o estudo dos media. Pelo nosso lado, julgamos que as proposições de Moscovici são passíveis de ser relacionadas com pressupostos da análise crítica do discurso e da análise de enquadramentos. João Carlos Correia (2014), ao ensaiar uma abordagem multidisciplinar ao conceito de ideologia, propõe também uma aproximação entre os esquemas cognitivos designados por enquadramentos e a análise crítica do discurso. Ao debruçar-se sobre o conceito, dialoga, sobretudo, com as observações estabelecidas por van Dijk.

Assim, importa primeiramente discorrer sobre os principais aspetos da teoria das representações sociais e, em seguida, expor os princípios utilizados por van Dijk na sua abordagem da cognição social, de modo a pôr em diálogo esses dois autores e analisarmos as suas semelhanças e diferenças. Também nos debruçaremos sobre a noção de estereótipo, tal como é trabalhada por Walter Lippmann. O objetivo de colocar esses três autores em diálogo, para além do facto de trabalharem com conceitos e termos correlatos, reside no nosso propósito de empreender uma crítica à teoria das representações sociais.

Como explica Hoijer (2011), o ato de nomear algo – um dos dispositivos mais corriqueiros de representação social –, longe de ser uma atividade neutra, muitas vezes evidencia questões de inclusão e exclusão, discriminação, poder e dominação. Consideramos que a reflexão sobre tal poder de cariz ideológico, que serve de justificação ao *status quo*, se encontra ausente na obra de Moscovici.

O que nos encaminha para outro dos conceitos neste capítulo trabalhado: a ideologia, cuja abordagem será realizada a partir dos contributos de van Dijk e Bronislaw Baczko. Relativamente a este segundo autor, discorreremos sobre a sua análise das ideologias a partir do quadro mais amplo, desenvolvido pelo próprio, dos imaginários sociais. Julgamos profícuo trazê-lo à discussão, pois além de tratar a ideologia no plural, os seus desenvolvimentos sobre imaginário social tornam possível estabelecer pontos de convergência com a teoria das representações sociais.

Todavia, não é possível discorrer sobre representações sociais sem abordar, ainda, um outro conceito intimamente relacionado: a identidade social. Como explicam Michelly Carvalho, Rosa Cabecinhas e Laerte Magalhães (2014), a identidade social caracteriza-se como parte de um conceito elaborado pelo indivíduo como consequência do reconhecimento de sua pertença a determinados grupos sociais e, por mais que a sua construção envolva experiências pessoais e coletivas, as “vozes sociais” exteriores aos grupos de pertencimento também entram nesse processo. Pois, as ideologias dos grupos dominantes controlam o desenvolvimento das representações sociais também a partir de um forte discurso identitário, em que o “Nós” é contraposto ao “Eles” (van Dijk, 2005). Baczko (1991), de forma similar, pontua ser por meio de imaginários sociais – dos quais as ideologias fazem parte – que uma coletividade se percebe, se divide e elabora as suas finalidades.

Designar a sua identidade coletiva é, portanto, marcar o seu "território" e as suas fronteiras, definir as suas relações com os "outros", formar imagens de amigos e inimigos, de rivais e de aliados; da mesma forma, significa preservar e modelar as memórias passadas, bem como projetar o seu futuro, os seus medos e as suas esperanças. (Baczko, 1991, p. 28)

Por esta razão, consideramos imperativo trazer também à discussão a problemática das identidades sociais. Tanto porque, ainda que a adoção de identidades e representações sociais por parte do indivíduo sofra influências diversas em razão dos diversos grupos a que pertence, o que de certa forma, se não põe em xeque o seu caráter normativo, evidencia sua contingência *essencial* (Bloor et al. 2002); não há como negar que para determinadas pessoas – como os imigrantes, por exemplo – o conhecimento tido por garantido, ou o *cluster* de ideias partilhado pelo grupo de acolhimento, lhes causa certa estranheza.

Baseando-se nos escritos de Alfred Schutz, Correia pontua o carácter evidente do conhecimento do mundo do senso comum⁵, típico de uma comunidade bem integrada e cuja aparência de coerência, para os que dela participam, encobre “[...] um manto de suposições e ignorâncias” (2008, p. 145). Todavia, ao caracterizar este conhecimento dessa forma, Schutz também introduz a figura do “estranho”, para o qual a assimilação dessas certezas é problemática, pois o padrão cultural que serve de base ao senso comum não possui a mesma autoridade para ele, como para aqueles que já o interiorizaram como parte de sua experiência vivida.

Tal estranheza, explica Correia (2008), acomete não apenas o imigrante, mas também o estudante que deseja ser aceite por determinado grupo, o trabalhador que anseia integrar-se aos colegas de sua nova empresa, e por aí adiante... Portanto, o nosso interesse em relacionar a discussão sobre as representações sociais – e conceitos correlatos – com a discussão das identidades sociais repousa não apenas na sua ligação inerente, mas também no facto de, ao debruçarmo-nos sobre o discurso jornalístico acerca do Brasil e dos brasileiros e sobre o discurso dos imigrantes sobre si mesmos e o outro na sociedade de acolhimento, não ser possível ignorar a conflitualidade inerente às identidades mobilizadas.

Ou simplesmente, segundo metáfora estabelecida por María José Martínez Ordóñez (2015), se a representação social da migração pode ser entendida como um lenço em branco pronto para se ilustrado por um determinado sujeito, que irá reproduzir as imagens que considere representar com maior fidelidade as suas perceções sobre o tema, tal pintura é passível de variar consoante quem a esteja observando e o seu papel no fenómeno migratório. “Não é a mesma coisa a migração representada por um migrante que viveu diretamente os fatores de abandono do território de origem, e a migração representada pela sociedade de acolhimento” (Ordóñez, 2015, p. 83).

Todavia, especificamente em relação à imigração brasileira em Portugal, há que se considerar a grande quantidade de estereótipos sobre Portugal e os portugueses que os imigrantes trazem do Brasil; os quais, porém, na sua experiência quotidiana no país de acolhimento, são questionados e por fim reelaborados (Machado, 2003). O facto é que quando nos debruçamos sobre duas sociedades com um passado colonial em comum –

⁵ Outra forma, como se percebe, de se referir ao estoque de conhecimento *taken for granted* de uma dada sociedade ou ao *cluster* de ideias partilhado por seus membros.

em que de um lado está o colonizador e do outro o colonizado –, abundam imaginários sociais de ambos os lados.

Como indica Igor Machado (2003), a relação histórica entre os dois países somada ao constante fluxo migratório entre ambos – com a alternância periódica dos pontos de saída e chegada – adensam a produção mútua de representações, no mesmo passo que proporcionam a sua reelaboração constante. Conforme discorreremos no capítulo a seguir, o próprio desenvolvimento de uma identidade nacional brasileira valeu-se do contributo das históricas representações sociais estabelecidas pelo colonizador português, portanto, é com ênfase ainda maior nesse contexto que representações sociais, estereótipos, identidades sociais e afins se mostram imbricados, tornando imperativo discuti-las conjuntamente, conforme nos propomos aqui fazer.

Por fim, a análise das representações sociais de sujeitos migrantes encaminha-nos para a identificação de processos de etnização, conjugados com movimentos de exotização, mais intensos quando se trata de imigrantes oriundos dos trópicos e de antigas colônias. Assim, também nos debruçamos sobre o conceito de etnicidade, aqui entendido, conforme o define José Ricardo Carneiro (2008), como a diferença que faz a diferença, no sentido de que, ao estabelecer-se socialmente uma diferença essencializada referente à origem geográfica de um grupo de pessoas (por exemplo, a ideia de que os brasileiros são mais dados ao trabalho de atendimento ao público por serem *naturalmente* simpáticos (Machado, 2003)), influencia-se o acesso desse grupo a vagas no mercado de trabalho, a possibilidade de relacionamentos amorosos interétnicos e afins.

Relacionamos esses processos de exotização com o estabelecimento de representações sociais sobre grupos imigrantes, e concluímos que estas serão tanto mais fortes (ou de cariz hegemônico, para utilizarmos uma terminologia de Moscovici), quanto mais aqueles se apresentarem como duradouros no tempo e capazes de objetificar as diferenças percebidas pelos imigrantes em relação ao grupo majoritário da sociedade de acolhimento e a outras comunidades estrangeiras. Claro está que nesses processos, assim como ocorre com as representações sociais em geral, os media desempenham hoje um papel fundamental: ao aplicarem essas representações étnicas na caracterização de sujeitos migrantes, eles influenciam a sua naturalização pela audiência.

As representações sociais

Num texto de 1988 acerca deste conceito, Moscovici procura esclarecer os seus aspetos mais controversos e um dos primeiros pontos abordados diz respeito à aparente similaridade entre o conceito de representação social e o de representação coletiva. Este último, desenvolvido por Émile Durkheim, posiciona as representações no campo dicotómico das seguintes polaridades: individual e coletivo, indivíduo e sociedade, estável e instável.

Pelo facto de ser um conceito bastante conhecido e situar-se no âmbito em que Durkheim buscou firmar a sua abordagem da sociologia como uma ciência nova – reclamando, assim, que as questões relativas ao homem de natureza plural fossem tratadas por esta e as de natureza singular pela psicologia –, parece-nos fundamental a atitude de Moscovici de contestar a diferenciação dos dois conceitos, pois, como adverte, quando a psicologia social (área em que situa a teoria das representações sociais) parte desta distinção, torna-se incapaz de compreender as relações entre indivíduo e coletividade e a base comum que constitui ambos. Como defende,

A questão é desenredarmo-nos da dicotomia em que devemos escolher entre uma entidade social que se apresenta como mais do que o conjunto de suas diferentes partes e um indivíduo constituído inteiramente de atributos psicológicos internos e reagindo a um conjunto de estímulos externos. (Moscovici, 1988, p. 218)

Para compreender como uma representação é formada, o conceito de representação coletiva evidencia-se insuficiente, tornando imperativo, pois, a passagem ao conceito de representações sociais, devido à ênfase concedida à comunicação. Como explica o autor, é por meio desta que pensamentos e sentimentos individuais convergem e permitem que algo individual se torne social. Ou simplesmente, como esclarece Hoijer (2011), representações sociais são pensamentos em movimentos, desenvolvidos tanto através da comunicação mediática, quanto da comunicação de cariz conversacional entre grupos e pessoas⁶.

De facto, é necessário tornar a representação uma ponte entre os universos individual e social, e ligá-la à perspetiva de uma sociedade em mutação [...] O nosso propósito é compreender a inovação em vez de tradição, uma vida social que se constrói em vez de uma já pré-estabelecida. O fracasso em estabelecer esta mudança de perspetiva

⁶ Esta ênfase na comunicação, mais ainda que a contraposição ao conceito durkheimiano, evidencia as similaridades entre o pensamento de Moscovici e o de Tarde. Como pontua Elihu Katz (2006), Moscovici, em sua obra “The age of the crowd: a historical treatise on mass psychology”, presta homenagem ao sociólogo e, conforme discutiremos mais à frente, na sua explicação sobre a formação de representações sociais a partir de processos comunicacionais ressoa a teoria tardeana da imitação.

explica em parte por que o conceito foi negligenciado durante meio século, após o seu espetacular aparecimento. (Moscovici, 1988, p. 219)

O facto é que há representações objetivadas já há tanto tempo que deixamos de conseguir identificá-las, no entanto, sob o ímpeto de algum evento ou mudança societal, facilmente se evidencia a sua presença; como Hoijer (2011) observa, por exemplo, relativamente à perceção atual das mudanças climáticas, em que a imagem destas como um perigo para a vida humana corresponde a uma representação social de cariz hegemónico. Um exemplo de representação social hegemónica e já há bastante tempo fixada – pelo menos desde o período colonial – é a que relaciona as mulheres brasileiras e uma sensualidade inata. No entanto, a partir da erupção de um movimento como as “Mães de Bragança”⁷, em 2003, esta representação social tornou-se mais evidente ao emergir do discurso mediático como uma das justificativas pela qual homens portugueses casados mantinham relações íntimas com imigrantes brasileiras, que trabalhavam em casas de alterne. Posteriormente, esta representação social sofreu um processo de atualização e também passou a admitir que todas as imigrantes brasileiras em Portugal (ou quase) eram prostitutas.

Como Moscovici dizia já em 1988, atualmente a realidade evidencia-se mais claramente como um fluxo contínuo, o que permite de forma mais fácil identificar o modo de constituição e funcionamento das representações sociais do que em finais do séc. XIX, quando Durkheim desenvolveu a sua teoria das representações coletivas. Katz (2006), ao discorrer sobre a influência tardeana nos trabalhos de Moscovici, diz algo similar ao pontuar a ênfase no caráter voluntário do conceito de “imitação”, evidente principalmente após a sociedade se tornar mais igualitária. Conforme explica, na teoria da imitação, assim como na teoria das representações sociais, podemos dizer que,

[...] constrangimentos externos – não apenas normativos, mas coercivos – são aparentemente ignorados em favor da ideia do “siga o líder”. Essa ideia, da forma como foi interpretada, faz ecoar uma das razões para os altos e baixos da pesquisa sobre difusão: os estudos de difusão frequentemente atribuem a disseminação de mudanças a decisões individuais adotadas. (Katz, 2006, p. 264)

Como explica Hoijer (2011), as representações sociais possuem um caráter prescritivo inerente, no sentido de que, por meio de estruturas sociais e tradições, são impostas aos sujeitos; sem prejuízo, no entanto, de “os indivíduos e grupos poderem

⁷ Relativo ao abaixo-assinado elaborado por esposas desta cidade do Norte do país, em que exigiam a expulsão de prostitutas brasileiras por estas, conforme alegado, seduzirem os seus maridos. Nos próximos capítulos iremos debruçarmo-nos com mais atenção sobre este caso.

retrabalhar e transformar as cognições” (p. 6). Ou seja, e como conclusão provisória do debate sobre representações coletivas *versus* representações sociais, a passagem de um conceito a outro torna imperativo repensar a representação como uma rede de ideias e imagens em interação, cujo conteúdo evolui ao longo do tempo e do espaço. Esse tipo de desenvolvimento encontra-se dependente da complexidade e velocidade da comunicação, assim como dos media disponíveis.

Os tipos de representações sociais

A dicotomia entre representações coletivas e representações individuais torna-se irrelevante ao observarmos que, de acordo com a forma como se estabelecem socialmente, as representações podem ser diferenciadas em: hegemónicas, emancipadas e polémicas. Isto significa, segundo Moscovici (1988, p. 221), que a especificidade das representações de Durkheim não repousa no seu carácter coletivo em oposição às representações individuais, mas na forma como as representações se tornam sociais.

Enquanto as representações hegemónicas evidenciam-se com uma aparência uniforme e coerciva, prevalecendo implicitamente em todas as práticas simbólicas e afetivas de uma sociedade; as emancipadas apresentam um certo grau de autonomia relativamente à interação entre determinados segmentos sociais; e as polémicas emergem como consequência de um conflito ou controvérsia social, apresentando-se todas elas como mutuamente exclusivas. Ou seja, as primeiras podem ser identificadas em grupos altamente estruturados, como são as coletividades que conformam um país, uma cidade ou uma nação, encontram-se disseminadas em praticamente todos os membros e geralmente correspondem a um imaginário bastante antigo; já os outros tipos de representações dizem respeito à circulação de ideias entre subgrupos sociais que estejam mais ou menos em contacto entre si.

Exemplificando e trazendo esta problematização para a nossa investigação, dizemos que as representações sociais hegemónicas correspondem a ideias já arraigadas em Portugal há anos (em alguns casos, há séculos), como a do Brasil como um lugar selvagem, violento, mas também de natureza exuberante; a das brasileiras como mulheres de sensualidade inata; e os brasileiros como dotados de uma simpatia também inata. Já as representações emancipadas – menos comuns no nosso caso – correspondem, por exemplo, às representações acerca do fenómeno migratório, em que entram em contacto conceitos desenvolvidos por associações migrantes, especialistas e afins; o entendimento das entidades patronais e a visão da população em geral. Estas representações podem

tornar-se polémicas quando de um lado se posicionam grupos totalmente contrários a políticas de favorecimento de imigrantes, por acreditarem que estes tiram os empregos dos nacionais, e de outro se assumem grupos que defendem a sua vinda por contribuírem para o sistema de segurança social dos países de acolhimento, para além de promoverem uma maior riqueza cultural.

Neste sentido, Moscovici coloca a hipótese de a homogeneidade e estabilidade evidenciadas pelas representações hegemónicas serem, provavelmente, o que Durkheim tinha em mente quando desenvolveu o conceito de representações coletivas, pois as representações emancipadas e polémicas são o produto da circulação de conhecimento e ideias de subgrupos sociais mais ou menos em contacto entre si. Se em finais do séc. XIX, quando o sociólogo desenvolveu a sua teoria, a imprensa vivenciava uma enorme evolução em termos de rapidez e disseminação de informação, relativamente aos séculos precedentes, não há como negar que em apenas cinquenta anos esta expansão foi ainda maior, proporcionando, provavelmente, uma identificação mais fácil de representações emancipadas e polémicas. Estas foram favorecidas pela expansão da comunicação, por esta facilitar a disseminação de representações distintas ao paradigma dominante, consubstanciado pelas representações hegemónicas.

Assim também se pode concluir que as representações sociais não correspondem a padrões de pensamento lógicos e coerentes. Não é à toa, como Hoijer (2011) aponta, que a teoria também introduz o conceito de polifasia cognitiva de forma a explicar o facto de que no dia-a-dia o pensamento individual caracteriza-se por diferentes formas de pensar. Tal conceito, se não contradiz o fundamento teórico das representações sociais, ao menos indica o carácter complexo e heterogéneo do pensamento social, pois as representações sociais possuem duas funções: orientar os indivíduos no mundo social e material, e permitir a comunicação entre os membros de uma coletividade, ao

[...] proporcionar-lhes um código para a troca social e para a nomeação e classificação não ambígua dos vários aspetos do seu mundo e da história individual do seu grupo. (Moscovici, 1973 citado por Hoijer, 2011, p. 5)

Nessa troca, representações sociais emancipadas ou mesmo polémicas podem tornar-se hegemónicas com o passar do tempo, ou manterem o seu aspeto primordial convivendo lado a lado com outras representações sobre o mesmo objeto. Por exemplo, sobre as representações emancipadas, Moscovici dá o exemplo da medicina tradicional – com o seu próprio *corpus* acerca do que corresponde a um organismo saudável e um

organismo doente – em relação à medicina alternativa, com as pessoas, geralmente, utilizando representações de ambos os campos para construírem o seu entendimento sobre determinadas doenças.

Compreendemos assim que, *pari passu* com a identificação nos jornais de representações sociais hegemónicas sobre o Brasil e os brasileiros, se observa também a presença de representações emancipadas, estas geralmente vocalizadas por porta-vozes de associações migrantes, Universidade e outras entidades afins ouvidas pelos periódicos. A partir deste entendimento podemos compreender como, ao mesmo tempo que imigrantes brasileiros evocam representações hegemónicas para exporem a sua opinião em relação aos conterrâneos e aos portugueses, também explicitam representações emancipadas que se mostram contrárias àquelas (afirmam, por exemplo, que os portugueses são preconceituosos, para logo em seguida assinalarem que são os primeiros a fornecer contratos de trabalho e que Portugal é um dos melhores países da Europa para os imigrantes).

Ancoragem e objetificação

As representações sociais são formadas e transformadas por meio da conversação e da comunicação mediática, com recurso a dois mecanismos sociocognitivos: a ancoragem e a objetificação. No primeiro, o desconhecido torna-se conhecido por meio de um processo em que é posicionado na esfera de representações sociais mais antigas, passando assim a ser comparado e interpretado a partir destas. Já o segundo, a objetificação, diz respeito à operação de tornar este desconhecido em algo concreto (geralmente, uma imagem), que possibilite às pessoas percebê-lo, tocá-lo e mesmo controlá-lo.

O historiador Peter Burke (2001) debruça-se sobre um fenómeno parecido com o da ancoragem – ainda que por caminhos distintos ao de Moscovici –, ao afirmar que no confronto entre duas culturas diferentes, podem ser identificadas as seguintes reações: a negação das diferenças do outro por meio da sua assimilação por analogia, como se fosse um de nós ou o nosso vizinho; ou a construção consciente ou inconsciente desse outro como oposto a nós. É neste sentido que se compreende, por exemplo, o facto de Vasco da Gama, ao entrar num templo indiano pela primeira vez, interpretar uma escultura de Brahma, Vishnu e Shiva como a imagem da Santíssima Trindade; assim como os chineses, um século antes ou mais, poderiam ter interpretado imagens da Virgem Maria como uma representação da deusa budista Kuan Yin.

Assim, a *Canção de Roland* descreveu o Islã como uma inversão diabólica do cristianismo, apresentando uma imagem dos muçulmanos como adoradores da trindade infernal, composta por Apolo, Maomé e um certo “Megera”. O historiador grego Heródoto apresentou uma imagem da antiga cultura egípcia como o inverso da grega, observando que os egípcios escreviam da direita para a esquerda, em vez da esquerda para a direita, que os homens carregavam fardos na cabeça e não nos ombros e as mulheres faziam a água em pé em vez de sentadas, e assim por diante. (Burke, 2001, p. 124)

Em resumo, o processo de ancoragem diz respeito ao ato de relacionar novas ideias ou fenômenos a fenômenos e contextos já bem conhecidos; nas palavras de Moscovici: “[...] a ancoragem é a transferência de uma rede de conceitos e imagens de uma esfera para outra, onde atuará como um modelo” (1988, p. 235). Para exemplificar, o autor refere como a extrema direita francesa havia, então, formulado uma representação da SIDA (naquele período, ainda pouco conhecida) muito semelhante à da tuberculose, propondo que os seus doentes fossem postos em quarentena num “sidatório”.

Hoijer (2011) elenca cinco formas de ancoragem: nomeação, ancoragem emocional, temática, metafórica e via antinomias básicas. Para explicá-las, a autora utiliza exemplos coletados em seu estudo sobre a cobertura da imprensa sueca acerca das mudanças climáticas. Por exemplo, ao analisar títulos e chamadas sobre o tema, observou que os jornais tendiam a nomear um assunto complexo como o clima através das seguintes formas: simplesmente “clima” ou “alerta climático”, “campanha quente” e ainda “a catástrofe”.

De forma similar, observamos, conforme discorreremos nos próximos capítulos, que a *Única* (revista do *Expresso*) optou por caracterizar a problemática da prostituição de imigrantes brasileiras trazida à tona pela erupção das “Mães de Bragança” a partir, respetivamente, das seguintes chamada de primeira página e título: “O ataque aos costumes” e “O sexo e a família”, o que exemplifica uma clara estratégia de ancoragem baseada em nomeação, antinomias e com um forte apelo emocional. Numa outra reportagem publicada anos antes acerca da então recente segunda vaga imigratória brasileira, de cariz mais proletário em comparação com a primeira, o mesmo suplemento aborda a questão da seguinte forma na sua chamada de primeira página: “Clandestinos – Ilegais brasileiros em Portugal”.

Relativamente à ancoragem emocional, Hoijer (2011) identificou que a cobertura sueca geralmente enquadrava as mudanças climáticas como algo que coletivamente devia temer-se, assim como também solicitava uma atitude individual *eco-friendly* face às

mesmas. No entanto, refere que esse tipo de ancoragem não se encontra especificamente expressa pela teoria, ainda que Moscovici se refira bastante às emoções, ou simplesmente, conforme pontua no artigo de 1988, a cognição é inseparável da sua base afetiva.

Isto significa, conforme se depreende da explicação que se segue, que as emoções são inerentes à sensação de estranheza e não familiaridade a algo, responsável por engendrar os processos de ancoragem e objetivação. Pois tais sentimentos não dizem respeito à dissonância entre duas cognições, mas antes correspondem a uma falha de comunicação com o mundo em que a pessoa ou o objeto se situa e a um transbordamento de significados, conjugado com emoções perturbadoras.

É desta forma que compreendemos a cobertura dos jornais sobre a imigração brasileira no início do séc. XXI como de perfil dicotómico, pois, ao mesmo tempo que se destacava crimes e contravenções cometidos por brasileiros, com ênfase no território de origem dos sujeitos, indicativo pois, de um processo de ancoragem em que se pretendia associar as ocorrências com as imagens de um país violento e corrupto; também se dava espaço para as discriminações de que os imigrantes eram alvo, com o discurso incentivando implicitamente uma atitude individual mais compreensiva por parte dos portugueses.

Já na ancoragem metafórica, Hoijer (2011) observa que os media suecos utilizavam metáforas como “o planeta está doente”, ou caracterizavam frequentemente a morte de animais como assassínios provocados pelas mudanças climáticas. Nos jornais por nós consultados, identificamos como algo comum a referência ao carnaval e às telenovelas para caracterizar e enfatizar uma suposta alegria e descontração inatas dos brasileiros.

Sobre a ancoragem temática, salienta-se que Moscovici utiliza o conceito de “tema” para caracterizar os níveis estruturais profundos das representações sociais, relativos a padrões genéricos de pensamento que, em determinadas circunstâncias – por exemplo, na inter-relação com contextos específicos – podem engendrar novas representações sociais. Tal forma de compreender o “tema” posiciona-o muito próximo ao conceito de ideologia, como senso comum ou ideias *taken-for-granted* em determinada sociedade.

Na análise da cobertura mediática sobre as mudanças climáticas, Hoijer identifica o tema da autoglorificação nacionalista nas notícias acerca da independência da Suécia

em relação aos derivados do petróleo. Também identificamos uma autoglorificação nacionalista na cobertura sobre as comemorações oficiais dos 500 anos de achamento do Brasil, em 2000, todavia, neste caso o discurso jornalístico foi contestado pelo facto de grupos negros e indígenas brasileiros terem protestado contra a efeméride, numa contestação que resultou em forte repressão policial. Conforme veremos no capítulo a seguir, essa crítica à colonização portuguesa promovida por grupos minoritários brasileiros, longe de contrabalançar esta autoglorificação de um passado de contornos míticos, deu oportunidade a um movimento de contra-crítica por parte de jornais em que se apontava a suposta falta de cuidado em avaliar erros do passado com os olhos do presente.

Já para caracterizar o processo de objetivação, a autora explica como sinais ordinários da natureza como uma tempestade de outono, um calor intenso de verão ou um pequeno inverno são geralmente apontados pelos media suecos como evidências concretas da existência de mudanças climáticas. De modo similar, imagens como a de um urso polar à deriva numa calota de gelo, solta pelo derretimento, já se tornaram uma imagem popular do fenómeno das mudanças climáticas, correspondendo à sua objetivação por meio de um elemento visual concreto. Nos jornais consultados, vimos que era relativamente comum ilustrar peças em que o Brasil ou os brasileiros são o seu tema principal, com a imagem da cantora Carmen Miranda (ícone de brasilidade) ou de pessoas em trajes carnavalescos, mesmo que os assuntos tratados sejam de cariz económico ou político.

A objetivação corresponde a um processo mais ativo que a ancoragem e ocorre quase automaticamente, todas as vezes que somos confrontados com um novo fenómeno. Um exemplo citado por Moscovici diz respeito à teoria do cérebro dividido, cujos conceitos de hemisférios gémeos deu margem para que se desenvolvessem situações e informações responsáveis por conferirem uma realidade quase humana a este. Neste sentido, as clássicas dicotomias entre razão e emoção, corpo e mente, e os processos freudianos “primário” e “secundário”, entre outros, foram todos incorporados e objetivados na imagem dos hemisférios direito e esquerdo do cérebro humano. Conforme resume, “Este exemplo ilustra como as pessoas transformam um pedaço de conhecimento, criam informação que o confirme e simultaneamente o objetificam em suas práticas do dia-a-dia” (Moscovici, 1988, p. 232).

Porém, se este é um processo quase naturalizado, também traz consigo a perigo de suscitar ações discriminatórias ao condicionar a interpretação sobre fenômenos novos. Pois, ao se ilustrar, por exemplo, reportagens sobre tráfico sexual e prostituição de brasileiras com imagens de mulheres em trajes mínimos, carnavalescos, implicitamente promove-se a leitura de que estas são ocorrências comuns entre essas mulheres de exacerbada sensualidade. Neste sentido, assinalamos a crítica de Hoijer (2011) sobre a problemática das relações de poder não ser contemplada pela teoria das representações sociais, ao silenciar sobre a presença de ideologias dominantes que condicionam o desenvolvimento das representações sociais e assim mantêm intacto o *status quo*.

A autora também considera que a teoria tem uma percepção idealizada sobre a origem das representações sociais, ao simplesmente ignorar a relação que a emergência de representações sociais estabelece com grupos de interesses e disputas de poder. Observamos, assim, que, apesar da ênfase nos processos comunicacionais – sejam eles de natureza conversacional ou mediática – enquanto responsáveis pela produção das representações sociais, a teoria não questiona a razão de um fenômeno novo ser associado a um tipo ou a um grupo de representações sociais e não a outros, do mesmo modo que não se debruça sobre as disputas de poder que se entrecruzam neste processo.

Segundo Moscovici (1988), a operação de descodificação – consubstanciada pelos processos de ancoragem e objetificação – de símbolos estranhos em familiares corresponde a um processo de natureza interminável, sendo, porém, gradual a naturalização com que se passa a lidar com o estranho, pois aos poucos este vai-se tornando trivial e autoevidente. Assim, o autor chega à conclusão de que tal sentimento de estranheza e tensão com o não familiar, antes de se evidenciar como algo negativo, tem o mérito de evitar que a habituação mental – à qual somos induzidos ao olharmos e nos relacionarmos sempre com as mesmas coisas e pessoas – prevaleça completamente. Pois, “Os preconceitos que nos permitem julgar permanecem num estado permanente de excitação, percepções são mantidas num estado de alerta” (Moscovici, 1988, p. 236).

Como se nota, portanto, Moscovici não vê os preconceitos, estereótipos, incongruências e afins presentes no pensamento social e ordinário como algo intrinsecamente negativo, pois eles auxiliam-nos a lidar com a complexa contingência envolvente. Este pensamento, conforme veremos mais adiante, de certa forma aproxima-se da abordagem de Lippmann (1922) sobre os estereótipos.

Modelos, representações sociais e scripts em Teun van Dijk

Similarmente ao entendimento da teoria das representações sociais de que estas não correspondem a padrões lógicos e coerentes de pensamento, van Dijk (2002b) também se refere à variabilidade a que os processos sociocognitivos estão sujeitos, ao discorrer sobre os modelos na memória e o seu papel no processamento do discurso. A teoria desenvolvida por Moscovici tem uma utilização ainda incipiente na investigação desenvolvida em comunicação e, especificamente, sobre os media – o artigo de Hoijer (2011) defende justamente as vantagens da sua utilização –, mas a partir da década de 1980 expandiu-se a *psicologia social do discurso* como um novo campo de estudo, em que alguns assuntos da psicologia social começaram a ser estudados a partir de uma perspectiva analítica do discurso (van Dijk, 2005).

É nesse contexto que van Dijk posiciona a sua análise crítica do discurso no campo da cognição social, pois, como defende, o fenómeno da compreensão do discurso dificilmente se explica apenas em termos puramente linguístico-gramaticais.

Necessita-se para tanto de uma teoria explícita da organização e aplicação do conhecimento na compreensão do discurso, em termos de *frames* ou *scripts* [...] O léxico cognitivo, como uma abstração linguisticamente monitorada de tais estruturas cognitivas, fornece as relações conceituais que definem parte da coerência semântica de um discurso. (Van Dijk, 2002b, p. 158)

Consideramos, portanto, profícuo trazer este autor à discussão sobre representações sociais, estereotipia, *scripts* e afins, pois não apenas van Dijk é uma referência importante no nosso trabalho de análise crítica das notícias, como a sua abordagem situada no campo da cognição social se relaciona de várias formas com a teoria das representações sociais. Ainda que, conforme Moscovici (1988) pontua na sua crítica à cognição social, o aspeto comunicacional se encontre um pouco negligenciado na análise de van Dijk sobre as representações sociais.

O que não deixa de ser paradoxal, pois o autor utiliza conceitos do campo da cognição social justamente para a sua análise crítica do discurso. Teun van Dijk refere o carácter partilhado de alguns modelos e *scripts* – adotados por praticamente todos os membros de grupo social –, mas não justifica o aspeto social destes, como faz Moscovici, por exemplo, ao compreendê-los a partir do paradigma comunicacional. O facto é que tanto a teoria das representações sociais quanto os desenvolvimentos de van Dijk no campo da análise crítica do discurso mostram-se incapazes, segundo o nosso ponto de vista, de

explicar de modo satisfatório não apenas como, mas por que determinadas representações adquirem um carácter social.

Pensamos que parte significativa da explicação disso repouse em questões de poder e disputa entre diferentes grupos, porém estas são pouco trabalhadas pela psicologia social. Teun van Dijk (2005) demonstra implicitamente reconhecer isso, ao afirmar que a sua análise das ideologias está mais alinhada com aquela utilizada pela sociologia, pois enxerga o conceito como um quadro partilhado, baseado no grupo subjacente a esta coerência. Assim diz: “a ideologia fornece os blocos básicos constituintes, os princípios da selecção de normas e valores relevantes, bem como a organização estrutural das RS [representações sociais]” (van Dijk, 2005, p. 113).

Portanto, no âmbito do trabalho desenvolvido neste capítulo, julgamos necessário somar às análises de Moscovici e van Dijk sobre representações sociais e afins, os desenvolvimentos de Baczkó (1991) relativamente às ideologias, com o objetivo de dar consistência à explicação sobre o carácter social destas. Por hora, nos debruçaremos sobre o estudo de van Dijk acerca do papel dos modelos e representações sociais na memória, e a sua ação de processamento do discurso.

Segundo o autor, a cognição social nada mais é do que um sistema socialmente partilhado de representações sociais⁸, todavia, inclui também o conjunto de estratégias para a sua manipulação na interpretação social, interação e discurso. Inseridas na memória semântica, van Dijk concetualiza as representações sociais como redes compostas por um conjunto de categorias nucleares relevantes.

As representações sociais de grupos, por exemplo, podem conter núcleos como Aparência, a Origem, as Finalidades socioeconómicas, as dimensões culturais e a Personalidade. Estas categorias organizam os conteúdos proposicionais das RS que integram não só conhecimento social, mas também informação avaliativa, como as opiniões gerais sobre outras pessoas enquanto membros de grupos. (van Dijk, 2005, p. 100)

A par do conceito de representações sociais, o autor também introduz a noção de “modelos”, distinguindo ambos pelo facto do primeiro se localizar na memória semântica

⁸ Por essa definição, aqui enunciada de forma quase igual ao escrito, nota-se a diferença de abordagem entre van Dijk e Moscovici. Pois, enquanto a teoria das representações sociais assinala o carácter social das representações por emergirem e se disseminarem na e pela comunicação, van Dijk faz a seguinte ponderação (sem, contudo, expressar o termo “comunicação”): “A dimensão social das RS não reside apenas no facto destas cognições versarem sobre grupos sociais, classes, estruturas ou assuntos sociais. As RS são sociais porque também são adquiridas, mudadas e usadas em situações sociais” (2005, p. 100).

(também denominada social) e o segundo na memória dita episódica. Neste sentido, os modelos representariam a contraparte cognitiva das situações vivenciadas pelos indivíduos e dizem respeito, portanto, às experiências pessoais e às interpretações advindas destas.

Chama a atenção nesta explicação sobre a composição dos modelos, o facto de van Dijk (2002b) pontuar que a partir da observação de uma cena, leitura ou audição sobre um evento qualquer, tanto é possível ao indivíduo desenvolver um modelo único, quanto atualizar um antigo; processo que se mostra muito similar ao da ancoragem, apesar de repousar numa ação individual.

Neste contexto, o autor afirma a posição elementar dos modelos como a base do conhecimento geral e das representações sociais, passíveis por sua vez de serem transformados em guiões (*scripts*), por meio de processos de generalização e descontextualização. Explicação esta que, assim enunciada, evidencia-se muito próxima ao processo de formação e transformação de representações sociais através da comunicação...

O autor também faz questão de esclarecer que a noção de modelo não é sinónima de representação textual, pois, ainda que os usuários da língua construam uma representação mental do texto na memória episódica, esta não consegue abranger a dimensão das relações condicionais entre os factos expressos por um discurso. A partir da seguinte sequência textual: “Na semana passada, assisti a uma conferência em Roma. Esta foi uma boa ocasião para treinar meu italiano” (van Dijk, 2002b, p. 158), o autor exemplifica como a sua coerência não repousa tanto na relação semântica entre as frases, mas nas relações pressupostas entre os factos que a sequência expressa. Ou seja, a segunda frase só faz sentido – e mostra-se condicionada, portanto, à primeira – porque sabemos (*frame* de conhecimento geográfico) que em Roma se fala italiano.

Tal exemplo conduz-nos à conclusão de que a par da representação mental do texto, o indivíduo também constrói um modelo da situação sobre o assunto do discurso. Relativamente ao processo de recuperação de modelos, este ocorre em situações similares, quando o indivíduo já havia desenvolvido modelos correlatos e, ao defrontar-se com uma situação nova, porém evocativa de eventos passados, recupera-os; o que encaminha o autor, também, a caracterizar os modelos como um equivalente ao registo cognitivo episódico de experiências pessoais.

Neste processo de recuperação de modelos para a compreensão do discurso, ao ler uma notícia sobre um tema corriqueiro, o indivíduo relembra situações similares e nesse ato também ocorre a recuperação de modelos antigos sobre a mesma temática⁹. Assim, uma reportagem atual sobre um tema já, ou corriqueiramente, abordado pela imprensa emerge como uma possibilidade virtual de atualização de tais modelos e, portanto, permite o crescimento do conhecimento pessoal sobre o mundo.

Conforme observamos no exemplo fornecido por van Dijk (2002b), se a sua abordagem sociocognitiva não chega a frisar o aspeto comunicacional para explicar a formação e transformação de modelos, todavia, ao pontuar o papel da imprensa para a evolução do conhecimento pessoal, o autor indiretamente aponta a relevância da comunicação mediada (de massas) nos processos cognitivos. Isto nos é ainda mais claro, quando o autor faz a seguinte ponderação:

Com exceção de mal-entendidos e interpretação parcial, *aparentemente* partilhamos nossos modelos de eventos com outros membros da sociedade. Quando um processo desse tipo é repetido para eventos que ocorrem com frequência, os membros da sociedade podem tender a estandardizar seus modelos, e formar modelos mais gerais, abstratos e descontextualizados de situações ou eventos estereotípicos ou prototípicos [...] (van Dijk, 2002b, p. 162, grifo nosso)

O que o autor denomina de *frame* ou *script* – como modelos tornados prototípicos – seria o equivalente à representação social de cariz hegemónico, no entanto, enquanto a formulação desta é pensada a partir de processos comunicacionais, van Dijk (2002b) apenas pontua que, “aparentemente”, os modelos são partilhados pelos membros da sociedade. Por exemplo, ao ler uma reportagem sobre a prisão de imigrantes brasileiras em situação ilegal numa casa de alterne, o leitor insere no seu modelo atual sobre o tema, informação “scriptual” sobre o Brasil, as mulheres brasileiras, a imigração ilegal, etc. Neste sentido, o aspeto autónomo individual repousaria no facto de que, apesar da utilização de *frames* para construção ou atualização de modelos, estes permanecem relacionados, sobretudo, com experiências pessoais dos indivíduos. Portanto, cada utilizador da língua é passível de poder sempre construir uma interpretação específica de um discurso.

⁹ Isto indica que se, por um lado, é muito difícil às pessoas lembrarem-se e reproduzirem reportagens sobre um mesmo tema lidas/ ouvidas/ vistas anteriormente, por outro, elas conseguem recuperar os modelos construídos durante a fruição desses materiais.

“O que, para um leitor, é importante em um discurso, pode não ser para outro, o que resultará numa construção macroestrutural diferente do modelo” (Van Dijk, 2002b, p. 164). Portanto, os modelos cognitivos correspondem a esquemas recursivos (referentes a experiências individuais) e categorias de situações prototípicas que, conjugadas, organizam as proposições e macroproposições do discurso. Neste sentido, pois, compreendemos como embora a totalidade dos imigrantes brasileiros contactados reconheçam eventos estereotípicos presentes na cobertura jornalística sobre o Brasil e os brasileiros, a sua leitura sobre os mesmos – ou a sua construção de modelos – varia.

Esta estrutura categorial, por sua vez, também condiciona a recorrência a modelos antigos que sejam relevantes para compreensão de determinada situação. Neste sentido, van Dijk observou que em contextos de comunicação do racismo, as pessoas tendiam a ativar modelos de situação negativos quando membros de um grupo étnico minoritário eram discutidos; de modo similar, quando se abordavam experiências negativas, geralmente ativava-se uma referência a membros de minorias como os seus possíveis atores. “Evidentemente, esse ‘viés’ na compreensão e no processamento do modelo é monitorado por esquemas preconceituosos subjacentes na memória social” (van Dijk, 2002b, p. 171). Assim, pois, entendemos que quando os jornais enfatizam na cobertura de notícias sobre prostituição, tráfico sexual e crimes diversos, a nacionalidade brasileira dos seus personagens, eles reforçam este processo em que se recorre a modelos antigos.

Todavia, no final do seu texto sobre os modelos que aqui discutimos (também datado de 1988, apesar de utilizarmos uma versão de 2002 publicada em português), van Dijk deixa em aberto algo que, então, já havia sido equacionado por Moscovici em termos comunicacionais: qual a relação precisa entre modelos particulares, modelos generalizados e *frames*? O autor cita como hipóteses para transformação de uns em outros a descontextualização progressiva, a generalização e o processamento de abstração.

María Ordóñez (2015) assinala a ampla intervenção dos media massivos neste processo de descontextualização progressiva e generalização, todavia, de forma similar a van Dijk (2002b), sublinha também que os media não atuam sozinhos na construção da realidade social: nesta igualmente intervêm diferentes elementos do contexto e da experiência pessoal dos indivíduos. No entanto, “[...] estas realidades do quotidiano de um indivíduo são transferidas e reelaboradas a partir das lógicas próprias da mediatização” (Ordóñez, 2015, p. 91).

Portanto, segundo a perspectiva desta autora, a própria construção de modelos seria fortemente influenciada pelos media, responsáveis por impregnar a realidade quotidiana com imagens seleccionadas de um sem fim de possibilidades noticiosas que representariam, pois, a sua interpretação dos factos sociais. Neste sentido, a união daquilo que é difundido pelos media mais a informação contextual que cada indivíduo ou grupo partilha sobre um determinado tema molda um evento ou relato até que ele se torne estereotípico.

Pensamos também que parte da explicação pode ser estabelecida em termos de ideologia, pois, como explica van Dijk, as funções sociais das representações sociais preconceituosas aplicadas ao discurso são a generalização e normalização do conhecimento social e das opiniões partilhadas com os outros membros do grupo.

Assim, as ideologias de grupos dominantes controlam o desenvolvimento das RS, a formação de modelos, a produção da acção e o discurso dos membros dos grupos de tal forma que o grupo manterá o poder e reproduzirá a sua hegemonia relativamente a grupos dominados, como tem sido mais óbvio nos casos de classismo, sexismo e racismo. (van Dijk, 2005, p. 113)

O conceito de estereótipo em Lippmann

Como explica Michael Curtis na introdução à edição de 1998 do clássico *Public Opinion*, Lippmann foi o responsável por empregar pela primeira vez o termo “estereótipo” ao utilizar as expressões “formas estereotipadas” e “hábito de moldar” em seu livro. Todavia, desde pelo menos o séc. XIX¹⁰, autores como Jeremy Bentham, Karl Marx e outros já falavam de “ficções”, “ideologias”, “derivações”, “mitos” e afins que as pessoas comumente utilizavam no lugar de entidades reais.

A problemática levantada pela ideia de estereótipo é quase tão antiga quanto as civilizações mais longínquas, sendo possível encontrar dela ecos em escritos milenares como os de Platão. Nesse sentido, a originalidade da obra de Lippmann repousa não apenas no facto de ter cunhado o termo “estereótipo”, mas também de ter sido o primeiro a postular (em 1922, ano da primeira edição de *Public Opinion*) a ideia de que os indivíduos não veriam a realidade como ela é e sim como a percebem, fenómeno que denominou – por empréstimo do pensamento freudiano – de “pseudoambiente”.

¹⁰ Conforme Baczko (1991) também explica a propósito da genealogia das análises sobre os imaginários sociais.

Assim, as distorções emergiriam não apenas de fatores emocionais e de necessidades pessoais, mas também dos estereótipos – as imagens que todos nós possuímos acerca de pessoas e objetos; os quais, por sua vez, corresponderiam a um processo cognitivo derivado do facto de a realidade envolvente ser muito vasta, complexa e fugaz, o que faz com que as pessoas, para lidar com esta e lhe atribuírem um significado, recorram a generalizações e a outros processos afins.

Seria útil enxergar os estereótipos como imagens, categorizações ou generalizações sobre uma particular visão, ou como a ênfase dada a determinadas características e padrões de comportamento identificados com certa regularidade em indivíduos ou grupos. Pois, a indivíduos num grupo seriam normalmente atribuídas certas características referentes a este grupo. Tais traços podem relacionar-se tanto a aspetos biológicos ou psicológicos, quanto à pertença a grupos nacionais, étnicos ou religiosos. (Curtis, 1998, p. xxiv)

Esta problemática do conhecimento – conforme John Dewey denominou a questão levantada por Lippmann acerca da complexidade do real e da incapacidade dos indivíduos em apreendê-lo como tal – é explicada por Lippmann a partir da seguinte dicotomia: cada indivíduo ocupa uma pequena porção da Terra, move-se num círculo estrito e do seu também estrito grupo de conhecidos, apenas com uns poucos partilha a sua intimidade; o que conduz à conclusão de que, relativamente aos assuntos de interesse público, “[...] somos capazes de ver apenas uma fase e um aspeto” (Lippmann, 1998, p. 79). Todavia, das opiniões espera-se que abranjam um grande espaço e temporalidade e que digam respeito a uma diversidade de assuntos, os quais, aos indivíduos não é possível observar diretamente.

Mesmo quando essa observação direta ocorre, verifica-se – conforme Lippmann exemplifica a partir de diferentes estudos – que aspetos não condizentes ao evento original são criados pelo observador, cujas ações de seleção e criação no ato de relembrar se encontram dependentes do lugar que ocupa no momento da ação e da sua forma de observação. Isso significa que ao definir uma greve de trabalhadores, por exemplo, um empresário ou um político conservador a descreverão de um jeito, enquanto um militante de esquerda ou um trabalhador sindicalizado, provavelmente o farão de outra forma.

É assim, portanto, mesmo sem o citar, que Lippmann introduz a ideia de ideologia, ao dizer que no ato de definir (anterior à ação de observar, pondera) os eventos da complexa realidade envolvente, o indivíduo tende a selecionar o que a cultura na qual se encontra imerso já tem por definido, e a perceber esses eventos na forma estereotipada

por esta. Como se nota, esse processo, segundo a explicação do autor, mostra-se bastante similar aos processos cognitivos descritos por van Dijk e Moscovici, sem referência, porém, ao aspeto comunicacional apontado por este.

[...] as formas estereotipadas emprestadas do mundo não vêm apenas da arte, considerando-se a pintura, a escultura, a literatura e afins, mas também dos nossos códigos morais, filosofias sociais e agitações políticas. (Lippmann, 1998, p. 84).

A maioria das coisas do mundo é imaginada por nós a partir do que nos foi dito, antes de podermos experienciá-la, e tal conjunto de pré-conceitos governam profundamente todo o processo de percepção do real. Neste sentido, objetos, pessoas e eventos podem ser classificados como estranhos e mesmo aquele que seja apenas vagamente diferente será classificado como brutalmente oposto; e, de forma análoga, o que é apenas circunstancialmente familiar será normalmente definido como estritamente igual. Como se nota mais uma vez, esta ação descrita por Lippmann evidencia uma dinâmica bastante similar ao processo de ancoragem.

A problemática do conhecimento e, em particular, o conceito de estereótipo que ela abrange, deu origem a uma vasta literatura sobre a natureza empírica deste, dividida por sua vez em três perspetivas: sociológica, psicológica e cognitiva. Portanto, não apenas pelo facto de figurar como um dos fundadores do estudo sobre os estereótipos, mas também por ter influenciado os inúmeros trabalhos que se seguiram, julgamos válido trazer aqui Lippmann à discussão.

De acordo com Curtis (1998), na abordagem sociológica ao conceito que se seguiu ao livro de Lippmann, estabeleceu-se que os estereótipos faziam parte do complexo cultural e seriam absorvidos pelas pessoas por meio de processos de socialização, no âmbito da família, de grupos de pares, dos media... Neste sentido, os “estereótipos são vistos como dependentes da tradição cultural, dos interesses grupais e das diferenciações entre os grupos aos quais os indivíduos pertencem e o exterior” (xxv).

Já a orientação psicológica repousa numa leitura em que os estereótipos são vistos como reflexos dos nossos impulsos internos, frustrações e preconceitos e, nesse sentido, representam um mecanismo de defesa. Assim, derivado de frustrações individuais, as hostilidades internas seriam projetadas em entes externos como escape à complexa rede de sentimentos (positivos e negativos) com que o indivíduo se confronta, e com os quais não consegue lidar de forma satisfatória. Trata-se de uma forma de abordagem tributária

da literatura freudiana e que conheceu um amplo desenvolvimento nos estudos sobre as relações entre o nazismo e o antissemitismo.

Por último, a abordagem cognitiva seria aquela adotada por Lippmann nos seus trabalhos ulteriores sobre estereótipos e afins. Segundo esta perspectiva, a realidade não representaria algo externo ao indivíduo (a quem caberia compreendê-la), mas seria sim uma envolvimento que precisa ser construída a partir de contextos sociais concretos. Neste sentido, compreende-se a afirmação de Lippmann de que o papel do observador é sempre seletivo e, por vezes, também criativo.

Todavia, Curtis refere não ser claro se para Lippmann os estereótipos são ou não inerentemente negativos, pois ainda que indique o seu caráter deficiente, ele também adverte que a sua eliminação “empobreceria a vida humana”. Isto porque, conforme o autor argumenta, e como discorreremos mais à frente, a utilização de estereótipos também se caracteriza por ser uma ação de economia de energia, pois se fôssemos prestar atenção em pormenor a todas as subtilezas que constituem a realidade, tal tarefa seria no mínimo exaustiva.

Ainda que por razões distintas, tal defesa dos estereótipos de certa forma aproxima o autor de Moscovici (1988), pois, segundo este, a sensação de estranheza responsável por engendrar os processos de ancoragem e objetificação, também traria consigo a vantagem de evitar a habituação mental. Neste sentido, Curtis também questiona a ideia comum – estabelecida pela perspectiva sociológica acerca dos estereótipos – segundo a qual se julga que quanto maior o nível educacional, menor é a incidência de opiniões estereotipadas numa sociedade.

Como refere (citando o trabalho de Irving Janis, *Victims of Groupthinking* – 1972), geralmente num grupo de decisores formado por elementos com elevado nível educacional, o dissenso costuma ser evitado pela defesa coletiva, implícita, do modo de pensar do grupo.

O consenso é fruto não apenas da coesão, moral e autoestima elevados, mas também de uma maneira uniforme de se analisar o problema, que justifique a ação. Os membros do grupo sufocam a expressão da diversidade ou pontos de vista impopulares que não estejam em conformidade com a maioria. (Curtis, 1998, p. xxxii)

Tal ponderação refuta de certa forma a solução preconizada por Lippmann para salvaguardar a democracia, considerando a incapacidade do público em apreender toda a

complexidade envolvente e dos media em transmiti-la eficazmente: a constituição de departamentos de inteligência, formados por *experts* de diferentes áreas, responsáveis por aconselharem o governo no planeamento de políticas e na tomada de decisão.

Binómio funcional: economia de energia e defesa de posição

Atentar a todas as coisas do mundo, buscando diferenciar tipos específicos de generalidades, além de ser uma ação exaustiva, evidencia-se como praticamente impossível visto que, principalmente a partir da modernidade e cada vez com mais intensidade, a vida tornou-se múltipla e veloz. Embora grandes distâncias físicas separem os indivíduos, vários tipos de relações colocam-nos frequentemente em contacto – a exemplo de eleitores e os seus representantes, de empregados e patrão, jornalistas e público... –, havendo apenas oportunidade para o estabelecimento de um conhecimento íntimo num círculo restrito formado pelas pessoas que nos são fisicamente (e há bastante tempo) próximas, possibilitando, desta forma, a individualização da sua compreensão mútua.

Aqueles a quem amamos e admiramos mais são os homens e mulheres cuja consciência está povoada, sobretudo, por pessoas distintas em vez de tipos, aqueles que nos conhecem para além da classificação em que somos normalmente inseridos. Mesmo sem dizermos a nós mesmos, sentimos intuitivamente que toda classificação repousa sobre algum propósito que não é necessariamente o nosso [...] (Lippmann, 1998, p. 88)

Com exceção desta situação, o processo que ocorre a maioria das vezes é o da identificação de um traço, cuja conformidade a uma categoria faz com que o posicionemos no amplo quadro dos estereótipos que carregamos connosco. Ou seja, se partilharmos, por exemplo, o estereótipo de que os brasileiros são burlões e tomamos conhecimento de alguns imigrantes acusados de irregularidades, tendemos a remeter esta evidência para o estereótipo que, a par de outros relativos aos brasileiros, serve para compor a nossa imagem acerca desta nacionalidade. Tal ação, segundo o autor, corresponde a uma economia de atenção, necessária para que não nos sobrecarreguemos num processamento de informação que, se prestasse atenção a todo tipo de subtilezas, seria infinitamente demorado e cansativo.

É neste sentido também que, por vezes, a caracterização de grupos minoritários se evidencia estereotipada, todavia, tais estereótipos deixam de ser utilizados quando o indivíduo desenvolve alguma relação mais próxima com um membro das minorias em questão. Isto, no entanto, não significa que a pessoa deixará de partilhar opiniões

estereotipadas ou preconceituosas sobre certo tipo de grupos, pois o contacto mais próximo geralmente é percecionado como a exceção que confirma a regra, o que dá margem a comentários do tipo: “Não sou racista, tenho até amigos negros, mas...”.

No entanto, mais do que um instrumento prático, necessário no dia-a-dia para captar e processar a informação presente na realidade exterior, o processo de estereotipização corresponde também a um mecanismo de defesa utilizado como forma de validar e reiterar uma visão de mundo partilhada, à qual os nossos hábitos, gostos, capacidades, conforto e esperanças também se encontram ajustados. Nessa visão de mundo encontramos-nos adaptados e as pessoas e coisas ocupam para nós lugares específicos e desempenham as ações delas esperadas.

Não surpreende, portanto, que qualquer perturbação no sistema de estereótipos pareça como um ataque às bases do universo. É um ataque às bases do *nosso* universo, porém admitamos, não nos encontramos preparados para aceitar qualquer distinção entre O universo e o *nosso* universo. Um mundo transformado ao ponto em que aqueles que respeitamos sejam repentinamente desvalorizados e os desprezados tornem-se nobres, é desesperador. (Lippmann, 1998, p. 95)

Tal explicação encaminha o autor à conclusão de que os estereótipos não correspondem tanto a um sistema neutro, de cariz utilitário, para lidar com a confusa realidade envolvente, mas funcionam antes como uma garantia de validade das nossas perceções de valor, posição, respeito e direitos próprios. É desta forma que Lippmann relaciona os processos de estereotipização, também, com a esfera dos sentimentos mais profundos, relativos à noção de si no e em relação com o mundo.

Ao descrever este aspeto de defesa do posicionamento individual no mundo presente nos processos de estereotipização, Lippmann utiliza um exemplo que corresponde, do nosso ponto de vista, à visão condensada da sua abordagem sobre os estereótipos. Em uma passagem do capítulo VII do seu livro, o autor explica como Aristóteles, no primeiro volume de *Política*, procura defender a escravatura a partir de um argumento em que conclama os gregos a verem os escravos de um determinado modo que justifique tal *status*.

Nesse sentido, o filósofo sentiu a necessidade de ensinar aos gregos uma forma de olhar os escravos que comportasse a continuidade da escravatura, todavia esse olhar, antes de corresponder a uma evidência externa, diz respeito a um falso argumento, pautado numa generalização não comprovável. Isto porque, conforme Aristóteles defende, os

escravos assim o são por natureza, por terem nascido com a predisposição para servir alguém. Porém,

Se perguntarmos a nós mesmos qual é o problema com o argumento de Aristóteles, notamos que o filósofo começa por erigir uma grande barreira entre ele e os factos. Quando afirma que os escravos estão destinados a assim o serem por natureza, Aristóteles de uma só vez exclui a fundamental questão sobre, se entre estes indivíduos acometidos pela situação de escravatura, se encontram aqueles destinados por natureza a serem escravos. Para responder a esta pergunta, cada situação de escravatura teria que ser posta em causa. (Lippmann, 1998, p. 98)

Conforme observámos, esse pensamento exposto pelo filósofo corresponde a uma ideologia de defesa da escravatura e, ao ser partilhado pelos membros de uma sociedade esclavagista, conduz à situação em que aquele que possui escravos tende a perceber o *status* destes como algo dado, um facto da natureza. De forma consequente, todos os atos servis dos escravos serão classificados pelo seu senhor como uma confirmação da regra, e os eventuais rebeldes como uma exceção a esta.

De forma similar, Machado (2003) observou que as comuns imagens em Portugal de brasileiros como um povo alegre, festeiro e descontraído e, especificamente, das mulheres como sensuais e exuberantes, fruto por sua vez de uma mentalidade de tipo eurocêntrico e colonial, acabavam por se constituir numa prisão para os imigrantes que viam limitada a sua inserção profissional ao contexto do atendimento ao público e da diversão noturna (bares e afins). No seu contacto com imigrantes no Porto, o autor ainda observou que muitos deles acabavam por acentuar essas características comumente conotadas com os brasileiros, como forma de melhor se posicionarem neste mercado estratificado.

Em entrevista à então presidente da Casa do Brasil, Cyntia de Paula (que será analisada em capítulo subsequente), também se discorreu sobre a dificuldade, habitualmente apontada pelos imigrantes que procuram a associação, de exercerem a sua formação profissional em Portugal, pois, provavelmente fruto do estereótipo que associa a suposta simpatia brasileira (e consequente baixo nível intelectual) ao trabalho de contacto com o público, a eles são oferecidos sobretudo este tipo de vaga. É como se, uma vez chegados ao país, a sua experiência e formação pretéritas no Brasil de nada valessem.

Voltando a Lippmann, pelo exemplo citado a partir da *Política* de Aristóteles e pela forma como o denomina de estereótipo perfeito, caracterizando-o como contrário à realidade e precedente ao uso da razão, observamos, conforme Moscovici (1988) refere, a tendência da teoria da cognição social distinguir um pensamento que seria o lógico e um outro que se apresentaria como irracional – um viés de interpretação, pois, que Lippmann já evidenciava em 1922, aquando da publicação de *Public Opinion*. Ao analisarmos estas duas perspectivas em confronto – a de Moscovici e a da teoria da cognição social, subscrita por van Dijk e Lippmann –, é com estes autores que reconhecemos uma maior afinidade, pois não há como negar que, especificamente em relação aos estereótipos e à expressão do preconceito, um exame mais acurado das suas proposições, claramente leva a concluir a sua falibilidade, por normalmente procederem a uma generalização de características que são da ordem do individual para um grupo amplo de pessoas.

Todavia, a sua forte presença nas sociedades, mesmo nos extratos intelectualmente mais elevados, demonstra que os estereótipos não indiciam apenas uma ausência de pensamento racional, pois eles estão tão profundamente enraizados na tradição cultural (de um povo, grupo, etc.), que a sua validade nem chega a ser questionada quando convocados pelo indivíduo para o processamento de algum tipo de informação. Esta tradição, como é óbvio, é partilhada pelos membros de uma sociedade, no entanto, na análise de Lippmann, o aspeto social encontra-se ausente, pois, ainda que afirme ser a perceção guiada pela cultura onde o indivíduo se encontra imerso, as suas explicações sobre os mecanismos de defesa e economia de energia mobilizados nos processos de (re)elaboração dos estereótipos nunca vão além da esfera de subjetiva.

O facto é que, conforme observa Michael Schudson (2008), o conhecimento em Lippmann constitui-se como algo eminentemente visual, como se confirma também pelas referências do autor à definição/perceção (estereotipada) como anterior à *observação* do ente externo. Dewey, de modo similar, caracteriza a teoria do conhecimento de Lippmann como uma teoria do “espetador”, em que o conhecimento se apresenta como algo passivo, apreendido pelo indivíduo por meio da visão (DeCesare, 2012).

Dewey¹¹ discorda frontalmente deste entendimento, que sugere que os indivíduos estão atomisticamente isolados e em busca da compreensão do mundo por meio da sua observação.

Tal ideia de um “indivíduo isolado” é muito abstrata para Dewey, pois simplesmente não reflete a realidade da vida humana. De acordo com o autor, os indivíduos “sempre estiveram associados uns aos outros.” [...] o conhecimento emerge por meio “da associação e da comunicação, e depende da tradição, dos instrumentos e dos métodos socialmente transmitidos, desenvolvidos e sancionados.” (DeCesare, 2012, p. 112).

Tal análise acerca do cariz social do conhecimento, por sua vez, remete-nos à explicação de Moscovici sobre as representações sociais emergirem e disseminarem-se pela comunicação; o que, de certa forma, podemos entender como uma defesa de Dewey do conhecimento inerente às representações sociais, considerando, portanto, que estas não seriam contrárias ao pensamento racional. Por nosso lado, pensamos que uma abordagem em relação aos estereótipos e afins se encontra a meio caminho entre aquilo que é a leitura de van Dijk e de Lippmann, de um lado, e a de Moscovici, de outro. Ou seja, sem descurar o aspeto social que permite a emergência e disseminação de representações sociais, também atentamos para o facto destas representações corresponderem a visões limitadas, incompletas e generalizantes sobre entidades e factos reais.

Por fim, realçamos o facto de Lippmann também discorrer sobre um processo similar àquele descrito por van Dijk (2002b) acerca da (re)elaboração de modelos durante a apreensão de um discurso, ao afirmar que estímulos externos, “[...] especialmente quando se apresentam como palavras ditas ou impressas”, mobilizam uma parte do nosso sistema de estereótipos, provocando um fenómeno em que a sensação atual e o preconceito ficam ativos na consciência ao mesmo tempo. Ou seja, assim como van Dijk caracteriza os modelos cognitivos como a conjugação de esquemas recursivos e categorias de situações prototípicas, Lippmann faz o mesmo por outras palavras, ao caracterizar, embora de modo implícito, o discurso como uma forma de expressão de estereótipos e preconceitos, ao conceder ênfase às palavras ditas ou escritas.

¹¹ Tais comentários, desenvolvidos por Dewey após a publicação de *Public Opinion*, correspondem a um profícuo diálogo estabelecido entre os dois autores na década de 1920 sobre o papel dos cidadãos nas democracias modernas e a natureza do conhecimento (Schudson, 2008 e DeCesare, 2012).

E neste fenómeno de inter-relacionamento do sistema de estereótipos e da sensação na nossa consciência, o autor descreve três situações passíveis de ocorrer:

Se o que observamos corresponde eficazmente ao que antecipamos, o estereótipo é reforçado para o futuro [...] No entanto, se a experiência contradiz o estereótipo, uma de duas coisas pode ocorrer. Se o indivíduo é inflexível ou possui algum interesse poderoso contrário à reorganização dos seus estereótipos, ele lidará com a contradição como uma exceção que confirma a regra, não dará crédito à eventual testemunha, arranjará uma desculpa algures e, por fim, acabará por esquecê-la. Porém, se for alguém curioso e de mente aberta, levará em conta a novidade e permitirá que esta modifique a sua visão acerca de determinadas pessoas, factos ou coisas. (Lippmann, 1998, p. 100)

Como observamos pelo excerto acima, está também presente no jogo de manutenção e reprodução de estereótipos, a questão – consciente ou inconsciente, Lippmann não diz – da manutenção de privilégios, o que também determina uma parte da resposta do indivíduo a situações em que aquilo que é enunciado por um estereótipo é posto em xeque. Pensamos que assim é, pois, se os estereótipos são sempre relativos a outros diferentes de nós, o sistema de estereótipos (com as ideologias que lhe subjazem), ao relacionar-se com a visão de mundo do indivíduo e, consequentemente, com a sua identidade social, acaba por refletir necessariamente uma posição subalterna dos outros.

Imaginários sociais

No prefácio à obra *Los Imaginarios Sociales. Memorias y Esperanzas Colectivas*, Baczkó (1991) afirma que a ideia de sociedades perfeitamente transparentes, cuja representação seria um fiel reflexo da realidade, tem sido um tema constante das utopias ao longo do tempo. Tal persistência, todavia, é a prova do seu reverso, pois nenhuma sociedade, assim como nenhum grupo social ou poder de qualquer espécie consegue ser absolutamente transparente consigo mesmo.

Este pensamento, assim exposto, demonstra indiretamente o alinhamento do autor com aqueles analisados até aqui. Tal como Moscovici, van Dijk e Lippmann, também Baczkó, ao assinalar a impossibilidade de uma total transparência social e, consequentemente, ao assegurar a realidade própria dos imaginários sociais (assente no seu impacto variável sobre as mentalidades e os comportamentos coletivos, e nas múltiplas funções exercidas a nível da vida social), está a reconhecer o carácter criativo inerente à construção destas representações globais.

Os imaginários sociais emergem das análises de Baczkó com um sentido semelhante ao que Moscovici caracteriza como representações sociais hegemónicas: os imaginários

sociais são meios pelos quais as sociedades constroem uma identidade, dão sentido às suas divisões e constroem o poder no seu interior – não muito diferente do facto das representações sociais “participarem a cada vez da visão global que uma sociedade estabelece para si” (Moscovici citado por Hoijer, 2011, p. 6).

Esta explicação de Baczko (1991) conduz à conclusão de que a funcionalidade dos imaginários sociais assenta na organização e posse do tempo coletivo sobre o plano simbólico. O que é evidente a respeito das utopias, por conjurarem um futuro a alcançar e estruturarem os sonhos e esperanças coletivos, mas também em relação à memória coletiva.

Somente em abstrato, memória e esperança coletiva se opõem; na realidade histórica, quase sempre uma completa e alimenta a outra. Apenas nos esquemas simplistas a utopia aparece sempre como “subversiva” e a memória coletiva como “conservadora”; as realidades históricas demonstram ser muito mais ricas e complexas. (Baczko, 1991, p. 9)

No próximo capítulo, quando nos debruçarmos sobre a persistência de uma mentalidade imperial na realidade social portuguesa, travestida na ideia de “lusofonia” ou “cultura lusófona”, observaremos como a classe política trabalhou a esperança coletiva no limiar do novo milénio, e concomitantemente à entrada do país no bloco europeu, em que a partir da memória sobre a era dos descobrimentos, se procurou restaurar uma posição hegemónica de Portugal no contexto global de uma economia de mercado.

Assim, Baczko define os imaginários sociais como referências específicas do vasto sistema simbólico produtor de toda a coletividade, por meio dos quais esta elabora a sua identidade; é a partir de uma representação de si que a coletividade distribui papéis e posições sociais, expressa e impõe certas crenças comuns. O seu objetivo é produzir uma representação totalizante da sociedade, emergindo como uma espécie de “ordem”.

Como se supõe, a determinação de uma identidade conduz inevitavelmente à delimitação do território dessa coletividade e também das suas fronteiras, assim como acaba por definir a relação com os “Outros”: “[...] formar imagens de amigos e inimigos, de rivais e aliados; do mesmo modo, significa conservar e modelar as recordações passadas, assim como projetar para o futuro os temores e esperanças” (Baczko, 1991, p. 28). Baczko, de modo mais explícito que van Dijk, relaciona as ideologias com a produção de uma identidade coletiva.

Ao assegurar um esquema de interpretação coletiva utilizado em experiências individuais tão complexas quanto variadas, o dispositivo imaginário inter-relaciona não apenas verdade e informações, mas também normatividade e valores. Portanto, ao emergir como um esquema de interpretação e valoração, este dispositivo também se encarrega da adesão dos indivíduos ao seu sistema de valores, intervindo eficazmente na formação de condutas, ativação de energias e condução para a ação comum.

O interesse em trazermos este autor à discussão repousa, justamente, no facto de ele assinalar a memória coletiva como um dos polos do seu estudo sobre os imaginários sociais, pois, conforme procuraremos demonstrar mais à frente, a memória coletiva sobre um acontecimento qualquer – ou seja, a representação deste e não o acontecimento em si – é um componente importante das ideologias de um povo. Neste sentido, convém pontuar que para Baczko, as ideologias, assim como as utopias, correspondem a complexos sistemas formados pelos imaginários sociais e os símbolos sobre os quais estes se apoiam.

Assinala-se também que uma das principais razões pela qual um poder se reveste de imaginários sociais se deve à exigência de legitimidade que sobre o mesmo recai, a nível social. Ou seja, nenhuma cultura, assim como nenhum tipo de poder, pode ser justificada apenas por um princípio natural ou espiritual, sem estar obrigatoriamente relacionada com a “natureza das coisas” ou a “natureza humana”. (Bourdieu & Passeron citado por Baczko, 1991). Conforme veremos no capítulo a seguir, já no séc. XX o agonizante império português, procurando precaver-se da onda descolonizadora que varria o mundo após a Segunda Guerra Mundial, adotou a teoria luso-tropicalista como doutrina oficial para procurar legitimar o seu sistema colonial.

O *savoir-faire* dos imaginários sociais

Para melhor compreender a formação e atuação dos imaginários sociais nas sociedades contemporâneas, será necessário ter em atenção a história do seu *savoir-faire*, ou seja, o modo como os diferentes poderes os manearam ao longo do tempo, assim como os principais autores que se dedicaram a esse estudo (análise da sua estrutura e modos de funcionamento). Baczko (1991) refere Malinowski a propósito das sociedades ditas “primitivas”, em que o *corpus* dos mitos equivale a uma carta social, representativa e corroborativa da formação existente, com os seus sistemas de distribuição de poder, privilégios e afins.

Dada a importância capital destes sistemas de representações, por legitimarem a identidade e a ordem social, era natural que essas comunidades também designassem uma espécie de guardas dos sistemas, responsáveis por desenvolverem e aplicarem determinadas técnicas de manejo das representações e símbolos. Tal explicação, por sua vez, parece indicar o início do que se poderá entender como uma história da propaganda, mas há que ter cuidado na aplicação de um vocabulário moderno a sociedades sem poder estatal, pois nestas, “[...] tanto o imaginário social como as técnicas de manejo produzem-se espontaneamente e confundem-se com os mitos e ritos” (Baczko, 1991, p. 18).

Segundo o autor, apenas com a emergência de um poder estatal centralizado, cuja consequência, entre outras, foi a autonomização do terreno político, houve a possibilidade de as técnicas de manejo dos imaginários sociais também adquirirem autonomia e se diferenciarem.

Ao largo do extenso caminho histórico que conduziu os mitos com implicações ideológicas para as ideologias encobridoras de uma parte dos mitos seculares, formou-se progressivamente uma atitude instrumental e utilitária no que dizia respeito a imaginários sociais. As situações conflituosas entre os poderes opostos teriam estimulado a invenção de novas técnicas competitivas no âmbito do imaginário. (Baczko, 1991, p. 18)

No entanto, foi apenas a partir de séc. XIX, e sobretudo com mais intensidade no século seguinte, que a propaganda adquiriu um nível de cientificidade tal – amplamente favorecido pela emergência e consolidação dos meios de comunicação massivos – que acabaria por conduzir ao desenvolvimento de reflexões teóricas e investigações históricas sobre o assunto. Lembremos que parte da desilusão de Lippmann com o sistema democrático se deveu ao facto de ter presenciado o amplo uso de estratégias propagandísticas no decorrer da Primeira Guerra Mundial, conjugado com a incapacidade do jornalismo em informar de modo satisfatório o público (Curtis, 1998; DeCesare, 2012; e Schudson, 2008).

A relação estabelecida por Baczko entre imaginários sociais e técnicas de propaganda, estas como meios de controlar e manipular as representações e os símbolos, demonstra, a nosso ver, que certas representações sociais, principalmente as relacionadas com mitos, imagens e identidades mais antigas de uma sociedade, longe de emergirem e se disseminarem como um fenómeno natural, conforme se depreende da leitura de Moscovici, dizem respeito a estratégias de manutenção de poder – que envolvem grupos

sociais. Estes, ao afirmarem a sua identidade em contraposição a contingentes estrangeiros, por exemplo, buscam reafirmar a sua posição hierárquica superior.

Claro que quando Moscovici ilustra os processos de ancoragem e objetificação com o exemplo dos hemisférios cerebrais, é difícil estabelecer uma relação com a utilização de técnicas de propaganda, assim como parece descabido colocar a hipótese de tal representação social corresponder à manutenção de algum tipo de poder ou privilégio. Todavia, relativamente aos estereótipos e às ideologias que servem de base às representações sociais, uma análise acurada sobre o seu papel na manutenção de relações sociais assimétricas, demonstra a sua associação ao poder (não apenas ao poder central, de cariz estatal, mas às diversas formas de pequenos poderes disseminados nas sociedades).

Condizente com esta especialização, a partir do séc. XIX, da manipulação de imaginários sociais, emergiu um campo de estudo em que as análises seminais de Marx, Durkheim e Weber hoje são tidas como clássicas. Conforme Baczko recorda, para o autor de *O Capital*, ideologia diz respeito tanto às representações que uma classe social concede a si mesma, às suas relações com as classes antagónicas e à estrutura global da sociedade; quanto a uma deformação e ocultação das reais relações entre as classes, em particular as relações de produção. Nesta leitura, portanto, a ideologia só opera por meio do irreal e do ilusório (em oposição à verdade e ao conhecimento).

As estruturas e funções das ideologias mudam, dependendo do contexto histórico em que são registadas. Assim, a burguesia, em sua fase ascendente, confia em sua ideologia para denunciar a ordem feudal, revelar o carácter de classe do Estado, atacar a sociedade das ordens e o seu sistema de valores, etc. Uma vez que a burguesia alcança o poder, a sua ideologia esconde as relações de dominação e exploração capitalista, apresentando o estado burguês como a expressão do interesse geral, a propriedade privada dos meios de produção como o fundamento da justiça, moralidade, etc. O advento da classe trabalhadora marcaria uma rutura na história das ideologias. A consciência da classe trabalhadora implica não apenas o combate contra o domínio da ideologia burguesa, mas também e sobretudo, a exposição de todos os dispositivos ideológicos, em seus modos de produção e operação. (Baczko, 1991, p. 20)

Nota-se, portanto, o alinhamento de Marx com a perspectiva de análise dos imaginários sociais como uma deformação do real. Ou seja, de modo similar a Lippmann, o autor adota uma abordagem em relação à realidade em que esta emerge como algo dado, existente para além das representações feitas de si, emergindo estas, por seu turno, como um simulacro que visa encobrir e deturpar as reais relações sociais. A despeito da análise

de Lippmann repousar no campo da cognição social, observa-se que ambos contrapõem a realidade aos imaginários sociais.

Relativamente a Durkheim, a relação entre estruturas sociais e sistemas de representações coletivas emerge como a sua principal interrogação teórica. Para este autor, toda e qualquer sociedade apresenta um mínimo de coesão e consenso, cuja base consiste em algum tipo de convicção por parte dos agentes sociais quanto à superioridade do social face ao individual; ou seja, os membros de uma sociedade necessitam partilhar uma “consciência coletiva”, constituída por um sistema de crenças e práticas e representativa de uma instância moral absoluta.

O que há de interessante, segundo o nosso ponto de vista (e em linha com Baczko), na teoria durkheimiana sobre esta matéria é o reconhecimento do papel preponderante da simbologia no estabelecimento dessa consciência coletiva. Pois, só há comunicação entre os homens por meio de símbolos, exteriores aos estados mentais individuais e elaborados a partir de signos tomados como realidade. Conforme explica Baczko:

Na maior parte das representações coletivas não se trata de uma representação única, de uma coisa única, mas de uma representação eleita mais ou menos arbitrariamente para significar outras e impulsionar práticas. (1991, p. 21)

Conforme se depreende desta explicação, há similitudes entre o processo de objetificação descrito por Moscovici (em que uma imagem, como a dos hemisférios cerebrais, se torna símbolo de um conceito ou ideia) e este peso do simbólico nas representações coletivas referido para Durkheim. O que talvez indique estarem as diferenças entre as suas proposições não tanto nos processos responsáveis por engendrar as representações, os quais se mostram similares, mas no facto da análise durkheimiana dizer respeito a sociedades de cariz mais estável (e conservador), com o predomínio de representações sociais ditas hegemónicas, não muito condizentes, portanto, com a realidade vivida cada vez com mais intensidade a partir da segunda metade do séc. XX.

Já o enfoque de Weber relativamente aos imaginários sociais diz respeito àquilo que denomina de estrutura inteligível inscrita em toda a atividade humana, cuja origem está na procura dos indivíduos por um sentido para as suas condutas. É por meio desta rede de sentido, responsável em última instância por produzir o social, que se regulam os comportamentos recíprocos e as pessoas comunicam, constroem uma identidade comum, definem as suas relações com as instituições e afins. Baczko sintetiza esta interpretação

destacando que as relações sociais jamais podem ser reduzidas aos seus componentes físicos e materiais.

Como é possível concluir pela breve explanação destas abordagens clássicas, em Marx acentua-se a origem dos imaginários, em especial das ideologias; enquanto Durkheim se interessa mais pela coesão social advinda da relação entre estruturas sociais e representações coletivas; e Weber, por sua vez, debruça-se sobre as funções dos imaginários na produção de sentido para as ações dos indivíduos. Comum a essas três leituras é

[...] a ambição de produzir um *discurso científico unitário* em resposta às interrogações sobre o homem e, por conseguinte, sobre a sociedade global e o seu futuro, discurso que seria produzido por *uma* ciência social considerada ela mesma como “fundamental” em relação às outras, quando não “global”. (Baczko, 1991, p. 23)

Porém, já a partir do séc. XIX e com cada vez mais intensidade ao longo do séc. XX, o fluxo de informações tornou-se vertiginoso, ao expandir o seu alcance geográfico e a quantidade de dados por ele captada; tal impossibilitou a manutenção de um discurso unitário. Como explica Baczko, os meios de comunicação de massa não apenas aumentam o fluxo de informação, como também formatam as suas modalidades. De uma forma similar a Lippmann, o autor indica o perfil caótico da informação transmitida de forma massiva, assinalando as suas características: fluxo contínuo (chega aos recetores várias vezes ao dia), engloba todo o planeta, conjuga dados estatísticos com imagens e, assim, acaba por tocar todos os âmbitos da vida social.

A informação está centrada na atualidade e, portanto, está necessariamente atomizada, esparramada: o acontecimento que hoje está em evidência, no dia seguinte é rechaçado e esquecido. Esta massa de informações, devido a sua quantidade e qualidade, presta-se particularmente às manipulações. (Baczko, 1991, p. 32)

Essa manipulação baseada em ações de seleção e hierarquização da informação estabelecidas pelos emissores não diz respeito apenas, como facilmente se é levado a pensar, a instrumentos de censura e propaganda utilizados comumente por governos ditatoriais. Pois, as informações cada vez mais atomizadas e em maior quantidade suscitam permanentes inquietações e tensões nos indivíduos, o que conduz a um reforço da necessidade de unificação social. Ou seja, cada vez menos capazes de dominar a massa fragmentada de informação, os indivíduos sentem uma maior necessidade de representações globais e unificadoras.

Como se observa, portanto, a leitura de Baczko assemelha-se no diagnóstico ao jornalismo, e aos meios de comunicação em geral, à de Lippmann. Difere, porém, na identificação do que para um seriam as consequências e para o outro as causas do seu modo de produção, pois, enquanto Lippmann assinala como suscitadores da produção de significações estereotipadas, a incapacidade dos indivíduos abrangerem toda a complexa realidade e a dificuldade do jornalismo em representar esta de modo condizente; Baczko afirma que os imaginários sociais, nos quais se inserem os estereótipos, não derivam de uma incapacidade cognitiva dos indivíduos, mas são antes engendrados por um desejo de apaziguamento que advém da sensação de desconforto provocada pela “realidade” transmitida pelos media, veiculada de modo constante, mas porém fragmentado.

Pois essa massa de informações transmitida acumula, por um lado, o imaginário coletivo, mas por outro, também o desloca ao funcionar apenas como uma tela onde são projetados os fantasmas individuais. Além disso, os meios massivos também fabricam necessidades, geralmente satisfeitas por eles mesmos, o que abre grandes oportunidades para a propaganda (de cariz privado). Por aqui se conclui, portanto, que os media são responsáveis por transmitirem não apenas informações atuais, mas também imaginários sociais (que eles próprios fabricam),

[...] representações globais da vida social, de seus agentes, instâncias e autoridades, dos mitos políticos, dos modelos formadores de mentalidades e comportamentos, as imagens dos “líderes”, etcétera. (Baczko, 1991, p. 32)

Por fim, pensamos que tal análise sobre os media massivos de certa forma se coaduna com a explicação de Moscovici sobre os processos comunicativos serem os responsáveis por fazerem emergir e por disseminarem as representações sociais, associando a essa explicação, no entanto, o aspeto de manipulação que está ausente na teoria das representações sociais. Uma manipulação – baseada em ações de seleção e hierarquização da informação – muito mais efetiva quando empreendida num processo comunicacional em que um único emissor controla a disseminação de mensagens para um número muito alargado de pessoas.

As ideologias, segundo van Dijk

Julgamos interessante trazer as análises de van Dijk sobre ideologia a esta secção, pois ele é também (ao lado de Baczko) responsável por uma reflexão marcante sobre o conceito. Mais precisamente, van Dijk concede um importante papel às ideologias em seu

método de análise crítica do discurso, ao assinalar serem estas expressas, adquiridas e reproduzidas pelas estruturas de texto e de fala socialmente situados.

Ao deslocar-se um pouco do seu campo original, a psicologia social (pelo facto da corrente dominante desta disciplina negligenciar, do seu ponto de vista, o estudo da ideologia), e aproximar-se da abordagem sociológica, van Dijk (2005) relaciona as ideologias com o quadro de normas e valores partilhado por um grupo, responsável pela estruturação das representações sociais e dos interesses globais desta coletividade.

Todavia, o autor não descarta de todo a abordagem sociocognitiva, ao indicar o papel preponderante das ideologias não apenas na estruturação das representações sociais, mas também na formação de modelos e produção do discurso. O que explica, por sua vez, o facto das atitudes não se formarem ou alterarem de modo arbitrário.

[...] As estratégias básicas de processamento da informação social não são definidas simplesmente em termos universais de cognição. De igual modo, a formação de normas e valores, e a sua aplicação na formação de opiniões, deve ser controlada também por um quadro ideológico subjacente. (van Dijk, 2005, p. 114)

Neste sentido, observamos que subjacente ao discurso jornalístico sobre as comemorações oficiais dos 500 anos de achamento do Brasil esteve uma ideologia nacionalista que relaciona a identidade portuguesa com valores de desbravamento, coragem, eficaz adaptabilidade em diferentes territórios e afins, os quais por sua vez conformam as representações sociais sobre a era dos descobrimentos e o imaginário social acerca deste período. Essa ideologia de perfil nacionalista também se encontra presente em peças relacionadas com o Brasil e os brasileiros, e pode ser identificada na forma como este Outro é percecionado e caracterizado.

Ao indicar o discurso como o meio de expressão das ideologias, van Dijk (2005) discrimina, a par do desenvolvimento de representações sociais, da formação de modelos e afins, a manipulação dos meios de produção ideológica (os media e a educação formal) como uma das formas de controlo exercida pelos grupos dominantes. Como diz:

Essa dominância também pode ser exercida pelo controlo dos meios de produção ideológica, como os *media* e a educação, e, por conseguinte, indirectamente, através do controlo do discurso público que expressa esses modelos que activam atitudes consistentes com a ideologia dominante. (p. 113)

Como se depreende desta explanação, van Dijk identifica nas ideologias a presença de funções sociais, a mobilização de estruturas cognitivas e a sua expressão e

reprodução discursiva – três categorias que correspondem aos seus elementos constituintes essenciais. Relativamente às funções sociais, observamos que, assim como Baczko assinala a disputa permanente (podendo tornar-se mais acirrada e visível em momentos de crise) entre os diversos imaginários sociais numa lógica de poder, van Dijk assume também uma abordagem em relação às ideologias em que estas, ao serem tratadas no plural, deixam de dizer respeito apenas – como era comum na corrente clássica – à legitimação da dominação de classe, para emergirem como sistemas partilhados tanto por grupos dominantes, quanto por grupos dominados, com o objetivo, comum a ambos, de promover os seus interesses. É neste sentido, também, que o autor pondera não haver ideologias “verdadeiras” ou “falsas”.

Ao discorrer sobre as estruturas cognitivas, o autor também explicita a correlação entre ideologias e identidade social (conforme identificamos no exemplo sobre a cobertura dos 500 anos do achamento), ao indicar ser esta a responsável por definir os interesses de um grupo, os quais justamente a ideologia busca salvaguardar. A identidade social, por sua vez, é construída com base nas seguintes categorias: pertença (quem pertence à coletividade e quem pode ser admitido nela), funções (o que se faz enquanto grupo), finalidades (por que desempenhamos essas funções), valores (relacionados com o modo como as funções devem ser executadas), posição (referente tanto ao lugar em que a identidade se encontra, quanto às relações com outros grupos) e, por fim, recursos (o que se tem e o que não se tem).

Claro está, muitas ideologias de grupo evidenciam não apenas uma representação do *self*, mas também de outros, o que explica, por sua vez, a extrema polaridade verificada em algumas delas (no sentido de desenvolverem uma dicotomia bem vincada entre nós/bons e eles/maus). Porém, na maioria dos casos (por exemplo, as ideologias relativas a categorias profissionais), essa representação social dos outros mostra-se mais subtil, apesar de ser algo subjacente a qualquer ideologia, pois, como afirma Baczko, ao definir uma identidade, a coletividade inevitavelmente também define as suas fronteiras, ou seja, estabelece a representação dos que se situam exteriores a elas.

Quando nos referimos a uma identidade nacional/cultural portuguesa construída e mantida sob base ideológica, as categorias que mais sobressaem são as de pertença – antes relacionada com o local de nascimento, mas mais recentemente voltada para laços de consanguinidade –, valores e posição (a ideia dos portugueses como um povo desbravador que dá novos mundos ao mundo) e, neste sentido, ainda que essa ideologia de grupo não

desenvolva, ao menos explicitamente, representações de outras identidades nacionais, estas emergem quando são caracterizadas em contraposição, implícita, com a identidade portuguesa. Como veremos no capítulo a seguir, no processo histórico de formação de uma identidade portuguesa, também alimentada por uma ideologia de perfil eurocêntrico, a concomitante representação dos povos colonizados por Portugal deu-se de forma claramente oposta ao paradigma racional ocidental, a qual ainda hoje permeia o discurso que se debruça sobre estes sujeitos.

Identities sociais

De acordo com o percurso estabelecido, está claro que a constituição de estereótipos (tanto em van Dijk quanto em Lippmann) encontra-se intimamente relacionada com a construção de identidades sociais. Porém, segundo o nosso ponto de vista, o autor que melhor esclarece a relação entre estereótipo e identidade social, embora sem utilizar estes termos, é Baczkó, ao identificar os imaginários sociais como meios pelos quais um grupo não apenas se percebe a si mesmo, mas também define as suas fronteiras e as consequentes relações com os que se localizam exteriormente.

Antes de mais, convém distinguir identidade pessoal de identidade social, pois como explica Carvalho (2008), enquanto a primeira diz respeito ao indivíduo e à consciência de si, a segunda refere-se a categorias coletivas. Todavia, diferentemente do que à primeira vista se poderia supor, o aspeto subjetivo não corresponde apenas à identidade pessoal, pois esta também é construída socialmente, de forma intersubjetiva, com as imagens que os outros refletem do indivíduo e as suas atitudes a se impõem como fundamentais para a autopercepção do Eu.

É verdade que a identidade social poder ser concebida como um perfil objectivo, através do qual um sujeito é caracterizável a partir do exterior, segundo a sua inserção em categorias sociais bem determinadas – nacionalidade, sexo, idade, profissão – ou outras que, não sendo tão “evidentes”, são objectiváveis pela conceptualização dos cientistas sociais – classe, filiação ideológica, religião [...] (Carvalho, 2008, p. 37)

A despeito desta determinação de identidades sociais a partir de certas categorizações, referentes a configurações socioeconómicas, territoriais e outras (por exemplo: ser brasileira, mulher, jovem, pouco escolarizada, etc.), Carvalho também pontua – em consonância com os autores que temos vindo a acompanhar – o facto das identidades revestirem uma dimensão simbólica, pois socialmente são atribuídos sentidos às categorias coletivas, relacionados, por sua vez, com sentimentos de pertença ou exclusão

experienciados pelos sujeitos. São vários os planos, pois, a interferirem na constituição das identidades sociais, que são também culturais, pois implicam significados partilhados, com os quais os indivíduos atribuem sentido às categorias e a si mesmos, qualificando-se em escalas simbólicas.

É por estar imbricada com as representações sociais que consideramos fundamental trazer à discussão a problemática das identidades. Além desta relação, há ainda o facto de na atualidade as identidades estarem envoltas de uma forte ambiguidade: a perspetiva individualista (liberal), emulada pela modernidade, não mais ecoa nos chamados novos movimentos ligados a identidades sociais (de género, de orientação sexual, religiosas, étnicas, etc.), os quais não se pautam já pela mera questão dos direitos individuais e passam a assumir uma postura mais afirmativa.

O que se compreende, pois antes de lutarem por igualdade de direitos (algo que se mantém presente), muitas das novas identidades sociais – como o caso do movimento LGBTQIA+ – necessitam primeiro de ver reconhecido o seu carácter distintivo. Todavia, ao “pessoalizarem” a vida coletiva, a clara distinção entre esfera pública e esfera privada torna-se de certa forma nebulosa.

A nível sociológico, os movimentos sociais apresentam-se como uma das mais importantes consequências desta mudança, em particular se tivermos em consideração o decisivo papel que lhes coube na definição de uma nova vertente, por assim dizer, de realização da nossa modernidade: a política da vida. (Esteves, 2008, p. 14)

No entanto, esta espécie de projeto reflexivo do Eu que emerge junto com a política da vida não é de todo díspar do pensamento moderno. Pois, se nas sociedades tradicionais a identidade era algo estável e à parte de qualquer problematização, a partir da modernidade o que antes era inquestionável, torna-se justamente objeto de reflexão. Como define Correia (2008), nessas sociedades a identidade fazia parte do todo constituído pelas realidades social e cultural, por sua vez construídas por uma elite, responsável pelo desenvolvimento desta narrativa (de tipo teológico) em que o destino dos agentes sociais se encontrava traçado desde o nascimento. Com o Renascimento surge uma nova perspetiva humana em que a identidade emerge como algo contingente e sujeita a revisões, num mundo que então se tornara “[...] laicizado e privado do conforto das cosmovisões tradicionais” (Correia, 2008, p. 133).

Esta problematização da identidade, por sua vez, caracteriza-se tanto pelo seu aspeto autorreflexivo, quanto intersubjetivo, no sentido de que a sua construção também

se baseia na relação com o outro e exige um reconhecimento mútuo. Esta base, todavia, deu margem para a constituição de duas concepções sobre a identidade: uma de cariz substancialista e outra construtivista – ambas se desenvolveram no interior do pensamento moderno e estão em disputa entre si há mais de dois séculos (Esteves, 2008).

Brevemente, a concepção substancialista compreende o Eu como essência e unidade, cujas características são inatas e inalteráveis; esta linha de pensamento remonta a Descartes, passando por Kant, Husserl e a razão iluminista, e atualmente pode ser identificada em certos ideais de “feminismo”, “negritude” e “sexualidade”. Já a vertente construtivista, presente em autores diversos como Nietzsche, Sartre e Marx, entende a identidade como um trabalho constante de construção, que se desenvolve ao longo da vida e por meio da ação; estas perspetivas contestam sobretudo que a diferença seja algo intrínseco.

De facto, o próprio desenvolvimento da modernidade dificultou a concepção de uma identidade englobante, conforme a define a linha substancialista. Logo nas primeiras décadas do séc. XX, sociólogos que analisaram a vida nas grandes metrópoles (por exemplo, Georg Simmel) constataram a presença de relacionamentos variados e complexos, onde cada indivíduo se assume como membro de diferentes grupos, cada um deles representando um aspeto da sua personalidade. Isto significa, por exemplo, que o homem professor de liceu não é o mesmo, apesar de não ser totalmente diferente, do homem torcedor do Benfica, do homem católico praticante e por aí adiante... “Ou seja, as mudanças que foram pluralizando os papéis sociais complexificaram também o reconhecimento dos sujeitos” (Carvalheiro, 2008, p. 35).

Esta pluralidade relacional conduz a uma constituição múltipla de identidades em que dimensões territoriais, sexuais, classistas, nacionais, etárias e afins não se sobrepõem, mas antes se interseitam. Moscovici, ao contrapor-se ao conceito de representações coletivas de Durkheim, subscreve indiretamente essa concepção construtivista das identidades, pois, como explica, os indivíduos, ao serem confrontados com uma múltipla variedade de conhecimento por parte dos grupos aos quais pertencem, encontram à disposição para a sua seleção uma variedade de representações, dentre as quais, podemos dizer, algumas serão utilizadas para construção da sua identidade.

Considerando o tema do presente trabalho – as representações contemporâneas de imigrantes brasileiros em Portugal – e a problemática dos estereótipos tratada neste

capítulo, pensamos serem mais profícuas as questões levantadas pela conceção construtivista. Como indica Esteves (2008), o aspeto mais importante a emergir destas talvez seja, justamente a noção de subjetividade relacional, no sentido de que o estabelecimento de certa normalidade (por exemplo: a heterossexualidade) e de uma diferença em relação a quem não se encontra abrangido por esta, não é nada mais de que uma comparação estabelecida entre dois termos. Comparação esta que não se caracteriza como uma construção de cariz lógico e racional, no sentido de que as diferenças estão autoevidentes e apenas são nomeadas, mas como representações e imaginários sociais.

Consideramos, ainda, de suma importância ter em vista essa pluralidade relacional ao contactar os imigrantes brasileiros e ao analisar o seu discurso, pois o rótulo identitário “brasileiro” não tem o mesmo peso para todos os imigrantes. Como observámos, questões relacionadas sobretudo com nível de escolaridade, temporalidade da migração e situação socioeconómica desempenham um papel preponderante na forma como os imigrantes identificam e interpretam as representações estereotipadas sobre a sua nacionalidade que circulam em Portugal. Por exemplo, ao entrevistarmos um imigrante branco, com formação superior, casado com uma portuguesa e no país desde a década de 1980, ouvimos dele nunca ter percecionado qualquer atitude discriminatória dirigida a si, pois, “afinal, não correspondo ao perfil padrão de brasileiro”, apesar de reconhecer certas representações problemáticas no discurso jornalístico.

Identities sociais e media

Se a construção da identidade implica uma dimensão intersubjetiva e desde a modernidade, com cada vez mais intensidade, a sociabilidade ocorre num ambiente mediatizado, emerge como uma evidência clara a relação entre as identidades sociais e os media. Isto porque, para além de sua função mais óbvia, de transmissão, a comunicação, principalmente a partir do momento em que se estabelece sobretudo por meios massivos, também possui uma dimensão ritualística, atuando na criação e suporte a sentidos coletivos.

Conforme explica Carvalheiro (2008), o que nessa dimensão ritualística emerge como uma ideia de integração, de facto corresponde a um conceito caro à tradição sociológica funcionalista, que assume a necessidade de um consenso sobre determinados valores para que a sociedade funcione e cujo estabelecimento e reforço, a partir da modernidade, ocorre através dos media. Isto porque, em Estados-Nação cada vez mais vastos, só é possível estabelecer um sentido de comunidade e comunhão entre indivíduos

que não se conhecem e nunca chegarão a se conhecer, por meio de um consumo mediático que, apesar de ser individualizado, é simultâneo, pois o jornal diário, por exemplo, é todos os dias diferente, mas sempre igual em todos os territórios e pessoas a que chega.

Isto é o que Tarde (2005) denomina de “consciência de unanimidade simultânea”, responsável em última instância, do seu ponto de vista, por proporcionar a formação de um público. Carvalheiro, de modo similar, utiliza o conceito de “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson para pontuar o facto dos consumos mediáticos, ao emergirem como um rito coletivo, funcionarem como o cimento quotidiano das comunidades nacionais.

Porém, como já vimos, Baczko possui uma visão um tanto distinta da destes autores, pois para ele, a necessidade de unificação social pelos media não seria uma consequência dos desenvolvimentos da modernidade, mas da própria evolução dos media: ao transmitirem informações cada vez mais atomizadas e em maior quantidade, os media suscitariam permanentes inquietações nos indivíduos, fortalecendo assim a necessidade de representações globais.

Independentemente da perspetiva que se assuma, o facto hoje amplamente corroborado é que o sistema de significações desenvolvido pelos media incorpora hierarquias e esquemas de distinção social, ou seja, estabelece a produção social das diferenças. O que, segundo o nosso ponto de vista, também contribui para a disseminação e fortalecimento de estereótipos: os dispositivos mediáticos, ao lado do sistema de consumo e das indústrias da cultura, ao oferecerem possibilidades aparentemente ilimitadas de escolha (referentes a estilos de vida, aos quais se relacionam hábitos de consumo, marcas e afins), estão, de facto, a reverenciar opções formatadas (tidas como aceitáveis) e a excluir, dessa forma, os não encaixáveis em nenhuma das opções disponíveis, contribuindo assim, para a estereotipização.

Neste ponto pode gerar-se alguma confusão de interpretação, pois, quando aplicamos a análise funcionalista aos media, ao identificá-los como agentes de socialização de normas e valores, há uma discrepância com a ideia pós-moderna de que estes ofereceriam possibilidades ilimitadas de escolha. Carvalheiro equaciona esta aparente confusão ao explicar que uma conceção dos media também deve considerá-los como fontes ininterruptas de formas simbólicas, em que estas promovem um constante

reordenamento de significados, relações e lugares sociais dos sujeitos. Pois, como explica o autor de empréstimo ao pensamento de Anthony Giddens, a modernidade, com o seu inerente cariz reflexivo, emerge como uma “ordem pós-tradicional” em que o rotineiro é justamente o reequacionar permanente da vida social. Isto não significa que a comunicação mediada não seja preponderante para o estabelecimento de práticas, como dissemos, mas também se posiciona como “[...] um dos eixos da dinâmica social que é constitutiva da modernidade tardia” (Carvalheiro, 2008, p. 26).

Se tal explicação sobre os não encaixáveis a essa ordem soa vaga, lembremos que certas comunidades – como as tribos indígenas brasileiras, por exemplo –, ao caracterizarem-se por um estilo de vida diferente do padrão de consumo e em contraposição a entendimentos já arreigados de propriedade privada e uso da terra, acabam frequentemente por serem representadas de forma estereotipada pelos media. Essa não é a única forma pela qual os estereótipos se constituem, porém, é inevitável pensar que, ao contribuírem para o estabelecimento de diferenças, os media também acabam por desempenhar um papel preponderante na construção da representação daqueles que se encontram para além deste campo de diferenças.

Ao debruçar-se sobre a estreita relação entre consumo e comunicação nas sociedades atuais, Maurizio Lazzarato (2006) identifica a incapacidade da teoria política económica em compreender essa relação, pois hoje o consumo não se reduz mais ao simples ato de comprar, mas diz antes respeito à adesão a um mundo, transmitido pela publicidade através do que o autor denomina de máquinas de expressão (a opinião, a comunicação e o *marketing*). Este mundo (ou mundos), indissociável de certa ideia de identidade, constitui-se por regimes de signos em que a expressão é denominada de publicidade e se caracteriza como uma solicitação, ou melhor, uma incitação de partilha sobre determinada forma de se vestir, ter um corpo, comunicar, comer, de se movimentar e deslocar, etc.

[...] a expressão constitui uma solicitação, um comando, que são, eles mesmos, formas de avaliação, de julgamento, de repertório de crenças trazido para o mundo, a respeito de si mesmo e dos outros. (Lazzarato, 2006, p. 100)

Para Lazzarato, a expressão, ao constituir-se desta forma, deixa de ser uma avaliação ideológica. Mas segundo a nossa abordagem das ideologias, não podemos deixar de discordar desta tese, pois, ao apresentar-se como uma forma de avaliação eivada

de crenças sobre modos de vida (que devem ser sustentados pela posse de determinadas mercadorias), a expressão constitui-se mesmo como uma ideologia, no sentido de imaginário social. Pensamos que o autor, ao fazer esta afirmação, esteja a referir-se à ideologia na forma como esta é pensada como estrutura de dominação de classe. Recorrendo a conceitos desenvolvidos por Gilles Deleuze, o autor afirma que as atuais sociedades, ao emergirem como sociedades de controle, se caracterizam pela multiplicação da oferta de “mundos”, porém, tais mundos de consumo, informação, trabalho e lazer são banais, porque formatados para maiorias (segmentadas, porém maiorias) e, portanto, desprovidos de singularidade. Neste sentido, a liberdade de escolha posta à disposição do indivíduo na modernidade tardia, na verdade é uma liberdade ilusória, pois só é passível de ser exercida dentre os possíveis instituídos pela publicidade.

O seu modo de funcionamento é instigar maneiras de sentir que conduzam a maneiras de viver (por sua vez, envoltas nas mercadorias e serviços que compramos), o que indica que as “necessidades” satisfeitas pelo consumo são produzidas, não existem *a priori*. No entanto, estas modificações ao nível interior dos desejos não são acompanhadas, como é fácil supor, pela possibilidade de poder de compra – ou pertencimento a esses mundos – por parte de todos aqueles a quem a publicidade é dirigida (quase a totalidade da população mundial, considerando o alcance das redes de televisão atuais).

Vamos nos deitar, iniciamos atividades, fazemos isto ou aquilo, enquanto essas expressões continuam a circular (elas “insistem”) através dos fluxos das ondas de rádio, das redes telemáticas, dos jornais. Elas duplicam o mundo e nossa existência como um “possível”, que é, na realidade, um comando, uma palavra autoritária que se expressa pela sedução. (Lazzarato, 2006, p. 103)

Ao expressarem-se por um discurso autoritário (ainda que assim não pareça), os mundos publicitários evidenciam sua característica fundamental: o totalitarismo, expresso na rejeição e exclusão de outros mundos possíveis – existentes ou que poderiam vir a existir. Para melhor compreender como os “não encaixáveis” (desses mundos que, apesar de tudo, resistem) se relacionam com a problemática das identidades sociais, julgamos interessante chamar à discussão a noção de estranheza, tomada de empréstimo por Correia (2008) da obra de Alfred Schütz.

Segundo este autor, apesar do mundo da vida, próprio de coletividades bem integradas, possuir uma aparência de coerência e consistência aos seus integrantes, ele de

facto encontra-se coberto de suposições e ignorância. Na medida em que estas não são evidentes aos estranhos a tais comunidades, também não são facilmente assimiladas por eles. Primeiramente, convém esclarecer que o “mundo da vida”, “mundo da quotidianidade” ou “mundo do senso comum” definido por Schutz diz respeito à realidade intersubjetiva em que circula o agente social e onde impera não um interesse teórico, mas uma perspectiva fundamentalmente prática.

“Neste mundo da vida social e cultural, a sua realidade é tida como certa pelos homens comuns que o integram” (Correia, 2008, p. 138). Como se nota, ao definir-se a partir do sentimento de familiaridade experienciado pelo agente social, em que a realidade circundante emerge para si como algo *taken for granted*, este conceito de mundo da vida estabelece relação não apenas com os níveis estruturais profundos das representações sociais, conforme Moscovici entende o conceito de tema, mas também com as definições de ideologia desenvolvidas por van Dijk e Baczkó.

O “estranho” não dispõe de uma crença segura nos elementos que integram a concepção relativamente natural do mundo das comunidades em que se abriga. Encontra-se, antes, numa posição peculiar que lhe advém do seu desejo de interpretar correctamente o padrão cultural de um grupo pelo qual deseja ser aceite. (Correia, 2008, p. 146)

Este sentimento de estranheza nascido da falta de familiaridade com a cultura de uma comunidade diz respeito não apenas, como facilmente somos levados a supor, à situação do imigrante, mas também à do trabalhador que muda de emprego, à do estudante que chega a uma escola nova... Segundo o autor, os estranhos emergem como o símbolo da nossa modernidade tardia, ao encaixarem-se nesta designação, por exemplo, os desempregados num mundo onde o trabalho é a norma; os apátridas e exilados por não se encontrarem ao abrigo de países, num mundo ainda estruturado pelo conceito de Estado-Nação; a segunda e terceira gerações de imigrantes dos Países de Leste, “[...] embora da África só conheçam o que lhes é contado”, nascidos e residentes em bairros periféricos da Grande Lisboa ...

Porém, algo comum a todos estes diferentes tipos de estranhos é o sentimento de desenraizamento e contingência de que são vítimas, pois, apesar de não se sentirem confortáveis na assimilação das certezas que compõem o paradigma cultural das comunidades em que se encontram, eles fingem aceitar a sua coerência e lógica internas na busca de integração. Correia (2008) não utiliza o termo “fingimento”, todavia

caracteriza como um “faz de conta” a aceitação pelos estranhos das lógicas de grupo, o que nos leva a supor ser esta mais uma ação inconsciente, fruto de um enorme desejo de pertença que reestabeleça a identidade, do que um posicionamento racionalmente elaborado¹².

Nesta estratégia de aceitação é fundamental que a sua diferença (do “estrangeiro”) não seja evidente, o que explica o facto de a maioria das vezes o estranho não se expor. Todavia, como defende o autor e conforme temos discutido acerca da identidade, o reconhecimento é fator *sine qua non* da experiência emancipatória, sem o qual o indivíduo experiencia a sensação de um “tranquilo aniquilamento”. Conforme se percebe, portanto, uma outra perspectiva – a dos exteriores (não fisicamente) aos grupos – é aqui adotada ao analisar o sentimento de estranheza, pois enquanto Lippmann o caracteriza a partir do ponto de vista daquele para quem o outro é o estranho à (sua) norma, Schutz também se debruça sobre aquele que experiencia a estranheza, mas que em contrapartida deseja integrar-se no grupo.

Neste sentido, pomos a hipótese de que nesta relação de estranheza mútua, visões estereotipadas também emergem da parte daqueles que são estranhos, mas desejam integrar-se nas comunidades de acolhimento. Porém num contexto distinto, pois justamente em razão da sua situação peculiar (como aqueles que desejam pertencer a um “nós”), os estereótipos formulados e disseminados pelos estranhos nunca chegam a integrar um sistema estrutural de subalternização dos estereotipados, ao contrário do que acontece com os próprios.

Nesta dinâmica paradoxal em que os estranhos buscam ser aceites (sem o conseguirem), mas também anseiam por verem reconhecida a sua diferença, pagando assim “[...] as consequências dessa diferença passo a passo, na escola, na política, no desporto, na família” (Correia, 2008, p. 147); o que se observa da parte dos membros da coletividade é que a existência de “estranhos” entre “nós” não apenas desestabiliza o conforto da ordem, mas também dificulta o próprio exercício classificatório, por aqueles não se encontrarem a uma distância segura, mas já circulando e habitando o seio da

¹² Nas entrevistas aos imigrantes, observamos em alguns deles um discurso mais “colonial” e “metropolitano” em relação ao Brasil e aos brasileiros, que aquele geralmente identificado em Portugal. A impressão que retivemos é que alguns aparentemente assimilaram de forma integral as visões mais correntes, e estereotipadas, sobre o seu país e nacionalidade, ao frisarem, por exemplo, não se relacionarem com conterrâneos porque “brasileiro só quer passar a perna no outro”.

comunidade. Importa, em seguida, compreender como os media representam estas identidades fugidias.

A representação das minorias

Ainda sobre a figura do “estranho”, Correia (2008) questiona qual o espaço e quais as formas da sua representação nos media, pois se as sociedades contemporâneas multiplicaram as possibilidades emancipatórias, também aumentaram as formas de repressão e estigmatização do estranho. Isto, conforme temos discorrido, também se dá a partir dos media que, apesar da função socializadora que são convidados a desempenhar e, especificamente, dos imperativos deontológicos do jornalismo, promovem muitas vezes representações distorcidas e estereotipadas de minorias.

Tal ocorre em razão de duas dinâmicas. Uma relaciona-se com a própria natureza do jornalismo e intensificou-se a partir de meados do séc. XX, quando os jornais passaram a integrar grandes conglomerados mediáticos e a atingir um vasto contingente de pessoas, e tem a ver com a necessidade de oferecer como notícia um produto que seja atraente para a comunidade. Neste sentido, há um esforço em tornar as suas narrativas facilmente compreensíveis, o que acaba por associá-las, portanto, ao mundo da quotidianidade dos indivíduos.

Todavia, nesse esforço em operar dentro das fronteiras do que é socialmente admitido, o jornalismo acaba geralmente por reproduzir a visão convencional associada ao senso comum, este eivado de estereotipias. Neste contexto, não há lugar para o saudável confronto entre os pressupostos do mundo da vida e a reflexividade instituída pela esfera pública – de que o jornalismo, se correspondesse sempre à sua natureza ética e deontológica, seria um dos seus primeiros responsáveis.

Por exemplo, identificamos em inúmeras peças publicadas durante o primeiro período de análise (2000-2005), e situadas na secção de “polícia” (relativa a notícias sobre assaltos, furtos, sequestros, assassinatos e afins), a tendência para destacar o território de origem ou o fenótipo dos personagens; por exemplo: “gangue formado por brasileiros” ou “dois assaltantes negros” e por aí adiante. Pensamos que tal padrão de cobertura, conforme discorreremos nos capítulos a seguir, conjugado com esta estratégia discursiva de generalização, está relacionado com o senso comum que tende a associar a ocorrência de crimes às minorias, sem em contrapartida procurar refletir se de facto atos de delinquência são mais praticados por estes e que fatores de exclusão social promovem tal

incidência. Não é necessário dizer, pois, que não é, nem nunca foi, comum destacar nos jornais que um assaltante é branco ou português...

Mesmo os “furos”, indica Correia, apesar de sua suscetibilidade em perturbar o mundo da vida e alterar a rotina diária profissional dos jornalistas, são enquadrados pela representação mediática de modo a reduzir ou eliminar a sua contingência inerente. Isto, geralmente, por meio da associação a situações idênticas ou similares, já conhecidas e categorizadas¹³. Lazzarato (2006), de modo similar, afirma que no processo de atualização (aqui entendido como representação) dos enunciados expressos por um acontecimento qualquer (por exemplo, o maio de 1968), a sua imprevisibilidade é controlada a partir de uma lógica de unificação pela comunicação. Ou seja, aquilo que no acontecimento emerge com um caráter polifônico e aponta para a criação de novas possibilidades semânticas, nas práticas de informação e comunicação efetuadas pelos meios massivos é reduzido a uma expressão homogeneizada, em que se elimina toda a multiplicidade de falas.

Nesta leitura, como se depreende, a representação jornalística (tal como a representação mediática em geral) emerge como um dos campos sociais e políticos da luta pelo domínio de criação de sentidos a partir de enunciados. E para explicar este confronto, o autor utiliza os conceitos de plurilinguismo e monolinguismo, desenvolvidos por Mikhail Bakhtin.

[...] a criação diferencial de agenciamentos de enunciação é animada pelas forças sociais e políticas que visam à polifonia e à criação de novas possibilidades semânticas, que ele chama “plurilinguismo”. Ao contrário, as práticas da informação e da comunicação são constituídas por forças que visam à unificação, à centralização, à homogeneização, à destruição da multiplicidade e da heterogeneidade das falas, das línguas, das semióticas, processo que ele denomina de “monolinguismo”. (Lazzarato, 2006, p. 157)

Ao pontuar as múltiplas realidades representadas nos enunciados jornalísticos, em que se identificam padrões no uso de determinados estilos para a abordagem de determinadas realidades, e dispositivos retóricos e estratégias discursivas associados, Correia (2008) também se volta para investigações empreendidas por Bakhtin, porém numa leitura menos determinista em relação aos meios massivos. Considera que o discurso jornalístico não é apenas composto pela linguagem factual, esta mais intimamente relacionada com o mundo da vida do público, mas também pela reflexividade de diferentes articulistas, pelo

¹³ Como se nota, por meio de um processo de ancoragem, conforme Moscovici o define.

apelo à indignação moral (comum numa linguagem mais sensacionalista), entre outros; relaciona, depois, esta proliferação de géneros aos conceitos de dialogismo e heteroglossia desenvolvidos por Bakhtin, para afirmar a linguagem como um espaço de luta ideológica, em que uma cornucópia de vozes pode ser identificada no interior dos textos.

Porém, há outra dinâmica nos media a contribuir para a sua propensão para a produção de representações distorcidas e estereotipadas, esta relacionada com os desenvolvimentos da modernidade tardia, e que tem a ver com o interesse coletivo promovido pelos movimentos ligados às políticas da vida. Estes, ao defenderem não apenas bandeiras relacionadas ao devir no espaço público, mas também aquelas referentes à realização e definição individual e à escolha de estilos de vida, estimularam um outro tipo de cobertura, centrada não tanto em pautas coletivas, mas no olhar sobre as identidades minoritárias.

A busca de legitimidade cultural por parte de camadas sociais que finalmente ascendem à visibilidade pública e a mistura de elementos de cultura dita erudita com elementos de cultura popular contaminou o jornalismo, contribuindo para a generalização das notícias centradas no rosto humano e para a alteração de prioridades e critérios de noticiabilidade. Desde logo, a generalização de valores-notícia, menos centrados na atenção ao destino colectivo, tornou possível outros olhares sobre as identidades minoritárias: espreita-se o ridículo, a inversão, a falha ou o excesso, a curiosidade divertida ou o fascínio vagamente antropológico. Há uma espécie de desejo oculto de olhar o outro lado da “normalidade”, aquilo que não é percebido pela atitude natural. (Correia, 2008, p. 151)

Identificamos, pois, esta espécie de curiosidade divertida e fascínio vagamente antropológico em dois perfis¹⁴ (na primeira pessoa) de imigrantes brasileiros que atuavam no comércio sexual em Portugal, explicitados já no segundo período de análise. A impressão que retivemos da leitura de tais relatos é que, após a polémica suscitada pelas “Mães de Bragança” no início do séc. XXI e a série de reportagens que se seguiu sobre os temas “tráfico sexual”, “imigrantes brasileiras” e “prostituição”, os jornais procuraram observar de perto alguns imigrantes que escolhiam conscientemente vir para o país com esse intuito.

¹⁴ Um dos perfis consta na reportagem “Corpos que contam histórias” (p. 28-38), publicada na *Revista do Expresso* em 18/8/12, e diz respeito a Carla, então prostituta brasileira de 31 anos, que afirma o seguinte sobre o trabalho que exercia: “Dei-me bem. Tenho o dom da sem-vergonhice”. O outro corresponde ao relato “Na primeira pessoa - Paguei oito mil dólares às pessoas que me trouxeram para a Europa” (p. 4-5), feito por um imigrante brasileiro homossexual e presente no caderno P2 da edição de 31/6/10 do *Público*.

Se tais dinâmicas, aqui brevemente descritas, correspondem às principais formas de representação das minorias atualmente nos media, elas não as esgotam, porém, sendo possível identificar também exemplos de discursos plurais, sobretudo nos jornais ditos de referência. Por exemplo, Carvalheiro (2008), ao recensear as investigações acerca da cobertura jornalística sobre os temas “imigração” e “imigrantes” (aí incluindo já a segunda geração, ou seja, os nascidos em Portugal), observou que os jornais de referência tendiam a representar o “lado bom” do convívio nos bairros de imigrantes, enquanto a imprensa popular focalizava a conflitualidade existente nesses locais e a associação implícita entre delinquência e, no caso, africanos.

Observamos também na nossa pesquisa que, no primeiro período de análise, a par a intensa cobertura de delitos e afins cometidos por imigrantes brasileiros, os jornais demonstraram igualmente um acentuado interesse pelas burlas e discriminações de que aqueles foram vítimas. Conforme refere Correia (2008), portanto, não há percursos lineares e incontestáveis na representação de estranhos, a princípio inclassificáveis, mas sim um fluir de caminhos árduos e possibilidades erráticas¹⁵.

Etnicidade

Quando nos debruçamos sobre representações e identidades sociais de sujeitos migrantes, inevitavelmente somos conduzidos para os conceitos de nação e identidade nacional, e para a forma como cada cultura decide fazer a integração desses estranhos: se pela assimilação ou pela etnização. Estas formas de integração, como é fácil supor, e a despeito das suas distintas abordagens (como veremos mais à frente, a assimilação é mais voltada para o esbatimento das diferenças), não são capazes de eliminar toda a diferença percecionada no sujeito migrante e, pelo contrário, geralmente as reificam ao remetê-las a um fundo constituidor do que seria a essência de determinadas coletividades.

É com o interesse em compreender quais as representações sociais cuja construção e utilização a ideia de etnicidade influencia – tanto a geralmente partilhada pelo senso comum, como conjunto de características absolutas de grupos, quanto a utilizada pelas ciências sociais, como a diferença que faz a diferença – que nesta secção nos debruçaremos sobre o conceito e outros relacionados. Porém, como ponto de partida,

¹⁵ Um exemplo deste emergir de possibilidades ainda mal definidas encontra-se documentado num trabalho do mesmo autor (Correia, 2014) em que, ao analisar a cobertura do caso “Mães de Bragança” e reportagens acerca da mesma temática (a prostituição de imigrantes brasileiras), dez anos depois, concluiu que o discurso jornalístico evoluiu de um enquadramento dicotómico entre o Portugal profundo (as mães) *versus* a sensualidade inata da figura da brasileira, para uma abordagem mais assente em aspetos relacionados com o tráfico de pessoas e a imigração ilegal.

iniciaremos pela noção de identidade nacional e os imaginários sociais envolvidos no seu estabelecimento.

Como indica Carvalheiro (2008), e conforme também discorreremos a propósito das análises de Baczko (1991), os processos históricos de formação de identidades nacionais apontam para a construção das nações como símbolos e ideologias, em que a promoção do ideal de semelhança e comunhão entre os seus membros também traz a reboque noções de alteridade face o exterior. Este é um desenvolvimento fundamentalmente moderno, pois o próprio conceito de Estado-Nação emerge das teorias modernistas como uma consequência da racionalização das sociedades, que passam a assentar em ideais de cidadania e igualdade perante a lei.

Baczko identifica no conceito de Estado-Nação um mito político moderno, ao lado de outras noções como a de Progresso e Revolução, por sua vez relacionado com a evolução das ideias/imagens utópicas que, a partir do final do séc. XVIII (época de transição), deixam de se manifestar apenas no discurso ficcional para se posicionarem na história, com a noção de tempo convertendo-se na máxima inversão utópica. Isso porque os sonhos de uma sociedade distinta deixam de habitar apenas ilhas imaginárias para se projetarem, sob o estímulo da esperança coletiva, num futuro ao alcance da mão.

A grande mutação política dos tempos modernos, o advento do Estado Nação, não podia ocorrer sem certas condições simbólicas, a saber, sem as representações que dissolvem a exterioridade do fundamento do poder, que fundam o Estado sobre o seu próprio princípio e que, por conseguinte, supõem a autossuficiência da sociedade [...] (Baczko, 1991, p. 15)

Os pressupostos que o Estado-Nação carrega consigo, como indica Carvalheiro, são distintos daqueles em que assentavam as comunidades pré-modernas (baseadas em ideais de ancestralidade), mas de mesmo modo reclamam o estabelecimento e uso de signos evocativos, sejam estes: bandeiras, hinos nacionais, condecorações, uniformes das forças armadas, etc. Trata-se aqui da problemática, já abordada, da necessidade de representações (desenvolvidas a partir de um imenso caudal simbólico) fundadoras de legitimidade, tanto mais fundamentais com o advento do Estado, pois é um imperativo de toda e qualquer sociedade inventar e imaginar a legitimidade que outorga ao poder.

Porém, não obstante essa imagem de entidade unificada, é preciso ter em mente que as nações modernas europeias são “híbridos culturais” (Hall citado por Carvalheiro, 2008), em que o poder simbólico se instituiu a partir da subjugação de várias línguas e

culturas existentes no espaço geográfico da nação, em favor de apenas uma. Portanto, a própria ideia de identidade nacional subentende a existência fulcral de alteridades que, no caso europeu, se apresenta de forma ainda mais complexa, pois também abrange os territórios coloniais.

Esta complexidade acentua-se quando, mais contemporaneamente, grandes contingentes de migrantes começam a chegar à Europa (no caso português, sobretudo após o 25 de abril), constituindo-se nos “estranhos no meio de nós”, porém em relação aos ex-sujeitos coloniais, tratam-se de estranhos sobre os quais abundam imagens na sociedade de acolhimento; estas intimamente relacionadas com a noção de identidade nacional, considerando-se o jogo de alteridades que lhe é intrínseco. Neste contexto, o modelo de “etnização”¹⁶ para a integração de estrangeiros, em que uma série de categorizações, relacionadas com a ideia de ascendência, são utilizadas para a identificação de coletividades, assume diferentes abordagens quer essas coletividades sejam constituídas por ex-sujeitos coloniais ou não.

Etnicidade e exotismo

Durante estes processos de integração também se identifica a presença de mecanismos de exotização aos quais os imigrantes são sujeitos, compreendendo-se o exotismo a partir de uma perspectiva histórica, em que a sua construção atua como forma de dominação colonial e cultural (Machado, 2003). Todavia, quando se discorre sobre etnicidade, faz-se necessário distinguir a abordagem das ciências sociais ao conceito e aquela prevalecente no senso comum. Como explica Carvalheiro (2008), com a condenação das teorias racistas a partir de 1945, a Europa começou a substituir progressivamente o termo “raça” por “etnia”, no entanto, e fortalecido pelo incremento da imigração extraeuropeia durante o mesmo período, o novo termo permaneceu impregnado pela ideia do estranho em relação aos europeus.

A análise sociológica também observou que o entendimento corrente de etnicidade está geralmente relacionado com baixas condições socioeconómicas, referentes à migração laboral, o que explica, por exemplo, os ingleses no Algarve não serem habitualmente designados como um grupo étnico. Portanto, em vista da grande carga simbólica conotada com a etnicidade, fez-se necessário às ciências sociais também levá-

¹⁶ A outra modalidade de integração denomina-se “assimilação” e refere-se à inclusão dos migrantes nas instituições, contextos e redes sociais existentes na sociedade de acolhimento, provocando-lhes eventualmente modificações. Todavia, como Carvalheiro (2008) alerta, no senso comum prevalece a ideia de assimilação cultural como o abandono de culturas distintivas por parte das populações migrantes.

la em conta em sua abordagem ao conceito, pois este não diz respeito tanto a diferenças coletivas ligadas a origem, mas à relevância que se atribui a estas na hierarquização dos grupos sociais.

É isto que justifica, voltando novamente à situação dos ingleses no Algarve, o facto de, apesar da sua origem diversa, não serem identificados em Portugal como um grupo étnico, ao passo que é possível encontrar casos de etnicidade entre grupos com pequenas diferenças culturais (por exemplo, a relação entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte).

Quando uma determinada identidade influi no acesso ao mercado de trabalho ou na escolha de parceiros conjugais, está-se perante situações de etnicidade. Em suma, a etnicidade é a diferença tornada socialmente significativa a partir de uma ideia de origem comum. (Carvalheiro, 2008, p. 50)

Um fator que contribui para a formação de etnicidades reside na evidência de que o contingente migratório laboral da Europa é constituído, sobretudo, por populações de fora do centro “ocidental”, portanto, com características fenotípicas geralmente distintas das dos europeus. O que explica também o facto de, a despeito de incidir sobre aspetos culturais, a etnicidade permanecer associada a um componente racial, identificando-se o recurso às diferenças fenotípicas na construção das identidades étnicas, geralmente em três situações: quando estas são vistas como contendo especificidades culturais, quando estão relacionadas com diferentes estatutos simbólicos ou com distintas posições na hierarquia socioeconómica.

Nesse processo de formação de etnicidades, o processo concomitante de exotização ocorre a partir da fixação e essencialização das diferenças do Outro coletivo, o que corresponde, portanto, a um projeto de dominação cultural. Neste ponto, convém pontuar que adotamos a perspetiva do exótico utilizada por Machado (2003), que o relaciona a movimentos de exacerbação, solidificação e essencialização de estereótipos. Portanto, de forma distinta de algumas leituras clássicas sobre o conceito que o ligam à ideia de uma alteridade radical e a uma estética do diverso, o autor adota uma perspetiva ética em que o exótico emerge como uma ferramenta de domesticação, identificando-se historicamente a sua presença na identidade dos povos colonizados.

Neste sentido, ainda que também se identifiquem traços de exotização aplicados a contingentes de imigrantes não oriundos de antigas colónias (Machado cita uma série de investigações sobre imigrantes brasileiros na Argentina, Estados Unidos e Japão que

também os identificam deste modo), não há como negar que esse processo é mais intenso e perene quando se trata de ex-sujeitos coloniais, pois neste contexto, a sua alteridade emerge intimamente relacionada com a identidade nacional da sociedade de acolhimento e os movimentos de solidificação de estereótipos inserem-se numa dimensão essencial que é o tempo (comportando também, portanto, movimentos de reelaboração).

Como é possível depreender-se neste ponto, relacionamos os processos de exotização (como solidificação de estereótipos) ao entendimento do senso comum acerca da etnicidade (também verificável, como discorreremos mais à frente, na representação mediática). Assim identificamos que o pendor para a formação de identidades étnicas é indissociável do uso e aplicação de estereótipos, todavia, não obstante a sua rigidez, estas não são imóveis. Identificam-se elementos de reforço e esbatimento de etnicidade, tanto mais comuns em contextos em que diferentes grupos se inserem numa matriz étnica, passível de ser alterada com a chegada de novas populações imigrantes¹⁷.

A etnicização reforma a própria ideia de identidade nacional unificada. A marca das origens reconstrói a nação em segmentos internos diferenciados, cada qual com o seu valor simbólico. Todos pertencem à nação, mas as várias pertenças têm significados distintos. A etnicidade preserva, pois, o núcleo idealizado da nação, diferenciado das *outras* espécies de nacionais. (Carvalho, 2008, p. 54)

Etnicidade nos media

Por ser a etnicidade um fenómeno relacional, no sentido em que a etnia, como vertente identitária, só é passível de se estabelecer com base na dicotomia entre o “nós” e os “outros”, a comunicação emerge como um aspeto fundamental das situações de etnicidade. Conforme explica Carvalho (2008), as imagens mediáticas têm o potencial de interferir na definição social das identidades étnicas, pela forma como o público perceciona as diferenças associadas a grupos e lhes dão significado.

Diferentes estudos, de distintas áreas disciplinares, demonstraram que as audiências etnicizadas tendem a interiorizar as representações sobre elas produzidas pelos media

¹⁷ Esta espécie de matriz étnica é identificável, por exemplo, na realidade portuguesa onde não apenas os imigrantes brasileiros são etnicizados, mas também os oriundos das ex-colónias africanas. Conforme Machado (2006a) entende esse processo, os imigrantes em Portugal são inseridos numa hierarquia de alteridades (herdeira das antigas hierarquias raciais dos tempos coloniais), no entanto confrontada no final do séc. XX, num dos seus pressupostos mais fundamentais – a cor de pele branca como sinónimo de portugalidade – pela chegada ao país de imigrantes do Leste europeu. Neste caso, não se identificou um esbatimento étnico, mas a manutenção desta componente racial relacionada com a identidade nacional, por meio justamente da manutenção do rótulo “imigrantes do Leste”, pois este termo, geograficamente vago, tem implicações simbólicas no sentido de indicar uma distância insuperável, que “[...] expulsa simbolicamente os ‘do leste’ da Europa e os localiza num oriente mais remoto e exótico” (p. 123).

nacionais na formação das suas identidades; e partilham sentimentos de subrepresentação ou representação distorcida no espaço público da nação. Segundo o autor, este tipo de análise mediacentrado e baseado nos consumos e “usos” estabelecidos pela audiência esquece, todavia, que a receção das representações mediáticas se articula a uma dimensão de comunicação face-a-face; umas e outras fundamentais para o estabelecimento de pertenças e negociação de significados identitários.

Para se compreender a relação entre a etnicidade e os *media* é preciso, a meu ver, apoiar-se numa dupla análise das representações e dos sentidos apropriados. As representações mediáticas e os significados delas extraídos pelas audiências podem ser etnicizantes ou o seu contrário. Ou seja, podem potenciar, ou não, as diferenças ligadas à origem num sentido socialmente relevante. (Carvalho, 2008, p. 59)

Para além da observação desta dimensão contextual do consumo mediático, também devemos levar em consideração o facto de que o atual cenário, de cariz digital e transacional, rebalanceou o peso dos *media mainstream* nacionais na definição identitária das audiências minoritárias¹⁸. Na análise de conteúdo dos grupos de foco e das entrevistas feitas aos imigrantes brasileiros, levamos em consideração todos estes aspetos, todavia, lembramos que o estabelecimento e representação de identidades étnicas ocorrem, sobretudo, entre o grupo maioritário.

Para exemplificar estas análises, circunscrevendo-as à realidade portuguesa, debruçamo-nos sobre duas reportagens acerca de uma mesma temática – o relacionamento da maioria étnica portuguesa com as minorias étnicas –, publicadas em 2002 pelos jornais *Público* e *Expresso*. Antes de mais, lembremos que a transição entre os sécs. XX e XXI ficou marcada, em Portugal, pelo crescimento exponencial da sua população estrangeira, atraída pelas oportunidades suscitadas pelo afluxo de fundos comunitários e pela organização de grandes eventos como a Expo e o Campeonato da Europa.

Este crescimento do seu contingente migratório estimulou a elaboração de diversos estudos relativos às formas de integração dos migrantes e as dificuldades evidenciadas neste processo. Dentre eles, voltamos a atenção para o trabalho desenvolvido pelo Observatório da Comunicação – OberCom acerca, especificamente,

¹⁸ Por exemplo, ao questionarmos uma mulher de nacionalidade portuguesa, mas nascida em Angola, que havia residido e constituído família no Brasil durante 21 anos e que desde 1995 residia em Portugal, sobre como percecionava as representações do Brasil e dos brasileiros nos *media* portugueses, ouvimos como resposta que ela não lia jornais, não via canais de televisão portugueses (apenas os brasileiros *Globo* e *Record*) e não tinha relações de amizade com nacionais.

das representações dos imigrantes e minorias étnicas na imprensa escrita portuguesa (nacional e regional), em 2001.

O documento conclui que, nesse ano, a agenda nacional dos media sobre imigração centrou-se nos seguintes aspetos: sucessivos diagnósticos sobre o fenómeno; exposição da necessidade de reformas políticas que auxiliassem na integração dos imigrantes e minorias étnicas; denúncias de situações de exploração laboral, redes de máfia e prostituição associadas à imigração; e o noticiário de crimes relacionados com comunidades minoritárias.

Títulos como “Tráfico de droga - João Garcia em prisão preventiva” (Público), “Máfias do Leste viram-se para a moeda falsa” (A Capital), “Autor da facada em prisão domiciliária - Resolvido crime racista dos Olivais” (24 Horas); “Imigrante: legaliza-te!” / “Redes organizadas de tráfico de seres humanos” / “Quem quer empregar um imigrante do Leste?” (Diário de Leiria), “Ucraniano mata mulher” (Correio da Manhã), preencheram os jornais nacionais. (Obercom, 2003, p. 24)

Tal visibilidade dada à temática pela imprensa influenciava, concluíram os responsáveis pelo estudo da Obercom (Cádima et al.), as imagens que os portugueses tinham sobre a imigração, os imigrantes e a atuação política nesta área, o que evidenciava a capacidade da comunicação social em não apenas gerar informação, mas também opiniões e de marcar a construção do discurso. Neste âmbito, a influência ocorre não apenas em termos de *sobre o que pensar* (definição dos assuntos), mas também *do que pensar* (sobre os assuntos).

Analisemos, assim, a reportagem “Expulsão de habitantes dos bairros degradados defendida por um quinto dos brancos da Amadora”, presente na edição de 18 de agosto de 2002 do *Público* (p. 54), e em que se expõem os resultados de um estudo encomendado pela autarquia. Intitulado “As populações do concelho da Amadora: relações interétnicas e representações”, a investigação deu-se no contexto, amplamente abordado pelos media, em que os bairros degradados da região de Lisboa, assim denominados por concentrarem as ocorrências de criminalidade, começavam a ser revitalizados – muitas vezes, com o realojamento de sua população.

Por concentrar não apenas o maior número de residentes de minorias étnicas de todo o país, como também o de bairros ditos problemáticos, por sua vez geralmente habitados por imigrantes e minorias étnicas, compreende-se o desenvolvimento de um estudo como este, e a posterior divulgação dos seus resultados pelos media, no concelho

da Amadora. No entanto, saltaram à vista as denominações étnicas utilizadas e a sua reprodução na reportagem, em que se reforçavam associações entre fenótipo e origem geográfica e mantinham o desconhecimento geral sobre as populações dos Palop e dos países do Leste europeu.

Pois, já pelo título conclui-se que—algo posteriormente explicitado na reportagem —os brancos mencionados eram portugueses; desconsiderando-se que entre os negros há muitos nascidos em Portugal e titulares de identidade portuguesa. Estes permanecem inseridos sob o rótulo “africanos”, assim como os brasileiros são representados no texto como uma minoria étnica não branca, prerrogativa dos portugueses.

Nesse sentido, concordamos com Machado (2006a) quando este caracteriza o discurso sobre etnicidade em Portugal, como uma forma politicamente correta de manter operante a ideia de raça. Pois, como se observa no emprego do termo “africanos”, este faz referência a negros, enquanto “brasileiro” remete a alguém mestiço.

A categoria “africano” é, obviamente, uma categoria que esconde uma diversidade muito grande de nacionalidades (cabo-verdianos, moçambicanos, angolanos, guineenses), que expressam diferentes realidades, mesmo classificatórias. Entre as nacionalidades, há um certo grau de maior e menor negritude atribuída, processo que tem sido equalizado na categoria étnica/ oficial de “africanos”. (Machado, 2006a, p. 122)

A reportagem do *Expresso* sobre o mesmo estudo (“Vidas separadas”, p. 10) foi publicada uma semana antes da do *Público*, em 10 de agosto, e a nosso ver, apresenta uma visão mais fundamentada, logo verificável pela escolha de um título menos sensacionalista. A reportagem do *Público*, ao declarar em destaque que um quinto da maioria étnica era a favor da expulsão dos habitantes dos bairros degradados, deixa em segundo plano aquela que é afinal a informação relevante da pesquisa: 40% dos seus inquiridos aceitariam sem problemas o realojamento dos habitantes desses bairros perto das suas casas, enquanto 29% afirmaram não ser contra, porém consideravam a hipótese de haver incómodos.

O texto do semanário também demonstra maior preocupação em explicar como o estudo foi organizado, como foram consideradas as minorias étnicas (africanos, ciganos, indianos, imigrantes brasileiros e imigrantes do Leste europeu), quer tivessem ou não a nacionalidade portuguesa. Todavia, não deixa de denominar diversas vezes — talvez reflexo da forma como o estudo foi conduzido — a maioria étnica como “branca”, o que

demonstra como a noção de etnia em Portugal tem claramente um cariz racial, levando inclusive jornalistas a se “esquecerem” que os imigrantes do Leste também são brancos, assim como entre os brasileiros, geralmente, há também brancos.

Estes dois textos representam apenas um exemplo de como no início do séc. XXI o discurso jornalístico português buscou cobrir, em termos étnicos, temas relacionados com os numerosos contingentes migratórios que chegavam ao país. No entanto, conforme o relatório da Obercom identificou e como também discorreremos acerca da representação mediática das identidades sociais, este discurso, mesmo entre os veículos *mainstream*, não é uno e não comporta apenas representações distorcidas e estereotipadas das minorias.

De modo similar, a sua incorporação pelas audiências (sendo estas formadas tanto por minorias étnicas quanto por maiorias) não é a mesma para os seus diferentes membros, mostrando-se dependente de outros contextos comunicacionais e de características que se intersejam com a identidade étnica, sejam estas relativas a género, nível socioeconómico e afins. Como já mencionado e conforme discorreremos de forma mais pormenorizada no respetivo capítulo, no nosso contacto com imigrantes brasileiros, observámos que aqueles com nível socioeconómico mais elevado (com escolaridade superior, melhores empregos, etc.) não demonstram um grande incómodo por alguma situação discriminatória pela qual já tivessem passado, apesar de não deixarem de identificar representações problemáticas sobre os brasileiros nos media.

Considerações finais

Conforme discorreremos brevemente na introdução a este capítulo (algo que será mais detalhado no seguinte), a relação histórica entre Portugal e Brasil – iniciada num processo típico de colonização e posteriormente alimentada por um fluxo migratório e de bens culturais (todavia, este mais intenso no sentido Brasil-Portugal) –, conduz a uma (re)produção mútua de imaginários, representações sociais e estereótipos. Do lado português, que é o que nos interessa, não apenas identificamos estes nos textos jornalísticos sobre os quais nos debruçamos, como também procuramos compreender o papel dos media na sua disseminação e estabelecimento. Como Machado (2003) comenta acerca deste processo,

Mesmo o colonialismo tardio português, no correr do século XX, teve a sombra do Brasil a guiar a empreitada como o “exemplo” a se alcançar em África. No final do século XX e começo do XXI, toda essa presença constante do Brasil se renova com a presença inusitada de imigrantes brasileiros, num movimento reverso de pessoas do Brasil para Portugal.

Toda essa gama ancestral de representações, imagens e estereótipos, são fantasmas constantes na percepção portuguesa da presença brasileira [...] (p. 23)

Considerando a sua presença nas notícias relacionadas com o Brasil e os brasileiros, fez-se necessário um trabalho mais acurado de conceituação de todos esses termos. Se decidimos iniciar pela teoria das representações sociais, foi porque apenas esta, pensamos, ao conceder preponderância à comunicação no processo de construção e estabelecimento de representações sociais, permite compreender satisfatoriamente a evolução das imagens sobre o país e a sua população verificada nos jornais e no discurso dos imigrantes brasileiros.

Todavia, a falta reconhecida na teoria (Hojjer, 2011) de uma análise crítica que vincule e explique processos de subalternização e dominação por parte de grupos majoritários, identificados subjacentemente a vários tipos de representações sociais, conduziu-nos também às análises de van Dijk e Lippmann. Sobretudo as do primeiro, ao identificar o discurso como responsável por expor e propagar as ideologias que permeiam o desenvolvimento dessas representações.

Ainda que van Dijk, diferentemente de Moscovici, não procure entender o porquê de imaginários, estereótipos, representações e afins “aparentemente” se mostrarem partilhados pelos membros de uma sociedade, indicando, portanto, o seu caráter social, julgamos que ao conceder relevância ao discurso para o estabelecimento destes, o autor indiretamente aproxima-se da perspectiva de Moscovici. Sem, contudo, descurar uma leitura crítica sobre as representações sociais na expressão do preconceito.

Como estes autores, por distintos meios, indicam e como verificamos nas imagens mais corriqueiras sobre o Brasil e os brasileiros em Portugal, as representações sociais geralmente desenvolvem-se sobre um fundo ideológico, o que também nos impeliu a realizar uma análise deste conceito. Sob o auxílio de Baczko, não reduzimos as ideologias à expressão da dominação de classe (leitura mais corrente), mas antes as caracterizamos como diferentes tipos de imaginários sociais, cuja matéria-prima repousa na esperança e memória coletiva.

No caso português, esta manipulação ideológica da esperança e da memória é tanto mais forte quanto, em diferentes períodos, uma ideologia de cariz imperial e colonialista procurou compreender a própria identidade nacional a partir de uma suposta vocação portuguesa para achar e colonizar territórios, e cujo ápice foi a era dos

descobrimos. As diferentes expressões dessa ideologia determinaram não apenas boa parte das representações sociais sobre os sujeitos colonizados – como é o caso dos brasileiros –, como também das identidades sociais de um e outros (colonizador e colonizados).

Neste sentido, não apenas decidimos discorrer sobre o conceito de identidade social pelo facto de as representações sociais sobre outrem, como indica van Dijk, comportarem sub-repticiamente uma dicotomia entre o “Nós” e os “Outros”, mas também porque, no âmbito desta pesquisa, as representações sociais sobre os brasileiros, assim como acerca de outros ex-sujeitos coloniais, atualmente com o *status* de imigrantes em Portugal, mostram-se intimamente relacionadas com a perceção de uma identidade portuguesa.

Por fim, consideramos relevante abordar os processos de etnização não porque os diferenciamos de modos de estereotipia, pois naqueles, de modo similar a estes, diferenças (sobretudo, ligadas a origem) não apenas são generalizadas, como emergem comum carácter essencializado, mas pelo o seu uso corriqueiro nos media como forma de identificar e caracterizar contingentes estrangeiros. Aqui tivemos atenção em pôr de um lado o senso comum em relação ao conceito de etnicidade, e de outro o seu estudo pelas ciências sociais.

A partir do trabalho neste capítulo empreendido, construímos o caminho para que a seguir discorramos, sob uma perspectiva histórica, acerca das imagens correntes do Brasil e dos brasileiros em Portugal.

A MÚTUA (RE)PRODUÇÃO DE IMAGENS: IDENTIDADES CULTURAIS BRASILEIRA E PORTUGUESA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UNS E OUTROS

Introdução

O estereótipo da malandragem conotado aos brasileiros, assim como o da exuberância da mulher brasileira, entre outros, já são lugares-comuns tanto no Brasil quanto em Portugal e, assim sendo, são identificados – se não de modo explícito, ao menos sub-repticiamente – no discurso jornalístico português quando os sujeitos das notícias são este país ou o seu povo. Neste sentido, pensamos que a melhor forma de compreender a sua perenidade, assim como os factos que engendram alterações nestas representações sociais, é por meio de uma análise às suas origens.

Apesar de se saber que muito do imaginário sobre o Brasil e os brasileiros partilhado em Portugal foi produzido e exportado pelo Estado e a cultura popular do país, conforme iremos abordar, há especificidades relativamente a esta leitura à portuguesa, estas por sua vez relacionadas com a história de Portugal e a sua relação com a antiga colónia e sua gente. Portanto, se neste capítulo pretendemos compreender as origens das imagens mais comuns acerca do Brasil e dos brasileiros, não o podemos fazer sem também nos debruçarmos sobre o processo de construção de uma identidade nacional brasileira. Todavia, temos em mente que, se alguns desses estereótipos são identificados tanto lá como cá, eles não se expressam de forma igual e vivenciam/vivenciaram dinâmicas distintas, em razão dos diferentes contextos onde são partilhados.

Neste sentido, recorreremos à teoria das representações sociais para compreender estes distintos fenómenos de evolução/ modificação de representações sociais, pois esta teoria explica como e em que contextos tais mudanças ocorrem. Por exemplo, Machado (2003), ao se debruçar sobre a polémica inserção da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD em Portugal a partir da sua cobertura jornalística, observou que algo novo, não comumente conotado com o Brasil pelos portugueses – o país como um produtor e exportador de religiões –, foi lido pelos media a partir de uma associação ao estereótipo da malandragem, corrupção e ganho fácil, o que configura uma clara utilização do processo de ancoragem, em que se associa uma representação social mais antiga a um fenómeno novo de modo a compreender este, inserindo-o na esfera comum de temas e crenças partilhadas.

Portanto, neste capítulo iremos analisar sobre as imagens, estereótipos e representações sociais mais correntes em Portugal sobre o Brasil e os brasileiros, procurando compreender como todo esse imaginário chegou até cá ou como aqui se produziu e se desenvolveu, fruto da longa relação histórica entre os dois povos. O nosso objetivo no final deste percurso é ter um panorama não só da imagem corrente do país e da sua população em finais do séc. XX – momento em que iniciamos a análise crítica das notícias –, como também dos processos envolvidos historicamente nesta construção. Pensamos que ao nos debruçarmos sobre estes processos estaremos melhor preparados para analisar o discurso jornalístico.

Emigração portuguesa e brasileiros torna-viagem

Se a relação entre Portugal e Brasil se inicia no séc. XV com a chegada às praias brasileiras da esquadra de Pedro Álvares Cabral, e com a *Carta do Achamento*, de Pero Vaz de Caminha, onde se encontra a primeira representação lusitana da terra recém-encontrada e da sua gente, é, no entanto, o séc. XIX o período crucial para a formação do que Igor Machado (2003) denomina de representações cruzadas, cuja influência se faz sentir até hoje em ambos os países.

Foi no XIX que ocorreram os conflitos antilusitanos, no contexto da independência e construção da identidade nacional em oposição a Portugal. Naquele momento, a emigração portuguesa para a ex-colônia atingiu o seu ápice. Muitos desses emigrantes retornaram a Portugal levando consigo às vezes riquezas, às vezes sotaque, etc. Nesse vai e vem de pessoas, mercadorias e idéias, estabeleceram-se embates, representações cruzadas, preconceitos e radicalismos. (Machado, 2003, p. 69)

Sobre o fenómeno migratório, Paulo Miguel Madeira et al. (2016) identificam no fluxo entre ambos os países uma corrente histórica, impulsionada na segunda metade do séc. XIX pelas sucessivas crises económicas em Portugal, que levou muitos portugueses para fora do país e que teve no Brasil um destino de eleição. Especificamente, é apontada a crise de 1889-1892 como o disparador de saídas para o Brasil, todavia, após o pico nas primeiras décadas do séc. XX, a tendência emigratória estabilizou-se, apesar de o país se manter como o principal destino para os portugueses até final da década de 1950¹⁹.

¹⁹ Foi só a partir de meados dos anos 1980 que ocorreu a inversão do fluxo migratório entre Portugal e Brasil, justificada pela prosperidade vivida pelo primeiro na sequência da sua entrada na Comunidade Económica Europeia - CEE.

Jorge Fernandes Alves (1999a) vai além e identifica nesta tradicional emigração para o Brasil, constituída ao longo de mais de um século, um elemento determinante para a sobrevivência económica de Portugal. Com o foco de saídas na região Noroeste do país, concelhos como Vila Nova de Famalicão viram partir todos os anos, no início do movimento ainda no séc. XIX, largas dezenas de emigrantes o que constituiu uma herança social em que numerosas famílias se viram repartidas pelos dois lados do Atlântico, produzindo laços estreitos de parentesco entre pessoas de Portugal e Brasil.

No entanto, dentre os que emigravam, muitos acabavam por voltar, dedicando-se novamente a atividades comerciais, industriais ou agrícolas, renovando, porém, as suas unidades de trabalho e participando de forma mais intensa da vida social e política. Neste sentido, ainda no séc. XIX estabeleceu-se em Portugal o imaginário dos brasileiros torna-viagem, ou simplesmente brasileiros, de facto emigrantes portugueses cuja representação literária, sobretudo pela pena de Camilo Castelo Branco, foi a de regressados ricos, porém estúpidos, gananciosos e com costumes, roupas e sotaque considerados exóticos (Machado, 2003).

Imaginário este cuja generalização a todos os regressados do Brasil Jorge Fernandes Alves (1999a) considera excessiva, pois se se notava uma maior presença no espaço público destes retornados, ela era assumida, no entanto, de forma discreta, com apenas uns poucos alcançando maior projeção, devido aos títulos nobiliárquicos obtidos e mais elevados estatutos sociais. Apesar desta sobrevalorização quantitativa, o autor não nega, no entanto, que mesmo os retornados remediados (correspondentes à maioria dos “brasileiros”) tiveram impacto no ambiente social do Noroeste português, ao modificarem a paisagem com novas habitações e ao utilizarem materiais pouco conhecidos por ali.

O que explica, portanto, a força do universo simbólico criado à volta desses brasileiros, com ecos até os dias de hoje²⁰. Conforme se lê num relato do jornalista Ribeiro Sá, publicado em *O Comércio do Porto* em 28 de setembro de 1864:

Há doze anos conheci Famalicão uma aldeola, e hoje vejo-a tão próspera e povoada que sei de muitas cidades do Reino que não são menos ostentosas do que ela e que não têm a sua povoação e riqueza. É tudo obra das estradas e de muitos dos chamados brasileiros [...] (citado por Alves, 1999a, p. 14)

²⁰ Presenciamos ainda hoje o uso do adjetivo “brasileiros” para emigrantes oriundos do Brasil e naturais de regiões do interior de Portugal.

Apesar deste relato jornalístico mais laudatório em relação aos brasileiros, a imagem que se estabeleceu, a partir de caricaturas mordazes, foi a do emigrante pavoneante e alardeador, rico, mas também selvagem e bruto. A que atingiu maior projeção foi a de Camilo Castelo Branco, com o tema a assumir grande importância na sua obra, tendo inclusive dado nome a duas novelas: *Os brilhantes do Brasileiro* (1869) e *A Brasileira de Prazins* (1882).

Como explica Aníbal Pinto de Castro (1999), o “brasileiro”, espécie de personagem-tipo da ficção camiliana, corresponde ao emigrante português para o Brasil que, depois de regressado a Portugal, emerge na cena social local “[...] quase sempre mais rico de cabedais que de cultura ou de simples educação” (p. 198). Esta presença na sua obra justifica-se, por sua vez, pelo contexto cultural em que a ficção narrativa se virava progressivamente para o denominado romance de atualidade. Como vimos, a presença desses emigrantes era muito notória na realidade portuguesa da época para passar despercebida a autores que cultivavam este género literário, a exemplo não só de Camilo, mas também de Júlio Dinis, Eça de Queiroz e Fialho de Almeida, entre outros – também estes responsáveis por representações ácidas dos brasileiros torna-viagem.

No entanto, tal representação de tamanha acidez não se pode justificar apenas a partir de uma arguta observação da realidade da época, revelando-se nesta generalização algo exagerada – os “brasileiros” bem abastados eram uma minoria (Alves, 1999a) – um ressentimento subjacente, também identificado por Igor Machado (2003) e Aníbal Pinto de Castro (1999). Especificamente no caso de Camilo, havia a revolta com o “brasileiro” Manuel Pinheiro Alves, com quem tinha entrado em conflito numa disputa amorosa.

Se ampliarmos a discussão, notamos, conforme indica Boaventura de Sousa Santos (2001) em referência aos estudos pós-coloniais, que a hibridação e ambiguidade características dos regimes identitários de colonizador e colonizado encontram a sua mais forte expressão no estereótipo, pois, ao evidenciarem a presença em simultâneo de elementos de fobia, medo e desejo na sua construção, indicam ser o reverso dos seus elementos negativos, justamente os seus elementos constitutivos. Ainda que a construção do estereótipo do brasileiro torna-viagem tenha ocorrido numa temporalidade em que o Brasil já era uma nação independente, nota-se na sua ênfase do aspeto selvagem desses emigrantes, a reapropriação de uma imagem corrente sobre o país desde o seu achamento.

Neste sentido, a ambiguidade deste estereótipo evidencia-se – à semelhança da imagem do Brasil na metrópole, no passado – no facto de, ao mesmo tempo em que o brasileiro torna-viagem é representado como um selvagem, ele também emerge como o emigrante rico que investe recursos próprios no desenvolvimento da sua terra; vítima de deboche, mas também de inveja subjacente... O facto é que esses brasileiros bem abastados, cujo imaginário se disseminou pela pena literária, apesar de serem minoritários e não corresponderem à enorme quantidade de emigrantes que se dirigiam para o Brasil na época, ao retornarem e ostentarem grandes fortunas e títulos nobiliárquicos, produziram profundas alterações na paisagem rústica e urbana; além de, ao voltarem, apresentarem hábitos distintos ao que era comum em Portugal, o que não poderia deixar de impressionar um autor como Camilo.

Como afirma Igor Machado, “Os *brasileiros* de torna-viagem ricos alimentaram o imaginário popular com suas botas largas, chapéu de abas fortes, claras, anéis de brilhante e cordões de ouro” (2003, p. 74). Portanto, a emigração para o Brasil, como dado económico e social determinante para a realidade portuguesa de então, em conjunto com o contraste cultural proporcionado pelo retorno dos torna-viagem ricos, tornou o Brasil um espaço fértil para o imaginário português de finais do séc. XIX e início do XX.

Como refere Jorge Fernando Alves (1999b) ao conduzir a discussão para o campo mais alargado da emigração em geral, desde cedo Portugal se interrogou sobre se seria positiva ou negativa a saída de pessoas do território, algo documentado desde o século XV, quando se iniciou a expansão marítima. Todavia, com o incremento deste fluxo a partir do séc. XIX, com destino sobretudo para o Brasil, o questionamento adquiriu maior expressão.

Mas se não era um bem, porque persistia a emigração como forma de resolver tantos problemas individuais e dessa forma também resolver ou criar problemas colectivos? Só uma resposta positiva sobre os seus efeitos ao nível das representações do senso comum poderia alimentar uma emigração continuada, como era a portuguesa [...] (Alves, 1999b, p. 234)

Estas representações positivas ao nível do senso comum parecem-nos indissociáveis de um certo imaginário criado à volta do brasileiro torna-viagem rico. Ainda que correspondessem a uma minoria, as ações comerciais, filantrópicas e as intervenções arquitetónicas realizadas por estes a partir do elevado capital obtido no Brasil, e as representações literárias e jornalísticas que deles se fizeram criaram no senso

comum português a ideia de Brasil como espaço a ser apropriado e cheio de oportunidades. Segundo Igor Machado (2003), tais representações, também ricas em descrições dos hábitos tidos como exóticos desses retornados, fizeram com que se reforçasse a imagem de país selvagem, perto demais da natureza, porém paradisíaco e prenhe de promessas para o emigrante português.

Se nas primeiras décadas do séc. XIX, tal imagem não fora suficiente para suscitar a emigração de extratos mais empobrecidos da sociedade portuguesa, pois até então o projeto de emigração era algo que exigia um certo dispêndio financeiro, a partir dos anos 1880 esta situação alterou-se, com a necessidade do Brasil empregar mão-de-obra barata perante o declínio da escravatura²¹. Neste sentido, o país começou a promover a vinda de um perfil de emigrante jovem, robusto, dotado de força braçal e sem qualificações, o que, segundo Jorge Fernando Alves (1999b), escondia situações escandalosas de exploração de emigrantes.

No entanto, nem mesmo o esforço de eruditos coevos em desconstruir o mito de riqueza fácil relacionado com o Brasil, e do Estado português em criar obstáculos burocráticos às saídas, fez com que estas se reduzissem drasticamente; mantendo-se o fluxo para aquele país, como vimos, forte e constante até meados dos anos 50 do séc. XX. Corresponde, pois, este incremento de uma emigração portuguesa mais depauperada, composta por um vasto número de analfabetos, à formação do estereótipo de “burro” conotado com os portugueses e utilizado por brasileiros.

Porém, de acordo com a nossa abordagem em relação às representações sociais e como Igor Machado (2006b) observa este caso em específico, há inversões significativas nestas representações; por exemplo, na sequência de distúrbios antilusitanos na sequência da independência do Brasil e do monopólio português na área comercial brasileira, até à proclamação da República, em 1889, prevaleceu a imagem do português como o espertalhão que tirava o trabalho dos brasileiros. De modo similar, o autor relaciona a persistência do estereótipo da malandragem associado aos brasileiros à imagem do

²¹ Como explica Alves (1999b), o primeiro movimento emigratório para o Brasil alicerçava-se numa rede de conhecimentos estabelecida no âmbito comercial. Com vista a ocupar postos nesta área no Brasil – entretanto, dominada pelos portugueses –, a família do futuro emigrante investia na sua “preparação”, custeando o ensino das primeiras letras. “Porque, no fundo da questão, estava um sistema minifundiário e um modelo sucessório que privilegiava um dos filhos, pelo que a exclusão familiar dos destinados à saída de casa era encarada com algum cuidado pelos ascendentes” (p. 239).

brasileiro torna-viagem fixada no séc. XIX, em que este também era visto como um embusteiro, com uma fortuna cuja origem era duvidosa.

O que observamos nos materiais jornalísticos sobre os quais nos debruçámos, mais de um século após o fenómeno “brasileiros torna-viagem”, é que de certa forma ainda hoje permanece vivo o imaginário de Brasil como terra preta de promessas, e do português como o colonizador de alma desbravadora. No contexto da crise económica que atingiu Portugal em 2008, e da consequente retoma do movimento emigratório que voltou a privilegiar o Brasil, identificamos o pulular dessas imagens – conforme analisaremos nos capítulos subsequentes – em reportagens sobre o processo de ida (em que se privilegiou o enfoque sobre as potencialidades do país para o emigrante empreendedor) e o quotidiano de emigrantes portugueses no Brasil.

Representações, autoimagem e identidade cultural

Se o séc. XIX, a partir das representações dos brasileiros torna-viagem e do consequente imaginário criado à volta do Brasil, estabeleceu em Portugal as imagens do brasileiro como um embusteiro/ malandro e do país como terra preta de promessas (independentemente das evoluções que tais imagens subsequentemente sofreram), encontramos traços dessas imagens já no início do período colonial. Posteriormente, esta forma do colonizador representar o país e a sua gente também acabou por ser incorporada na construção de uma narrativa de nação e de uma identidade brasileira.

Neste sentido, julgamos interessante trazer à discussão as análises de Stuart Hall acerca das identidades culturais, os meios de representação e as posições de enunciação. No texto *Cultural Identity and Diaspora* (1990), o autor defende uma abordagem da identidade cultural em que esta não é vista como uma estrutura unitária, no sentido de que há uma origem primordial que necessita de ser desvendada através de um trabalho arqueológico – Stuart Hall (1990) refere-se a certas leituras que procuram numa África unitária a origem e identidade dos negros caribenhos –, mas como um contínuo processo de tornar-se algo. Sempre contingente ao local em que se dá a construção dessa identidade, à historicidade inerente a essa construção (e que, em relação a povos colonizados e escravizados, é marcada por uma profunda descontinuidade) e à posição de quem a enuncia.

Este processo, nunca finalizado, de produção de identidade ocorre sempre no âmbito das representações (ou, conforme outros autores utilizados nesta pesquisa, como van Dijk,

a propósito do discurso), todavia, em relação a povos colonizados, como o brasileiro, observa-se que os regimes de representação do colonizador se tornaram parte considerável, e inerente, de sua própria identidade cultural. Ainda que a sua permanência não seja algo estável, mas como que uma herança reapropriada e retrabalhada sob diferentes formas.

Nesses regimes de representação, os sujeitos colonizados foram representados como o “Outro” – objetificável e unitário, não obstante a pluralidade das origens –, segundo as categorias de conhecimento do pensamento ocidental. No entanto, essas representações, como um sistema não apenas de conhecimento/ classificação, mas também de poder, fez com que os próprios colonizados se vissem e se percecionassem como esse Outro. Como afirma Stuart Hall (1990) a partir do pensamento de Michel Foucault, todo o regime de representação é um regime de poder, porém este conhecimento consubstanciado pelo poder é interno, no sentido em que não apenas se posiciona um grupo de pessoas como o Outro do discurso dominante, mas também o conhecimento subjacente é imposto a este grupo.

Tal imposição dá-se não apenas através da dominação exercida pelo colonizador, mas também por um poder de compulsão interna e de subjetiva conformação à norma. O que, pensando na situação dos sujeitos escravizados, retirados de forma violenta das suas terras e inseridos num sistema de conhecimento estranho a eles, se justifica pelo desejo de voltar a possuir um horizonte de referência. Isto não significa, pondera Stuart Hall (1990), que o período anterior à retirada de África deixe de ter importância para a constituição de uma identidade cultural, pois esse período tem histórias, e histórias possuem um efeito real, material e simbólico, porém não mais dizem respeito a um simples passado, localizável em alguma origem primordial. Neste sentido,

As identidades culturais são os pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, desenvolvidos a partir dos discursos da história e da cultura. Não é uma essência, mas um *posicionamento*. Portanto, há sempre uma política de identidade, uma política de posição, que não possui nenhuma garantia absoluta de uma "lei de origem" transcendental e não-problemática. (Hall, 1990, p. 226)

Nas suas análises sobre o caráter instável das identidades culturais, o autor utiliza como referência a situação dos negros caribenhos, descendentes de retirados de África para serem escravos naquela região distante. Porém, quando nos referimos ao Brasil, também há que levar em conta que o país possuía um enorme contingente de população

nativa, entretanto quase toda dizimada durante o processo de colonização. Neste sentido, Eduardo Lourenço (1999) não adjectiva os índios como sujeitos colonizados e/ ou como os construtores do que pouco a pouco seria o Brasil, pois ao serem assimilados, dizimados ou repelidos para o interior, foram excluídos da clássica relação de exploração entre colonizador e colonizado. A quem coube este título de colonizado, classificado pelo autor como o “verdadeiro colonizado brasileiro”, foi ao africano. No entanto, se a este “[...] que nunca escreverá a história verdadeira da colonização brasileira nos únicos termos adequados [...]” (p. 152) foram impostos regimes de representação pelo colonizador português, também o foram, ainda que em termos distintos, ao índio.

E a sua busca por uma origem também se apresenta problemática, pois a descontinuidade no cerne da identidade cultural índia não se dá em termos de mudança geográfica, como no caso dos africanos e dos seus descendentes, porém enquanto um profundo distúrbio da sua realidade, representada pela chegada europeia ao *mundus novus*. Como Eduardo Lourenço (2015) caracteriza esse “encontro”:

O destino do ‘novo mundo’ não é comparável a nenhum outro. A sua descoberta vai problematizar todo o passado humano até então conhecido. Como se os homens do Ocidente que aí abordaram tivessem desembarcado num outro planeta. [...] O espanto e o deslumbramento desse encontro estão inscritos nos textos fundadores de Colombo e talvez mais ainda no de Caminha, cujo paradoxo foi o de instituir um ‘tempo novo’ para nós, ocidentais, de que está ausente a temporalidade própria do mundo encontrado. (2015, p. 242)

Apenas recentemente Eduardo Lourenço (1999) identifica a retomada de uma consciência índia no Brasil, não no sentido indicado por Stuart Hall (1990) de um procura de origens e passados primordiais, mas do direito a uma memória que assegure permanência e identidade. Memória, por sua vez, que considere não apenas o tempo anterior à chegada de Cabral, mas sobretudo, este momento de importância fulcral e as suas consequências, determinante para que o *mundus novus* surgisse, nos termos que Stuart Hall (1990) denomina local de junção, “[...] onde estranhos de toda a parte do mundo colidem.” (p. 234). Neste sentido, assim como o autor observa no desenvolvimento de uma identidade cultural dos negros caribenhos, a identidade cultural brasileira só pode constituir-se com base neste *mix* de distintos regimes de representação.

Já Francisco Bosco (2017) analisa esta reelaboração de representações estabelecidas pelo português/ europeu na exaltação da natureza presente na narrativa de nação do Brasil, construída após a independência e como resposta à precariedade material

e institucional em que se vivia. Tal exaltação, que surgiu também como um sinal das potencialidades civilizacionais futuras do país, foi utilizada—da mesma forma que ~~país~~ de origem análoga também o fizeram—como estratégia de contraposição a uma ~~realidade~~ em que o país se apresentava como “Ex-colônia, empresa periférica do capitalismo europeu, desprovida de mitos afirmativos de fundação [...]” (p. 33). Todavia, esta exaltação já se encontra em representações do continente americano elaboradas pelos europeus, ao surgir como o signo inaugural da descoberta deste continente na carta de Américo Vespúcio e, especificamente sobre o Brasil, na *Carta do Achamento*, de Pero Vaz de Caminha: “E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem” (citado por Bosco, 2017, p. 195).

Esta celebração da natureza foi institucionalizada em 1922 pelo Hino Nacional, com versos como “gigante pela própria natureza” e “espelha essa grandeza”, entre outros, que relacionam a grandeza da nação enquanto espaço institucional à sua grandeza geográfica (solo, águas, fauna e flora). Tal perspectiva desenvolveu-se no séc. XX e fez morada, sobretudo, na canção popular, para além de ter servido de mote ao primeiro momento de internacionalização da imagem do Brasil, já no contexto da emergente cultura de massas, com Carmem Miranda e os seus icónicos chapéus de frutas.

Se a princípio se procurou relacionar uma grandeza física, real, a uma grandeza institucional²², com o tempo na canção popular passou a associar-se essa natureza exultante a uma singular cultura brasileira, com esta incorporando os traços daquela.

A “terra boa e gostosa”, relaxada, acolhedora, rima com a “morena sestrosa/ de olhar indiscreto” e reflete nela. A exuberância das frutas sobre a cabeça de Carmen Miranda espelha sua figura também ela exuberante, sensual, cheia de vitalidade e corpo, sem o recalque das pulsões sexuais que marca o mal-estar agravado das nações mais intensamente produtivistas. (Bosco, 2017, p. 35)

No entanto, de acordo com Camila Craveiro e Cláudia Carvalho (2017), mesmo esta associação que procurou contrapor a exuberância sensual dos brasileiros (principalmente, das brasileiras) à repressão sexual existente no Velho Mundo não foi algo assim tão original, pois já na *Carta* de Caminha, há um trecho sobre as índias que as

²² Que se naquele momento não era palpável, apresentava-se, porém, em toda a sua virtualidade; uma característica que nunca mais seria suprimida da autoimagem do país – o “Brasil, país do futuro”, frase do escritor Stefan Zweig que viria a tornar-se célebre.

representa dotadas de uma beleza que faria inveja às portuguesas e como inocentes quanto à noção de vergonha. Conforme se lê:

Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha. [...] E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela. (citado por Craveiro & Carvalho, 2017, p. 67)

A importância deste primeiro registo está não apenas no facto de, muito posteriormente, ter influenciado a construção de uma identidade nacional (sobretudo através da canção popular brasileira), mas também por ter registado o tom dos relatos de europeus que passaram pelo Brasil durante os sécs. XVII e XVIII. Estes, conforme veremos mais à frente, geralmente dedicaram linhas pouco virtuosas à descrição das mulheres por lá encontradas.

A partir de um ponto de vista descolonial e similar à postura de Stuart Hall (1990), as autoras compreendem o documento de Caminha como o início de uma historiografia contada pelos vencedores, com base numa perspetiva eurocêntrica e de pensamento único da racionalidade moderna colonial. Esta perspetiva foi retrabalhada no Brasil ao longo das primeiras décadas do séc. XX a partir de inúmeras influências, entre elas: a formação de géneros e subgéneros da canção popular e o seu alcance massivo pela rádio; o programa modernista de estabelecimento de uma cultura nacional; a elevação da obra *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, a monumento de afirmação da formação do Brasil e da cultura mestiça resultante; a ascensão do negro no futebol; a invenção do samba; e o programa de unificação nacional da ditadura do Estado Novo, procurando a integração por meio da instauração de símbolos culturais nacionais.

Tudo isto, conclui Francisco Bosco (2017), permitiu que gradualmente a cultura popular brasileira – e a representação da natureza a ela vinculada – se consolidasse como mito produtor de identificação coletiva. Isto não significa que não se tenham desenvolvido imagens em contraposição a essa exaltação da natureza, com a subjacente expectativa num futuro que deveria ser triunfante e assim honrar a riqueza do espaço geográfico brasileiro, a exemplo da dureza da vida no sertão retratada pela literatura regionalista e da obra realista de Machado de Assis, denunciando as estruturas sociais degeneradas da antiga capital, o Rio de Janeiro, entre outros. Todavia, a imagem que se

tornou hegemónica, fixando-se no imaginário coletivo do país como a sua instância de autoidentificação, foi justamente a da natureza exaltante e seus derivados.

Eduardo Lourenço (1999), ao identificar também esta pulsão grandiosa e mítica que atravessa o discurso cultural brasileiro, identifica uma rasura da raiz lusitana remota da qual a mesma procede. Tal apagamento, iniciado logo após a independência e concluído um século depois, durante a célebre Semana de Arte Moderna em São Paulo, fez emergir uma cultura brasileira que não só foi progressivamente afastando-se da sua cultura matriz, “[...] objecto de ocultação e denegação inconsciente” (p. 140), como também da cultura arquetípica ocidental.

Afinal de contas, essa realidade [a brasileira] é, em todos os sentidos do termo, de tal maneira monstruosa, grandiosa, tão pouco comparável com a realidade portuguesa, que a rasura consciente ou inconsciente das raízes lusitanas de que procede nada tem de verdadeiramente surpreendente. (Lourenço, 1999, p. 147)

Como se nota no excerto acima, o autor, à semelhança daqueles de quem descende, refere-se também, mesmo que implicitamente, ao carácter exaltante, porque grandioso, da natureza do Brasil, inclusive para compreender a ausência da raiz portuguesa no discurso cultural do país. Ao destrinçar esse apagamento, Lourenço (1999) volta ao período colonial, ao afirmar que o Brasil resulta tanto de um processo colonial clássico quanto de um específico, o que por si só complexifica a discussão sobre a sua identidade cultural. Pois, se o português alguma vez foi expressão e sujeito do colonialismo na sua forma mais extrema, foi-o enquanto brasileiro, ou seja, enquanto emigrante português para o Brasil e seus descendentes.

Conforme discorre, no Brasil não houve uma clássica colonização nos moldes da que ocorreu em países como Moçambique, Angola e afins, mas o que denomina de *autocolonização*. Já no início do séc. XVII, os portugueses de lá consideravam-se outros e superiores aos portugueses de cá. Estes são os atores e construtores do que pouco a pouco será o Brasil e os brasileiros, enquanto os índios, a princípio destinados a um processo clássico de colonização, posteriormente foram vítimas de genocídio, e os africanos nunca terão oportunidade de escrever a história nos seus próprios termos.

Há ainda o facto não menos importante, e a dar consistência à tese da especificidade da colonização brasileira, da partida da corte portuguesa para o Brasil em novembro de 1807, e da consequente mudança da capital do império para o Rio de Janeiro. Episódio insólito e então sem precedentes na história das relações entre a Europa

e o Novo Mundo. Também sem precedentes nas consequências que acarretaria para os dois territórios, ao inverter os polos de dependência entre metrópole e colónia e abrir caminho para que, em fugazes treze anos, o Brasil superasse o seu estatuto subalterno e se tornasse uma nação plena.

Como explica Valentim Alexandre (2000), a aparente (e real) subordinação política ao Brasil que se seguiu à transferência da Corte para o Rio de Janeiro gerava desconforto no reino não apenas por suas consequências económicas, bastante reais, mas também por um sentimento de índole política. Com a abertura dos portos brasileiros em 1808, foi sentida a perda de mercado para a produção agrícola e industrial portuguesa e a perda de fretes e comissões para a sua marinha mercante, o que engrossou um sentimento generalizado de crise, evidente em vários artigos de imprensa da época. Esse sentimento tinha também uma componente política, expressa em mágoas nacionalistas pela inversão de posições entre Portugal e Brasil.

Deste contexto colonial emergiu uma leitura à brasileira, fortalecida em meados do séc. XX, em que o país procurou construir a sua identidade em termos crioulos e ex-portuguesa na raiz linguística, referências culturais, artísticas e afins, com o contributo fundamental, a partir de então valorizado, da herança africana²³. De acordo com este enquadramento, a vergonhosa lembrança do tráfico negreiro e da dizimação indígena foi jogada para o tempo colonial, ou seja, um tempo português.

Boaventura Sousa Santos (2001), por seu turno, apresenta uma visão um pouco distinta da de Eduardo Lourenço (2015), ao identificar uma especificidade não apenas no processo de colonização do Brasil, mas no empreendimento colonial português como um todo, com ecos até aos dias de hoje. Do seu ponto de vista, se Portugal inaugurou a expansão ultramarina no séc. XV, o seu colonialismo no séc. XVII já assumia uma posição secundária em relação ao colonialismo inglês, que então se tornara hegemónico.

²³ De acordo com Alfredo Margarido (2000), a teoria luso-tropicalista de Freyre, responsável por engendrar o processo de valorização da herança mestiça brasileira, só surge na cena cultural do país a partir da década de 1930. Antes disso, logo após a independência, as elites brasileiras (de origem portuguesa, como é claro) incomodavam-se profundamente com a presença maioritária de mulatos, atribuindo a sua criação aos portugueses. “O Brasil viveu sempre profundamente incomodado por esta situação, dado que, e ao contrário do que acontecia nos Estados Unidos, as populações de cor eram demograficamente dominantes.” (Margarido, 2000, p. 20). Isto explica também o facto de, no final do séc. XIX, o Brasil ter estimulado uma migração europeia, da qual fez parte a migração portuguesa, para ocupar os postos de trabalho deixados vagos com o fim da escravatura.

Esta subalternidade é evidente tanto nas práticas como nos discursos, revelando-se em primeiro lugar na dependência do país em relação à Inglaterra: durante longo período, Portugal sofreu pressões de Inglaterra no âmbito das concessões de crédito e dos tratados internacionais. Para além das razões de economia política (a dificuldade do colonialismo português em se integrar plenamente no sistema capitalista justifica essa dependência de Inglaterra), a subalternidade também se identifica a nível dos discursos: desde o séc. XVII que a história do colonialismo passou a ser escrita em inglês e não em português, o que originou o problema da autorrepresentação do colonizador português (Santos, 2001). Isto significa que, ante o imperativo de definir o colonialismo português como uma especificidade em relação ao colonialismo inglês, surgiu a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade, de o caracterizar sem os traços de subalternidade.

Diante da dificuldade de Portugal se arrogar como nação colonizadora *pari passu* com as potências europeias, a partir do momento em que o capitalismo industrial estabeleceu um vínculo mais estreito com o colonialismo, o único meio de afirmação do país no cenário mundial foi pela derivação, particularismo e especificidade. Neste sentido, afirma Boaventura Sousa Santos,

A primeira diferença é que a experiência da ambivalência e da hibridez entre colonizador e colonizado, longe de ser uma reivindicação pós-colonial, foi a experiência do colonialismo português durante longos períodos. (2001, p. 41).

Nesta tentativa – falhada – de ser império “como os outros”, o medo de ser absorvido pelas colónias sempre esteve latente em Portugal e conheceu o seu auge com a fuga da coroa para o Brasil. De modo diverso, todavia, identificamos este sentimento de ameaça apenas em relação à colónia americana, pois as colónias africanas (principalmente Angola e Moçambique) só foram efetivamente colonizadas no séc. XIX, quando o colonialismo português se assumiu então como império, em resposta à consolidação das regras de prática colonial efetuada na Conferência de Berlim (1884) e no *Ultimatum* (1890). É neste sentido, também, que compreendemos a expressão *autocolonização* de Eduardo Lourenço (1999) sobre o processo de colonização do Brasil.

Boaventura Sousa Santos (2001) vê na independência do país, uma das mais conservadoras e oligárquicas do espaço latino-americano, a consequência dessa especificidade colonial, em que o colonialismo externo foi sucedido por um colonialismo interno exercido pelas elites brasileiras (de origem sobretudo portuguesa). Porém, na manutenção da dominação (a partir daquele momento em nome próprio), essas elites

dividiram-se sobre as suas responsabilidades históricas: ora partilhando-as com o colonizador recém-saído de cena, ora jogando-as totalmente para este (conforme Eduardo Lourenço defende).

Voltando à análise do texto de Francisco Bosco (2017), observa-se que na mistura social, racial e cultural que caracteriza a cultura popular brasileira se tem a expressão da superação (mas sem negação) das desigualdades sociais e económicas do país, através da sua inversão com a criação de formas culturais singulares. Essa dimensão de mistura é indissociável da “cultura popular brasileira” como se pode ver nos exemplos bem expressivos do samba, do choro e de outros subgêneros musicais que vieram dos negros e mulatos iletrados do início do séc. XX, os quais, porém, também se cruzaram desde início com o repertório das classes médias. Como explica o autor, o samba é um exemplo da resposta e resistência expressas pelos fenómenos singulares da cultura popular à especificidade da formação social brasileira, em que os traços de violência são sublimados em beleza, destreza, potência e graça, ao se poetizar a figura do malandro - ela própria expressão da recusa do trabalho massacrante - e ao se expressar numa alta complexidade contramétrica.

Da transformação do tabu em totem (ou seja, do valor desfavorável em favorável) por Oswald de Andrade, passando pela reversão do sentido de miscigenação em Freyre; pelo projeto social e utópico da “beleza sem esforço” da bossa nova, chegando, mais tarde, à promessa do povo moreno original, em Darcy Ribeiro; à “gaia ciência” da canção popular, em Wisnik; ao elogio da tradição dos mediadores culturais, em Hermano Vianna; à afirmação do paradigma do *padê* (encontro) contra o do apartheid (separação) em Antonio Risério etc. (Bosco, 2017, p. 42)

Neste sentido, pois, não pensamos que a raiz portuguesa se encontre ausente da identidade cultural brasileira, mas pelo contrário, ela evidencia-se, de acordo com a leitura proposta por Stuart Hall (1990), nos regimes de representação impostos pelo colonizador português e, depois, retrabalhados em especial pela cultura popular. Segundo o autor e conforme se evidencia nas expressões mais célebres da cultura popular brasileira, nesta fusão de diferentes representações sociais podemos observar o diálogo entre o poder da presença europeia, de um lado, e a resistência a esse poder, de outro; uma recusa e ao mesmo tempo um reconhecimento, fazendo emergir elementos culturais sincréticos como o samba, em que se fundem elementos europeus e africanos.

Tal originalíssima fusão permitiu que, já nos anos 1960, o Brasil superasse o problema da autonomia cultural de nações colonizadas. Da específica relação entre

Portugal e Brasil, observamos algo além, um movimento contrário e atípico em que a antiga colônia, a partir dos anos 1980, parecia estar a colonizar culturalmente a ex-metrópole através da enorme popularidade das suas telenovelas, música e das “noites brasileiras” promovidas em casas noturnas. (Lourenço, 1999; Feldman-Bianco, 2001).

Mas se a cultura foi capaz de realizar os sincréticos valores da mistura, da graça e do des-recalcamento corporal, entre outros, aparentemente superando os problemas estruturais do Brasil, a sociedade não foi (Bosco, 2017). Pelo contrário, essas autoimagens, ao permanecerem dominantes no âmbito da cultura do espetáculo e na propaganda turística oficial, fomentaram estereótipos, principalmente em relação à mulher brasileira, que em vez de permitirem ao país ultrapassar a sua posição subalterna nos regimes de representação eurocêntricos, antes a reforçou.

A imagem da mulher brasileira

A ambiguidade da sincrética identidade cultural brasileira revela, por um lado, a capacidade de sublimação das estruturais desigualdades sociais e económicas (revestindo-as de uma delicada representação poética), por outro, uma reificação das posições subalternas e racistas, a partir da figura da mulher brasileira, fonte, ainda hoje, da maior parte dos estereótipos relacionados com o Brasil. Como vimos, a associação estabelecida pela cultura popular entre a exuberante natureza do país e a exuberante mulher brasileira, cujo exemplo maior foi Carmen Miranda, não foi completamente inovadora, pois de certa forma já se encontrava explicitada na *Carta de Caminha*, em que se descreve não apenas a geografia da terra recém-achada, mas também a sua população nativa (em particular as índias). Neste sentido, podemos identificar nesta espécie de feminização da figura do país, pela sua cultura popular, uma palpável influência europeia.

Como afirma Stuart Hall (1990), na identidade cultural dos povos americanos, forjada nesta dinâmica de similaridade *versus* diferença, identificam-se as presenças americana, africana e europeia. Todavia, se em relação às duas primeiras historicamente muito pouco é dito e, neste sentido, é necessário um esforço de escavar/ criar origens para que as suas representações sejam reveladas, no que diz respeito à presença europeia, esta é superlativa, sempre presente e sempre falando em nome desses povos. Neste contexto, o autor questiona se é possível, no processo de desenvolvimento de uma identidade cultural, reconhecer esta influência irreversível e, ao mesmo tempo, salvaguardar-se deste olhar imperialista.

Pensamos que se no caso brasileiro este diálogo entre recusa e reconhecimento foi bem-sucedido, ao menos em termos culturais, ao se afirmar uma pujante expressão artística de caráter mestiço, por outro lado, ao alçar a mulher brasileira – principalmente a mulata – a ícone de sensualidade e exuberância, acabou por reificar o regime de representação europeu sobre as nativas. Ainda hoje, essa imagem é tão forte e presente que afeta diretamente a vida das imigrantes brasileiras em Portugal (Padilla, 2007) e influencia a representação mediática do Brasil (Pontes, 2004).

Como esclarece Adriana Piscitelli (2004), nos processos de exotização do Outro – presentes nos regimes de representação sobre os povos colonizados – não apenas se nota uma falta de compreensão sobre a essência das culturas representadas, mas também a sua objetificação em algo a ser usufruído. Esta espécie de necessidade, conformada pelos regimes de representação, é tanto mais forte quando as representações se direcionam para as mulheres. No entanto, foi justamente esta vontade subjacente de “saborear” o Outro que a identidade cultural brasileira abarcou, talvez por esses processos, segundo a autora, trazerem consigo a ilusão da admiração e atração.

Se a *Carta* de Caminha, como vimos, deu o tom dos relatos de viajantes estrangeiros (não portugueses) que passaram pelo Brasil durante os sécs. XVII e XVIII, foram estes, contudo, os responsáveis pelo alicerçar da imagem das brasileiras como “sexualmente disponíveis” (França, 2003). Uma obra em especial prestou um importante contributo para a afirmação dessa imagem, tendo conhecido inúmeras reedições e traduções e ao estabelecer um diálogo com relatos seguintes: “Cook’s Voyage” (1768-1771), do capitão da marinha britânica, James Cook.

Eis, na íntegra, a observação de Cook que tanto sucesso teve entre o público apreciador de narrativas de viagens da época: “Creio que todos estarão de acordo em admitir que as mulheres das colônias espanholas e portuguesas da América meridional concedem seus favores mais facilmente do que aquelas dos países civilizados. (França, 2003)

Se tais relatos ajudaram a criar internacionalmente uma imagem de exuberância e disponibilidade sexual das brasileiras, foi, no entanto, a partir da leitura freyriana do conceito de miscigenação, em meados do séc. XX, que se começou a construir no Brasil a representação da mulata como símbolo de beleza tropical e sensualidade (Craveiro & Carvalho, 2017), posteriormente exportada pela propaganda turística oficial (Oliveira, Cabecinhas & Cunha, 2011). Segundo Francisco Bosco (2017), ao se aplicar a explicação

freyriana sobre a miscigenação para compreender a realidade brasileira, o concreto do sexo impôs-se sobre as ideologias de raça sem, contudo, chegar a dissolver estas²⁴.

Neste sentido, de modo distinto ao que ocorreu no âmbito da cultura popular²⁵, a miscigenação biológica e a valorização da figura da mulata como ícone de brasilidade revelam a manutenção da subalternidade dos negros. Afirma Florestan Fernandes, um dos grandes críticos da obra de Gilberto Freyre, a propósito da análise deste autor sobre a miscigenação,

“o problema da sociedade brasileira [é visto] como uma equação linear, pela qual a solução dos problemas raciais brasileiros procederia da mestiçagem. Falando chulamente, passado e presente fluiriam em uma síntese: a solução viria da “pica”, com fusão de portugueses e africanos – o mestiçamento desenvolveria a igualdade racial”. (citado por Margarido, 2000, p. 23)

Ao analisarmos o desenvolvimento dessa sociedade a partir de um ponto de vista historiográfico, constata-se que a miscigenação ocorreu na periferia da família patriarcal. Além de um certo romantismo que reveste essa leitura sobre a miscigenação escamotear as relações de violência sexual contra as mulheres: uma investigação revelou que cerca de 90% da linhagem paterna dos brasileiros brancos tem origem europeia, enquanto por volta de 60% da linhagem materna é de origem ameríndia e africana²⁶.

Gilberto Freyre (2003) não deixa de pontuar isto mesmo, ao referir que as relações entre senhores e mulheres de cor não branca no Brasil colonial eram de “superiores” com “inferiores”, e que na maior parte dos casos aqueles agiam de modo abusivo e sádico perante escravas passivas. Todavia, o autor reitera o seu argumento de que, em face da escassez de mulheres brancas, os portugueses e os seus descendentes tiveram que transigir com índias e africanas, suavizando claras relações de abuso em razão da necessidade do colono constituir família. Conclui assim,

A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas

²⁴ Gilberto Freyre, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, afirmou-se no início do séc. XX como um dos grandes autores da explicação do Brasil.

²⁵ Em que os regimes de representação do colonizador sobre o Brasil e os brasileiros foram apropriados, mas re-significados de uma forma positiva, fazendo com que as características negativas emergissem como uma vantagem adaptativa da genuína origem brasileira (na confluência das heranças americana, africana e europeia que conformam o país):

²⁶ Investigação citada pela reportagem “A cara do brasileiro” (Cavalcante, 2005). Disponível em: <https://super.abril.com.br/cultura/a-cara-do-brasileiro/>

legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. (Freyre, 2003, p. 33)

Segundo a crítica de Florestan Fernandes e de outros autores à tradição dos "explicadores do Brasil" (de que Gilberto Freyre faz parte), estes assumem de modo claro uma tendência sintetizadora, recorrendo a conceitos demasiado amplos, como o de miscigenação, por exemplo, para criar uma explicação única sobre a formação social do Brasil, ignorando, deste modo, as especificidades próprias das relações de poder social – uma tradição que tem, pois, na ausência de uma leitura crítica sobre a realidade social do país os seus pressupostos ideológicos. Questiona-se, pois, o valor descritivo e político de um conceito como o de miscigenação, em que as históricas relações de dominação no Brasil são interpretadas de um modo conciliador.

Claro que se pensarmos que logo após a independência e até início do séc. XX a presença maioritária de mulatos incomodou profundamente a elite brasileira (Margarido, 2000), maioritariamente formada por homens brancos de origem portuguesa, a valorização da mestiçagem e consequentemente da mulata pode ser lida como a reversão de uma representação (de negativa em positiva). Porém, como explicam Camila Craveiro e Cláudia Carvalho (2017), ainda que aparentemente a mulata corporifique a exaltação de uma suposta beleza genuinamente brasileira, de facto ela traz consigo um racismo subjacente: se é valorizada (ainda que em termos bem específicos), é por não ser negra/crioula, ou seja, está a um passo da branquitude, que continua a ser o que realmente se mantém como valor fenotípico supremo.

Como é fácil perceber, não se identifica apenas racismo subjacente à figura da mulata, mas também machismo. Para melhor compreendermos a sua singular posição no imaginário brasileiro – entre a valorização e a subalternização –, convém compreendermos o contexto que permitiu que, tanto dentro quanto fora do país, a ideia freyriana do país como uma democracia racial se fixasse, sem sentimentos de diferença em relação às diferentes raças que constituem o povo brasileiro.

Em comparação à outra grande ex-colónia escravocrata, os Estados Unidos, com a sua política de segregação racial, o Brasil realmente surgia aos olhares internacionais como um exemplo de convivência pacífica entre brancos e negros (Craveiro & Carvalho, 2017). Além disso, se considerarmos o período em que Gilberto Freyre formulou as suas primeiras análises sobre a miscigenação brasileira e estas começaram a disseminar-se na

sociedade (a partir de meados da década de 1930), o país parecia realmente estar na contramão da marcha seguida pelas potências europeias, onde ganhava força um discurso eugenista.

No entanto, tal como estudos conduzidos a partir da década de 1950 demonstraram, a base da pirâmide social brasileira era composta (e permanece assim ainda hoje) sobretudo por negros, o que revela a falibilidade do discurso da democracia racial. Integração não combina com estratificação social de base racial. Além de que a sensualidade associada à imagem da mulata também esconde um histórico de exploração sexual em relação às mulheres negras, em que as dimensões de raça e género se interseitam.

No próprio texto de Gilberto Freyre é possível selecionar trechos que hoje, dificilmente, passariam incólumes pelo seu teor machista e racista:

Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. (Freyre, 2003, p. 70)

O autor inclusive sugere que a morena era a preferida do português para o amor, ou “[...] pelo menos para o amor físico”; além de citar um ditado, segundo ele corrente durante o período colonial e registado por Heinrich Handelmann na sua *História do Brasil*: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”. Uma frase que explicita bem qual a posição da mulata, até os dias de hoje, na sociedade brasileira; ou como explicam Camila Craveiro e Cláudia Carvalho (2017), esta só não se encontra num nível abaixo ao da negra porque está a um passo da branquitude, contudo, apesar de todo folclore em torno da sua imagem, permanece com dificuldades de ascender ao *status* social e económico da mulher branca.

É esta contraposição às mulheres brancas que permanece subjacente quando a cultura popular brasileira passa a exaltar a imagem da mulata, como observamos, por exemplo, na obra do escritor Jorge Amado. “Nas mais diversas obras literárias, a figura da mulata é reduzida aos seus atributos físicos e ao apetite sexual que desperta” (Craveiro & Carvalho, 2017, p. 72). E numa sociedade que foi também erigida sobre as bases religiosas do seu colonizador e que é ainda hoje bastante conservadora, compreende-se

que a valorização da figura da mulata esbarre nos limites estabelecidos por uma celebração, sobretudo de ordem sexual, a qual não cabe às mulheres brancas mimetizarem, mas sim aos homens brancos usufruírem.

Como mais um dado para reforçar uma imagem que era já corrente na Europa desde a popularização dos relatos dos viajantes dos sécs. XVII e XVIII (França, 2003), durante a década de 1960, o Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur recorreu a um estilo de publicidade que procurou vender a imagem do país no exterior a partir do vetor da sedução. Como explicam Francine Oliveira, Rosa Cabecinhas e Isabel Ferin Cunha (2011), durante décadas o órgão do Estado responsável pela promoção do turismo publicitou a imagem da mulata, do samba, do carnaval e do país tropical como uma espécie de cartão-postal do Brasil. “Este recurso gerou interpretações erróneas relativamente à imagem da mulher brasileira o que acabou por dar azo a frequentes associações das brasileiras ao turismo sexual.” (Oliveira; Cabecinhas & Cunha, 2011). Não é de se estranhar, portanto, que nos últimos anos a Embratur tenha revisto a sua orientação publicitária, quando começou a ser cada vez mais recorrente a identificação de um turismo de cariz sexual no país e o tráfico de mulheres para o exterior, conforme se verificou em Portugal no início do séc. XXI com o *boom* da prostituição brasileira.

Todavia, o Instituto não foi o único, com base nas interpretações freyrianas sobre o carácter nacional, a projetar no exterior a imagem de uma cultura brasileira formatada para o consumo em que o Brasil surge como uma democracia racial, porém com o seu símbolo maior, a mulata, a ser objetificada como um produto para exportação. Como refere Bela Feldman-Bianco (2001), em meados da década de 1980 tornaram-se populares em Portugal as “noites brasileiras” em boates, o que associado à popularidade das telenovelas brasileiras influenciou a recuperação e recriação de antigos estereótipos sobre os brasileiros durante a primeira vaga de imigração brasileira em Portugal²⁷, em que os portugueses se confrontaram com a presença de brasileiros no mercado de trabalho.

Tais estereótipos estavam relacionados com expressões como “vagabundos”, “mulatos” e “hordas de pretos e macaquinhos”, comuns entre os portugueses para se

²⁷ Segundo Jorge Macásta Malheiros (2007), a primeira vaga de imigração brasileira em Portugal, percecionada entre meados dos anos 1980 e finais dos anos 1990, caracterizou-se por incorporar trabalhadores qualificados e população que não trabalhava. Dentre as principais categorias profissionais desses imigrantes destacava-se a odontologia (envolvida numa mediática polémica com os dentistas portugueses, que buscavam salvaguardar o seu mercado) e a publicidade.

referirem aos brasileiros durante o período em que o país declarou a sua independência (entre 1822 e 1825) e a Primeira República (1889-1930). Convém referir, porém, de acordo com Gladys Sabino Ribeiro (1997), que esta diferenciação entre “brasileiros” e “portugueses” era um pouco nebulosa no período que se seguiu à proclamação da independência, pois, sem a certeza se esta vingaria e procurando construir uma identidade nacional em contraposição a Portugal e aos portugueses, a imprensa e os homens de destaque da época acentuaram a distinção já existente entre o “brasiliense” (referente apenas aos nascidos no Brasil) e o “brasileiro” de um lado (fosse este “português da América” ou “português da Europa”) e o “português”.

Porém, mesmo entre os portugueses, havia os bons portugueses, a exemplo de Dom Pedro I (IV em Portugal), e também maus brasileiros, estes por serem “absolutistas” ou terem atitudes suspeitas, o que os transformava, deste modo, em “portugueses”. Portanto, neste contexto, ser português não era um atributo exclusivo do nascido em Portugal. Em todo caso, na propaganda depreciativa à ex-metrópole que se seguiu à independência, o *Correio do Rio de Janeiro* de 23 de setembro de 1822 denunciava: “Que ‘Mae’ assistiria a tudo quieta enquanto se proibia o trato direto com outras Nações e deixava que nos insultassem, tratando-nos por ‘hordas de negrinhos’” (Ribeiro, 1997, p. 108).

Como afirma Feldman-Bianco (2001) e facilmente concluímos, este termo e os outros, como formas de provocação, pretendiam diferenciar os civilizados europeus brancos, que os portugueses representavam, dos não civilizados brasileiros. Porém, ao serem retomados na década de 1980 foram associados às noções de *ginga* (referente tanto a um movimento malemolente do corpo, quanto, metaforicamente, a uma forma de malícia, evasão de situações indesejadas) e de “sensualidade tropical”, esta encarnada justamente pela mulata. Conforme a autora sugere, estas associações foram estimuladas pela imagem que o Brasil passou a exportar, principalmente a partir da segunda metade do séc. XX, pois se uma representação sensualizada das brasileiras já era corrente desde o período colonial, foi sobretudo a partir da leitura do conceito freyriano de miscigenação, que essa representação adquiriu uma acentuação positiva e se estruturou para servir de autoimagem do país.

Sobre a popularidade das telenovelas brasileiras em Portugal, referida por Feldman-Bianco (2001) como um dos fatores a influenciar a recuperação e recriação de

estereótipos sobre os brasileiros, consideramos que se a sociedade brasileira é, ainda hoje, conservadora relativamente à esfera privada da sexualidade e dos relacionamentos amorosos (embora assim não pareça para quem observa de fora...) ²⁸, Portugal nessa época era, talvez, ainda mais ²⁹. Como refere José Machado Pais (2010), durante quase meio século (de 1926 a 1974), o país viveu sob uma ditadura conservadora que impunha uma forte moral de contenção sobre a sexualidade.

Este forte moralismo característico do Estado Novo já constava na base do movimento que promoveu a sua ascensão. Segundo Maria José Remédios (2003), tendo em vista combater o pensamento demo-liberal popular à época, o polígono de forças (também constituído por católicos conservadores influentes) responsável pelo golpe de Estado de 1926 posicionou-se como antiliberal, antidemocrático e antimarxista. Estas características mantiveram-se presentes até ao final da ditadura, influenciando fortemente – por meio de instrumentos de censura e propaganda – a sociedade e a cultura portuguesas. O que explica, portanto, o frenesi causado pelas primeiras telenovelas brasileiras que passaram no país ³⁰.

Nos anos 1970, em Portugal, os cinemas começaram a exhibir filmes pornográficos e, na televisão, as telenovelas brasileiras – com cenas arrojadas para os costumes da época – substituíam o sermão da paróquia no que às moralidades quotidianas respeita. As proibições e interdições foram abaladas por uma profusão de imagens que, despidoramente, passaram a exhibir o nu. (Pais, 2010, p. 21)

Quando, no início do presente século, se tornou notória a presença de imigrantes brasileiras atuando como prostitutas em Portugal, já existia toda uma gama de imagens, representações sociais e estereótipos sobre as brasileiras, construídos e reconstruídos ao longo dos séculos tanto pela sociedade portuguesa quanto pela brasileira. Ainda a reforçar todo este imaginário, observa-se que as brasileiras que vinham para cá e se prostituíam, provinham sobretudo das classes sociais mais baixas (conforme poucos trabalhos

²⁸ O que se compreende, pois a sua estruturação teve por base os valores católicos dos colonizadores.

²⁹ Atualmente, podemos questionar esta contraposição entre ambos os países, pois, por exemplo, enquanto a interrupção voluntária de gravidez já está legalizada em Portugal há alguns anos, no Brasil só é permitida em casos de violação, anencefalia ou perigo para a vida materna.

³⁰ Não nos esqueçamos, no entanto, que as exposições coloniais, como a Exposição Colonial Portuguesa de 1934 (promovida, portanto, pelo mesmo Estado Novo conservador), expuseram nativos e, sobretudo nativas, como um símbolo de erotização imperial. O objetivo deste, conjugado com uma suposta virilidade dominadora do português, deveria ser o de semear riquezas nas colónias. Como indica Filipa Lowndes Vicente, a presença de mulheres nuas nesta exposição, visitada por famílias inteiras, só não chocou a moral vigente, pois não se tratavam de brancas como as mães, irmãs e filhas dos homens que as observavam. In "Rosita" e o império como objecto de desejo (*Público*, 5/11/2015).

jornalísticos, no entanto, procuraram expor), compostas principalmente por negros, como é sabido, o que vinha a reforçar a imagem da mulata sexualizada.

Se historicamente a centralidade do aspeto sexual nas feminilidades brasileiras sempre esteve associada a uma imagem de morenidade, quando analisamos a identidade nacional numa dimensão transacional, como é o caso na questão migratória, a “cor” não deve ser entendida apenas como um traço fenotípico (Pontes, 2004). Tal como esta autora observou numa reportagem de 2003 da revista *Visão*, relativa à prostituição de brasileiras, as fotos mostravam apenas mulheres brancas, também nós nos deparamos, nos vários textos acerca desta temática analisados, com várias imagens de prostitutas que não correspondiam ao perfil da mulata.

De modo similar, constatamos na nossa experiência quotidiana em Portugal que o preconceito de género alimentado por estereótipos sobre as brasileiras também atinge as imigrantes brancas, ainda que, provavelmente, seja mais intenso quando direccionado a negras. Adriana Piscitelli (2004) explica (em referência ao trabalho de Kamala Kempadoo) que os processos de exotização na atualidade, relacionados com movimentos culturais e no contexto de uma economia globalizada, expandiram a gama das sexualidades racializadas, dominadas e exploradas. Se no passado esses processos se direccionavam particularmente à sexualidade das mulatas, hoje também englobam mulheres de cor de pele clara.

“Novos Brasis”

Como explica Stuart Hall (1990), se os povos colonizados são o Outro do pensamento ocidental, ou seja, a indiferenciada periferia subdesenvolvida, sempre à margem do universo metropolitano, isso não significa, no entanto, que todos eles partilhem a mesma relação de alteridade com os centros metropolitanos. “Cada um tem negociada a sua dependência económica, política e cultural de modo distinto.” (p. 228). No caso brasileiro em relação ao seu centro português, observamos que em razão das peculiaridades do processo de colonização do país, em muitos momentos prevaleceu no reino o sentimento de que a colónia estaria a submeter a metrópole aos seus interesses económicos, numa inversão considerada escandalosa.

No império português até 1822 (ano da proclamação da independência do Brasil), as possessões africanas detinham uma posição especial, porém subordinada ao centro

produtivo constituído pelo Brasil (Alexandre, 2000). Durante vários séculos, essas possessões serviram quase que exclusivamente como fornecedoras de mão-de-obra escrava para a grande colónia americana, mas no início do séc. XIX até este comércio já se encontrava dominado por traficantes estabelecidos em portos do Brasil. É neste sentido que o autor classifica como frouxas as relações entre Portugal e os territórios africanos (com exceção do arquipélago de Cabo Verde), aquando da independência do Brasil, apesar de ter mantido sobre eles a sua soberania. A intermediação da Grã-Bretanha foi nesse sentido decisiva, ao procurar impedir a formação de um império sul-atlântico e apoiando Portugal na inclusão de uma cláusula no tratado de reconhecimento da independência, segundo a qual o Brasil se obrigava a não aceitar a eventual oferta de qualquer possessão portuguesa.

No contexto deste desmembramento do sistema luso-brasileiro, Portugal necessariamente teve que voltar a sua atenção para os territórios africanos, desenvolvendo verdadeiros projetos de cariz recolonizador; afinal, apesar da independência do Brasil e até ao fim do tráfico negreiro para o país em 1850, este manteve as possessões africanas portuguesas sob a sua esfera de influência. Portanto, de forma a fazer valer a sua soberania, Portugal necessitou de reforçar os laços com os territórios de África, a que se juntou o imaginário (comum na época) de que o país só seria viável como nação independente se conseguisse manter territórios no ultramar. “[...] já por esta altura eram frequentes, tanto na imprensa como nos documentos oficiais, as referências às potencialidades das colónias de África, nas quais se via o gérmen de ‘novos Brasis’” (Alexandre, 2000, p. 234). Vemos, portanto, de que forma o Brasil, nação recém-independente, se estabeleceu no imaginário português do séc. XIX como o exemplo que deveria ser seguido em África. Este imaginário, como veremos, conjuntamente com o mito da vocação imperial de Portugal, vai entrar no séc. XX com a leitura à portuguesa do luso-tropicalismo.

Os projetos de recolonização dos territórios africanos, pensados logo após a independência do Brasil e executados ao longo do séc. XIX e início do XX—para os ~~quis~~ influíram também decisivamente eventos como o *Ultimatum* inglês e a partilha do continente pelas nações europeias —, não foram bem-sucedidos, em termos económicos e de finanças das colónias, até princípios dos anos 1920 (Alexandre, 2000). Tal situação de crise contribuiu decisivamente para a queda da Primeira República e o golpe militar de 1926, que posteriormente veio instaurar o Estado Novo.

Este governo assumiu oficialmente a vocação colonizadora do país num dos seus primeiros documentos, o *Acto Colonial* de 1930, posteriormente incorporado na Constituição de 1933, e no qual constava o seguinte (artigo 2º): “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam” (citado por Alexandre, 2000, p. 240). A novidade aqui não era tanto a doutrina assim expressa, já presente desde a independência do Brasil, mas a sua inserção num texto constitucional, “[...] unindo irrefragavelmente o destino, se não do país, pelo menos do regime do ‘Estado Novo’, então nascente, ao projeto colonizador” (*Ibidem*).

Segundo Brandão de Brito e Fernando Rosas (2006), o artigo 2º do *Acto Colonial* corresponde aos fundamentos da ideologia imperial do Estado Novo, ao posicionar a nação como a expressão de uma essência que lhe impunha uma missão histórica – encontrar territórios no ultramar para os colonizar – e expor uma conceção de mundo que conferia aos países europeus, e a Portugal em particular, o papel de tutores dos “indígenas”. Segundo estes autores e, também, Valentim Alexandre (2000), esta reafirmação da vocação colonizadora de Portugal também procurou efeitos de ordem interna, ao criar uma mística imperial mobilizadora das energias nacionais, que então deveriam direccionar-se para o “amor” aos domínios coloniais.

Lembremos que a sensação de ameaça de perda em relação aos territórios portugueses em África já existia desde a partilha do continente pelas potências imperialistas, mas foi reforçada na década de 1920 com as ambições expansionistas da Alemanha e da União Sul-Africana, e pela internacionalização da questão no âmbito da Sociedade das Nações (Brito & Rosas, 2006). Após a Grande Guerra desenvolveu-se a ideia de que os Estados coloniais deveriam responder junto da comunidade internacional pela forma como exerciam a sua missão civilizadora nos territórios ocupados (Alexandre, 2000). Todavia, em 1925 o *Relatório Ross* denunciou formas de trabalho análogas à escravatura em Angola; o que atingiu a imagem internacional de Portugal como nação colonial e suscitou um medo generalizado nos estertores da Primeira República.

Neste sentido, e considerando que o Estado Novo emerge também como resposta às incertezas que pairavam no ultramar (Brito & Rosas, 2006), julgamos esta forma de colar à identidade cultural portuguesa uma suposta essência do povo achar e colonizar territórios como uma estratégia profícua. Como explica Baczko (1991), quando uma coletividade se sente atingida a partir do exterior, não há melhor forma de estimular a

energia dos seus membros, mas também de reunir e guiar as suas ações, do que mobilizar todo um dispositivo de imaginários sociais.

No entanto, no que respeita ao tratamento dispensado aos “indígenas” dos territórios ocupados, esta primeira fase da ideologia imperial/ colonial do Estado Novo – que vai até 1945 – reproduziu a mentalidade vigente desde o final do séc. XIX, quando se impuseram na Europa correntes ideológicas que professavam a crença na superioridade da civilização ocidental e, especificamente, da raça branca. A mais conhecida, o chamado “darwinismo social”, transpunha para as sociedades humanas as noções de “seleção natural” e “sobrevivência das espécies mais favorecidas” desenvolvidas pelo biólogo Charles Darwin, tendo em Portugal o seu mais eminente representante na figura de Oliveira Martins.

Isto significa, portanto, que a exemplaridade corporificada pelo Brasil e estabelecida pelo regime de representação português ainda no séc. XIX, expressa pela frase “construir novos Brasis em África”, dizia respeito apenas à posição exercida pelo país enquanto colónia de Portugal e que, durante o Terceiro Império, deveria ser emulada pelos territórios africanos. Ou seja, tal exemplaridade pressupunha uma avaliação positiva do empreendimento colonial português no Brasil, que então pôde alçar a colónia à posição de principal fonte de rendimentos do império, ao mesmo tempo que assegurou a dominação eficaz tanto dos povos por lá encontrados, quanto daqueles que para lá foram deslocados.

A população brasileira, que era (e ainda é) sobretudo mestiça, não foi considerada positivamente nessa representação (por exemplo, sendo identificada como superior aos povos africanos em virtude da miscigenação que está na sua origem). Até meados da década de 1940, este tipo de pensamento nem se colocava, só após a Segunda Guerra Mundial se tendo registado uma inflexão na mentalidade colonial portuguesa. O fim do conflito trouxe consigo a crise do sistema colonial europeu e, sobretudo, dos paradigmas ideológicos que lhe serviam de base, a exemplo da crença na superioridade da civilização ocidental (Brito & Rosas, 2006). Os países que possuíam colónias procuraram adaptar-se, começando por conceder maior autonomia aos territórios ocupados, mas num movimento imparável, em poucos anos, quase toda a África e Ásia conquistaram a sua independência.

Em Portugal este era um caminho difícil de aceitar, dada a importância da ideologia colonial no nacionalismo português e pelo facto de o Estado Novo, desde as suas origens, ter ligado a sua existência a essa ideologia. A forma utilizada para contornar este contexto internacional desfavorável foi negar a existência de qualquer situação colonial, integrando, na revisão constitucional de 1951, os territórios ultramarinos no corpo da nação, a título de “províncias”. Ao mesmo tempo, a concepção imperial consagrada no *Acto Colonial*, revogado nessa época, foi abandonada e em seu lugar, como doutrina oficial do Estado Novo, foi adotado o luso-tropicalismo – teoria formulada por Gilberto Freyre. A teoria luso-tropicalista tinha sido formulada pela primeira vez por este autor num conjunto de conferências proferidas nos anos de 1951 e 1952, posteriormente reunidas na obra *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (Castelo, 1998). As suas ideias mestras, porém, tinham já sido lançadas em *Casa-Grande & Senzala*, em que, ao explicar a formação da sociedade brasileira, o autor atribui grande ênfase à suposta miscibilidade evidenciada pelo português. Nessa teoria, acentua-se a especificidade do carácter português pela predisposição à aventura ultramarina, à miscigenação e à interpenetração de valores e costumes.

Tais características, herdadas do contacto com os mouros e judeus na Península Ibérica, permitiram que a expansão pelos trópicos, de que a sociedade brasileira seria o exemplo de sucesso, primasse pela mistura racial, adaptabilidade ecológica (ao clima e ao meio físico) e adaptabilidade sociocultural (ao meio social e aos usos e culturas).

Freyre defende que “só um povo europeu se está revelando nos trópicos mais cristocêntrico do que etnocêntrico. Esse povo é (...) o português, tipicamente português, desde a Ásia conhecido mais por “cristão” do que por “luso” ou por “português””. Também esta característica lusitana é associada ao contacto do cristianismo com o islamismo na Península Ibérica. Nos portugueses, o modo de ser nacionalmente português terá sido superado pelo modo de ser cristão: um modo de ser cristão à maneira do mouro ser maometano. Conservando “a alma só de Deus”, isto é, de Cristo, os portugueses acrescentaram ao corpo, além de filhos mestiços, valores adquiridos de povos orientais e tropicais [...] (Castelo, 1998, p. 36)

Esta breve explicação sobre os principais aspetos do luso-tropicalismo, permite compreender o interesse do Estado Novo adotar esta teoria como doutrina oficial após a promulgação da *Declaração Sobre os Territórios Autónomos*, presente na Constituição da ONU de 1945; supostamente, a teoria marcaria a diferença fundamental entre o colonialismo português e o dos países do Norte da Europa: sem imposição de

etnocentrismo, o interesse seria somente o de transmitir valores universais – cristianismo – e, simultaneamente, salvaguardar também a integração de valores indígenas.

Porém, o luso-tropicalismo também encerra uma dimensão de ação e um sentido político, pois, para Gilberto Freyre, a sua plena concretização só ocorreria nas décadas seguintes após as primeiras formulações da teoria (estabelecida pelo autor entre 1930 e 1950), com a (re)afirmação de uma política de democracia étnica. Na sua leitura à portuguesa, contudo, a restrição da concessão de cidadania aos indígenas manteve-se e, ao contrário do que afirmam as teses luso-tropicalistas, não havia uma união dos povos, nem uma vontade de miscigenação (que continuava a ser bastante repudiada). Assim, confrontando a teoria com o que foi a realidade do império português, Cláudia Castelo (1998) e Valentim Alexandre (2000) remetem-na para a categoria dos mitos.

Neste sentido, a adoção do luso-tropicalismo não correspondeu a mais do que uma nova versão da antiga mentalidade do séc. XIX, segundo a qual o país só sobreviveria se possuísse colónias (Alexandre, 2000). Porém, mais de vinte anos após a independência dos territórios de África, este autor, assim como Cláudia Castelo (1998), Igor Machado (2003) e Eduardo Lourenço (1999), por exemplo, constatavam que a crença numa especificidade portuguesa na relação com outras culturas (e a auto-imagem que lhe é inerente dos portugueses como um povo tolerante e fraterno) ainda continuava ativa no imaginário do país.

Segundo Feldman-Bianco (2001), com o fim do império em 1974, concomitantemente à reterritorialização de Portugal às suas fronteiras do séc. XV, o país iniciou também uma espécie de desterritorialização com a adesão à CEE. Estas mudanças levaram à reconstrução da sua noção de nacionalidade – a partir de então sob uma perspetiva europeia –, em que se destaca como aspeto mais expressivo a alteração do *jus soli* para o *jus sanguini* como critério para a concessão da cidadania portuguesa³¹. O objetivo de tal alteração é bastante evidente: em conformidade com a viragem europeia, o país passava a restringir o acesso à cidadania justamente àqueles que até há pouco tempo faziam parte da nação e que, naquele momento, chegavam em maior número ao país. Isto viria a ser reforçado uma década mais tarde com a adesão de Portugal ao Espaço Schengen

³¹ Isto significa que, se até então o necessário para a concessão de cidadania era, ao menos teoricamente (isto pouco se aplicava à população nativa das colónias), nascer em território português, com a alteração para o *jus sanguini* esta passou a pautar-se pela ascendência e os laços de consanguinidade, independentemente do local de nascimento.

e a promulgação de uma nova Lei de Estrangeiros, em 1992, profundamente restritiva em relação aos estrangeiros exteriores ao espaço comum europeu.

Todavia, esta viragem à Europa não significou o fim do interesse pelo antigo espaço imperial, com Portugal redefinindo as suas relações com o Brasil e as ex-colónias africanas. Tal interesse ganhou uma expressão superior com a constituição da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), em 1996. De facto, estes dois projetos – um voltado para o espaço europeu e outro para o espaço atlântico – estiveram em disputa logo após o 25 de abril, com a reconstrução da noção de nacionalidade portuguesa a repousar na seguinte questão: “Qual o tipo de nação que Portugal deseja ser?”. A resposta viria sob a forma de uma conciliação de ambos os projetos, em 1996, com a subida ao poder do Partido Socialista – PS³².

A expressão “projeto Atlântico” corresponde à forma como Feldman-Bianco (2001) se refere ao Segundo Império (relativo ao período de colonização do Brasil) e ao Terceiro Império (concernente à re-colonização dos espaços em território africano, que se seguiu à independência do Brasil). Como a antropóloga explica num outro texto, ainda durante o séc. XVI, diante da incapacidade em competir de igual para igual com as potências europeias no comércio internacional, Portugal canalizou os seus esforços justamente para esse projeto Atlântico, orientado para a ação colonizadora no ultramar. Neste sentido,

No contexto da singular história de Portugal, o mundo – em vez do Estado-Nação – tem sido a unidade espacial dos portugueses. Começando como navegadores e descobridores do novo mundo, engajando-se posteriormente num secular projeto “Atlântico” de colonização e exploração dos territórios do ultramar e tornando-se (desde o séc. XIX) em emigrantes trabalhadores [...] (Feldman-Bianco, 1995, p. 5)

Considerando, pois, a força do imaginário de portugueses dispersos pelo mundo, mesmo os opositores do colonialismo e os entusiastas da adesão à Europa mostravam preocupação com o facto de, apesar de se ter posto fim à ditadura em Portugal, a Revolução do Cravos não havia conseguido promover uma renovação do discurso identitário português, após a reterritorialização do país às suas fronteiras do séc. XV. Como forma de preencher esta lacuna e após a conciliação dos projetos, a nacionalidade

³² Este, na figura de Mário Soares, defendia que assim como era de suma importância para a sobrevivência do país, dada a sua posição semiperiférica no contexto global, unir-se à Europa, também era necessário ter em consideração a antiga posição portuguesa no Atlântico.

promovida pelo Estado começou a expressar-se numa política de investimentos e valorização da alta cultura portuguesa. A princípio por meio dos emigrantes que, incentivados por uma orientação concordante com a alteração da lei de nacionalidade, foram desafiados a representar Portugal no mundo. Paralelamente, o recém-empossado governo socialista (em 1996) começou a redefinir as suas relações com o Brasil, assim como com as demais ex-colónias africanas, por meio da revalorização do antigo espaço imperial português, porém, naquele momento travestido na ideia de “lusofonia”.

Com a memória da Guerra do Ultramar ainda fresca e a rejeição de tudo o que soasse a um linguajar colonial, era necessário que esta política de cariz neoimperial se apresentasse com uma nova roupagem, ainda que promovesse antigos imaginários como “a atlântica e universal vocação” de Portugal. Neste contexto, a ideia de lusofonia emerge como uma readaptação do luso-tropicalismo (Machado, 2003; Margarido, 2000), em que o peculiar “modo português de estar no mundo”³³ é novamente exaltado para realçar laços de afinidade – culturais e de linguagem – entre a antiga metrópole e as antigas colónias.

Observamos esta presença de uma mentalidade imperial/ colonial, em que as teses luso-tropicalistas persistem no imaginário português, porém readaptadas pelo discurso da lusofonia, aquando das comemorações oficiais dos 500 anos de achamento do Brasil, no ano de 2000. Conforme analisaremos mais à frente, na cobertura da efeméride pelos jornais *Público* e *Expresso*, os conflitos ocorridos entre manifestantes contrários às comemorações (sobretudo integrantes de movimentos indígenas e negros) e a polícia brasileira na cidade de Porto Seguro – palco da programação oficial – foram lidos pela imprensa numa chave interpretativa de profundo espanto, como se fosse absurdo logo os descendentes de escravos e índios protestarem contra a celebração de um achamento que deu origem, justamente, à “branda” colonização e ao “pacífico” contacto entre povos...

Neste sentido, questionamo-nos sobre a posição do Brasil nesse imaginário imperial que começou a germinar no séc. XIX³⁴, foi readaptado durante o séc. XX com recurso ao luso-tropicalismo e que se mantém no séc. XXI pelo discurso da lusofonia. Ao debruçarmo-nos sobre a opinião corrente em Portugal após a independência do Brasil, quanto à necessidade de “construir novos Brasis em África”, observamos que era então

³³ Segundo Cláudia Castelo (1998), tal expressão fora cunhada por Adriano Moreira e é justamente tributária das teses freyrianas acerca da especificidade portuguesa no trato com outras culturas.

³⁴ Não que anteriormente Portugal não apresentasse uma índole imperial e colonial, como é claro, entretanto, esse imaginário só começou a ser retrabalhado e instrumentalizado quando um sentimento de perda, suscitado pela independência do Brasil, se tornou latente.

inexistente um discurso sobre a especificidade do português ao se relacionar com outros povos e de exaltação da miscigenação que deu origem ao povo brasileiro, mas com a adoção do luso-tropicalismo no séc. XX, o país voltou (ou permaneceu, podemos dizer...) a ser exaltado pelo pensamento português, só que naquele momento a partir da imagem do mestiço.

Segundo Igor Machado (2003), esta exaltação, coerente com a adaptação à portuguesa do luso-tropicalismo, manteve a inferiorização simbólica do mestiço, que permaneceu abaixo do português branco, porém, a partir daquele momento, um pouco melhor que o negro, apenas por ser resultado da colonização portuguesa. Cláudia Castelo cita um artigo de 1939 de José Osório de Oliveira, para demonstrar como a intelectualidade portuguesa acolheu o luso-tropicalismo num contexto de popularidade do discurso eugenista, mantendo a crítica à miscigenação, porém ressaltando que os mestiços brasileiros eram um pouco superiores por serem fruto da colonização portuguesa.

[...] como se explicam esses casos brasileiros de perfeito equilíbrio intelectual e moral entre mulatos? [...] Isso se deve, evidentemente, à forma como a miscigenação se produziu no Brasil, graças às qualidades afectivas do português, à sua capacidade de simpatia humana. (citado por Castelo, 1998, p. 77)

Neste sentido, o luso-tropicalismo sedimentou a ideia de Brasil como grande feito português, ideia a partir de então credibilizada pelo seu discurso teórico-cientifizante, que claramente desagua num posicionamento simbólico subalterno. Resta-nos compreender de que forma essa subalternidade do país e do seu povo (apesar de em melhor posição que as ex-colónias africanas) se mantém pelo discurso da lusofonia.

Lusofonia

Segundo Cármen Maciel (2010), o termo “lusofonia” emergiu como uma noção abstrata que, de modo geral, se refere às relações pós-coloniais entre o antigo centro e as ex-periferias. Todavia, é quase um lugar comum referir que ninguém sabe ao certo o que designa, caracterizando-se assim, como um conceito vago e impreciso. Nas últimas décadas, o que se observa é a oscilação entre uma pluralidade de significados, relacionados com ideologias políticas, relações interestatais, interesses económicos, questões linguísticas e identitárias...

De acordo com Helena Sousa (2006), o termo adquiriu relevância política logo em meados da década de 1980 – não por acaso, pouco depois da independência das antigas

colónias africanas. No entanto, a autora também vê o seu significado como complexo, pois a lusofonia corresponde a um património simbólico em permanente disputa. Mais do que representar uma área e raiz cultural comuns, o termo refere-se a um espaço geo-linguístico fragmentado, cuja memória de um passado comum – em que um foi o colonizador e os outros foram os colonizados – escamoteia uma tensa história partilhada.

Procurando traçar uma espécie de genealogia do termo, Cármen Maciel (2010) consultou quinze dicionários e uma enciclopédia portugueses, sete dicionários e uma enciclopédia brasileiros e uma enciclopédia de edição mista, com edições nos períodos de 1900 a 1974 e de 1975 a 2009, em que verificou o seguinte: enquanto no primeiro período o termo “lusó” teve vinte duas ocorrências nas publicações analisadas, não se verificando a presença dos termos “lusofonia”, “lusófona” e “lusotropicalismo”, já no segundo período o mesmo termo apresentou vinte e seis ocorrências, porém, “lusofonia” também surgiu onze vezes, “lusófona” treze e “lusotropicalismo” nove. Isto indica que é após a queda do regime ditatorial e as independências africanas que a ideia de lusofonia ganha relevo.

Nesta readaptação do linguajar colonial, necessária com o fim do império e em que o discurso da lusofonia é a sua consequência, não foi realizado um grande esforço, pois, como explica Alfredo Margarido (2000), desde meados do séc. XX que já se utilizava o luso-tropicalismo como justificativa e forma de desculpabilização da ação colonial. O que a lusofonia fez foi reforçar ideias destacadas por essa teoria – a exemplo da especificidade do português no relacionamento com outras culturas – como meio de justificar uma reaproximação entre Portugal e as antigas colónias, e escamotear a memória de um recentíssimo passado permeado de violências.

Um primeiro exemplo dessa mentalidade neoimperial são os discursos de Mário Soares no início da década de 1990. Conforme observa Feldman-Bianco (2001), apesar de em 1986 – ano da entrada de Portugal na CEE – se registar uma acirrada disputa entre os favoráveis a uma “virada à Europa” e os defensores do “retorno ao Atlântico” (disputa só encerrada com a subida ao poder do PS dez anos depois), tanto Mário Soares quanto o seu principal adversário político, o então primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva, desejavam transformar Portugal numa moderna nação europeia, apenas as suas estratégias divergiam.

A despeito de ter sido um dos principais arquitetos dessa “virada à Europa”, Soares não descurou a antiga posição portuguesa no Atlântico e as suas continuidades imperiais, destacando nos seus discursos sobre a modernidade de Portugal e a necessidade de preparação para o terceiro milénio, antigos imaginários coloniais como a “histórica missão” de Portugal, sua “universal cultura e vocação” e estratégica posição geopolítica. Conforme se ouviu num discurso pronunciado no Parlamento Europeu em 1986:

Nós trouxemos à Europa comunitária a riqueza de uma história e de uma cultura profundamente ligada à expansão geo-económica e à irradiação de valores civilizacionais. [...] Uma europeia, mas (ao mesmo tempo) também atlântica nação, localizada no entrecruzamento de rotas marítimas e aéreas – entre a Europa e a América, entre o Norte e o Sul. (Soares, 1987, p. 125-132 citado por Feldman-Bianco, 1995, p. 17)

Outro exemplo do relevo adquirido pela ideia de lusofonia é a constituição da CPLP em 1996, a qual serviu o desejo do governo de Portugal de, a par da sua inserção estável na Europa – como política estruturante de Estado –, utilizar como trunfo político a herança cultural que o país deixou espalhada pelo mundo. Como refere Cláudio Ribeiro (2004), de uma perspetiva portuguesa, a CPLP representa um projeto de reafirmação internacional da língua e cultura portuguesas, vinculado, portanto, a interesses económicos e de prestígio político do país. Tal defesa da importância de Portugal, por meio da valorização da língua, revigora também antigas mentalidades imperiais como a do “mundo que o português criou” por meio da expansão no ultramar.

Neste sentido, e considerando a conjuntura brasileira de então, em que o governo Fernando Henrique Cardoso promovia um intenso processo de privatizações, compreende-se o interesse português (numa perspetiva estritamente económica e sem descurar o seu posicionamento europeu) de promover investimentos e a deslocação de empresas nacionais para o Brasil – movimento que ficou conhecido nos media brasileiros como o “retorno das caravelas”. (Feldman-Bianco, 2001). Mas o desejo de afirmar a importância de Portugal através da divulgação da sua língua será suficiente para explicar o interesse por um organismo como a CPLP, composto por algumas das nações menos desenvolvidas no mundo? Como questiona Ribeiro:

Para além da valorização e preservação dos laços étnico e histórico-culturais, qual, exatamente, o propósito deste projeto multilateral que envolve Estados de economia e bases industriais relevantes (Portugal e Brasil) com países da África portuguesa e agora também da Ásia (Timor Leste)? (2004, p. 110)

Moisés de Lemos Martins (2006) fornece algumas pistas neste âmbito. Segundo o autor, a lusofonia atua como discurso e *cosa mentale*—no sentido de coisa sonhada — caracterizando-se, assim, como um território de arquétipos culturais. E sendo as infraestruturas da sociedade sobretudo algo imaginado (e não estruturas de cariz económico, tecnológico ou afins), assim se explica o facto de a lusofonia só poder ser compreendida como um espaço de cultura.

No entanto, apesar deste carácter de refúgio imaginário que o termo possa ter para os portugueses, a lusofonia, com os seus aspetos mitológico, simbólico e imaginário intrínsecos, dá forma à realidade, “[...] ou seja, o mito enche a história de existência concreta, de memória viva, enfim, de sentido humano.” (Martins, 2006, p. 81). O autor recorre à perspetiva de Bourdieu para afirmar que, sendo a lusofonia um mito, ela é também um fenómeno discursivo, sendo social a sua representação. E por ser social, também possui uma lógica neste domínio, ou seja, atua como uma definição do real, promovendo di/visões sociais que também concorrem para a realidade das divisões.

Portanto, a lusofonia representa uma classificação prática, uma di/visão do mundo social que atua numa espécie de campo de combate para a defesa de uma determinada ordenação simbólica do mundo. Neste contexto, a lusofonia, como definição de mundo, concorre com as definições rivais da comunidade britânica, da francofonia e da hispanidade na luta, num tempo pós-colonial e globalizado, pela divisão do mundo em áreas culturais.

Entretanto, as sociedades transcontinentais, cujos projectos alastraram antes de a globalização se autonomizar como variável dominante, foram elas mesmas fraccionadas por essa realidade superveniente: o Brasil e os Estados Hispânicos convergem no Mercosul; a francofonia, a Comunidade Britânica, a lusofonia, o panarabismo, desenvolveram linhas diferenciadas na unidade do continente africano; o Corão apela à identidade de um cordão muçulmano que, de Gibraltar à Indonésia, divide o Norte do Sul do mundo [...] (Martins, 2006, p. 83)

Claro que ao discorrer sobre este modo de existência da lusofonia, referimo-nos à sua presença em Portugal. A partir da construção de grupos de foco com estudantes universitários brasileiros e portugueses (Carvalho et al., 2014), os primeiros, na sua maioria, nem sabiam dizer o que o termo designava, apesar de o associarem prontamente — e exclusivamente, podemos dizer — a Portugal (a partir do prefixo “luso”). Este facto leva os autores a questionar o peso semântico da referência à lusofonia fora de Portugal,

gerando algumas vezes um certo desconforto por remeter a uma centralidade (ou supremacia) da matriz portuguesa. Em contrapartida, “Nos grupos realizados em Portugal os estudantes associaram o termo Lusofonia aos países que falam a língua portuguesa, mencionando também que seriam os países que foram colonizados” (*Ibid.*, p. 157).

No entanto, neste processo de (re)construção do imaginário social em Portugal a partir de elementos da memória, outros ex-sujeitos coloniais também procuraram tirar vantagens do discurso da lusofonia. Como observou Gustavo Santos (2006), durante o processo de regularização extraordinária de imigrantes em 1993, entidades representativas de imigrantes brasileiros, cabo-verdianos e afins procuraram realçar os laços lusófonos de forma a obterem vantagens para essas comunidades. Porém, tendo em atenção a opção estruturante de Portugal de adesão à Comunidade Europeia, o discurso de defesa de um tratamento diferenciado (inclusive defendido por algumas lideranças do PS) para essas comunidades conheceu limites precisos, em resultado das normas regulamentares da União Europeia que o país havia ratificado.

Destarte, uma vez no governo nacional, o Partido Socialista passou a assumir e defender posturas e normas fundamentadas em regulações gerais da União Européia, como o Tratado de Maastricht e, posteriormente, o Tratado de Amsterdã. E, no tocante à regulação da imigração estrangeira em Portugal, isso significou rigorosa continuidade com as tendências restritivas observadas durante o período do governo do Partido Social Democrata[...] (Santos, 2006, p. 126)

Devido a estas discrepâncias, presentes desde o surgimento da lusofonia, Eduardo Lourenço (1999) avalia esta como um projeto forjado pelos portugueses e, acima de tudo, uma assumida utopia portuguesa, cujo erro consistia em atribuir-lhe uma univocidade imaginária. Neste ponto, portanto, em que as leituras de Moisés Martins (2006) e Eduardo Lourenço (1999) parecem convergir na identificação da dimensão simbólica e arquetípica da lusofonia para os portugueses, relacionada por sua vez com as longínquas representações sociais acerca da predisposição portuguesa para a aventura ultramarina e a conquista de territórios, consideremos útil trazer à discussão às análises de Aníbal Quijano (1992) sobre a colonialidade do poder. Afirma este autor:

Com a conquista das sociedades e culturas que habitavam o que hoje é chamado de América Latina, começou a formação de uma ordem mundial que culmina, 500 anos depois, num poder global que articula todo o planeta. (p. 11)

Neste sentido, se o que se entende por colonialismo, como processo de dominação direta, cessou quase por completo em meados do séc. XX, a estrutura colonial de poder, responsável por produzir discriminações sociais, permanece ativa. Tais discriminações revestiram-se de características “raciais”, étnicas, “antropológicas” e “nacionais” para designar as populações subjugadas e, ao assumirem em alguns momentos pretensões científicas (a exemplo do luso-tropicalismo), passaram a ser vistas como fenómenos naturais e não como consequência do desenvolvimento do poder colonial. Se o colonialismo se pode dizer que foi eliminado do mundo, a dominação colonial – a chamada colonialidade – permanece ativa no relacionamento da cultura europeia (também chamada “ocidental”) com as demais culturas. Essa dominação não diz respeito apenas à subordinação dessas culturas à cultura europeia, mas, num nível mais profundo, tem a ver com a sua colonização, a colonização do imaginário dos colonizados (Quijano, 1992); sobretudo quando, como no caso do Brasil, colonizadores e colonizados coincidem (ou se confundem).

Nesta forma de repressão que recai sobre os modos de conhecer, de produzir conhecimento, imagens, perspectivas, sistemas de significação e afins dos povos colonizados, a sua cultura foi despojada de reconhecimento e legitimidade no âmbito de uma ordem mundial dominada por padrões europeus. “Foram encerrados na categoria dos ‘exóticos’”. (Quijano, 1992, p. 13). Neste sentido, compreendemos o interesse em Portugal por tudo o que remeta a uma ideia de lusofonia, comunidade lusófona e afins (seja nos âmbitos político, cultural, económico ou interestatal) como a expressão da perenidade de uma colonialidade à portuguesa, em que se mantém a crença subjacente na inferioridade dos modos de conhecimentos e cultura dos antigos povos colonizados; o que justificaria, portanto, a necessidade de um organismo como a CPLP que continue a promover e reforçar nos espaços dantes dominados, a cultura portuguesa.

Tal perenidade explica, por exemplo, o incómodo causado com a adoção do novo acordo ortográfico, visto por alguns portugueses como uma forma de subordinação da antiga metrópole à ex-colónia, no caso o Brasil. A subalternidade suscitada pela colonialidade não se expressa, porém, e como já enunciámos a partir de Stuart Hall (1990), da mesma maneira para os diferentes povos colonizados. Isto explica, concretamente, o estatuto diferenciado do Brasil não apenas no âmbito de um organismo como a CPLP, mas de modo geral no imaginário português com relação às antigas colónias. Esta situação explica-se tanto pelo posicionamento que o país sempre ocupou

na mentalidade imperial de Portugal³⁵, quanto, de um ponto de vista pragmático, pelas condições materiais evidenciadas pelas diferentes nações que integram a comunidade lusófona. Como já ficou expresso, enquanto o Brasil possui uma relevante infraestrutura industrial e representa uma das principais economias do mundo (sem anular, contudo, as suas enormes desigualdades sociais...), países como a Guiné-Bissau, por exemplo, apresentam constante panorama social e político conflituoso.

Se no contexto português, o Brasil e a sua população possuem uma posição superior em relação aos demais povos também colonizados por Portugal, isto deve-se ao facto de na colonialidade portuguesa, desde meados do séc. XX, a figura do mestiço associada à identidade brasileira ser valorizada em comparação aos negros. Isto identifica-se mais claramente no tratamento dispensado aos imigrantes de origem lusófona e Igor Machado (2006b), por exemplo, é um autor que pensa a lusofonia a partir desta perspetiva. Ou seja, como uma forma renovada do pensamento colonial que propaga com vigor a ideia da língua como pátria, apenas para recriar as mesmas distinções hierárquicas entre as populações das ex-colónias no período do império.

De forma geral, esta espécie de hierarquia valorativa foi estabelecida a partir de diferentes estudos realizados com populações das antigas colónias – influenciados, certamente, por alguma ideologia de perfil racista – durante o império, em que se procurou classificar essas populações em termos fenotípicos. Neste sentido, os negros são colocados na parte inferior dessa escala, com a cor quanto mais escura a determinar o grau de selvajaria em oposição à civilidade, prerrogativa dos brancos (portugueses). Segundo Patrícia Ferraz Matos (2006), o recurso a este tipo de hierarquia não se verifica apenas em Portugal, mas também em outras nações imperialistas que, em meados do séc. XIX, nas exposições do mundo industrial que se tornaram comuns nas metrópoles do Atlântico Norte, organizaram e expuseram as diferentes “culturas” numa escala evolutiva que ia do estado de selvajaria ao estado de civilização, em função da cor da pele (espectro cromático).

É neste contexto que Igor Machado (2003, 2006b) identifica um maior prestígio dos imigrantes brasileiros em comparação com os imigrantes de origem africana, pois são identificados como mestiços, posicionando-se assim num lugar intermédio na hierarquia

³⁵ Atuando como centro produtivo durante a vigência do sistema luso-brasileiro e, posteriormente, surgindo na condição de exemplo para África.

de alteridades. Relativamente aos imigrantes oriundos de países do Leste europeu, vindos em grande número para Portugal a partir de finais do séc. XX e também eles brancos, o autor observa que as suas características fenotípicas complexificaram o modo de compreensão étnica vigente no país, em que a cor de pele branca era vista como prerrogativa dos portugueses (e, portanto, também como forma de distinção em relação aos imigrantes).

Claro que nesta forma de distinção não entram os ingleses do Algarve, os quais, como já analisado em capítulo anterior, nem chegam a ser etnicizados no discurso nacional: eles não ocupam uma posição subalterna no país de acolhimento, são os chamados “imigrantes de luxo”. Neste sentido, e considerando que os imigrantes de Leste também são brancos e europeus, Igor Machado (2006b) coloca a hipótese de a manutenção deste *label* – “imigrantes de Leste” – servir justamente para os jogar simbolicamente para um Oriente distante, com toda a carga de exotismo que esta região evoca.

Sobre a manutenção de uma hierarquia de alteridades no âmbito da experiência migratória em Portugal, o autor identifica a sua presença na ação sub-reptícia do Estado: até 2003, por exemplo, existiram acordos e processos extraordinários de regularização de imigrantes exclusivamente destinado aos brasileiros. Aos media cabe o seu reforço: conforme nós próprios também constatámos, ainda que o discurso jornalístico sobre os imigrantes dos Palop (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) não seja o foco deste trabalho, é mais comum encontrar nos jornais notícias de criminalidade relacionada com estes imigrantes e os seus descendentes, do que com imigrantes brasileiros. O mesmo se pode dizer, ao contrário, em relação a notícias sobre prostituição e afins, pois trata-se de um tipo de cobertura também muito influenciada pela imagem da brasileira em Portugal.

Neste contexto, julgamos interesse transcrever a resposta do sociólogo das migrações, Rui Pena Pires, à pergunta de um jornalista do *Público*³⁶ sobre, se em Portugal, o racismo é dirigido exclusivamente aos negros:

Em Portugal, na Europa, nos Estados Unidos atinge sobretudo a população negra. O racismo existe porque tem alguma verossimilhança

³⁶ “Imigração só se controla dando todos os direitos aos trabalhadores estrangeiros – Rui Pena Pires”. (*Pública*, 11/8/02), p. 5-7.

– e este é o problema principal: ter um preconceito racista e, a seguir, olhar à volta e ver que a maioria dos negros estão em lugares sociais mais baixos. A tendência é para naturalizar essa situação: “O negro não serve para outra coisa”. Não ter políticas activas de correcção da exclusão social dos emigrantes favoreceu o racismo.

Com esta resposta somos remetidos à explicação de Aníbal Quijano para o facto de as discriminações raciais estabelecidas pela colonialidade que reverberam noutras formas de relação (exploração) social serem, ainda hoje, encaradas por muitos como algo natural... E generalizado, ao aplicar-se aos brasileiros, por exemplo, a caracterização de “mestiço”, algo que não escapa nem a um investigador como Rui Pena Pires. Na mesma entrevista, talvez por lapso, ele afirma que os imigrantes brasileiros sofrem menos preconceito “por não serem negros”, sem considerar, portanto, que a maioria da população brasileira, assim como boa parte do seu contingente migratório em Portugal, é negra.

A cobertura do Público e Expresso sobre os 500 anos de achamento do Brasil

Para melhor compreendermos a continuidade de uma mentalidade imperial em Portugal já em finais do séc. XX, e a sua relação específica com o Brasil, iremos debruçar-nos sobre a cobertura dos jornais *Público* e *Expresso* às comemorações oficiais dos 500 anos de achamento do Brasil, completados em 2000. A programação do evento – composta por concertos, exposição e outras atividades afins nos dois países – foi planeada com antecedência por uma comissão bilateral e inseria-se num contexto mais vasto de comemoração em Portugal do quinto centenário de outros importantes eventos da era dos descobrimentos, como por exemplo a viagem de Vasco da Gama à Índia.

A ameaça expressa por setores da sociedade brasileira de contestar os festejos oficiais dos 500 anos não passou despercebida aos jornais analisados. O *Expresso*, num pequeno texto de 29 de janeiro – “Brasileiros iniciam festa no Carnaval” (p. 10) –, já indicava que grupos indígenas se tinham reunido para planear a série de manifestações que teriam o seu culminar em 22 de abril (data da chegada de Cabral ao país), justificando as suas ações da seguinte forma:

Os índios tentarão ganhar protagonismo mediático, num dia em que não vão faltar no local “flashes” e câmara. [...] Por detrás de todas as críticas indígenas aos actos simbólicos preparados conjuntamente por Portugal e Brasil estão, subliminarmente, as pretensões de sempre. Conseguir as suas terras de volta.

Na peça não é citada nenhuma liderança indígena nem é destacada qualquer declaração em discurso direto, o que leva à conclusão de que o trecho acima corresponde

mais a uma interpretação da jornalista sobre as intenções dos índios do que a algo efetivamente expresso pelos próprios.

Já o *Público* expõe de forma mais extensa a provável ocorrência de protestos, em notícia de 25 de fevereiro intitulada “Manifestação ameaça comemoração dos 500 anos” (p. 32). Porém, diferentemente do outro texto, que apenas assinalava a ameaça advinda de grupos indígenas, este afirma no antetítulo: “Negros, índios e sem-terra unidos no Brasil contra os festejos da Descoberta”. Ao falar dos argumentos contrários às comemorações da Comissão Outros 500, assumidos pelos grupos mencionados no antetítulo, o texto afirma que eles eram “relativamente bem conhecidos em Portugal”, no entanto, não os explicita, o que sugere a pressuposição por parte do jornalista de que os leitores portugueses partilhavam esse *background*.

A par deste conhecimento assumido como implícito, ao longo do texto o termo “colonialismo português” aparece três vezes, sempre como o alvo das críticas dos movimentos contrários às comemorações. Os autores de tais críticas, por sua vez, são adjetivados nesses períodos como “radicais”; o que sugere a presença de uma ideologia de defesa do colonialismo português, pois, não se explica o porquê de tal adjetivação e quais seriam exatamente esses movimentos (é referido genericamente “movimentos negros”), com o texto apenas referindo o seu posicionamento acusatório em relação ao colonialismo português. O período, ao ser estruturado desta forma, acaba por revestir de descrédito tais movimentos, pois ao mesmo tempo que se aplica o rótulo – pejorativo – de “radicais”, não se concede um correspondente espaço para a sua caracterização e para contextualizar as suas posições.

Este viés ideológico mostra-se mais evidente na edição de 22 de abril do *Público*, em que a quase totalidade da capa e as destacadas páginas iniciais (de 2 a 11) são dedicadas aos 500 anos do achamento completados nesse dia. O editorial, intitulado “Sem complexos”, inicia-se com o argumento de que não há apenas heróis e vilões na história e que não é possível analisá-la com os padrões éticos da atualidade. Como se nota, este argumento começa por responder aos críticos das comemorações, o que se evidencia de forma mais clara no seguinte trecho, a meio do texto: “e por mais índios e sem-terra que se manifestem por estes dias, eu não vou deixar de me orgulhar de pertencer ao povo que empreendeu tais viagens e lançou raízes tão longe” (p. 3). Por fim, o autor, José Manuel Fernandes, argumenta – mais uma vez respondendo aos críticos – que Portugal já se retirara do Brasil há 200 anos, portanto, se o país continuava a sofrer de enormes

desigualdades, isso não se devia à “pesada dívida” (o termo aparece assim, entre aspas) deixada pelos portugueses.

Na edição de 23 de abril de 2000, logo após a ocorrência dos conflitos do dia anterior entre polícia e manifestantes contrários às comemorações na cidade de Porto Seguro, o diário trouxe na capa a seguinte chamada: “Violência e chuva estragam celebrações”. Mas iremos analisar com maior atenção uma peça publicada no dia seguinte – “Comemorações do império sitiadas” (p. 4) – por esta evidenciar um posicionamento diferente da cobertura seguida pelo jornal sobre a efeméride até então. Ao iniciar o texto, referindo que as cerimónias oficiais tinham estado envolvidas por uma atmosfera de medo, a correspondente afirma a seguir que aquelas apresentaram aspetos quase caricatos, similares a uma exposição do Mundo Colonial Português, ao fazerem jus a clichés sobre a colonização do Brasil e o colonizador.

Ao acentuar este aspeto da cerimónia, o texto refere todavia, que a mesma não poderia ser acusada de “ideologicamente retrógrada e politicamente anacrónica”, pois a sua iniciativa partira do colonizado, esquecendo-se ou ignorando o facto de as comemorações terem sido planeadas por ambos os países. Ao debruçarmo-nos sobre a estrutura esquemática do texto – composta pela descrição das celebrações e a seguir pela justificação do seu carácter não retrógrado (embora no período imediatamente anterior se tenha afirmado exatamente o inverso) –, observamos que, apesar da crítica implícita, se procurou eximir os governos da responsabilidade desse suposto aspeto retrógrado das comemorações, facto acentuado pelo que se afirma a seguir:

Se bem que, como tem insistido Sampaio [presidente de Portugal na altura], a história não se escolhe, nem se reescreve, o Império está lá, a colonização do Brasil está lá, a dizimação dos índios e a escravatura dos negros também, em particular na construção da nação brasileira. (*Público*, 24 de abril de 2000, p. 4)

Conjetura-se com o uso da expressão “se bem que...” a abrir o período (ao sugerir *a priori*) que o que se seguirá não é enunciado com grande convicção: falta de ênfase na justificação do carácter das cerimónias oficiais.

Já o *Expresso* optou por apresentar os conflitos do dia 22 de abril – “Brasil triste no desfecho da festa” (29 de abril de 2000, p. 7) – a partir da sua repercussão no meio político e na imprensa brasileiros. No entanto, observa-se pela estrutura temática e coerência global da peça que, da mesma forma que o padrão seguido pelos jornais na cobertura dos distúrbios, esta assume a perspetiva dos defensores das comemorações ao

compor quase todos os parágrafos com tópicos – macro-estruturas semânticas, na definição de van Dijk (2005) – relacionados com as opiniões expressas por estes.

Sob o intertítulo “A tese da invasão”, destaca-se o trecho de um artigo do escritor brasileiro João Ubaldo Ribeiro em que se enumeram os benefícios para o Brasil da colonização portuguesa. Num outro momento, a jornalista justifica os protestos de índios e sem-terras da seguinte forma:

De nada adiantou, neste contexto, o presidente lembrar, em discursos oficiais, que tinha dado terras a 400 mil famílias, além de ter demarcado reservas indígenas que já somam 11% do território nacional. Por a maioria da população desconhecer tal facto, os agricultores e índios tornam-se presa fácil dos radicais.

Observamos neste trecho a composição de diferentes vozes, típica do discurso jornalístico (Fairclough, 2001), todavia a forma como se expressa o suposto desconhecimento da população, não é algo que emerge como uma observação, mas como um facto incontestável. Verifica-se assim, um desequilíbrio na representação dos atores envolvidos nos conflitos: a coerência global do texto é construída à volta das falas em discurso direto de dois representantes políticos oficiais e do escritor, enquanto não é apresentada qualquer citação de representantes dos movimentos contestatários.

Embora não sendo concedido espaço a estes movimentos, eles não deixam de ser adjetivados diversas vezes como “radicais”, assim como o Ministro da Administração Agrária brasileiro é designado como um “ex-comunista”. Tais rótulos cumprem a seguinte função: enquanto o primeiro é utilizado pejorativamente no sentido de desacreditar o discurso e ações dos movimentos, o segundo atua na acentuação da sua presumida radicalidade, pois até um ex-comunista – subentende-se – já tinha esgotado a sua paciência com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), como se depreende da fala do ministro: ““A minha paciência acabou. A partir de agora, quem destruir prédios do Governo ou sequestrar funcionários públicos vai responder por estes crimes.””.

Observamos, pois, que o discurso jornalístico, orientado pela retórica oficial de mitificação do “descobrimento” do Brasil, caracterizou de forma depreciativa os movimentos contestatários da efeméride e, em alguns momentos, incorporou o argumento de que não era possível julgar com os olhos do presente factos ocorridos no passado. Como afirmou o historiador Fernando Rosas (2000, p.9) em artigo de opinião no *Público* em 29 de abril – “Do mito à fraternidade” –, essa mitificação para efeitos políticos, no

contexto da programação das comemorações oficiais e das declarações de políticos brasileiros e portugueses, revestiu-se de aspetos “lusu-tropicais” que explicam, por sua vez, a adoção desta postura de defesa por parte da comunicação social.

Conforme abordado, a adoção do luso-tropicalismo pelo Estado Novo correspondeu a um ato estratégico em que, num contexto internacional desfavorável, a ditadura procurou promover a ideia de que os portugueses tinham um modo peculiar de se envolver com as populações nativas. Neste contexto, as suas teses foram propagadas tanto pela máquina propagandística, quanto pela “educação nacional estado-novista”, como afirma Rosas (2000, p. 9).

Portanto, é possível sugerir que tal comportamento, tanto por parte dos políticos quanto dos jornais portugueses, corresponde aos efeitos de uma ideologia colonial, cuja doutrinação durante o Estado Novo ainda produzia efeitos em finais do século XX. Para a sociedade portuguesa era difícil compreender as acusações de ex-colonizados considerando que, desde a década de 1950 e até ao final da ditadura, se ventilou a ideia de que o colonialismo português era brando.

Do mesmo modo, a mitificação da era dos descobrimentos, com as suas figuras heroicas (Vasco da Gama, D. Henrique, Bartolomeu Dias e outros) exaltadas principalmente durante o Estado Novo, também representou uma forma de deslocar a atenção dos aspetos sombrios relacionados com o empreendimento colonial que lhe seguiu. Tal, pensamos, suscitou ainda mais o espanto de jornalistas e políticos, pois um importante facto histórico, desde sempre celebrado, tinha o seu legado posto em xeque justamente pelos descendentes de suas vítimas.

Considerações finais

Neste capítulo procuramos destrinçar as origens das imagens sobre o Brasil e os brasileiros mais correntes em Portugal, e que se evidenciam de alguma forma no discurso jornalístico, conforme identificámos ao analisar os textos dos jornais. A natureza destas imagens é um tanto complexa em virtude da relação colonial que existiu entre Portugal e o Brasil, tendo muito do imaginário que daí nasceu sido também produzido e exportado para o exterior pelo Estado e pela cultura popular brasileiros. Tal caudal simbólico, por sua vez, foi trabalhado a partir de regimes de representação estabelecidos originalmente pelo colonizador português, e isto logo a seguir ao achamento do Brasil.

Neste sentido, se a imagem do brasileiro como malandro/ embusteiro havia sido promovida em Portugal no séc. XIX a partir da figura do “brasileiro torna-viagem”, ela também corresponde a uma criação brasileira do séc. XX, que procurou na sua representação poética a superação das desigualdades sociais e económicas estabelecidas pelo processo colonial (o malandro como figura escorregadia, poetizada pelo samba, que se evade de condições de trabalho árduas). Da mesma forma, se a exaltação sensualizada da figura da brasileira pode ser identificada já na *Carta* de Caminha, ela só veio a adquirir ares de autoimagem nacional indiscutível a partir da valorização da figura da mulata, exemplo máximo da miscigenação engendrada pela colonização e que passou a ser vista sob um prisma positivo, a partir de meados da década de 1930.

Portanto, conforme pensa Stuart Hall (1990) a propósito das identidades dos povos colonizados, a presença portuguesa é indissociável da identidade cultural brasileira, evidenciando-se os regimes de representação estabelecidos pelo colonizador português nas autoimagens construídas pelo país após a sua independência. Identifica-se, assim, na autorrepresentação brasileira o mesmo paradoxo vivenciado por outros povos colonizados e que consiste na dificuldade de uma representação em termos que não reforcem a posição de subalternidade que o sistema colonial lhes atribuiu. “O carácter quase dilemático deste problema está em que a inversão dessa posição pode sub-repticiamente confirmar a subalternidade no próprio processo de a superar.” (Santos, 2001, p. 27).

É justamente a presença sub-reptícia dessa subalternidade que identificamos em algumas das mais populares autoimagens do Brasil e dos brasileiros, como as já citadas imagens de malandragem e de exuberância das mulheres brasileiras, e também aquelas acerca da fecundidade e do pulular de riquezas naturais do seu espaço geográfico, da cordialidade inata do brasileiro, do encontro pacífico que caracteriza a sua formação social... Entre outras. E, sobretudo num contexto de diáspora como o da imigração brasileira em Portugal, essas autoimagens adquirem um vetor negativo pela via da estereotipização. Neste sentido, lembremos a explicação de Boaventura Sousa Santos (2001) sobre o facto de, ao se apresentar como um colonizador também ele de certa forma colonizado (indiretamente pela Inglaterra), o português desenvolveu um tipo particular de colonização no Brasil – de carácter híbrido. Esta, no entanto, não facilitou a emancipação de negros e indígenas, mas deu origem a uma das independências mais conservadoras do continente americano, cristalizando a posição de dominação de uma

elite que já tinha esse estatuto no período colonial³⁷: branca, masculina e de origem portuguesa.

Ainda que a cultura popular brasileira, em grande parte com origem nas classes mais baixas, tenha procurado contornar e superar os regimes de representação colonial a partir de uma hibridação celebratória que transformasse o negativo em positivo, quem determinou as principais linhas de leitura sobre o caráter nacional – a miscigenação que estaria na base da formação social brasileira, a cordialidade característica das suas relações e afins – foi a tradição dos grandes explicadores do Brasil, composta, entre outros, por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, oriundos das elites do país. Tal ascendência talvez explique uma ideologia de conciliação (ou de aceitação das históricas desigualdades sociais ...) subjacente às suas leituras e, também, evidencie mais claramente a necessidade de se ampliar a consciência nacional a partir da inclusão de vozes mais diversas.

Só assim o nacionalismo evita a tentação do racismo, uma tentação endémica no Ocidente [...] Só assim também o nacionalismo pode evitar a tentação da discriminação sexual. (Santos, 2001, p. 36)

Desde a década de 1950 que se desenvolveram no Brasil trabalhos de crítica à tradição desses explicadores (a exemplo da crítica formulada por Florestan Fernandes à obra de Gilberto Freyre) e, conforme Francisco Bosco (2017) refere no final do seu livro, hoje essa tradição cultural de conciliação social e esbatimento das diferenças raciais, sociais e de género é contestada principalmente por grupos feministas e de negros que emergiram na cena pública nos últimos anos (sobretudo pela via digital). No entanto, essas autoimagens permanecem vivas não apenas no imaginário nacional, como também – ousamos dizer – no imaginário mundial acerca do Brasil, por terem sido durante muito tempo veiculadas pela propaganda turística oficial e, ainda hoje, por uma certa cultura do espetáculo.

Quando avaliamos a repercussão dessas autoimagens em Portugal, a análise torna-se um pouco mais complexa, pois, de forma distinta da tradição colonial tradicional, de tipo britânico, historicamente o país nunca estabeleceu uma relação de inequívoca alteridade com os povos colonizados, demonstrando dificuldades em lidar com os clássicos binarismos do colonialismo hegemónico: selvagem/ civilizado, sujeito/ objeto... Isso explica, segundo Boaventura Sousa Santos (2001), a dificuldade em

³⁷ Elite emancipada da coroa desde meados do séc. XVII, como afirma Eduardo Lourenço (1999).

encontrar essencialismos no colonialismo e pós-colonialismo português, pois os seus principais temas sempre apresentaram uma contingência intrínseca. Para ficarmos apenas num único exemplo paradigmático, tal com tinha ocorrido no Brasil, a miscigenação em Portugal num momento foi vista como exemplo de degradação da raça (finais do séc. XIX), e noutra (após a Segunda Guerra Mundial) como a mais importante característica do colonialismo português, reveladora da ausência de racismo. Neste sentido, pode-se dizer que a cotação simbólica dos mulatos variou consoante as vicissitudes dos pactos e lutas coloniais.

Tal autorrepresentação difusa do colonizador português conduziu a uma situação em que os colonizados viram baralhada a sua identidade (Santos, 2001), o que lhes terá bloqueado uma ação emancipatória. No contexto pós-colonial atual, identificamos esta ambiguidade na ação do Estado e da cultura portuguesas que, pela via da lusofonia, não exercem o que exatamente se poderia designar por neocolonialismo, porém, na exaltação constante de uma retórica de fraternidade e ausência de conflitos entre os diferentes povos (da lusofonia), são incapazes de reconhecer a subalternidade associada aos antigos povos colonizados, evidente na relação estabelecida com os principais contingentes migratórios do país, oriundos de ex-colónias³⁸.

Por fim, o caminho traçado neste capítulo vai ajudar-nos a compreender as dificuldades com que nos deparamos na análise crítica das notícias, conforme explicitaremos nos capítulos seguintes, pois se em alguns momentos foi muito clara a presença de um discurso xenófobo e a representação estereotipada de brasileiros (como no caso, por exemplo, da cobertura das “Mães de Bragança”), esta não foi, no entanto, a regra. O que se identifica é mais a subtil persistência das imagens aqui deslindadas em que, por exemplo, ao se caracterizar uma entrevistada brasileira, esta é descrita como possuidora de uma “descontração sensual”... Pensamos que este registo, subjacente a quase todo o discurso dos dois jornais analisados, também revela as dificuldades em identificar a veiculação de estereótipos no jornalismo português: estes, no que diz respeito ao Brasil, confundem-se com um imaginário profundo (tanto de portugueses, quanto de brasileiros) acerca de como é o país e a sua gente.

³⁸ Por exemplo, observamos que sempre que é denunciada alguma ação discriminatória por parte de agentes policiais contra a população de bairros maioritariamente de origem africana (caso Cova da Moura em 2016 e, mais recentemente, caso Bairro da Jamaica, em 2019), políticos e autoridades de Estado apressam-se a dizer que Portugal não é um país racista, que não há cá conflitos raciais e afins...

O BRASIL E OS BRASILEIROS NAS PÁGINAS DO PÚBLICO E EXPRESSO

Com o intuito de analisar o discurso³⁹ dos jornais *Público* e *Expresso* sobre o Brasil e os brasileiros, comparativamente, entre os anos de 2000 a 2005 e de 2010 a 2015, tomamos nota de todos os textos, independentemente de serem editoriais, artigos de opinião, reportagens, notas e afins (apenas as cartas dos leitores ficaram de fora), em que aquele país e o seu povo aparecem em posição de destaque. O interesse em analisarmos estes dois periódicos deve-se ao facto de se apresentarem como veículos de referência em Portugal, com carácter generalista e circulação por todo o território nacional⁴⁰. A sua escolha também se deveu ao facto de serem veículos de grande circulação – tanto em formato físico de papel, quanto digital – no país⁴¹.

O objetivo da recolha de imprensa foi tanto obter um panorama sobre a presença brasileira nos jornais e compará-la nos dois períodos, quanto, a partir deste primeiro filtro, seleccionar alguns textos para serem objeto de uma análise crítica do discurso. Assinalamos que a despeito do interesse inicial em quantificar a incidência de notícias sobre o Brasil e os brasileiros, o objetivo maior sempre foi a análise mais aprofundada de alguns textos, tanto que, por ter sido uma ação executada individual e manualmente (durante alguns meses debruçámo-nos sobre os exemplares, em versão física, na Biblioteca Nacional de Portugal), percebemos que a documentação coligida não poderia ser caracterizada em termos exatos, pois, provavelmente, alguns textos podiam ter-nos escapado. A ideia, portanto, foi obter uma visão geral sobre a presença brasileira nos jornais, mas sem atentar a números como primeiro critério.

A seleção de textos para uma análise crítica do discurso incidiu em momentos específicos, e significativos, da relação entre Portugal e Brasil ou do fluxo migratório entre ambos os países; além de – aqui o mais importante – se tratar de textos que evidenciam mais exemplarmente, por assim dizer, os enquadramentos adotados pelos

³⁹ Compreendemos este no sentido mais geral de “evento comunicativo” que, como indica van Dijk (2005), também engloba conversações, gestos associados, expressão facial, arranjo tipográfico, imagens e afins.

⁴⁰ O *Expresso* tem periodicidade semanal e o *Público* apresenta uma parte do seu jornal voltada para a cobertura regional. No âmbito desta investigação, debruçámo-nos sobre a edição vendida em Lisboa.

⁴¹ Segundo dados compilados sobre circulação impressa e digital pela Autoridade Portuguesa de Controlo de Tiragem – APCT e referentes ao ano de 2017, o *Expresso* é o jornal de maior circulação em Portugal, com o *Público* em terceiro lugar, todavia, o diário é o segundo em circulação digital. Informação disponível em: <http://www.meiosepublicidade.pt/2018/02/apct-diarios-generalistas-venderam-menos-15-831-exemplaresdia-2017-encerram-ano-quebra-9/>

jornais para expor esses referidos momentos. Assim, a partir do interesse inicial em empreender uma análise crítica do discurso, progressivamente a investigação foi-se aproximando de uma *framing analysis*. Estes dois instrumentos teóricos conjugados – e a partir dos contributos de autores como van Dijk (2002a, 2002b, 2005, 2008), Norman Fairclough (2001), Peter Teo (2000), Robert M. Entman (1993) e Zhongdang Pan & Gerald M. Kosicki (1993) – foram utilizados para analisar o conjunto de textos e, assim, consolidar a nossa reflexão sobre o contexto sociocultural relacionado com a presença brasileira em Portugal.

Diante do vasto material que tínhamos em mãos e após passado pelo primeiro filtro, retendo os textos que se destinariam a análise mais aprofundada, julgámos importante separá-los tematicamente. Em ambos os períodos, três grandes tópicos relacionados com o Brasil e os brasileiros destacaram-se nos dois jornais: a emigração portuguesa para o Brasil, a imigração brasileira em Portugal e a mulher brasileira em Portugal. Eles definem as partes que compõem este capítulo, embora esses tópicos não abranjam a totalidade da cobertura dos jornais sobre o país e a sua população.

Como observámos durante a sua consulta, há também uma farta cobertura das atividades da IURD em Portugal, em que é notório um discurso crítico e de suspeição sobre os seus membros e as ações realizadas⁴². Segundo Igor Machado (2003), a instalação desta Igreja no país, em finais da década de 1980, correspondeu à afirmação de um novo imaginário relacionado com o Brasil: como país produtor de religiões, este foi lido pela imprensa, a partir de processos de ancoragem, com os estereótipos da malandragem, corrupção e ganho fácil. Estes processos de ancoragem, contudo, são anteriores ao período abrangido pela presente investigação, logo na década de 1990, quando a IURD se envolveu em polémicas de grande reverberação mediática, como a tentativa de compra do Coliseu, no Porto. Se a utilização de estereótipos sobre o país e a sua população foram notórios no discurso jornalístico desse período (Machado, 2003), já assim não nos pareceu nas peças sobre a IURD publicadas no período do nosso estudo,

⁴² Durante o período abrangido pela investigação, identificámos os seguintes textos sobre a IURD: “Crime na Igreja” (*Revista do Expresso*, 6/1/01, p. 40-53), sobre a denúncia de um ex-pastor português do envolvimento da Igreja em ações criminosas; “‘Crime na Igreja’ – Direito de Resposta” (*Expresso*, 17/2/01, p. 23), relativo à carta enviada ao jornal pelos porta-vozes da IURD, na sequência da denúncia; “Fé e dinheiro na ‘Ilha de Deus’” (*Público*, 12/8/02, p. 2-3), acerca de dois megacultos em Lisboa e no Porto para celebrar os 25 anos da IURD; e por fim, “Chegou o tempo das catedrais” (*Expresso*, 6/3/10, p. 28) e “IURD entrou na era das catedrais” (*Público*, 8/8/10, p. 7-9), ambos sobre a construção e inauguração de uma catedral na região do Porto e o planeamento de mais uma para a região de Lisboa.

em que se manteve um discurso crítico, mas não uma ligação explícita a representações sociais sobre o Brasil e os brasileiros. Por este motivo decidimos deixar este material de lado.

O tópico da emigração portuguesa para o Brasil, enquadrado por textos construídos segundo uma perspectiva epopeica, com uma clara evocação da era dos descobrimentos, foi o que esteve mais presente no segundo período. Todavia, pelo facto de o Brasil ter sido o principal destino da diáspora portuguesa até meados de 1950, este assunto também esteve presente em alguns textos do primeiro período. Assim, considerando a importância deste movimento migratório para o estabelecimento de um imaginário social sobre o Brasil, conforme abordado em capítulo anterior, e o diálogo com o mesmo estabelecido nos textos que tratam a recente emigração portuguesa para o Brasil no contexto de crise económica, julgamos importante analisar este conjunto de textos num subcapítulo à parte.

A imigração brasileira em Portugal, por sua vez, foi o tópico com maior número de peças jornalísticas, constituindo assim o subcapítulo mais longo. Aí incluímos, porém, não apenas peças relacionadas com a problemática da imigração brasileira, mas também textos que têm por personagens imigrantes brasileiros. A razão para selecionarmos também este material tem a ver com o facto de as representações sociais sobre o Brasil e os brasileiros que dele emergem, e que assim se sedimentam e reforçam na sociedade portuguesa, apresentarem um impacto direto na vida dos imigrantes, conforme diversos estudos já demonstraram (Machado, 2003; Padilla, 2007; Malheiros, 2007 e outros) e nós próprios também observámos durante as entrevistas e as reuniões dos grupos de foco com os imigrantes; e ainda mais o facto de essas representações terem sido utilizadas no enquadramento de outros fenómenos e acontecimentos dessa época. No início do séc. XXI, as notícias relacionadas com migrantes e minorias étnicas tendiam a concentrar-se na secção de polícia (Ferin et al., 2009), o que, relativamente aos brasileiros, considerando a representação social habitual do país como lugar altamente violento, serviu para reforçar a sua associação com a criminalidade.

As notícias sobre “imigração brasileira em Portugal” foram em maior número durante o primeiro período, mas a diminuição verificada no período seguinte não foi drástica, como supúnhamos, considerando que a comunidade brasileira esteve em decréscimo entre os anos de 2011 e 2016. Para a manutenção deste equilíbrio foram fundamentais não apenas as notícias que se debruçaram, justamente, sobre esta

diminuição, mas também as que abordaram fenómenos recentes, como o aumento de estudantes brasileiros no ensino superior português, e as que – para nós, inusitadamente – focaram os imigrantes que permaneciam em Portugal ou os que continuavam a vir para o país, não obstante as estatísticas oficiais demonstrarem um movimento contrário. A imagem do imigrante brasileiro que emerge desta cobertura oscila entre representações positivas e negativas, ora salientando-se, por exemplo, a malandragem dos brasileiros em notícias sobre burlas e afins, ora o reverso deste estereótipo: a simpatia que, com a evasão da comunidade, deixava de se fazer notar nos serviços.

Relativamente à imagem da mulher brasileira, como se discorreu em capítulo anterior, a exploração de uma sensualidade pretensamente inata decorre a partir do regime de representação elaborado pelo colonizador português – como vimos, a exploração deste viés já se encontra presente na carta de Caminha; o qual, conforme explica Stuart Hall (1990), acabou por ser interiorizado como identidade cultural do colonizado, já que tanto o Estado como a cultura popular brasileiros, depois, também acabaram por explorar essa imagem. Neste sentido, identificamos tais estereótipos em notícias sobre diferentes temáticas, conforme apresentaremos neste subcapítulo, todavia, houve um acontecimento mais em particular em 2003 que acabou por atualizar a imagem da mulher brasileira em Portugal, passando a associá-la à prostituição.

A partir da intensa cobertura mediática do movimento “Mães de Bragança”, emergiu um padrão de representação mediática em que a imigração brasileira passou a estar associada, sobretudo, a casos de prostituição e tráfico de pessoas (Correia, 2014). Se no primeiro período de análise, esta cobertura abrangeu textos mais voltados para a exploração de um sensacionalismo e de estereótipos relacionados com as brasileiras, no segundo período observamos uma atenuação desse padrão. Todavia, identificamos um processo de ancoragem ao longo dos dois períodos, em que a representação social da brasileira como uma mulher de exacerbada sensualidade – representação hegemónica e já com séculos... – é utilizada para retratar casos de prostituição de brasileiras em Portugal, o que acabou por dar origem a uma nova representação com características hegemónicas, considerando a sua presença em alguns textos publicados já nos anos de 2010 a 2015: a brasileira como metonímia para prostituição em Portugal.

Embora não diretamente (ou mesmo em nada) relacionados com o Brasil e os brasileiros, alguns textos foram selecionados para análise por permitem abordar comparativamente a cobertura do fenómeno global das migrações em Portugal e a

cobertura do caso brasileiro. Há um interesse justificável, portanto, em procurar comparar, quando possível, a evolução desta com outras congêneres, de outros grupos migratórios, ainda que esse não seja o nosso objetivo primeiro.

A escolha de uma análise crítica do discurso para os textos selecionados justifica-se por, como diz van Dijk (2002a), o discurso jornalístico consistir num tipo específico de texto – com especial incidência na construção da opinião pública, conforme discorreremos mais à frente – cujo significado requer atenção ao contexto sociocultural e cognitivo da audiência, considerando a sua relação com o facto narrado. Norman Fairclough (2001) expõe uma visão similar ao considerar, também, a linguagem mediática como um tipo específico de discurso, cuja análise não se deve prender apenas aos textos, mas ter em atenção, igualmente, as práticas socioculturais e discursivas. Estas últimas dizem respeito aos modos como os textos são produzidos, recebidos e socialmente distribuídos pelas audiências; etapas que se relacionam com vários níveis de práticas socioculturais, o que leva também o autor a considerar a análise crítica do discurso como uma *forma* de compreensão das relações entre textos, práticas discursivas e práticas socioculturais.

Grande parte de nossas crenças e conhecimentos sociais e políticos sobre o mundo derivam das inúmeras reportagens que lemos ou assistimos todos os dias. Provavelmente, não há nenhuma outra prática discursiva, ao lado da conversação quotidiana, que gere tão frequente engajamento por parte de tantas pessoas quanto a imprensa e a televisão. (van Dijk, 2002a, p. 110)

Como é possível observar pelo excerto acima, há uma similitude entre as ideias de van Dijk e Gabriel Tarde (1903, 2005) – um dos pilares teóricos desta investigação. Ainda que Tarde considere a conversação como um meio mais efetivo de engajamento entre as pessoas, determinante para que atos de imitação – entre os quais ele inclui a opinião – se estabeleçam entre elas, o autor não deixou de notar já no final do séc. XIX que a grande especificidade dos jornais residia no facto de, na sua quase interação mediada com os leitores, eles permitirem a emergência do que denominou “consciência de unanimidade simultânea”.

Segundo o autor, essa realidade advém do facto de os jornais – assim como os outros meios de massa – proporcionarem a cada membro do público a consciência de que tomam ao mesmo tempo, ou quase, conhecimento sobre uma notícia. Isto é o que, consequentemente, permite a emergência e fortalecimento de uma opinião pública, pois

para que esta se estabeleça é necessário que as pessoas tenham consciência da similitude dos seus juízos com os juízos de outrem. Por este motivo, para Tarde (2005), o pleno estabelecimento de um público e do seu substrato, a opinião pública, só foi possível em meados do séc. XIX quando, com os avanços tecnológicos representados pelo telégrafo e as linhas ferroviárias, a transmissão instantânea da informação e a difusão mais rápida dos jornais se tornaram possíveis.

Se a consciência de unanimidade simultânea permite que as pessoas se sugestionem mutuamente, proporciona também que elas transmitam umas às outras as sugestões recebidas dos media, o que levou Gabriel Tarde, no momento em que este fenómeno começou a generalizar-se, a alertar para a enorme força que se estava a depositar nas mãos do jornalismo (com a sua influência sobre o poder persuasivo dessa consciência). Esse poder, por sua vez, vem do facto, intuído pelo autor, das pessoas quererem inconscientemente que as suas opiniões, juízos e gostos se assemelhem aos da maioria ou aos de uma elite. Algo verificado quase um século mais tarde na investigação conduzida por Elisabeth Noelle-Neumann e intitulada *The Spiral of Silence: Public Opinion – our social skin*; em que a autora chegou à conclusão de que as pessoas não sentem confortáveis estando “sozinhas” nas suas opiniões e, até conseguirem ajustar-se ao juízo da maioria, tendem a ficar em silêncio e a deixar transparecer conformidade.

A investigação aqui desenvolvida não parte do pressuposto, porém, de que as mensagens dos meios de massa seriam as únicas responsáveis pela imagem pública construída sobre o Brasil e os brasileiros em Portugal. Como os autores associados à teoria dos enquadramentos fazem questão de enfatizar (Entman, 1993; Pan & Kosicki, 1993), não é por se utilizar determinado enquadramento numa notícia que se tem logo garantida a forma como o facto narrado será interiorizado pela audiência. Como assinala Fairclough (2001), a investigação desenvolvida no âmbito da receção dos produtos mediáticos tem revelado que os textos não possuem significados estritos, em contrapartida, a sua interpretação varia de acordo com as diversas audiências e os seus membros. As leituras variam, pois elas são sempre o resultado da interface entre as propriedades do texto e o conjunto de práticas e recursos interpretativos da receção, que é único para cada leitor.

Como afirma Louis Quéré (2015), o foco da experiência pública é a atenção pública, geralmente criada e sustentada pelos media e na qual se inscrevem acontecimentos, iniciativas, “escândalos” e afins. Todavia, é apenas por meio da conversa social que os espetadores se transformam num público. Em relação com as ideias de

Erving Goffman sobre quadro e estatuto de participação, o autor afirma que há diversos estatutos de participação nesta focalização: aqueles que emergem como organizadores ou mediadores – “Por exemplo, quando um problema público [é] instituído, há estatutos oficiais de participantes sancionados, correspondendo a uma certa organização institucional do inquérito público e colectivo” (p. 6) – e os que se mantêm como sujeitos de atenção.

Estes sujeitos de atenção, no entanto, não são necessariamente passivos. Como Louis Quéré (2015) argumenta, desta vez utilizando por mote observações de Jacques Rancière, contemplar algo não é ser passivo, mas agir por meio de observações, comparações, seleções e interpretações, em que os agentes sociais fazem associações e dissociações. Cada um, pois, pode envolver-se em acontecimentos e situações públicas em diferentes graus, sendo pouco provável que esta atenção permaneça íntima ou privada. Segundo este autor, mas também Gabriel Tarde e outros, tudo sugere que a atenção se fixe na e pela conversação social, que emerge como uma forma de apropriação de acontecimentos e de participação na determinação coletiva do significado destes.

Segundo esta perspectiva teórica, na análise das notícias ou bloco de notícias (aquelas que remetam a um mesmo tópico), será tido também em consideração o contexto sociocultural da problemática em questão, de modo a relacionar este com as implicações políticas e ideológicas dos textos. Como indica João Carlos Correia (2014), a análise crítica do discurso é um precioso auxiliar teórico e metodológico para compreender como o jornalismo se relaciona com a esfera pública e a vida quotidiana, ainda que o próprio recorra também aos contributos da análise de enquadramentos e a reflexões sociológicas sobre a estruturação do debate público.

Na abordagem multidisciplinar própria da análise crítica do discurso, a ideologia, conforme discurremos em capítulo anterior, não é vista como um simples conjunto de ideias que refletem a infraestrutura económica de uma sociedade. Deve ser sim relacionada com a estrutura e as cognições sociais, o que permite estabelecer uma ponte entre os pressupostos teóricos da análise crítica do discurso e os esquemas cognitivos designados por enquadramentos, as rotinas profissionais que interiorizam valores ideológicos e os esquemas cognitivos correspondentes nas práticas profissionais quotidianas.

Por fim, assinalamos que a análise crítica do discurso que aqui empreendemos não corresponde à aplicação de nenhum modelo estanque (van Dijk, 2005), mas é antes uma perspectiva de compreensão crítica com a qual se pretende identificar nas estruturas do discurso, entre o dito e o não dito, as ideologias e as suas respetivas representações sociais, que subjazem a certas opções retóricas, estilísticas e afins. É neste sentido que o autor afirma ser necessário, para uma análise discursiva completa, empreender uma análise teórica tanto quanto possível exaustiva do assunto social que o discurso em questão trata. Apenas desta forma será possível correlacionar as estruturas discursivas com o respetivo contexto social. Assim, neste capítulo os pressupostos da análise crítica do discurso e da *framing theory* são utilizados mais como um referencial, a partir do qual estabeleceremos a triangulação discurso, cognição e sociedade, para compreender as imagens mobilizadas na representação do Brasil e dos brasileiros nos jornais.

A emigração portuguesa para o Brasil: narrativa epopeica

Emigração portuguesa

O material recolhido no período de 2000 a 2005 sobre a questão migratória refletiu, na sua maioria, o contexto então vivido por Portugal, com várias notícias sobre a inserção de comunidades migrantes no país, a legislação portuguesa relacionada com o assunto e situações de ilegalidades (como tráfico de pessoas e incentivo à imigração ilegal). Esta cobertura reflete um período em que paulatinamente Portugal deixava de ser um país de emigração para se tornar um destino de imigração.

Como indica o Relatório do SEF de 2010⁴³, até a década de 1960 Portugal foi um país de carácter predominantemente emigratório, todavia, com a independência das antigas colónias africanas a partir de 1973, este perfil alterou-se profundamente. No início da década de 1980 verifica-se um grande aumento no número de estrangeiros residentes em Portugal e, na década seguinte, este crescimento consolida-se, com destaque para as comunidades dos Países de Leste e do Brasil.

Ao contextualizar o fenómeno migratório português no âmbito europeu, Policarpo Lopes (1999) explica que após as tradicionais correntes migratórias sul/norte intraeuropeias (constituídas a montante por Itália, Espanha, Grécia e Portugal e a jusante pelos países industrializados do centro do continente), observou-se a emergência de

⁴³ Disponível em: https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf

fluxos extraeuropeus provenientes da região do Magrebe, da Turquia e em seguida de regiões carentes e superpovoadas da Ásia, América e África subsaariana. A que se seguiu, também na década de 1990, o fluxo derivado da desestruturação dos sistemas políticos do Bloco de Leste.

A saída de setores populacionais empobrecidos para trabalhar em segmentos menos privilegiados do mercado de trabalho dos países de destino foi uma constante em Portugal a partir do final do séc. XIX (conforme já referido em capítulo anterior), atingindo o seu pico em finais dos anos 1960 e início da década seguinte (Peixoto et al., 2016). Todavia, se a princípio estes fluxos seguiam o trilho do passado colonial, direcionando-se fundamentalmente para o Brasil, a partir dos anos 1950 e até à década de 1970 viraram-se para a Europa Ocidental.

Após atingido o pico de emigração em meados dos anos 1970, as estatísticas registaram uma diminuição significativa de saídas, o que levou alguns estudiosos a anunciarem o fim do ciclo de emigração, anteriormente caracterizado como “constante estrutural” da sociedade portuguesa. No entanto, Policarpo Lopes (1999), recorrendo a um gráfico da *Statistiques Demographiques* de 1995, assinala que entre as décadas de 1980 e 1990, Portugal se constituiu concomitantemente como um país de emigração e de imigração. Se até meio da década de 1970 o saldo migratório português era claramente negativo, após 1975 e até 1985 este passou a apresentar valores positivos; a partir desse ano, os saldos voltam novamente a ser negativos, para inverterem de novo apenas em 1993.

No segundo período de análise das notícias (2010-2015), o contexto português referente às migrações mostra-se já distinto do período anterior: a agudização da crise económica mundial, que afetara principalmente os países do sul da Europa, fez com que a comunidade estrangeira em Portugal voltasse a diminuir e os portugueses retomassem o movimento de emigração. Como comprovam os relatórios do SEF de diferentes anos, até 2009 Portugal manteve a tendência de aumento da população estrangeira, com este ano registando um crescimento de 3% face ao ano anterior. Mas já a partir de 2010 há um decréscimo de 1,97% no número de estrangeiros residentes no país, ainda que neste ano a sua principal comunidade – a brasileira – continue a crescer (um aumento de 2,7% em relação ao ano anterior). Já de 2011 a 2016 tanto o total de estrangeiros em Portugal, quanto o de brasileiros estão em regressão (ainda que o Brasil se mantenha como a principal comunidade estrangeira). Os relatórios publicados apontam a aquisição da

nacionalidade portuguesa como um dos fatores explicativos deste decréscimo, mas não deixando também de assinalar as consequências associadas à crise.

Consequências essas que se refletiram, também, nas movimentações dos portugueses, que retomaram a tendência emigratória. Principalmente a partir de 2008, a realidade migratória, assim como a atenção pública ao tema, mudaram (Peixoto et al., 2016). Se desde meados dos anos 1980, tanto a comunidade científica como a opinião pública progressivamente se debruçaram sobre a entrada de estrangeiros no país, quando na segunda metade dos anos 2000, o número de saídas voltou a ser o mais alto desde a década de 1960, os estudos, assim como a atenção da comunicação social, viraram-se para a questão da emigração.

Mas do mesmo modo como foram apressados os estudos que nos anos 1980 concluíram o fim “da constante estrutural” da sociedade portuguesa, também os trabalhos mais recentes que se têm focado sobretudo nas saídas se mostram exagerados.

Em alguns casos esteve-se próximo de um exagero simétrico ao das últimas décadas do século XX: a atenção focou-se quase exclusivamente nas saídas, esquecendo-se a entrada de estrangeiros e o regresso de emigrantes. Ao optimismo do final do século sucedeu-se o pessimismo do novo milénio e, com ambos, leituras frequentemente extremadas. (Peixoto et al., 2016, p. 31)

Esta nova emigração possui características distintas daquelas dos movimentos emigratórios portugueses tradicionais. Nos anos recentes observa-se o aumento da saída de pessoas altamente qualificadas e uma maior diversidade de países de destino e de tipos de migração (de curto e longo prazo, sazonal e afins). Algumas mudanças estão relacionadas com o desenvolvimento da União Europeia e do espaço de livre circulação no continente, enquanto outras ainda refletem o passado colonial do país, ao continuarem a marcar presença como destino da atual emigração os países de expressão portuguesa (Peixoto et al., 2016).

Aí inclui-se o Brasil, que presenciou a partir de 2010 um aumento gradual no número de portugueses, porém a quantidade máxima anual nunca ultrapassou as 3 mil pessoas (valor obtido em 2013), enquanto que em outros destinos de emigração mais tradicionais, como a França e o Reino Unido, o valor ultrapassou a dezena de milhar (30 mil pessoas no Reino Unido em 2013 e quase 20 mil em França em 2012) (*Ibidem* – todos os valores apresentados pelos autores têm por base, sobretudo, dados do Observatório da Emigração, INSEE-França e Office Fédéral de la Statistique-Suíça). Como referem [João](#)

Peixoto et al. (2016), as taxas de saída relacionam-se diretamente com a taxa de desemprego e a variação do PIB em Portugal, ou seja, com a conjuntura do país, mas também, como facilmente se deduz, com a situação de emprego nos países de destino, o que em relação ao Brasil se justifica facilmente, pois até meados de 2014 a economia brasileira atravessou uma franca expansão.

Apesar de a nova emigração portuguesa para o Brasil ser em menor número do que os movimentos destinados a França, Reino Unido, Suíça e outros, já a taxa de regresso a Portugal, segundo os dados do Censo português de 2011⁴⁴, apresenta uma tendência antagónica: o retorno do Brasil apresenta um valor mais baixo (2,9%) comparado com França, por exemplo, que atinge quase 30%. No mesmo recenseamento foi recolhida, também, uma caracterização em termos sociodemográficos dos emigrantes regressados ao país na última década, observando-se que os oriundos do Brasil possuem idade e nível de escolaridade superiores aos dos outros países. Esta diferença parece replicar-se nos novos emigrantes para o Brasil, no período de 2010 a 2015, considerando os elementos recolhidos no levantamento jornalístico realizado (apenas foram apresentados emigrantes de elevado nível educacional).

O nosso interesse por este tópico explica-se pelo facto de o movimento emigratório para o Brasil ser um tema bastante presente nos jornais durante o nosso período de análise (principalmente entre os anos 2010 e 2015), além de se constituir historicamente como uma constante da relação entre os dois países, conforme discorremos em capítulo anterior. A perenidade deste fluxo proporcionou, inclusive, a produção e popularização de imagens sobre emigrantes retornados, como a dos brasileiros “torna-viagem”.

Compreende-se a força deste imaginário, pois se a emigração era a “constante estrutural” da sociedade portuguesa, desde finais do séc. XIX e até à década de 1950, o Brasil foi o seu principal destino. Neste sentido, pensamos que a quantidade elevada de textos informativos relacionados com a emigração para o Brasil durante o segundo período de análise tem mais a ver com um imaginário em que o país, de tempos em tempos, ressurge como terra preta de promessas para os portugueses, do que com a realidade propriamente dita, já que, de acordo com as estatísticas, o movimento mais

⁴⁴ Cobre o período de 2001 a 2011.

recente para o Brasil esteve muito aquém do verificado para França e Reino Unido, por exemplo.

Também observamos a partir da análise crítica do discurso, conforme discorreremos a seguir, a presença de representações sociais que remontam ao período colonial. A partir dos recursos estilísticos e retóricos utilizados, identifica-se a presença de ideologias de cariz imperial e colonial, que salientam, por exemplo, o pendor português para a vivência em outros territórios e a sua capacidade de adaptação aos mesmos. Ou seja, o que era sobretudo uma consequência da crise, emergiu em vários trabalhos jornalísticos sobre a então migração portuguesa para o Brasil sob um enquadramento que privilegiava a evocação de narrativas mitológicas do passado.

Ao mesmo tempo, houve a preocupação de contrapor esta nova vaga de imigração (segundo as estatísticas oficiais, nem poderá ser designada como vaga...), jovem e qualificada, ao estereótipo de português corrente no Brasil, como alguém ignorante. Portanto, é por emergir como um tema profícuo para a abordagem jornalística dos estereótipos e das imagens recíprocas entre brasileiros e portugueses que dedicamos este subcapítulo à cobertura dos jornais sobre a imigração portuguesa no Brasil.

Tema (quase) ausente

Apesar de a emigração portuguesa ter sempre mantido a sua vitalidade, mesmo com a diminuição significativa dos fluxos a partir dos anos 1980, e, de acordo com as estatísticas oficiais, Portugal se apresentar no início do séc. XXI como simultaneamente um país de emigração e de imigração; os jornais analisados concederam escasso espaço à problemática da emigração entre os anos de 2000 e 2005. O *Público* e o *Expresso* debruçaram-se, sobretudo, sobre o fenómeno imigratório, em consonância com o interesse demonstrado pela opinião pública durante o período (Peixoto et al., 2016).

Ao todo, encontramos três textos sobre o tema: dois são longas reportagens na *Única* (suplemento do *Expresso*) que se debruçam, respetivamente, sobre a vaga de portugueses que partiram para o Brasil após o 25 de abril e a então recente movimentação dos denominados “emigrantes de luxo” (sobretudo reformados), que estavam a escolher viver na região Nordeste brasileira. A reportagem do *Público* de 27 de setembro de 2000 é construída a partir da ideia de que a movimentação emigratória não tinha cessado em Portugal, em consonância com as estatísticas e estudos efetuados nesse período.

- “Portugueses continuam a emigrar” (*Público*, 27/9/00, p. 2-3).

Sob o chapéu “Destaque” e inserida nas privilegiadas primeiras páginas do diário, no título desta reportagem já temos sugerido qual o enquadramento dado à informação de que os portugueses continuavam a emigrar: o facto desta notícia se contrapor à opinião corrente de que o Portugal de então emergia fundamentalmente como um país de imigração, apesar do movimento contrário que fora muito intenso desde finais do séc. XIX. Esta indicação evidencia-se pela utilização da forma verbal “continuam” e é explicada na abertura do subtítulo: “Novo destino de imigração, Portugal continua a ser, em simultâneo, um país exportador de mão-de-obra”. No *lead*⁴⁵ também é retomada esta contraposição entre o que era a perceção social do momento e a realidade dos números oficiais:

Numa altura em que a atenção dos responsáveis políticos se concentra quase exclusivamente na problemática da imigração, o fenómeno da emigração tem sido ignorado. A verdade é que Portugal continua a ser um país exportador de mão-de-obra [...]

O princípio organizador do texto – o equivalente ao *frame*, segundo a definição de Stephen D. Reese (2008) – é esta contraposição. A partir dela, logo no subtítulo a jornalista Alexandra Campos contrapõe a emigração, como tópico da reportagem, à imigração, explicitando a relação entre ambas: “Em muitos casos, os trabalhadores de Leste ou do Brasil que chegam a Portugal vêm apenas ocupar os lugares que os novos emigrantes deixaram em aberto”.

Conforme é referido no início da reportagem, as informações apresentadas baseiam-se nas conclusões do estudo “Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal”, conduzido pelo Observatório do Emprego, e as quais são secundadas pelas citações de um dos responsáveis:

Portugal é hoje, simultaneamente, “um país de imigração e de emigração”, considera Jorge Malheiros, acrescentando que a década de 90 ficou marcada por um saldo migratório que deverá mesmo estar “próximo do zero”. E isto porque só nos últimos anos desta década o número de entradas começou a suplantiar o de saídas de uma forma significativa.

⁴⁵ Em jornalismo, o *lead* corresponde ao primeiro parágrafo de um texto, em que se fornece ao leitor a informação sintetizada sobre a notícia que se segue, por meio de respostas às seguintes perguntas: O quê? Como? Onde? E por quê?

No entanto, sob o intertítulo “Regresso ainda é ‘projecto adiado’”, a jornalista opta por fechar a reportagem com uma conclusão do estudo não destacada pelo subtítulo, mas que se evidencia como significativa, justamente por finalizar o texto. Refere que, a despeito da percepção social sobre o retorno de emigrantes, o movimento é bem menos significativo do que se imaginava: “Tal como no passado – concluem os autores do estudo –, o regresso definitivo parece continuar a ser, para a esmagadora [maioria], ‘um projecto adiado’”.

Portanto, a reportagem estrutura-se tematicamente em torno da contraposição entre percepção social, de um lado, e factos sobre o fenómeno migratório atestados pelo estudo, de outro, subdividindo-se em duas vertentes: a divergência entre a percecionada chegada de um vasto contingente migratório ao país, conjugada porém com a manutenção do movimento emigratório; e a divergência também entre o que se percecionava como um intenso retorno de emigrantes nos últimos tempos, mas que não se verificou ser tão grande assim.

A reportagem também é composta, ainda, na parte inferior das duas páginas, por pequenas caixas explicativas sobre o fenómeno emigratório nos principais locais de destino dos portugueses: França, Alemanha, Suíça, Espanha, Andorra, Luxemburgo e Brasil. Assinalamos que o Brasil preenche a última caixa, localizada à direita da segunda página, indicando assim a pouca importância que este destino assumia naquele momento para a emigração portuguesa (apesar de no texto se referir – sem identificação de fonte – que aí residia a maior comunidade portuguesa no exterior). Algo indicado já no início do texto: “Actualmente, é um ciclo emigratório quase encerrado”. Como Paulo Miguel Madeira et al. (2016) resumem o fluxo entre ambos os países:

A crise de 1889-1892, em particular, fez disparar as saídas para este país [...] Depois de um pico de emigração nas primeiras décadas do século XX, o Brasil manteve-se como principal destino dos portugueses até o final da década de 1950. Na sequência da Revolução de 25 de abril de 1974, a emigração portuguesa sofreu forte redução, embora as entradas de imigrantes não compensassem as saídas verificadas nos anos 1980. Foi sobretudo a partir de meados dos anos 1990 que preponderou o movimento inverso – a prosperidade que Portugal vivia na sequência da entrada na CEE (depois UE) começou a atrair população estrangeira, inclusive brasileiros, que rapidamente se tornaram no principal grupo de imigrantes no país. (p. 170)

Além desta reportagem, representativa de um momento de transição do fenómeno migratório português, quando este passou a oscilar entre os seus dois polos – e, não por

acaso, localizada no primeiro ano de análise dos jornais – e os dois textos da *Única*, não encontramos mais referências à temática da emigração no *Público* e no *Expresso* neste período. As outras duas reportagens selecionadas dizem respeito a momentos bastante específicos sobre o fluxo migratório entre Portugal e Brasil.

De acordo com Paulo Miguel Madeira et al. (2016), com base em informações do Censo brasileiro de 2010, em comparação às duas décadas anteriores, a ida de portugueses para o Brasil duplicou, alcançando, em média, mil emigrantes por ano entre 2000 e 2010; o que, embora não chegue a representar uma movimentação expressiva (principalmente em comparação com outros destinos tradicionais da emigração portuguesa), não deixa de ser digna de nota, por comparação à situação anterior. Os autores explicam que, neste período, eram sobretudo homens que se dirigiam aos Estados do Brasil menos desenvolvidos a nível socioeconómico, como Ceará e Bahia: onde a presença de emigrantes acima dos 55 anos é mais acentuada, o que indicia um maior número de pessoas reformadas e a tendência de uma emigração tardia.

- “O que é que o Brasil tem?” (*Única*, 15/8/03, p. 36-49)

Ao longo de 14 páginas, identificamos neste texto o pulular de imagens arreigadas sobre o Brasil e os brasileiros, cuja origem – como níveis estruturais profundos das representações sociais (Moscovici, 1988) – remonta ao período colonial. Esta perspectiva neocolonial, aqui já enunciada, será acentuada no segundo período de análise, nas reportagens sobre a recente emigração para o Brasil; a qual, se não é passível de ser caracterizada como “de luxo”, tem, no entanto, o seu aspeto negativo (a associação à crise económica) matizado pela ênfase dada tanto ao *background* educacional elevado destes novos emigrantes, quanto à suposta adaptabilidade inata dos portugueses aos trópicos.

No subtítulo desta reportagem de 2003, a emigração para o Brasil não motivada por fatores económicos é contraposta à então recente vaga de imigrantes brasileiros em Portugal: “Emigrantes de luxo, reformados em busca de sol e foragidos à lei trocaram Portugal pelo Ceará. Enquanto os brasileiros vêm para a Europa ganhar a vida, os portugueses que vão para o Brasil querem aproveitá-la ao máximo”. A partir deste mote, a jornalista Catarina Carvalho explora as razões para cada vez mais portugueses estarem a mudar-se para o Brasil.

No início da reportagem são referidos o sol, o mar de cor turquesa e os milhares de quilómetros de praia como justificação para esta mudança de vida, para concluir: “Mas mesmo essa visão do paraíso, se calhar, não é suficiente”. A exaltação da natureza subjacente à frase acima transcrita corresponde ao signo inaugural da descoberta do continente americano pelos europeus, que no caso brasileiro está já presente no seu documento fundador, a carta de Caminha: “E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem” (citado por Bosco, 2017, p. 195).

Na sequência do questionamento dos primeiros parágrafos, o texto apresenta como possível justificativa para a nova emigração a fala de um dos entrevistados: “‘Aqui é viciante fazer negócios’ [e] ‘Está tudo por fazer’” – alusão a outra imagem muito arreigada, a de colónia como um espaço de natureza exultante, mas de precariedade material e institucional. Como vimos, no período pós-independência, o Brasil tentou compensar esta precariedade, justamente, com a exaltação da natureza, mas agora trata-se de uma reportagem de 2003, em que a maioria dos emigrantes está a dirigir-se para Fortaleza, capital do Estado do Ceará e uma das maiores cidades brasileiras, o que revela a implausibilidade de uma explicação como a apresentada no texto, sem que suscite qualquer tipo de comentário por parte da jornalista.

Identificamos ainda um lugar-comum na associação estabelecida entre Brasil e África, recorrente no pensamento colonial português desde o início do Terceiro Império (Alexandre, 2000). Tal associação fora reforçada com a adoção do luso-tropicalismo, em que o Brasil emergiu como modelo para as colónias portuguesas ainda existentes, mas a sua presença remonta à independência do Brasil, quando se disseminou a ideia de que, para sobreviver, Portugal teria de construir “novos Brasis em África”. Na reportagem, sob os intertítulos “A outra África” e “Reencontrar o paraíso”, acentua-se o facto de que, para alguns portugueses, a mudança representava uma alternativa à vida que tinham tido em África, abandonada com o fim do império: “‘África acabou, com a guerra. E isto é uma espécie de Angola melhorada. O Brasil é o melhor país do mundo’” e “‘Vivemos 50 anos de sonho em Moçambique, 26 de inferno em Portugal. Agora estamos no paraíso. É a nossa recompensa’”.

A partir do intertítulo “Não existe pecado abaixo do Equador”, observamos também a reprodução quase inalterada de outras imagens muito significativas, como por exemplo, o estereótipo do Brasil como terra sem lei. Sob este prisma, a peça relata o

envolvimento de um dos personagens com um contrerrâneo foragido à justiça portuguesa, e que, ao saber que o outro era responsável por um desfalque bancário, fez vista grossa: “Lá diz o samba que não existe pecado do lado de baixo do Equador”.

A despeito da profusão de imagens estereotipadas, o principal argumento proposto pela reportagem – de que uma vaga de portugueses bem abastados se dirigia ao Ceará – carece de fundamentação sustentada, por exemplo, em dados oficiais e estudos. Como referem Pan & Kosicki (1993), nem todas as notícias se estruturam como uma narração de eventos ou ações; há aquelas que recorrem à estratégia de expor uma problemática – neste caso, a emigração de portugueses para o Nordeste – e de articular em seu torno uma série de ações, eventos e observações que visam explicá-la por meios hipotético-dedutivos.

Compreendemos a ausência de dados e estudos que referendem a vaga migratória sobre a qual a reportagem se debruça, pois naquele período o país estava voltado sobretudo para o fenómeno imigratório. No entanto, a reportagem não abdica de se apresentar com um cariz empírico e objetivo – algo muito próprio do discurso jornalístico, dada a sua definição nominal (Pan & Kosicki, 1993) – a partir de citações dos entrevistados e da descrição de factos. O elemento problemático, neste sentido, reside em o texto revelar certas características dedutivo-indutivas que têm por base estereotipizações acerca do Brasil e dos brasileiros.

No auge da polémica sobre as “Mães de Bragança” (apenas três meses antes, o mesmo órgão de comunicação ofereceu uma reportagem de capa sobre o movimento), o texto, ao contextualizar a fala de um entrevistado que diz sentir-se como um miúdo em Fortaleza e que lá um homem não tem idade, refere que o engate é uma instituição na cidade, onde, no entanto, a fronteira entre o relacionamento desejado e a prostituição se mostrava ténue. Chega ainda a explicitar-se que Fortaleza é uma das rotas demarcadas do turismo sexual, porém muito brevemente e sem outros desenvolvimentos sobre o tema.

- “Porto Seguro” (*Única*, 24/4/04, p. 100-110)

Nesta reportagem, o subtítulo explica que,

Durante o PREC, cerca de 40 mil portugueses partiram para o Brasil. Histórias de uma emigração forçada, contadas pelas famílias Homem de Melo, Belmar da Costa, Espírito Santo, Roquette, Queirós Pereira, Castelo Branco e Sande e Lemos.

Este número (40 mil), que é repetido nas páginas seguintes, não é, no entanto, acompanhado por qualquer referência a fonte ou dado oficial.

A caracterização como “emigração forçada” é justificada no texto a partir de factos, narrados pelos personagens, relacionados com a perseguição política e a tomada de bens de famílias abastadas durante o período de instabilidade política que se seguiu ao 25 de abril. Questionamo-nos sobre este adjetivo para caracterizar a partida de famílias de classe alta, pois a sua utilização promove implicitamente a ideia de que a emigração comum de extratos empobrecidos da população não é, também de certa forma, forçada. Basta recordar como, por exemplo, a crise económica de 1889-1892 foi justamente um disparador de saídas para o Brasil.

Pensamos também, na linha de Pan & Kosicki (1993), que ao utilizar tal adjetivo, a jornalista Raquel Moleiro recorre a uma racionalidade dedutiva, para imprimir ao texto o que assumiu ser o sentimento desses emigrantes ao terem de partir de Portugal. Hipótese reforçada pela vívida imagem que serve de abertura ao trabalho, com a qual se procura “[...] apelar ao interesse humano e aumentar a proximidade psicológica com a audiência” (Pan & Kosicki, 1993, p. 61).

Enquanto meio país desobedece às recomendações do Movimento das Forças Armadas (MFA) e se lança nas ruas a gritar “Liberdade!”, muitas outras famílias, maioritariamente burguesas, ligadas ao regime deposto ou ao contestado capitalismo, ficam em casa, ouvido colado à telefonia. Apreensivas. As emoções num reboliço de antagonismos. As feições do rosto alteram-se entre o agrado pelo fim do regime e o receio da perversão da democracia conquistada de fresco.

É possível relacionar o título da reportagem tanto com a ideia de Brasil como um lugar seguro para estes emigrantes, conforme a conotação da expressão “porto seguro”, quanto com a cidade de Porto Seguro, local onde a esquadra de Cabral aportou. Deste modo, indiretamente, estabelece-se uma relação entre esta movimentação e o histórico acontecimento comum aos dois países. Observamos nos textos publicados entre 2010 e 2015 que esta referência à epopeia volta a estar subjacente ao discurso sobre a vinda de portugueses para o Brasil.

Também já se pode identificar nesta reportagem a preocupação, constante nos textos sobre a retomada do movimento emigratório para o Brasil a partir de 2010, de contrapor os emigrantes de origem abastada à tradicional emigração portuguesa, iniciada em finais do séc. XIX:

Não foi difícil arranjar emprego na cidade carioca. Os brasileiros descobriram rapidamente que a nova leva de emigrantes portugueses nada tinha a ver com a ocorrida nas décadas de 40 e 50, composta fundamentalmente por pessoas pobres, rurais e iletradas, os “Manuéis e os Joaquins” das anedotas.

Neste sentido, ainda que a reportagem reflita sobre um acontecimento do passado, em comparação com as reportagens publicadas nos anos seguintes sobre a mais recente emigração portuguesa, julgamos ser possível identificar já nesta peça (assim como na “O que é que o Brasil tem?”) algumas das estratégias discursivas que serão utilizadas futuramente e que, portanto, sugerem um determinado enquadramento acerca da problemática da emigração portuguesa para o Brasil. Existem similitudes entre estas duas reportagens e as que se lhes seguirão, pois os emigrantes representados, diferentemente da tradicional imagem do emigrante português corrente no Brasil desde meados do séc. XX, assemelham-se mais àqueles de 2008 e anos seguintes, na sequência da crise financeira e económica em Portugal, que apresentam um *background* educacional e social elevado.

Narrativa da “emigração qualificada”

Entre 2010 e 2011, considerando os anos compreendidos pelo segundo período de análise e o recrudescimento do movimento emigratório a partir de 2008 (Peixoto et al., 2016), observamos a afirmação do enquadramento que será utilizado na cobertura do *Público* e do *Expresso* acerca da recente emigração portuguesa e, especificamente, daquela destinada ao Brasil: o seu carácter qualificado e a sua representação pelo discurso jornalístico como sendo constituída, sobretudo, por jovens de elevado nível educacional.

Na edição do *Expresso* de 27 de fevereiro de 2010, sob o chapéu “Emigração”, encontramos a notícia “Trabalho? Talvez lá fora.” (p. 25), que expõe dados do Instituto do Emprego e da Formação Profissional – IEFP referentes ao ano anterior, assim sumarizados pelo antetítulo: “Crise – Em 2009, pelo menos 20 mil desempregados abandonaram o país. Êxodo já é comparável ao registado nos anos 60”. Para contextualizar as informações expostas, o texto apresenta como fontes abalizadas Jorge Malheiros, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Rui Pena Pires, coordenador científico do Observatório da Emigração, e Fernando Luís Machado, presidente do centro de Estudos e Investigação em Sociologia do ISCTE.

Ao primeiro coube explicar o carácter qualificado desta nova emigração:

O problema, adianta Jorge Malheiros, é que se nessa altura [década de 1960] o país perdeu sobretudo mão-de-obra desqualificada, “agora está também a perder os mais habilitados”. Os dados do IEFP confirmam-no: apesar de 70% dos novos emigrantes continuarem a ter baixos níveis de qualificação, está a crescer a percentagem dos que concluíram o ensino superior. E, a julgar pelos números, a tendência será cada vez mais essa: entre os desempregados que manifestaram no centro de emprego a intenção de trabalhar no estrangeiro, 40% têm um ‘canudo’.

A jornalista Joana Pereira Bastos procura validar a hipótese de que a nova emigração portuguesa apresenta um carácter qualificado, por meio dos dados do IEFP e das citações das fontes, mas esta hipótese revela-se frágil: a própria explicita que a grande maioria dos novos emigrantes ainda é formada por pessoas com baixas qualificações. A estrutura do texto, porém, segue como linha de rumo a apresentação desta emigração qualificada como causa de uma sangria futura de população e mão-de-obra qualificadas do país; conforme já assinalado no início do parágrafo anteriormente destacado e reforçado pela seguinte citação de Rui Pires: “O problema não é tanto o facto de as pessoas saírem, mas a nossa falta de capacidade para atrair mão-de-obra qualificada de outros países”.

Ainda que se refira a rejeição de um discurso alarmista por parte dos especialistas, a notícia acaba por o validar com uma ilustração do contorno do mapa de Portugal em preto e o perfil de uma figura humana, com maleta na mão, a apagar um interruptor. Como facilmente se conclui, a imagem representa a metáfora do apagão produtivo que o país sofreria caso a emigração qualificada, caracterizada pela maleta, se massificasse.

Nesta notícia, o Brasil não é citado como um dos destinos da emigração portuguesa. Porém, quase dois anos depois, num texto do *Público* de 20 de dezembro de 2011, “Candidatos à emigração procuram novos mercados” (p. 8-9), o país é citado como alternativa para várias categorias profissionais (professores, engenheiros, arquitetos), na sequência da polémica suscitada pela declaração do então primeiro-ministro, Passos Coelho, de que os professores deveriam ter em atenção o espaço lusófono como alternativa de emprego.

À semelhança da reportagem anterior, nesta peça o recente movimento emigratório é também enquadrado a partir da sua característica qualificada, ainda que se refira no subtítulo: “A fuga de profissionais qualificados não é nova, mas é cada vez mais difícil, pela falta de alternativas na Europa – a crise é generalizada”. Facto curioso é que, em contraposição ao texto do *Expresso*, este refere que “não estará em curso uma emigração

em massa””, a partir de citações de João Peixoto, apresentado como “investigador do Instituto Superior de Economia e Gestão”.

A partir da sua explicação, ““Para tomar a decisão de emigrar não basta estarmos mal aqui, é preciso que tenhamos para onde ir”” (já referida no subtítulo), a reportagem fala do Brasil e Angola como novos destinos, principalmente para profissionais ligados à área da construção civil, pela razão de estes países não pertencerem à Europa deprimida pela crise e atravessarem um momento de pujança económica. Na parte inferior da reportagem são detalhadas em caixas as situações de emprego de sete categorias profissionais: médicos, dentistas, enfermeiros, farmacêuticos, professores, engenheiros e arquitetos. Nas duas últimas, não por acaso relacionadas com o mercado da construção civil, o Brasil, ao lado de outros países dos Palop como Angola e Moçambique, é citado como uma das principais rotas de fuga dos profissionais ante a falta de emprego.

Refletindo a falta de dados fiáveis neste período sobre uma nova vaga emigratória que só então se tornava perceptível, menos de uma semana após a publicação da notícia que temos vindo a analisar, a edição de 24 de dezembro do *Público* apresentou, sob o chapéu “Destaque”, nas páginas 2 e 3 a reportagem “O Natal dos emigrantes fica mais próximo com o Skype”, em que utiliza para subtítulo a seguinte expressão: “Com a emigração em alta, muitas famílias passam as festas dispersas pelo mundo”. Esta informação, assim expressa, de certa forma apresenta-se em contraposição ao assinalado na reportagem anterior, a partir da frase atribuída a João Peixoto: “Não estará em curso uma emigração em massa”. A reportagem, assinada por Ana Cristina Pereira, não deixa de mencionar a falta de números e estatísticas oficiais que permitam definir um panorama claro da recente vaga emigratória, ao afirmar o seguinte (após abrir o texto com um relato sobre o primeiro Natal fora de casa de Ana Mexedo, que se encontrava há pouco mais de um mês nos Estados Unidos):

Ninguém sabe quantos partem a cada mês – há muito que foi abolida o passaporte do emigrante e, com a abertura das fronteiras, já nem o Instituto Nacional de Estatística se atreve a fazer estimativas. Nota-se que são muitos e de muitas idades, como quase sempre acontece quando uma economia se retrai.

Observamos que dos sete personagens presentes na reportagem (apresentados a partir das suas profissões e todos denotando um elevado nível de qualificação), dois eram emigrantes no Brasil e a um outro, então a viver em Espanha, também “[...] já passa pela cabeça tentar a sorte no mercado brasileiro”. No entanto, neste texto encontramos apenas

uma breve referência, sem dados de confirmação, sobre o renovado interesse pelo Brasil como destino de emigração: “A actriz Tânia Reis abriu caminho para esse destino [Brasil] que agora a tantos portugueses parece voltar a atrair”.

É numa caixa localizada ao lado da reportagem – “Os novos destinos da emigração portuguesa” (p. 3) – que a emigração para o Brasil é destrinçada. No entanto, identificamos aqui uma certa ambiguidade no que diz respeito a fontes, pois no subtítulo diz-se que os “Dados do Observatório da Emigração assinalam um aumento de entradas de cidadãos nacionais em Angola, Suíça ou no Brasil”, mas para validar esse aumento de entradas especificamente para o Brasil, a fonte indicada no texto é “a imprensa brasileira”.

Nos últimos anos, despontou um novo fluxo migratório de Portugal para o Brasil. Este ano, com o agudizar da crise na Europa, parece ter havido uma explosão. De acordo com a imprensa brasileira, a quantidade de estrangeiros a viver em situação regular no país passou de 960 mil para 1,5 milhões entre Janeiro e Junho; os portugueses subiram de 277 mil para 329 mil.

Como se observa tanto na reportagem como na caixa, ante a falta de dados comprovativos do crescimento do movimento emigratório português e daquele especificamente destinado ao Brasil, a jornalista procura não se comprometer com afirmações explícitas, recorrendo ao verbo “parece”. O aspeto hipotético-dedutivo da caixa não é abandonado, ficando a sua sustentação, todavia, entregue a informações vagas: apesar do tom categórico utilizado, não são apresentadas personalidades como fontes da informação, nem há a presença de citações explícitas. Logo após o parágrafo anteriormente destacado, a jornalista escreve: “É oficial. Diversos investigadores já o disseram repetidas vezes: os portugueses estão a emigrar ao ritmo das décadas de 60 e 70 do século passado”.

Compreendemos esta dificuldade dos jornais, oscilando naquele período sobre o enquadramento da nova vaga emigratória, ora classificando-a como um movimento expressivo, ora valendo-se de afirmações de especialistas para recusar um discurso mais extremado, pelo facto de, entre os anos de 2010 e 2011, não terem sido ainda coligidos dados que representassem de modo satisfatório o fenómeno. Para além disso, como explicam João Peixoto et al. (2016), neste campo não há números definitivos e indiscutíveis, pois só é possível mensurar de forma satisfatória o movimento emigratório, comparando diversos dados que nem sempre estão à disposição ao mesmo tempo, a exemplo daqueles recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística – INE e os reunidos

pelo Observatório da Emigração nos diferentes destinos, mais os censos efetuados nestes países.

Surpreende, no entanto, o interesse demonstrado pelos jornais acerca da emigração destinada ao Brasil, visto que este fluxo nunca ultrapassou, entre os anos de 2008 e 2014, o valor de cinco mil pessoas/ ano, enquanto no Reino Unido, por exemplo, chegou a mais 30 mil pessoas só em 2013⁴⁶. Já em agosto de 2011, anteriormente a estas reportagens de dezembro, portanto, o *Público* tinha apresentado a seguinte notícia: “O Brasil é a fuga ao fado da crise para cada vez mais portugueses” (7/8, p. 14-15). Nos anos seguintes, tanto neste diário quanto no *Expresso*, conforme veremos, a emigração para o Brasil será um tema sempre presente.

Relativamente à narrativa da “emigração qualificada”, algo também assinalado por João Peixoto et al. (2016) sobre a recente vaga emigratória, questionamo-nos sobre o enfoque jornalístico neste aspeto: é quase como se uma emigração não qualificada não tivesse existido neste período mais intenso de crise. Como os autores referem, a partir de um gráfico produzido com base em dados do INE e os Censos de 2011, a escolaridade (em média) dos emigrantes residentes no Reino Unido não ultrapassava os 10 anos, enquanto na Suíça, Luxemburgo, Alemanha e França dificilmente chegava aos 8 anos.

Não perdemos de vista que o pico de saídas se deu, justamente, no ano de 2011. Portanto, este gráfico não abrange o período mais intenso do recente movimento emigratório, o que provavelmente indicaria um aumento dos anos de escolaridade dos emigrantes. Todavia, este enquadramento da problemática, em que apenas a emigração qualificada é representada no discurso jornalístico, não deixa de se apresentar como uma abordagem limitada do fenómeno.

Brasil: destino da nova emigração portuguesa

Sobre o interesse jornalístico pela emigração para o Brasil, uma análise pautada apenas pela *framing theory* é insuficiente para dar conta deste fenómeno, sendo importante ter em atenção, também, os critérios de noticiabilidade. Como explica Gislene Silva (2005), o conceito de noticiabilidade não abrange apenas os valores-notícia, relativos às características dos factos em si e que, geralmente, se baseiam em aspetos mais ou menos unânimes e universais de conflito, proximidade, curiosidade, tragédia, etc.

⁴⁶ Informação recolhida a partir do gráfico apresentado por João Peixoto et al. (2016, p. 37), com base em dados do Observatório da Emigração, INSEE (França) e Office Fédéral de la Statistique (Suíça), de 2014.

Enquanto estes são utilizados sobretudo (mas não apenas) na fase de seleção primária dos acontecimentos, ao longo da cadeia produtiva jornalística entram também em ação critérios de noticiabilidade relacionados com o tratamento e a visão construída dos factos.

Para o tratamento dos factos, ação centrada sobretudo na sua seleção hierárquica⁴⁷, levam-se em conta tanto os valores-notícia, quanto aspetos relacionados com a organização jornalística, o formato do produto comercializado, a qualidade do material apurado, a infraestrutura disponível e as relações entre repórter, fontes e público, entre outros. Já na construção de sentido dos mesmos atuam os fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo, “[...] compreendendo conceitos de verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade que orientam inclusive as ações e intenções das instâncias ou eixos anteriores” (Silva, 2005, p. 96).

Temos claro que esta explicação, muito próxima dos princípios deontológicos do jornalismo e não tanto da realidade da sua prática quotidiana, não considera o substrato ideológico presente também nos critérios de inclusão e exclusão e na configuração do significado dos acontecimentos, conforme procuramos destrinçar a partir da análise ao discurso. A preocupação da autora de destacar os valores-notícia do campo mais vasto da noticiabilidade é, ainda assim, importante, considerando que a transformação dos acontecimentos em notícia é sempre uma conjugação de elementos intrínsecos dos acontecimentos (valores-notícia) e de fatores (de noticiabilidade) com os quais as empresas jornalísticas controlam e administram a quantidade e o tipo de acontecimentos noticiados.

Dentre os factos selecionados será necessário decidir, pois, aqueles que ocuparão a capa do jornal (ou a abertura do noticiário televisivo), quais receberão um tratamento mais aprofundado, preenchendo assim mais espaço (ou tempo), e afins. Ao assinalar esta concomitância ao longo da cadeia produtiva jornalística entre os diversos elementos que conformam os critérios de noticiabilidade, Gislene Silva (2005) introduz a questão das ideologias ao reconhecer que estas não são naturais ou neutras, mas correspondem a mapas culturais, ou seja, são códigos de leitura muito particulares do mundo; a seleção de factos, pois, não corresponde a uma ação natural e neutra, mas é orientada a partir de mapas culturais, ou seja, corresponde a um modo muito particular de ver o mundo.

⁴⁷ Por exemplo, qual notícia receberá chamada de capa, quantas páginas do periódico serão destinadas a cada uma das peças, etc.?

Neste sentido, consideramos que a proeminência alcançada pela emigração para o Brasil, percebida pelo número de textos dedicados ao tema, tem mais a ver com esta forma peculiar de ver a realidade, conformada pelo sistema ideológico dominante, do que com critérios universais e objetivos de valores-notícia (como proximidade e novidade).

“Ao contrário da ideia de que as notícias se pautam, sobretudo, pelo inesperado (um homem que morde o cão...) ou pela negatividade (*bad news*, *good news*) e ainda reconhecendo a força cultural destas imagens, tenta-se nesta revisão acentuar outras dimensões de valores-notícia [...] os valores-notícia são mais do que uma listagem de atributos das notícias, combinados ou combináveis. Operam como estrutura de retaguarda social, profunda e escondida, e requerem um conhecimento consensual sobre o mundo.” (Ponte, 2004, p. 114 citada por Silva, 2005, p. 100)

Se naquele momento a retomada do movimento emigratório para o Brasil era uma novidade e, por razões óbvias, também se tratava de um fenómeno bastante próximo dos portugueses, não eram em menor escala os fluxos destinados aos países europeus, além de estes se apresentarem com maior impacto (outro critério de valor-notícia), por envolverem maior número de pessoas. Pensamos como hipótese, portanto, que o motivo de a emigração para o Brasil ter sido selecionada pelos jornais como tópico de notícia⁴⁸ tem mais a ver com o desejo – inconsciente – de voltar a ocupar este antigo espaço colonial e, também, com a força que o imaginário da emigração para a ex-colónia ainda mantém em Portugal.

Assim como em meados do séc. XIX, a partir da figura dos brasileiros torna viagem, se disseminou a imagem de Brasil como terra preta de promessas, essa imagem, com o apogeu económico do país, reemergiu no séc. XXI. Relativamente ao desejo, de cariz imperial e colonialista, de voltar a ocupar a antiga colónia, pontuamos que, se o movimento emigratório era estimulado por um contexto conjuntural de fragilidade de Portugal, este aspeto era contrabalançado pelo facto dos emigrantes serem altamente qualificados.

Chegamos a este conjunto de observações a partir da análise de materiais voltados especificamente para a emigração para o Brasil. Conforme referido, a primeira ocorrência deste tema verifica-se com o texto de 2011 do *Público*, “O Brasil é a fuga ao fado da crise

⁴⁸ Não contabilizámos quantos textos sobre a temática emigratória foram dedicados, especificamente, a cada destino preferencial dos portugueses, todavia, mesmo sem esta sistematização, foi muito clara a percepção de que as notícias sobre a emigração para o Brasil foram em maior número do que aquelas sobre outros países.

para cada vez mais portugueses” (7/8, p. 14-15), em que, em consonância com a narrativa da “emigração qualificada” que ganhava corpo naquele período, se afirma o seguinte em subtítulo: “A língua, as afinidades culturais e a rede de contactos da comunidade migratória são factores que estão a atrair uma emigração qualificada”.

A reportagem inicia-se pela introdução dos personagens João Afonso Coutinho, 39 anos, publicitário, e Tatiana Moura, 34 anos, investigadora académica, ambos de partida iminente para o Brasil. O *lead* descreve a sua formação profissional e as razões da mudança (de ordem laboral, ambos tinham já emprego garantido à sua chegada ao país de destino), além de caracterizar a recente emigração para o país como jovem e qualificada. Como naquele momento, no entanto, as estatísticas não haviam ainda captado o fenómeno, o texto apresenta como *experts* sobre o assunto Pedro Góis, do Centro de Estudos Sociais de Coimbra, e José Sacchetta Mendes, autor de um livro sobre imigrantes portugueses no Brasil.

Além dos dois personagens, são estes especialistas que, à falta de números oficiais, fazem a caracterização desta nova emigração como sendo constituída, sobretudo, por pessoas de classe média e com um alto nível de instrução. Para o leitor português, esta informação era facilmente descortinada como distinta do perfil tradicional de emigrante nacional que partia para o Brasil. Uma declaração do investigador brasileiro José S. Mendes chama a atenção ao considerar as afinidades culturais entre os dois países como uma razão para a emigração: “Não são brasileiros, mas também não são estrangeiros. São assim uma espécie de terceira categoria: há o nacional, o estrangeiro e o português”.

Essa afirmação é destacada pela reportagem num pequeno resumo⁴⁹ e, antes mesmo de aparecer no texto, a repórter Natália Faria faz a sua introdução a partir da comparação entre a experiência dos portugueses no Brasil e a dos helenos na Grécia Antiga: “os portugueses estão para o Brasil como os helenos para a antiga Grécia”. De acordo com Jonathan Mark Hall (2001), “helenos” era o nome que os gregos antigos utilizavam para se designarem a si mesmos, assim como denominavam a terra que habitavam de Helas. O autor prossegue na sua explicação sobre a cristalização da identidade grega, ao assinalar que o seu período áureo foi o séc. VI a.C, cujo poema desta época, *Catálogo de Mulheres*, estabeleceu o mito de que o herói Heleno tivera três filhos, Doro, Xuto e Éolo, e que Xuto teve como descendência Aqueu e Íon; todos eles representando a relação entre os

⁴⁹ O chamado “olho da notícia”: pequeno trecho destacado do texto.

principais grupos populacionais da Grécia, de forma a criar uma identidade helênica mais ampla.

Juntos, eólios, dórios, jônios, e aqueus podiam ser vistos como helenos, representados por um herói hepônimo chamado Heleno que, por sua vez, era visto como o pai ou o avô, destes grupos constitutivos. (Hall, 2001: 218)

Esta breve explicação é necessária, pois, como se nota, de modo diferente do que o investigador quis dizer ao afirmar que os portugueses representavam uma espécie de terceira categoria no Brasil, a jornalista, ao estabelecer a relação de comparação com os helenos da Grécia Antiga, mais do que sugerir que português era sinônimo de brasileiro, posiciona implicitamente o primeiro num nível hierárquico superior (relativo a paternidade). Ao comparar os portugueses aos helenos, considerando a explicação de Mark Hall (2001), está implicitamente a estabelecer-se a sua relação com a figura mitológica de Heleno, o patriarca do povo grego.

Identifica-se aqui, claramente, uma ideologia de cariz imperial e colonial no estabelecimento deste tipo de comparação, ainda que tenha passado despercebida, provavelmente, à maioria dos leitores. Também não deixa de ser interessante notar que quando são os portugueses a assumir a posição de migrantes, apela-se a uma retórica de amizade, de proximidade cultural e de irmandade (por vezes, como aqui, também de paternalismo), a qual já não é utilizada quando se trata da representação dos imigrantes brasileiros em Portugal.

A questão da violência e desigualdades sociais no Brasil (assim como da baixa qualidade dos serviços públicos básicos – educação, saúde, etc.) também emerge no texto de forma implícita, em excertos como os seguintes: “Foi a certeza de que o salário vai compensar, apesar de *perder a escola pública* e a rede familiar” e “João e a mulher vão ficar num *flat*, numa das zonas nobres de São Paulo, ‘com lojas, restaurantes, *onde se pode andar tranquilamente a pé*’” (itálicos nossos). O sentido destes enunciados é inferido pelos leitores com base no seu conhecimento de fundo sobre a sociedade brasileira. Este, por sua vez, é também construído a partir de discursos da comunicação social que privilegiam as notícias negativas, envolvendo violência urbana e afins, sobre o Brasil.

Uma caixa no canto superior direito da segunda página, intitulada “Um fenómeno com precedentes”, procura contextualizar historicamente a emigração portuguesa a partir

de informações fornecidas pelos investigadores e conclui com a afirmação de Pedro Góis de que, similarmente ao fluxo para Angola, a emigração para o Brasil apresenta a especificidade de também funcionar como um contrafluxo, pois no passado recente, também vieram grandes contingentes de brasileiros para Portugal. Neste texto, a pujança económica vivida pelo Brasil, em contraste com a crise sentida em Portugal, é abordada de forma mais explícita que na reportagem, em que apenas se faz alusão a partir das declarações das personagens.

Agora, com uma crise à escala europeia e o Brasil em período de expansão, alavancado por eventos como o Mundial de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, preponderam a afinidade linguística, o transporte aéreo facilitado e as redes migratórias “que fornecem contactos e conhecimentos e que diminuem a dose de risco”.

Porém, com a sugestiva frase de João Coutinho ao justificar a sua mudança para o Brasil, “Este é daqueles comboios que não passam duas vezes”, e a imagem do publicitário a segurar um globo terrestre com o país posicionado ao centro, a reportagem revela a perceção existente em Portugal sobre o Brasil de então: um país que vivia um excelente momento económico e que, neste contexto, emergia como uma boa oportunidade para os portugueses desejosos de fugir “ao fado da crise”.

Pouco mais de um ano após esta reportagem, e em consonância com a narrativa da emigração qualificada para o Brasil, o diário noticia no último dia de 2012 que o “Brasil travou acordos para reconhecer engenheiros portugueses” (p. 2-3). Sob os chapéus “Destaque” e “Trabalho”, ilustrada por uma imagem em grande dimensão de Carlos Matias Ramos, então bastonário da Ordem dos Engenheiros – OE, o texto refere no subtítulo que o “Bastonário vai ao Brasil falar com o seu homólogo para tentar superar o ‘silêncio ensurdecedor’ a que se remeteram os responsáveis brasileiros, depois de terem assinado dois acordos de cooperação no último ano”. No entanto, o *lead* inicia-se da seguinte forma:

Mais de um ano depois de ter assinado o primeiro de dois acordos para o reconhecimento das licenciaturas de engenheiros portugueses, o Brasil não só mantém o impedimento à entrada dos profissionais como foge a explicar a razão por que recuou em relação aos compromissos firmados.

Neste sentido, observa-se que a acusação presente no título (e assumida por Matias Ramos, como a notícia refere na continuação do primeiro parágrafo) é apontada genericamente ao Brasil, volta-se para a congénere brasileira da Ordem dos Engenheiros no subtítulo, e retorna ao país no *lead*. Compreende-se esta aparente confusão, pois com

o desenrolar da notícia e a partir do relato do bastonário, o leitor fica a saber que, no final de 2011, as duas Ordens tinham assinado um acordo, no entanto paralisado, e em outubro de 2012 um novo acordo foi assinado, “[...] já não entre as Ordens, mas entre as cúpulas de reitores dos dois países”, este também sem continuidade⁵⁰.

Ainda que diferentes instâncias – Ordem dos Engenheiros e cúpula de reitores – sejam as responsáveis pela paralisação no processo de reconhecimento, segundo as afirmações do bastonário, generalizar a acusação ao país, conforme exposto no título e *lead*, parece excessivo, além de pouco preciso. Para o leitor não fica claro se a responsabilidade pelo imbróglio repousa, por exemplo, no executivo brasileiro, conforme se supõe ao acusar o país.

Também fica em dúvida se esta generalização é estabelecida pela jornalista Lurdes Ferreira ou pelo bastonário, ainda que se refira ser Matias Ramos o autor das acusações. Por exemplo, no seguinte trecho:

O bastonário não poupa críticas ao “país dito irmão”: “Apresentam-nos a preocupação de travar a entrada de engenheiros portugueses com argumentos sequer inteligíveis, como o de que podemos ‘invadir o Brasil’. Imagine-se com a dimensão que temos!”.

É omitido o sujeito da frase “Apresentam-nos...”, sendo este anteriormente indicado apenas como o “país dito irmão”. No entanto, não parece que Matias Ramos estivesse a referir-se ao país genericamente, ao explicar uma explicação tão precisa como esta.

De acordo com Norman Fairclough (2001), uma importante variável da construção do discurso jornalístico é o grau em que são mantidas as fronteiras entre a voz do jornalista e a voz da pessoa reportada. Neste texto, identificam-se sobretudo duas vozes: a da jornalista e a do bastonário. Com a perspectiva brasileira – digamos assim – a ser identificada apenas a partir de discurso indireto presente nas citações de Matias Ramos e no seguinte trecho: “O Governo brasileiro admitiu que as necessidades do país apontavam para 80 mil engenheiros”.

Uma característica do discurso indireto é que, a despeito de esperar-se que seja acurado sobre o conteúdo que aborda, costuma ser ambivalente sobre as palavras de facto utilizadas – pode simplesmente reproduzi-las

⁵⁰ O *Expresso* já noticiara em texto anterior, de 28 de janeiro de 2012, que “Brasil quer engenheiros” (p. 28), incluindo um destaque com o sugestivo título “Burocracia”, em que se refere o acordo firmado entre as Ordens dos Engenheiros dos dois países, no final de 2011, para permitir aos engenheiros portugueses, ante a demora no reconhecimento de diplomas no Brasil, exercerem com um registo provisório.

ou, em vez disso, transformá-las e traduzi-las em discursos que melhor se adequem à voz do repórter. (Fairclough, 2001, p. 81)

Relacionamos, assim, esta acusação genérica ao país com a ambivalência referida por Fairclough a propósito do uso do discurso indireto, o que também nos leva a colocar a hipótese de, nesta reportagem, a simplificação acerca da problemática ter partido da jornalista, e não ter sido estabelecida pelo entrevistado. Além de podermos considerar esta estratégia discursiva como representativa de um tratamento um tanto preguiçoso da problemática, chama também a atenção negativamente o facto de não se ter dado voz aos acusados mais diretamente identificados: a Ordem dos Engenheiros do Brasil e a cúpula de reitores deste país.

A cordialidade brasileira e o modo português de estar no mundo

Nos anos de 2013 e 2014, a revista do *Expresso* publicou duas longas reportagens em que se debruça sobre a vida de jovens e recém-chegados imigrantes portugueses ao Brasil. O que observamos nestes dois textos, de modo similar a outro publicado pelo mesmo órgão de comunicação mais de uma década antes (“O que é que o Brasil tem?”, *Única*, 15/8/03, p. 36-49), é um pulular de antigos estereótipos, representações sociais e imagens arreigadas sobre o Brasil e os brasileiros, mas também sobre a identidade portuguesa: a sua presença no discurso enquanto elementos textuais cumpre funções explicativas sobre a experiência destes emigrantes.

Sob o chapéu “Portugueses no Brasil”, a reportagem “A minha arte é a minha pátria” (20/12/14, p. 44-50) parte de um enfoque inusitado, considerando a cobertura até então, para representar a nova imigração portuguesa no país: o cotidiano de quatro jovens artistas plásticos que se tinham mudado há alguns anos para o Brasil. Para retratar esta tão específica vaga (se assim a podemos denominar...), a jornalista Maria da Paz Trefaut contrapõe as experiências recentes dos quatro personagens à de Fernando Lemos (também contactado), renomado artista plástico, desde a década de 1950 a residir no Brasil, para onde foi fugido da ditadura salazarista. Conforme explica no subtítulo:

Desde há alguns anos que São Paulo é a morada de jovens artistas portugueses em início de carreira. O *Expresso* foi ouvir quatro deles e um consagrado, Fernando Lemos, que foi para o Brasil há seis décadas, por motivos bem diferentes

Esta distinção entre a experiência migratória de Fernando Lemos e a dos jovens artistas, já indicada no subtítulo, é destrinchada logo ao início da peça a partir de dois aspetos: o carácter forçado que revestiu a mudança do primeiro, em contraposição à

situação dos jovens, e a noção difusa de identidade de Fernando Lemos, expressa pela frase: ““Não sou brasileiro, mas também já não era português””. Quanto ao primeiro aspeto, questionamo-nos sobre a adjetivação da experiência migratória do artista plástico como forçada. Não para pôr em causa que o tenha sido, efetivamente, pois o artista era opositor ao regime salazarista; mas pela contraposição construída à experiência recente dos jovens: como se a falta de trabalho, um mercado de arte deprimido e a crise económica em geral não fossem motivos para “forçar” a emigração de alguém.

Chamou-nos mais a atenção, porém, o segundo aspeto, pois na sequência da afirmação de Fernando Lemos sobre não ser brasileiro e nem mais português, o texto expressa:

Essa não é a realidade dos quatro artistas jovens que ilustram esta reportagem. A questão da identidade, da nacionalidade, e o direito de ir e vir foram o tema principal da exposição “Tudo Legal”, de Nuno Cassola, que terminou no sábado passado na Sala Projeto Fidalga.

Pela primeira vez, a questão da identidade portuguesa é abordada no âmbito desta cobertura sobre a recente emigração portuguesa, a partir de uma perspetiva que não procura contrapô-la aos estereótipos correntes sobre os portugueses no Brasil, algo então bastante comum, mas enquadrá-la num *frame* em que a nacionalidade se associa a aspetos mais triviais relacionados com a experiência migratória, referentes por sua vez à situação de ilegalidade que paira como uma ameaça sobre grande parte dos migrantes (a exemplo dos brasileiros em Portugal...). No entanto, este enquadramento da experiência dos jovens a partir da sua identidade enquanto portugueses, relacionada por sua vez com a condição precária de imigrante (algo, inclusive, que serviu de inspiração para um dos personagens) é rapidamente deixado de lado pelo texto. A problemática identitária continua a marcar a narrativa sobre a vivência no Brasil, mas a partir de outro ponto de vista (suportado por citações dos personagens): a identidade portuguesa em contraposição às representações sociais da identidade cultural brasileira. Conforme se pode ler:

“O que descobri no Brasil foi a relação com o outro e adisponibilidade para construir junto. Hoje, quando volto, sinto a melancolia do povo português”

“[...] Especialmente para o tipo de trabalho que faço, os brasileiros são mais acolhedores. As pessoas são colaborativas, querem participar, envolvem-se, há outra energia. Na Inglaterra e em Portugal, antes de se entregar, toda a gente fica preocupada com o seu papel. É outra postura.”

Nos idos de 1953, ao desembarcar no Rio, Fernando Lemos sentiu algo semelhante. O Brasil correspondeu à ideia que tinha de liberdade, de criatividade.

Sem pormos em causa a autenticidade destes relatos (eles dizem, afinal, a percepções individuais sobre a vivência no Brasil), observamos subjacentemente ao discurso a presença de imagens arreigadas sobre o país, como o encontro e a cordialidade; que, também não por acaso, constituem a autoimagem do próprio Brasil. Como explica Francisco Bosco (2016), a malandragem, a cordialidade, a mistura e afins serviram não apenas para fins internos, no sentido de contribuírem para a construção de uma identidade cultural brasileira no período pós-independência, mas também externos, ao encarnarem a brasilidade para o mundo, em contraposição ao padrão europeu/ ocidental.

Após discorrer sobre a vida dos quatro jovens, a jornalista retoma a vivência de Fernando Lemos para terminar da seguinte forma:

Fernando chegou ao Brasil para fugir do fascismo e foi ficando. “Estou aqui, onde mais trabalhei. Foi onde fiz os meus melhores amigos, onde constituí família. É um país que tem uma certa magia: tudo o que dá errado no mundo, aqui dá certo.” Só em 2014 fez quatro exposições e está envolvido no projeto de dois filmes. Não é pouco, para quem se aproxima dos 90 anos. Ele apanha o jornal que está em cima da mesa, que traz na primeira página uma notícia sobre políticos corruptos. “Este é o país do bom coração”, desfecha com ironia.

Identificamos nestas observações do artista sobre o Brasil, e pela forma como foram estruturadas no texto que encerra a reportagem, a hibridação citada por Santos (2001) como característica dos regimes identitários tanto de colonizador quanto de colonizado. Neste caso, diz respeito ao regime identitário do colonizado – sobretudo, a forma como historicamente esta identidade foi representada em Portugal. Porém, como o autor explica e se observa nas citações de Fernando Lemos, o reverso dos seus elementos negativos acaba por ser, justamente, os seus elementos constitutivos. O Brasil é o lugar onde tudo o que dá errado no mundo aí dá certo, é o país do bom coração, mas onde as capas de revistas e jornais expõem casos e mais casos de corrupção...

Se nesta reportagem, o imaginário identificado diz mais respeito às representações sociais partilhadas em Portugal sobre o Brasil e os brasileiros, e isto sobretudo a partir da voz dos personagens, noutra de quase dois anos antes, “No topo do morro” (*Revista*, 19/1/13, p-24-33), o enquadramento privilegiou as representações acerca da identidade portuguesa. Neste trabalho, o periódico debruça-se sobre a experiência de jovens

imigrantes portugueses há pouco tempo no Brasil, que escolheram viver na favela do Vidigal (Rio de Janeiro), por razões económicas, mas não só.

O enquadramento escolhido para representar estes novos imigrantes foi o da experiência “extrema e destemida”, que caracteriza a emigração para um país a milhares de quilómetros de distância, com uma geografia distinta (tão bem representada pelo Rio de Janeiro) e a residência numa favela (com todo o imaginário de violência associado, seja por meio de peças jornalísticas, seja por obras de ficção). Logo o início do texto marca a construção deste enquadramento, com a narração da tentativa de um casal português recém-chegado conseguir um táxi com destino ao Vidigal e os intertítulos “Do Leblon para a favela” e “Como indígenas”.

Este enquadramento possibilita que do texto emergjam imaginários sobre o Brasil, assim como a evocação subtil de um certo espírito da era dos descobrimentos, na forma como na reportagem é retratada a experiência e o quotidiano dos imigrantes. Por exemplo, após a explicação da recente vaga de emigração de portugueses para o Brasil, impulsionada por uma “crise do bolso e da alma”, a narrativa prossegue da seguinte forma: “Não é apenas uma fuga, é um recomeço, a aprendizagem de viver noutro país a milhares de quilómetros de casa.”. Também no final da reportagem, a decisão de emigrar do casal citado anteriormente é explicada desta forma:

Quando questionados sobre a razão que os levou para o Brasil, Aníbal responde, brincando: “Por causa dela.” E ainda que, mais sérios, apontem outros motivos – mudar de vida, falta de trabalho em Lisboa – , qualquer romântico preferiria concentrar-se nas palavras de Aníbal, porque uma mudança tão extrema e destemida não pode ser apenas resultado de uma crise económica.

Como se observa nestes dois trechos, a partir das palavras seleccionadas (recomeço, alma, extrema, destemida...) há similitudes entre a forma como eram evocadas e celebradas as grandes figuras da era dos descobrimentos durante o Estado Novo e o modo como a reportagem representou a experiência dos novos imigrantes. Como explica Arruda (1999), a celebração do Império a partir da evocação de figuras importantes como Vasco da Gama e D. Henrique, entre outros, que passaram a simbolizar a ousadia dos portugueses nos mares do mundo, tornou-se mais recorrente no pós-guerra, como forma de combater o movimento de descolonização que alastrava por todo o mundo.

Todavia, esta ideia de revitalizar o império não era nova, pois também já tinha despontado com força no final do séc. XIX, em contraposição à noção de decadência associada a uma intelectualidade crítica, durante a década de 1870. A partir de então, começou-se a exortar um despertar para as virtudes cívicas, a elevação patriótica e o espírito de grandeza, os quais, a partir de então, passam a ficar associados à identidade cultural portuguesa. Concluímos que a presença de uma propaganda difundida durante tantos anos ainda se faz sentir na atualidade, como esta reportagem ilustra, ao relacionar o fenómeno emigratório à identidade nacional.

Para além desta influência histórica, Feldman-Bianco (2001) observa também que, mais recentemente, durante o processo em que Portugal deixou de ser uma nação imperial para se tornar um moderno país europeu pós-colonial, entre finais do séc. XX e início do séc. XXI, o nacionalismo do país foi (re)trabalhado a partir da ideia de “território de língua portuguesa”, como forma de manter viva a evocação do antigo espaço colonial. Nesta espécie de espaço supranacional, a diáspora portuguesa também foi incluída, representando assim uma mudança significativa em relação ao tratamento dispensado pelo Estado Novo aos emigrantes, vistos então como cidadãos de segunda ou terceira classe. Conforme explica a autora:

Além disso, como eles [o Estado e investidores] começaram a se focar progressivamente em lideranças na diáspora capazes de atuar como intermediários transnacionais para o Estado português e as suas missões empresariais, os emigrantes portugueses de sucesso foram representados mais uma vez como “empreendedores heroicos” e equiparados aos “heróis do mar”. (Feldman-Bianco, 2001, p. 50)

Neste sentido, colocamos a hipótese de esta forma de representar os novos emigrantes, conforme observamos na reportagem, ter sido influenciada, também, por esta recriação do imaginário relacionado com a emigração, em que se pretendeu associar os seus agentes às representações sociais hegemónicas sobre o carácter português. Algo que, considerando o enfoque que os jornais escolheram para a recente vaga emigratória (como jovem e qualificada) se apresentava como um fenómeno ainda mais suscetível de ser relacionado com a mitologia dos heróis dos descobrimentos. Como veremos na secção seguinte, tal associação será ainda mais notória em textos relativos a investimentos e empreendimentos de portugueses no Brasil.

Regressando ao texto da reportagem, também encontramos ecos de uma certa mentalidade luso-tropicalista a partir do intertítulo “Como indígenas”, sob o qual é assim

caracterizada a adaptação dos portugueses à favela: “Mas todos se movem pelas ruas do Vidigal com uma fluidez de indígena”. Segundo a definição do dicionário *Priberam*, este adjetivo possui duas definições: como referente ao natural da região em que habita e como aquele que habitava uma região antes da chegada dos europeus. No contexto da reportagem, o termo foi utilizado mais em referência a este segundo significado, ainda mais se considerarmos não ser “indígena” um adjetivo comumente utilizado na atualidade para referir os naturais de uma localidade. Tal utilização, por sua vez, relaciona-se com um dos principais temas do luso-tropicalismo, “O modo português de estar no mundo”, em que se caracteriza o português como não racista, com predisposição para o convívio com outros povos e de vocação universalista (Castelo, 1998). Esta é a imagem evocada quando na reportagem se afirma que os portugueses se deslocam pelas ruas do Vidigal com uma “fluidez de indígena”.

Um novo “retorno das caravelas”

A complexidade subjacente ao histórico trânsito atlântico entre Portugal e Brasil requer uma perspectiva mais abrangente acerca das migrações transnacionais que considere não apenas o movimento de pessoas, mas também o de símbolos e capitais.

Ademais, um foco nas interdependências e campos sociais que permeiam esses cruzamentos visa contribuir para uma melhor compreensão dos movimentos transnacionais entre países semiperiféricos ligados por antigas relações coloniais. (Feldman-Bianco, 2001, p. 7)

Vimos em capítulo anterior que, até meados do séc. XIX, a emigração para o Brasil se constituía como um projeto familiar (para o qual eram encaminhados os filhos não primogénitos e que, portanto, não recebiam herança), o que exigia um certo dispêndio financeiro, relacionado não apenas com o custo da viagem, mas também com a preparação do futuro emigrante, que iria ocupar no Brasil posições ligadas à área comercial, entretanto dominado por portugueses. Segundo Igor Machado (2003), este domínio férreo exercido nas praças comerciais, que impossibilitava a participação de brasileiros, pois todo o trato comercial era da responsabilidade destes portugueses que emigravam em grande número, foi um dos responsáveis pelas revoltas e manifestos antilusitanos no Brasil. “Essa situação gerou campanhas para a nacionalização do comércio e tumultos, quebra-quebras, espancamentos e até mortes.” (Machado, 2003, p. 88).

Até à Primeira Guerra Mundial, o Brasil ainda era o segundo destino das exportações portuguesas, apesar de nesse período Portugal já não ser tão importante

economicamente para aquele país. Se com a abertura dos portos brasileiros, em 1808, e a consequente perda de monopólio português houve uma abrupta queda nos lucros obtidos com a exportação de produtos para a colónia, rapidamente a burguesia portuense “abrasileirada” se voltou para as fontes de rendimento relacionadas com a circulação de pessoas.

Ao longo do século XIX, a principal mercadoria portuguesa passou a ser o vinho. Restou aos comerciantes com interesses nos dois países focar a atenção na emigração, como instrumento de acumulação de riquezas com a navegação e controle de comércio no Brasil. (Machado, 2003, p. 81)

Já em meados do séc. XIX, o fluxo migratório entre Portugal e Brasil caracterizava-se pelo perfil mais abrangente que Feldman-Bianco reconhece na sua análise⁵¹, pois o movimento de pessoas estava relacionado com o de capitais (como vimos, fundamentais para a economia portuguesa desse período – Alves, 1999a); e também, podemos afirmar, com o de símbolos. Conforme recorrido, os brasileiros torna-viagem tiveram mesmo impacto no pensamento social português, ao regressarem com novos hábitos e costumes e ao alterarem o panorama urbano com ações filantrópicas e construções de estilo tropical e exótico.

No entanto, se as exportações para o Brasil se tornaram incipientes após a Primeira Guerra e a emigração diminuía consideravelmente a partir da década de 1950, em meados dos anos 1990, estimulado pela política de privatizações do governo brasileiro, o Estado português começou a promover a ida de empresas e investimentos para o Brasil, fenómeno representado nos media brasileiros como o “retorno das caravelas”. Data deste período a ida de grandes empresas e instituições financeiras como a PT, a Sonae, Caixa Geral de Depósitos, a Jerónimo Martins, etc. para a antiga colónia.

Feldman-Bianco (2001), procurando contextualizar este fenómeno na realidade portuguesa de então, explica que, se um aspeto contingente – as privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso – foi responsável por impulsionar o “retorno das caravelas”,

⁵¹ Apesar de o carácter transnacional dos fluxos migratórios – processos pelos quais os imigrantes forjam e sustentam múltiplas relações sociais que abrangem tanto o seu país de origem, quanto o de acolhimento – ter emergido a partir do movimento de globalização do capital, em finais do séc. XX (Basch, Schiller e Blanc, 1994), em relação ao fluxo Portugal-Brasil existe um “transnacionalismo” que já se mostrava evidente um século antes, com vários emigrantes portugueses atuando e desenvolvendo campos sociais que cruzavam fronteiras geográficas, políticas e culturais.

esta política de incentivo, todavia, também ganhava forma a partir da postura adotada por Portugal após o fim do império.

Primeiro, em consonância com a sua viragem à Europa, em 1981 o Estado português alterou a lei de concessão da nacionalidade, passando a vigorar o *jus sanguini* em vez do *jus soli*, o que permitiu a obtenção de cidadania portuguesa aos descendentes dos emigrantes.

Ao mesmo tempo, ao reconhecerem que “os emigrantes tinham uma complexa rede de relações”, o governo central procurou aumentar e intensificar a participação ativa da diáspora em qualquer setor da sociedade portuguesa [...] (Feldman-Bianco, 2001, p. 32)

Importa ressaltar este novo olhar em relação aos emigrantes: a rutura em relação à forma como eram vistos pelo Estado Novo como cidadãos de segunda ou terceira classe, apesar do importante peso económico das suas remessas financeiras. Em consonância com o novo *status* adquirido, os emigrantes foram estimulados pelo Estado a representar Portugal no mundo, o que se revelava como uma ação estratégica em relação aos portugueses no Brasil, considerando não apenas o contexto de privatizações, mas também o facto de, após a conciliação dos projetos “europeu” e “Atlântico”, o país voltar a sua atenção não só para o Brasil, mas também para as antigas colónias africanas.

É neste sentido que o “retorno das caravelas” pode ser caracterizado não apenas como um fenómeno de cariz conjuntural, mas também representativo da orientação política adotada pelo Estado português após a queda do Estado Novo e, sobretudo, com os governos do Partido Socialista, logo em 1996, em que se estabeleceu o princípio da conciliação dos projetos. Não por acaso, é já nesse ano que o governo se volta para o antigo espaço colonial, agora denominado de espaço “lusófono” e consubstanciado na Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP.

A partir destes dois vetores – inclusão dos emigrantes e seus descendentes no corpo da nação, estabelecimento de relações com as ex-colónias – foram retomados antigos imaginários de cariz ideológico imperial e luso-tropical, como a “Atlântica e universal vocação” de Portugal e a ideia de Brasil como a “maior criação” portuguesa, cujo objetivo era ressaltar as (supostas) semelhanças culturais e de linguagem entre a antiga metrópole e as suas colónias, de forma a justificar novas parcerias económicas e diplomáticas. A retomada destas representações sociais também foi facilitada pelo facto de, neste período, os descobrimentos portugueses completarem cinco séculos, o que

justificou a criação de uma comissão especialmente devotada à efeméride e à realização de simpósios, publicações e exposições onde esses imaginários foram celebrados.

Especificamente em relação ao Brasil, os emigrantes sob a liderança da Casa do Brasil de Portugal foram também instigados a promover o imaginário neoimperial e colonialista, a partir de diversos eventos de orientação similar aos que ocorriam em Portugal, ao mesmo tempo em que gerações passadas de emigrantes portugueses de sucesso beneficiaram de um processo de ancoragem – nos termos propostos por Serge Moscovici (1988) –, ao serem relacionados com antigas representações sociais como a dos “heróis do mar”. Este processo pode ser identificado em textos da imprensa brasileira (Feldman-Bianco, 2001) e foi por nós também observado nos jornais portugueses do ano 2000, em que, no contexto das comemorações oficiais do quinto centenário de achamento do Brasil, se dava cobertura a uma exposição no Porto com a qual se pretendeu reabilitar a imagem dos “brasileiros torna-viagem”⁵².

Em 2000, Mário Soares tinha uma coluna no *Expresso* denominada “De Bruxelas” e na edição de 29 de janeiro, no âmbito das comemorações do quinto centenário – “Envolver a UE nos 500 anos do Brasil” (p. 25-26) –, o então ex-presidente resumia assim a relação entre os dois países, no quadro da orientação política pós-colonial de Portugal (da qual o próprio tinha sido um dos principais estrategas):

O objectivo destas Comemorações, além de assinalar uma efeméride incontornável na história dos dois países, consiste em afirmar os excepcionais laços de afectividade que unem os dois povos, desde sempre, em reforçar a ampla cooperação já existente entre Brasil e Portugal, com vista ao futuro, e em todos os sectores de atividade – da política à economia, da cultura à ciência e ao intercâmbio universitário e tecnológico. [...] Com efeito, para os portugueses que não conhecem o Brasil, é talvez mais difícil compreender como o imenso país irmão – imenso em território, em população, em potencialidade e pelo peculiar génio do seu povo – representa, para Portugal, “o maior orgulho” da nossa história como nação plurissecular. [...] O português, qualquer português, sente-se no Brasil “em casa” – e uma das principais razões disso é a língua – da mesma maneira, julgo, que qualquer brasileiro em Portugal.

Porém, a partir de meados de 2003 o movimento designado por “retorno das caravelas” perde vitalidade, conforme se nota na capa do caderno *Economia & Internacional*, da edição de 14 de fevereiro de 2004, do *Expresso*, a qual apresenta a seguinte chamada: “Fuga do Brasil”. No primeiro parágrafo lê-se:

⁵² Queirós, M. L. “Emigrantes de sucesso” (*Público*, caderno *Ípsilon*, 18/4/00).

Portugal chegou a ocupar a terceira posição no “ranking” dos maiores investidores estrangeiros no Brasil, mas, em Agosto de 2003, o desinvestimento português no mercado brasileiro era superior ao investimento.

Esta chamada remete para a reportagem “Brasil passou de moda” (p. 3), em que o subtítulo sumariza o posicionamento dos maiores grupos empresariais portugueses: “O primeiro a sair foi a Jerónimo Martins. A EDP congelou o investimento. A Brisa sofre o espectro da nacionalização. Belmiro está a pensar”.

Esta explicação mais longa sobre o fenómeno “retorno das caravelas” fica a dever-se ao facto de neste trabalho desenvolvermos a hipótese segundo a qual os jornais analisados promoveram um enquadramento dos empreendedores que integraram essa mais recente emigração para o Brasil, que apelava também para a retórica de “povos irmãos”, realçando as semelhanças entre os dois países. O discurso assume em alguns escritos um tom de exortação, em que se incita os portugueses a aproveitarem o momento de franca expansão económica da antiga colónia.

No entanto, se esta primeira fase do “retorno das caravelas” foi caracterizada pela ida de grandes empresas e investidores para o Brasil, a segunda fase, conforme a sua representação pelo discurso jornalístico, esteve mais ligada à emigração de pequenos e médios empresários. Tal relaciona-se, por sua vez, com o *background* educacional elevado da recente emigração portuguesa para o país.

Neste contexto, também nos questionamos sobre os critérios de noticiabilidade mobilizados por esta cobertura⁵³, visto que em comparação com outros destinos privilegiados pela recente emigração portuguesa, a do Brasil (assim como aquela destinada a Moçambique) apresentou de facto uma proporção mais elevada de trabalhadores por conta própria (Peixoto et al., 2016) – ainda assim, a partir dos resultados de um inquérito a emigrantes no Brasil, os trabalhadores por conta própria representavam apenas 11% do total de emigrantes portugueses e os empregadores 10%, o que indica um peso menor que nos fluxos anteriores para o país (Madeira et al., 2016)⁵⁴. Seria necessário, ainda, olhar melhor para estes resultados para compreender se os trabalhadores por conta

⁵³ Identificámos no segundo período de análise cinco textos do *Expresso* e quatro do *Público* que, de alguma forma, se debruçam sobre o investimento e o empreendedorismo português no Brasil.

⁵⁴ O inquérito, referente às características da emigração portuguesa recente, fez parte do projeto de investigação intitulado “Regresso ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa”, decorrido entre os anos de 2013 e 2015 e cujos resultados foram apresentados no livro de mesmo nome. No caso brasileiro (o projeto também se debruçou sobre a emigração para o Reino Unido, França, Angola e outros), o inquérito obteve 496 respostas, das quais 211 foram online e 285 presenciais.

própria seriam pequenos empresários ou trabalhadores em regime *freelance* (Peixoto et al., 2016).

Esta confluência entre emigração qualificada e potenciais empreendedores é apresentada de modo mais explícito numa entrevista do *Expresso* ao então Embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Ribeiro Telles. Em ““Os jovens que vão para o Brasil são altamente qualificados”” (4/1/14, p. 6), o repórter J. F. Palma-Ferreira introduz a figura do embaixador ao noticiar o prémio da diplomacia económica, que Ribeiro Telles tinha acabado de conquistar, pelo trabalho desenvolvido no Brasil; logo a seguir, no mesmo parágrafo, caracteriza deste modo a sua rotina no país:

Tem acompanhado os grupos empresariais nacionais que aumentam os investimentos locais. Mas, sobretudo, tem assistido à ida de muitos jovens quadros portugueses para o Brasil, onde seguem carreiras alternativas aos empregos que desistem de procurar em Portugal.

Apesar do prémio, pela primeira vez ganho por um português, salientado no texto como a razão para a entrevista ao embaixador, Palma-Ferreira revelou intenção de relacionar a questão do empreendedorismo, ao qual o prémio está ligado, com a recente vaga de emigração qualificada para o Brasil – também destacada pela frase do embaixador escolhida para compor o título.

Questionado sobre se os empresários portugueses estariam a redescobrir o Brasil, Ribeiro Telles afirma que, de 2011 a 2012, o investimento português no país havia aumentado 11%. Em geral, toda a entrevista, composta por oito perguntas, desenvolve-se em torno de temas relacionados com a diplomacia económica, porém, à sexta pergunta, o repórter questiona se estaria em curso uma nova vaga de emigração portuguesa para o Brasil, a que o embaixador responde enfatizando também o aspeto de emigração qualificada (conforme o tom geral dessa cobertura).

Existe de facto uma nova vaga de portugueses a irem para o Brasil, jovens altamente qualificados que vão trabalhar para empresas, possuindo um currículo profissional e académico que corresponde àquilo que o Brasil necessita.

Porém, é numa entrevista ao mesmo embaixador feita meses depois pelo *Público* – “O Brasil exige um trabalho de casa meticuloso para quem quer trabalhar ou investir” (15/6/14) – que o carácter de pequeno e médio porte deste novo empreendedorismo se mostra mais evidente, quando a meio da conversa, o repórter questiona (em referência

implícita ao “retorno das caravelas”) se o investimento português no Brasil não tinha sido maior em anos anteriores, ao que Ribeiro Telles responde:

Eu não diria que essa relação esteja hoje adormecida. Na década de 1990 houve uma grande expansão de empresas portuguesas aqui. Houve grandes investimentos e é claro que houve entretanto uma retracção. Houve empresas que ficaram e deram o salto, outras saíram mas a relação continua intensa. Mas não com o volume de investimentos desse tempo – Portugal chegou a ser o segundo investidor no Brasil. E isso acontece por variadíssimas razões...

...a crise é uma delas?

Sim, a crise é uma delas. Mas temos cerca de 600 empresas com investimentos a longo prazo, sendo que há também, sobretudo agora da parte de pequenas e médias empresas, a vontade de conhecerem e de se instalarem no mercado brasileiro.

O jornalista Manuel Carvalho também não se esquivava a abordar a recente vaga emigratória, que caracteriza como mais qualificada que as anteriores, questionando o conhecimento do embaixador sobre o assunto e se estes emigrantes vinham já com contratos de trabalho ou ainda à procura de emprego. Sobre a segunda questão, Ribeiro Telles refere haver de tudo e pronuncia-se deste modo: “O Brasil exige um trabalho de casa metuculozo”. Esta frase (relacionada não apenas com o investimento português, mas também com a recente vaga emigratória para o Brasil) pinçada por Manuel Carvalho para o título mostra o interesse do jornalista relacionar as duas principais dinâmicas da recente emigração, tal como foi representada pelo discurso jornalístico.

Para compor o subtítulo, “Portugal e Brasil tenderão a encontrar, cada vez mais, áreas de actuação conjunta na África lusófona, admite o embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Ribeiro Telles”, o jornalista utilizou trechos da resposta do embaixador à questão sobre se nos PALOP prevalecia a competição ou a cooperação entre Portugal e Brasil. Neste sentido, identificamos subjacentemente ao interesse do jornalista pôr em destaque, no espaço privilegiado do subtítulo, um tema abordado apenas uma vez ao longo da entrevista, uma ideologia de cariz eurocêntrico e colonial.

Segundo esta, o Brasil, por historicamente assumir no pensamento social português uma posição hierárquica superior (ainda que subalterna a Portugal) em relação às ex-colónias africanas, emerge no discurso ao lado de Portugal, os dois países como “senhores” dos destinos dos países africanos pobres. Esta é a conclusão a que chegaram também José Cristian Góes e Elton Antunes (2015) ao analisar a cobertura dos jornais brasileiros acerca da CPLP, pois, segundo os autores, a identidade cultural brasileira e a

memória social sobre a qual esta repousa também apresenta uma acentuada ancoragem eurocêntrica, de globalização pelo alto e de indiferença (e até repulsa) pelo Outro africano que também constitui o brasileiro. Na peça em questão, observa-se que apenas Portugal e Brasil são citados nominalmente, referenciando-se genericamente uma África lusófona, sobre a qual os dois países atuariam, silenciando-se assim a diversidade que constitui países tão distintos quanto Guiné-Bissau e Angola, por exemplo, o que torna descabido tratá-los de forma unitária.

Estas duas entrevistas demonstram, pelas perguntas feitas e pelo conteúdo selecionado das respostas para integrar os espaços de chamada, título, subtítulo e *lead*, que o interesse jornalístico pela emigração qualificada para o Brasil estava associado à atenção pelo recrudescimento do investimento e empreendedorismo português de pequeno e médio porte nesse país. Foi, porém, em duas notícias do caderno de *Economia* do *Expresso* que essa associação emergiu no discurso em tom de verdadeira exortação.

- “Rio de oportunidades” (*Expresso*, 8/6/13, p. E16-E17)

Sob o chapéu “Caminho da Internacionalização” – referente a uma iniciativa do semanário e da Caixa Geral de Depósitos para estimular o investimento português no Brasil, México, Angola e Moçambique a partir de reportagens e eventos promovidos por ambos –, esta notícia tem como subtítulo, “O Brasil é um caminho para negócios”; tese que procura justificar no *lead*:

Um mercado com quase 197 milhões de habitantes é sempre apetecível e o apetite ainda é maior quando o seu PIB está em crescimento há vários anos e as importações não param de aumentar. O Brasil reúne num só país todas estas virtudes: um PIB *per capita* de 12 mil dólares mas com um crescimento previsto para este ano de 3%, previsões de aumento das importações de quase 8% em 2013 e mais de 10% para 2014.

Como é possível perceber ao analisar o título, subtítulo e *lead* da notícia, a sua estrutura temática (no sentido de Pam & Kosicki, 1993) apresenta certas características hipotético-dedutivas, pois no subtítulo é formulada a hipótese de o Brasil ser um caminho para negócios, tendo por base de sustentação as qualidades económicas do país elencadas no primeiro parágrafo. Esta estrutura temática de carácter hipotético explica-se pelo facto de o texto não repousar num evento ou facto, mas procurar convencer o leitor de que o país é um bom local para investir.

Elementos de suporte da hipótese são indicados, também, no antetítulo, a partir de exemplos de “investimentos” portugueses (posteriormente detalhados em duas caixas, “Benfica brinca na areia” e “Doces portugueses no Complexo do Alemão”, incluídas na reportagem):

O Brasil tem mais do que boas praias e samba para atrair os portugueses. Cada vez mais empresas tentam a sorte num país em franco crescimento. Foi o que fizeram no Rio de Janeiro as pessoas que levaram os doces convencionais para a favela e o Benfica para Ipanema.

Porém, o exemplo de investimento destacado em “Benfica brinca na areia”, referente à ação de dois jovens emigrantes que resolveram trazer bandeiras da equipa de futebol para uma barraca de praia em Ipanema, no Rio de Janeiro, soa forçado, pois, já para além da metade do texto da caixa, o jornalista Hugo Gonçalves escreve: “Diogo e João não são sócios de Chico [proprietário], mas compraram as bandeiras, as novas lonas da barraca, trouxeram clientes e contribuíram para o menu.”... Se para caracterizar estas ações como um “investimento”, no sentido económico do termo, o jornalista tem de se valer de um contorcionismo interpretativo, já para expor o carácter qualificado dos dois emigrantes, o texto é bem explícito:

Por sua vez, Diogo também dirige as padarias da família, e ainda que um português padeiro seja aqui um lugar comum, nenhum deles encaixa na imagem datada, e agora em mudança, que os brasileiros têm dos portugueses. Com pouco mais de 30 anos e MBA no currículo, Diogo e João estão entre os estrangeiros que procuram as oportunidades que surgem com as mudanças na cidade.

O apelo às similaridades culturais entre Portugal e Brasil é evidenciada pela imagem de Carmen Miranda que ilustra a reportagem e, conforme sugere a sua legenda – “O que é que esta luso-carioca tem” –, que emerge no discurso como a objetificação (no sentido proposto pela teoria das representações sociais) da comunidade luso-brasileira. Trata-se, afinal, da figura que encarnou um dos maiores símbolos da brasilidade, mas nascida em Portugal...

A suposta proximidade entre ambos os países emerge, ainda, na reportagem enquanto estranheza pelo facto das relações comerciais entre Portugal e Brasil não serem muito acentuadas:

Porém, apesar de serem países irmãos, as relações comerciais entre Portugal e Brasil podem ainda ser mais profícuas quando os empresários portugueses acordarem para a internacionalização em força.

Por fim, numa coluna à direita da segunda página – “Do morro do Castelo à Cidade Maravilhosa” – as similaridades são realçadas a partir da narrativa sobre a história da formação da cidade do Rio de Janeiro, encontrada por um navegador português, Gaspar de Lemos, e onde atualmente no seu centro histórico “[...] se respira ainda o ambiente colonial e imperial.”.

Uma semana após a publicação deste trabalho, o mesmo caderno de economia do *Expresso* continuou a destacar o investimento português no Brasil ao noticiar um evento promovido no Rio de Janeiro pela iniciativa “Caminho da Internacionalização”.

- “Destino prioritário para os portugueses” (*Expresso*, 15/6/13, p. E24-E25)

Neste texto noticia-se a sessão informativa promovida pelo semanário e pela Caixa Geral de Depósitos para estimular o investimento português na cidade. Porém, como se nota pelo título, o que se caracterizou como um evento de promoção do investimento foi apresentado no discurso como algo já dado e também como um imperativo, justificado pelo seguinte subtítulo:

Rio de Janeiro

É responsável por 80% da extração do petróleo e terá, até 2016, investimentos de 1,9 mil milhões de reais em vários sectores. Portugal oferece bons gestores e a porta de entrada na Europa.

O apelo neste texto à proximidade cultural com o Brasil fica por conta da descrição, logo no início, do local onde ocorrera o evento: o Palácio de São Clemente, erguido pela comunidade portuguesa em 1961 e que, naquela época, servia de sede para o consulado. As páginas seguintes (E26-E27), compostas por várias pequenas reportagens e caixas acerca do investimento recente e da histórica presença portuguesa no Rio de Janeiro, dão continuidade à linha narrativa. São estes os títulos das caixas: “Mónica levantou Poeira na rua mais luxuosa na cidade”, “Unicer e Porto Bay na onda da Copa e dos Jogos”, “Biblioteca maravilhosa” e “Brasil vai ser ‘maná’ de investigação para engenharia nacional”.

Sobre a primeira e mais extensa destas unidades textuais, “Mónica levantou Poeira [...]”, assinala-se a estratégia de, implicitamente, contrapor esta nova geração de emigrantes empreendedores à tradicional vaga portuguesa para o Brasil, composta sobretudo por padeiros:

A Poeira, fundada por Mónica [...] podia representar o Leblon mais recente, mais internacional e requintado, mas também o Leblon mais

antigo, porque a proprietária – tal como os donos das padarias e dos botecos do bairro – é portuguesa, e porque recebe quem ali entra com informalidade carioca e educação lusitana.

Destacamos também a caixa “Biblioteca maravilhosa”, que procura assinalar a história do edifício fundado em 1887 por um grupo de emigrantes portugueses, “[...] preocupados com o nível de instrução dos conterrâneos”. O tema sugere o interesse de relacionar essa vaga mais ilustrada de emigrantes que tinham chegado ao Brasil para trabalhar no comércio (antes de se iniciar, em finais do séc. XIX, um fluxo mais empobrecido) com a mais recente vaga de emigrantes de perfil empreendedor e com um elevado *background* educacional. Ao mesmo tempo que estabelece esta associação, o texto contrapõe também, implicitamente, os atuais emigrantes àqueles de origem mais humilde, que até meados do séc. XX tinham moldado o imaginário brasileiro acerca dos portugueses.

- ““O dinheiro rege o mundo e o dinheiro está aqui”” (*Público*, 17/3/14, p. 12-13).

Relativamente ao diário, este texto em particular caracteriza a conjugação estabelecida pelos jornais entre emigração para o Brasil e investimentos de médio porte realizados pelos novos residentes. Primeiramente, convém referir que, neste ano de 2014, o *Público*, num registo bastante sugestivo de interesse da comunicação social portuguesa pelo Brasil no contexto da crise, criou uma série especial intitulada “Ano grande do Brasil”, da qual a reportagem em questão faz parte.

Ao juntar para uma conversa seis portugueses, quase todos recém-chegados ao Brasil, a reportagem revela que o interesse desta nova emigração não repousaria apenas na vontade de se inserir no mercado de trabalho brasileiro, mas também de se estabelecer comercialmente, como referido pelas personagens Rui, dono de um gabinete de advocacia, e Nuno, emigrado em 2009 e dono de uma construtora. No entanto, como também observado no texto “No topo do morro”, nota-se a presença de uma certa mentalidade imperial neste trabalho, sobretudo através das falas dos entrevistados.

Por exemplo, ao comentar a situação em Portugal da empresa que o transferira anos antes para a filial do Brasil, o entrevistado Jorge afirma: ““Agora falamos directamente com a matriz na Bélgica devido ao volume do facturamento ter superado o de Portugal. O filho tornou-se maior que o pai.””. Esta última frase faz referência ao facto de, apesar de a empresa ter origem na Bélgica, a filial do Brasil se encontrar, antes, subordinada à filial de Portugal, no entanto, conjecturamos que Jorge, provavelmente de forma

inconsciente, também se referia de modo indireto à situação atual de Portugal (antiga metrópole) e do Brasil (ex-colónia).

Ou seja, em contraposição à retórica hegemónica dos países irmãos, esta frase explicita o que, de facto, conforme Eduardo Lourenço afirma (2015) ao dizer que em Portugal se caracterizam as relações com o Brasil como fraternas por não se ousar denominá-las de filiais, é o imaginário que subjaz acerca do país: de que se trata de uma “criação” portuguesa, no entanto, tornada maior que o pai. A este imaginário, a reportagem acrescenta um outro, o de Portugal como uma “Terra pequena” – algo assinalado num intertítulo e também desta forma por um dos entrevistados:

“Tudo correu mal. A construção não dá mais. Em Portugal, a construção tem no máximo 20 anos mais de sobrevida, depois acaba. Terra pequena não faz homem grande. Não vamos ter ilusões, Portugal é maravilhoso, bom para morar, bom para passear, mas não dá para ganhar dinheiro. É aquela velha história dos portugueses de 500 anos atrás. Eu sempre disse aos meus amigos que o futuro dos portugueses estava em Angola e no Brasil.”

Como se observa neste excerto, ao fazer referência aos portugueses de 500 anos atrás – não por acaso a era dos descobrimentos –, o entrevistado está a relacionar a sua trajetória recente e a dos seus colegas com a mitologia dos “heróis do mar”. Neste sentido, confirma-se a ancoragem entre gerações passadas de emigrantes de sucesso e a representação social dos “heróis do mar” dos Descobrimentos como uma estratégia utilizada pelo Estado português para incentivar os investimentos e empreendimentos no Brasil durante a primeira fase do “retorno das caravelas” (Feldman-Bianco, 2001)⁵⁵.

A caracterização de Portugal como uma “terra pequena”, paradoxalmente, remete a uma propaganda bastante popular durante o período mais acirrado do salazarismo: o slogan “Portugal não é um país pequeno”, acompanhado do respetivo mapa. Concebido por Henrique Galvão para integrar a Exposição Colonial de 1934, esse mapa, que contou também com versões em francês e inglês, tinha um objetivo didático de propaganda ao mostrar a extensão do império português por sobreposição dos mapas das colónias com

⁵⁵ É interessante observar que quando se trata da emigração de portugueses para uma ex-colónia como o Brasil, e não para os países ricos do Norte da Europa (como França e Alemanha, outros dos destinos tradicionais da emigração portuguesa), a representação da experiência reveste-se de contornos heroicos calcados num imaginário de cariz imperial, quase como se o ímpeto emigratório não tivesse nascido de uma necessidade económica, mas de uma vontade inata de “desbravar territórios”...

um mapa da Europa, em que se destacavam os enormes territórios de Moçambique e Angola⁵⁶.

Apesar de sugerir o contrário do famoso slogan, a caracterização apresentada pelo entrevistado não deixa, indiretamente, de fazer referência à propaganda salazarista, pois alude, sub-repticiamente, à centralidade do antigo espaço imperial face à atual realidade portuguesa, com as antigas colónias agora aparecendo como boia de salvação para um Portugal deprimido e em crise. Ou seja, quase vinte anos após a primeira fase do “retorno das caravelas” e a conciliação entre os projetos atlântico e europeu⁵⁷, o país, mais uma vez e de forma ainda mais intensa, dado o contexto de crise generalizada na Europa, voltava a sua atenção para o antigo espaço imperial.

A reportagem em apreço, apesar desta cumplicidade ideológica com a retórica imperial, não deixa de apresentar, também, um cariz pragmático, referindo as vantagens, sobretudo económicas, de os portugueses se estabelecerem no Brasil na conjuntura de então. Tal cariz é expresso pelo posicionamento do personagem Rui, já há 15 anos no Brasil, que no texto se apresenta como contrabalanço ao discurso de perfil colonial dos seus colegas. Por exemplo, em contraposição à fala de Nuno de que havia emigrado com coragem e amor, diz:

“Ia abrir o seu negócio em Portugal ou aqui? O Nuno em Portugal não tinha futuro. A questão do amor você vê no cinema e dura uma hora e meia. Se você não procurar o seu espaço profissional de uma forma séria e competente, você não vai conseguir alimentar o seu amor. É uma questão objectiva e pragmática e económica.”

No final, a conversa conduzida pela jornalista Simone Duarte encaminha-se para a questão do preconceito e discriminação. Todos os entrevistados afirmam não se sentirem vítimas de preconceito no Brasil, porém Jorge estabelece a comparação com outros destinos tradicionais da emigração portuguesa, referindo que enquanto na Alemanha os portugueses eram tratados como lixo, no Brasil eram respeitados em todo o lado. E sobre a existência, ou não, de discriminação em relação aos portugueses, o diálogo parece encaminhar-se naturalmente para a questão do preconceito sofrido pelos imigrantes brasileiros em Portugal:

⁵⁶ Informações disponíveis em: <http://malomil.blogspot.com.br/2015/02/portugal-nao-e-um-pais-pequeno.html>

⁵⁷ Mais aparente que real, pois tal conciliação também expôs os limites de uma política de favorecimento dos imigrantes lusófonos (Santos, 2006).

Quanto ao contrário, já têm mais dúvidas. Açam que em Portugal há mais preconceitos em relação aos brasileiros. Mas que a situação está a mudar e muito pela força do dinheiro. “Quando um brasileiro entra numa loja, em Portugal, gasta cinco mil euros e diz que volta no dia seguinte para comprar mais. Um vendedor já não o trata mal como antigamente. O dinheiro rege o mundo e agora o dinheiro está aqui, vai daqui para lá”, conclui Jorge.

Por fim, assinalamos como algo notório desta reportagem a afirmação (a partir da fala de um dos entrevistados) de que, em contraposição à narrativa jornalística padrão sobre a emigração portuguesa “qualificada” para o Brasil, este recente fluxo é também constituído por pessoas com níveis educacionais mais baixos:

“[...] Basta ver o aeroporto de Viracopos [Aeroporto de Campinas], é comum ter de 10 a 12 pessoas barradas quando tentam entrar para trabalhar na construção civil. O Brasil não aceita mão-de-obra não qualificada.”

De acordo com dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (in Madeira et al., 2016), os fluxos mais recentes de emigração de Portugal para o Brasil registaram uma proporção significativa (mais de 50%) de diplomados com ensino superior. Todavia, nos anos de 2012 e 2013 houve já um declínio desse valor: nesse último ano, cerca dos 50% de emigrantes tinha apenas o ensino secundário ou o técnico profissional completo. Além destas informações oficiais, os autores advertem que a generalização do trabalho informal no Brasil pode contribuir para a ocultação da real dimensão do número de emigrantes portugueses menos qualificados.

Fim do breve novo “retorno das caravelas”

Se a primeira fase do “retorno das caravelas” durou poucos anos e, logo por meados da primeira década do séc. XXI, já se encontram trabalhos jornalísticos que referem os problemas enfrentados por empresas portuguesas no Brasil, esta segunda fase foi ainda mais breve. A economia brasileira já dava sinais de arrefecimento em 2014, ao mesmo tempo que a corrida presidencial desse ano se evidenciou bastante turbulenta, inaugurando um período de instabilidade política no país que culminaria no *impeachment* da presidente reeleita, Dilma Rousseff. Apesar de 2014 ser “O ano grande do Brasil” para o *Público*, na véspera da primeira volta presidencial, o diário apresentou a reportagem “Portugueses no Brasil ‘à espera para ver o que acontece’” (5/10/14), na qual são elencadas as dificuldades vivenciadas pela emigração qualificada e empreendedora – já num registo diferente da anterior retórica jornalística sobre a emigração recente para o Brasil e as vantagens económicas oferecidas pelo país.

Não é tarefa simples mudar-se para o Brasil com um diploma ou uma ideia de negócio na mão. Ana Paula Costa, por exemplo, que vive há nove anos no país, conta que foi “muito complicado” obter visto como investidora. “Demorou muito tempo, nem os advogados brasileiros sabiam muito bem como conduzir o processo”, conta a empresária de 53 anos, que já teve uma pousada em Maceió e hoje vive em Florianópolis.

O *Expresso*, após promover o investimento português no Brasil, Angola, Moçambique e México a partir da iniciativa “Caminho da Internacionalização” durante o ano de 2013, logo em 2015 já assinala na capa do caderno de *Economia*: “Como a crise nos países lusófonos nos está a afetar” (31/10). A imagem que ilustra a chamada corresponde à contraposição de um Cristo Redentor ensolarado e uma Torre de Belém sob tempestade no ano de 2011, e o inverso no corrente ano, o que denota a centralidade do Brasil dentre os mercados lusófonos.

Na reportagem “A minha crise é a língua portuguesa” (31/10/15, p. E16-E17), o antetítulo sintetiza assim o contexto de crise: “Mercados da lusofonia perdem encanto. Aterragem violenta das economias angolana e brasileira, aliada à estagnação moçambicana, assusta e desespera empresários”. A situação brasileira é destrinchada numa caixa associada à reportagem, “Brasil corta nas obras públicas e atrasa pagamento”, em que se assinala o facto de, em 2015, se observar o valor mais baixo de investimento português no país desde 2010.

Os trabalhos jornalísticos de 2013, inseridos no âmbito da iniciativa “Caminho da Internacionalização”, mais do que apenas representar o aumento do investimento português no Brasil – que ocorria, de facto, mas não num volume tão expressivo como a cobertura e o discurso jornalístico fizeram crer (Madeira et al., 2016) –, procuraram estimulá-lo, em textos que recorriam com frequência a uma estrutura temática de tipo hipotético-dedutivo. Já esta reportagem de 2015 abandona o tom de exortação e limita-se a descrever o cenário económico problemático de países antes representados como “o caminho” para Portugal. Num destaque lê-se:

NUVENS NEGRAS As três economias lusófonas foram vistas nos últimos anos como destinos de eleição do investimento e das exportações portuguesas, levando muita gente a ir para estes países para fugir à crise que assolou Portugal. Agora que o ambiente começava a desanuviar por terras lusitanas, as nuvens negras instalaram-se em força nestes países

Como se nota, o sujeito pressuposto da frase poderia muito bem ser representado pelo próprio periódico: quem viu as “três economias lusófonas... como destinos de eleição”.

Considerações finais

Neste subcapítulo, o nosso interesse pela análise dos materiais jornalísticos acerca da emigração portuguesa para o Brasil deveu-se não apenas ao facto de este ter sido um tema bastante presente nas edições do *Público* e do *Expresso* entre os anos de 2010 e 2015, mas também por este fluxo migratório ter sido muito intenso durante quase meio século, o que proporcionou uma vasta gama de imagens que ainda hoje permeiam a representação não só deste fenómeno da emigração para a ex-colónia, mas também sobre o Brasil e os brasileiros.

Neste sentido, o acesso aos dados coligidos por João Peixoto et al. (2016) foi de suma importância para análise, pois permitiu-nos concluir que, de facto, as representações sociais desenvolvidas aquando do período de prestígio social (e também de sátira, sobretudo literária) dos brasileiros torna-viagem ainda hoje orientam não só a estruturação do discurso acerca do fenómeno da emigração para o Brasil, mas também os critérios de noticiabilidade mobilizados por esta cobertura. Pois a movimentação para o Brasil, no âmbito da recente vaga emigratória portuguesa, esteve muito aquém daquela que se dirigiu, por exemplo, a França ou ao Reino Unido, tendo merecido, no entanto, um amplo destaque dos jornais.

Foi também notória em todos os trabalhos jornalísticos analisados a ênfase da qualificação apresentada pelos novos emigrantes. Relativamente a este segundo ponto, identificamos a consonância do discurso com a orientação política assumida pelo Estado português após o fim do império, em que os emigrantes deixaram de ser tratados como cidadãos de segunda ou terceira classe, como tinha acontecido no período do Estado Novo, passando a ser reconhecidos (os emigrantes e os seus descendentes, a quem foi facilitada a aquisição da cidadania portuguesa com a alteração do *jus soli* para o *jus sanguini*, em 1981) como representantes da cultura portuguesa no mundo.

Ao procurar afirmar-se como uma nação pós-colonial e também atenta a virtuais vantagens económicas e diplomáticas dessa situação, Portugal ao longo da década de 1980 e até início do séc. XXI redefiniu não apenas as suas relações com os emigrantes (e o *status* destes), mas também com as antigas colónias, procurando realçar por meio de

discursos e eventos de diversos tipos (exposições, simpósios, conferências e afins – mais comuns nas datas de celebração oficial dos descobrimentos), as semelhanças culturais entre os países do espaço lusófono e a ideia de “território de língua portuguesa”. Os emigrantes, reconhecidos como “gerações de emigrantes de sucesso” (de que os brasileiros torna-viagem são exemplo), tiveram a sua imagem reabilitada, passando a ser associados a representações sociais glorificadoras, como a de “heróis do mar”.

Como vimos, especificamente nas peças sobre o movimento por nós denominado “novo retorno das caravelas”, esta associação foi bastante realçada por um discurso que, mais do que expressar o interesse recente de investidores e empreendedores portugueses pelo Brasil, exortava os leitores (sobretudo os textos do *Expresso*) a verem o país como uma alternativa para os negócios: a descrição de casos de sucesso, em que os emigrantes surgiam no texto como heroicos desbravadores do país, era então uma estratégia discursiva bastante comum.

Algo que também perpassa na generalidade dos textos, e que inclusive se identifica numa reportagem já de 2004 (“Porto Seguro”), é a contraposição da narrativa da recente emigração qualificada com o estereótipo, comum no Brasil, do português burro (suscitado pela origem simples dos emigrantes portugueses que foram em massa para o Brasil entre finais do séc. XIX e meados do séc. XX, transformando então a sua comunidade na maior diáspora portuguesa no mundo).

Considerando a trajetória deste tópico durante os dois períodos de análise, a sua presença nos jornais e as suas distintas formas de enquadramento, verificamos que as representações sociais mais antigas, como a de Brasil terra preta de oportunidades e pronta a ser explorada pelo inato espírito desbravador do português⁵⁸, permeavam não apenas o tratamento jornalístico dado à questão e aos seus diversos aspetos, mas também os valores-notícia mobilizados para realizar a sua cobertura.

Interessou-nos de modo especial esta cobertura por, ao analisar as notícias sobre um tema análogo – a imigração brasileira em Portugal –, termos observado não haver o destaque que aqui identificamos quanto às semelhanças culturais entre Portugal e Brasil, nem a mesma ênfase na retórica dos países ou povos “irmãos” – principalmente quando

⁵⁸ Representações com origem em diferentes momentos da histórica relação entre os dois países – desde o achamento do Brasil por Portugal, passando pela colonização, a proeminência dos brasileiros torna-viagem, a emigração em massa para o Brasil a partir de finais do séc. XIX, a adoção oficial do luso-tropicalismo ou a retórica oficial dos “países irmãos”...

o imigrante ou a vaga imigratória se apresentam como menos qualificados. Identificamos pelo contrário, na representação destes imigrantes brasileiros, sobretudo, a sua diferenciação em relação à identidade cultural portuguesa, a partir do recurso frequente a estratégias discursivas de estereotipização.

Os imigrantes brasileiros: entre representações positivas e negativas

O fenómeno imigratório

Em 2000, Portugal já apresentava um elevado número de estrangeiros a residir no país⁵⁹, todavia se as referências em ambos os jornais à questão imigratória são bastantes, as relacionadas com a imigração brasileira são raras (facto mais evidente no *Expresso* do que no *Público*). Isto leva-nos a concluir que então (finais do séc. XX) a imigração brasileira não era ainda percebida como um fenómeno significativo no contexto mais geral da imigração no país.

No *Expresso* houve oito peças relacionadas com o fenómeno imigratório e no *Público* catorze, no entanto, neste jornal, para além de uma atenção maior ao tema, também se identifica um enfoque na imigração brasileira, com uma capa da *Pública* (revista do jornal⁶⁰) dedicada aos denominados ilegais brasileiros em Portugal. Neste sentido, antes de nos debruçarmos sobre a imigração brasileira em Portugal, discorreremos brevemente sobre o fenómeno imigratório geral no país, de modo a compreender melhor o fluxo de brasileiros: como este se insere no movimento mais geral de imigração em Portugal, como o Estado português lida com as diferentes populações estrangeiras no seu território e, ainda, quais os estereótipos e representações sociais mobilizados sobre estes migrantes.

Conforme explanado anteriormente, até à década de 1960, Portugal caracterizou-se como um país de índole predominantemente emigratória, mas a partir do início dos anos 1980 presenciou um aumento exponencial do número de estrangeiros residentes, com destaque para as comunidades dos Palop e do Brasil. Se em 1980 havia pouco mais de 50 mil imigrantes residentes, em 2000 este valor já era de mais de 200 mil⁶¹.

Este *boom* de fluxos imigratórios a partir dos anos 1980 foi impulsionado pela independência das colónias portuguesas em África durante a década de 1970, pela crise económica que assolou o Brasil a partir de 1980 e pela desintegração política dos países

⁵⁹ Segundo relatório do SEF, em 2000 Portugal possuía 208.198 imigrantes com residência legal, número que indica um crescimento de 8,89% face o ano anterior. Informações disponíveis em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2000.pdf>

⁶⁰ A revista do *Público* é uma publicação semanal, à parte do jornal, que teve diversos nomes ao longo dos anos – *Pública*, 2, *Xis*... Na análise deste jornal decidimos tratar todos os exemplares da sua revista de forma a equilibrar com a análise do *Expresso*, que todas as semanas vem também acompanhado de uma revista.

⁶¹ Esta informação consta nos relatórios anuais do SEF, no entanto os números referem-se apenas aos imigrantes em situação regular.

que compunham o bloco de Leste nos anos 1990. Ainda assim, a emigração manteve vitalidade ao longo dos anos 1990, tendo apenas alterado algumas das suas modalidades e rotas tradicionais (Peixoto et al., 2016).

A concomitância verificada em Portugal entre movimentos emigratórios e imigratórios em finais do séc. XX explica-se por uma lógica de dependência estrutural (Santos, 2006), em que uma específica corrente migratória chega em substituição da mão-de-obra local que, entretanto, emigrou para outro espaço, a exemplo dos cabo-verdianos que, já em meados dos anos 1960, chegaram ao país para trabalhar em obras públicas no lugar dos portugueses que tinham emigrado para França. Esta concomitância pode também ser entendida como um efeito da posição semiperiférica do país (Lopes, 1999), pois Portugal não atua como um mero emissor e recetor de fluxos migratórios, mas também como uma placa giratória de rotas migratórias internacionais. Naquele período, o país recebia tanto trabalhadores altamente qualificados de países ocidentais, quanto mão-de-obra não qualificada, oriunda sobretudo dos Países do Leste (que muitas vezes via Portugal como primeira etapa de um projeto migratório, que tinha por objetivo último os países mais desenvolvidos do continente).

Não obstante esta situação ambivalente, em finais do século XX Portugal já possuía uma estabelecida e considerável população estrangeira, com destaque para os imigrantes de origem africana, que em 1998 eram mais de 80 mil e cujo *boom* se tinha iniciado a partir de 1977, e os brasileiros. Estes apresentam uma evolução gradual ao longo das últimas décadas do século passado, sendo em 1998 já quase 20 mil (Lopes, 1999, p. 95). É com base neste quadro que iremos analisar três trabalhos jornalísticos publicados em ambos os jornais, que se debruçam sobre o processo de regularização de imigrantes não documentados (concessão de autorizações de permanência a quem apresentasse contratos de trabalho). Este processo insere-se no contexto, identificável entre os anos de 1998 e 2005, de intervenção do Estado português para condicionar a entrada de imigrantes às necessidades de mão-de-obra do país (Costa, 2006).

- “Trabalho dá legalização” (*Público*, 7/6/00, p. 22)

O diário escreve sobre este novo processo—naquele momento ainda em discussão no Governo—em notícia sob o chapéu “Sociedade” e que ocupa 2/3 de página. Com o título “Trabalho dá legalização” e o antetítulo “Se tiverem emprego, estrangeiros sem papéis podem ficar legalmente cinco anos”, o *Público* constrói de forma implícita, pela utilização

de palavras derivadas do adjetivo “legal”, uma associação entre imigrantes não regularizados e a ideia de contravenção. Estamos em presença do conceito semântico de “implicação” (van Dijk, 2002a): a utilização da palavra “legal” serve para sugerir pressuposições, que os leitores inferem a partir do seu *background* social e cultural. Se o adjetivo diz respeito a algo que está em consonância com a lei, o seu derivado “ilegal”, consequentemente, indica o oposto. Se o não cumprimento de leis, como normalmente se pressupõe, configura contravenção, aqueles apelidados de “ilegais” só podem ser considerados infratores, mesmo isto não sendo explicitamente afirmado.

Constatamos, também, que o termo “ilegal” e os seus derivados só são utilizados em relação aos imigrantes e à sua situação; quando o texto se refere às multas em que incorrem as empresas que empregam estrangeiros sem autorização de residência, são outros os termos utilizados:

Está igualmente previsto um apertar da malha sobre quem empregue estrangeiros sem autorização de residência, autorização de permanência ou visto de trabalho [...] O incumprimento das leis de trabalho, fiscal e de segurança social será considerado “infracção muito grave” punível pelas sanções previstas na legislação laboral.

A notícia destaca ainda que a figura de “autorização de permanência” concedida pelo novo processo constituiria uma permanência autorizada, porém a prazo, pois tal autorização, dependente da apresentação de um contrato de trabalho e renovável ano a ano, apenas seria prorrogável até um máximo de cinco anos. Na sequência de parágrafos anteriores explicativos da preferência do Estado pela “autorização de permanência” em vez da tradicional “autorização de residência”, como resposta à situação de milhares de imigrantes não regularizados e também como atenuação do “efeito íman” que os clássicos processos de legalização geralmente provocavam, a ênfase dada no texto ao carácter provisório desta regularização sugere uma percepção por parte do repórter João Manuel Rocha de que o objetivo da medida em preparação seria, sobretudo, conter o fluxo de imigrantes, já sentido como intenso naquele momento.

Esta avaliação – perceptível no intertítulo “Contrariar efeito de íman” – terá mais a ver com a interpretação do jornalista do que com algo explicitamente assumido por membros do Governo, pois em nenhum momento é citada qualquer fonte ou sequer referido o texto da proposta (ainda em discussão nos seus pormenores finais, conforme se afirma no primeiro parágrafo). A falta de informações fiáveis que expliquem as razões deste novo processo é evidente em trechos como o seguinte:

A preferência pela concessão de “autorizações de permanência” **parece** ter a ver com a vontade de responder a situação dos milhares de trabalhadores que afluíram ilegalmente ao país desde 1996. Ao mesmo tempo **transparece** o desejo de atenuar o efeito de ímã que sempre surge associado aos processos clássicos de legalização [...] (grifos nossos).

A notícia prossegue com a explicação sobre a “autorização de permanência” funcionar como uma espécie de contentor de imigrantes, ao dizer que esta figura “[...] surge assim como um instrumento que as autoridades portuguesas consideram poder funcionar como dissuasor do afluxo de novos imigrantes”. Como se observa neste trecho, a fonte “autoridades portuguesas”, além de ser referenciada por meio de uma citação indireta, não se mostra muito precisa sobre quem, afinal, vê o novo processo desta forma.

Sinteticamente, portanto, pode-se afirmar que a nível macro da reportagem, as estruturas esquemáticas e temáticas se organizam da seguinte forma: as duas proposições que compõem o título e o antetítulo indicam que é o emprego que dará a legalização aos imigrantes e que é apenas com este que poderão regularizar a sua situação. O *lead* (que a par do título e antetítulo constitui o “resumo” da notícia, segundo van Dijk 2002a) explica de forma sintetizada essa subordinação da nova lei à necessidade de um trabalho por parte do imigrante. Já o “pano de fundo” do texto contextualiza a génese do novo processo de regularização, indicando os seus objetivos, com maior destaque (já enunciado no intertítulo: “Contrariar efeito ímã”) para o que relaciona a concessão de autorizações de permanência e a intenção do Governo dissuadir novos afluxos de imigrantes.

- “Escravidão, dizem eles” (*Público*, 7/6/00, p. 22)

A crítica à concessão de autorizações de permanência não tem lugar na peça antes analisada, porém, surge numa outra logo abaixo, na mesma página, com o título “Escravidão, dizem eles” e o antetítulo “Associações anti-racismo contra autorizações de permanência”. Estes dois elementos textuais indicam, pois, que as críticas provêm apenas de associações antirracismo e, ao longo do texto, todos os supostos aspetos negativos do novo processo são discriminados por uma única fonte de uma das associações citadas, a Olho Vivo. Pode ler-se este trecho:

“As pessoas que venham a ter estas autorizações de permanência não se vão poder matricular numa Universidade, nem inscrever-se numa ordem profissional, nem ter direito ao crédito bancário, assim como não vão poder recorrer ao reagrupamento familiar”, afirmou ontem ao PÚBLICO Timóteo Macedo, explicando que em qualquer destes casos é exigida uma autorização de residência.

Quem lê os dois textos dificilmente consegue posicionar-se sobre o novo processo, pois as falas do representante associativo não são contrapostas com nenhuma de algum representante do Governo, por exemplo. Ante a falta de um texto final, como frisado pela primeira notícia, o leitor pode ser induzido pela falta de informações a questionar se a nova concessão, de facto, suprime direitos já então tidos como adquiridos por imigrantes regularizados. O que as duas peças em articulação demonstram é que, se há razões para o Governo defender a figura de “autorização de permanência”, de um lado, e motivos para as associações antirracismo a criticarem, de outro, estas duas visões não são submetidas pelos jornalistas – Leonete Botelho assina o segundo texto – a escrutínio, pois nenhum representante político ou especialista em questões migratórias foi ouvido.

A prática discursiva presente nas duas reportagens sugere a necessidade de uma reelaboração de diferentes fontes de textos (padrão habitual do discurso jornalístico, cf. Fairclough, 2001), que no caso em questão poderiam ser, por exemplo, o texto oficial do projeto de nova lei ou alguma declaração oficial (ou de especialistas) sobre o mesmo. No entanto, a leitura das notícias confirma que não foi realmente este o padrão seguido. Em relação ao primeiro texto, há um *mix* entre o discurso de tom mais oficial (mais comum no universo político) e outro mais coloquial (identificável logo no título, “Trabalho dá legalização”), tornando difícil a perceção sobre o que, nos textos, representa o posicionamento dos responsáveis pela nova lei e o que configura a interpretação do jornalista sobre o assunto.

- “Portugal abre vagas para cidadãos a prazo” (*Expresso*, 17/6/00, p. 6 e 7)

A notícia do semanário apresenta, em contraposição à do diário, um tom mais crítico, identificável no seu título, pois, sem ser explícito, encaminha os leitores a questionarem um processo de regularização em que o princípio de universalidade relacionado com a ideia de “cidadania”, tido como indiscutível nas sociedades ocidentais, é posto em xeque. O tom crítico prossegue no subtítulo, onde se expõe o principal objetivo das autorizações de permanência: “Com os novos vistos de trabalho abre-se uma esperança para os imigrantes ilegais. Mas esta é uma medida do Governo mais virada para satisfazer as necessidades de mão-de-obra na construção civil”. A jornalista Catarina Carvalho também recorre a pressuposições sem base em citações, que revelam uma empatia com a situação dos imigrantes, pois, logo após relatar a corrida ao SEF com o anúncio do novo processo de regularização, afirma: “[...] as filas começam na véspera da abertura dos

‘guichets’, mas não há espera que pareça insuportável para quem nunca teve a oportunidade de regularizar a sua situação”.

Talvez por ser um texto publicado dias após a reportagem do *Público*, a jornalista já apresente mais dados para fundamentar afirmações como a de que a nova lei viria, sobretudo, suprir carências de mão-de-obra no mercado de trabalho português. Para isso, cita um estudo da Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas que referia serem necessários, em 2004, mais 55 mil trabalhadores do que os então existentes, além de relacionar esta informação com os prazos estabelecidos para a realização de importantes obras sob tutela do Estado, como os estádios do Campeonato Europeu de Futebol de 2004 e o metro do Porto.

Em comparação com o texto do *Público*, este não é explícito a afirmar que com a nova lei, quem fosse identificado com trabalhadores em situação irregular seria multado. Todavia, ao leitor é apresentada de forma mais clara a diferença em relação à lei anterior, ao explicar que as grandes empresas de obras públicas não tinham o hábito de contratar diretamente os trabalhadores, recorrendo antes a serviços oferecidos por subempreiteiros, e que, neste contexto e segundo a interpretação da legislação anterior, não tinham qualquer responsabilidade para com os imigrantes não regularizados encontrados nas suas obras.

A reportagem, também mais ampla do que a do *Público*, com dois intertítulos – “Lisboa atribui mais vistos de trabalho” e “O que fazer com quem decidir ficar?” – , contrapõe a justificativa dada por elementos do Governo para a atribuição das concessões temporárias com citações de um especialista em migrações e membros de associações antirracismo. À explicação dada por um elemento não identificado, “São novos imigrantes que pretendem apenas trabalhar e regressar aos seus países de origem”, a reportagem contrapõe o ceticismo do sociólogo das migrações, Rui Pena Pires, destacando esta sua observação:

“Qual vai ser a nossa atitude quando estes imigrantes decidirem ficar, depois dos cinco anos que lhes permite a lei? Não vamos mandá-los embora, porque somos um Estado democrático”.

O texto prossegue dando destaque, em negrito, à fala de Rui Pires, que reforça o questionamento sobre cidadania espelhado no título da peça, ao argumentar que a concessão de uma permanência provisória não era a melhor solução para a urgência sentida então na Europa, de equilibrar a sua economia com a vinda de imigrantes:

“As experiências de trabalhadores convidados não funcionaram, por exemplo, na Europa pós-guerra. Achamos que estamos a receber trabalhadores mas vêm pessoas. E essas pessoas não se sentem cidadãos de pleno direito e, portanto, também não se vêm na obrigação de cumprir os seus deveres. O que é fundamental para Portugal é tentar tornar estes imigrantes cidadãos portugueses, a pagar impostos e a produzir no país”.

Diferente da peça do *Público*, a macroestrutura desta notícia apresenta-se da seguinte forma: na categoria de “resumo”, as proposições formadas pelo título, subtítulo e *lead* indicam que (1) o novo processo de regularização permite aos imigrantes saírem da sua situação de ilegalidade, mas (2) este não era o principal objetivo, e sim satisfazer as necessidades de mão-de-obra de Portugal. O texto prossegue, na categoria “pano de fundo”, contextualizando as razões dessa necessidade ao apresentar declarações de representantes associativos e dados do setor da construção civil, para, na categoria “comentários”, questionar, a partir da contraposição de declarações de representantes do Governo e de especialistas e membros de associações, as consequências presumíveis de uma figura como a de “autorização de permanência”.

Ou seja, enquanto que para o *Público*, a principal razão de ser dessa nova lei seria a de conter o grande fluxo de imigrantes em Portugal, para o *Expresso* o objetivo corresponderia a uma necessidade de crescimento da economia portuguesa, quando um grande evento estava próximo de acontecer no país: o campeonato europeu de futebol de 2004.

A imigração brasileira

No contexto migratório português, a imigração brasileira coloca-se lado a lado às migrações de outros ex-sujeitos coloniais e, como explica Igor Machado (2006a), deve ser compreendida à luz da experiência colonial que dá sentido ao fluxo. Portanto, não é possível afirmar que a intensificação da imigração brasileira em finais do séc. XX se apresentava como um fenómeno inteiramente novo, pois, como já foi dito, o intenso fluxo de portugueses para o Brasil desde finais do séc. XIX e até meados dos anos 1950, resultando em famílias divididas pelo Atlântico, sempre proporcionou movimentações constantes entre os dois lados do oceano. Isto sem falar nos brasileiros “torna-viagens” que, a despeito de serem emigrantes portugueses retornados do Brasil, em meados do séc. XIX estimularam o imaginário de que os brasileiros desde sempre têm chegado ao país.

Apesar do crescimento acentuado da imigração brasileira a partir de meados dos anos 1980 (e até à primeira década do séc. XXI, conforme os relatórios do SEF

referenciam), em 1960 já constituía a segunda maior comunidade estrangeira em Portugal, atrás apenas dos espanhóis, e representava um quinto do total de estrangeiros no país – a sua origem é, pois, muito antiga (Bógus, 2007). Todavia, entre 1960 e 1981 a comunidade diminuiu em termos relativos, principalmente em razão do aumento da imigração proveniente das antigas colónias em África, para apenas voltar a crescer em meados dos anos 1980, apresentando nessa década um crescimento superior ao do conjunto de estrangeiros residentes em Portugal. A partir de então, deu-se uma evolução constante, que se acentuou a partir de 1995 e disparou a partir de 1999.

Tais alterações nos fluxos podem ser relacionadas com os períodos de oscilação na economia brasileira, que alcançou relativa estabilidade nos primeiros anos do Plano Real, mas voltou a apresentar sintomas de fragilidade, a partir do segundo semestre de 1999, como reflexo da crise cambial. O desemprego crescente, a ausência de oportunidades no mercado de trabalho, sobretudo para os jovens, e a possibilidade de inserção em um país considerado como “porta de entrada para a Europa”, impulsionaram a retomada dos movimentos migratórios para as principais cidades portuguesas, ao longo dos últimos anos. (Bógus, 2007, p. 51)

Isto explica, provavelmente, porque no primeiro ano da nossa análise há escassas referências à imigração brasileira no conjunto de textos publicados sobre a temática imigratória. Desde meados da década de 1980 há um crescimento constante da comunidade brasileira, mas o pico deu-se apenas a partir de 1999, o que nos leva a admitir que, no ano seguinte, as estatísticas oficiais talvez não tivessem logo captado o fenómeno e, principalmente, a percepção social da presença brasileira também não fosse muito precisa. Em 2000, segundo relatório do SEF, a comunidade brasileira já era a segunda maior do país, com mais de 22 mil residentes legais: atrás apenas de Cabo Verde e já à frente de Angola e Guiné-Bissau (moçambicanos e são-tomenses constavam também entre as principais comunidades de imigração em Portugal).

A forte presença das comunidades dos Palop terá acabado por atenuar a percepção da presença brasileira. Além disso, lembramos que em finais dos anos 1990 Portugal recebeu grande número de imigrantes provenientes do Leste europeu; e as notícias analisadas dizem respeito ao projeto de concessão de títulos de permanência, o qual era destinado a atender, sobretudo, estes contingentes, tanto assim que o relatório do SEF do ano seguinte já regista a Ucrânia como a nacionalidade mais contemplada por este título, seguida pelo Brasil, mas com a Moldávia e a Roménia logo nas posições seguintes. Ante a massiva presença de imigrantes da África lusófona (desde a década de 1970) e os mais

recentes fluxos provenientes do Leste europeu, compreende-se que a atenção da comunicação social à imigração brasileira não fosse então grande.

A corrente migratória brasileira, apesar de se assemelhar às provenientes dos Palop, por apresentar também como pano de fundo um histórico colonial, tem certas peculiaridades que a posiciona de forma distinta. Quando começou a ser percecionada, a partir da década de 1980, a imigração brasileira assemelhava-se mais à imigração de europeus “do Norte” – considerados sempre como “mais ricos”, como indica Igor Machado (2006a) – do que à imigração pobre africana; ou, pelo menos, ocupava uma posição intermédia entre estas duas, já que os seus sujeitos eram em geral mais qualificados e ocupavam lugares hierárquicos mais elevados no mercado de trabalho português, em comparação aos imigrantes de origem africana.

No início do séc. XXI era já possível identificar duas vagas de imigração brasileira em Portugal, a partir de um conjunto de traços distintivos (Malheiros, 2007). A primeira vaga, chegada entre meados dos anos 1980 e finais dos anos 1990, caracterizava-se por incorporar trabalhadores qualificados e população que não trabalhava; enquanto a segunda vaga, iniciada a partir de 1999, apresentou-se mais numerosa, dispersa pelo território português (apesar de a maioria dos imigrantes se fixar na região de Lisboa), mais jovem, feminina e composta por um maior número de pessoas oriundas das classes médias baixas da sociedade brasileira, que chegava a Portugal para trabalhar sobretudo nos setores de serviços e, também, da construção civil.

Observa-se que este segundo tipo de imigração foi ganhando vitalidade e extensão ao longo dos anos, o que não apenas fez aumentar substancialmente a comunidade brasileira em Portugal, como proporcionou também uma mudança progressiva do perfil do imigrante brasileiro, que passou a ter uma maior semelhança com o imigrante africano, apresentando menores qualificações, expectativas menos promissoras e uma integração mais difícil na sociedade portuguesa (Peixoto e Figueiredo, 2006; Padilla, 2006). Esta alteração gradual fica mais clara ao se observar os dados oficiais coligidos por Jorge Malheiros (2007): se em 1991 o maior número de brasileiros dedicava-se às profissões intelectuais e científicas, em 2001 a maior percentagem já era preenchida por operários, artífices e trabalhadores similares. Paralelamente, de 1986 a 2001, a população brasileira passou de 8,6% para 13,5% do total de estrangeiros em Portugal.

Apesar de haver informações díspares sobre os brasileiros em Portugal, para Lúcia Bógus (2007) é possível afirmar com segurança que o fluxo que se destinou ao país a partir de 1999 se caracterizou por um reforço do perfil jovem, de média ou baixa qualificação, com disponibilidade para se dedicar a serviços mal remunerados. Tal reforço, além de refletir as necessidades então existentes no mercado de trabalho português, evidencia também a dualidade do conjunto dos imigrantes brasileiros, pois se houve profissionais das áreas do marketing, publicidade, informática e afins que se inseriram no mercado português a partir dos anos 1980, correspondendo à instalação de multinacionais e ao processo de modernização da economia nacional; houve também outros trabalhadores, não qualificados e geralmente oriundos de pequenas localidades urbanas do Brasil, que vieram para ocupar postos criados com a expansão das atividades comerciais modernas – muitas delas ligadas ao turismo e à hotelaria – e pela indústria da construção civil.

Tais trabalhadores submetem-se, via de regra, a salários inferiores aos auferidos pelos trabalhadores portugueses, estabelecendo-se, nesse caso, a concorrência no mercado de trabalho com os imigrantes da Europa do Leste, em relação aos quais os brasileiros apresentam vantagens, principalmente no que diz respeito ao domínio do idioma e à proximidade dos costumes. (Bógus, 2007, p. 48)

De uma perspectiva brasileira, entre meados da década de 1980 e início do séc. XXI, cerca de dois milhões de pessoas deixaram o país. Tradicional país de imigração (em situação oposta à de Portugal até meados dos anos 1970), o Brasil inseriu-se no contexto das então novas migrações internacionais sem que o Estado ou a sociedade civil se dessem conta da magnitude do fenómeno. Em relação aos países recetores na Europa, o estabelecimento de brasileiros deu-se em grande parte nas regiões metropolitanas de Roma, Milão e Lisboa, o que reflete as relações culturais e de sangue advindas da “emigração colonizadora”, composta principalmente por italianos e portugueses que se deslocaram em grande número para o Brasil e contribuíram largamente para a formação da identidade cultural dos seus cidadãos.

No entanto, apesar da proximidade cultural entre portugueses e brasileiros, observam-se algumas dificuldades na integração destes imigrantes em Portugal. Segundo Jorge Malheiros (2007), embora os imigrantes brasileiros possuam uma imagem social melhor do que a dos imigrantes de Leste (vistos como bons trabalhadores, mas um tanto frios e distantes) e a dos oriundos dos Países do Leste (vítimas de preconceito racial), existem

evidências de alguma tensão social entre brasileiros e portugueses, mais notória principalmente em relação à mulher brasileira, vista de uma forma estereotipada como “exótica” e “fácil”, numa alusão claramente sexual.

Podemos conjecturar que estas observações refletem, essencialmente, a situação decorrente do início da segunda vaga, a qual, conforme abordado, não apenas proporcionou a ampla expansão da comunidade brasileira (transformando-a em poucos anos na maior de Portugal), como também provocou, progressivamente, uma alteração do seu perfil (de profissional qualificado para jovem de escassas qualificações). Uma condição laboral e, consequentemente, social frágil é capaz de proporcionar mais frequentemente situações de exploração e discriminação, as quais passam a servir de confirmação enviesada para os estereótipos aplicados aos imigrantes brasileiros.

Todavia, Feldman-Bianco (2001) observa que já em meados da década de 1980, ante a concorrência com brasileiros no mercado de trabalho português, antigas representações sociais de caráter discriminatório tinham sido retomadas para caracterizar estes nacionais. Segundo a autora, “vagabundos”, “mulatos” e “hordas de pretos e macaquinhos” eram provocações utilizadas por portugueses para se referirem aos brasileiros no período em que o país declarou a sua independência (entre 1822 e 1825) e durante a Primeira República (1889-1930), e que então foram reapropriadas.

A extensa reportagem que iremos analisar a seguir corresponde à primeira abordagem jornalística sobre o fenómeno da imigração brasileira – considerando o período de análise da investigação e os jornais estudados. Observamos neste esforço em representar os imigrantes a partir das suas origens simples e experiências de discriminação e burlas vividas em Portugal, o interesse de traçar um panorama desta nova vaga migratória que apenas se iniciara no ano anterior, mas já apresentava um perfil de imigrante brasileiro muito distinto do habitual.

- “Brasileiros na clandestinidade” (*Pública*, 21/5/00, p. 24-36)

Com a chamada de capa “Clandestinos – Ilegais brasileiros em Portugal”, o título acima destacado e o seguinte trecho de subtítulo:

No ano de todas as celebrações dos 500 anos do “achamento” do Brasil, nunca Portugal criou tantas dificuldades à entrada e fixação no país dos “irmãos” brasileiros. Em Abril, mês alto das comemorações, 76 pessoas foram barradas e deportadas para o Brasil, só no aeroporto de Lisboa.

Questionamos a utilização dos termos “clandestinos”, “clandestinidade” e “ilegais”, pois, conforme se afere pela leitura do subtítulo, a presumida clandestinidade dos imigrantes estava relacionada com os entraves colocados pelas autoridades portuguesas à entrada de brasileiros no país. Ou seja, a ilegalidade decorria da presunção de que boa parte vinha com a intenção de se fixar e trabalhar sem a posse do respetivo visto, o que configura, portanto, a aplicação de uma sanção por contravenção *a posteriori*. A capa acentua esta característica de ilegalidade associada aos imigrantes ao expor uma foto, a toda a página, de um homem com a bandeira do Brasil amarrada ao rosto, logo abaixo dos olhos, à semelhança da figura clássica dos bandidos.

Na sequência do subtítulo, é apresentado o efeito deste impedimento à entrada de brasileiros, algo que então se tornara habitual no aeroporto de Lisboa:

Um embaraço nas cordiais relações luso-brasileiras, a maioria pertence a um Brasil pobre. É o embate deste Brasil real com um ilusório admirável mundo novo de um Portugal novo rico e europeu.

Neste sentido, considerando que o subtítulo se caracteriza como um espaço privilegiado do discurso jornalístico, pensamos que ao nele se salientar esta consequência – o embaraço nas relações entre os dois países –, a reportagem marca o enquadramento que viria a ser dado à problemática dos imigrantes brasileiros.

Como explica Robert Entman (1993), o *framing* envolve essencialmente as ações de seleção e saliência:

Enquadrar é selecionar alguns aspetos de uma realidade percecionada e torná-los mais salientes num texto, com o objetivo de promover alguma particular definição de problema, interpretação causal, avaliação moral, e/ ou o tratamento recomendado. (p. 52)

No subtítulo temos, assim, já apresentada a definição do problema, ao se referir que o custo dessas ações de impedimento da responsabilidade das autoridades seria a perturbação das boas relações entre Portugal e Brasil. Ao longo da reportagem, observamos também a promoção de um certo julgamento moral (sugerido no subtítulo pela referência às comemorações dos 500 anos de achamento do Brasil), em que a política europeia seguida por Portugal de restrição a imigrantes exteriores ao espaço comum do continente é apresentada como o motivo causador de um problema que não se deveria pôr – afinal trata-se de povos “irmãos”.

Esta não era a primeira vez, porém, que as relações entre os dois países estavam sob ameaça em resultado da detenção de brasileiros nos aeroportos portugueses

(Feldman-Bianco, 2001). Logo após a promulgação em Portugal de uma nova Lei de Estrangeiros, em dezembro de 1992⁶², brasileiros considerados “indesejados” começaram a ser deportados do país, com informações a circularem sobre maus-tratos e a detenção de onze brasileiros no aeroporto de Lisboa, em janeiro de 1993 – a primeira notícia relacionada com este tema a ter eco no Brasil.

Enquanto os media brasileiros anunciavam que as autoridades não aceitariam as razões de Portugal, o Governo brasileiro – aparentemente apanhado de surpresa – tentou minimizar o facto, afirmando que o seu congénere argumentara que as detenções não teriam sido motivadas por preconceito e exigindo apenas, portanto, o sancionamento dos funcionários alfandegários. No entanto, a polémica não parou por aí, com a eclosão de inúmeros protestos e petições nos dois países após o embaixador de Portugal no Brasil afirmar que os brasileiros detidos eram “vagabundos e mulatinhas vestindo minissaias”. Como se conclui, assim, por este facto ocorrido em 1993, as detenções de brasileiros não eram uma situação nova, como também o receio das autoridades dos dois países de que as suas relações viessem a ser afetadas por esse motivo.

Um aspeto mais recente relacionado com esta situação, então já com alguns anos, vinha dar-lhe novos contornos. Como discorrido no subcapítulo anterior, em finais do séc. XX, Portugal explorava o vetor semelhança no que diz respeito à sua relação com o Brasil de forma a promover os investimentos nacionais, na sequência da onda de privatizações promovida pelo governo brasileiro – fenómeno que ficou conhecido como “retorno das caravelas”. Em 2000, por conseguinte, havia uma preocupação, sobretudo económica, de preservar a cordialidade das relações luso-brasileiras.

No decorrer da reportagem em análise, o jornalista Nuno Ferreira esclarece que as “pressões” da União Europeia fizeram Portugal apertar a sua legislação em relação aos estrangeiros, tornando indiferenciados aos olhos das autoridades os imigrantes brasileiros e todos os demais. Tal trecho, ao contrapor os brasileiros a outros imigrantes de origem não lusófona, sugere a leitura de que aos primeiros, por virem de um Estado com relações históricas com Portugal, seria suposto estar destinado um tratamento diferenciado (e mais favorável). Neste sentido, no texto por duas vezes os brasileiros (e uma vez o país) são referenciados como “irmãos”.

⁶² Que colidia frontalmente com o Tratado Bilateral de Direitos de Igualdade, existente desde 1972.

A reportagem estrutura-se em torno de relatos de imigrantes (apresentados com nomes fictícios) que foram barrados, mas que após nova tentativa conseguiram entrar em Portugal e outros que, apesar de receosos, não tiveram problemas em passar pelas autoridades; além de outros apontamentos sobre situações de burla e discriminação ocorridas com imigrantes quando já se encontravam no país. O espaço fornecido às fontes para se pronunciarem em discurso direto é revelador da relevância reconhecida às suas experiências. Alguns exemplos:

“Aí apareceu um cara que fez montes de perguntas, me chamava de mentiroso, se tinha alguém comigo, se ficava em hotel...viu minha bolsa com os mil dólares, jogou para um lado lá, gritava muito, batia na mesa, fez muita pressão...”

“Dirigi-me lá ao SEF, tive que falar por intercomunicador, pedi que alguém me desse uma resposta, apareceu um agente dizendo simplesmente que ela iria ser deportada e não deu qualquer justificativa. Eu pedi para falar com o responsável. O agente disse que não, que era uma situação irrevogável. Pedi para ver a minha esposa. Aí, o agente pediu meu passaporte, me chamou a um canto e disse: ‘Fica quietinho, deixa ela ir numa boa, senão até você pode voltar’”.

Ao expor o lado das autoridades portuguesas, a reportagem apresenta como justificação das ações de detenção de imigrantes a obrigação de cumprir “a lei reforçada e europeizada”, e introduz (sob o intertítulo “No aeroporto, a jogar ao gato e ao rato”) a figura do inspetor César Inácio. Este, todavia, apenas confirma o caráter precário da sala da zona Internacional do Aeroporto de Lisboa destinada aos passageiros retidos: “Aquilo é nojento, não tem qualificação” – afirmação que se destaca como mais um sinal da situação penosa vivida pelos imigrantes. A precariedade, realçada na forma de um destaque no texto, é reportada a partir da seguinte descrição:

A sala dos deportados cheira a suor, os beliches estão desconjuntados, os cobertores velhos e empoeirados. O tecto falso está esburacado. A única portuguesa na sala é a mulher da limpeza, que comenta ao ritmo de uma vassourada: “Isto não tem condições nenhuma para um ser humano aqui estar”.

Deste modo, ao deixar transparecer um posicionamento crítico à forma como eram tratados os imigrantes brasileiros, assim como uma empatia com a sua situação, o texto foca sobretudo o aspeto político/ institucional da situação, com a referência às rígidas normas europeias sobre imigração. Neste sentido, nota-se nas declarações dos inspetores do SEF – referenciados de forma anónima, à exceção de César Inácio – que há uma demonstração de empatia perante a situação dos brasileiros; em contraposição, porém, aos relatos de imigrantes que denunciavam situações de abuso.

“Há situações de nos fazer cair o coração ao chão”, explicava um inspector, que até já pagou do seu bolso alimentação a passageiros retidos. “Psicologicamente, o nosso trabalho é muito desgastante”

No final, sob o intertítulo ““Não haverá legalização extraordinária””, a reportagem dá espaço ao então diretor do SEF, Lencastre Bernardo, que fornece a seguinte resposta sobre as acusações de maus-tratos aos imigrantes retidos no aeroporto de Lisboa:

Lencastre Bernardo confirmou receber cartas de cidadãos brasileiros que se queixam da forma como foram tratados no aeroporto de Lisboa. “Não é verdade que as pessoas tenham de esperar lá tantas horas para regressar ao Brasil, alguns só esperam duas horas”. Sobre as condições da sala onde ficam os retidos, o diretor do SEF explicou que o novo centro de instalação temporária só ainda não foi aberto por falta de legislação e que a zona internacional do aeroporto “será remodelada”.

Em conclusão, consideramos que este texto, correspondendo ao primeiro esforço por parte dos jornais analisados de compreensão da nova vaga de imigração que então se anunciava, procurou expor as dificuldades vividas pelos imigrantes brasileiros *pari passu* com a crítica implícita ao tratamento indiferenciado que eles recebiam, indicando, assim, que em relação a estes imigrantes se esperava de Portugal um tratamento mais digno. Embora expondo casos de burlas e discriminação vividas por brasileiros, a ênfase da reportagem não incide sobre a questão do preconceito direcionado a estes imigrantes, mas antes no embaraço diplomático causado pelas ações de deportação, executadas por agentes do Estado que se viam de mãos atadas ao terem que aplicar normas europeias a que Portugal estava vinculado.

A presença gradual da 2.^a vaga

Apesar desta vaga se ter iniciado em 1999, no primeiro ano da nossa análise vimos que pouca atenção foi dada à imigração brasileira, com a cobertura sobre a temática migratória orientada ainda para o intenso fluxo de imigrantes oriundos do Leste europeu, algo que começou a ser percecionado por meados dos anos 1990. Só a partir de 2001 os jornais, gradualmente, começaram a debruçar-se sobre o novo perfil de imigrante brasileiro que começava a ser dominante em Portugal.

Por exemplo, na reportagem do *Expresso* “Passaportes falsos por 40 contos” (1/12/01, p. 4-5), diz-se no subtítulo:

Em Portugal, é fácil comprar um passaporte. Há-os à venda desde 40 contos. Os principais clientes são imigrantes, sobretudo brasileiros, que pretendem usar a isenção de vistos para cidadãos portugueses para assim entrarem nos Estados Unidos. [...]

Conforme se depreende da leitura do texto, imigrantes brasileiros viam Portugal como uma plataforma para alcançar os Estados Unidos, país classificado logo no primeiro parágrafo por um desses imigrantes (Luciano, então apenas há um mês em Lisboa) como “o sonho de todo o brasileiro”. Ante a dificuldade em obter o visto de turista – como se afirma num outro texto associado à reportagem, “Rede brasileira em julgamento” (p. 4), mesmo este era difícil de conseguir “quando o candidato aparece perante o consulado americano com todo o perfil do imigrante” –, havia brasileiros que optavam por comprar passaportes portugueses falsos.

Assinalamos na reportagem a presença subtil de um julgamento estereotipado sobre o Brasil e a alegada inocência de uma brasileira (Magda) detida com passaporte falso, em que ao expor a sua versão de que não desconfiara da ilegalidade envolvida na compra de um passaporte português, se afirma como conclusão: “Habituada à corrupção do Brasil, acreditou na história”. Subjacente à frase, identifica-se tanto o senso comum que relaciona o país com casos de corrupção, quanto a desconfiança da jornalista Catarina Carvalho relativamente à versão da fonte, esta evidenciada a partir do uso de ironia.

Conforme o tema da reportagem e as informações sobre os imigrantes contactados indiciam, estes têm origem simples (é referido, por exemplo, que Luciano trabalha num restaurante) e pretendem chegar aos Estados Unidos para aí conseguirem melhores salários e, conseqüentemente, alcançarem uma vida melhor, não necessariamente exercendo alguma função qualificada. Neste sentido, considerando que este perfil de imigrante brasileiro diferia daquele até então comum em Portugal, o semanário considerou necessário inserir um outro texto em articulação com este – “Uma senha para o eldorado” –, em que se discorre sobre este novo perfil de imigrante. No âmbito desta investigação, consideramos esta como a primeira referência no *Expresso* à 2.^a vaga.

Logo no início do primeiro parágrafo são traçadas as características desses imigrantes: “Têm pouca escolaridade, são profissionais não-qualificados, emigram por razões económicas, vêm trabalhar na construção civil, principalmente, ou na agricultura, e têm a preocupação de, a curto prazo, trazer as mulheres e os filhos do Brasil”. E sob o intertítulo “Um perfil em mudança”, assinala-se a diferença em relação aos brasileiros pertencentes à 1.^a vaga de imigração:

Nos últimos dois anos, o perfil dos imigrantes brasileiros está a mudar. O fluxo de mão-de-obra qualificada, que até há pouco tempo caracterizava a emigração brasileira para Portugal, parece ter os dias

contados. Os dentistas, publicitários, informáticos, empresários, advogados, arquitectos e outros profissionais liberais já não vêm, ou são raros.

Nota-se, todavia, que ante a falta de dados oficiais que servissem de fundamento para um movimento iniciado apenas há dois anos, o texto vale-se sobretudo de citações de fontes anónimas para caracterizar o perfil deste imigrante da 2.^a vaga. Algumas das informações fornecidas nem vêm acompanhadas das suas respetivas fontes, o que suscita dúvidas quanto à sua veracidade. Por exemplo: “Embora não haja estudos comprovativos, as estatísticas apontam que 99% dos brasileiros que entraram nos últimos dois anos em Portugal ‘viviam mal’ no Brasil”.

As aspas deste trecho dizem respeito a declarações de “[...] uma fonte que trabalha com esses imigrantes”. Relativamente às estatísticas referidas, embora apresentem valores bastante altos, não é referida a sua origem, o que acaba por enfraquecer a tese expressa na frase. Mesmo se esta afirmação proveio da fonte referida e tendo sido apresentada no texto apenas por meio de discurso indireto (algo que não é claro para o leitor), considerando uma percentagem tão elevada (99%), faria sentido procurar conhecer e indicar com exatidão a origem das estatísticas.

Para além desta reportagem e como já referido, a presença dos imigrantes brasileiros da 2.^o vaga em textos de imprensa aconteceu de forma gradual. No *Público*, por exemplo, após a reportagem na sua revista no ano anterior sobre os brasileiros na clandestinidade em Portugal, em 2001 não identificámos nenhum texto sobre imigração brasileira. Em geral, este jornal demonstra uma atenção maior à temática, noticiando nesse ano casos de máfias que controlam o tráfico de pessoas, a detenção de imigrantes não regularizados que trabalhavam em obras e a dinâmica familiar de imigrantes do Leste, entre outros. Os brasileiros, quando surgem em algum destes textos, são citados apenas marginalmente, pouco mais sendo referido do que a sua nacionalidade.

Apenas numa pequena peça (“Do Leste e do Brasil”, 6/8/01, p. 9), na sequência da entrevista ao então diretor do SEF, Júlio Pereira, identificámos o Brasil, ao lado dos países do Leste europeu, como a principal rota de imigração ilegal para Portugal. Esta informação, veiculada no texto, foi a princípio apresentada por Júlio Pereira, em resposta à pergunta “São os imigrantes do Leste que dão mais trabalho às autoridades portuguesas?”:

Todas as comunidades dão trabalho, em todas se verifica algum sistema de angariação de pessoas para mão de obra. Em relação aos processos de auxílio à imigração propriamente dita, aquelas com situação de maior destaque têm que ver com os países do Leste e também com o Brasil. Há estruturas organizadas para promover a vinda ilegal de imigrantes e proporcionar-lhes autorização de permanência mediante remuneração. Isto verifica-se sobretudo em relação a cidadãos brasileiros.

Esta quase invisibilidade dos imigrantes brasileiros nos jornais prossegue em 2002, em que uma reportagem do *Público* – “Patrões portugueses preferem mão-de-obra de Leste a africanos” (22/7/02, p. 4) – nos chamou a atenção por se debruçar sobre um tema já então bastante próximo dos imigrantes brasileiros, sem que estes, porém, fossem citados. Neste texto, o jornalista Ricardo Dias Felner aproveita o ensejo proporcionado pela Cimeira de Sevilha – relativa à temática migratória – que estava a decorrer, para noticiar que, segundo fontes de associações migrantes, os africanos estavam a ser preteridos pelos empregadores em favor dos imigrantes oriundos de países do Leste europeu.

A ausência de referência aos brasileiros num texto com este tema sobressai, pois ainda que sejam as fontes associativas a estabelecer esta relação (entre africanos, de um lado, e ucranianos/russos/romenos/moldavos, de outro), é estranho os imigrantes do Brasil não serem referidos, nem ao menos na forma de um questionamento do jornalista, considerando que naquele ano os brasileiros já representavam a segunda maior comunidade estrangeira em Portugal; e a sua 2.^a vaga era composta por imigrantes que trabalhavam, sobretudo, na construção civil, área em que, segundo a reportagem, os africanos estavam a ser preteridos.

Apenas uma vez os brasileiros são citados, no depoimento de um subempreiteiro anónimo que justifica assim a preferência pelos trabalhadores do Leste europeu: “Um brasileiro, ou um africano, ainda se aguenta. Também os tenho a trabalhar comigo. Agora quando juntamos muitos numa obra dá confusão. Os imigrantes de Leste não. Falam pouco, não arranjam problemas”.

Apesar desta quase-invisibilidade dos brasileiros em textos sobre a temática migratória, identificámos neste ano de 2002 dois textos (um em cada um dos jornais), que analisaremos mais detalhadamente a seguir, em que os imigrantes surgem como os principais sujeitos das notícias. Estas dizem respeito ao confronto entre membros da Polícia de Segurança Pública – PSP e brasileiros que comemoravam, na região da Costa

de Caparica, a vitória da sua seleção de futebol no campeonato mundial, acontecimento que acabou por ter eco nos dias seguintes pelo facto de os imigrantes, associações e afins terem acusado a PSP de ter utilizado uma força desproporcional sobre esses adeptos, provocando vários feridos. Também nos interessamos por estes textos por no seu discurso estar presente, de forma muito nítida, uma representação dos “brasileiros” em contraposição aos “portugueses”.

- “Seis feridos ligeiros em carga policial sobre brasileiros na Costa de Caparica”
(*Público*, 1/7/02, p. 43)

Com o subtítulo “PSP diz que pretendeu desimpedir o trânsito” e o *lead* “Adeptos da selecção do Brasil estavam a festejar e foram agredidos à bastonada e com cães. Depois de apedrejada, a PSP disparou balas de borracha” a comporem a categoria “resumo” da reportagem, a cronologia dos factos é apresentada da seguinte forma: enquanto o título expõe o resultado da confusão (segundo o destaque, a informação mais relevante) e o subtítulo procura justificar o uso da violência (segundo a versão da PSP), o *lead* esclarece de forma sumariada o contexto em que se deu o tumulto.

Ao longo do texto, em que os factos são descritos de forma mais pormenorizada, é dada a palavra principalmente a testemunhas e vítimas da violência, havendo também espaço para a voz de um comissário da PSP e de uma fonte não identificada da urgência do Hospital Garcia de Orta. O leitor fica a saber que a polícia chegou ao bar O Elétrico acompanhada de cães e bastões, onde adeptos da seleção brasileira se tinham refugiado, depois de terem sido fustigados por estarem a festejar junto ao Centro Comercial Oceano. Após a tumultuosa entrada no bar, um grupo começou a arremessar pedras da linha de comboio aos polícias, o que deu origem à resposta destes com disparos de balas de borracha.

Ao longo de todo o texto, as pessoas que festejavam a vitória da seleção e se envolveram na confusão foram sempre referenciadas como “brasileiros”, o que consiste numa estratégia discursiva de generalização, que tem como consequência o entendimento (não comprovado) de que todos os presentes no bar e junto ao centro comercial possuíam essa nacionalidade. A nacionalidade é também evidenciada nas falas das testemunhas entrevistadas, pois mesmo quando ela não é explicitada pelo jornalista Nuno Ferreira, torna-se evidente pela transcrição do acento brasileiro.

Conforme observámos nos vários textos ao longo dos anos, em geral, os jornais costumam adaptar a fala de entrevistados brasileiros de forma a torná-la mais compreensível aos leitores portugueses (por exemplo, quando se trata de personalidades do universo da cultura ou políticos e figuras de Estado). No entanto, em reportagens relacionadas com a IURD, prostituição de brasileiras, imigrantes em situação irregular e afins, e em que se sabe do baixo *background* educacional dos sujeitos, os textos tendem a reproduzir as falas tais quais estas são pronunciadas: representativas de uma linguagem coloquial, mas entendida como gramaticalmente e sintaticamente incorreta. Alguns exemplos:

“A gente tava aí tocando pagode, dançando, bebendo, quando eles entraram por aí com cão pitbull, bastão, batendo em mulher grávida” [...] “Aí”, continua Marcos “a polícia entrou pela esplanada dentro batendo em todo mundo com bastão, com cães mordendo. Todo o mundo fugiu. Bateram em mulher grávida, em criança...”

Esta tendência dos jornais revela uma estratégia discursiva que Peter Teo (2000) denomina “padrão de citações”, em que as minorias normalmente são silenciadas pelo discurso jornalístico ou, quando se concede espaço para que se pronunciem em discurso direto, tal é feito com distanciamento e suspeição; caracterizando-se esta estratégia, portanto, como uma das evidências de racismo na imprensa. No texto em apreço, este carácter de suspeição fica evidente ao contrapor-se a fala (coloquial) dos brasileiros à fala de testemunhas portuguesas e do comissário da PSP.

No entanto, o que parece uma manobra do discurso para escrutinar os testemunhos dos brasileiros, destaca-se a fala de dois portugueses – o filho da proprietária do bar e um idoso que por ali assistia ao jogo com a mulher; o que revela, assim, que nem todos os presentes no momento da ocorrência eram brasileiros. As suas declarações, na mesma linha dos depoimentos dos adeptos brasileiros, registam a desproporcional força policial utilizada sobre pessoas que comemoravam de forma pacífica.

António Carvalho, 62 anos, e a mulher, dois portugueses que assistiram ali ao jogo e ficaram calmamente para a festa, ainda estavam estupefactos: “Não dá para entender, estávamos aqui sentados, entraram por aí a bater em toda a gente”.

A reportagem refere em discurso indireto a fala de uma fonte anónima do Hospital, que afirma que seis brasileiros e um polícia deram entrada no estabelecimento; e, de modo a conceder também espaço à versão policial, é dada voz (em discurso direto) ao comissário da PSP de Almada, Jorge Fonseca: “Como a situação se mantinha, com muita

gente a interromper o trânsito, pedimos reforço de seis elementos que tiveram de utilizar balas de borracha”’.

Se ao longo de todo o texto, pelas diversas falas que o compõem, este parece posicionar-se em oposição à ação dos polícias, por estes terem agido, segundo os testemunhos, com violência desproporcional, no final é destacada a fala de uma portuguesa – como o texto faz questão de sublinhar –, num grupo de vendedores de marisco que estava revoltado com os “brasileiros”, por estes terem iniciado a confusão ao provocarem a polícia com vaias. ““À pala dos brasileiros, tenho aqui 40 ou 50 contos de prejuízo... enxovalharam a polícia!”’.

Segundo a estrutura temática do texto, tem-se por um lado a perceção de que a polícia exagerou no uso da violência, mas por outro o que sobressai como o seu dado mais forte é a oposição entre brasileiros e portugueses: uns que festejavam e provocaram a polícia, quando estes quiseram conter a festa, os outros como representantes da ordem, caracterizados no discurso pelas figuras dos polícias e dos vendedores de marisco.

Neste sentido, assinalamos que uma das estratégias discursivas com as quais repórteres e jornais, consciente ou inconscientemente, perpetuam ideologias é a denominada “generalização”, em que a persistente e, em alguns casos, injustificada identificação de nacionalidade dos sujeitos acaba por criar a associação com algum tipo de contravenção ou marginalidade. Como indica Peter Teo (2000, p. 16), “[...] a seleção e repetição de um determinado atributo generalizante também sugere uma ideologia subjacente, que pode ter motivado esta ação em primeiro lugar”.

Ao longo de uma cobertura jornalística constante acerca de alguma minoria, tal estratégia acaba por produzir o que van Dijk identifica como uma dicotómica realidade mediática, de positiva representação do “Nós” *versus* a negativa representação do “Eles”. Em geral, este texto expôs os factos de forma balanceada e objetiva, concedendo igual espaço às diferentes vozes envolvidas no acontecimento, porém a generalização da nacionalidade brasileira a todos os “festejantes” indica, de forma subjacente, um reforço do estereótipo que associa brasileiros (em contraposição aos portugueses) não apenas a festas e alegria, mas também a confusão e conflito.

- “Caparica apoia PSP” (*Expresso*, 6/7/02, p. 16)

Nesta reportagem publicada dias após o ocorrido, o jornal não expõe os factos da mesma forma que o *Público*, mas dá visibilidade às ações desencadeadas pela confusão: o abaixo-assinado promovido por comerciantes e moradores da Costa de Caparica de apoio à intervenção policial e o pedido de esclarecimento feito pela Embaixada do Brasil ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Como se nota, o título faz referência à primeira dessas ações, enquanto a segunda não é referida no corpo do texto, mas está presente na chamada de primeira página, sob o título “Brasileiros querem explicações de Lisboa”.

Esta chamada, apesar de fazer referência à página da reportagem, não atua como uma introdução a esta, como geralmente acontece, mas apenas como uma informação à parte relacionada com o tema. Enquanto este pequeno texto noticia o pedido de explicações do governo brasileiro e o encontro entre o embaixador do Brasil e o ministro da Administração Interna de Portugal, a reportagem da página 16, como que em antecipação ao que seria a explicação do ministro ao embaixador, afirma que Figueiredo Lopes (o ministro português) havia defendido a ação policial na comissão de Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, com base no abaixo-assinado.

O texto carece de mais informações, pois o abaixo-assinado fora apenas mencionado pelo ministro, não tendo as jornalistas Catarina Carvalho e Maria Luiza Rolim a ele acedido, o que não impediu, no entanto, a reprodução de trechos citados por Figueiredo Lopes, nomeadamente o excerto: “Os moradores dizem que adultos e crianças foram ‘obrigados a beijar a bandeira brasileira’ [...]”, que foi utilizado como um destaque na peça. Além deste, contudo, o texto nada mais adianta sobre o abaixo-assinado, voltando o seu enfoque para a repercussão positiva na PSP da posição do ministro.

O destaque a essa repercussão positiva funciona de forma a validar (a partir de citações de fontes autorizadas como o subintendente Leitão, da Escola Superior de Polícia, e o psicólogo da Universidade do Minho, Rui Gonçalves) a posição do Ministério e da PSP. O subintendente, por exemplo, afirma: “a legislação prevê que tenha de haver pelo menos uma voz de dispersão. Se não forem acatadas as ordens, pode usar-se a força”. Ao incluir as falas dessas fontes que corroboram o posicionamento oficial, a reportagem acaba por, implicitamente, apoiar a versão da PSP de que o Corpo de Intervenção fora acionado apenas após os polícias inicialmente destacados terem sido hostilizados (não apenas verbalmente, mas também fisicamente).

A reportagem não chega a questionar esta versão, assumindo-a integralmente. No entanto, considerando o texto do *Público*, não havia um consenso entre polícias, vítimas e testemunhas sobre como se tinha desencadeado o conflito. É apenas no final do texto, sob o intertítulo “Dúvidas no relatório”, que se questiona a versão oficial, ainda assim sem desmentir o relato dos polícias de que teriam sido atacados pelos adeptos da seleção, e deixando dúvidas sobre a veracidade da informação de que, após a chegada do Corpo de Intervenção, a situação teria acalmado.

Pelo destaque dado não apenas ao abaixo-assinado mas, principalmente, ao posicionamento da PSP, como se conclui pelos diversos depoimentos publicados em negritos de um agente da corporação, fica a impressão de que o texto se coloca do lado das autoridades do Estado. Pois, considerando o espaço concedido a estas, a reportagem não oferece, como seria de se esperar, as mesmas oportunidades aos defensores do lado brasileiro, como por exemplo a Casa do Brasil de Lisboa. Membros desta associação nem chegam a ser ouvidos, com o texto apenas referindo o seu protesto, tendo classificado o ocorrido como uma violência gratuita.

Neste texto nem se chega a identificar uma desproporção entre as vozes da maioria e da minoria nacionais, pois apenas os portugueses – representados pelos agentes da PSP, o ministro, o psicólogo e o subintendente – são ouvidos pelas jornalistas. Neste sentido, o uso da estratégia de “padrão de citações” tem mais a ver com o que Peter Teo (2000) designa como o simples silenciamento das minorias.

Notamos ainda que, ao basear-se apenas em fontes oficiais de informação (e investidas de legitimidade), o texto acaba por validar uma visão de mundo já estabelecida – neste caso, a de que o lado “certo” é sempre o das autoridades. Tal validação é uma das consequências perniciosas do uso desse “padrão de citações”.

[...] o uso de citação torna-se um *gate-keeping* que só admite aqueles em posições de poder e influência, ao mesmo tempo que exclui as opiniões e percepções daqueles considerados pela sociedade em posições hierárquicas inferiores. Desta forma, enquanto os poderosos são fortalecidos através desse padrão de citações que incrementa o seu *status* e visibilidade, o silenciamento sistemático dos mais fracos – os pobres, os jovens, os de baixo nível educacional – apenas enfraquece estes ainda mais (Teo, 2000, p. 18).

Por fim, a evidência desse padrão no texto também demonstra a falta de peso jornalístico dos imigrantes brasileiros, mesmo no que se refere aos seus porta-vozes, como a Casa do Brasil, em comparação com os *experts* e autoridades portuguesas.

Os brasileiros como a primeira comunidade imigrante

Nos três primeiros anos de análise, a presença dos imigrantes brasileiros no *Público* e no *Expresso* foi diminuta, no entanto, na sua edição de 2 de novembro de 2003 o diário concede uma ampla reportagem de primeira página à comunidade, que em breve se tornaria a maior dentre os estrangeiros do país (considerando aqueles com residência legal), na sequência de um acordo de regularização de imigrantes estabelecido entre os governos português e brasileiro, aquando da primeira visita oficial do Presidente Lula a Portugal.

No entanto, antes de nos debruçarmos sobre este material, a nossa atenção será direcionada para um pequeno texto, também do *Público*, de 21 de junho de 2003, sobre um assassinato por encomenda ocorrido no Fundão. Em “Matar por 25 mil euros” (p. 20), expõem-se os detalhes de um crime motivado por razões fúteis e caracterizado por aspetos de brutalidade que, segundo a notícia, não são comuns em Portugal. Encomendado por um português e executado materialmente por dois brasileiros, ao longo do texto (cinco vezes) os assassinos são referenciados pela sua nacionalidade, sem identificar os seus nomes.

Esta insistência na sua caracterização pela origem nacional associada à descrição de ações altamente violentas que, conforme frisado pela notícia, eram incomuns em Portugal, deixa implícita a ideia – considerando o *background* cultural partilhado pelos leitores portugueses – de que um crime desta natureza só podia ser praticado por brasileiros, vindos de um país onde, segundo a cobertura jornalística insistente, a violência grassava. Uma representação deste tipo sobre minorias, em associação com outros produtos mediáticos como o mesmo perfil (de violência), torna plausível a hipótese de, por estes meios, se estarem a criar condições incentivadoras de ações discriminatórias em relação às minorias em questão, no caso os imigrantes brasileiros em Portugal.

Num momento em que o fluxo de brasileiros para o país era intenso, a forma escolhida para concluir o texto foi a seguinte: “De referir ainda que o autor dos disparos foi o indivíduo que viera expressamente do Brasil” – onde havia sido contactado pelo outro autor material do assassinato, para conjuntamente o executarem. Tal referência, a encerrar a notícia, pode levar os leitores a presumirem que, dentre os brasileiros que estavam a chegar em grande número a Portugal, havia alguns (ou muitos) que vinham expressamente com o intuito de praticar ações criminosas. Desnecessário será recordar

quanto uma presunção deste tipo pode ser perniciosa numa sociedade que já há alguns anos convivia com amplos contingentes migratórios.

Esta referência ao território de origem dos criminosos aciona o mecanismo semântico de implicação (van Dijk, 2002a), por suscitar pressuposições a partir do senso comum português relativamente ao Brasil. É assim que,

Muitas implicações ideológicas se seguem não apenas porque muito pouco é dito, mas também porque muitas coisas irrelevantes são ditas sobre os atores de notícias. O exemplo bem conhecido nos noticiários sobre minorias é o uso de rótulos étnicos ou raciais irrelevantes em histórias de crime. (van Dijk, 2002a, p. 114)

Segundo Stuart Hall et al. (1999), no processo de construção da notícia, a sua apresentação é pensada de modo a que seja o mais compreensível possível para o público. E a forma de tornar acontecimentos desordenados e caóticos em acontecimentos identificados e bem delimitados é relacionando-os com o âmbito das identificações sociais e culturais conhecidas⁶³. “Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os ‘mapas de significado’ que já constituem a base do nosso conhecimento cultural [...]” (p. 226).

Relativamente à peça em análise, observamos que o meio escolhido para fornecer significado à ocorrência de um crime, com características invulgares em Portugal, foi aproximá-lo, a partir da saliência dada à nacionalidade dos assassinos, ao mapa cultural que associa o Brasil a uma criminalidade urbana intensa. Neste sentido, considerando que as notícias são moldadas a partir desta conceção de sociedade como um “consenso”, os autores também observam que acontecimentos noticiáveis são aqueles passíveis de ultrapassar as fronteiras desse consenso, como é o caso das ocorrências criminosas.

Ou seja, o crime seria o lado negativo do consenso, com as notícias sob esta temática funcionando, ao lado de meios de ação institucionalizados (por exemplo, as leis criadas no parlamento e aplicadas pelos tribunais), como um repositor da moral e da ordem. No texto em questão, ao se posicionar os assassinos como contrários ao “nosso estilo de vida”, indiretamente está a posicionar-se os brasileiros fora da fronteira que delimita os valores da sociedade portuguesa. É aí, pois, que reside o perigo de identificar

⁶³ A própria definição de notícia, ou o que também podemos denominar de valor-notícia mais elementar, diz respeito a eventos que impõem um corte abrupto com o comumente esperado, instauram a desordem na vida quotidiana.

de forma irrelevante, porque em nada contribui para a compreensão da notícia, a nacionalidade de sujeitos relacionados com notícias de crimes e afins.

Num contexto (e registo) diferente desta notícia de junho, o mesmo diário volta ao assunto da imigração brasileira na sua edição de 2 de novembro, da primeira página e seguintes (da 1 à 5), para traçar o perfil do imigrante brasileiro que, após o acordo de regularização firmado pelos governos do Brasil e de Portugal, passaria a constituir a maior comunidade estrangeira do país, com cerca de 100 mil residentes regularizados. Neste trabalho especial são apresentados, sobretudo, casos de burlas, discriminação e preconceito de que esses imigrantes são vítimas.

- *Público* (2/11/03, p. 1-5).

Com o título “Portugal terá em breve 100 mil brasileiros legalizados” e o subtítulo “Cumplicidade linguística esconde casos de discriminação, miséria e exploração”, seguidos de um pequeno parágrafo que, no conjunto, ocupam quase a totalidade da lateral esquerda da primeira página, o *Público* explicita o tom dos textos das páginas seguintes: a exposição das dificuldades sentidas pelos imigrantes brasileiros em Portugal, a despeito da retórica oficial acerca das relações fraternais entre os dois povos.

Ao longo dos quatro textos que compõem este “especial” – “A triste novela dos brasileiros que não sambam”, “Quatro em cada dez não pensam retornar”, “Da fronteira com os EUA para a Feira Popular”, “Brasileiras são prostitutas, brasileiros são ladrões” – evidencia-se o interesse em expor as dificuldades dos imigrantes brasileiros, não apenas a partir do seu relato, mas também da divulgação dos resultados do relatório “A ‘2.ª vaga’ de imigração brasileira para Portugal (1998-2003) – Estudo de opinião a imigrantes residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal”, elaborado pela Casa do Brasil de Lisboa, conforme se observa no segundo texto.

Também se nota o interesse do periódico – ao expor os resultados do relatório – em assinalar que essa imigração não tinha como foco principal Portugal, constituindo-se antes, para muitos desses imigrantes, como uma escala para outros países da Europa ou os Estados Unidos, caso do relato da penúltima reportagem, referente a um brasileiro oriundo da cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais, historicamente conhecida como um importante centro de emigração para aquele país. Esta informação está relacionada com uma outra publicada dois anos antes pelo *Expresso* (“Passaportes falsos

por 40 contos”), em que também se abordava a preferência dos imigrantes brasileiros pelos Estados Unidos.

Relativamente ao acordo entre os dois países que proporcionou a expansão (e predomínio) da comunidade brasileira legalizada, nesta edição do jornal não há muita informação, pois ela já tinha sido apresentada anteriormente, no momento da negociação do acordo, aquando da visita oficial do Presidente Lula a Portugal, em julho desse ano. Denominado “acordo sobre contratação recíproca de nacionais”, este previa que todos os brasileiros que tivessem entrado no país antes de 11 de julho (data da sua assinatura), e que permaneciam como clandestinos, poderiam obter um visto turístico e, posteriormente, munidos de um contrato de trabalho, requerer o respetivo visto, válido por um ano, no consulado português mais próximo.

A seguir iremos analisar mais detalhadamente dois dos textos deste especial: “A Triste novela dos brasileiros que não sambam” e ““Brasileiras são prostitutas, brasileiros são ladrões””.

- “A triste novela dos brasileiros que não sambam”, p. 2-3.

Como se observa logo pelo título, duas imagens são associadas aos brasileiros: uma de origem mais antiga, o “samba”, e outra de cariz mais recente, a “novela” – relacionando-as com o imaginário de povo alegre e festeiro, em contraposição à tristeza emanada dos factos narrados. A partir da descrição das habitações (e suas imediações) e das falas de imigrantes que moravam no Bairro da Cruz de Pau, na Margem Sul de Lisboa, a reportagem apresenta a difícil condição de vida dessas pessoas, referindo por exemplo, o esgoto que corria a céu aberto e a casa parcamente mobilada, constituída, como era comum nas habitações do bairro, de uma única divisão onde habitavam geralmente três pessoas.

A exposição de casos de exploração e afins não acontece somente a partir dos relatos dos imigrantes, mas também da explicação do jornalista (Ricardo Dias Felner) que assina o texto (sob o intertítulo “Um gueto lucrativo”) quanto à exploração comercial dos arrendamentos de casas, dominada por três senhorios endinheirados (assim identificados por um deles possuir uma moradia no bairro com carros de luxo à porta, entre outros sinais de riqueza).

A disposição das habitações, em banda, lembra um bairro operário, sem condições sanitárias, nem acessos. Mas o preço das rendas concorre

com o de qualquer apartamento do concelho: os quartos custam entre 100 e 150 euros por pessoa e abrigo, pelo menos, três hóspedes cada um; as exíguas casas familiares, ainda que já equipadas, valem 300 euros mensais.

O jornalista não fica apenas pelos moradores brasileiros da Cruz de Pau, cita também os imigrantes residentes na Costa de Caparica e em Queluz, para além de ter contactado três brasileiras que residiam na Calçada da Ajuda, em Lisboa. O leitor fica, assim, a saber que a renda de um apartamento no centro da capital, caso o interessado revelasse ser brasileiro e indocumentado, poderia facilmente chegar aos mil euros.

Dentre esses relatos, saltam à vista dois por assinalarem a correlação então frequentemente estabelecida pelos portugueses entre brasileiras e prostituição, o que demonstra que já no ano de eclosão do movimento “Mães de Bragança”, este estereótipo de género se mostrava forte. A sua transcrição: ““Os portugueses não nos entendem, acham que mulher brasileira é tudo prostituta. Tratam mal a gente”; “É triste essa história de povo irmão, que fala a mesma língua. Que irmão nos trata como prostitutas? Que irmão nos obriga a trabalhar 14 horas por dia e nos cobra estas rendas?””.

Todavia, se a reportagem tem por objetivo expor formas de exploração e discriminação, a estereotipização não é completamente anulada no texto, manifestando-se de forma subtil na caracterização de uma das personagens da seguinte forma: “[...] tem 26 anos, um filho de sete, a viver com a mãe, no Paraná, e a desconstracção sensual das brasileiras, ‘que faz tomar umas pelas outras’”.

Já no subtítulo evidencia-se uma imagem em que está presente ingenuidade e estereotipia, ao se afirmar que as tristes histórias dos imigrantes contradizem o imaginário de povo feliz dos brasileiros.

De repente, passaram a estar em todo lado. Nos transportes públicos, nos restaurantes e bares, nos hotéis e nos centros comerciais, os “portugueses com sotaque” invadiram o país e serão, dentro de poucos meses, a maior comunidade imigrante.

O PÚBLICO procurou saber como vivem os brasileiros no “país irmão” e descobriu histórias de pobreza, racismo e exploração, que desmascaram a cumplicidade linguística e o imaginário carnavalesco do povo feliz anunciado nas telenovelas.

Compreendemos a denominação “país irmão” estar entre aspas, pois historicamente, e ainda hoje, é comum caracterizar-se o Brasil desta forma (e reciprocamente), no entanto já é de estranhar a expressão “portugueses com sotaque” – absolutamente incomum para a designação dos brasileiros no país. Também chamamos a

atenção, relativamente a este trecho, para a utilização do verbo “invadir” para referir a presença de brasileiros, que embora não corresponda ao tom da reportagem, possui uma carga bastante negativa, que facilmente pode ser associado a ideias xenófobas e afins quando utilizado em referência a imigrantes.

- ““Brasileiras são prostitutas, brasileiros são ladrões””, p. 4.

Nesta pequena reportagem a ocupar a metade inferior da página quatro, Ricardo Felner procura expor a visão dos brasileiros sobre a forma de tratamento dos portugueses em relação a eles, a partir do contacto com cinco imigrantes, três mulheres e dois homens. No subtítulo, o jornalista apresenta as conclusões quanto a tal tratamento conflituoso e questiona, também, as razões deste desencontro entre brasileiros e portugueses (a que o texto, no entanto, não dá resposta).

A língua, afinal, não facilita as relações transatlânticas. Os imigrantes brasileiros vivem à parte, fazendo amizades entre si, namorando entre si. Choque cultural, choque sexual, ou mero efeito das “mães de Bragança”?

A imagem que ilustra a peça é a da parte inferior de uma mulher em trajes mínimos, carnavalescos, acima do destaque com a fala de uma das entrevistadas, explicativa das dificuldades das brasileiras se relacionarem sentimentalmente com os portugueses: essas dificuldades residiriam no facto de elas gostarem de dançar, “rebolar a bunda”, e isto levar os portugueses a entender que se trata de uma oferta para sexo. As duas ocorrências da construção da peça jornalística somadas ao facto de, ao caracterizar uma das entrevistadas, se falar de uma jovem bonita, que usava “[...] um decote pronunciado [...]”, demonstram que o jornalista – como já tínhamos evidenciado no texto anterior – não se desvencilha das suas próprias visões estereotipadas.

Tais inferências acerca da sensualidade das imigrantes, evidente nesta passagem bem como no texto anterior, revelam o recurso a uma estratégia discursiva de excessiva lexicalização ao caracterizar as brasileiras. Como explica Teo,

A lexicalização excessiva ocorre quando um excesso de termos repetitivos, quase sinónimos, perpassa o tecido do discurso noticioso, suscitando uma sensação de "completude excessiva" (van Dijk, 1991) no modo como os sujeitos são descritos. É comum, segundo Fowler et al., que as minorias sejam excessivamente lexicalizadas [...] (2000, p. 20)

Nos exemplos apontados, a excessiva caracterização tem como consequência negativa a associação das personagens ao que corresponderia a um desvio em relação à

convenção social. Pois, ao referir o caráter sensual das brasileiras, sugere-se a sua distinção relativamente a um comportamento tido como o “normal”, aquele identificado nas portuguesas.

O texto inicia-se com o relato das mulheres sobre experiências derivadas da constante associação entre brasileiras e prostituição em Portugal, mas em que são as próprias a acusar as suas conterrâneas pela recorrência de tais experiências desagradáveis. É destacada, entre aspas, a fala de uma das entrevistadas em que está presente um notório tom moralista: “‘É uma solução fácil [a prostituição]. Toda a gente consegue fazer dinheiro assim. Mas é algo sujo, que destrói a personalidade da pessoa’”. Para conclusão da reportagem é apresentada a fala de um imigrante que dá “dicas” sobre como os brasileiros podem conseguir relacionar-se com os portugueses:

Por isso, o baiano, bonacheirão e comunicativo, não hesita em aconselhar os seus conterrâneos a procurar primeiro o convívio com as mulheres. “Você conhece primeiro elas e depois talvez ganhe o respeito delas”.

Em geral, depreende-se da leitura deste “especial” um esforço em descrever as dificuldades – relacionadas a casos de discriminação e exploração – pelas quais passavam os imigrantes. No entanto, não apenas algumas vezes o jornalista deixou evidente as suas visões estereotipadas ao salientar determinadas características das entrevistadas (ou ao fornecer informações desnecessárias, a exemplo da expressão “decote pronunciado”), como acabou também, como forma de aproximação ao leitor português, por recorrer a representações sociais hegemónicas sobre o Brasil e os brasileiros, bem evidente, por exemplo, na composição de um título como “A triste novela dos brasileiros que não sambam”.

Apesar de identificarmos algumas vezes a presença de estereótipos acerca dos brasileiros, em geral o *Público* demonstrou ao longo dos anos que compõem o primeiro período de análise uma sensibilidade não só em relação à imigração brasileira, mas relativamente à temática migratória como um todo, procurando expor casos de discriminação e burlas. Nesta linha, a edição de 2 de outubro de 2004 da *Xis* (suplemento em formato de revista do diário) dedicou uma reportagem de primeira página à questão. Nesta encontra-se a imagem do que se supõe ser uma mãe e o seu filho – ambos negros – e a seguinte inscrição: “Acolher os imigrantes – os apoios que precisam e os que já existem”.

No entanto, além da entrevista ao então Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, António Vaz Pinto, os textos desta edição, assinados por Rita Lancastre, evidenciam um cariz mais demagógico do que informativo. Por exemplo, ao afirmar que os imigrantes do Leste europeu se sentiam desvalorizados por não verem a sua formação profissional reconhecida em Portugal, a repórter pondera, entretanto, que estes “[...] revelam uma grandeza enorme na humildade com que aceitam desempenhar funções abaixo daquilo para que foram preparada[o]s”; informação que emerge do discurso mais como um julgamento por parte da pessoa que o assina, do que como algo percecionado a partir do contacto com esses imigrantes (ou outras pessoas), pois não é citado nenhum relatório, algo do género ou outro tipo de fontes para validar a referida presunção. A sua única fonte referida é o Comissário, evidenciando-se assim que as informações veiculadas têm mais a ver com pressuposições da jornalista do que com dados avalizados.

Um exemplo – que avaliamos como crítico – é no mesmo texto (“Mais apoios aos imigrantes”) em que se tece o comentário acima destacado sobre os imigrantes do Leste europeu, a jornalista reforçar a ideia, já própria do senso comum, de que os imigrantes poderiam vir a roubar postos de trabalho de nacionais, ao afirmar:

Mais do que a tendência para a exclusão ou uma atitude racista, prevalece entre nós o medo da concorrência. Por muito que custe admitir, ninguém aceita perder um emprego em detrimento de um imigrante, ainda que este tenha mais habilitações. [...] E uma política de imigração, por mais bem intencionada que seja, que não venha ao encontro dos interesses nacionais, pode gerar tensões tremendas entre estrangeiros e portugueses ou, até, entre os diversos grupos de estrangeiros.

Não obstante a trajetória por vezes muito sinuosa, tal como esta edição da *Xis* demonstra, reitera-se que o diário, mais do que o semanário, revela nestes primeiros anos do séc. XXI, em que os fluxos migratórios para Portugal eram intensos, uma sensibilidade relativamente ao acolhimento dos imigrantes. Tal denota que este tema, em vez de se caracterizar por uma invisibilidade mediática, ocupava já as redações dos dois jornais com uma cobertura digna de relevo.

Num estudo, já em 2001, elaborado pelo Observatório da Comunicação – Obercom (Cádima, et al., 2003), em que se analisaram peças produzidas pela imprensa nacional e regional nesse ano, os seus responsáveis observaram que, a seguir à temática “delitos”, a mais presente nos jornais em textos sobre a questão migratória era a do

“acolhimento”. Sobre esta, foram consideradas peças relacionadas com ações humanitárias e medidas de acolhimento, da iniciativa tanto da sociedade civil quanto do Estado.

A fraca efetividade do acordo luso-brasileiro

Num pequeno texto do *Expresso* de 28 de maio de 2005, com a chamada de primeira página “Freitas pede contenção aos brasileiros”, discorre-se sobre a cimeira da Comunidade Ibero-americana a decorrer naquela data em Guimarães. Em entrevista ao então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral⁶⁴, é destacado o interesse de Portugal pelo Atlântico Sul, algo já expresso pelo título “Atlântico Sul na agenda” (p. 28), e o reconhecimento da posição do Brasil como líder regional e mundial. Porém, o assunto que acaba por ser mais salientado, surgindo a seguir ao intertítulo “Emigração e cooperação”, é a questão dos imigrantes brasileiros em Portugal.

É a este assunto que a chamada da primeira página faz referência, pois, como é explicado no texto, o ministro na sua última visita ao Brasil havia alertado as autoridades para que esclarecessem os “[...] candidatos a emigração acerca da situação em Portugal, que já não é a mesma de há alguns anos”. Também se discorre, sob o mesmo intertítulo, sobre o facto de a Espanha ter regularizado recentemente 700 mil imigrantes, na sua maioria latino-americanos, e os brasileiros reclamarem uma oportunidade igual em Portugal, a que o ministro contrapõe com a afirmação de que o processo de regularização ao abrigo do acordo luso-brasileiro avançava “lenta mas seguramente”.

Esta visita ao Brasil fora noticiada pelo *Público* em reportagem de 7 de maio de 2005, “Brasil quer aumentar o investimento direto em Portugal” (p. 24), na qual, tal como ocorrera na entrevista a Freitas do Amaral, se destaca o alerta feito pelo ministro por meio da chamada de primeira página, “Freitas alerta brasileiros para dificuldades de emprego em Portugal”, e do subtítulo, “Freitas do Amaral pede às autoridades brasileiras para que ajudem a travar fluxo migratório”. Neste texto, de forma similar ao que explicaria dias depois na entrevista ao *Expresso*, o ministro defende que as autoridades brasileiras deveriam “ajudar a esclarecer” a situação de Portugal para travar a imigração e que o atraso na regularização de 14 mil imigrantes, sob o acordo luso-brasileiro, se devia a problemas burocráticos do Brasil.

⁶⁴ É assinalado que a entrevista se encontrava disponível na edição on-line, pois o texto da edição em papel corresponde a um resumo construído pela jornalista Nicole Guardiola a partir dos principais temas tratados na conversa.

Tais afirmações, relativamente ao baixo número de brasileiros que efetivamente conseguiam regularizar a sua situação sob o acordo de 2003, fazem eco, também, do que havia sido noticiado na entrevista ao então presidente do SEF, Gabriel Catarino, publicada pelo *Expresso* no ano anterior (24/1/04), em que se questionou a lentidão do processo de regularização de brasileiros. Ao que parece, dois anos após a assinatura do acordo, os problemas para os imigrantes permaneciam, com Freitas do Amaral, na entrevista a este jornal, a lançar a responsabilidade para o governo brasileiro: “a bola está agora no campo do Brasil, que demorou a enviar-nos a documentação em falta”.

Porém, em reportagem do *Público* de 12 de outubro de 2005, “Visita de Lula pode mexer com a legalização de brasileiros” (p. 8), com a chamada de primeira página “Visita de Lula traz novidades sobre legalização de imigrantes brasileiros”, noticia-se que, durante a Cimeira Luso-Brasileira que ocorreria no dia seguinte, o governo português apresentaria uma proposta para desburocratizar o processo de regularização de imigrantes. Tal iniciativa, ventilada pela assessoria de imprensa do então primeiro-ministro, José Sócrates, é classificada pelo repórter como mais uma vitória da diplomacia brasileira, que dois anos antes tinha conseguido promover a assinatura do acordo luso-brasileiro. Tal intenção do governo português indica que, ao contrário do que Freitas do Amaral afirmara aos dois jornais, de que o baixo número de brasileiros regularizados se devia a problemas burocráticos do Brasil, não era correto. O jornalista sugere, inclusive, a partir de metáforas e em contraposição a essas afirmações, que as dificuldades dos imigrantes em serem contemplados pelo acordo seriam de responsabilidade portuguesa:

Sucedem que Lisboa, ao mesmo tempo que abria a porta de entrada do “prédio”, deixava a de “casa” apenas entreaberta. De forma mais ou menos dissimulada, a regulamentação da lei tornava, na prática, muito complicada a concretização das expectativas geradas pela assinatura do “acordo Lula”.

Concluimos, assim, que apesar das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes para regularizar a sua situação ao abrigo do acordo luso-brasileiro (não plenamente esclarecidas nos diversos textos que fazem referência ao assunto), a importância das relações entre Portugal e Brasil jogou a favor do governo brasileiro que conseguiu exercer efetiva influência sobre o seu congénere português para uma intervenção a favor dos imigrantes (nestes anos em que o fluxo de brasileiros tinha sido intenso). No entanto, na reportagem do *Público* de 10 de novembro de 2005, “Imigrantes pagam cerca de 600 a 700 euros para se legalizarem em Portugal” (p. 24-25), é revelado que as dificuldades dos

brasileiros se regularizarem ao abrigo do acordo luso-brasileiro não se deviam apenas a aspetos burocráticos (portugueses ou brasileiros), mas ao facto de o SEF exigir em média entre 600 e 700 euros para cada processo de legalização, quando a média salarial da população então se fixava entre 500 e 600 euros (informação veiculada no texto, sem indicação de fonte).

- “Imigrantes pagam cerca de 600 a 700 euros para se legalizarem em Portugal”
(*Público*, 10/11/05, p. 24-25)

Optámos por nos debruçar com mais atenção sobre este texto, pois a sua estrutura temática sugere um posicionamento crítico do jornal em relação ao SEF e, consequentemente, de simpatia pela causa imigrante. Logo pela análise do “resumo” verificamos que a estrutura do seu *script*⁶⁵ é composta da seguinte forma: o título designa os sujeitos da reportagem e a sua ação, o subtítulo “taxas, impressos e carimbos de visto” indica a que se refere a quantia despendida, com o destaque logo abaixo do subtítulo “O SEF é o único órgão de polícia que dá lucro e que contribui para o orçamento da Administração Interna” a estabelecer a consequência de tais cobranças.

Esta correlação estabelecida pelos diversos elementos da categoria “resumo” – de que os valores elevados cobrados seriam responsáveis pelo lucro do SEF – corresponde, no entanto, mais a uma tese desenvolvida pelo jornalista Ricardo Dias Felner (que assume uma crítica implícita à situação imposta aos imigrantes) do que a uma informação objetiva, pois apesar de se referir uma discussão orçamental do governo anterior, que previa para o Serviços de Estrangeiros e Fronteiras uma receita de 30 milhões de euros com o valor cobrado aos imigrantes legalizados, não é apresentada qualquer fonte institucional que valide esta correlação.

Neste sentido, consideramos que esta reportagem ao se debruçar não sobre um facto, mas sobre uma problemática – os elevados valores cobrados aos imigrantes –, apresenta características hipotético-dedutivas, em que “[...] eventos são citados, fontes aparecem entre aspas e proposições são apresentadas; [...] tudo isto atuando como um suporte lógico da tese apresentada” (Pan & Kosicki, 1993, p. 60). Neste caso, o evento citado para

⁶⁵ A estrutura de *script* de uma notícia corresponde à sequência estabelecida e estável de elementos que fornece a representação do evento narrado, e que no discurso noticioso, geralmente, se caracteriza pela resposta às seguintes perguntas (condensadas no *lead*): O quê? Quem? Onde? Como? E por quê? (Pan & Kosicki, 1993).

reforçar a tese de que os valores cobrados seriam a fonte de financiamento do SEF é a discussão do orçamento do Ministro da Administração Interna.

A dar suporte à tese que emerge como crítica à atuação do SEF – de que o organismo vivia à custa dos imigrantes –, é assinalado que os valores cobrados eram superiores à média salarial da população, que se situava entre os 500 e 600 euros, e, portanto, considerados ““escandalosamente elevados”” pelas associações migrantes. Para ilustrar as consequências na vida dos imigrantes, é apresentado – inclusive em formato de destaque – o caso de Lúcia, brasileira de 32 anos, que declara: ““Só Deus sabe como consegui pagar. Comendo hoje, passando fome amanhã, pedindo dinheiro emprestado””. Sobre o assunto e ainda na mesma peça, destaca-se a indignação de Heliana Bibas, então dirigente da Casa do Brasil, que acusa o Governo de: “[...] ‘arrecadar muito com a imigração, mas não reinvestir esse dinheiro na melhoria das suas condições’. ‘Como pode o SEF, perante isto, queixar-se de que não tem condições para atender os imigrantes?’, questiona”.

Representações problemáticas

Assim como identificamos dois anos antes, na reportagem do *Público* “Matar por 25 mil euros”, a utilização de uma estratégia discursiva de excessiva lexicalização (ao caracterizar recorrentemente os sujeitos da notícia a partir do seu local de origem – “brasileiros”) que conduz à pressuposição de que aquele assassinato apenas tinha acontecido porque foi executado por brasileiros; em 2005, observamos também em dois trabalhos do *Expresso* a presença de representações problemáticas, tanto de brasileiros quanto da realidade social do país.

Em “Crimes ‘à brasileira’” (5/3/05, p. 18), a jornalista Valentina Marcelino noticia a duplicação de assaltos realizados com armas de fogo, o que, segundo “analistas de segurança”, indicaria a “brasileirização” da criminalidade no país. Ao debruçarmo-nos sobre a estrutura sintática da peça, observamos que o título “Crimes ‘à brasileira’”, o subtítulo “Os assaltos com armas de fogo duplicaram nos últimos três anos” e o *lead*, que desenvolve de forma sucinta as informações dos dois elementos anteriores, estabelecem o seguinte enquadramento para a informação exposta: há um aumento no uso de armas de fogo em crimes e isto é indicativo da “brasileirização” da criminalidade em Portugal.

Identificamos no uso das expressões “à brasileira” e “brasileirização” a evidência de um processo de ancoragem – nos termos estabelecidos pela teoria das representações

sociais – com o qual se procura não só relacionar este tipo de ocorrência criminosa com uma representação social do Brasil já então dominante em Portugal, mas também associar a ocorrência em questão a estes termos bastante sucintos e facilmente ativáveis pelos leitores. A sua utilização também se revela uma estratégia discursiva de generalização, pois conduz ao entendimento de que o uso de armas de fogo é um fenómeno típico (ou até exclusivamente) brasileiro, quando ele é, contudo, bastante comum noutros países (a exemplo dos Estados Unidos).

Observamos ainda que a estratégia de atribuição de citações a *experts*, de forma a apresentar o texto como construído numa base de objetividade, e assim validar a tese apresentada – “brasileirização” da criminalidade em Portugal –, acaba por se mostrar um tanto frágil por a nomeação dos especialistas ser vaga:

Apesar de, na maioria das vezes, as armas não dispararem e servirem apenas como meio de ameaça, há analistas de segurança que não duvidam que está dado o primeiro passo para a “brasileirização” da criminalidade em Portugal.

Já a peça “Turistas acidentais” (30/12/05, p. 17) assemelha-se mais à reportagem do *Público* de dois anos antes, ao assinalar no subtítulo que “Cada vez mais gangues estrangeiros fazem ‘excursões’ a Portugal. Vêm, assaltam e vão embora”. Todavia, assim como em “Crimes ‘à brasileira’”, observamos que a tese sustentada pelo texto – de que indivíduos estrangeiros vinham a Portugal com o objetivo expresso de praticar crimes – é frágil, pois além da identificação apenas de dois casos em que membros de gangues expressaram esta intenção, não há nenhuma citação de especialistas ou elementos da área de segurança a confirmar tal tese. Esta fragilidade, inclusive, revela-se no uso da expressão “parece”:

Portugal parece ter-se tornado um alvo preferencial para assaltantes. Nos últimos tempos, aumentaram casos de gangues de estrangeiros que vêm a Portugal propositadamente para assaltar, regressando aos países de origem depois dos assaltos.

Isto não impede, porém, a jornalista Dulce Salzedas de assinalar que um dos gangues preso era formado por um brasileiro e um cabo-verdiano; e apesar de afirmar que a Polícia Judiciária (PJ) não tinha querido revelar a nacionalidade dos integrantes de uma segunda quadrilha também detida, logo a seguir apresenta a informação que naquele mês a PJ tinha detido 12 homens, dentre os quais três de nacionalidade brasileira.

Relativamente a este último caso, é de questionar também porque foi discriminada a nacionalidade de três membros do bando, silenciando-se a origem geográfica dos restantes. Não há por parte da jornalista, pois, a mesma preocupação que teve a Polícia de não discriminar nacionalidades dos criminosos. No final, em diálogo com o tema tratado pela reportagem anterior, o texto termina deste modo: “De referir que os assaltos à mão armada registaram uma forte subida em 2005”.

Relativamente a estes dois textos, o enquadramento escolhido pelo semanário para discorrer sobre a criminalidade em Portugal, que associou ao imaginário social acerca do Brasil, não apenas representa uma atitude censurável por parte do jornalismo, ao dar azo a atitudes xenófobas em relação a imigrantes desta nacionalidade, como assume também um carácter sensacionalista, ao compor um cenário que exagera sobre o estado da violência urbana no país. Avaliamos desta forma, pois, conforme já dito, que faltam dados oficiais e fontes credíveis identificadas que confirmem as teses de que: (1) há uma escalada vertiginosa da violência em Portugal, (2) esta violência está conjugada com a identificação de indivíduos brasileiros e com práticas comuns no Brasil.

A polémica dos imigrantes retidos

Em dezembro de 2005, uma reportagem da SIC teve grande repercussão ao mostrar as condições degradantes a que imigrantes, a quem havia sido negada a entrada ou permanência em Portugal, eram submetidos no Centro de Instalação Temporário (CIT), no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto – onde eram obrigados a permanecer até ao momento de deixarem o país. Este mesmo assunto é tratado numa reportagem do *Expresso* “Imigrantes encaixotados” (10/12/05, p. 16), que apresenta também como subtítulo: “Um telefonema para a SIC denunciou uma situação de albergue de imigrantes ilegais que chocou o país e obrigou o Governo a tomar medidas”.

No *lead*, o trabalho assinado por Eduarda Freitas expõe de forma sucinta o contexto da polémica e a consequente obrigação exigida às autoridades de uma tomada de medidas sobre o assunto:

As objetivas de televisão deixaram de estar apontadas para o Centro de Instalação Temporário (CIT) do posto de fronteira do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto. As condições sub-humanas dos contentores em que os imigrantes eram colocados, antes de serem repatriados por problemas legais, chocaram o país quando emergiram nos “media”. E o Governo foi obrigado a reagir e a remediar a situação.

A estrutura temática do texto é composta de três partes, subdivididas pelos intertítulos “Denúncia telefónica” e “Um poema na parede”, em que na primeira se discorre sobre o anúncio e visita a um novo local de passagem para estrangeiros, reiterando, todavia, o tom crítico ao anunciar que os jornalistas ficaram do lado de fora durante a visita, sob a alegação de que o novo espaço precisava de melhorias; na segunda parte é apresentado, de modo mais amplo do que no *lead*, a origem da polémica e os factos mostrados na reportagem da SIC; e na terceira é exposta a troca de acusações entre diferentes entidades públicas sobre a responsabilidade pelo CIT.

Na segunda parte, sob o intertítulo “Denúncia telefónica”, o texto refere que a brasileira Paula Marcelino – autora da denúncia – fora conduzida ao CIT após ter sido identificada pela polícia de Braga sem visto. Após doze dias a viver “[...] com mais nove pessoas num espaço reduzido. Homens e mulheres juntos, sem privacidade, sem higiene. Gente que já ali estava há 50 dias”, decidiu telefonar para a SIC, o que deu origem a uma entrevista, realizada através da janela do pré-fabricado do Centro e caracterizada pela jornalista como “Uma espécie de grito de revolta”.

O texto é concluído da seguinte forma: “A deputada do Bloco de Esquerda pelo círculo do Porto, Alda Macedo, esteve presente nas instalações desactivadas e não acreditava no que estava a ver: **‘Portugal não é um país medieval ou do terceiro mundo’**”. A reportagem ainda salienta, num destaque ao lado de uma imagem da deputada: “O Alto Comissário para a Imigração, Rui Marques, prefere não comentar este caso chocante”. Neste sentido, consideramos que o texto assume um tom crítico em relação às condições do Centro, denunciadas pela reportagem televisiva, e à evidente falta de responsabilidade e de iniciativa das autoridades competentes. Tal é notório tanto na forma como a reportagem está estruturada, como na utilização recorrente do verbo “chocar” (e derivados) e do adjetivo “encaixotados” no título. Sobre a irresponsabilidade das autoridades, o julgamento crítico da jornalista mostra-se explícito:

Depois de a reportagem ter passado na televisão, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a administração da ANA – Aeroportos de Portugal tentaram livrar-se de responsabilidades. O SEF, responsável pela gestão do CIT dizia que a haver falta de condições, a responsável seria a ANA, visto ser a proprietária do pré-fabricado. Em resposta, a ANA apontava o dedo ao SEF.

A reportagem do *Público* – “Estrangeiros retidos mais de 40 dias no aeroporto do Porto” (7/12/05, p. 22) – não chega a reconstituir o contexto em que se deu a denúncia de

Paula Marcelino, todavia, mais explicativa, informa que o CIT se destinava a passageiros cuja entrada era recusada em Portugal, a quem pedisse asilo e àqueles a quem um tribunal tivesse decretado a expulsão do território nacional; e que a sua gestão, assim como a satisfação das necessidades básicas dos retidos, cabia ao SEF. Neste texto há também uma caixa, cujo título informa que o “Prazo máximo de estada está fixado em 60 dias”; no entanto, quando alguém era impedido de entrar no país, como era o caso de duas pessoas do grupo retido no Porto, a permanência na área internacional do aeroporto não podia exceder as 48 horas. Caso o período fosse ultrapassado, um tribunal devia ser informado sobre a impossibilidade de rápido regresso e as pessoas instaladas em local próprio, como o CIT. A situação teria de ser reapreciada a cada oito dias. O texto não explicita, mas o leitor facilmente subentende não ser este o caso de quem já se encontrava há mais de 40 dias no Centro.

De forma similar ao semanário, que utilizou o adjetivo “chocante” e derivados para caracterizar a situação no CIT (assim assumindo o seu posicionamento crítico perante os factos), o diário utilizou uma vez o adjetivo “dramática[s]” e outra o substantivo “drama[s]” para descrever o que fora mostrado pela televisão. Conforme se lê:

As imagens, exibidas pela SIC, eram dramáticas. “Não me trazem um médico!”, queixava-se, através das grades, uma romena de 15 anos, “grávida de gémeos”. Uma outra punha a tónica na insegurança resultante da co-habitação de pessoas de ambos os sexos, vincando a existência de uma casa de banho para dez pessoas. [...] Mas a reportagem veiculava outros dramas, incluindo o mau cheiro que indiciaria falta de higiene.

Avaliamos, assim, como positiva a abordagem do assunto em ambos os jornais, pois desde o adjetivo escolhido para compor o título da reportagem do *Expresso* – “encaixotados” – à forma como as informações foram estruturadas nos dois textos, não houve qualquer tentativa de minimizar as acusações feitas pelos imigrantes – impossível de acontecer, podemos afirmar, considerando a repercussão da reportagem televisiva e o facto de os espetadores terem, também, podido visualizar as condições do CIT. Contudo, esta não era a primeira vez que a comunicação social denunciava a penosa situação dos estrangeiros nas salas dos aeroportos destinadas aos retidos em território nacional.

Como assinalámos na análise da reportagem de 2000 da *Pública* “Clandestinos – Ilegais brasileiros em Portugal”, nesta era destacada a fala de um inspetor do SEF sobre o carácter precário da sala do Aeroporto de Lisboa destinada aos passageiros impedidos de

entrar no país: “Aquilo é nojento, não tem qualificação”. Ainda que estas condições não fossem o foco da reportagem de 12 páginas, além de serem descritas, as mesmas foram referidas num destaque: “A sala dos deportados cheira a suor, os beliches estão desconjuntados, os cobertores velhos e empoeirados. O tecto falso está esburacado”. Isto leva-nos a supor que o caso de 2005 alcançou tamanha repercussão devido também ao facto de ter sido apresentado na televisão. O poder de representação inerente à imagem mostra-se ainda maior no género informativo – de que são exemplos os telejornais (Filho, 2006). Nestes, com o objetivo de proporcionar uma visão mais “nítida” do “real” aos espetadores, é oferecida não apenas a oportunidade de observar uma determinada ocorrência, mas também de participar “em simultâneo”.

Para além deste objetivo manifesto dos telejornais, a própria natureza do meio televisão proporciona esta sensação ao espetador de estar a participar do evento transmitido em simultâneo. Como explica Daniel Dayan (2006), ver televisão não é uma experiência puramente individual, mas um “ver com”, relacionado, por sua vez, com o contracampo constituído por todos aqueles que imaginamos estar a assistir ao mesmo conteúdo. Neste sentido, podemos dizer que a reflexão sobre a consciência de unanimidade simultânea estabelecida por Gabriel Tarde (2005) relativamente aos jornais impressos, na televisão encontrou o seu apogeu; a despeito dos gravadores e outros dispositivos afins que posteriormente foram colocados à disposição do telespetador, ver um programa, um documentário e mais ainda um telejornal continua a ser uma experiência coletiva, ainda que de natureza solitária para muitos, concretizada num momento específico – o do horário de exibição desses conteúdos.

Esta é a experiência que descreve o filósofo Stanley Cavell, quando nos diz que a programação comporta sempre um momento de fixação, no qual a enunciação se faz em directo, permitindo desta forma aceder ao registo do ver com, e entrar na comunidade imaginada dos que estão a ver ao mesmo tempo. (Dayan, 2006, p. 29)

Para além deste fator relacionado com o meio, também conjecturamos que nesse ano, com um fluxo de imigrantes intenso desde 1990 e a expansão da comunidade estrangeira já desde a década anterior, os media em geral apresentavam uma sensibilidade mais aguda para notícias envolvendo discriminação, exploração e maus-tratos de imigrantes. Ainda que em algumas peças, conforme observámos, se evidenciem representações problemáticas, já em 2001, no citado estudo da Obercom sobre a imprensa nacional e regional (Cádima et al., 2003), identificou-se que logo a seguir à temática “delitos”, as

outras temáticas mais frequentes a propósito de imigrantes e minorias étnicas eram “acolhimento”, “convivência” e “exploração e máfias” (por esta ordem).

Considerações sobre o primeiro período de análise

Se em 2000 pouca atenção se deu, tanto no *Público* quanto no *Expresso*, à imigração brasileira (apesar da longa reportagem de capa do suplemento do diário, *Pública*, sobre a temática da imigração, a maioria dos textos foi sobre os imigrantes do Leste europeu), gradualmente esta situação foi-se alterando. Neste sentido, considerando o material selecionado, o ano de 2003 foi aquele em que a comunidade brasileira emergiu de modo mais visível nos textos relacionados com a questão imigratória.

Consideramos dois factos como hipóteses explicativas para a supremacia dos brasileiros nos media, a partir de 2003. A assinatura do acordo luso-brasileiro (também conhecido como “acordo Lula”), que teve ampla repercussão tanto pelas dificuldades que os imigrantes continuaram a encontrar para se legalizarem, quanto pelo impacto causado em outras comunidades, que reivindicaram condições iguais de legalização (algo posteriormente alcançado). E o caso das chamadas “Mães de Bragança”. Conforme veremos em subcapítulo seguinte, este movimento eclodiu como um evento significativo ao marcar, a nível temporal e simbólico, o início da cobertura sistemática de casos de prostituição e tráfico de pessoas (sobretudo de origem brasileira) nos meios de comunicação social.

O crescimento regular da própria comunidade brasileira em Portugal é, também, como é óbvio, uma outra justificação para o crescente interesse público (e dos media) sobre a mesma. Se apenas em 2007 os brasileiros se tornaram a maior comunidade estrangeira do país, em 2000 já ocupavam o segundo lugar e estavam em crescimento desde a década de 1980 (até 2010). Advertimos, todavia, que uma validação mais segura desta variável – e hipótese explicativa sobre a visibilidade na imprensa da comunidade brasileira – requer uma análise mais minuciosa (e de tipo quantitativo) sobre o fenómeno migratório em geral (comparação com outras comunidades, por exemplo), que não foi possível realizar na presente investigação.

Relativamente aos textos analisados sobre a temática crime que, apesar de não se relacionarem com a imigração, salientam a origem nacional dos seus intervenientes, observamos na estratégia discursiva que os caracteriza uma motivação xenófoba e potencialmente suscitadora de atitudes discriminatórias por parte da sociedade de

acolhimento. Tanto que, conforme veremos mais adiante, movimentos da sociedade civil procuraram erradicar das notícias a indicação da nacionalidade dos sujeitos, justamente por se entender que esta promovia uma representação estereotipada e discriminatória.

Por fim, discorremos brevemente sobre o texto “Portugueses já não vêem cidadãos de Leste como ‘bons imigrantes’” (*Público*, 10/4/05, p. 23), referente aos resultados de um estudo conduzido pela Universidade Católica que indicava a perda de popularidade entre os portugueses, no espaço de pouco anos desde o *boom* deste fluxo migratório, dos imigrantes do Leste europeu, identificando-se naquele período os brasileiros como claramente preferidos àqueles. Conforme explica Ricardo Dias Felner, se no início do séc. XXI a vinda desses imigrantes fora celebrada em virtude da sua capacidade de trabalho, formação superior e disponibilidade linguística, a visibilidade recente de situações de marginalidade e criminalidade fizeram com que a sua imagem positiva fosse posta em causa. Apesar de focalizar esta perda de prestígio dos imigrantes do Leste, a notícia também pretende salientar a preferência pelos brasileiros, ao expô-la no subtítulo: “Estudo da Universidade Católica mostra, por exemplo, que os brasileiros são preferidos”.

O fenómeno migratório no contexto de crise económica

Os textos analisados no período de 2000 a 2005, na sua maioria, refletem o contexto então vivido por Portugal no que diz respeito à sua situação de imigração: um país que deixava de ser um local de emigração para se tornar, sobretudo, destino de imigração. Foram vários os textos que ao longo desses seis anos se reportaram, também, a matérias relacionadas com os brasileiros em Portugal; à medida que a comunidade crescia e se tornava maioritária, os jornalistas procuraram expor o perfil da 2.^a vaga, tanto por meio de relatos em primeira pessoa (em que eram narrados casos de discriminação, burla, exploração laboral e afins), quanto pela divulgação de estudos feitos sobre a comunidade.

Assinalamos que, de acordo com os relatórios do SEF, em 2006 o Brasil igualou Cabo Verde como maior comunidade estrangeira em Portugal e no ano seguinte suplantou esta, mantendo esta posição de topo até à atualidade. A partir de 2010, porém, o contexto português referente à imigração mudou: com a crise económica, a comunidade estrangeira, depois de crescimentos sucessivos nas décadas anteriores, voltou a diminuir e os portugueses retomaram com maior intensidade o movimento de emigração. Em 2011, a comunidade brasileira, apesar de se manter como a maior, também entrou em decréscimo, apenas revertido em 2017.

Neste sentido, e considerando que o último texto referido relativamente ao primeiro período de análise diz respeito a um estudo conduzido pela Universidade Católica sobre as visões acerca das principais comunidades estrangeiras em Portugal, decidimos iniciar a análise dos textos publicados entre os anos de 2010 e 2015 pela reportagem do *Expresso* “Brasileiros Felizes, criminosos e maus” (29/5/10, p. 27). A base desta notícia é também uma investigação (doutoramento), em que a sua autora, Aline Lima Nunes, procurou descortinar a imagem dos imigrantes brasileiros construída pelos portugueses. Tendo em atenção estas duas peças, é muito evidente a diferença de representação dos brasileiros: em curto espaço de tempo, a sua imagem parece ter sofrido uma inversão. Enquanto o texto “Portugueses já não vêem cidadãos de Leste como ‘bons imigrantes’” (*Público*, 10/4/05, p. 23), apesar de focar os imigrantes de Leste, assinala que os brasileiros são já preferidos àqueles, nesta peça de 2010 são enfatizadas as características negativas atribuídas aos brasileiros (pelos portugueses).

A peça, de autoria de Raquel Moleiro aparece sob o chapéu “Imigração”, apresenta como subtítulo “Estudo do ISCTE traça perfil do imigrante brasileiro visto por portugueses. Só a alegria suplanta a má índole” e o seguinte *lead*:

Felizes, maus, criminosos, comunicativos, festivos, trabalhadores, conflituosos, simpáticos, ladrões de emprego, divertidos, preguiçosos, oportunistas (as mulheres), pobres... O perfil do imigrante brasileiro em Portugal, visto por portugueses, é um misto de bons e maus estereótipos, listados por esta ordem, mas o lado negativo já domina a imagem da maior comunidade estrangeira. Só eles – quando comparados com os restantes imigrantes – são considerados quezilentos, preguiçosos e, no que ao género feminino diz respeito, “querem é vida fácil”.

Enquanto o título sintetiza os resultados da investigação, apresentando por ordem de popularidade as representações sociais mais comuns sobre os brasileiros em Portugal – “felizes, criminosos e maus”; o subtítulo indica, sucinta e indiretamente, que estes adjetivos fazem referência a um estudo conduzido no ISCTE; e o *lead* explicita de forma mais ampla as conclusões obtidas. Nos parágrafos seguintes é contextualizada a investigação, explicando tratar-se de uma tese de doutoramento conduzida por uma brasileira, cuja escolha da sua própria comunidade para estudo não se ficou a dever apenas a uma questão de proximidade, mas, como a própria explica em discurso direto, ambicionava estudar a discriminação em Portugal, razão pela qual os brasileiros surgiram como um objeto de estudo ideal, ao se posicionarem num meio-termo perfeito, “[a

comunidade] Nem está no extremo da exclusão, como os ciganos, nem da total integração”.

Ainda nesta parte de contextualização, após o “resumo”, é também referido o preconceito que Aline Nunes sentiu ao chegar a Portugal, quatro anos antes. Na forma como está estruturado o discurso, esta descrição está conjugada com os resultados da pesquisa, como que a título de comprovativos destes. Por exemplo, ao explicitar o estereótipo da brasileira como mulher oportunista (à procura de maridos e afins), o texto refere: “Talvez por isso, sempre que Aline diz que é estudante, bolseira de doutoramento, sente que fica uma réstia de dúvida no interlocutor português”.

Chamamos a atenção para a seguinte afirmação da investigadora:

“Curioso perceber que essa imagem negativa não se aplica aos brasileiros que estão no Brasil”. Esses são as estrelas das novelas, cultivam o corpo, festejam o Carnaval, são adeptos fanáticos de futebol. “É como se, ao emigrarem para Portugal, mudassem automaticamente e se tornassem criminosos”.

Relacionando esta declaração com a forma do discurso noticioso, recordamos, conforme já observado em análise anterior, que em textos cujas fontes ou os sujeitos são celebridades, figuras públicas brasileiras, ou mesmo imigrantes de um *background* cultural e educacional mais elevado, os jornais tendem a adaptar as suas falas de forma a torná-las mais compreensíveis ao público português. Todavia, quer se trate de prostitutas, fiéis e membros da IURD ou outros imigrantes de origem mais humilde, esta adaptação em geral não ocorre, mas pelo contrário, as diferenças são reforçadas a partir de citações em discurso direto.

Para contrapor aos resultados do estudo sobre a opinião dos portugueses em relação aos imigrantes brasileiros, a reportagem destaca, numa caixa com o título “E o que pensam eles dos portugueses”, breves citações de três imigrantes: Eliane Mendonça (empregada de café), Edson Athaide (publicitário) e Cláudia Silva (modelo e atriz). Chama a atenção o facto de duas falas demonstrarem, de alguma forma, condescendência em relação aos portugueses:

“Lido todo o dia com o preconceito de ser ‘mulher fácil’, mas o português é ‘8 ou 80’: rude ou muito cortês. E dado. Para ajudar dá a roupa do corpo”

“No Brasil, estão a rever os estereótipos dos portugueses. A ‘tradicionalidade’ perde sentido com a migração de jovens ‘europeus’”

“Imagina o que dizem a uma loira de 1,80m? Mas no geral são boa gente, porém, tristes e derrotistas”

A segunda citação, de Edson Athaíde, também salta à vista por, em vez de apresentar a opinião de um imigrante brasileiro sobre os portugueses – o que seria de esperar a partir do título “E o que pensam eles dos portugueses” –, discorrer brevemente sobre os estereótipos existentes no Brasil em relação aos portugueses. Neste sentido, retivemos a impressão de que, mais do que corroborar o estudo que é a âncora da reportagem, estas citações serviram para atenuar os seus resultados. Esta percepção torna-se mais forte quando, sob o intertítulo “Visão preconceituosa”, se destaca a seguinte declaração de Gustavo Behr, então presidente da Casa do Brasil: “No geral, os portugueses têm uma visão preconceituosa dos brasileiros, mas é algo maioritariamente abstracto. Quando conhecem um directamente, com maior proximidade, mudam”⁶⁶.

Por fim, assim como identificámos em “Portugueses já não vêem cidadãos de Leste como ‘bons imigrantes’”, a concluir a presente notícia é apresentada uma explicação sobre a discriminação direccionada aos brasileiros (e talvez aos imigrantes em geral...): a crise económica e a consequente disputa mais dura por emprego no mercado de trabalho.

A evasão da comunidade brasileira

Apesar de os relatórios anuais do SEF apenas registarem a diminuição da comunidade brasileira a partir de 2011, já no ano anterior encontrámos reportagens no *Expresso* que falam da evasão dos imigrantes brasileiros de um Portugal em crise. Em “O futuro às vezes é ir para trás” (20-21), reportagem de 2 de outubro de 2010, a partir do caso de uma família de imigrantes, é referido como cada vez mais brasileiros estavam a requisitar o auxílio da Organização Internacional para as Migrações (OIM) para regressar ao Brasil.

Em 26 de fevereiro 2011, o semanário volta ao tema, com os mesmos personagens, em “José já foi ter com a família ao Brasil” (p. 21); e em 30 de julho assinala que os “Imigrantes pedem mais ajuda para voltar” (p. 25), frisando no subtítulo serem os brasileiros os líderes de pedidos de apoio à OIM. Ambos os textos referem o aumento de apoios solicitados à OIM para o regresso de imigrantes aos seus países de origem, com os brasileiros a surgirem como os principais auxiliados, mas o primeiro texto detalha

⁶⁶ Como se observa nesta citação, Behr diz “maioritariamente” e não “majoritariamente”, como é regra no Brasil. Não podemos asseverar que o presidente não tenha, de facto, usado o termo na versão “portuguesa”, todavia, indicamo-la como possível exemplo de adaptação das falas referida anteriormente.

melhor esta situação (por meio da fala de Carlos Viana, representante da Casa do Brasil): “Há muitos mais casos. Não são apenas as pessoas em dificuldades que estão a regressar ao Brasil. Há muita gente que já cá está há anos, que tem nacionalidade e que está a voltar”. No segundo texto, é explicitado no subtítulo: “Brasileiros lideram pedidos de apoio no primeiro semestre e há muita gente em situação legal a partir”.

Como explica a representante da OIM no texto de julho, 28% dos imigrantes que receberam auxílio nos primeiros seis meses de 2011 tinham autorização de residência, estando a explicação para o sucedido no facto de, com a crise de então, mesmo os imigrantes regularizados (geralmente mais protegidos) estarem também a sentir dificuldades. Expandindo a análise um pouco além daqueles que estavam a precisar de ajuda, a razão da evasão também podia estar relacionada com o bom momento económico então vivido pelo Brasil, como Carlos Viana sugere: “Talvez seja a conjugação de dois fatores. Aqui sente-se um baixo astral e lá tudo parece estar a melhorar”.

Isto fica evidente na reportagem de 2010 “O futuro às vezes é ir para trás”, cuja primeira página é partilhada com uma outra notícia de temática próxima: “Eleições com Lula no papel principal” (p. 20). Ambas as peças são assinadas pelo mesmo jornalista, Ricardo Marques (a segunda em parceria com Pedro Cordeiro), e num dos parágrafos desta é dito o seguinte:

Ao mesmo tempo, vindos de todo o mundo, milhares de emigrantes brasileiros estão a regressar a casa, em resposta ao apelo do Presidente Lula da Silva. “Essa é uma realidade cada vez mais importante na política brasileira e as autoridades estão atentas”, explica a chefe da missão portuguesa da Organização Internacional para as Migrações, Marta Bronzin. Em Portugal, onde são a maior comunidade de imigrantes, nos primeiros seis meses deste ano, inscreveram-se 745 brasileiros no programa de apoio ao regresso.

Norman Fairclough (2001), na sua perspetiva intertextual da análise crítica do discurso, chama a atenção “[...] para os modos como os textos são transformados e penetrados por outros textos que estão numa cadeia de relações entre si” (p. 75); o que, relativamente ao exemplo em questão, se aplica plenamente, visto que a informação exposta pela notícia “Eleições com Lula no papel principal” conjuga-se com o cenário exposto na reportagem “O futuro às vezes é ir para trás”, no sentido de complementar a compreensão sobre o novo fenómeno do retorno de imigrantes brasileiros. Ou seja, o regresso não estaria relacionado apenas com o contexto de crise em Portugal, mas seria

também potenciado pela pujança económica vivida pelo Brasil. A seguir, analisaremos de forma mais pormenorizada alguns textos sobre a mesma problemática.

- “O futuro às vezes é ir para trás” (*Expresso*, 2/10/10, p. 20-21)

Nesta reportagem, o estilo literário dá o tom ao primeiro parágrafo. Diferente da estrutura habitual de um *lead*, o texto começa do seguinte modo:

Sónia caprichou para acabar o dia em que se sentiu uma falhada. À tarde, arranjou o cabelo no salão, depois pintou os olhos, deu umbrilho nos lábios e decidiu-se por um vestido justo lilás. Na terça-feira, noite da derrota absoluta, chega cedo ao aeroporto de Lisboa. Traz quatro malas, o filho pela mão, o marido (José, que conheceu em Portugal e deixa para trás) ao lado e, sem disfarçar, a pior sensação de todas.

Pouco depois o leitor fica a saber a triste história desta família de imigrantes brasileiros, cuja mulher e o filho precisaram da ajuda da OIM para obter as passagens de regresso ao Brasil. O relato serviu para o jornalista informar que nos seis primeiros meses daquele ano (2010), 891 pessoas necessitaram do mesmo auxílio e, destas, 745 eram brasileiros. Conforme se afirma em seguida e é destacado no olho, este valor já era quase igual ao dos que pediram ajuda para regressar durante todo o ano anterior (788).

Sob o intertítulo “Ver a família partir”, o jornalista explica, a partir da relação estabelecida entre a conjuntura do Brasil quando Sónia e José emigraram alguns anos antes e a situação vivida pelo país naquele momento, como o PIB estava a crescer a um ritmo superior a 6% ao ano enquanto as maiores economias do mundo se debatiam com os efeitos da crise. Se no caso da família em questão, este facto não foi determinante para o regresso, mas sim a sua situação de extrema penúria em Portugal, ele não deixa de emergir no discurso como corroboração da informação apresentada no texto ao lado, “Eleições com Lula no papel principal”, em que se expõe o apelo do então presidente para que os emigrantes brasileiros retornassem.

Sob o intertítulo “Portuguesa do Brasil”, uma outra personagem é introduzida na reportagem: Adriana Sousa, há nove anos em Portugal e que, apesar da crise aqui e das boas notícias vindas do Brasil, não pensava em voltar. Ao apresentá-la no texto, é dito o seguinte: “Adriana, empregada doméstica em várias casas na Amadora, é cada vez menos uma brasileira que veio para ganhar dinheiro e cada vez mais uma portuguesa que veio do Brasil”. Em passagem anterior, ao introduzir a figura de José Moraes, no texto também se quis destacar uma suposta proximidade lusitana: “[...] paulistano com nome português”.

Conforme observamos nas peças acerca de imigrantes brasileiros publicadas nos anos subsequentes e que serão analisadas adiante, houve por parte dos jornais intenção de apresentar imigrantes que, apesar das dificuldades em Portugal e dos atrativos recentes do Brasil, preferiam permanecer no país. Somado a outros textos sobre o regresso de brasileiros, leva-nos a considerar que, ao contrário do que imaginávamos que num primeiro momento podia ser avaliado como positivo (pelos problemas de desemprego), o regresso dos imigrantes não foi assim perçecionado pelos jornais e os seus articulistas, que refletiam um tom pessimista ao debruçarem-se sobre a partida da principal comunidade estrangeira. Esta ocorrência assinalava com mais ênfase o fracasso recente do país.

Num dos grupos de foco conduzido para esta investigação, uma das participantes (Lídia, jornalista de formação e no momento professora e investigadora da área de Comunicação), ao discutirmos sobre este conjunto de textos relativos à ajuda oferecida aos imigrantes, formulou uma hipótese que nos pareceu relevante: todos estes textos referem dados da OIM, a organização que concedia o auxílio, o que permite conjecturar se não haveria por detrás das notícias um eficiente trabalho de assessoria de imprensa, que acabou por influenciar a cobertura do *Expresso*. Já em entrevista ao jornalista brasileiro Jair Rattner, com trabalhos produzidos sobre os imigrantes brasileiros em Portugal tanto para órgãos de comunicação portugueses quanto brasileiros, este explanou uma explicação mais prosaica: dado o interesse da comunicação social nos anos anteriores pelo amplo crescimento da comunidade brasileira, era natural que, num contexto de crise e recessão, os jornais agora também prestassem atenção ao fenómeno inverso.

Para além da apresentação de casos de imigrantes que necessitavam de ajuda para o seu regresso e de outros que preferiam ficar, a reportagem também procurou recolher opiniões abalizadas sobre o novo fenómeno. Numa caixa no lado inferior direito da segunda página foram apresentadas três perguntas a Carmen Fonseca, então investigadora no Instituto Português de Relações Internacionais, uma delas a seguinte: “O Brasil é hoje um destino mais atrativo do que Portugal para a emigração?”, a que a especialista responde que tal tendência se mostrava cada vez mais forte. No final da reportagem o tom literário é retomado, com o jornalista a afirmar que para Sónia e José a distância entre eles nunca parecera tão grande quanto naquela terça-feira, em que mulher seguiu com o filho para a zona de embarque enquanto o marido teve que ficar do lado de fora, ouvindo o filho chamá-lo a chorar. Triste imagem evocada, também reforçada pela foto que ilustra

a reportagem: José atrás e Sónia mais à frente carregando numa mão a mala e noutra o filho, e virando-se uma última vez para olhar o marido.

Em 26 de fevereiro de 2011, o semanário voltou a abordar este mesmo assunto em “José já foi ter com a família ao Brasil” (p. 21), em que o repórter Ricardo Marques mais uma vez optou por apresentar a trajetória do personagem com contornos literários, servindo de gancho à apresentação dos dados mais recentes do programa de apoio da OIM. Isto fica evidente logo no antetítulo – “Balanço Em 2010, a Organização Internacional para as Migrações ajudou 452 brasileiros a regressar a casa. Este ano, os embarques continuam a aumentar, ainda a um ritmo maior” – e nas caixas que compõem a reportagem, preenchidas por gráficos e dados estatísticos sobre o perfil dos imigrantes auxiliados. A mistura dos dois registos fica ainda mais evidente nos parágrafos de abertura e fecho do texto:

A viagem de José Moraes para o Brasil começou numa noite fresca de setembro, ao apanhar o autocarro para casa à porta do aeroporto de Lisboa. Sozinho. A mulher e o filho tinham acabado de embarcar para São Paulo e ele jurou que os seguiria em fevereiro. Mas não aguentou. E no dia 18 de janeiro entrou no voo para a cidade brasileira, com bilhete pago pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). Como antes sucedera com a mulher e com outros 561 imigrantes que deixaram Portugal em 2010.

O microuniverso da imigração encerra vários sinais da macroeconomia. Dois dos sectores que mais imigrantes empregam – serviços e construção civil – são também dos mais atingidos pela crise. José Moraes estava em ambos e já em setembro se queixava de que a vida estava “cada vez mais difícil”. Falava de poupar na renda, acumular mais trabalho e conseguir juntar o suficiente para mandar dinheiro para casa e para regressar. Voltou. Sem dinheiro.

- “Estou voltando para casa. E levo a vida na mala” (*Expresso*, 26/11/11, p. 22-23)

Esta reportagem apresenta também como tema o regresso de imigrantes ao Brasil, porém os seus personagens não necessitaram de auxílio financeiro e a sua situação apresentou-se com algo inusitado: o facto de muitos brasileiros escolherem voltar ao país de origem por mar – como comprovado pelos 724 imigrantes a caminho de casa no navio *Vision of the Seas* (dentre os 1720 passageiros esperados), que o jornalista Ricardo Marques acompanhou durante o embarque, tendo entrevistado alguns que empunhavam apenas bilhete de ida.

Ainda que não se refira serem estes imigrantes de origens simples, integrantes da 2.^a vaga e afins, isso está implícito pela apresentação de informações que não se evidenciam necessárias para a compreensão do texto, a exemplo da origem das malas destes passageiros, conforme as seguintes passagens: “[...] e até malas que, podendo não ser, parecem mesmo Louis Vuitton”; “‘Consegui um ótimo negócio na feira, comprei um monte delas, e encontrei algumas no lixo’”; “‘Aparecido Moretti, 58 anos, comprou as suas num chinês’”. e “‘Decidimos há um ano que íamos voltar. Comprámos as malas na loja do chinês, sete euros cada uma’”.

O texto apresenta a seguinte estrutura esquemática: inicia-se expondo as vivências recentes de alguns imigrantes, como introdução à informação de que muitos brasileiros escolhiam regressar por via marítima, para no final retomar a história desses imigrantes. Conforme se observa:

O chão desapareceu e ninguém deu por isso. Onde havia pedra e alcatrão há agora caixas e caixotes, sacos de plástico e sacos de pano, malas vermelhas, azuis e até malas que, podendo não ser, parecem mesmo Louis Vuitton. Cátia e Renato navegam pelo mar de bagagem [...] Esta manhã, dia de voltarem de vez para o Brasil, a bordo de um navio transatlântico, têm os olhos demasiado pesados e vermelhos e uma sensação estranha de frio. Não dormiram a noite toda para que nada falhasse, mas sabem que falta alguma coisa. “É uma palavra... Só não sei qual”, lamenta Cátia. Renato não pode ajudá-la.

Cátia e Renato já estão a bordo e com a bagagem arrumada. Não os preocupa o emprego – ele até já tem uma oferta para ganhar o dobro do que ganhava cá. Mas continuam com o mesmo problema. Falta-lhes uma palavra. Chegaram há oito anos, ele com 19, ela com 20. “A nossa vida de adultos, aqueles anos em que vemos o mundo como ele é, estivemos em Portugal”, confessa Renato. “Deixo cá meus pais, meu irmão e a minha irmã. Casaram ambos com portugueses. Agora, vamos para o Brasil e não sei o que sinto. Não é medo, não é receio...”. Talvez seja saudade. Ou a emoção de poderem abraçar a filha que deixaram lá com três anos. Chama-se Cristina. A palavra é essa.

Como se nota nestes trechos e noutros a permearem o texto, é muito evidente um estilo literário que sobressai de forma mais evidente quando o jornalista refere qual a palavra que fugia aos personagens Cátia e Renato. Todavia, um tipo de discurso mais informativo também está presente na peça logo a partir do antetítulo: “Cruzeiro Brasileiros aproveitam paquetes que partem de Lisboa. Enchem a bagagem e despedem-se da Europa com uma viagem de duas semanas”. E de várias caixas localizadas na parte inferior das páginas, que apresentam informações não apenas relacionadas com o retorno por via marítima, que é o seu tópico central, mas também sobre o fenómeno mais vasto

da evasão de imigrantes (não só brasileiros) de Portugal, retomando dados da OIM e da situação laboral no Brasil. Por exemplo, há dois gráficos em que um identifica as principais nacionalidades atendidas pelo programa de apoio ao regresso e o outro apresenta o número de imigrantes inscritos entre os anos de 2008 e 2011.

Ao analisar os diferentes géneros presentes no discurso mediático, Norman Fairclough (2001) observa que é possível encontrar tanto o que denomina de visão esquemática, em que o discurso se apresenta como uma “estrutura genérica” composta por chamada, *lead*, contextualização e fechamento; como uma heterogeneidade genérica, representada por diferentes estádios em que cada parcela textual apresenta uma distinta função (narração, descrição, recomendação, etc., conforme proposto van Leeuwen); e ainda a chamada heterogeneidade genérica polifónica, em que

Em contraste com a sequencial intertextualidade descrita por van Leeuwen em que os estádios do discurso se caracterizam como componentes textuais coerentes em termos linguísticos, na intertextualidade mista deparamo-nos com componentes não congruentes, com características linguísticas contraditórias (p. 89)

Na reportagem em apreço, identificamos o género heterogéneo genérico de cariz sequencial, mas em determinados momentos da leitura também está presente uma certa polifonia. O parágrafo destacado acima é disso exemplo, podendo nele identificar-se tanto a função de descrição da situação no porto à hora do embarque, quanto a de narração da trajetória dos personagens.

Tanto neste texto quanto nas duas reportagens relacionadas com o drama familiar de José Morais, todos da responsabilidade do mesmo jornalista, na ênfase do tom literário ao descrever as trajetórias dos personagens está perceptível o objetivo de uma aproximação aos leitores e de gerar empatia com a difícil situação vivida por imigrantes; mesmo quando estes partiam já com um horizonte definido de melhores condições laborais no Brasil, não deixavam de enfrentar a melancolia do abandono do seu país de eleição e do regresso.

Procurando compreender as razões deste perfil de cobertura, seguimos algumas hipóteses que, mais uma vez, nos levam à discussão sobre identidades – e as suas relações com os media massivos – tal como perspectiva de João Carlos Correia (2008), a partir do conceito de “mundo da vida” de Alfred Schütz. O mundo da vida corresponde a um mundo de quotidianidade, onde predominam a tipicidade e a familiaridade, mas assim é

apenas para aqueles que o integram desde sempre (ou já há longo tempo) e que, portanto, dominam a sua linguagem própria, também esta disseminada pelos media. Os imigrantes, por exemplo, correspondem a estranhos que, ainda que almejem integrar-se nesse “mundo da vida” da sociedade de acolhimento, quase nunca o conseguem alcançar de forma total, pois vêm de outras realidades.

Nas reportagens analisadas sobre o retorno de imigrantes brasileiros observa-se, conforme João Carlos Correia também constatou nas representações jornalísticas sobre distintas minorias, um certo fascínio paternalista. Mas o que aqui sugerimos é uma interpretação mais abrangente. Ainda que estes textos incidam sobre a temática migratória, lembramos que em 2011, segundo dados do SEF, apenas os imigrantes brasileiros regularizados já correspondiam a quase 10% da população de Portugal, e referimo-nos a uma imigração que, considerando a sua primeira vaga, já atingia cerca de 30 anos.

Neste contexto, pode-se dizer que dada a dimensão da comunidade, o tempo de imigração e a familiaridade com a cultura portuguesa, os brasileiros de um modo geral já se encontravam bastante integrados no país (pelo menos no sentido de a sua presença não ser estranha). Assim, consideramos como fator importante justificativo do interesse do *Expresso* pela evasão de imigrantes brasileiros, o facto de o fenómeno corresponder também a uma espécie rutura no “mundo da vida” dos portugueses, do qual os brasileiros já faziam parte da realidade dada.

Artigos de opinião, representações e identidades sociais

Não foram apenas reportagens e outras notícias que se debruçaram sobre a crescente evasão da comunidade brasileira no contexto de crise económica em Portugal. Alguns articulistas também abordaram este novo fenómeno, como foram os casos de Clara Ferreira Alves e Miguel Sousa Tavares, sendo muito evidente nos seus discursos a utilização de representações sociais hegemónicas acerca das identidades (tanto brasileira, quanto da portuguesa).

Por exemplo, logo no primeiro parágrafo de “O Brasil a ir embora” (13/8/11, p. 4), no espaço pessoal denominado “Pluma Caprichosa”, de Clara Ferreira Alves, na *Única*, a autora assinala: “Sendo naturalmente afáveis pelo recorte da língua, os brasileiros deram uma nota de cortesia em lugares onde a rispidez portuguesa era uso”. Esta caracterização dos brasileiros como afáveis e corteses, próxima da imagem

dominante da inata simpatia brasileira, corresponde ao que poderíamos denominar de estereótipo positivo. Porém, como Boaventura Sousa Santos (2001) observa em referência aos estudos pós-coloniais, tanto a hibridação, quanto a ambiguidade fazem parte dos regimes identitários de colonizador e colonizado. Neste sentido, os estereótipos podem apresentar-se tanto como elementos negativos, como o seu reverso: ou seja, o brasileiro é o malandro, mas é também o simpático e cortês.

No subtítulo a autora assinala que “Um país que decide prescindir de imigrantes é um país empobrecido”. Não fica claro ao longo do texto, porém, que Portugal tenha prescindido dos seus imigrantes, no sentido de isto ser reflexo de decisões conscientemente tomadas, mas antes que essa evasão seria mais propriamente consequência de uma situação económica delicada. Conclui-se pela análise global do texto que tal ideia corresponde mais a uma interpretação de Clara Ferreira Alves, defendida ao longo do artigo ao sublinhar, por exemplo, que,

Basta viajar para cidades como Londres e Paris, ou a Babel nova-iorquina, para perceber como são os imigrantes que injetam sangue novo nas veias e artérias esclerosadas dos países velhos, e são eles que irão um dia ajudar a sustentar o Estado Social, ou o que dele restar.

A advertência inscrita nessa avaliação apenas é explicitada no final do artigo, em que a cronista alerta:

O terrorismo, que gera o medo do estrangeiro (como se o terrorismo não pudesse ser doméstico, como no caso norueguês) e a crise financeira, que gera o medo do desemprego, tornará a Europa ainda menos tolerante e menos criativa.

Embora o texto revele simpatia pela situação dos imigrantes brasileiros (e dos imigrantes em geral), não deixa de recorrer, conforme indicamos antes, a estereótipos e a imagens exotizadas e essencializadas acerca deste grupo, reveladoras de uma visão eurocêntrica subjacente a todo o artigo. Por exemplo, em dado trecho a autora afirma que Londres sem paquistaneses, indianos, caribenhos, africanos, latinos e afins, “[...] seria uma cidade fria de caras pálidas”, comparação que, assim enunciada, parece confirmar o pensamento de Stuart Hall (1990) de que os povos colonizados permanecem como o Outro do pensamento ocidental.

Duas semanas após a publicação do artigo da Pluma Caprichosa, Miguel Sousa Tavares faz referência ao mesmo em “Onde está meu ouro de Minas?” (*Expresso*, 27/8/11, p. 7), ao afirmar que concorda com a colega, pois também reconhece que “[...]”

eles [os brasileiros] trouxeram a esta terra macambúzia e eternamente insatisfeita uma delicadeza e uma alegria que só nos fizeram bem e que vão deixar saudades”. Todavia, a referência ao texto anterior serve apenas de mote para o autor desenvolver a tese de que no Brasil grassa a crença, que considera injustificada, de que os problemas do país derivam dos pouco mais de três séculos de colonização portuguesa.

No entanto, Miguel Sousa Tavares não tem a preocupação de justificar tal tese por meios dedutivo-indutivos, referindo, por exemplo, citações de personalidades ou obras que atestem essa suposta crença (apenas um livro é citado como exemplo do “antiportuguesismo” vigente no Brasil, o então recente *1808*, mas sem destacar qualquer trecho do mesmo). Em contrapartida, a crónica desenvolve-se da seguinte forma: primeiro, na sequência do comentário ao artigo da colega, afirma que a altivez e arrogância com que foram recebidos os brasileiros pelos portugueses – vítimas, naquele período (finais do séc. XX), do que caracteriza como uma ilusão de novo-riquismo – só se desculpa pelo desenrolar da história, pois no passado tinham sido os portugueses os alvos da discriminação e preconceito no Brasil.

Dir-se-ia então que o desdém e a fútil superioridade com que aqui recebemos esses brasileiros que vieram ocupar os trabalhos que os portugueses já não queriam foi uma espécie de ajuste de contas tardio com a forma como os brasileiros receberam os portugueses que para lá foram no último quartel do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

A seguir explica como esta imagem – estereotipada – dos portugueses como pobres e ignorantes se manteve até há pouco no imaginário brasileiro, classificando o novo acordo ortográfico como um “acto de desforra colonial”, que neste contexto considera como absolutamente desnecessário: do seu ponto de vista, não foi por ele que os portugueses passaram a ser mais respeitados. Como se observa por esta passagem, portanto, o suposto desconhecimento brasileiro sobre Portugal e os portugueses expresso no trecho anterior, é a seguir já caracterizado como desrespeito.

Identificamos na utilização desta ressalva o que van Dijk (2008) denomina de formas de negação próprias do discurso racista, pois “[...] em vez de se reconhecer a desigualdade ou o racismo, assume-se que as relações sociais são ‘frágeis’, ao mesmo tempo que ‘incompreensão e desconfiança’ são características dessas relações” (p. 182). Os portugueses de origem mais simples que emigraram em grande número para o Brasil a partir de finais do séc. XIX foram vítimas de chacota que persiste até hoje no imaginário

brasileiro, e que associa a figura do português a burrice; todavia, afirmar subjacentemente, conforme Miguel Sousa Tavares faz, que os portugueses corresponderam a uma minoria discriminada no Brasil não é apenas um equívoco histórico, mas também uma tentativa pouco razoável de mitigar a discriminação sofrida pelos imigrantes brasileiros em Portugal.

Após descrever o que denomina desencontro entre brasileiros e portugueses, o autor inesperadamente proclama o seu amor pelo Brasil, que designa como a sua segunda pátria. Esta passagem recorre a um manejo retórico da linguagem, introduzido como gancho para Miguel Sousa Tavares apresentar o argumento principal do seu texto: de que no Brasil, na sua historiografia nomeadamente, existe uma crítica excessiva em relação à presença portuguesa, e que atribui a Portugal a responsabilidade pelos males do país.

O artigo curiosamente faz eco, onze anos depois, da cobertura dos jornais dos protestos associados às comemorações oficiais dos 500 anos de achamento do Brasil, em 2000. Ou seja, tanto neste artigo quantos nos editoriais e noutros artigos de opinião em geral (além das peças noticiosas) sobre a efeméride, o tópico “colonização portuguesa” é enquadrado na posição de vítima – pela injusta acusação que a antiga colónia dirige a Portugal por ser ainda hoje o causador dos males do país. Também de forma similar ao modo como o *Público*, no seu editorial de 22 de abril de 2000, justificou a exploração e o massacre de povos indígenas no contexto colonial – “E seguramente que não a podemos avaliar [a história] de acordo com os padrões éticos de hoje” –, Miguel Sousa Tavares analisa a colonização do Brasil do seguinte modo, referindo-se aos críticos deste empreendimento:

[...] sem a menor preocupação de enquadrar a história no seu contexto e onde só interessa o lado negro da aventura joanina. [...] E, no que nos diz respeito, a coisa resume-se assim: o ouro foi descoberto, a mando insistente da Corte de Lisboa (como se, fosse estranho a capital querer descobrir e explorar as riquezas da colónia).

Nesta análise do artigo, valemo-nos das observações de Zhongdang Pan & Gerald Kosicki (1993) que, de modo diferente de van Dijk, consideram como tema de um texto não o assunto sobre o qual este versa – no caso do artigo, a colonização do Brasil –, mas o contexto no qual ele é desenvolvido – voltando ao artigo em questão, as críticas dirigidas à colonização no país. Miguel Sousa Tavares inicia o seu texto remetendo ao artigo da colega, para a seguir citar vários exemplos de desconhecimento e desrespeito em relação a Portugal correntes no Brasil.

O que permite ao autor sair do registo sobre o retorno de imigrantes brasileiros, e o preconceito de que foram vítimas quando chegaram a Portugal, e entrar no tema “antiportuguesismo no Brasil”: o excerto já destacado anteriormente, em que compara o momento presente com a chegada de portugueses ao Brasil entre finais do séc. XIX e início do séc. XX. Como se pode observar no texto, o autor vale-se de vários exemplos para sustentar a sua tese de que no Brasil existe uma febre de culpabilização da colonização portuguesa, que ele caracteriza como excessiva, nomeadamente por não levar em conta o contexto histórico. A forma como a referida tese é apresentada e o encadeamento de proposições que a pretendem justificar por meios dedutivos constituem a estrutura temática do texto (Pan & Kosicki, 1993).

De forma similar, podemos dizer que o texto de Clara Ferreira Alves, sob o tópico “retorno de brasileiros”, apresenta como estrutura temática a ideia, desenvolvida como uma argumentação hipotético-dedutiva, de que países ou continentes (note-se que são referidos apenas países do hemisfério norte) que prescindam dos seus imigrantes se tornam regiões pobres e sem vida. Ambos os textos, assim, evidenciam as ideologias que lhes subjazem: em relação ao texto de Miguel Sousa Tavares, observa-se a persistência de uma certa mentalidade imperial, que minimiza os efeitos do processo colonial; relativamente ao texto de Clara Ferreira Alves, ainda que de forma mais subtil, é possível também identificar a persistência de uma mentalidade colonial que evoca o exotismo das populações oriundas de países em desenvolvimento como elemento “animador” da soturna (e “velha”) Europa.

Os imigrantes que permanecem e os que chegam a Portugal

Apesar de o *Expresso*, nestes primeiros anos do segundo período de análise, se ter debruçado sobre casos de imigrantes que abandonavam o país em crise, recorrendo a contextos mais amplos como o maior número de brasileiros a recorrerem ao apoio da OIM e a redução da dimensão da comunidade a partir de 2011; o jornal, assim como o *Público*, também teve em atenção os imigrantes que, apesar das contrastantes situações económicas de Brasil e Portugal, queriam por cá permanecer, e outros, também, que continuavam a chegar. Vimos na reportagem de 2010 “O futuro às vezes é ir para trás” a situação de uma imigrante, já há nove anos em Portugal, que não tencionava voltar ao Brasil, e que no contexto dessa peça se apresenta como uma exceção ao tema desenvolvido, mas que nos textos que analisaremos a seguir passará a constituir o seu tópico temático.

A primeira reportagem sobre o assunto foi publicada em 6 de agosto de 2011 pelo *Expresso* – “Brasileiros não desistem de Portugal” (p. 14-15) –, o que pode causar alguma surpresa, considerando que o último texto analisado sobre imigrantes que partiam para o Brasil por mar data de novembro de 2011. Ou seja, apesar de durante esse ano a cobertura do jornal sobre a comunidade brasileira se orientar, sobretudo, para a situação dos imigrantes que regressavam ao Brasil (e em muitos casos necessitavam de ajuda para o efeito), o *Expresso* também fez questão de se debruçar sobre brasileiros que escolhiam ficar ou continuar a vir para o país, numa extensa reportagem de duas páginas, sob o chapéu “sociedade imigração”.

Conjeturamos como hipótese para a publicação de um texto com este tópico, num contexto em que a cobertura do jornal sobre a comunidade brasileira se orientava noutra direção, o facto do relatório do SEF de 2010 ter sido divulgado em abril e referir que, apesar da diminuição da comunidade estrangeira em Portugal, a brasileira tinha crescido 2,7% face ao ano anterior, facto também expresso pelo antetítulo da reportagem:

A maior comunidade imigrante em Portugal continua a aumentar, apesar da recessão económica. No ano passado mais de 16 mil brasileiros pediram, pela primeira vez, título de residência no país.

Tal informação, assim expressa, pode levar à interpretação de que, tratando-se de vistos requisitados pela primeira vez, os imigrantes que os solicitavam eram provavelmente recém-chegados, quando na realidade pode não ser assim, considerando as dificuldades dos imigrantes laborais (a maioria dos imigrantes brasileiros até meados de 2010) em obter contratos de trabalho que reúnam todas as condições exigidas pelo SEF para obtenção do visto de residência. Neste sentido, consideramos que, enquanto os três textos anteriormente analisados se relacionam entre si intertextualmente ao apresentarem o mesmo tópico – a evasão de brasileiros – e ao utilizarem como fonte principal de informações a OIM, o presente representa uma rutura nesta linha temática ao, a partir de uma outra fonte (o SEF), expor um lado da questão que sugere, em certo sentido, a negação do fenómeno representado anteriormente.

A reportagem, todavia, não repousa sobre um facto específico. Ainda que apresente como tópico casos de imigrantes brasileiros que permaneciam ou continuavam a chegar a Portugal e, conforme é suposto, se baseie nos dados sobre imigração que então tinham sido divulgados pelo SEF, a sua estrutura é constituída por uma panóplia de dados, citações de especialistas, exemplos e afins referentes à imigração brasileira em Portugal.

Conforme indicam Zhongdang Pan & Gerald Kosicki (1993), a propósito de textos com este perfil, a peça jornalística em questão também apresenta certas características hipotético-dedutivas.

A partir do relato de imigrantes, de citações do então vice-presidente da Casa do Brasil (Gustavo Behr), de uma investigadora sobre emigração brasileira e de dados divulgados pelo SEF, o texto sustenta a hipótese de que, apesar da crise em Portugal, os imigrantes brasileiros continuavam a chegar, embora naquele momento já não motivados por razões económicas, mas mais por questões pessoais relacionadas com a qualidade de vida em Portugal, em comparação com o Brasil. Esta justificação está sedimentada no texto a partir das falas de alguns imigrantes contactados:

“A cidade é bonita, relaxante e a qualidade de vida não tem comparação. São Paulo é muito stressante e perigoso, as crianças não podem brincar na rua e só se pode viver em condomínio”.

“No Brasil há insegurança em todo o lado, mesmo nas cidades mais pequenas, como João Pessoa, onde vivia. Aqui não fico segurando a bolsa, como fazia. Vivo com tranquilidade, rodeada de amigos brasileiros. Eles estão em todo o lado”, diz.

A reportagem, inclusive, inicia-se com a narração dos factos e circunstâncias que envolveram a vinda de um dos personagens:

Em Araçatuba, uma pequena cidade no interior do estado de São Paulo, todos tiveram a mesma reação. Quando, há um ano, Rodrigo exibiu o bilhete de avião para Lisboa, sem passagem de regresso, e comunicou a decisão de deixar o Brasil, amigos e familiares arregalaram os olhos e ficaram em silêncio uns segundos, como quem não entende o que acaba de ouvir. “Você só pode estar louco!”.

A estranheza era compreensível. Durante anos, “falar de Portugal em Araçatuba só fazia lembrar de Roberto Leal, bacalhau, bigode e padaria”. E os amigos da terra tinham entretanto aprendido a colar ao país uma outra ideia: a crise.

Esta vívida descrição corresponde a uma estratégia discursiva de apelo ao interesse humano e a criar proximidade psicológica com a audiência (Pan & Kosicki, 1993); base para os jornalistas desenvolverem e sustentarem a sua hipótese explicativa ao longo do texto. Conforme discorremos no subcapítulo sobre a emigração portuguesa para o Brasil, os estereótipos sobre os portugueses correntes no país também são conhecidos em Portugal, o que conduziu inclusive, nas reportagens sobre esta temática, à explícita indicação de que os recentes imigrantes destoavam da imagem clássica do português. Portanto, iniciar um texto expondo estes estereótipos na fala de um brasileiro que, ao

mesmo tempo e apesar da situação económica, tinha escolhido Portugal para viver, é uma forma especial de estabelecer uma relação de empatia com o leitor português.

Chama a atenção a referência, como fonte autorizada sobre a questão, a um representante da Casa do Brasil, associação cujos diferentes porta-vozes tinham também sido citados nos outros textos, nos quais recorde-se, em consonância com a sua temática, haviam corroborado a percepção da evasão de brasileiros de Portugal (e não de chegada). Mas Gustavo Behr nesta reportagem afirma perentório: “Apesar da crise, os brasileiros continuam a chegar, ainda que menos do que há uns anos”.

Este texto também refere a vinda de um considerável contingente de estudantes universitários e investigadores, na sua maioria financiados pelo governo brasileiro, a partir da citação da investigadora Carolina Nunan e do exemplo de uma das personagens da peça que expõe as suas razões para emigrar – “Augusta Tavares, 63 anos, chegou em maio para fazer um pós-doutoramento em Ciências Sociais, mas já admite que ‘gostaria de ficar a viver’”. Esta temática será representada de forma mais extensa e fundamentada em textos nos anos subsequentes. Como afirmam Juliana Chatti Iorio e Suelda de Albuquerque Ferreira (2013), se até 2008-2009 o número de estudantes angolanos e cabo-verdianos matriculados no ensino superior português era superior ao de brasileiros, a partir do ano letivo 2010-2011, estes tornaram-se a principal comunidade estrangeira de estudantes em Portugal; o que, portanto, condiz com o apontamento introduzido pela reportagem. Entre as razões para este aumento sustentadas pelas autoras estão os programas de bolsas desenvolvidos pelo governo brasileiro nesse período, como o “Ciências Sem Fronteiras”.

Apesar desta orientação temática de alguns trabalhos jornalísticos sobre a comunidade brasileira em Portugal, é visível uma preocupação com o decréscimo da comunidade estrangeira, pois embora a comunidade brasileira tenha aumentado, o número de estrangeiros no país tinha caído 1,9% face o ano anterior. Esta preocupação evidencia-se numa caixa inserida na reportagem, com três perguntas feitas a Roberto Carneiro, então presidente do Observatório de Imigração; a primeira é a seguinte: “Portugal tem baixa natalidade e um envelhecimento acentuado. A imigração podia ajudar, mas as quotas de imigrantes têm vindo a cair. Porquê?”.

Em 2012 foi a vez do *Público* se virar para os brasileiros que, apesar do percecionado movimento de retorno, escolhiam manter-se em Portugal. No entanto, em

“O Brasil chama com força mas ainda há quem prefira Portugal” (6/6/12, p. 8), de modo diferente da reportagem do *Expresso*, nota-se um desvio de enquadramento: enquanto o texto do semanário apresentava personagens imigrantes que estavam no país há pouco mais de um ano, no trabalho do diário os brasileiros contactados residiam em Portugal desde a década de 1990. Esta diferença entre os grupos de imigrantes das duas reportagens não é uma mera coincidência.

Os personagens representados na reportagem do *Expresso* correspondiam a um perfil, consistente com a hipótese sustentada no texto, de que os novos imigrantes apresentavam formação escolar elevada e que emigravam por razões que transcendiam o aspeto económico, o que justificaria o seu não abandono de Portugal mesmo num contexto de crise. É neste quadro que surgem o informático que resolveu emigrar no auge da crise, a estudante de pós-doutoramento, a jovem que abandonou uma carreira sólida (mas stressante) em São Paulo para viver na tranquila Lisboa...

Já a reportagem do *Público* propõe representar aqueles imigrantes que, chegados a Portugal durante a década de 1990 e que embora enfrentando inúmeras dificuldades com a crise do país, escolhiam mesmo assim permanecer em Portugal (imigrantes da proletarizada 2.^a vaga, conforme se depreende das atividades profissionais dos personagens: trabalhador da construção civil e funcionária num bar de alterne). A razão para a sua decisão é indicada logo no primeiro parágrafo: “As vidas de Cristina, Frederico e Luana, três imigrantes brasileiros a viver há anos em Portugal, têm algo em comum: o desejo de só regressarem ao seu país em plenas condições financeiras”⁶⁷.

Neste sentido, ainda que a reportagem do semanário apresente como tópico a permanência de brasileiros em Portugal, este é enquadrado a partir do perfil distinto destes imigrantes, o que dá azo ao desenvolvimento de um subtema relativo às características dos novos imigrantes brasileiros. Conforme se lê:

“Segundo relatos de brasileiros que chegaram a Portugal depois de 2008, as motivações para a migração transcendem a razão económica e apoiam-se em razões pessoais, em muitos casos sentimentais e de reunificação familiar”.

⁶⁷ Em consonância com as análises de Juliana Iorio e Suelda Ferreira (2013) e Igor Machado (2014) sobre movimentos de retorno e remigração, deduz-se deste trecho que a decisão de voltar é algo bastante complexo e que não existe uma correspondência direta entre acentuação do desemprego e retorno de imigrantes. Este autor defende ainda que o retorno e a remigração de brasileiros não foram tão intensos como previsto, considerando a crise em Portugal.

Denominamos subtema este desenvolvimento das características dos novos imigrantes, que não se relaciona diretamente com o tema da reportagem – a permanência de brasileiros em Portugal por razões que transcendem o fator económico – pois, como referem Zhongdang Pan & Gerald Kosicki, “a estrutura temática de uma notícia é uma hierarquia multicamadas em que um tema atua como elemento central de conexão a vários subtemas. Estes, por sua vez, funcionam como nós que, conectados, servem de suporte ao tema” (1993, p. 61).

Pensamos que esta diferença de enquadramento entre dois textos que abordam o mesmo assunto se explica a partir das diferentes fontes utilizadas, pois, conforme já referido, a reportagem “Brasileiros não desistem de Portugal” foi publicada pouco depois da divulgação do relatório do SEF que indicava o crescimento da comunidade brasileira em 2010. O texto do *Público*, embora refira no título que “há quem prefira Portugal”, logo no subtítulo afirma: “No último ano, 30 mil a 40 mil imigrantes brasileiros em Portugal regressaram ao seu país”. Esta informação exposta em espaço privilegiado da peça jornalística não é reportada ao longo do texto a qualquer fonte oficial (em julho de 2012 não havia ainda sido divulgado o relatório do SEF referente a 2011, que viria a registar o decréscimo da comunidade brasileira), mas apenas a uma citação de Ana Rosa Rio Branco, apresentada no texto como fonte abalizada de informação sobre a comunidade brasileira, apenas a partir da indicação da sua profissão. Conforme se pode ler:

“Dos cerca de 120 mil brasileiros que estavam em Portugal, restam entre 80 mil a 90 mil”, diz Ana Rosa Rio Branco, uma advogada brasileira que emigrou há 18 anos e que, para já, não pensa em regressar. “Hoje as regras são mais fáceis e possibilitam uma maior rapidez”, diz a advogada, justificando assim o retorno dos emigrantes em maior número.

O jornalista José Bento Amaro sugere ter consciência de que nenhuma fonte oficial sustenta a informação de que entre 30 a 40 mil brasileiros regressaram ao seu país no ano anterior, pois num destaque inserido a meio do texto lê-se: “120 mil brasileiros residiam em 2010 em Portugal, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Hoje serão 80 mil a 90 mil”. A utilização do verbo “ser” no futuro é uma estratégia retórica habitual quando não há plena certeza sobre o que é afirmado.

Os jornalistas ao recorrerem a diferentes estratégias para respaldar as suas observações e interpretações procuram caracterizá-las como factos; como se observa

nesta reportagem, em que a utilização de uma citação de uma fonte apresentada simplesmente como “advogada” (argumento de autoridade) e residindo há 18 anos em Portugal (subentendendo-se que tem familiaridade com a comunidade) pretende conceder força ao argumento de que, nos últimos anos, se verificou uma intensa evasão de brasileiros. No entanto, pelas razões já abordadas, esta estratégia acaba por se revelar frágil, em consonância com as observações de Zhongdang Pan & Gerald Kosicki de que, na tentativa de concederem mais autoridade aos seus textos, os jornalistas “[...] acabam por demonstrar que não há uma clara distinção entre facticidade e persuasão” (1993, p. 62).

Também se verifica neste texto a tendência, já referida, de destacar com aspas em certas situações o linguajar coloquial dos imigrantes brasileiros mais humildes; o que entendemos como uma ação de discriminação por parte dos jornais, considerando que noutros textos com entrevistados e personagens desta nacionalidade, mas de outra condição social, se observa que a falas são adaptadas ao modo de falar português. Exemplos nesta reportagem são: “a vida da noite é dura p’ra cacete” e “P’ra minha mãe e p’ra minha ‘minina’”.

O *Expresso* retoma por uma última vez este tema em “Chegar quando tantos querem partir” (29/6/13, p. 24-25). Enquanto os textos anteriores enquadravam o fenómeno a partir da experiência da imigração brasileira, este assume uma perspetiva mais ampla e apresenta como personagens tanto uma imigrante brasileira, quanto um guineense, uma espanhola e uma romena. Observa-se que logo na categoria “resumo” algumas informações importantes são fornecidas: além da afirmação expressa pelo título, o antetítulo informa que quarenta mil estrangeiros obtiveram autorização de residência no ano anterior, com as mulheres pela primeira vez a suplantarem os homens. Também se assinala que a crise foi responsável pela mudança de perfil dos novos imigrantes, mas as razões para este movimento de contrafluxo (que, de certa forma, explica também a alteração no perfil de imigrante) só serão destrinchadas na categoria “de fundo”, com o *lead* terminando com a seguinte questão: “O que os motivou a chegar quando tantos querem partir?”.

As três personagens mulheres, bem como os outros entrevistados na reportagem (especialistas da temática migratória e porta-vozes de associações migrantes), apontam a alteração de perfil dos imigrantes não apenas pela sua maior feminização, mas também

pelo facto de, naquele momento, as razões para emigrar já não repousarem prioritariamente num aspeto económico, mas estarem ligadas sobretudo a questões de reagrupamento familiar e à vontade de estudar em Portugal. O único personagem masculino, pelo contrário, apresenta um perfil que corresponde ao do imigrante pré-crise, característica revelada na seguinte citação sua: ““Os meus irmãos avisaram-me que já não era fácil arranjar emprego na Europa. Mas não tinha nada a perder. Viver na Guiné é muito pior””.

A reportagem é ainda complementada pela apresentação de três pequenos gráficos: sobre a evolução da população estrangeira em Portugal (com destaque para o decréscimo assinalado a partir de 2010, após vinte anos sucessivos de aumentos), a distribuição de imigrantes por nacionalidade (em que os brasileiros se destacam com maioria absoluta) e por grupos etários. As informações expostas nos gráficos e analisadas pelos jornalistas Hugo Franco e Joana Pereira Bastos conjugam-se com uma pequena entrevista a Rosário Farmhouse, então Alta Comissária para a Integração e o Diálogo Intercultural. Nesta, a comissária explica de forma mais fundamentada as informações apresentadas na reportagem, como por exemplo, a chegada dos novos imigrantes por via do reagrupamento familiar. Algumas informações fornecidas destacam-se por, de certa forma, não corresponderem ao que tinha sido transmitido na reportagem. Por exemplo, o facto dos imigrantes se inserirem ainda profissionalmente, sobretudo, em atividades menos procuradas pelos portugueses; e a comunidade brasileira, apesar de continuar a ser a mais numerosa e com maior número de entradas no país, ter sido, no entanto, a que mais diminuiu em relação ao ano anterior.

Esta ressalva feita por Farmhouse acerca da imigração brasileira surge em resposta à pergunta: “Os brasileiros continuam a ser a comunidade que mais procura Portugal para residir e trabalhar. O que tem Portugal que não tenha o Brasil, país que está atualmente em crescimento económico?”. A relação mais próxima é com a seguinte passagem do texto: “Os brasileiros são os que mais continuam a vir (11.715, quase um terço do total), seguidos de cabo-verdianos, romenos, guineenses, ucranianos, chineses e espanhóis”. No entanto, apesar desta espécie de retificação feita pela Alta Comissária, a sua resposta não deixa também de validar a citação da imigrante brasileira ouvida na reportagem, ao explicar como

[...] a proximidade linguística e cultural, que facilita a integração em contexto migratório, e a paz social verificada em Portugal (por

comparação às taxas de criminalidade mais elevadas no Brasil) continuam a cativá-los. Note-se também que, apesar do país estar presentemente numa situação económica global melhor do que a portuguesa, os episódios das últimas semanas no Brasil mostram que ainda há enormes assimetrias na sociedade brasileira.

As perceções da advogada brasileira Patrícia Peret, então há pouco mais de um ano em Portugal, são introduzidas na reportagem – logo após o *lead* – da seguinte forma:

Quando chegou, percebeu que deste lado do Atlântico existe a imagem de um novo Brasil, próspero e em contínuo crescimento. Mas não foi esse o país que deixou. Houve melhorias económicas, mas ainda não atingiu um nível comparável com Portugal em termos de qualidade de vida, segurança e organização, garante. “O Rio de Janeiro está caríssimo e ainda é violento, ao contrário de Lisboa, que é cosmopolita, muito tranquila e onde até os transportes funcionam”, sintetiza a advogada, que ficou até surpreendida com a facilidade em arranjar trabalho.

Como explicámos no anterior subcapítulo, estas ponderações sobre a conjuntura brasileira de então estabelecidas nesta reportagem por Patrícia Peret e Rosário Farmhouse não foram, no entanto, acompanhadas pelo discurso do caderno de economia do semanário, que em 2013 incentivou de forma enfática (e um tanto ingénua) o investimento português no Brasil.

- “Universidade maravilhosa” (*Expresso*, 16/3/13, p. 18-19)

Decidimos analisar esta reportagem de forma mais aprofundada, pois ela apresenta como tema um fenómeno que tinha começado a ganhar visibilidade dois anos antes, quando os brasileiros se tornaram a principal comunidade estrangeira no ensino superior português. A peça escolhe para seu foco a instituição de ensino mais procurada pelos estudantes do Brasil: a Universidade de Coimbra. A preferência por esta instituição serve de mote ao jornalista Micael Pereira para discorrer sobre o então recente aumento do número de estudantes brasileiros, não apenas ao longo do texto, mas também em outras pequenas reportagens e notas associadas a este na sua segunda página. Por exemplo, “Ter alunos do Brasil é bom para todos” corresponde a uma entrevista a Manuel Assunção, então reitor da Universidade de Aveiro e coordenador do programa “Ciências Sem Fronteiras” no país.

Segundo dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência – DGEEC, no ano letivo de 2006-2007 o número de estudantes provenientes do Brasil era um pouco acima de dois mil, tendo este valor aumentado nos anos seguintes, até atingir o pico no

período de 2012-2013⁶⁸, quando foram registados quase nove mil alunos brasileiros (Iorio, 2016). Durante o mesmo período, a comunidade de estudantes angolanos oscilou entre os cinco mil e os três mil, enquanto os estudantes cabo-verdianos registaram um acentuado decréscimo, ao passarem de quase cinco mil em 2006-2007 para menos de dois mil em 2014-2015.

A razão assinalada pela reportagem para este grande aumento de brasileiros foi a política de fomento do ensino no estrangeiro promovida durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. Esta justificação só é apresentada e desenvolvida, porém, a meio do texto, sendo no início deste tratada a presença massiva de estudantes brasileiros em Coimbra, que é vista como uma espécie de retomada do movimento que se verificou até meados do séc. XIX. Conforme se observa nos excertos a seguir transcritos:

Do terraço da casa de Alex avista-se ao longe, na colina oposta, a ‘cabra’, como é conhecido o sino da torre da universidade que já no século XVIII soava para chamar os estudantes para as aulas. Entre eles muitos brasileiros, incluindo o ‘patriarca da independência’, José Bonifácio de Andrada e Silva.

O fenómeno tem uma explicação. A universidade beneficia da relação histórica com a antiga colónia portuguesa, porque era até ao século XIX o sítio para onde as elites de São Paulo e do Rio de Janeiro mandavam os filhos e isso ficou no imaginário das pessoas.

A reportagem estrutura-se da seguinte forma: na categoria “resumo” expõe-se a informação de que a mais antiga universidade de Portugal já era a que contava com mais estudantes brasileiros fora do Brasil (1.957), enquanto no *lead*, de forma diferente do que normalmente é esperado aí encontrar, se apresenta o quotidiano da comunidade de estudantes brasileiros na cidade, com a “peladinha” aos sábados, churrasco aos domingos e a presença permanente do “sotaque açucarado”.

Aos sábados, há peladinha. Aos domingos, churrasco. Quando faz bom tempo, o terraço enche-se no último piso do prédio de três andares. Só nos dois apartamentos de cima vivem 12 brasileiros, mais os amigos que podem aparecer para reforçar a carne na grelha e a conversa com sotaque açucarado.

A partir daí, na categoria “pano de fundo”, são explicadas as razões para este elevado afluxo de estudantes brasileiros à Universidade Coimbra, apresentadas nesta

⁶⁸ Convém referir que do ano letivo 2013-2014 para 2014-2015 se regista um acentuado declínio de estudantes brasileiros, passando de quase nove mil para um pouco mais dos sete mil. Este decréscimo, provavelmente, justifica-se pela recessão económica vivida pelo Brasil a partir deste período.

sequência: a relação histórica entre a instituição e alunos provenientes do Brasil (estabelecida ainda no período colonial), a política de incremento ao ensino no exterior do governo de Dilma Rousseff e a qualidade de vida oferecida pela cidade (sem índices consideráveis de violência). É assim construída a coerência global do texto: a Universidade de Coimbra é a instituição de ensino preferida dos estudantes brasileiros, consequência da relação histórica entre ambos, sendo essa preferência também incrementada nos anos recentes devido à conjuntura política e à qualidade de vida encontrada pelos brasileiros na cidade.

A forma como a primeira das razões destrinçadas foi estruturada no discurso sugere um ponto de vista colonial. Por exemplo, quando na reportagem é dito que a Universidade beneficia “[...] da relação histórica com a antiga colónia portuguesa”, não se explicita a persistência desta causa de origens tão longínquas, no entanto, pode-se presumir que, assim como no período colonial a elite brasileira precisava enviar os seus filhos para estudar em Portugal (pois não havia universidades na colónia), na atualidade esta situação mantém-se não por ausência de instituições no Brasil, mas pela falta de tradição e prestígio destas.

Assinalamos, por fim, as aspas utilizadas na fala de um dos entrevistados, um estudante de doutoramento: “Quero ter um poiso na Europa, porque gosto de vir cá regularmente e aqui parece-me perfeito”. Não se utiliza “poiso” no Brasil mas sim “pouso”, o que nos leva, mais uma vez, a presumir que, ao contrário do observado nos textos com e sobre imigrantes brasileiros de origem mais simples, neste caso, em que o brasileiro é alguém de origem socioeconómica mais elevada e com um outro *status* de imigrante no país, a sua forma de falar pode ter sido adaptada para uma melhor compreensão dos leitores portugueses.

No início da reportagem, ainda, ao introduzir um dos personagens é dito:

Alexandre Oliveira, ou Alex, um arquiteto de 42 anos natural de **Salvador da Baía, mas com ar europeu**, está há dois anos em Coimbra empenhado num doutoramento sobre o comportamento dos edifícios em cenários de terramoto. (grifos nossos)

Neste trecho, como se nota, não é explicitado a que exatamente se refere esse “ar europeu” do entrevistado, todavia, é fácil presumir, de acordo com o senso comum ainda prevalecente, que este faz referência ao facto de ser um indivíduo de elevado *background*

educacional, com um vocabulário provavelmente mais rebuscado e uma forma de se vestir, talvez, mais refinada. Portanto, em contraste com a representação padrão do imigrante brasileiro e do brasileiro de uma forma geral, que não possui, segundo o imaginário social estabelecido, o requinte dos europeus.

O tímido retorno da problemática da imigração ilegal

Encerramos esta análise dos textos sobre a imigração brasileira publicados no segundo período de investigação com duas peças do *Expresso* de 2015: “Verniz esconde trabalho escravo” (8/8, p. 18-19) e “SEF investiga tráfico no futebol” (21/2, p. 20-21). Antes de mais, lembramos que, se até 2005 foram comuns em ambos os jornais notícias relacionadas com a problemática da imigração ilegal (que refletiam o grande contingente imigratório dirigido a Portugal naquele período), entre 2010 e 2015 os textos sobre este assunto foram praticamente inexistentes, com exceção das duas reportagens citadas.

Compreende-se este desfasamento, pois, se a partir de 2010, o número de estrangeiros em Portugal começou a declinar com regularidade, é também provável que tenham diminuído as ocorrências de imigração ilegal e tráfico de pessoas. De certa forma, as reportagens de 2015 expressam esta tendência, pois não refletem vastos contingentes de pessoas, perceptíveis para a sociedade de acolhimento, como aconteceu em finais do séc. XX com a imigração proveniente do Leste europeu, por exemplo. Ambos os textos dizem respeito a casos de tráfico de pessoas e auxílio à imigração ilegal destinados, todavia, a nichos muito específicos do mercado de trabalho português e numa dimensão que não chegava para lhes dar grande evidência: clubes de futebol de pequena e média dimensão e salões de beleza.

Como se pode verificar pela leitura dos textos, a reportagem de fevereiro nasce a partir de uma investigação promovida pelo SEF, cujas informações, no entanto, foram transmitidas aos repórteres por uma fonte anónima do próprio organismo e complementadas por outras duas fontes identificadas: Joaquim Evangelista, então Presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, e Asumane, jogador de futebol do Freamunde, de origem guineense. Já na reportagem de agosto fica explícito o facto de o jornal só ter tomado conhecimento do que acontecia em muitos salões de beleza de Portugal quando tal ocorrência foi denunciada: “O esquema foi revelado ao *Expresso* por duas associações de apoio a imigrantes, que acompanham algumas trabalhadoras ilegais apanhadas nestas redes”.

A reportagem “Verniz esconde trabalho escravo” é ainda mais reveladora do que parece ser o desconhecimento da comunicação social relativamente a certos fenómenos de imigração ilegal e exploração de origem recente. Isto porque nesta peça é extensamente citada uma reportagem do *New York Times* sobre a exploração de milhares de *manicures* de origem asiática e latino-americana em Manhattan, estabelecendo assim uma comparação com o que acontecia em Portugal; mas toda essa informação fornecida parece servir mais como uma compensação para a escassez de dados relativos à situação portuguesa.

Outra semelhança entre os dois textos diz respeito aos casos relatados: todos se relacionam diretamente com o Brasil. Como na reportagem de fevereiro é indicado no antetítulo e depois desenvolvido ao longo do texto, havia duas rotas por onde estavam a chegar ilegalmente os jogadores de futebol: Cabo Verde e Brasil. A origem dos jogadores explorados nessas rotas era, também, maioritariamente, brasileira ou africana. Já a reportagem de agosto inicia-se desta forma: “O ‘boom’ do negócio das unhas de gel em Portugal tem atraído para o país novos imigrantes brasileiros, na maioria mulheres”.

O conteúdo dos dois textos sugere, portanto, que apesar do declínio da comunidade brasileira, e concomitantemente à perceção de um novo fluxo de imigrantes brasileiros que chegavam para estudar ou com outros tipos de motivações não de ordem económica básica, continuavam a ocorrer casos de imigração ilegal, tráfico de pessoas e exploração laboral de brasileiros de um perfil socioeconómico mais baixo, similar aos que tinham constituído a segunda vaga. Vemos, assim, como positiva a postura do semanário relativamente à problemática da imigração ilegal, ao publicitar estas ocorrências num momento em que a perceção dominante no país era a de que, tal como tinham diminuído nos últimos anos os fluxos imigratórios, os esquemas de exploração de imigrantes também teriam cessado.

Considerações finais

Conforme explicámos na introdução do capítulo, as problemáticas destacadas para análise do material jornalístico recolhido foram as seguintes: emigração portuguesa para o Brasil, imigração brasileira em Portugal e prostituição de brasileiras no país. O trabalho de análise realizado revelou a construção de grandes narrativas, sem, contudo, quase sempre as mesmas se basearem em dados oficiais ou investigações. Vimos no subcapítulo anterior que a ênfase dos jornais no carácter qualificado dos emigrantes portugueses mais recentes e na vitalidade do fluxo para o Brasil era excessiva, considerando os dados

recolhidos e as análises desenvolvidas por João Peixoto et al. (2016); também é muito evidente o silêncio quase total dos jornais, no segundo período de análise, relativamente a casos de discriminação, exploração laboral, incentivo à imigração ilegal, tráfico de pessoas e afins, tão presentes tanto no *Público* quanto no *Expresso* entre os anos de 2000 e 2005.

Esta quase invisibilidade associa-se, por sua vez, à cobertura de casos de imigrantes brasileiros que permaneciam e outros que continuavam a chegar a Portugal, mesmo num contexto de crise neste país e em contraste com a pujança económica do Brasil nesse período, o que serviu de mote para os jornais começarem a construir uma nova representação do imigrante brasileiro: o indivíduo que não emigra por razões meramente económicas, de um contingente composto, em grande parte, por estudantes do ensino superior, mas também por quem vem à procura de qualidade de vida (a fuga à violência urbana no Brasil e com condições financeiras para fazer investimentos fora do país). Esta investigação termina no ano de 2015, no entanto, considerando o que ouvimos de imigrantes nos grupos de foco e nas entrevistas, e o que continuamos a acompanhar na comunicação social relativamente à imigração brasileira, mantém-se a representação do atual imigrante brasileiro como alguém que, em contraste com o imigrante da 2.^a vaga, tem posses, *background* educacional elevado e procura investir no país.

Esta realidade não passa despercebida a Cyntia de Paula, então presidente da Casa do Brasil, que em entrevista chamou a nossa atenção para este perfil de cobertura, que silencia o que esta responsável associativa percebe como a continuidade de um intenso fluxo migratório de cariz laboral, a ponto de se sentir à vontade para expor a sua perceção de que estará em curso uma nova vaga de imigração brasileira. O que não é de estranhar, também, considerando que o Brasil entrou em recessão económica em finais de 2014, concomitantemente ao início da consistente recuperação de Portugal.

É esta perceção, de carácter mais vasto, que nos fica da análise dos textos publicados no segundo período, sem minimizarmos, também, a intensa cobertura (especificamente do *Expresso*) sobre a evasão da comunidade brasileira, com um enfoque nas situações mais dramáticas em que, por efeito da crise, os imigrantes precisaram do auxílio da OIM para regressar ao Brasil. Relativamente a este ponto, conforme já aventámos, não podemos descartar a influência enquanto fonte de notícias que uma grande organização de carácter internacional, como a OIM, realmente assume, mas não podemos também

deixar de considerar natural (e justificada) esta atenção da comunicação social ao assunto, visto que a maior comunidade estrangeira do país, após um crescimento vertiginoso a partir da década de 1980, entrou em trajetória de decréscimo entre os anos de 2011 e 2016.

Conforme observamos, sobretudo em artigos opiniões, a espécie de lamento que emanava do discurso sobre a evasão dos brasileiros também guardava contornos coloniais e eurocêntricos, ao fazerem referência a estereótipos e lugares-comuns como a propalada “alegria do brasileiro”. Todavia, a utilização mais perniciosos desses estereótipos, ou o que podemos denominar como o seu lado negativo⁶⁹, assim identificado no primeiro período de análise (em textos sobre ocorrências de crime, contravenção e afins, em que a identificação dos sujeitos das notícias a partir da sua nacionalidade era recorrente), deixou de acontecer. Pelo menos, não encontramos mais textos em que as estratégias discursivas de generalização e excessiva lexicalização para enfatizar a nacionalidade brasileira se faziam presentes, o que nos leva a presumir os resultados do importante e efetivo trabalho desenvolvido por diversos atores relacionados com a temática das migrações e minorias étnicas – ERC, academia, associações e afins.

Assinalamos, sobretudo, a intervenção da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC): a sua recomendação para não ser indicada a nacionalidade dos intervenientes das notícias, na sequência de várias deliberações desta entidade (sobre peças jornalísticas específicas) que veiculam uma condenação de práticas discursivas de excessiva lexicalização e generalização. Por exemplo, na Deliberação 3-D/2006⁷⁰, relativa à manchete de primeira página do *Correio da Manhã*, de 11 de maio de 2006 (“Imigrantes enchem prisões”), a entidade recomenda ao jornal que atente ao:

[...] respeito do princípio da não discriminação, nomeadamente em função da cor, raça ou nacionalidade, tal como ele decorre da Constituição da República e demais leis do País, assim como dos instrumentos de direito internacional relevantes.

Todavia, em estudo promovido já em 2009 pelo Alto Comissariado para as Migrações, a ERC e a Universidade de Coimbra, Isabel Ferin et al. observaram que sobre determinados acontecimentos que envolvem imigrantes e minorias, e de forma geral em

⁶⁹ Apesar de não concordarmos com a caracterização “estereótipos positivos”, por considerarmos esta construção social sempre demasiado generalista, rasa e incompleta.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.erc.pt/>

todas as peças que tenham por temática o “crime”, os meios de comunicação tendiam ainda a adotar alguns comportamentos que infringiam os artigos 12.º (Princípio de Universalidade) e 13.º (Princípio de Igualdade) da Constituição Portuguesa, nomeadamente ao darem ênfase à ascendência, *raça* e território de origem como dados determinantes para a compreensão dos acontecimentos. Neste sentido, embora as deliberações da ERC tenham tido carácter essencialmente de recomendação, a par das investigações promovidas pela academia, das reivindicações de associações migrantes e de outras entidades como o Alto Comissariado, no seu conjunto terão contribuído para a diminuição de ocorrências deste tipo de discurso nas notícias.

Sexualidade exotizada: a imagem da mulher brasileira em Portugal

A imigrante brasileira em Portugal

Para além da caracterização mais geral de “imigrante”, há outros aspetos que se relacionam com esta caracterização e que condicionam distintas experiências migratórias. Como explica Igor Machado (2006a) ao analisar a imigração brasileira em Portugal, questões de classe entre a população imigrante, de temporalidade da imigração, de ascendência portuguesa, de fenótipo, de ocupações no mercado de trabalho, de origem regional, de religiosidade e afins influenciam distintamente a construção das identidades a partir da experiência migratória. Dentre estes aspetos, a questão de género desempenha um papel fundamental, ainda mais se a analisarmos no caso concreto da imigração brasileira no país. Beatriz Padilla resume a sua influência no âmbito da experiência migratória deste modo:

Os imigrantes têm género, pertencem a uma etnia, a uma classe social e inserem-se numa sociedade de acolhimento complexa onde geralmente o mercado laboral está estratificado, étnica e sexualmente, o que condiciona a inserção laboral destes migrantes. Também, os imigrantes acedem a diferentes tipos de recursos, muitos deles através de redes sociais que podem vir a ser mais ou menos significativas segundo o sexo do imigrante, entre outros aspectos. Além do mais, os imigrantes são produtos duma sociedade na qual foram socializados e chegam também a uma sociedade onde existem papéis e expectativas em relação, não apenas ao imigrante como tal, mas também ao imigrante como homem ou mulher. Desta forma, por existirem imagens, estereótipos e expectativas, e estes variarem consoante o sexo, é obvio que os *outcomes* possíveis das situações de imigração podem ser múltiplos. (2007, p. 113)

Como discurrido em capítulo anterior, desde o início do empreendimento colonial, os portugueses desenvolveram representações sociais acerca da mulher brasileira, sempre realçando o que é visto como exotismo e uma sensualidade tida como inata. Ao longo dos séculos, essas representações foram-se atualizando ao sabor dos acontecimentos e de distintas influências, dentre os quais destacamos dois: a receção da teoria luso-tropicalista em Portugal, em meados do séc. XX, e a popularidade das telenovelas brasileiras, a partir dos anos 1970. Portanto, as imigrantes, que começaram a chegar a Portugal em maior número a partir da década de 1980, encontraram uma sociedade de acolhimento em que já pululava toda uma gama de imagens acerca da mulher brasileira.

Neste sentido, não há como negar a influência do género nas experiências migratórias e de construção de identidade por parte dos imigrantes. As imigrantes não

apenas estão sujeitas a uma discriminação genérica em razão da sua condição de género, como têm também de lidar com as imagens específicas constituídas na cultura portuguesa sobre a mulher brasileira. No entanto, importa também não esquecer que estas imigrantes cresceram numa sociedade em que, ao longo do séc. XX, importantes formas de expressão da cultura popular e também ações do Estado realçaram a beleza, a exuberância e a sensualidade da brasileira e, principalmente, da *mulata* (Padilla, 2007). Quando, a partir dos anos 2000, se tornaram comuns notícias relativas ao tráfico e prostituição de brasileiras, este imaginário recheado de estereótipos também se fez notar no discurso jornalístico, contribuindo tanto para o seu reforço quanto para a sua atualização. Conforme iremos explicar, com o passar dos anos, não só uma imagem de sensualidade inata seria associada em Portugal às brasileiras, mas também se verificará a metonimização da sua figura como prostituta.

Para complexificar ainda mais este cenário, se a primeira vaga de imigração brasileira foi representada por um perfil de imigrante com um *background* educacional mais elevado, a segunda vaga apresentou, entre outros aspetos, um acentuado traço de feminização, que naquele período, mesmo no contexto global das migrações, era uma novidade. Como explica Beatriz Padilla (2007), apesar de não ser assim tão comum e nem a situação maioritária, tornou-se cada vez mais frequente a identificação de mulheres como figuras centrais da experiência migratória, quer a nível familiar, quer individualmente, enquanto tradicionalmente eram os homens, sobretudo, os protagonistas do processo migratório, com as mulheres em geral a emigrarem para seguirem os maridos.

No início do séc. XXI, relativamente às imigrantes brasileiras em Portugal, a autora identifica uma tendência crescente de mulheres a emigrarem sozinhas ou a fazê-lo como parte de uma estratégia de migração familiar, nem sempre já liderada pelos maridos ou pelos pais. Neste contexto e considerando que a segunda vaga, em contraposição à primeira, também se caracteriza por um perfil de imigrante proletariado, com baixas qualificações a nível de formações, será sobretudo no setor terciário que a sua integração se vai realizar, em nichos laborais estruturados a partir de critérios de nacionalidade, étnicos e de género. Dois destinos em particular viriam a revelar-se preferenciais para a imigração feminina: o serviço doméstico e a prostituição.

Esta espécie de especialização por critério de nacionalidade do mercado laboral português foi também identificada por Igor Machado (2006b), ao notar a preferência por brasileiros para o trabalho de serviços e de atendimento ao público em geral, não apenas

pelo facto de dominarem a língua portuguesa (ao contrário dos imigrantes recém-chegados do Leste europeu, por exemplo), mas também em consonância com as representações sociais dominantes sobre os brasileiros, por estes supostamente serem mais simpáticos e alegres. O autor vê nesta possível vantagem criada com base em estereótipos, a consequência do aprisionamento de nacionalidade (e em parte também étnico) vivido por alguns imigrantes brasileiros com os quais teve contacto em finais dos anos 1990: de forma a se apresentarem mais aptas a ocupar as vagas nesses nichos laborais, algumas pessoas acabavam por desenvolver uma “identidade para o mercado”, realçando características de simpatia e extroversão mesmo quando estas não correspondiam em nada à sua real personalidade.

Luciana Pontes (2004) observou ao entrevistar imigrantes brasileiras, e em consonância com a identidade cultural nacional desenvolvida ao longo do séc. XX, que algumas mulheres partilhavam também a crença de que as brasileiras possuíam um “corpo” e um “jeito” diferentes. Conforme se pode ler num trecho do seu artigo: “Tais características são salientadas em oposição às mulheres portuguesas, descritas, segundo Valéria, como arrogantes e, segundo Ana, como agressivas [...]” (p. 242). No nosso contacto com imigrantes a partir de entrevistas e de grupos de foco, identificámos também o ressaltar destas diferenças, em que foram acentuadas a simpatia e abertura das brasileiras em contraposição à personalidade fechada das portuguesas.

Voltando à questão migratória em Portugal, há aqui uma forte procura de mulheres imigrantes no setor de limpeza em casas particulares e no cuidado de doentes e pessoas idosas. Mas especificamente em relação às brasileiras, verifica-se que o seu predomínio é mais evidente no denominado comércio do sexo. De acordo com Igor Machado (2003), a maioria das mulheres que integrou a segunda vaga de imigração trabalha na restauração, em hotelaria, no atendimento em lojas e no setor doméstico, o que demonstra assim que, embora se possa assinalar a forte presença de prostitutas brasileiras em Portugal (em comparação com outras nacionalidades), a maioria das imigrantes não se dedica a tal atividade.

Para avaliar a dimensão deste fenómeno valemo-nos dos trabalhos dos autores referidos, pois não existem estatísticas oficiais que permitam indicar o número (ou a percentagem) de brasileiras a atuarem como prostitutas em Portugal. No entanto, a partir da análise dos textos publicados pelo *Expresso* e pelo *Público*, obtivemos também algumas pistas importantes sobre a prostituição de brasileiras em Portugal. Por exemplo,

no arco temporal abrangido pela investigação, a primeira referência que encontramos ao tema da prostituição em que são identificadas “brasileiras” é numa reportagem de 17 de junho, de 2000, do *Expresso*: “Clientes ajudam a dismantelar tráfico de mulheres”. Todavia, as imigrantes brasileiras neste caso são citadas ao lado de imigrantes de outras nacionalidades e não correspondem à maioria das vítimas do esquema criminoso denunciado.

“Brasil e Portugal na luta”, presente na edição de 15 de dezembro, de 2000 do *Público*, é a primeira reportagem que encontramos em que se relaciona explicitamente prostituição e imigração feminina brasileira (mais especificamente, o tráfico de mulheres). Depois desta data só voltamos a encontrar textos em que os dois temas estão presentes aquando da erupção do caso “Mães de Bragança”, que viria a despoletar nos anos seguintes uma intensa cobertura de factos relacionados com prostituição de imigrantes brasileiras em Portugal.

Numa entrevista de 23 de julho de 2004, do *Público*, a Isabel Burke, inspetora do SEF que seria alocada para o Brasil para combater a imigração ilegal, os jornalistas Ana Cristina Pereira e Pedro Cunha comentam o facto de, nos últimos tempos, as rusgas às casas de alterne só falarem de brasileiras e questionam se a prostituição de imigrantes do Leste europeu havia terminado; ao que a inspetora responde:

Quando houve a onda de imigrantes de Leste, vieram algumas mulheres para a prostituição e houve casos complicados. Neste momento, é diminuto o número das que estão na prostituição. As brasileiras tomaram conta desse mercado. Falam a língua, são carinhosas, são simpáticas. Não sei explicar, mas acho que isso tem a ver com os gostos dos portugueses e com o tipo de dinheiro que as mulheres de Leste conseguem ganhar noutros países da União Europeia...

Estas observações sobre o conteúdo jornalístico levam-nos à formulação de algumas hipóteses (conforme já referido, não é possível avançar com afirmações categóricas sobre o fenómeno, pois não existem números oficiais): (1) as imigrantes brasileiras são a nacionalidade maioritária no comércio sexual em Portugal⁷¹ e (2) esta forte presença é contemporânea da segunda vaga de imigração brasileira. Neste sentido, se após as primeiras reportagens sobre as “Mães de Bragança” e até 2005 a presença de notícias sobre prostituição de brasileiras foi intensa, já no segundo período, coincidente com a redução da comunidade brasileira a partir de 2011, a presença dessas notícias

⁷¹ Facto corroborado por Dália Rodrigues, diretora técnica da instituição *O Ninho* que presta auxílio a pessoas em situação de prostituição, em entrevista efetuada em 2018.

também se atenuou. Verificamos nesse segundo período, no entanto, o processo de metonimização anteriormente referido (e que a seguir demonstraremos a partir de uma análise crítica dessas notícias), o qual pensamos ser consequência da intensa cobertura da prostituição de imigrantes brasileiras, marcada por sua vez por um discurso sensacionalista e estereotipado, que se seguiu à polémica de Bragança.

A seguir analisaremos mais pormenorizadamente a primeira reportagem em que as duas temáticas estão presentes.

- “Brasil e Portugal na luta” (15/12/00, *Público*, p. 20).

Nesta notícia de dois terços de página, a informação estrutura-se em torno de uma conferência promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU para combater o tráfico de pessoas, drogas e a lavagem de dinheiro ilegal, realizada em Palermo. No entanto, o evento aparece em segundo plano no texto, sendo mais pormenorizado numa outra notícia colocada logo abaixo desta, “Máfia infiltrada nas obras da ONU”.

Ao debruçarmo-nos sobre a estrutura temática da notícia – conforme a abordagem de van Dijk (2002a) –, observamos que o tema que a jornalista Gina de Azevedo Marques decidiu privilegiar foi o tráfico de pessoas associado à prostituição, sendo possível segmentar hierarquicamente o texto de acordo com os seguintes tópicos, pela sua ordem de apresentação:

- (1) O tráfico de seres humanos é a terceira atividade criminosa mais lucrativa.
- (2) Uma das principais atividades em que desagua a prostituição tem um eixo marcado entre Brasil (país de saída) e Portugal (país de receção das vítimas).
- (3) Ambos os países estão empenhados em combatê-lo.
- (4) A atividade funciona da seguinte forma: mulheres são levadas clandestinamente para o exterior sob a promessa de emprego, porém, lá chegadas têm os passaportes confiscados e são obrigadas a prostituírem-se.
- (5) A Conferência de Palermo visa não apenas coordenar esforços entre Estados para combater o tráfico de pessoas, mas também o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro ilegal.
- (6) O Brasil, assim como vários países presentes em Palermo, não tem tipificado o crime de tráfico de pessoas.

- (7) Baseando-se no Protocolo da Conferência, o Presidente Fernando Henrique Cardoso iria enviar um projeto de tipificação para o Congresso até ao ano seguinte.

Neste sentido, a superestrutura da reportagem compõe-se na categoria “resumo” pelo destaque à luta travada por Portugal e Brasil para estancar o tráfico de pessoas com destino à prostituição; e na categoria de “fundo” pela contextualização de como essa atividade criminosa se efetua, quais são as posições de Portugal (país de receção) e Brasil (país de saída) a nível global e como a Conferência de Palermo pretende combatê-la, conjuntamente com os outros tipos de crime em discussão. O texto, no final, após ter sido aprofundada a problemática do tráfico de pessoas, volta à Conferência para referir que os países que assinaram o Protocolo apresentado deverão, a seguir, ratificá-lo nos respetivos parlamentos.

De acordo com van Dijk (2002a, p. 115) e conforme podemos verificar na reportagem, estas categorias são concretizadas de modo descontínuo ao longo do texto, como parcelas semânticas em que as primeiras informações, por aparecerem logo ao início, possuem maior relevância, o que também sugere os pressupostos ideológicos envolvidos na escolha para as destacar. Por exemplo, o terceiro tópico por nós identificado já se encontra sugerido pelo título e é também expresso pelo subtítulo:

O tráfico de seres humanos é a terceira atividade criminosa mais lucrativa a nível planetário. Um dos seus vectores fundamentais, a prostituição, tem um eixo marcado entre o Brasil e Portugal. *Dois dos países mais empenhados no combate a esta escravatura do fim do século.* (grifo nosso)

No entanto, a partir da leitura da reportagem, tal empenho é evidenciado apenas por uma citação do então ministro da Justiça português, António Costa:

“Portugal e o Brasil estão conscientes e dedicam particular atenção ao problema do tráfico de seres humanos. Já estamos de acordo em aperfeiçoar os sistemas de ligação entre as polícias brasileira e portuguesa” [...]

A ênfase nesse tópico, que não se sustenta em nenhum facto específico a não ser a declaração de António Costa, sugere implicações ideológicas, neste caso, no sentido de destacar um suposto protagonismo de ambos os países, mais especificamente de Portugal, no combate à terceira mais lucrativa atividade criminosa do mundo. Pensamos na ênfase subjacente ao protagonismo português, pois um pouco antes de citar António Costa, no

texto é referido que Portugal está “na primeira linha de intenção” do combate ao tráfico e em dois momentos é utilizado o verbo “exportar” para caracterizar o posicionamento do Brasil no mapa das principais rotas de tráfico humano. Numa frase logo abaixo à imagem que ilustra a reportagem, esse verbo aparece entre aspas, da seguinte forma: “O Brasil ‘exporta’ cerca de 75 mil mulheres por ano para os circuitos da prostituição”, e num outro período, no corpo do texto, afirma-se que o país está entre os seis do mundo que mais “exportam” – dessa vez, sem as aspas – mulheres para o mercado internacional da prostituição. O que observamos pela escolha deste verbo é que a sua utilização tem implícita a ideia de que o tráfico de mulheres para prostituição é um problema, sobretudo, do país de onde elas saem, ou seja, do Brasil. Por mais que a reportagem indique que Portugal é uma das portas de entrada na Europa de brasileiras que acabam por se prostituir no continente, a forma como o texto se estrutura retira responsabilidade ao país perante o fenómeno e apenas salienta o seu empenho em combatê-lo.

Julgamos ainda problemático o uso de tal verbo (normalmente utilizado para referir bens comerciais), pois ele acentua a desumanização de que estas mulheres já são vítimas ao serem enredadas num esquema de tráfico de pessoas para prostituição. A sua utilização está associada à imagem que ilustra a reportagem e que mostra uma mulher de biquíni na praia, tendo por fundo o internacionalmente conhecido “Pão de Açúcar”, no Rio de Janeiro (para que não haja dúvidas sobre a origem da foto), observando e tocando os seus glúteos: a imagem reforça o processo de fetichização a que as brasileiras são submetidas no texto.

Provavelmente, não se considerou indelicado ilustrar uma reportagem sobre o combate de Brasil e Portugal ao tráfico de mulheres com a imagem de uma brasileira na praia em pose sensual; o que evidencia a força do estereótipo sobre a mulher brasileira, atuando mesmo que de forma inconsciente nas escolhas efetuadas para o emprego de expressões e imagens. Consideramos, portanto, que subjacentemente ao texto se evidencia uma ideologia de perfil colonial, relativa a uma certa racionalidade do pensamento ocidental sobre os povos colonizados, em que a diferenciação entre colonizador e colonizado se deu também nos regimes de representação impostos a este: como explica Boaventura Sousa Santos (2001), a partir da criação do estereótipo do colonizado como um selvagem, um animal.

Na reportagem, esta mentalidade está presente não pela animalização da mulher brasileira, mas pela sua objetificação e acentuação (através da foto) de um aspeto sensual, comumente associado às brasileiras. No sentido proposto por van Dijk (2002a), afirmamos que o texto contém implicações ideológicas pelo facto de a sua estrutura e conteúdo refletirem o modelo mental desenvolvido pela jornalista sobre a problemática do tráfico de mulheres do Brasil para Portugal, em que se identifica o aspeto sensual associado às brasileiras. Esse modelo, por sua vez, baseia-se num esquema sociocognitivo mais geral, em que as ideologias dos grupos a que a jornalista pertence (civilizados ocidentais > europeus > portugueses) monitoram as representações sociais partilhadas por esse esquema.

Do mesmo modo que os modelos recorrem a conhecimentos específicos presentes nos *scripts* [guiões mentais sobre eventos e ações prototípicos], eles também abarcam opiniões derivadas de estruturas de opinião mais gerais e socialmente partilhadas. Em geral, portanto, nós dizemos que os modelos são baseados em *representações sociais* ou *cognições sociais* acerca, por exemplo, de imigrantes, refugiados, ou manifestantes [...] (van Dijk, 2002a, p. 118)

Notamos, todavia, que nesta primeira exposição da problemática da prostituição brasileira em Portugal nos jornais analisados, a atividade é caracterizada, como se pode ler no subtítulo desta peça, como uma forma de escravatura. Já com o rebentar do caso “Mães de Bragança”, observaremos, ao contrário, um reduzido enfoque jornalístico sobre as formas de exploração e crimes de que as imigrantes que se prostituíam eram vítimas.

Mães de Bragança

Após essa reportagem de 2000 sobre o tráfico de brasileiras para Portugal, não encontramos mais referências aos temas “prostituição” e “imigrantes brasileiras” até ao ano de 2003, quando no mês de maio estourou na imprensa o caso “Mães de Bragança”. Amplamente difundido nos media portugueses, o movimento formado por algumas mulheres desta cidade do Norte do país obteve tamanha repercussão que se tornou tema de investigações académicas, constituindo-se, segundo João Carlos Correia (2014), como o primeiro exemplo para a discussão sobre a mulher brasileira no discurso dos media. Ainda que, conforme discorrido, a sensualidade ressaltada na representação social da brasileira não se tenha estabelecido a partir deste caso, os diversos autores que se debruçaram sobre ele (Correia, 2014; Pais, 2010; entre outros) concordam que a sua

intensa cobertura mediática, e as derivações que ocorreram a partir daí, tiveram um forte impacto na vida das imigrantes brasileiras em Portugal.

Sobre a polémica, o imbróglio começou a esboçar-se quando algumas esposas, ao partilharem os seus desencontros conjugais, verificaram que as suas histórias se repetiam (Pais, 2010). Esta evidência, a par da divulgação pela imprensa local da presença de uma centena de brasileiras a residir em Bragança e a trabalhar no comércio sexual, tornou as suspeitas inquestionáveis e levou algumas mulheres a apresentarem um manifesto às autoridades locais.

A princípio não encontramos referências à polémica no *Público*, o que nos causou estranheza, pois o *Expresso*, a partir de seu suplemento em formato de revista, a *Única*, dedicou na edição de 10 de maio uma reportagem de capa ao caso, dispensando sete páginas para tratar os motivos pelos quais um grupo de esposas de Bragança resolveu fazer um manifesto solicitando a expulsão de brasileiras que trabalhavam em casas de alterne da cidade. Esta reportagem, no entanto, não constitui a única menção às “Mães de Bragança” no semanário, pois o caso também foi abordado por dois articulistas nessa mesma edição da *Única* e no jornal do dia, e ainda, mais ligeiramente, na sua edição de 3 de maio.

Ao procurarmos no site do diário, porém, encontramos uma notícia de 3 de maio: “‘Mães de Bragança’ acusam brasileiras de provocar ‘onda de loucura’ na cidade”, presente na edição destinada ao Porto⁷², produzida a partir da agência de notícias *Lusa*. Ainda que este texto apresente, ao nível do discurso, elementos que consideramos problemáticos e passíveis de serem discutidos e analisados – por exemplo, em determinado trecho é referida “a presença exótica de mulheres brasileiras” na cidade –, pelo facto de a reportagem da *Única* ser mais extensa e aprofundada (o jornal destacou uma equipa de reportagem para Bragança), será esta a merecer a nossa atenção para análise crítica.

Embora as notícias datem do começo de maio, um foco de tensão já germinava na cidade desde o início de 2003 (Correia, 2014). No entanto, a cobertura dos media portugueses foi tal – conforme a jornalista que assina a reportagem da *Única* também observa, ao afirmar que havia profissionais de diversos meios por todo o lado em

⁷² O que explica o facto de não termos encontrado nada durante a nossa análise manual dos exemplares em papel.

Bragança – que acabaria mesmo por despertar o interesse internacional e, em reportagem de primeira página de outubro, a *Time* assinalava a cidade como o novo “Red light district” da Europa.

Machado Pais (2010) analisa de um ponto de vista sociológico a erupção e posterior disseminação mediática da polémica no contexto de forte repressão da sexualidade vigente durante o período ditatorial e que, como o caso “Mães de Bragança” acabou por evidenciar, ainda possuía raízes na sociedade portuguesa. Conforme explica o autor, o Estado Novo caracterizou-se como uma ditadura conservadora que impunha uma forte moral de contenção sobre a sexualidade. A família era uma das principais bandeiras de doutrinação ideológica do regime e, de acordo com a reportagem da *Única*, é bastante plausível a hipótese segundo a qual o núcleo moral à sua volta constituído continuava a possuir uma forte ressonância na sociedade portuguesa do início do séc. XXI; o título da peça – “O sexo e a família” – evidencia com muita clareza a forma como o texto se estrutura: de um lado a família, representada pelo movimento “Mães de Bragança”, e de outro a liberalização dos costumes que tinha como agentes de transformação as brasileiras.

No domínio da sexualidade, o que era salientado no período da ditadura era a função reprodutora da esposa, de quem se esperava submissão e a qual possuía poucos direitos, pois até para viajar para o estrangeiro, mesmo para visitar o marido, necessitava de uma autorização deste. Um aspeto, a mero título de exemplo, que pode ajudar a explicar o porquê das “mães” se recusarem a acusar os seus maridos e direcionarem as queixas para as brasileiras que, segundo elas, seduziam os homens com “falinhas meigas, cana-de-açúcar e droga à mistura”⁷³.

Com a Revolução dos Cravos, que pôs fim do Estado Novo em 1974, houve uma notória liberalização dos costumes. Todavia, quando cerca de três décadas depois em pacatas cidades de Portugal, marcadas ainda por um forte tradicionalismo, começaram a surgir bares e casas noturnas promovendo o comércio sexual às claras⁷⁴, a novidade gerou falatório, que acabaria mesmo por dar origem a um rebuliço social.

Os ânimos exaltados rodopiavam em torno de baluartes fundamentalistas de uma tradição difícil de sustentar e de uma

⁷³ Este trecho faz parte do manifesto entregue pelas Mães de Bragança às autoridades da cidade (transcrito em: Pais, 2014).

⁷⁴ Mesmo que muitos desses lugares se apresentassem como meras casas de alterne, onde as mulheres, supostamente, apenas fazem companhia aos homens e os motivam a beber.

modernidade onde todas as liberdades se poderiam alcançar. Foi neste contexto que irrompeu, em 2003, o chamado movimento das *Mães de Bragança*. (Pais, 2014, p. 9).

A primeira consequência, conforme referido, foi o empolamento mediático, que fez com que o acontecimento ultrapassasse as fronteiras nacionais, atraindo curiosos de países europeus que passaram a frequentar Bragança, a partir de então integrada no mapa das rotas do turismo sexual – talvez, porém, não muito para além de Espanha, dada a sua proximidade fronteiriça... O caso “Mães de Bragança” tornou-se um ícone das representações xenófobas e de estereótipos de género no discurso mediático, num momento em que aumentava substancialmente o número de imigrantes em Portugal e, principalmente, de imigrantes brasileiros atraídos pela prosperidade económica do país (Correia, 2014).

Este contexto fez emergir uma sensibilidade mediática relativamente à presença migratória em Portugal, como também se observou nas notícias desse primeiro período de análise, todavia a cobertura derivada dessa nova sensibilidade concentrou-se em determinadas temáticas. Segundo um estudo do Alto Comissariado para Migrações e Minorias Étnicas citado por João Carlos Correia (2014), em 2003, das 224 peças jornalísticas que tinham como tema chave a imigração e as minorias étnicas, 48 (21,4%) abordavam de alguma forma a prostituição, em que as personagens eram em sua maioria brasileiras. Isto revela como o tema dominante relacionado com a emigração brasileira era o tráfico de mulheres, assim como o tom predominante era o uso da linguagem *tablóide* em que, se por um lado eram explorados estereótipos de género associados aos países tropicais, por outro pouco se discutiam as condições de escravatura humana relacionadas com o fenómeno.

De acordo com esses estudos, a mulher brasileira tornou-se alvo fácil de uma rede de noticiabilidade que enfatizou os temas da prostituição, em contraste com outras comunidades que foram retratadas em ângulos que diziam respeito ao trabalho e à vida quotidiana. (Correia, 2014, p. 188)

Considerando estas observações, podemos dizer que, ainda que se justifique a repercussão alcançada pelo movimento devido ao embate que suscitou em termos morais (oposições entre decência e indecência, fidelidade e promiscuidade), numa região do país com fortes marcas de tradicionalismo, apenas isso não chega para explicar toda aquela enorme projeção. Conforme recorrido anteriormente, a sensualidade ligada à imagem da brasileira possui raízes antigas que remontam aos primeiros relatos sobre a terra recém-

achada e os seus habitantes e, neste contexto, encontrou campo fértil para ser trabalhada em textos que, no início do séc. XXI, relacionavam a imigração brasileira feminina com ocorrências de prostituição ilegal e tráfico de pessoas.

No entanto, a presença nos media de representações sociais sobre a mulher brasileira como possuidora de uma sensualidade e exuberância supostamente inatas mostra-se mais ubíqua. Conforme vimos em subcapítulos anteriores, este imaginário também se evidencia em reportagens sem qualquer relação com a problemática da prostituição, com essas representações sociais emergindo do discurso a partir da caracterização de personagens de nacionalidade brasileira e mesmo do próprio país que, de acordo com uma perspetiva de representação de tipo colonial, é apresentado de uma forma feminizada (Pontes, 2004).

Tal imaginário acerca da mulher brasileira explica a sua procura no comércio sexual em Portugal e a consequente forte presença desta nacionalidade no âmbito da prostituição. Neste sentido, vemo-nos num círculo vicioso: a procura impulsionada pelo estereótipo acaba por o reforçar, com o discurso mediático a servir de caixa de ressonância – as “Mães de Bragança” irrompendo como exemplo icónico – a essas visões socialmente partilhadas.

Ainda que a associação entre a figura da mulher brasileira e a existência de uma sensualidade inata seja a mais evidente, pensamos que esta característica acabou por se espalhar à identidade brasileira como um todo, independentemente do género. Isto é evidenciado, por exemplo, numa reportagem da *Única* de 7 de junho – menos de um mês após a publicação da reportagem acerca das “Mães de Bragança” – sobre agências de prostituição masculina destinadas ao atendimento a mulheres⁷⁵, em que os dois personagens que a ilustram são gigolôs brasileiros, cuja nacionalidade é referida diversas vezes ao longo do texto.

Neste caso, pensamos que a ênfase na nacionalidade das personagens indica um regime de representação em que o povo brasileiro (assim como ocorre geralmente com os povos tropicais) é compreendido à luz da racionalidade ocidental sob um prisma de exotismo e sensualidade; pois em nenhum momento se questiona o facto dos dois rapazes com os quais a repórter se encontrou – de forma aleatória, pois apenas telefonava às

⁷⁵ “Profissão gigolô” (*Única*, 7/6/03, p. 80-88).

agências para marcar um encontro, sem indicar preferência por qualquer nacionalidade – serem brasileiros e não portugueses.

Ainda mais significativo que a generalização que esse tipo de ênfase no discurso promove, é a sua tendência para influenciar a compreensão sobre as ações dos sujeitos sociais: “[...] uma criança retirando a borracha de outra pode ser visto como uma ação agressiva se ela for negra, porém assertiva, se for uma branca” (Teo, 2000, p. 17). No mesmo sentido, podemos colocar a hipótese de a prostituição de homens portugueses ser interpretada como umas das consequências da crise económica, por exemplo, e desta forma, eles são vistos como vítimas, enquanto a prostituição de brasileiros seria considerada um expediente normal para estes homens de exacerbada sexualidade e (consequente) baixo intelecto.

Voltando às “Mães de Bragança”, há um outro aspeto, para além dos estereótipos relacionados com a figura da mulher brasileira, que também evidencia os processos de exotização aos quais a identidade brasileira é submetida em Portugal: o facto de as mães terem alertado no seu manifesto que as urdiduras das brasileiras não eram apenas de ordem sexual, mas que também se valiam de feitiços. Como percebemos ao ler a reportagem, nesta referência está presente a associação entre o imaginário de Brasil como terra exótica, em que seria comum a utilização de magias e afins⁷⁶, e o que as integrantes do movimento desconfiam ser mais uma das armas das brasileiras, comprovável pela sua ida frequente às floristas.

Tais processos de exotização não escapam ao jornalismo e, algumas vezes, nem aos investigadores académicos, conforme notamos num trecho do artigo de Machado Pais (2010) em que o autor, embora refira que feitiços e simpatias não são comuns apenas no Brasil, afirma, porém, que lá são triviais os “sortilégios” e “filtros” para “prender alguém”. Neste sentido, questionamo-nos sobre, a partir de que evidências este autor se terá sentido autorizado a asseverar que no país são comuns (leia-se, mais comuns do que em Portugal) feitiços e afins para “prender” alguém. Pensamos que este tipo de senso comum se terá alimentado de produtos simbólicos como as telenovelas e os livros de Jorge Amado – bastante populares em Portugal –, em que as representações de rituais de raiz africana são habituais. Tais representações, porém, como que foram encapsuladas

⁷⁶ Aqui o conhecimento longínquo sobre a macumba, comum nos ritos religiosos brasileiros de origem africana, tem o seu peso.

num processo de exotização, sendo submetidas a uma ressignificação como mais um dado comprovativo da alteridade radical do *Outro* brasileiro, em relação ao *Nós* português.

- “O sexo e a família”, (*Única*, 10/5/03, p. 64-70).

De forma similar ao enquadramento dado à problemática pelas próprias integrantes do movimento “Mães de Bragança”, que no seu manifesto contrapuseram a família (representada pela figura da mãe) à figura da brasileira (apresentada no documento como a grande ameaça a este pilar social), esta reportagem desenvolve-se também a partir de uma dicotomia de moralidade: família *versus* imoralidade das prostitutas brasileiras. Neste sentido, assinalamos que os textos jornalísticos se caracterizam por apresentarem um tema que funciona como ideia central, em torno da qual as informações fornecidas gravitam: “Em razão de sua função estruturante, um tema também é denominado de enquadramento” (Pan & Kosicki, 1993, p. 59).

A presença deste enquadramento dicotómico, com uma perspectiva moralista subjacente, evidencia-se ao debruçarmo-nos sobre a categoria “resumo” da reportagem. Na chamada de primeira página – toda ela preenchida por esta reportagem – pode ler-se, “O ataque aos costumes”, logo seguido por este subtítulo: “Bragança está virada do avesso. Tudo em nome da família. As meninas de alterne são o alvo”. Já o texto em si apresenta-se com o sugestivo título “O sexo e a família”, acompanhado do seguinte subtítulo: “As ‘Mães de Bragança’ estão fartas das brasileiras da noite. Fizeram um abaixo-assinado para expulsar as ilegais. Dizem que elas lhes dão cabo do casamento”. No primeiro parágrafo, apesar de não estruturado na forma clássica de um *lead*, o tom dicotómico prossegue:

E você, está do lado dos homens ou das mulheres? A pergunta pertence ao proprietário de três bares de alterne de Bragança, mas poderia muito bem ter sido feita por qualquer habitante da cidade. [...] as “Mães de Bragança” dizem que basta. Que chega. Que não querem perder os maridos. Que não querem perdê-los ainda mais. Culpam as brasileiras que trabalham nos bares de alterne.

A categoria “resumo” revela o enquadramento da reportagem e é com base nos seus elementos que os principais tópicos do discurso se estruturam. Portanto, o “resumo” assume-se como o espaço de configuração das principais macroproposições textuais, desempenhando assim, uma função estratégica: “Como geralmente os títulos e os *leads* exprimem as principais proposições constituintes da macroestrutura, é nestes enunciados que vamos encontrar os principais tópicos do discurso [...]” (Correia, 2009, p. 144).

Neste sentido, a partir dos intertítulos, “35 euros por meia-hora”, “Esperança em Lula”, “Espancada por falar aos jornais”, “O que estou fazendo aqui” e “Feitiços com flores”, a reportagem descreve a seguinte trajetória: primeiro caracteriza as casas de alterne de Bragança, as mulheres que trabalham nelas e a forma como executam a sua atividade; prossegue aprofundando a caracterização das brasileiras, apresentadas como mulheres de origem muito humilde, que desejam voltar ao Brasil e que não se orgulham da atividade que exercem em Portugal; a seguir volta a atenção para o drama das integrantes do movimento, as “mães”; e termina investigando junto das floristas da cidade a acusação das “mães” de que as brasileiras se valiam de feitiços e afins para seduzirem os seus maridos.

Neste desenvolvimento identificamos algumas incongruências, pois se a partir do “resumo”, conforme referido, há um enquadramento que revela um tom moralista ao posicionar as brasileiras ao lado do sexo, da perversão dos costumes e em oposição à instituição familiar, o que sugere, portanto, tratar-se de mulheres maliciosas e desonestas, por outro lado, é realçada a sua situação de vítimas. Exemplos: “‘Gostava de continuar a trabalhar num salão. Mas depende do salário. Ouvi dizer que aqui pagam mal...’, respondeu. Os olhos enchem-se de lágrimas” e “Grita. ‘Meu Deus! O que é que estou fazendo aqui? Porque não estou no Brasil com a minha filha?’ Outra rapariga acalma-a”.

Vítimas, porém, apenas das circunstâncias da vida ou da situação socioeconómica do Brasil, conforme o leitor é levado a concluir, pois em nenhum momento são utilizados os termos “tráfico de pessoas”, “incentivo à prostituição” e afins, apesar de existirem na reportagem ganchos que possibilitariam tal abordagem. Assim afirmamos porque, em determinado trecho, é dito que numa das casas de alterne visitadas apenas uma dentre doze mulheres tinha contrato e, num outro momento, se relatar que as brasileiras geralmente chegavam com visto de turista e não possuíam contrato de trabalho, arriscando-se a ficarem irregulares após a vigência de três meses desse visto.

Neste ponto, abrimos um parêntese para esclarecer que a prostituição não é crime em Portugal, mas sim a sua facilitação e a exploração de prostitutas, assim como também configura crime o tráfico de pessoas para prostituição em outro país. Além disso, há a infração mais prosaica, referida na reportagem, de empregar alguém sem fornecer o devido contrato de trabalho. Portanto, não é que não houvesse circunstância nem factos, estes exemplificados pelas personagens, para se trilhar este caminho de identificação das ilegalidades cometidas pelos donos e gestores das casas de alterne, no entanto, esta

abordagem não se conjuga com o enquadramento estabelecido já de início pelos títulos e chamadas e, assim, acabaria por não ser adotada.

As incongruências identificadas na caracterização das brasileiras não se encerram por aqui. De forma mais sintomática neste caso, sob um mesmo intertítulo – “35 euros por meia-hora” – escreve-se ao início que “As meninas têm um ar sério, rostos carregados. Sorriem quando se chegam aos clientes”, para após dois parágrafos apenas, se afirmar quase o oposto: “Parecem todas meninas. Têm risos e conversas infantis. Mas os seus jogos são diferentes”. No entanto, esta segunda caracterização emerge do discurso como prevalecente, pois aparece novamente nas páginas seguintes em formato de destaque.

Estas diferentes e quase conflituantes representações expressam visões estereotipadas acerca das brasileiras. Os estereótipos, conforme dito, encerram uma profunda ambivalência pelo facto de os reversos dos seus elementos negativos fazerem também parte da sua constituição (são igualmente seus elementos constitutivos). A partir de uma perspectiva pós-colonial, Boaventura Sousa Santos (2001) assinala a hibridação presente nos regimes identitários de colonizador e colonizado, em que o estereótipo emerge como a mais importante estratégia discursiva colonial por abrigar esta forma ambivalente de conhecimento e envolver sentimentos de fobia, medo e desejo. Numa exemplificação bastante próxima à caracterização das brasileiras na reportagem, afirma: “[...] o preto é simultaneamente o selvagem e o criado mais digno e obediente; é a encarnação da sexualidade descontrolada, mas é também inocente como uma criança [...]” (2001, p. 32).

Neste sentido, há que considerar, na linha de Zhongdang Pan & Gerald Kosicki (1993) e Robert Entman (1993), por exemplo, que o enquadramento de um discurso não depende apenas da estratégia seguida pelo seu produtor, pois ainda que este se valha de inúmeros dispositivos para seleccionar e salientar determinados aspetos de uma notícia, a interpretação desta é sempre uma tarefa do recetor. Por isso, também, a dimensão sociocultural é indissociável da ação de enquadramento, pois esta determinada maneira de perceber e compreender a realidade apresenta sempre como pano de fundo um senso comum e o imaginário de uma dada sociedade. Robert Entman vai além e afirma:

A cultura é o estoque de quadros comumente invocados. De facto, a cultura pode ser definida como o conjunto empiricamente demonstrável de quadros comuns exibidos no discurso e no pensamento da maioria das pessoas de um agrupamento social. (1993, p. 53)

Assim, identificamos no enquadramento escolhido para esta reportagem e nas estratégias discursivas utilizadas para caracterizar as brasileiras uma ideologia subjacente ligada à identidade nacional, em que ao se salientar a contraposição entre o Portugal profundo e católico e o Brasil selvagem e devasso⁷⁷, se criam grandes chances da polémica sobre as “Mães de Bragança” ser assim interpretada pelo leitor português, dado esse enquadramento ressoar no seu sistema de crenças e representações sociais partilhadas.

Também destacamos na reportagem as fotos que a ilustram – e que também emergem como elementos discursivos. Desde a primeira página até o interior das páginas, vemos brasileiras sorridentes e em poses sensuais, porém na única imagem que mostra uma integrante do movimento “Mães de Bragança”, esta aparece de perfil e semblante sério. Consideramos, assim, que, apesar da discrepância identificada na caracterização das mulheres, a imagem que emerge do texto como prevalecente, pela sua utilização reiterada, é a da brasileira de sensualidade natural e ingénua.

Por fim, debruçamo-nos sobre o último intertítulo – “Feitiços com flores” – por considerarmos o texto que se segue bastante problemático. Conforme já dito anteriormente, as integrantes do movimento acusavam também as brasileiras de se valerem de feitiços para seduzir os seus maridos, o que se comprovaria, segundo elas, pelas idas frequentes às floristas. De forma a verificar a validade desta asserção (mas como comprovar que as mulheres faziam feitiços para seduzir os seus clientes e que estes eram bem-sucedidos?!), a equipa jornalística entrevistou uma florista, cujas declarações, apresentadas a seguir à acusação das “mães”, situam-se no texto em articulação com esta como um elemento de prova, finalizando a reportagem sem mais desenvolvimentos.

Tal como as outras amigas, acredita que há feitiçaria por detrás do “encantamento” dos esposos. “Não é só sexo...” Fala de bruxarias. De rituais que ajudam o negócio das flores. “São as minhas melhores clientes”, confirma uma florista. As brasileiras contam-lhe como se fazem feitiços de amor. [...] “Dizem que escrevem o nome do homem numa folha, preparam um prato com flores, frutas e peixe. Depois colocam-no num cruzamento. Garantem que resulta”.

Concluimos, portanto, que de acordo com a estrutura global da reportagem – desde o conteúdo textual, às imagens e chamadas que a compõem –, esta oscila entre o registo jornalístico mais sério (factual) e um outro mais voltado para o entretenimento, perceptível

⁷⁷ Quinze vezes aparece o termo “brasileiras” para identificar as alternadeiras.

principalmente nos textos que compõem a sua categoria “resumo”. O título “O sexo e a família”, por exemplo, soa familiar ao nome de uma série muito popular à época, “O sexo e a cidade”, o que sugere ter sido aplicado de forma intencional.

Como refere Norman Fairclough (2001), a tensão entre a necessidade de informar e a pressão para também entreter os recetores – vistos nesta dinâmica como consumidores – encontra-se disseminada por todos os media contemporâneos. Embora o movimento tenha emergido como algo caricato, os media optaram por uma cobertura sensacionalista que reforçou estereótipos, como o do Portugal tradicional e o das sensuais mulheres brasileiras, cheias de artimanhas para seduzirem os homens.

Reverberações mediáticas

O surgimento das “Mães de Bragança” deu a conhecer uma realidade em Portugal que passava despercebida à maioria da população e, a julgar pelos jornais analisados, também aos media: a presença de estrangeiras, sobretudo brasileiras, a trabalharem de forma ilegal como prostitutas em casas de alterne espalhadas pelo país. As consequências do movimento, para além da intensa cobertura mediática já referida, foram a intensificação de rusgas por parte do SEF aos estabelecimentos e, alguns anos mais tarde, a prisão, julgamento e condenação de pessoas ligadas a este negócio.

O *Público* e o *Expresso* dedicaram-se não apenas a acompanhar as ações policiais e judiciais que se seguiram ao caso de Bragança, mas procuraram também refletir sobre diversas problemáticas relacionadas e trazidas à luz pelas “mães”. Numa reportagem de outubro de 2003, a revista *Única*, que meses antes destacara uma equipa para Bragança para acompanhar de perto a polémica, voltou a atenção para Goiânia, cidade do interior do Brasil de onde partiam, conforme se lê em subtítulo, muitas das brasileiras que vinham prostituir-se em Portugal.

Na continuidade de um enquadramento já utilizado na reportagem anterior, nesta volta a estar presente a questão da difícil condição de vida das brasileiras que vinham para Portugal e que, sem alternativas para uma vida de miséria, seguiam o caminho da prostituição. Esta caracterização das mulheres como vítimas está presente logo no título, “Na raiz da miséria” (25/10/03, p. 83-94); prossegue no subtítulo, “[...] Duas mulheres contam as suas histórias e *como escaparam ao pesadelo*” (grifo nosso); e pode também ser identificada em algumas citações das personagens (por exemplo, “Acabei com a minha vida”); na escolha de intertítulos (“Escravas do sexo” e “Nas mãos das máfias”);

e num destaque em que são resumidas as precárias condições de vida em Goiânia (“73% das jovens goianas entre os 13 e os 17 anos já tem um filho. E em cada 15 segundos é violada uma mulher”).

No entanto, alguns sinais estilísticos e retóricos do discurso deixam transparecer (embora, de facto, de uma forma menos contundente que na reportagem anterior) uma certa ambiguidade nesta caracterização. O texto esclarece que nem todas as mulheres vinham para Portugal enganadas quanto à atividade que iriam exercer, ao contrário de Denise, uma das personagens da reportagem; porém, na narração da sua história, é possível ler o seguinte: “Só se engana quem quer ser enganado: mesmo depois de todas estas notícias, Denise nem desconfiou da conversa fiada da amiga [...]”. Também ao se discorrer sobre a vida atribulada e cheia de reveses de uma outra brasileira que se havia prostituído por algum tempo em Portugal, o texto explicita o seguinte julgamento:

A vida desta brasileira parece um comboio desgovernado, sempre a sair dos carris. Nunca aprendeu com os erros. E quando se tinha tornado outra vez prostituta profissional, voltou a envolver-se com outro português.

Noutros excertos, de forma mais explícita, o texto deixa transparecer a falta de reconhecimento da credibilidade do relato das personagens, na forma de utilização do verbo “dizer”, acentuando que aquilo que era transcrito era apenas referente às falas das personagens: “*Diz* que foi para Portugal ao engano, contando trabalhar como ‘faxineira ou num restaurante’” e “*Diz* que foi enganada pela irmã e decidiu mudar de vida há uns dez anos” (grifos nossos). Consideramos estes exemplos como sinais retóricos e estilísticos que revelam a hesitação da reportagem em reconhecer estas mulheres como vítimas, pois, como refere van Dijk (2002a), o estilo de um discurso é sempre o resultado das escolhas efetuadas para se dizer mais ou menos as mesmas coisas, valendo-se de diferentes palavras e estruturas sintáticas. Zhongdang Pan & Gerald Kosicki (1993), de forma similar, descrevem as estruturas retóricas do discurso jornalístico como o resultado das escolhas estilísticas efetuadas pelos jornalistas, com vista a suscitar um determinado tipo de leitura.

Se nesta reportagem, publicada pouco mais de cinco meses após aquela sobre as “Mães de Bragança”, já identificamos uma evolução no sentido de se explicitar a problemática do tráfico de pessoas e a ação das máfias envolvidas por detrás desta ação, não deixamos, no entanto, de identificar um tratamento diferenciado em relação às mulheres, que são constantemente referenciadas como “brasileiras”, enquanto os homens

envolvidos no tráfico e exploração (de nacionalidade portuguesa, conforme se deduz pela leitura), são apenas identificados como os “patrões” das casas de alterne. Esta generalização da prostituição feminina à nacionalidade brasileira (cuja reincidência ao longo dos anos levará à metonimização da figura da brasileira como prostituta) apresenta-se de forma mais evidente no seguinte excerto:

“Nem me carimbaram o passaporte”, recorda. Ou não tinha ar de prostituta ou tinha em demasia, e as autoridades fecharam os olhos. Os polícias sabem que o destino final das brasileiras raramente é a França [...]

A generalização verificada de um lado, contraposta a uma designação neutra de outro revela como este tipo de estereotipização apenas serve para perpetuar a mentalidade do “Nós” *versus* “Eles” (no caso, “elas”...) (Teo, 2000). Porém, esta ideologia subjacente ao discurso manifesta-se não apenas a partir desta estratégia, mas também de uma lexicalização excessiva, com a qual, ao se discorrer sobre a trajetória de uma mulher, o texto assinala desnecessariamente que o seu namorado não era o pai do filho e, ao relatar as burlas sofridas por uma outra mulher é dito que a mesma se envolvera com “Carlos, casado”. Como explica Teo,

[...] a lexicalização excessiva frequentemente tem como consequência pejorativa a indicação [subtil] de um certo desvio em relação às convenções sociais e, assim, reflete perceções e julgamentos produzidos a partir de um ponto de vista necessariamente enviesado acerca das normas culturais e expetativas sociais. (2000, p. 21)

A despeito da carga de estereotipização evidenciada neste texto, o facto é que ainda hoje a prostituição permanece um tema polémico em Portugal, pois de acordo com a letra da lei que caracteriza o lenocínio como crime, é possível representar as mulheres que trabalham nas casas de alterne como vítimas dos donos desses estabelecimentos, pois ilegalmente eles lucram com esta atividade. No entanto, quando muitas dessas mulheres afirmam não terem vindo para Portugal enganadas, que sabiam o que vinham fazer e, portanto, não se consideram exploradas, vemo-nos diante da complexa decisão sobre qual o melhor enquadramento a dar a este fenómeno.

Os jornais que analisámos também refletiram esta complexidade, oscilando sobre qual o enquadramento a dar à problemática da prostituição de imigrantes em Portugal. Isto não significa, no entanto, conforme já observámos nas três reportagens até ao momento analisadas, que os textos nesta oscilação deixem de evidenciar um ponto de

vista estereotipado na caracterização das brasileiras – um traço presente, em menor ou maior grau, em todos eles.

Um exemplo notório desta situação é a entrevista a Isabel Burke, presente na edição de 23 de julho de 2004 do *Público*. Só pelo título – “A maior parte das prostitutas brasileiras ‘sabem para o que vem’” (p. 27) – o leitor, sem ainda ter entrado no texto, consegue facilmente construir uma ideia sobre o tema principal da entrevista: a consciência de que as brasileiras que se prostituem em Portugal já sabiam sobre ao que viriam quando emigraram. No subtítulo, a jornalista Ana Cristina Pereira expõe o enquadramento dado à informação apresentada pela inspetora: “A inspetora do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que vai ser colocada no Brasil para combater a imigração ilegal desfaz o ‘mito’ das vítimas de tráfico forçadas a prostituírem-se”.

Avaliamos as aspas utilizadas no substantivo como uma fraca estratégia estilística para conceder legitimidade ao julgamento da jornalista, pois Isabel Burke afirma que a *maioria* das mulheres sabe para o que vêm, ou seja, haverá também aquelas (ainda que uma minoria) que são enganadas, o que por si demonstra a utilização inapropriada do termo “mito”. Conforme se pode ler: “Não digo que não haja as que pensavam que vinham para outro trabalho – entre tantas mulheres, isso acontece com uma ou outra”.

O que se observa pelo desenrolar da entrevista é que mais do que se deter sobre o facto de as brasileiras serem ou não enganadas, as perguntas da jornalista e as respostas da inspetora incidem nas definições de tráfico de pessoas, no âmbito mundial e numa perspetiva sobre a legislação portuguesa da época. Isabel Burke esclarece logo à segunda questão que lhe foi colocada:

O que há – e que nós consideramos tráfico, mas que os americanos já não consideram – são redes organizadas que trazem imigrantes perfeitamente controlados desde o país de origem até ao país de destino. Apesar de andarem na rua e poderem mudar de local de trabalho, têm os documentos retidos na rede e têm de pagar uma mensalidade ou uma semanada para poderem trabalhar.

No entanto, soam paradoxais as respostas da inspetora, pois ao referir-se à problemática das prostitutas brasileiras, Isabel Burke afirma que estas sabem ao que vêm, sem, contudo, acrescentar qualquer referência ao facto de serem angariadas no país de origem e virem para Portugal auxiliadas, quase sempre, por redes organizadas (conforme relatado pelos próprios jornais...). Esta dissonância não passa despercebida à jornalista,

que em seguida afirma: “Há quem considere isso tráfico”. Mas em nenhum momento fica claro no texto que o auxílio à imigração já se trata de uma ação ilícita⁷⁸.

Em 2005 voltamos a atenção para duas reportagens relacionadas com a prostituição de brasileiras, uma do *Público* e outra do *Expresso*. Em “Alterne sem fronteiras” (*Única*, 7/5/05, p. 50-60), a mesma revista que dois anos antes dera primeira página ao movimento “Mães de Bragança”, nesta reportagem utiliza como mote o julgamento de um empresário de bares de alterne para lançar uma discussão sobre a prostituição de mulheres maioritariamente brasileiras, a partir de um enquadramento que privilegia a perspectiva jurídica sobre o fenómeno. Isto fica evidente sobretudo pela presença de Teófilo Santiago, então coordenador superior de Investigação Criminal, que surge no texto como fonte credível de informação.

É ele quem explica, logo após o início da reportagem com um comentário breve sobre a prisão e o início do julgamento de Alfredo Palas, a razão da maior presença de brasileiras neste meio, que suplantaram as mulheres do Leste europeu chegadas em massa a Portugal em finais dos anos 1990: ““Muitas mulheres do Leste aparecem protegidas pelas máfias dos seus países de origem, o que dificulta a acção de quem as quer explorar. As brasileiras não têm nada, grande parte é analfabeta””.

Assinalamos que esta justificação, assim formulada, difere no tom e na forma da utilizada por Isabel Burke para explicar esta mesma situação:

As brasileiras tomaram conta desse mercado. Falam a língua, são carinhosas, são simpáticas. Não sei explicar, mas acho que isso tem a ver com os gostos dos portugueses e com o tipo de dinheiro que as mulheres de Leste conseguem ganhar noutros países da União Europeia...

⁷⁸ Conforme o artigo 169º do Código Penal: “Quem, por meio de violência, ameaça grave, ardil, manobra fraudulenta, abuso de autoridade resultante de uma dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando qualquer outra situação de especial vulnerabilidade, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de pessoa, ou propiciar as condições para a prática por essa pessoa, em país estrangeiro, de prostituição ou actos sexuais de relevo, é punido com prisão de 2 a 8 anos” (citado pela associação *O Ninho*). Informação disponível em:

<https://www.oninho.pt/ficheiros/documentacao/Quadro%20legal%20portugu%C3%AAs.pdf>.

Segundo informação disponibilizada no site da associação, este artigo, entretanto apenas promulgado em 2007, segue o entendimento sobre o tráfico de pessoas estabelecido pelo Protocolo de Palermo, aprovado em 2000, conforme vimos anteriormente na reportagem “Brasil e Portugal na luta”. Segundo este, é considerado irrelevante o consentimento dado pela vítima de tráfico, se qualquer um dos meios descritos acima tiver sido utilizado.

Na reportagem “O sexo e a família”, um dos proprietários de casas de alterne em Bragança justificou também a presença maioritária de brasileiras fazendo referência à sua meiguice e simpatia. Ambas as explicações – apresentando ou não qualquer evidência factual... – estão relacionadas com o imaginário existente em Portugal acerca da mulher brasileira e, neste sentido, compreende-se a sua maior presença nas casas de alterne. No entanto, não é possível negar, conforme Teófilo Santiago refere, que, por serem mulheres de origem muito simples, será mais fácil explorá-las, o que também explicaria a preferência por elas.

Portanto, ainda que esta reportagem de 2005 apresente como personagens brasileiras que afirmam não serem vítimas e que, em grande parte, já se prostituíam no Brasil, a sua situação de exploração torna-se evidente pelo próprio relato que tecem. Por exemplo, na apresentação de Tânia, brasileira de 19 anos oriunda do Estado de Goiás, é referida a retenção do seu passaporte pelo patrão, o qual só poderia ser recuperado após o pagamento dos custos de viagem (algo em torno de 4.500 euros). A jornalista Eduarda Freitas não deixa de citar a espécie de atenuante referida pela mulher: ““Enquanto não lhe der esse dinheiro não posso sair. Depois vou para onde quiser””. Mas logo a seguir explica: “Não é fácil saldar a dívida. Para além desse valor, paga mais 45 pelo quarto – e só para o pagar terá de fazer pelo menos duas ‘subidas’ por dia”.

Para frisar o carácter criminoso da atividade exercida pelos proprietários das casas de alterne, enunciada sob o intertítulo “Os bordéis”, a secção termina logo após o relato de Tânia com a seguinte citação: ““O fenómeno já ultrapassou a prostituição e o simples lenocínio: agora há escravidão, tráfico, sequestros e coacção sexual. O que se deve perseguir não são as prostitutas, mas quem as explora”, afirma Teófilo Santiago”.

Salientamos o facto, que consideramos positivo, de a reportagem apresentar também uma prostituta portuguesa como personagem, demonstrando assim que, embora as brasileiras fossem a maioria, a prostituição em Portugal não era exercida apenas por mulheres desta nacionalidade. No entanto, sob o intertítulo “Os empresários”, a reportagem introduz Gui, alternadeira portuguesa que estava há mais de 18 anos na noite e afirmava nunca se ter prostituído, e concede amplo espaço para apresentação do seguinte comentário depreciativo sobre as brasileiras:

Gui prefere as portuguesas, que considera mais honestas. Conta uma história recente: “Fui a um cabeleireiro onde estavam duas brasileiras. Contavam em voz alta histórias de alguns clientes. Pelas descrições,

percebi logo de quem estavam a falar. E, ao lado delas, estavam mulheres desses homens. Mandeí-as calar. Não têm respeito por ninguém. O que se passava dentro de quatro paredes, ficava dentro dessas quatro paredes. Hoje não é assim”, afirma, zangada.

Apesar de algumas contradições e hesitações, é notório o avanço em relação à reportagem da revista sobre as “Mães de Bragança”, no que se refere à cobertura da problemática da prostituição de brasileiras em Portugal. Principalmente pelo cuidado em assinalar, a partir da exposição de personagens de origem portuguesa, que esta atividade não era exercida apenas por mulheres vindas do Brasil.

Já o *Público*, em reportagem de 8 de junho desse mesmo ano – “Empresária da noite começa hoje a ser julgada em Famalicão” (p. 24) –, debruça-se sobre o mesmo tópico trabalhado pelo texto da *Única*, ainda que de forma mais circunscrita; o que consideramos como um efeito das investigações policiais iniciadas dois anos antes com o caso “Mães de Bragança” e que, em 2005, já apresentavam como resultado o início dos primeiros julgamentos. Nesta reportagem, porém, consideramos problemática a referência à nacionalidade da empresária logo no subtítulo – “Num mundo dominado por homens, uma mulher brasileira estabeleceu-se no Baixo Minho”. Principalmente porque, ao se discorrer sobre a quadrilha que ela liderava, não ser identificada a nacionalidade de mais ninguém.

Por exemplo, num dado trecho pode ler-se o seguinte: “Em 1996, constituiu uma sociedade com o companheiro, o irmão, a irmã e o marido dela, denominada Allure – Actividades Hoteleiras e de Diversões, Lda., em Nogueira, nos arredores de Braga”. Se ao leitor é possível presumir a nacionalidade do irmão e da irmã, o mesmo já não se pode dizer acerca dos companheiros quer da empresária, quer da sua irmã. Parece, aliás, improvável que alguém sem contactos locais conseguisse manter, de forma até então rentável, uma atividade criminosa num país estrangeiro e ao qual só chegou em 1995. O interesse da jornalista Alexandra Campos em salientar a nacionalidade da empresária será justificado mais pela razão desta destoar do perfil das mulheres da noite. Conforme se lê: “Definida como uma mulher ‘inteligente, simpática e que não se enquadra na imagem estereotipada das mulheres da noite’ [...]”. Mulheres da noite essas – só faltou dizer – que na sua maioria são brasileiras...

Há também uma caixa nesta reportagem com uma curta entrevista a Isabel Burke, cujas respostas destoam da veemência assumida pela própria há um ano antes, quando afirmava que as brasileiras sabiam ao que vinham. Nesta entrevista, a inspetora reiterou

mais uma vez esta observação, porém fez questão, também, de esclarecer que, apesar disso, as mulheres continuavam a ser vítimas (num registo muito diferente do sugerido anteriormente):

Neste tipo de crime é bastante complicado arranjar prova. A prova é basicamente testemunhal. E a maior parte das mulheres não se considera vítima, até porque quase sempre sabem ao que vêm. Agora, o que acontece muitas vezes é que são enganadas quanto às condições em que vão trabalhar. Mesmo assim, não reclamam. É importante que as pessoas se apercebam de que são exploradas. O Brasil está a fazer um esforço muito grande, com campanhas de sensibilização, cursos e seminários.

A cobertura entre os anos de 2010 a 2015

Durante o segundo período de análise, a atenção concedida à prostituição de brasileiras foi menor comparada com o período anterior, tanto em número de trabalhos jornalísticos quanto em número de páginas (foram cinco peças distribuídas por apenas nove páginas em ambos os jornais). Podemos formular, a título de hipóteses, algumas razões para esta diferença. Conforme explica Machado Pais (2010), o aperto policial que se seguiu ao caso “Mães de Bragança” fez com que várias casas de alterne e mulheres que nelas trabalhavam cruzassem a fronteira, estabelecendo-se em Espanha, fazendo diminuir, assim, a sua presença em Portugal. Mas como nem todos conseguiram migrar a tempo, o SEF nos anos seguintes encerrou várias casas e deteve empresários que acabaram por ser levados a julgamento, o que também contribuiu para a diminuição do peso da atividade no país (pelo menos a exercida em “casas de alterne”). Conjeturamos, também, o impacto da crise económica iniciada em 2008 no setor, com a diminuição da comunidade brasileira no país, a partir de 2011.

A primeira reportagem que encontramos foi publicada em 10 de fevereiro de 2010, pelo *Público*, e é assinada pela mesma jornalista que seis anos antes entrevistara Isabel Burke. Em “As noites vermelhas de dois inspectores do SEF” (caderno P2, p. 4-5), Ana Cristina Pereira escolhe para subtítulo, “Inspectores adjuntos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras estão acusados de alertar brasileiras em situação ilegal para as rusgas aos bares de alterne”; no entanto, a implicação sugerida pela nomeação da nacionalidade dos agentes passivos da frase – de que apenas brasileiras eram alertadas –, não é confirmada no texto da reportagem que se segue.

Este inicia-se pela narrativa de um dos episódios constantes da denúncia proferida pelo Ministério Público (MP), em que se pode ler logo ao primeiro parágrafo como a

brasileira Márcia tinha sido alertada por Agostinho (um dos inspetores) de que em breve ocorreria uma rusga ao bar onde trabalhava. Outros episódios, ainda, que compõem o texto do MP são também citados pela reportagem, conforme o que se segue a partir do intertítulo “Caprichos sexuais”:

Nesta versão, gerentes ou donos de alterne obtinham deles compromisso ou expectativa de alerta para ações de fiscalização e “garantia de silêncio” sobre a presença de estrangeiras sem papéis. Se não os alertassem, alertariam as mulheres, que disso não guardariam segredo.

Portanto, conforme se depreende deste trecho, não eram apenas brasileiras a ser alertadas pelos inspetores e que obtinham compromisso da parte deles. No entanto, enquanto a afirmação contrária aparece logo no subtítulo e, a seguir, no primeiro parágrafo do texto – espaços privilegiados; o complemento à denúncia do MP, em que se esclarece que gerentes e donos de estabelecimentos também mantinham relações de confiança com os inspetores, surge apenas no terço final do texto.

A nossa hipótese é que a íntima relação dos inspetores com mulheres de origem brasileira fosse o elemento mais saliente da denúncia do MP, pois ao se defender das acusações, um deles afirma:

“Nunca tive qualquer tipo de intimidade ou amizade ou relacionamento amoroso com cidadãs brasileiras e sempre paguei as minhas despesas! O problema é provar as coisas... Já me disseram que andam a oferecer favores a proprietários de alterne para testemunharem contra mim”.

Todavia, a forma como este elemento foi estruturado no discurso conduziu à generalização da figura da brasileira como a única beneficiária do esquema criminoso dos inspetores. Isto, por sua vez, associa-se a uma outra generalização, verificada já nos anos anteriores, em que a nacionalidade brasileira emerge como metonímia⁷⁹ de todas as trabalhadoras de casas de alterne de Portugal. Na reportagem em questão, consideramos irrelevante a utilização da etiqueta de nacionalidade “brasileiras” para referir as beneficiárias (que nem correspondem à totalidade ...) do esquema criminoso dos inspetores. Tal utilização apenas reforça a associação da figura da brasileira não apenas ao estereótipo da sensualidade, mas também ao da malandragem.

⁷⁹ “[Do lat. *Metonymia*] s. f. Figura de retórica, em que se emprega um termo por outro, cuja significação aquele indica. In: *Cândido de Figueiredo – Grande Dicionário de Língua Portuguesa*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996.

Mais de dois anos após esta reportagem deparámo-nos com outra no mesmo diário – “Prostituição está cada vez mais perto das ruas da aldeia” (11/8/12, p. 2-3) – em que Ana Cristina, ao abordar a mesma problemática, adota uma postura distinta, pois já não discrimina a nacionalidade de algumas mulheres que angariavam clientes numa berma de estrada, às portas da freguesia de São Pedro da Torre. Conforme se lê: “Manuel Afonso até procurou o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Algumas vieram de fora, mas nenhuma está irregular”.

A notícia sobre mulheres a oferecerem os seus serviços na via pública e não em apartamentos, como normalmente ocorria naquela região, é enquadrada sob uma perspetiva vagamente moralista, com esta explicitação da prostituição a ser contraposta ao desconforto de moradores da freguesia, conforme se lê logo no subtítulo: “Meia dúzia de prostitutas basta para perturbar São Pedro da Torre, em Valença”. Mas a reportagem também sugere enfoques alternativos, com os quais se procura detalhar as razões de algumas prostitutas se terem deslocado para as ruas. O mesmo subtítulo termina da seguinte forma: “Com menos clientes, há quem troque os apartamentos pelas ruas” – a indicação do principal motivo para a então recente presença de prostitutas nas estradas, a crise económica que assolava o país e que também atingiu o comércio sexual.

Para chegar a esta conclusão, a jornalista entrevistou uma das mulheres que se posicionava na EN 13, à entrada de São Pedro, e Mara Silva, coordenadora de uma instituição de solidariedade que fazia redução de riscos.

[...] já ouviu diversas mulheres dizerem que trabalhavam dentro de portas e que, com a crise, passaram a trabalhar na rua: “Arranjam mais clientes”. No interior, recebem quem as procura. Ali, podem despertar desejo a quem nem saiu da sua rotina.

A reportagem também é composta por uma caixa – “Menos clientes e menos brasileiras a trabalhar” – em que, a partir de informações obtidas junto de organizações não governamentais da Rede sobre Trabalho Sexual (RTS), se explica como a crise havia chegado à prostituição, com mais pessoas a prostituírem-se por um maior número de horas e o fim do predomínio de brasileiras neste ramo (justificado, também, pela contraposta pujança económica do Brasil e o retorno de muitas mulheres ao seu país).

Paulo Anjo, o coordenador da Associação Existências, que cobre os concelhos de Coimbra, Mealhada, Condeixa, Figueira da Foz e Aveiro, fala num reequilíbrio, após o domínio das brasileiras: “Estão a voltar para o Brasil, mas aumentou o número de portuguesas”.

Inserida nas privilegiadas primeiras páginas do periódico, sob o chapéu “Destaque”, o que observamos nesta reportagem a partir do seu conteúdo e do enquadramento dado à problemática da prostituição é que, diferentemente do que fora o padrão dos anos anteriores, em que as notícias sobre esta temática se relacionavam com os tópicos da imigração ilegal, lenocínio e tráfico de pessoas, com o intensificar da crise, a prostituição também passou a ser lida a partir desta chave interpretativa. Ou seja, com mais pessoas a prostituírem-se nas ruas, a sentida diminuição de brasileiras e o aumento de portuguesas a ingressarem nesta atividade, a prostituição passa a emergir no discurso, essencialmente, como um problema social derivado da crise económica e da falta de perspetivas.

O *Expresso*, por sua vez, dedicou pouco espaço neste segundo período à problemática da prostituição de brasileiras. Se entre os anos de 2000 e 2005 – sobretudo a partir do caso “Mães de Bragança” –, o seu suplemento em formato de revista dedicara grandes reportagens ao tema, nos anos subsequentes localizamos apenas um texto em que a personagem é uma prostituta brasileira: “Uma mulher que não se entrega de graça” (18/8/12, p. 30-31). Correspondente a um perfil de Carla, apresentada como uma prostituta de luxo de 31 anos, este texto integra a secção “Corpos que contam histórias”, presente na *Revista* durante todo este ano de 2012.

Ilustrada por uma imagem de Carla com máscara à volta dos olhos, seminua e pose bastante sexualizada (ela encontra-se agachada e com as mãos apoiadas no chão, como um animal prestes a dar o bote), o perfil narra a trajetória desta brasileira de Minas Gerais rumo a Lisboa, onde chegou anos antes com o intento de se prostituir. Permeado de excertos que remetem mais para um folhetim do que para um relato jornalístico⁸⁰, o texto faz questão de distinguir a experiência desta mulher das de tantas outras imigrantes:

Carla, nome de guerra, não é uma vítima neste enredo e o seu passaporte não ficou confiscado à chegada para se prostituir contra vontade, como acontece com muitas outras jovens imigrantes. Foi Carla quem ditou a exploração do próprio corpo.

Considerando o conteúdo, identificamos este tipo de texto como exemplo de contaminação do jornalismo pela mistura de elementos da cultura erudita com elementos da cultura popular, o que contribuiu para uma generalização de notícias centradas no

⁸⁰ Por exemplo: “Foi a vertigem do dinheiro fácil e a atração por uma vida de luxúria que a trouxe a Portugal” e “[...] só se iniciou sexualmente aos 18 anos por ser filha de pais evangélicos, conservadores, que a obrigavam a usar saia até os pés e não lhe permitiam namoros. E de virgem passou a meretriz”.

interesse humano e para a modificação dos critérios de noticiabilidade (Correia, 2008). Relativamente às identidades minoritárias (caso das imigrantes brasileiras que se prostituem em Portugal), este mesmo autor observa:

[...] espreita-se o ridículo, a inversão, a falha ou o excesso, a curiosidade divertida ou um fascínio vagamente antropológico. Há uma espécie de desejo oculto de olhar o outro lado da “normalidade”, aquilo que não é percebido pela atitude natural. (p. 151)

Nesta hibridação de géneros do texto – especificamente a presença de um registo mais comum ao género dramático – também identificamos a presença de uma dicotomia comum assumida pelo discurso mediático, entre uma ordem de discurso de cariz público (relativa às fontes de informação e ao destino estabelecido para o material produzido, a sua receção por uma massa indiferenciada) e uma outra de cariz privado, referente ao consumo doméstico comum deste material. Neste sentido, o autor assinala que “A ordem do discurso mediático tem sido geralmente formatada pela tensão existente entre fontes públicas de um lado e alvos privados de outro [...]” (p. 63).

Esta variabilidade, por sua vez, também pode ser o reflexo de diferentes perspetivas políticas e ideológicas em disputa sobre como representar determinado fenómeno. Pensamos que este perfil indicia uma mudança de perspetiva jornalística em relação à prostituição, em que para além do enquadramento no âmbito criminal, relativo às práticas de lenocínio, tráfico de pessoas e imigração ilegal, começou-se também a enquadrar a atividade a partir do enfoque no interesse humano, como uma decisão tomada por indivíduos autónomos, focalizados por um discurso movido por aquilo que João Correia denomina de “[...] um fascínio vagamente antropológico”.

Dois anos antes, o *Público* tinha também publicado um perfil similar – “Paguei oito mil dólares às pessoas que me trouxeram para a Europa” (30/6/10, caderno P2, p. 4-5) – em que, na primeira pessoa, como é referido no antetítulo, um prostituto (a novidade aqui também repousa no facto de tratar-se de um rapaz) de origem brasileira narra como e quanto despendeu para se inserir no mercado sexual europeu, como exerce a sua atividade e esclarece não se sentir agredido pelo que faz. Neste perfil não identificamos uma hibridação de géneros, destacando-se o interesse em vislumbrar o outro lado da “normalidade” na forma como o relato é estruturado. Num destaque, por exemplo, podemos ler: “Nunca me apaixonei por um cliente. Nunca me iludi. Nunca deixei de cobrar. Não vejo uma pessoa. Vejo uma nota de 50 euros”.

Encontramos ainda no *Expresso* uma outra reportagem relacionada com o tema da prostituição de brasileiras – “General oferecia prostitutas em Lisboa” (2/11/12, p. 12) – em que se noticia um alegado esquema liderado por um general angolano, com mulheres vindas de São Paulo para Lisboa, sendo hospedadas durante uma temporada no hotel Sheraton, em Lisboa, para ficarem à disposição de Bento dos Santos Kangamba e do seu *staff*. Pelo subtítulo percebemos tratar-se de um texto referente ao tema, pois a nacionalidade é logo aí discriminada: “Kangamba, familiar do Presidente de Angola, é procurado pela Interpol por trazer brasileiras para o Sheraton”.

Quinta do Grilo: dez anos após as “Mães de Bragança”

Debruçamo-nos com mais atenção sobre a reportagem “Na Quinta do Grilo o pecado paga IMI”, publicada na edição do *Público*⁸¹ de 13 de janeiro de 2013 (p. 20-21), pois João Carlos Correia, no seu artigo, “Dez anos depois de Bragança, a representação da mulher brasileira nos *media*” (2014), contrapõe os trabalhos jornalísticos de 2003 sobre o movimento “Mães de Bragança” aos de 2013 sobre a ação de prostitutas no bairro Quinta do Grilo, na cidade de Viseu. De facto, observamos inúmeras semelhanças que propiciam uma análise comparativa profícua sobre a representação mediática de ambos os casos, pois, de modo similar a Bragança, Viseu também se assumiu como uma cidade do interior de Portugal de certo pendor conservador, onde apesar de sempre ter existido prostituição (à semelhança da sua congénere mais a Norte), quando esta começou a manifestar-se de modo mais visível, parte da população tomou posição contra as prostitutas.

Se em Bragança o que deu origem ao conflito foi o facto de inúmeros maridos começarem a chegar a altas horas e embriagados a casa, vindos de bares de alterne, na Quinta do Grilo, a presença de mulheres que atendiam em apartamentos do bairro começou a incomodar alguns moradores quando, supostamente devido à crise económica, aquelas começaram a expor-se em modos insinuantes e trajes íntimos nas janelas e varandas das habitações. Se a polémica da década anterior se desenrolara num âmbito sobretudo moral, com esposas e membros da Igreja Católica citando, como argumento contrário às prostitutas, a inviolabilidade do casamento, a polémica mais recente envolveu também uma dimensão comercial.

⁸¹ Não encontramos no *Expresso* menção a este caso.

As habitações do bairro começaram a perder valor quando prostitutas começaram a oferecer os seus serviços de modo explícito, o que também atraiu a presença de clientes ruidosos, cuja falta de inibição, segundo a reportagem do *Público*, os fazia gritar palavras de baixo calão e masturbarem-se na rua. A polémica suscitada pela exibição pública de mulheres seminuas, ao situar-se tanto num plano moral quanto num outro, mais prosaico, de ordem comercial, evidencia-se próxima daquilo que havia sido noticiado um ano antes pela reportagem “Prostituição está cada vez mais perto das ruas da aldeia”. A dicotomia representada por moralismo, de um lado, e questão comercial, de outro, apresenta-se condensada nesta reportagem de 2012 na fala de uma moradora, que vivia próximo à entrada de São Pedro da Torre, onde mulheres se posicionavam na estrada para captar clientes: ““Estou descontente. As casas perdem valor. Às vezes, estou no jardim e é desagradável a forma como me olham [os homens que passam de carro]””. Já no texto sobre a prostituição na Quinta do Grilo, a dicotomia referida encontra-se expressa no subtítulo:

Prostitutas que atendem clientes em apartamentos não é exclusivo da Quinta do Grilo, em Viseu. A originalidade do bairro é que as brasileiras se exibem seminuas nas janelas, criando, entre os vizinhos, um problema moral. Ou será antes uma guerra comercial?

Enquanto nesta reportagem o aspeto moral se apresenta bastante explicitado, ao se insinuar logo no título e subtítulo do trabalho, no texto de 2012, ao contrário, surge apenas de passagem a partir da citação de um dos entrevistados, com o enquadramento a privilegiar as razões de cariz económico e social que terão levado mulheres a deixarem os apartamentos e a prostituírem-se nas ruas. Pensamos, neste sentido, que a diferença percecionada na reportagem sobre a Quinta do Grilo, que apesar de repousar sobre uma problemática parecida e ter sido publicada menos de um ano após o texto sobre São Pedro da Torre, diz respeito a um discurso mais sensacionalista (próximo da cobertura sobre as “Mães de Bragança”), que se justifica, talvez, pelo facto de neste caso a polémica se ter apresentado de forma mais notória.

Não se tratava apenas de mulheres paradas à beira de estrada, às portas de uma freguesia, mas de pessoas que se ofereciam em “montras”, de forma similar ao que acontece no Red Light District, em Amsterdão. No entanto, apenas isso talvez não justifique a diferença de enquadramento de notícias similares publicadas pelo mesmo órgão de comunicação, o que nos leva a pensar na não existência de um padrão, propriamente, para a cobertura de casos de prostituição em Portugal. Esta diversidade de

enfoques deve-se ao facto, pois, de os media não serem meros suportes ideológicos de sistemas hegemónicos de pensamento, mas antes “Afirmam-se como lugares plurais de produção de estratégias que visam reformular o processo social” (Correia, 2008, p. 151).

Neste sentido, apesar das diferenças e da distância temporal, a recordação do acontecimento de uma década atrás está presente de forma mais nítida nesta reportagem, também pelo facto de se ter formado um grupo de mulheres (autointitulado “Mães de Viseu”) com o objetivo de denunciar na internet os homens que recorriam à prostituição na Quinta do Grilo, através da publicação das matrículas dos seus carros. Esta informação, no entanto, não consta no texto do *Público*, e inclusive um dos entrevistados refere que as primeiras brasileiras se instalaram no bairro na mesma época em que outras suas conterrâneas foram para Bragança, mas ao contrário do que ocorreu nesta cidade, em Viseu não houve qualquer movimento similar às “Mães de Bragança”.

Este é um dado relevante ao compararmos o texto do jornal e as notícias de outros veículos, analisados por João Carlos Correia (2014), pois não apenas se podem identificar omissões de informações entre uns e outros, a exemplo da tal existência de um grupo chamado “Mães de Viseu”, como também a presença de outras informações díspares, como por exemplo, na reportagem no site do canal radiofónico TSF se afirmar que a grande maioria das mulheres eram imigrantes ilegais, enquanto na reportagem do *Público* é dito o seguinte:

Sempre que intercepta [uma fonte policial anónima ouvida pela reportagem] uma das brasileiras na rua ela apresenta documentos de identificação legais. “Diz que não os traz consigo, depois aparece uma amiga com os papéis. É sempre a mesma história. A verdade é que os que as trazem do Brasil lhes ficam com os documentos, para que elas não fujam, até que lhes paguem toda a ‘dívida’”.

O autor também cita a reportagem da SIC em que o problema é enquadrado de um ponto de vista securitário, ao explanar a ilegalidade envolvida na exploração da prostituição e no estímulo à imigração para fins de comércio sexual. No entanto, apesar do trecho acima transcrito, indicativo da existência de lenocínio entre as mulheres que se prostituíam no bairro, esta questão não chega a ser abordada no texto do *Público*.

O enquadramento do diário sobre o caso, portanto, foi distinto do que João Carlos Correia (2014) identifica noutros materiais jornalísticos sobre a ação destas prostitutas: um tom menos sensacionalista, comparado com a cobertura do movimento “Mães de Bragança”, contrabalançado pela consideração de ângulos distintos “[...] que ensaiam a

elaboração de um enquadramento alternativo para o problema da prostituição que grassa na população imigrante em situação ilegal” (p. 192). Nesta reportagem, ao contrário, constata-se a persistência de certas representações sociais e estereótipos sobre as brasileiras, já utilizados dez anos antes. O primeiro que salta à vista, identificado logo no subtítulo, surge a partir do recurso a uma estratégia de generalização, ao se designar as prostitutas do bairro recorrentemente como “as brasileiras”. Ao longo da reportagem, as prostitutas são identificadas como “as brasileiras” seis vezes, apesar de em dado momento, se referir o seguinte: “Além disso, as raparigas, **quase todas brasileiras**, chamam literalmente os homens [...]” (grifo nosso).

Frisamos também o uso de linguagem sensacionalista, evidente logo na composição do título, em que se utiliza a palavra “pecado”, e de forma mais explícita a partir do terceiro parágrafo: “Há casos dramáticos. Ruínas pessoais, famílias desfeitas. Ódio extremo e paixões desenfreadas. Mas reina a calma na Quinta do Grilo”. O tema da reportagem repousa, pois, na dicotomia já referida quanto à forma como o problema se apresenta aos moradores: como um inconveniente moral e, também, como um inconveniente comercial, com o primeiro aspeto a ser explorado quer através dessa linguagem mais sensacionalista, quer da designação das prostitutas como “brasileiras”.

Como já referido, a generalização também apresenta como consequência o enviesamento da perceção daquilo que uma pessoa faz. A caracterização de prostitutas como “portuguesas”, por exemplo, não suscitaria o mesmo tipo de leitura por parte do público, como quando trabalhadoras sexuais são recorrentemente designadas como “as brasileiras”, tendo em consideração as representações sociais sobre a mulher brasileira vigentes em Portugal: esta categorização (e generalização) acentua uma imagem já normalmente exotizada e sexualizada da mulher brasileira.

No uso dessa estratégia identificamos o interesse em relacionar a nacionalidade das prostitutas com as representações sociais vigentes em Portugal sobre a mulher brasileira, uma associação que o texto também explora a partir da descrição do comportamento das prostitutas nas janelas e varandas dos apartamentos: “Meneiam-se em excesso, embora no capítulo indumentária pequem por defeito”. Por fim, essa generalização que enquadra ideologicamente as brasileiras acaba por abranger o próprio país, isto a partir da indicação de que muitos dos donos dos apartamentos são emigrantes vindos do Brasil, e pela seguinte frase no final:

[...] “As Finanças avaliaram-me o imóvel em 117 mil euros. Só vale um terço disso, devido a situação, mas eles não querem saber. No Brasil, as casas que dão para o morro da favela estão isentas de imposto. Aqui devia ser o mesmo. Por causa das meninas, devíamos pedir isenção de IMI”.

Concluimos, portanto, que ao contrário do identificado por João Carlos Correia (2014) ao analisar outros produtos jornalísticos acerca da prostituição na Quinta do Grilo, nesta reportagem não há um abrandamento do tom sensacionalista. Isto indica, por seu turno, que passada uma década do caso “Mães de Bragança”, e apesar de se registar alguma evolução no tratamento dos temas “prostituição” e “migração ilegal”, nos anos seguintes ainda persistem as caracterizações estereotipadas da mulher brasileira nas reportagens sobre prostituição de imigrantes.

Considerações finais

Conforme vimos em capítulos anteriores, há todo um imaginário em Portugal acerca da mulher brasileira que tem origens remotas no período colonial e cuja constante estrutural das suas representações sociais é uma exotização da sexualidade. Esta imagem estereotipada acaba geralmente por emergir quando as personagens das notícias são brasileiras e, como também já vimos, reverbera por vezes na caracterização dos brasileiros e do próprio país (este representado por um certo prisma de feminização). Quando em finais do séc. XX, em consequência da prosperidade económica vivida por Portugal e da chegada de um grande contingente de imigrantes brasileiros, se tornaram frequentes notícias envolvendo tráfico e prostituição de imigrantes brasileiras, esse imaginário encontrou campo fértil para se insinuar no discurso jornalístico, através do enquadramento dado a essas notícias e dos recursos retóricos e estilísticos utilizados para caracterizar as brasileiras.

Neste contexto, o caso das “Mães de Bragança” caracteriza-se como um fenómeno significativo desta cobertura, ao se apresentar publicamente pelo prisma da moralidade cristã, contrapondo a família nuclear às prostitutas brasileiras, representadas no manifesto do movimento como a grande ameaça a este pilar social. O movimento gerou um discurso jornalístico construído sobre a exotização da figura da brasileira, com amplo recurso à linguagem *tablóide* e utilização de retóricas xenófobas. Todavia, com o passar dos anos e o desenrolar de investigações criminais a pessoas ligadas à gestão e propriedade de casas de alterne, a cobertura dos jornais *Público* e *Expresso* sobre a problemática da prostituição de imigrantes passou também a abranger um enquadramento a partir dos temas “lenocínio”, “tráfico de pessoas” e “imigração ilegal”.

No entanto, considerando o material analisado, chegamos a uma conclusão distinta da de João Carlos Correia (2014), pois não conseguimos identificar uma evolução na cobertura jornalística da problemática em questão. O que se evidencia não é um percurso linear ao longo dos anos, em que uma abordagem estereotipada deu lugar a um tratamento mais consequente (e consistente) do problema, mas um trajeto errático, com uma cobertura, mesmo no segundo período de análise, que oscila entre manifestações a nível de discurso mais voltadas para o sensacionalismo e outras mais centradas numa discussão dos distintos aspetos do problema, como por exemplo: a ilegalidade associada à exploração da prostituição, conjugada com a decisão autónoma de alguns indivíduos de exercerem esta atividade, e, ainda, a situação de um grande número de casos de prostituição se apresentarem relacionados com condições de grandes dificuldades económicas e sociais.

Pensamos que este percurso errático, em que a representação jornalística da imigrante brasileira que se prostitui oscila entre a estereotipia e a vitimização, é também reflexo da inconsistência verificada na legislação portuguesa sobre prostituição e tráfico de pessoas. No início do séc. XXI, o quadro legal sofreu algumas alterações que procuraram justamente responder ao aumento de casos de auxílio à imigração ilegal e de tráfico de pessoas identificado no período. Neste sentido, se o Código Penal de 1982 descriminalizou a prática da prostituição, que era ilegal desde a década de 1960, todavia, manteve a ilegalidade do lenocínio, assim como do tráfico de seres humanos. No entanto, foi apenas com a aprovação e ratificação em 2004 do *Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças*, aprovado pela Organização das Nações Unidas – ONU em 2000 e conhecido como Protocolo de Palermo, que a ilegalidade concernente a esta prática adquiriu as características que possui na atualidade⁸². Esta compreensão sobre o tráfico humano foi ainda reforçada em 2007 com o I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010), a partir de uma Resolução do Conselho de Ministros, concomitantemente à publicação nesse mesmo ano de uma nova Lei de Imigração. Em 2008, um Decreto-Lei criou o Observatório do Tráfico de Seres Humanos – OTSH.

O que se retém destas diversas medidas legislativas adotadas no início do séc. XXI é a irrelevância do consentimento dado pela vítima (conforme se lê no artigo 169º do

⁸² A reportagem “Brasil e Portugal na luta”, presente na edição de 15 de dezembro 2000 do *Público*, faz justamente referência à conferência que deu origem ao Protocolo.

Código Penal, destacado anteriormente). Segundo Rita Basílio Simões (2018), tais medidas também correspondem a uma deriva punitivista seguida pelo Estado português ao expandir o espectro de ações passíveis de serem criminalizadas no âmbito do tráfico de pessoas. Todavia, sobre o tráfico humano concretizado na exploração sexual, identifica-se uma situação complexa em Portugal – passível de gerar diferentes entendimentos – que tem a ver, justamente, com o facto de a prostituição não ser crime, mas o lenocínio sim.

Como explicam Boaventura de Sousa Santos, Conceição Gomes e Madalena Duarte (2009), durante as negociações para aprovação do Protocolo de Palermo chegou-se ao entendimento de que a prostituição forçada se encaixa na definição de tráfico humano proposta, porém, não houve acordo quanto à prostituição em geral ser ou não abrangida por essa definição. Tal fez com que o Protocolo deixasse o entendimento sobre a prostituição a cargo dos Estados nacionais, proporcionando assim, compreensões díspares como a da Suécia que criminaliza a procura de serviços sexuais e a da Holanda que, em contrapartida, tem a prostituição descriminalizada e regulada por leis laborais, por exemplo. “Se o protocolo é tendencialmente unânime na sua definição, ele não toma posição na relação entre tráfico e prostituição, nem define claramente os termos ‘exploração sexual’ e ‘prostituição’” (p. 80).

A inextricável relação entre tráfico sexual e prostituição exige de cada Estado que esta atividade faça parte das políticas destinadas ao combate do tráfico, todavia, como assinala Madalena Duarte (2012), há distintas interpretações concernentes ao ideal ordenamento legal-normativo da prostituição, que vão da criminalização completa à sua regularização como uma forma de trabalho. Pois, apesar de ser consensual a condenação do tráfico sexual, grupos feministas diferem quanto ao entendimento da prostituição: alguns consideram-na, mesmo na sua expressão “voluntária” por parte da mulher que se prostitui, como uma forma inequívoca de exploração e violência de género, para outros é uma matéria de decisão individual legítima⁸³.

Como explica Rita Simões (2018), a descriminalização da prostituição e a penalização da sua exploração correspondem à visão abolicionista, que conforma o

⁸³ Por exemplo, no nosso contacto com as dirigentes das associações *O Ninho* e *ComuniDária*, observámos que a primeira se posiciona contra a legalização da prostituição em Portugal, enquanto a segunda defende a sua regulação como uma atividade profissional remunerada.

enquadramento político-legislativo da maioria dos países europeus. Esta perspetiva, apesar de considerar a prostituição uma forma de escravatura, incompatível com a dignidade humana, difere da proibicionista relativamente os meios adotados para combatê-la, pois esta defende a criminalização de todos os agentes envolvidos na sua prática (como acontecia na legislação portuguesa até 1982). Já a visão regulacionista, adotada por países como a Alemanha e a Holanda, considera a prostituição uma prática aceitável, mas que deve ser regulada pelo Estado.

Esta gama de interpretações, nem sempre claramente traduzidas nas legislações devotada ao tema, contribui

[...] para a persistência em vários países de dificuldades na identificação das vítimas de tráfico sexual no dia-a-dia do trabalho de agentes policiais, assistentes sociais, representantes da lei e etc. (Duarte, 2012, p. 258)

Relativamente à situação das imigrantes brasileiras em Portugal, Sousa Santos, Conceição Gomes e Madalena Duarte (2009) observam que o que ocorre, em geral, é que à partida a maioria das mulheres havia dado o seu consentimento e sabia para o que vinha, mas depois viram-se enredadas em situações de forte exploração, que podemos caracterizar como de tráfico sexual. Além disso, os grupos pelos quais foram recrutadas possuem quase sempre uma estrutura rudimentar e informal, não raras vezes compostos por amigos, familiares e colegas das vítimas. Esta situação conduziu a um entendimento de que a prostituição de imigrantes brasileiras está relacionada com uma opção laboral e não é tanto uma forma de exploração e violência, mesmo quando há casos passíveis de serem enquadrados no crime de tráfico sexual. Os autores percecionaram este entendimento sobretudo a partir do contacto com agentes policiais, mas no nosso caso também o identificamos como subjacente ao discurso de grande parte das reportagens sobre prostituição de imigrantes brasileiras, em que apesar de se descreverem situações que podiam ser caracterizadas como lenocínio ou tráfico, conforme assinalámos, o assunto não é enquadrado a partir desta perspetiva.

Neste sentido, para além das especificidades concernentes ao que é a situação padrão relativamente ao tráfico de brasileiras para prostituição, há também que considerar, como é claro, toda gama de representações da mulher brasileira que desde o período colonial permeia o imaginário social português, e que a relaciona principalmente com uma sexualidade exacerbada e uma sensualidade inata. Neste sentido, para além de se identificar um enquadramento dicotómico da problemática, também se observa uma

estratégia recorrente de generalização, com a identificação de trabalhadoras sexuais como “as brasileiras”, o que nos leva à conclusão de que a figura da brasileira se tornou, em Portugal, metonímia da prostituição.

Como explicámos, há de facto uma forte presença de pessoas oriundas do Brasil no mercado sexual do país, algo também confirmado pelos diferentes trabalhos jornalísticos que se debruçaram sobre este tema (a presença maioritária, algumas vezes exclusiva, de brasileiras em casas de alterne). Neste sentido, a generalização consiste num modo do jornalista inscrever certas características-chave nos personagens das notícias sem sobrecarregar o leitor com longos e tediosos detalhes. No entanto, lembramos que “[...] a seleção e repetição de um particular atributo generalizante também sugere uma ideologia subjacente que teria motivado em primeiro lugar a decisão de empregá-la no discurso” (Teo, 2000, p. 16). Na problemática aqui em discussão questionamos, em primeiro lugar, o porquê da nacionalidade brasileira surgir como uma característica-chave, considerando que esta atribuição nas notícias não conduziu a um questionamento dessa presença maciça⁸⁴.

Neste sentido, pensamos que a utilização dessa generalização estará mais relacionada com uma ideologia de perfil colonial, em que a sexualidade exotizada se constitui como um atributo inato dos povos colonizados. No caso brasileiro, como vimos, esta representação social tornou-se hegemónica, atualizando-se ao longo dos séculos sem, contudo, perder as suas características básicas. Quando se tornaram comuns ocorrências de tráfico de pessoas e prostituição de imigrantes, as representações sociais sobre o povo brasileiro foram mobilizadas pelo discurso jornalístico, ganhando evidência não apenas a partir de um discurso sensacionalista e estereotipado, mas também pela estratégia de generalização aqui esmiuçada.

⁸⁴ Com exceção de uma única ocorrência: a caixa “Menos clientes e menos brasileiras a trabalhar”, inserida na reportagem “Prostituição está cada vez mais perto das ruas da aldeia” (*Público*, 11/8/12, p. 2-3).

O DISCURSO DOS IMIGRANTES BRASILEIROS

Introdução

Com o objetivo de compreender a imagem pública do Brasil e dos brasileiros em Portugal e de que forma essa imagem influencia a opinião pública sobre temas em que estejam envolvidos, desde o momento em que começámos a refletir sobre a condução desta investigação, pareceu-nos insuficiente apenas respaldarmo-nos sobre os resultados obtidos com a análise crítica do material jornalístico. Pois, conforme assinalado em capítulos anteriores, os media não são os únicos responsáveis por influenciar a visão pública sobre sujeitos, eventos ou problemáticas.

Neste sentido, emergiu como uma consequência natural da reflexão inicialmente desenvolvida pensar na elaboração de grupos de foco como um método auxiliar à análise crítica do discurso dos textos selecionados. Como explicam Bloor et al. (2002, p. 9), os grupos de foco como método auxiliar são de grande utilidade à investigação ao proporcionarem uma contribuição interpretativa aos resultados obtidos com outros métodos. Portanto, intentávamos desenvolver grupos de foco com imigrantes brasileiros no sentido de compreender não apenas como eles interpretam as notícias em que os brasileiros são o foco, mas também como leem, de forma geral, a representação mediática de si e de seu país de origem, e refletem sobre o impacto desta na sua vida quotidiana em Portugal.

Procuramos, portanto, vislumbrar a partir da análise crítica dos textos e da posterior análise crítica do conteúdo das discussões que ocorreram nos grupos a receção, ou seja, as interpretações socialmente construídas a partir do contacto com o conteúdo produzido pelos media ou, mais simplesmente, o que Daniel Dayan (2006) denomina de “circulação social do sentido”. Segundo Guillaume Soulez (2006), estas diferentes análises correspondem às duas formas habituais de se estudar a receção, pois enquanto a abordagem “sociológica” busca compreender como o público interpreta um conteúdo a partir do emprego de questionários e entrevistas a indivíduos ou grupos representativos (como é o nosso caso), a abordagem “semiótica” procura aceder a partir dos textos ao lugar previsto nestes para os leitores, ou de que modo um leitor específico – por exemplo, um imigrante brasileiro – constrói o seu lugar de destinatário.

Assinalamos, todavia, que a despeito das diferenças dessas abordagens, ambas procedem à construção de um conjunto cuja existência não está garantida *a priori*, isto quer pela constituição de uma amostra, quer pela constituição de um público modelizado a partir dos enquadramentos que direcionam a compreensão do conteúdo.

Poder-se-ia dizer, deste modo, que se trata de duas formas de extrapolação, que assentam em bases diferentes, por meio das quais é o investigador que constrói o elo entre a recepção individual e o colectivo. (Soulez, 2006, p. 153)

No entanto, e para complexificar a reflexão, tem-se também em mente que na atualidade o consumo mediático não ocorre apenas de forma deliberada. Como assinala Carvalheiro (2008), vivemos hoje num ambiente de circulação e sociabilidade mediatizado, em que a relação com estes objetos simbólicos oscila entre algo deliberado e exposições desfocadas ou eventuais. Tal conduz-nos à conclusão de que o seu uso por parte dos indivíduos não pode ser classificado estritamente como um consumo e sim como uma prática, em que se deve questionar o que é consumido, como e com quem. Neste sentido,

Ignorar a articulação dos *media* com a comunicação face-a-face resulta num mediacentrismo fatal para a compreensão das identidades étnicas [sociais], dado o papel que os círculos de interacção têm na definição das pertenças. (p. 57)

Considerando, pois, que a etnicidade é um fenómeno relacional, no sentido de que diz respeito não a diferenças imanescentes de grupos, mas a diferenças que, ao serem assim percecionadas, configuram-se como diferenças que fazem a diferença; a comunicação se caracteriza como parte integrante das situações de etnicidade, em que se conjuga tanto a comunicação mediática, quanto a interpessoal. Neste sentido, ao considerarmos a identificação “imigrante brasileiro” como uma designação que, por vezes, assume contornos étnicos, temos em mente que esta diz respeito tanto ao que se caracteriza como um objeto de representação para os *media*, cujo potencial de intervenção na definição social das identidades étnicas é um facto, quanto ao sujeito ativo da receção mediática que perceciona as diferenças associadas ao grupo social a que pertence e lhes dá significado.

Por isto o interesse em empreender este estudo – a princípio, a partir de grupos de foco – com imigrantes brasileiros e não com o público português, pois, em face desta sua identidade social em contraposição à identidade nacional portuguesa, procuramos aceder

à forma como eles refletem esta representação mediática e a rebatem na compreensão da sua experiência quotidiana na sociedade de acolhimento. É o tal processo reflexivo que Carvalho (2004) relaciona com as metáforas do espelho e da janela, ao assinalar que cada indivíduo se vê objetivado na comunicação mediada enquanto membro de grupos sociais, o que atua na elaboração de uma imagem de si através destas representações e das representações de outros.

Cada indivíduo do público vê-se objectivado enquanto membro de categorias ou grupos sociais – é interpelado, por exemplo, enquanto português, recebe olhares exteriores a si sobre ‘os portugueses’ e incorpora essas imagens na concepção de si próprio como membro de uma nação. O que está em jogo é a identidade social. (Carvalho, 2004, p. 572)

Convém assinalar que, a despeito da investigação apresentar um design multimétodo, a triangulação aqui proposta nunca visou agarrar-se aos resultados obtidos com os grupos de foco como um meio de validação das conclusões anteriormente estabelecidas a partir da análise das notícias, pois, como dito, não é porque um facto apresenta determinado enquadramento nos jornais que, garantidamente, será lido desta forma pelos diferentes membros do público. Portanto, a investigação que neste trabalho se materializa a partir do “modelo texto-leitor”, ao conjugar análise textual e investigação empírica, parte dos seguintes pressupostos: a receção não corresponde a uma absorção passiva de significações pré-determinadas, mas a uma produção de sentido, o que conduz ao entendimento de que as estruturas do discurso possuem um carácter virtual, que apenas se realiza pela ativação dos recetores. Como afirma Daniel Dayan (2006, p. 35): “A coincidência da ‘descodificação’ e da ‘codificação’ pode ser frequente. No entanto, nunca passa de uma coincidência”.

Isto ocorre por leitores e espetadores corresponderem a indivíduos diversificados, com a receção ocorrendo numa pluralidade de contextos e a partir de uma diversidade códigos que, entretanto, circulam no interior do mesmo conjunto linguístico e cultural. Conforme Serge Moscovici (citado por Hoijer, 2011, p. 4) procurou assinalar ao diferenciar as representações sociais das representações coletivas de Durkheim, nas sociedades contemporâneas ocidentais os indivíduos encontram-se relativamente livres das amarras sociais de estruturas como a família, religião, classe social e afins, possuindo mais alternativas de escolha à sua disposição e, desta forma, filtrando e seleccionando a

gama de representações sociais que lhes chega às mãos, a partir dos diferentes grupos aos quais pertencem e da enorme quantidade de conhecimento especializado a que acedem.

Por este motivo, também, o nosso interesse na construção de grupos de foco diversificados, cuja única linha de corte para participação foi o ano de 2008 como limite de chegada a Portugal – portanto, anteriormente ao início da crise económica. A sua composição previa imigrantes da primeira e segunda vaga, abrangendo assim as principais características aos mesmos associadas: com elevado e diminuto *background* educacional, com inserção no mercado laboral português em extratos mais altos e também nos mais baixos, com representação equilibrada entre géneros (apesar de, conforme já indicado, a segunda vaga apresentar um maior grau de feminização). Conforme intuíamos sobre as perceções dos imigrantes relativamente às representações mediáticas acerca de si, e como ficou assinalado pelos grupos de foco e entrevistas, estas variam consoante a situação laboral, nível socioeconómico, situação escolar e afins dos imigrantes.

A razão de termos escolhido este método repousa no facto de ele proporcionar o acesso aos significados, processos e normas grupais. Algo que tínhamos em mente antes de os empreender, concretamente, era verificar se os grupos formados por imigrantes brasileiros concordavam quanto a serem representados desfavoravelmente nos media portugueses. Relativamente aos seus entendimentos normativos, também quisemos perceber se nos grupos se partilhava a assunção de que era esperado que os jornais portugueses tratassem os brasileiros com distanciamento e suspeição, o que poderia refletir-se na experiência quotidiana de alguns em Portugal.

Pode-se questionar o interesse primeiro por grupos de foco e não por entrevistas, por exemplo, já que esta parte da investigação repousa no interesse em observar como os imigrantes veem a sua identidade social enquanto brasileiros em Portugal, a partir de sua representação no universo mediático. Neste sentido, assinalamos que, apesar de nas nossas sociedades o comportamento humano se caracterizar em grande parte pela liberdade de escolha, isto não significa que não continue a obedecer a exigências normativas, apenas os processos de imposição tornaram-se mais subtis. Como explicam Michael Bloor et al. (2002), em linha com as análises de Moscovici:

É justamente pelo facto de que o comportamento humano permanece normativo, porém mais subtil e variadamente influenciado que no passado, que se justifica o interesse recente por métodos de investigação

como os grupos de foco, em que é possível aceder às ricas texturas destas influências. (p. 5)

Esta normatividade perpassa a vida quotidiana, porém raramente é percecionada pelos indivíduos, o que nos conduz a outra das vantagens dos grupos de foco, ao configurarem momentos em que é possível aos participantes engajarem-se numa “introspeção retrospectiva”, no sentido de coletivamente se debruçarem e questionarem assunções tidas como previamente garantidas. Todavia, como os autores também ponderam e concernente à percepção de que, apesar da normatividade presente no dia-a-dia, aos indivíduos não é retirada a sua autonomia ao se relacionarem com representações sociais hegemónicas, os grupos de foco também indicariam que as regras são essencialmente contingentes e defensáveis, no sentido de que qualquer membro de uma coletividade, em princípio, poderá sempre elaborar uma justificativa (com base em razões) para um comportamento que se afasta das normas.

É isto que está presente no conceito de “polifasia cognitiva” da teoria das representações sociais, referente à realidade de que no dia-a-dia, muitas vezes um pensamento individual se caracteriza como diferente, e às vezes oposto, às formas tradicionais de pensamento. Como explica Birgitta Hoijer (2011), representações sociais (mesmo as hegemónicas, com o seu carácter normativo e prescritivo mais acentuado) não se caracterizam como padrões lógicos e coerentes de pensamento, mas, em vez disso, estão geralmente recheadas de fragmentos de pensamento e ideias contraditórias.

Por fim, justificamos a nossa preferência inicial por grupos de foco pois, conforme assinalado, esta investigação parte do pressuposto de que a conversação é fator *sine qua non* para a formação de um público. Como indica Gabriel Tarde (2005), mesmo com vigorosos veículos de imprensa, se não se conversasse, a sua influência seria nula na sociedade e uma opinião pública nunca chegaria de facto a se estabelecer. Jürgen Habermas (1997), ao rever o seu modelo de esfera pública, descreve esta como uma rede de ideias comunicadas e pontos de vista em que estas “correntes de comunicação” são filtradas e sintetizadas de forma a amalgamar distintas opiniões públicas sobre diferentes tópicos.

Tal explicação conduz-nos à conclusão de que, sobretudo na atualidade, não há uma esfera pública, mas inúmeras esferas públicas em que se inter-relacionam a comunicação face-a-face e a comunicação mediada. Portanto, ainda que seja tomada

como um referencial, a noção de público universal vai gradativamente dando espaço a uma multiplicidade de públicos, cujos substratos de seus debates e controvérsias, as opiniões públicas sobre diferentes tópicos, convidam, segundo Daniel Dayan (2006), a uma reconsideração do conceito de esfera pública, em que a “esfera de públicos” proposta por Nancy Fraser mostra-se mais adequada.

Ao pensarmos no desenvolvimento de grupos de foco, portanto, objetivávamos ter acesso ao público formado pelos imigrantes brasileiros que se constituiria justamente a partir deste contexto proporcionador de um momento de reflexão sobre objetos mediáticos, isto em face da percepção da pertença ao coletivo “imigrantes brasileiros”⁸⁵. Ponderamos, entretanto, que isso não significa que a *persona ficta* público necessita imperativamente da ação de um observador externo para existir, pois o público é antes de mais uma noção reflexiva que, tal como Tarde (2005) discorrera em finais do séc. XIX acerca da “consciência de unanimidade simultânea”, os recetores dos conteúdos mediáticos têm sempre como horizonte ao imaginarem-se – sobretudo em relação à televisão, em que a visualização ocorre em direto – como membros da comunidade que acede ao mesmo material ao mesmo tempo.

Ser um público, todavia, vai além dessa imaginação e também requer uma visualização externa de si e uma performance, pela qual o público se constitui diferenciando-se de outros públicos. Como resume Daniel Dayan (2006):

A noção de público consiste não apenas em ver, mas em ser visto. Todo o público remete assim para um outro público que o observa. [...] Noutros termos, ser um público é entregar-se a uma *performance*. Esta *performance* pode ser consensual ou polémica, mas não pode ser invisível. Por conseguinte, não são públicos o que vemos emergir, independentemente da sua vontade, nos escritos dos especialistas. (p. 30)

Apesar de nada impedir que públicos, dentre os recetores dos media massivos, se manifestem enquanto tais, a identificação de uns e outros corresponde a um ato de avaliação empreendido por quem os observa. Neste sentido, o autor retorna à ideia de que o público corresponde a uma ficção, ainda que também apresente uma dimensão sociológica, pois, para a construção de um sujeito coletivo também é necessário que esse

⁸⁵ De facto, segundo José Ricardo Carvalheiro (2004) e em concordância com as análises de Daniel Dayan, só é possível a um grupo social tornar-se um público mediático por meio da imaginação reflexiva relacionada com objetos mediáticos.

sujeito exista. Apresentando-se, pois, simultaneamente, como uma construção intelectual e uma realidade sociológica, a proporção em que é uma ou outra depende da forma como o público é observado, de como esta observação é descrita e de que tipo de discurso alimenta. Portanto, para vislumbrar o público enquanto realidade sociológica, optamos pelo desenvolvimento de grupos de foco.

Todavia, ao darmos os primeiros passos da construção dos grupos, esbarrámos em dificuldades comuns a uma investigação levada a cabo a título individual. Pois, não obstante a boa vontade em participar da maioria dos imigrantes contactados – a partir, principalmente, de um primeiro contacto com a Casa do Brasil e com amigos e conhecidos que tivessem conhecimento de imigrantes que já estavam no país há mais tempo –, foi muito difícil conseguir conjugar as diferentes agendas individuais de forma a, no mínimo, promover três grupos diversificados, com pelo menos quatro pessoas cada.

Ante essa dificuldade que se mostrou intransponível, foi possível empreender apenas dois grupos formados, respetivamente, por quatro e três pessoas. Também não foi possível que os grupos fossem tão diversificados quanto desejávamos, com imigrantes da primeira e segunda vaga. O primeiro grupo foi composto por duas mulheres com nível de instrução superior, um homem de nível superior e uma mulher com ensino secundário completo. O segundo por duas mulheres e um homem, todos com ensino secundário completo.

Deste modo, vimo-nos impelidos a realizar também entrevistas. A primeira aconteceu em dupla, com duas amigas, porém de estatutos sociais distintos. Enquanto Mariana estudou só até ao secundário, chegou a Portugal em 2006 e desde sempre trabalhou em limpezas; Lucinha é economista aposentada, anos antes já passava longas temporadas no país, mas apenas conseguiu fixar-se em Cascais em 2010. As outras três entrevistas efetuadas, denominamos entrevistas “a especialistas” pois, para além da sua vivência enquanto imigrantes brasileiros em Portugal, os três entrevistados desenvolvem atividade profissional relacionada com a temática das migrações, o que lhes confere um estatuto de participação no debate público sobre a imigração brasileira enquanto mediadores ou organizadores (Quéré, 2015), ao desenvolverem reflexão não apenas a partir da sua identidade social enquanto imigrantes brasileiros, mas também como indivíduos dotados de amplo conhecimento sobre o tema.

Esta parte da investigação, por conseguinte, acabou por ficar composta por dois grupos de foco e quatro entrevistas – três delas a quem aqui denominamos especialistas: Cyntia de Paula, então presidente da Casa do Brasil; Maria Magdala, presidente da organização ComuniDária, que atua na luta por direitos de imigrantes trabalhadoras nos serviços domésticos e na prostituição; e Jair Rattner, jornalista que já escreveu inúmeras reportagens sobre imigração brasileira tanto para órgãos de comunicação portugueses, quanto brasileiros. Neste sentido, dada a diminuta quantidade de imigrantes que foi possível contactar, temos consciência que as conclusões alcançadas não possuem representatividade para indicar um padrão ou tendência mais vasta. Ainda assim, assinalamos o seu carácter ilustrativo e indicativo para investigações e análises mais amplas, que porventura possam vir a ser realizadas futuramente.

Sobre a condução das entrevistas, assinalamos que optamos por desenvolver entrevistas semiestruturadas na variante “focalizada”, em vez de as empreender a partir de um perfil narrativo. Todavia, principalmente no início, a conversa adquiriu um pouco esse perfil, pois pedimos aos participantes que discorressem sobre quando e quais os motivos os levaram a emigrar. No início da discussão nos grupos de foco, solicitámos a cada um dos participantes que falasse brevemente sobre quando e por que motivo emigrou. A razão da escolha da variante “focalizada” justifica-se pelo facto de as conversas (tanto em grupo, quanto individualmente) sempre terem sido conduzidas a partir do tema “a representação do Brasil e dos brasileiros nos media portugueses”.

Como indica Christel Hopf (2004), entrevistas focalizadas dizem respeito originalmente a grupos de foco, porém não precisam necessariamente ser delimitadas num contexto grupal. Como ocorrido, ante a impossibilidade de realizar mais grupos de foco, optámos por entrevistas nessa variante de forma a estarmos o mais próximo possível do contexto em que se desenvolvem os grupos. Sobre a trajetória pessoal evocada de início tanto nas entrevistas quanto nos grupos, assinala-se que segundo a autora, “O seu conhecimento é fundamental para a interpretação de quaisquer reações não previstas aos conteúdos comunicativos que formam a base da entrevista” (p. 205).

Todavia, embora grupos e entrevistas tenham tido como base este aspeto focalizado, logo ao primeiro contacto notámos que seria difícil, e provavelmente prejudicial à investigação, delimitá-las a um âmbito demasiado focalizado, em que apenas traríamos à discussão determinados textos previamente analisados por nós. Como defende

Carvalho (2008), considerando-se que na atualidade os media atuam de forma ubíqua, com a experiência individual e social dando-se num contexto em que imagens, sons e textos se interpolam em muitos locais e situações, os estudos de recepção devem orientar-se para temas e objetos transmediáticos.

Conforme resume: “É assim que, dentro dos *audience studies*, se aborda a relação dos indivíduos com uma configuração mediática mais geral em detrimento das repostas a um produto específico [...]” (Carvalho, 2008, p. 23). Portanto, na condução desta etapa sempre levamos conosco algumas reportagens previamente analisadas e que, em alguns casos, dizem respeito a eventos paradigmáticos como as “Mães de Bragança”, no entanto, estes documentos sempre foram introduzidos na conversa como ponto de partida para se discutir o fenómeno com o qual estão relacionados de uma forma mais lata. Tal proporcionou aos participantes a referência a reportagens televisivas e também a produtos mediáticos não jornalísticos, mas em que a representação, sobretudo negativa, do Brasil e dos brasileiros se faz presente.

Fronteiras nebulosas

Conforme mencionado, foram promovidos dois grupos de foco. Um primeiro composto por Thales, bibliotecário de formação superior e desde 1989 em Portugal; Lídia, jornalista e atualmente professora universitária, desde 2003 a residir no país; Gisele, psicóloga que emigrou em 1996; e Tânia, esteticista com formação em patologia clínica (curso técnico equivalente ao 12º ano em Portugal) e a residir no país desde 2005. O segundo, dinamizado posteriormente a este, foi composto por três pessoas: Elaine e Derkian, primos e atualmente donos de um pequeno restaurante de bairro em Lisboa, ela emigrada desde 2004 e ele desde 2006, ambos com o 12º ano completo; e Joesmara, desde 2004 em Portugal, trabalhadora na área de restauração e com o mesmo nível de escolaridade dos amigos. Para além desses grupos, também entrevistámos conjuntamente Mariana, funcionária em casas de família, onde atua como babá e empregada doméstica, e desde 2006 a residir na zona de Cascais; e Lucinha, economista aposentada a residir oficialmente em Portugal desde 2010 apenas, porém, já em 2008 vinha ao país passar longas temporadas também na região de Cascais.

Relativamente ao primeiro grupo dinamizado, o nosso objetivo era constituir-lo por pessoas com *background* educacional elevado e posicionadas em estratos mais altos do mercado laboral português – essas informações iam sendo recolhidas conforme contactávamos potenciais participantes –, todavia, em última hora tivemos de alterar este

intento, pois um dos participantes previamente designado teve de cancelar a sua participação. Assim, como forma de dinamizarmos um grupo com pelo menos quatro pessoas, convidámos Tânia, que já tínhamos contactado previamente para dar a conhecer os objetivos da investigação e saber da sua disponibilidade em participar. A princípio, não quisemos incluí-la neste grupo, pois temíamos que, ao sentir-se com um estatuto social inferior em relação aos demais participantes, pudesse ficar constrangida e isso limitasse a sua participação na discussão, o que felizmente não se veio a confirmar.

Para composição do segundo grupo, primeiramente contactámos Elaine, dona de um restaurante que costumamos frequentar e onde também trabalha atendendo os clientes. Ante o seu interesse e disponibilidade em participar na investigação, perguntámos se não seria possível auxiliar-nos a arregimentar mais pessoas, ação para que se dispôs, todavia, perante as sucessivas dificuldades de conciliação de agendas, acabámos por optar por desenvolvê-lo apenas com Elaine, Derkian (o seu primo, que trabalha na cozinha e não tem contacto com o público) e Joesmara (que ambos conheceram durante a sua primeira experiência profissional em Portugal, como empregados de mesa, e que atualmente trabalha num outro restaurante).

Sobre a entrevista em dupla, assinalamos que após uma primeira conversa com Lucinha, identificada depois de assistirmos a um documentário de 2017 promovido pela Casa do Brasil sobre imigrantes brasileiros residentes em Cascais –o contacto aconteceu a partir dos respetivos perfis pessoais no Facebook da investigadora e da participante –, em que manifestámos o interesse em promover grupos de foco com imigrantes brasileiros em que ela pudesse participar, a própria comprometeu-se a contactar conhecidos e, após alguns dias, sugeriu um encontro com a sua amiga Mariana.

Algo que perpassa a todos estes encontros, mas que se evidencia sobretudo no segundo grupo e na entrevista em dupla, é a dificuldade de estabelecer uma nítida fronteira entre o que corresponde às perceções dos participantes sobre as representações sociais do Brasil e dos brasileiros presentes nos media portugueses e as perceções das representações que decorrem da sua experiência quotidiana na sociedade de acolhimento. Essa dificuldade foi mais nítida quando nos debruçámos sobre o conteúdo transcrito a partir dos áudios gravados durante os encontros, todavia, mesmo durante a condução das conversas, logo notámos *em direto* esta mesma dificuldade.

Em diversos momentos quando quisemos relacionar, por meio de questionamentos, a percepção da discriminação direcionada aos imigrantes brasileiros com o que era e como era veiculado pelos media, os participantes geralmente iniciavam as suas falas em referência aos media, porém rapidamente passavam para situações e referências em que claramente se percebia que havia no relato uma contaminação entre a percepção advinda do ambiente imediato de interação quotidiana e o que provinha de uma visão construída sobre a cobertura mediática. Tal ocorrência não é de estranhar, considerando que na atualidade, conforme já mencionado, se vive num ambiente altamente mediatizado.

Todavia, esta dificuldade em delimitar as distintas influências é mais nítida no discurso dos imigrantes de origens socioeconómicas mais simples que nos restantes. Especificamente em relação ao segundo grupo de foco, em diversos momentos sentimos dificuldade em trazer a discussão para o âmbito do consumo mediático, pois, como Elaine esclareceu, nos primeiros anos em Portugal, por trabalharem demasiado, nem tinham disposição para ler jornais ou assistir a televisão. Ou seja, não havia um consumo mediático deliberado, segundo afirmação sua e confirmada pelos restantes participantes do grupo.

Pensamos como hipótese explicativa para esta ocorrência o facto de as pessoas com nível socioeconómico inferior serem mais vulneráveis a situações quotidianas de preconceito e discriminação, conforme relataram, e, neste sentido, uma reflexão crítica sobre os media imbricar-se mais facilmente com a sua vivência pessoal em Portugal. Não que os outros participantes também não relatassem experiências de discriminação motivadas pela sua nacionalidade, no entanto, como se sabe, estas são mais suscetíveis de ocorrer com imigrantes de condição social mais frágil, por não terem, por exemplo, a sua situação regularizada no país, ou por trabalharem diretamente no atendimento ao público, como é o caso de muitos trabalhadores da restauração e comércio. Mariana, por exemplo, na sua primeira tentativa de entrada em Portugal, foi, segundo o seu relato, barrada de forma muito hostil por funcionários do SEF, por alegadamente não vir com dinheiro suficiente. Em contrapartida, Thales e Gisele afirmaram explicitamente nunca ter vivenciado situações de preconceito em Portugal.

Ao analisarmos este tipo de discurso híbrido – denominamos assim – de uma perspetiva intertextual, conforme proposto por Norman Fairclough (1992), observamos a presença tanto de discursos típicos da quotidianidade, ou seja, discursos que geralmente

circulam em espaços comuns de interação mais ou menos associados à esfera privada, quanto de discursos típicos das esferas institucionais, públicas. Este tipo de análise permitiu-nos refletir sobre “[...] quais recursos sociais e experiências são mobilizados durante o processo de receção e interpretação dos conteúdos mediáticos, e a quais outros domínios da vida esse processo é relacionado e assimilado” (Fairclough, 1992, p. 204).

Neste sentido, voltando à hipótese anteriormente formulada de que tal discurso é mais comum em determinado perfil de imigrante – considerando, obviamente, o âmbito restrito de nossa inquirição – pelo facto de um discurso crítico em relação à representação mediática do Brasil e dos brasileiros se confundir com a percepção, também negativa, das representações que circulam entre os portugueses e ações discriminatórias associadas. Registamos, todavia, em relação a um imigrante que não se encaixa nesse perfil, como Thales, que também ele assumiu este discurso, porém de uma perspectiva distinta. Conforme se observa:

Thales: [...] Voltando um pouco atrás, o que eu acho que acontece, que aconteceu consigo e contigo, no princípio dos anos 2000, o que eu noto e não só, mesmo pra trás, nos anos 90, a questão dos dentistas, depois dos publicitários, depois nos anos 2000 toda a área profissional com brasileiros, eu noto que na sociedade portuguesa há um estereótipo mal esclarecido com relação aos brasileiros, é que houve uma vaga de brasileiros que vieram cá e fizeram muita merda no Brasil, desculpem o termo...

Investigadora: No Brasil?

TH: Não, cá em Portugal, portanto, mancharam um pouco a imagem dos brasileiros que vivem cá em Portugal, mas isso não são todos... O que se passa é que têm pessoas que tiveram má experiência com brasileiros seja em questão profissional, seja em questão pessoal, de arrendamento de casa e etc., por incumprimento ou por outra coisa qualquer, pensam que todos os brasileiros são iguais e não são, e vocês sabem disso que não são, não é? Eu sei disso, todos os meus amigos sabem [...]

I: Você ouviu essas histórias de coisas que brasileiros fizeram para portugueses...?

TH: Não, é porque eu leio. Eu leio nos jornais e depoimentos de pessoas e porque eu falo com os meus amigos a propósito disso, eu tenho muitos amigos que falam como é ser brasileiro cá em Portugal e conheço muitos portugueses que me abordam nesse sentido, “ah, és brasileiro”, ou confundem o meu sotaque com outra coisa qualquer, com espanhol ou francês [...]

Conforme se observa, ele espontaneamente quis abordar a questão do preconceito que, entretanto, de início deixou claro nunca ter sofrido, mas que fora relatado por outros participantes, a partir da sua leitura do fenómeno. Porém, ao ser questionado pela

investigadora, deixou explícito que boa parte desta reflexão havia sido construída com base no que lia nos jornais. Porém, a receção mediática representada pelo respetivo período, a qual se conjuga com a experiência quotidiana do participante com brasileiros e portugueses, não se dá a partir de um viés crítico, no sentido de questionar, por exemplo, a explicitação do território de origem em notícias sobre crimes e afins, mas como elemento de prova ao facto de haver muitos estereótipos sobre os brasileiros em Portugal.

Expomos este exemplo para indicar, pois, que não existem leituras simplistas na análise da intertextualidade presente no discurso dos imigrantes e se isso é visível de forma mais acentuada no discurso de um certo perfil de imigrante, não deixa de estar presente, contudo, na fala de todos os participantes. Conforme a ideia defendida por Norman Fairclough (1992) para os estudos de receção, interessa-nos questionar como os recursos de conversação são mobilizados durante a receção mediática e, desta forma, as práticas e as experiências do mundo da quotidianidade participam da reconstrução das mensagens dos media.

Outra ocorrência que perpassou em ambos os grupos e na entrevista, que também vemos como derivada da ubiquidade mediática em que se vive na atualidade, é o facto de a discussão, a despeito desta investigação se debruçar sobre períodos bem delimitados (de 2000 a 2005 e de 2010 a 2015), ter acabado por extrapolar esta temporalidade. Por exemplo, no primeiro grupo, em que havia participantes chegados a Portugal ainda entre os anos 1980 e 1990, sem que a investigadora suscitasse estas referências, eles mencionaram antigas polémicas de grande reverberação mediática, como o caso dos dentistas brasileiros. Porém, mais comum, considerando que estas atividades foram realizadas no ano de 2018, foi os imigrantes referenciarem a situação atual do movimento migratório brasileiro em Portugal.

Conforme mencionado anteriormente, ao delinear a nossa problemática no ano de 2014, procurámos analisar as representações contemporâneas do Brasil e dos brasileiros no âmbito da opinião pública em Portugal a partir de um pano de fundo em que, nos anos recentes, havia ocorrido uma inversão do fluxo migratório entre os dois países em decorrência da crise económica. A hipótese aventada era que eventuais alterações e evoluções nessas representações poderiam ser derivadas desta mudança conjuntural. Todavia, a partir de 2015 começou a delinear-se um outro contexto, pois o Brasil entrou em recessão económica, além de vivenciar um turbulento momento político desde então, isto concomitantemente à paulatina recuperação económica de Portugal.

Se tal contexto ainda não se refletiu nas estatísticas oficiais sobre as migrações, no sentido de identificar uma nova vaga de imigração brasileira – hipótese no entanto já defendida por Cyntia de Paula, presidente da Casa do Brasil – todavia, algo percebido pelos participantes tanto a partir das suas experiências quotidianas quanto pelo que consomem nos media, é que nos últimos tempos têm chegado a Portugal extratos bastante abastados da sociedade brasileira, que se fazem notar por investirem muito em imóveis e negócios. Tal fenómeno tem suscitado, ao que se depreende dos relatos dos imigrantes, um reatualizar das representações sociais sobre o Brasil e os brasileiros e, por se dar num processo – relativo ao fluxo migratório entre os dois países – em que não julgamos produtivo estabelecer cortes rígidos, ainda mais por se tratarem de períodos tão próximos, optámos também por nos debruçar sobre este conteúdo, ainda que fuja do escopo inicialmente delimitado. Além de considerarmos interessante abordá-lo como um vislumbre de caminho que poderá ser seguido por futuras investigações sobre estas matérias.

Também assinalamos que, por razões teóricas, decidimos separar a análise dos grupos e da entrevista em dupla da análise das entrevistas aos “especialistas”. Todavia, conforme pontuamos na introdução, se os três entrevistados emergem do discurso como especialistas por desenvolverem atividade profissional relacionada com a problemática migratória e, assim, demonstrarem conhecimento e reflexão mais aprofundada sobre a problemática, eles não deixam de carregar a sua identidade social enquanto imigrantes brasileiros, o que – pensamos – permitiu que em diversos momentos também se observasse uma intertextualidade inerente às suas falas, derivada não só de um reflexão crítica sobre os media, mas da sua experiência de vida.

A seguir iremos analisar de forma pormenorizada alguns pontos mais relevantes de cada um dos grupos e da entrevista.

Primeiro grupo de foco

Neste grupo, diferentemente do segundo em que dois participantes eram familiares e a terceira era amiga de ambos, os membros eram desconhecidos uns dos outros, com exceção de Gisele e Lúcia. Por ter contactado cada um deles individualmente, antes da dinamização do grupo em si, todos já tinham uma ideia prévia dos interesses e problemática da investigação. Neste sentido, não surpreende o facto de, ao iniciarmos a conversa pedindo a cada participante que relatasse brevemente os motivos que os levaram a emigrar para Portugal, Thales – o primeiro a tomar a palavra – ter logo mencionado que

se lembrava da cobertura mediática sobre os imigrantes brasileiros na época em que veio, postura posteriormente adotada também pelas outras participantes.

TH: Quando eu cheguei aqui houve dois fenómenos que estavam ocorrendo relativamente aos brasileiros: o primeiro já tinha passado, mas depois retornou, que foi o fenómeno da vinda dos dentistas, e não foi uma situação... Primeiro, aliás, acho que foi primeiro dos publicitários, mas a vinda dos publicitários não teve um impacto na comunicação social como teve a questão dos dentistas. Eu sei que havia muito publicitário porque nessa altura, a grande maioria dos brasileiros que eu conhecia eram quase todos publicitários [...] Depois, sim, aconteceu o caso dos dentistas, que apareceu de forma mais acentuada na comunicação social porque houve aqui uma questão da paridade dos currículos entre Brasil e Portugal, aqui houve uma paridade entre os dois currículos, porque a ordem dos médicos, os dentistas cá faziam parte da ordem dos médicos, não tem uma ordem separada, não é como no Brasil.

Conforme discorrido na secção anterior, observamos na fala de Thales uma intertextualidade típica dos discursos relacionados com receção mediática, pois, ao mencionar o que denomina de *fenómenos* sobre a imigração brasileira, um contemporâneo ao outro, observa-se que enquanto a percepção da vinda em massa de publicitários tem a ver com a sua experiência quotidiana naquele momento, por conviver com muitos conterrâneos com esta atividade profissional, a percepção da presença massiva de dentistas está mais relacionada com a cobertura mediática, algo de que demonstra ter consciência, pois em dois momentos refere-se à presença mais acentuada na comunicação social deste fenómeno. A origem mediática dessa percepção também se explicita no seu discurso, pois discorre sobre o assunto de uma forma mais aprofundada, ao citar a paridade de currículos e afins, o que sugere que este conhecimento não foi obtido apenas a partir da vivência quotidiana.

Talvez influenciados por esse primeiro relato, as demais participantes também mesclaram a sua primeira fala entre narrativa de vinda para Portugal, de um lado, e percepções sobre a representação mediática dos brasileiros, de outro. Todavia, esta hibridação expôs distinções entre os discursos dos vários participantes. Tânia, por exemplo, que falou a seguir a Thales, deixou explícito que o seu consumo mediático logo que chegou a Portugal, e mesmo agora, conforme explicitou numa fala mais à frente, se orienta de uma forma racional e deliberada. Neste sentido, a sua apreciação sobre a representação mediática dos brasileiros está condicionada aos tópicos que acabam por

chamar mais a sua atenção, como por exemplo, as políticas de regularização de imigrantes.

TA: [...] O que eu notei, assim, o Lula já tava no governo, o que eu acompanhava de notícia era só o que me interessava, era o SEF, eu só acompanhava notícia do SEF porque eu fiquei três anos ilegal. [...] Portanto, eu acompanhava todos os dias as notícias em relação ao SEF, tudo que estava escrito SEF eu acompanhava, era o SEF apreendendo pessoas por prostituição, era o SEF apreendendo pessoas por trabalho ilegal, era o SEF indo atrás dos brasileiros onde estivessem, nos bares e tudo, e depois, eu tava sempre em busca da notícia porque, quando o Lula entrou, uma das primeiras ações do Lula foi ajudar os brasileiros fora do Brasil, então eu tava sempre à procura dessa notícia, quando acontecia do Lula estar cá, então foi sempre eu acompanhando o processo todo, e eu fui uma das primeiras brasileiras que se legalizou com uma lei do Lula, eu cheguei em 2005, foi em 2008, mas é porque eu sempre estava ali em cima dos acontecimentos. O que eu via era uma espécie de perseguição, entre aspas, dos brasileiros que vieram como eu. Brasileiro que não veio com emprego garantido, que não estudou, eu não vim para estudar, não vim com visto, até porque, na altura, visto não tinha, não davam, quando você veio [diz ao Thales] era mais fácil, depois fechou, é como tá agora, acho eu...

Apesar deste interesse inicial em se apropriar de todas as notícias relacionadas com o SEF e a regularização de imigrantes brasileiros, por considerar que a posse de tais informações era fundamental para a sua permanência em Portugal, podemos também conjecturar que tal ação não demandava um comportamento especial da sua parte já que, conforme vimos na análise das notícias, em 2005 (ano de chegada de Tânia) ainda eram comuns notícias decorrentes do acordo Lula firmada dois anos antes. No entanto, se a princípio, para explicitar a sua percepção inicial sobre a representação mediática, Tânia começa por fazer uma ressalva ao assinalar que o seu consumo era intencional, logo em seguida afirma: “O que eu via era uma espécie de perseguição, entre aspas, dos brasileiros que vieram como eu”; o que, além de não deixar claro se diz respeito apenas ao conteúdo mediático, também indica, por seu turno, que com o consumo focalizado se conjugava um outro de perfil mais errante, mas também capaz de conformar uma apreciação sobre a representação dos brasileiros.

Importa assinalar que já na sua primeira fala, a participante procura distinguir-se dos demais ao delimitar essa perseguição aos brasileiros que vieram “como ela”. Ou seja, Tânia mostra reconhecer que tal representação mediática avaliada por si como negativa, conforme se conclui pela utilização do substantivo “perseguição”, se direcionava no período em que chegou não a todos os brasileiros, mas àqueles que (como ela) não tinham

emprego garantido e não vinham estudar – não por acaso, os que chegavam em maior número no início dos anos 2000. Ao ser questionada pela investigadora se notava essa perseguição a partir dos jornais, a participante afirmou que sim, procurando justificá-la pelo que sabia ser o fluxo mais intenso de imigrantes naquele período, mas sem se fiar totalmente nesta justificação.

TA: [...] É que os brasileiros eram os que vinham mais, tinha também o pessoal de Leste, eu tinha uma colega que quando ouvia falar de SEF, ela tremia toda, coitada, ela era da Ucrânia e ela também sofria, veio pra cá ilegal, nervosíssima sempre, eu via... Mas eram mais os brasileiros. Por quê? Não sei porque, não sei se era porque tinha mais quantidade ou se era uma predileção mesmo... Não percebia. Até percebo, mas não quero ser injusta.

Também realçamos a referência que a participante faz à atualidade, indicando ser novamente muito difícil ao imigrante brasileiro regularizar-se, no entanto, não fica claro se esta percepção advém do contacto com imigrantes que chegaram há pouco tempo ou do que tem acompanhado nos media.

Já Gisele, ao discorrer sobre as suas percepções da representação mediática dos brasileiros no momento da sua chegada, diz o seguinte:

G: O que eu noto... É que eu tenho uma certa percepção dos brasileiros... Até associações fúteis, como: “apreendidos os bandidos”, ou de traficante não sei o que, e acima uma foto de brasileiros que não tinha nada a ver com a notícia, quem lesse o jornal associava uma coisa a outra.

I: Era uma foto tirada no Brasil? Não entendi...

G: Não, era uma foto, “brasileiros festejam...”, uma coisa estúpida como essa, uma imagem de brasileiros e em baixo uma outra notícia, que um leitor desavisado podia associar uma coisa à outra.

O que aqui se evidencia como uma reflexão aprofundada em relação ao que a participante supunha ser um padrão de representação orientado ideologicamente justifica-se, assim pensamos, pelo facto de logo nos seus primeiros anos em Portugal, conforme contou, só se ter sentido realmente acolhida na Casa do Brasil e lá ter desenvolvido trabalho voluntário, auxiliando na manutenção de um arquivo de recortes de notícias da imprensa portuguesa sobre o Brasil e os brasileiros. Neste sentido, conforme discorrido anteriormente, podemos dizer que Gisele ao participar de forma ativa numa associação voltada para imigrantes brasileiros já se constituía a si mesma como membro do público

mediático formado pelos imigrantes brasileiros, ao desenvolver uma reflexão acerca das representações mediáticas sobre esta comunidade⁸⁶.

Assinalamos a sua referência espontânea às “Mães de Bragança”, também confirmada por Thales, o que demonstra a centralidade deste caso para a comunidade brasileira, fruto da intensa cobertura mediática.

G: [...] Acho que o que tava mais em evidência [durante a década de 1990] era o conflito em algumas comunidades, mas não era envolvendo brasileiros, depois também teve o caso das senhoras...

TH: As mães de Bragança...

Por fim, Lídia também demonstrou ter uma reflexão mais aprofundada sobre as representações dos brasileiros, porém, diferentemente de Gisele, esta reflexão não parece estar diretamente relacionada com o facto da participante desenvolver uma imaginação sobre produtos mediáticos a partir de sua identidade social enquanto imigrante brasileira, mas, como assinala, por ter formação em jornalismo, o que a torna mais capacitada para identificar padrões de cobertura enviesados e afins. Este domínio mais aprofundado do campo mediático também se evidencia ao citar ações de associações e da entidade reguladora da comunicação, o que, se não emerge do discurso de forma muito pormenorizada, o que indica ser um conhecimento de natureza circunstancial, claramente também não corresponde a uma informação que amplamente circule no dia-a-dia de quem não tenha um interesse especial pelos media e as suas ramificações.

L: [...] o que eu me lembro assim de cobertura... Bom, eu sou jornalista de formação, não sei se sou suspeita pra falar, mas eu lembro sim, que da minha memória a maior parte das notícias eram negativas, tinha uma população muito grande, e a cobertura relacionada a crimes, a questão da imigração...

⁸⁶ O exemplo de Gisele faz-nos lembrar a pesquisa de receção desenvolvida por Charlotte Brunsdon e David Morley com o público da revista *Nationwide*, e comentada por Daniel Dayan (2006). Segundo o autor, os investigadores observaram que o pequeno grupo de espetadores que apresentava leituras “oposicionais” – ou seja, em oposição às intenções dos produtores – era composto de ativistas de organizações sindicais que, por conseguinte, integravam meios constituídos de modo estável, tinham consciência da sua identidade militante e participação ativa em debates públicos. “Noutros termos, estes espetadores formavam um público e as suas intervenções demarcavam-se por completo de todas as outras dos espetadores inquiridos” (Dayan, 2006, p. 37). Nos grupos, como se observa, a nossa inquirição sobre o consumo foi mais geral, pois não procuramos aceder às leituras sobre produtos mediáticos específicos. Portanto, se não é possível dizer que Gisele desenvolve uma leitura estritamente oposicional, como o grupo de sindicalistas, todavia, consideramos ambos os casos semelhantes, pois uma reflexão tão subtil como a estabelecida pela participante sugere também estar relacionada com o facto de ter integrado um meio estável relacionado com os imigrantes brasileiros, como é a Casa do Brasil, e desenvolvido atividade relacionada com as notícias de jornais que se debruçavam sobre o país e a comunidade.

I: Crimes que brasileiros cometiam aqui?

L: Crimes que brasileiros cometiam aqui, que eu acho que isso depois foi todo um movimento do Observatório para as Migrações e uma pressão grande para que o jornalismo não identificasse a nacionalidade de quem comete crimes.

I: Isso é uma recomendação da entidade reguladora...

L: Exato, mas mesmo antes da ERC, já havia uma pressão com quem estava trabalhando com direitos dos imigrantes e tal para não identificar assim de forma tão ostensiva a nacionalidade [...] Aí eu me lembro assim... Tenho essa ideia, não tenho estudos, não tenho dados, de que era muito focado na vaga de imigração, né? Da ilegalidade e da questão do crime, e por outro lado, acho que sempre houve uma atenção ao Brasil, por exemplo, na área da cultura, porque sempre houve muito interesse, os artistas brasileiros até hoje são muito queridos aqui em Portugal, então eu me lembro que havia também nas notícias da área da cultura, de pessoas fazendo show, teatro, coisas assim...

Assinalamos a diferenciação estabelecida por Lília, assim como também ocorrera com alguns entrevistados, entre a representação dos imigrantes brasileiros de um lado, que pelo menos entre finais dos anos 1990 e início dos anos 2000, segundo avaliação geral, se caracterizava como negativa, e a representação da cultura popular brasileira que, segundo percepção corrente, é bastante apreciada em Portugal. Todavia Tânia, ao ser questionada pela investigadora, ao dizer que não se lembrava de nenhuma notícia positiva relacionada com o Brasil e os brasileiros, sobre a situação no campo cultural, estabelece a seguinte leitura (aparentemente corroborada por Thales):

TA: [...] ela [Lília] tava aqui falando, eu tava tentando lembrar de notícia boa que eu tivesse lido, visto... Não consigo me lembrar [risos]. Talvez no final disso aqui, eu lembre.

I: E cultura, não? Também tenho a ideia que aqui a cultura brasileira, cantores, músicos e tal, são muito valorizados...

TA: Sim, Ivete Sangalo, Vanessa da Mata... Sim, sim, as pessoas respeitam, gostam muito, mas eu penso que tudo que for dar prazer pra eles é bem-vindo, tudo que eles acharem que não é bom pra eles...

TH: É pra esquecer...

Observamos também que Lília implicitamente se aproxima de Tânia, ao concluir sua fala da seguinte maneira: “Então eu acho que todo mundo que veio nessa época, mesmo eu que vim com visto de estudante, pra mim foi muito difícil mesmo...”. Ao ser induzida a expor situações experienciadas, a participante contou duas ocorrências, uma em que foi impedida de iniciar trabalho para o qual já havia sido selecionada, porque a

responsável pelos recursos humanos disse não contratar brasileiros, e outra referente a uma agressão derivada de situação de discriminação, em que uma corretora de imóveis não quis arrendar um apartamento por ser brasileira. Tânia, em fala posterior, também narrou situações de discriminação, porém, um dos casos, por exemplo, diz respeito a um patrão que após ser questionado sobre a remuneração, a expulsou do local de trabalho sem lhe pagar e ameaçando denunciá-la ao SEF, o que indica que a sua situação social era mais frágil.

Porém, desta primeira observação estabelecida por Lídia acerca da intensa e positiva cobertura mediática da cultura brasileira, Gisele desenvolve a seguinte reflexão:

G: Em relação a essa cultura, eu notei mais é pelo momento político que o país passava, enquanto o Brasil teve nesses anos 90 com dificuldades, vinha muito brasileiro pra cá, era essa questão, o jornal perseguia muito as más notícias, principalmente da conduta dos brasileiros aqui. Depois, quando chega a crise aqui em Portugal, 2010, 2013 principalmente, era uma espécie de fascínio pelos negócios, pelo mundo dos negócios [...]

I: Eu notei também...

G: Então, aí era todo aquele fascínio. Aí, passou agora começar todo esse processo de destituição da Dilma e o processo do golpe, que desapareceram. Desapareceu as notícias, desapareceu o encanto, ninguém fala mais nada [...]

L: Agora? Não acho que seja assim, viu... Eu leio todos os dias notícias sobre o Brasil aqui.

G: No *Público*...

L: No *Público* tem todos os dias, e eu gosto, sinceramente eu gosto da cobertura do *Público*. Muitas vezes eu prefiro acompanhar a crise política do Brasil pelo *Público*, que pelos jornais brasileiros...

Destacamos esta fala de Gisele, pois a participante estabelece uma leitura em consonância ao que fora observado por nós durante a análise do discurso das notícias, principalmente em relação àquilo que denominamos de “um novo retorno das caravelas”, referente ao interesse renovado, segundo o que fora representado pelos jornais, de empresários portugueses pelo Brasil durante os anos mais intensos da crise. Porém, indo além da nossa análise que, se já vislumbrava algo do género, acabou por não avançar muito, pois encerrou no ano de 2015, Gisele refere que atualmente o interesse

desapareceu, ao que Lúdia contrapõe que a cobertura sobre o Brasil continua muito forte, principalmente no *Público*.

Nestes termos, vemos que as participantes abordam situações distintas. Gisele refere-se, sobretudo, ao conteúdo das notícias deste período, em que avalia ser notório um “fascínio” dos portugueses principalmente pela situação económica do Brasil e pelo ímpeto de mobilização da sua população, o qual considera que, entretanto, terá desaparecido com as notícias negativas que se seguiram ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Lúdia assinala a intensa cobertura de notícias sobre o país, que se manteve constante. Ou seja, faz referência a um valor mensurável.

Por fim, destacamos que Lúdia, na sequência do comentário feito por Thales sobre os estereótipos de brasileiros existentes na sociedade portuguesa, afirma:

L: [...] eu acho que todo imigrante é sempre visto como o outro e que demora muito tempo para as coisas mudarem, mas eu que já vivo aqui há 15 anos, eu noto uma diferença e acho que para melhor...

Nesta fala, todavia, não é claro se a participante se refere à cobertura mediática, à experiência quotidiana ou a ambas. No entanto, o que nos chamou a atenção foi o comentário de Tânia que se seguiu a este, ao discordar de Lúdia, procurando sustentar o seu ponto de vista a partir do relato de um caso de discriminação sofrida recentemente:

TA: [...] Quando eu tirei a nacionalidade eu tava muito contente, geralmente eu não falo muito do português, não quero falar, pronto, mas me senti no direito de falar, me senti no direito de poder criticar o governo, poder criticar uma rua, poder criticar o autocarro, me senti no direito... E tava uma crise, eu já nem lembro o que era... Era do hospital, a questão da legionella [o surto de legionella ocorreu em 2014], e depois veio o sarampo, e eu disse: “não é estranho o sarampo e a legionella nessa altura do campeonato? Porque no Brasil nós somos vacinados desde pequenininho”, aqui não era? Eu não entendia isso... “Já que lá é tão bom assim, volta pro seu país, o que você está cá a fazer?”, aquilo me magoou profundamente porque era uma colega de trabalho, uma pessoa que eu admirava e gostava e fiquei extremamente... Pensei: “realmente, não mudou foi nada...” [...]

Consideramos interessante este exemplo dado pela participante pois, a despeito de não ter explicitado isto na sua fala, é fácil concluir que a sua perceção sobre o surto de legionella e sarampo advinha da apropriação de conteúdos mediáticos. Inclusive, podemos formular a hipótese de que a situação que envolveu o comentário agressivo da colega tenha ocorrido num momento em que coletivamente se comentavam as notícias

acerca das doenças e (ou) havia algum jornal próximo, ou se ouvia conjuntamente uma notícia da rádio ou da televisão sobre o assunto.

Este é um caso de conteúdo jornalístico que não tem a ver absolutamente com imigrantes brasileiros, Brasil ou brasileiros em geral, porém, na conversação posterior ou simultânea à recepção, aconteceu a erupção de uma situação de discriminação a partir do comentário feito por Tânia. Como se depreende do relato, a participante recorreu à sua memória sobre o país de origem para interpretar as notícias acerca dos surtos e transmitiu-a às colegas portuguesas em forma de questionamento.

Portanto, observamos que uma reflexão mediática relacionada com a identidade social ou ao território de origem não ocorre apenas quando se trata de conteúdos em que a representação de um grupo nacional ou de um país estejam presentes. O que se compreende, afinal durante a recepção, o indivíduo geralmente mobiliza experiências pessoais ao interpretar os conteúdos mediáticos e, assim, no caso de um imigrante, por exemplo, esta interpretação encontra-se mais passível de destoar da elaborada pelos nacionais. Observamos, pois, que há um potencial de conflitualidade inerente ao consumo mediático que, conforme assinalado, não é uma prática puramente individual.

Segundo grupo de foco

Como discorrido em secção anterior, deparámo-nos com dificuldades em dinamizar este grupo, pois Elaine, Derkian e Joesmara não demonstraram ter um hábito quotidiano, rotineiro e deliberado de consumo de notícias, algo ainda mais intenso, conforme explicitado por Elaine, nos seus primeiros anos em Portugal em que todos trabalhavam duro e durante muitas horas num restaurante, e nos momentos de folga não tinham ânimo para fazer “mais nada”. Porém, só notámos estas dificuldades ao longo da reunião, pois de início, quando questionados sobre o que lhes vinha à mente quando pensavam na cobertura mediática sobre os brasileiros, Elaine e Derkian disseram:

E: Mas você tá falando dessa segunda [vaga] ou da primeira..?

D: De quando a gente tava lá..?

I: Tudo. Uma que vocês digam: “desagradou-me esse tipo de cobertura”.

D: Todo dia...

E: Todo dia, mas o que teve ênfase...

D: Quando dois brasileiros tentaram assaltar o BES.

J: É, o BES...

E: É, tem essa...

D: A gente ficou meio minhoca [gíria que caracteriza um estado de irritação], qualquer coisinha era brasileiro que fazia...

I: Incomodou por que saiu a indicação [brasileiro]?

E: Fora o preconceito do dia-a-dia do trabalho...

D: Isso daí é normal...

E: É normal.

I: Mas vocês sentem que continua ainda hoje?

E: Lógico...

D: O preconceito?

I: Nas notícias, eu me refiro.

E: Sim, sim...

J: Sempre que acontece alguma coisa, eles colocam: “é brasileiro”.

D: Eles fazem favor de colocar...

I: [explicamos sobre as recomendações da ERC]

E/ D: Sim, sim...

D: Eles falam sim, “cidadão de nacionalidade brasileira”.

E: Colocam “brasileiro”, cidadão ucraniano, pra não colocar ali que foram portugueses... Isso passa, sim.

J: Se é europeu, é imigrante, agora brasileiro é brasileiro...

E: Exato.

Optamos por transcrever todo o período, pois ele dá azo a profícuas reflexões. Primeiro assinalamos que a pergunta da Elaine, sobre se nos referíamos à cobertura da primeira ou da segunda vaga de imigração, foi suscitada pela nossa breve explicação sobre o tema da investigação – referindo as vagas – e o objetivo de estabelecer um contacto direto com imigrantes. Iniciámos o grupo desta forma, pois não tínhamos conversado anteriormente com Derkian e Joesmara e era necessário esclarecer as razões do contacto

Como se observa, os primos concordam sobre o facto de ainda hoje haver uma representação mediática dos imigrantes brasileiros que lhes desagrada, algo evidente na expressão “todo dia”. No entanto, a ocorrência evocada por Derkian diz respeito ao assalto ao banco BES. Este caso, ocorrido em 2008 (portanto fora do nosso horizonte temporal), teve enorme repercussão mediática, pois foi transmitido em direto (o assalto ao banco e o consequente sequestro de clientes e funcionários), tendo como protagonistas

dois imigrantes brasileiros que acabaram por ser baleados – um deles vindo a falecer – por *snipers* da PSP, cena também visualizada pelos espetadores em direto.

Conforme Derkian expõe, o caso teve repercussão muito negativa na comunidade brasileira, pois, a partir de então, os imigrantes tornaram-se os potenciais suspeitos de qualquer delito que ocorresse em Portugal. Como se observa, ao iniciar o período com “a gente...”, fica claro que o participante não se refere apenas a uma perceção individual sua, mas fala em nome de todos os brasileiros em Portugal. Essa repercussão também nos foi bastante loquaz, pois o caso também fora citado por Tânia, do grupo anterior, e por Cyntia de Paula, porém de formas e em contextos distintos.

No grupo anterior, na sequência da discussão de que então estavam a chegar muitos brasileiros endinheirados a Portugal, conforme é ostensivamente retratado pelos media portugueses e também brasileiros, e, dentre os quais, alguns são investigados por casos de corrupção, Tânia teceu a seguinte reflexão:

TA: Existe uma falha, porque uma notícia que me chocou muito aqui foi quando dois brasileiros, um foi abatido e o outro ficou inutilizado praticamente pro resto da vida, que assaltaram o BES [...] E houve, há essa falha sempre, não sei se é aqui ou se é no mundo em geral que há essa falha... Uma pessoa é criminosa, um deles era criminoso lá, mas entra aqui, e chega aqui e já começa a planear...

Como se nota, diferentemente de Derkian, cuja crítica implícita à cobertura do assalto, por frisar a nacionalidade dos assaltantes, se evidencia ao expor o processo de generalização que esta engendrou (ou reforçou) na sociedade portuguesa; Tânia não tem esta perspetiva, mas refere, ainda que de forma implícita, a consequência negativa para os brasileiros de tal repercussão, e volta-se para as leis portuguesas para questionar como foi possível que no passado, tal como hoje, pessoas condenadas no seu país de origem tenham entrado em Portugal.

O facto é que o assalto acabou por se tornar um evento significativo não apenas por conta da sua enorme repercussão mediática, mas também porque, de modo similar ao que ocorrera com as “Mães de Bragança”, tal cobertura suscitou reflexões académicas e tomadas de posição de associações de migrantes. Lembramos que, no estudo por nós citado, *Imigração, diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na Imprensa e na Televisão: 2008* (2009), promovido pela ERC e coordenado por Isabel Ferin, o chamado “caso BES” é analisado como um exemplo da referência à nacionalidade nas notícias que

é contrário aos princípios constitucionais portugueses. Sobre o assalto, Cyntia fez à seguinte menção:

C: [...] Teve um outro caso muito emblemático, o BES, eles mataram um brasileiro, eles assaltaram, fizeram reféns no BES, e matou em direto, era um rapaz, um jovem brasileiro... Eu não estava ainda em Portugal, e veicularam constantemente: “brasileiro, brasileiro não sei o que...”.

Pontuamos que a presidente chegou a Portugal apenas no ano seguinte, em 2009, todavia, a repercussão do assalto fora tamanha na comunidade que, ao ser questionada livremente sobre as representações jornalísticas dos imigrantes brasileiros, foi este exemplo que ela recordou.

Voltando ao trecho de diálogo destacado deste grupo, observamos que a percepção sobre uma representação mediática negativa, que se julga ainda presente e constante, se soma à experiência quotidiana, conforme expressa pela frase de Elaine: “Fora o preconceito do dia-a-dia do trabalho...” e confirmada por Derkian como algo “normal”. Neste sentido, avaliamos o emprego deste adjetivo como uma forma de indicar que isto não só era extremamente corriqueiro em seu quotidiano, como previsível.

Ao abordarmos o movimento “Mães de Bragança”, expondo também a reportagem de capa da *Única*, os participantes afirmaram não o conhecer (assinalamos que o movimento ocorreu em 2003 e eles só começaram a chegar a Portugal a partir de 2004), no entanto, discorreram da seguinte forma acerca da sexualização conotada à mulher brasileira:

E: O que a gente vê [nas notícias]? As mulheres eram prostitutas e os homens eram ladrões... Era sempre rotulado isso. Quando a gente trabalhava... No início você também sentiu isso, não? [indaga Joesmara]

J: Sim...

E: Sempre houve uma piadinha, sempre houve uma conversinha... Sempre houve isso no trabalho. E você mesmo trabalhando em restauração, e aqui sempre foi restauração, sempre vai ouvir piadinha...

Porém, no seguimento da discussão sobre este tópico e ao serem questionados se consideravam o preconceito direcionado à mulher brasileira maior do que ao homem, Elaine diz não considerar que a metonimização da figura da brasileira em prostituta se tenha iniciado com as “Mães de Bragança”, mas que é algo que já vêm dantes. Tal apontamento dá sequência ao seguinte diálogo:

I: Você [Elaine] diz isso por conta da imagem que o Brasil vende para o exterior?

E: Sim...

J: O brasileiro vê a portuguesa e acha que tem cabelo em baixo, debaixo do braço...

E: É, é o estilo...

D: Sei lá, não é porque brasileira é mais fácil, é porque o jeito dela é um jeito mais fácil de ter contacto...

E: Não é questão de ser simpática...

I: Mas isso também seria com os homens brasileiros [o facto de serem mais disposto à sociabilidade], não?

D: É que brasileira tem mais simpatia pra conversar... Já viu uma portuguesa? Tá conversando com você assim: [silêncio].

J: Parece uma geladeira.

E: Ou então te dá um coice...

D: O dia dela mais alegre é isso aqui: [simula um sorriso amarelo].

J: Não tem dente.

D: Aí fica complicado... [risos]. Talvez é por isso.

Como observamos neste diálogo, as percepções dos participantes acerca da mulher portuguesa em comparação à mulher brasileira são construídas com base no que é a identidade cultural brasileira, e como esta foi promovida pelo Estado a partir da exploração de uma sensualidade que seria inata às brasileiras. Porém, também é possível identificar nesta caracterização da mulher portuguesa temas – como os níveis profundos das representações sociais – relativos não só às portuguesas, mas às europeias em geral e ainda presentes na sociedade brasileira.

Essas representações, não por acaso, alimentaram-se durante o séc. XX da identidade cultural brasileira que, ao ser paulatinamente construída e promovida, procurou justamente destacar-se do “[...] recalque das pulsões sexuais que marca o mal-estar agravado das nações mais intensamente produtivistas.” (Bosco, 2017, p. 35). Neste sentido, o estereótipo da mulher brasileira como fácil, de grande furor sexual e afins é avaliado pelos participantes quase de modo condescendente, como uma variação distorcida da realidade – o que é visto como uma realidade... – de que as brasileiras são, de facto, mais simpáticas, vaidosas e carinhosas. Neste sentido, ainda que Elaine assinale que nas notícias o que sempre aparecia era a brasileira como prostituta e o brasileiro como

ladrão, os participantes não chegam a estabelecer uma reflexão aprofundada sobre esta cobertura.

Ao ser mencionado, também, que com a intensificação da crise económica em Portugal se acentuou o número de reportagens sobre portugueses que emigravam para o Brasil e imigrantes brasileiros que regressavam ao seu país, questionámos se os participantes não notaram, a partir dessa situação, uma melhoria na imagem do Brasil e dos brasileiros, além de, consequentemente, uma atenuação de situações de discriminação. A resposta foi veementemente negativa:

E/ D: Aqui? Não.

J: Se bobear, tinha até mais...

D: Porque falavam que os brasileiros estavam roubando o trabalho do povo que tá aqui.

E: E ouvia: “Por que você não vai pra sua terra?”. Sempre ouvia isso... Agora da parte de ter melhoria... A gente nunca foi tratado diferente.

I: Então até hoje você sente..? Talvez por não ser mais funcionária... [como dito, Elaine e Derkian são donos de um restaurante]

E: Não, não... Não é isso, não é mais por não estar trabalhando pra outros, é que quando você trabalha pra um restaurante... Por exemplo, ali [aponta para o restaurante onde trabalharam e que se localiza na mesma rua onde foi realizado o encontro], quando a gente trabalhava ali, aquilo era moda, então sempre tinha gente nova, nova, nova... Então você vai ouvindo, as pessoas não vão te conhecer e você é empregado, você é capacho, você tem que fazer tudo aquilo que eles querem, então você não sente um respeito. Há exceções, mas você não sente um respeito de cliente, é diferente dali hoje, todo mundo te conhece, todo mundo fala com você...

I: Cria uma intimidade?

E: Exato. E outra, vai vendo que você já tá lá há tanto tempo que já começa a te respeitar, já começa a ver que você não é como aqueles que eles intitulam “não presta”, aí já começa a te tratar diferente, mas aí demora muito tempo pra você conquistar esse espaço, e antes disso você sofre muita coisa...

Assinalamos que este nosso questionamento – sobre se os participantes notaram uma melhoria da imagem do Brasil entre os anos de 2010 a 2015 – também foi influenciado pela entrevista a Cyntia de Paula realizada anteriormente, em que, conforme apresentaremos de forma mais detalhada adiante, a presidente da Casa do Brasil assinalou uma elevação da auto-estima da comunidade durante o período em que abundaram notícias sobre o desempenho económico e social positivo do Brasil. Todavia, como os participantes deste grupo explicitam, se nos jornais se exaltava este momento do país,

havia um “fascínio”, conforme caracterizado por Gisele (participante do primeiro grupo), e articulistas e amplas reportagens lamentavam a evasão da comunidade brasileira, os imigrantes que permaneceram sentiram uma hostilidade no dia-a-dia derivada da falta de emprego, que afetava tanto imigrantes, quanto portugueses.

Também observamos, conforme se explicita nessas últimas falas de Elaine, que para eles a atenuação de situações de preconceito e discriminação não esteve relacionada ao bom momento vivenciado pelo Brasil num passado recente, pelo interesse de muitos portugueses em emigrar para a antiga colônia, ou por notícias sobre o retorno de imigrantes, mas a específicas situações quotidianas em que, ao desenvolverem maior proximidade com alguns portugueses, conseguiram ultrapassar a barreira da desconfiança inicial. Neste sentido, o que se observa não é uma redução dos estereótipos, mas o seu esbatimento no relacionamento com indivíduos específicos, o que, portanto, não entra em contradição com o exposto pela participante anteriormente: “Eu acho que tá igual. Se eu for falar que algo mudou é porque a gente já acostumou... O comportamento deles não mudou, não melhorou...”.

Por fim, destacamos que na sequência desta discussão, ao serem mostradas reportagens que retratavam os imigrantes que necessitavam de auxílio financeiro para retornar ao Brasil, os participantes assumiram uma leitura em oposição ao enquadramento estabelecido nesses textos, chegando mesmo, com base na sua experiência quotidiana, a duvidar das informações noticiadas:

E Acho que era pra mostrar que o país está ajudando...

D: Isso é pessoa que finge que é pra não ter que gastar dinheiro pra ir embora...

E: Eu conheci...

I: Vocês acham que é isso?

D: Sim, eu conheci uma pessoa que fez isso...

E: Eu também conheci...

D: Declaram falência pro consulado só pra não ter que pagar passagem...

E: E foi, eu conheço, e vai querer voltar.

I: Mas, pelo que lemos, eles investigam bastante a situação da pessoa...

E: Eu sei, mas eu sei que conseguiram, e foram embora e não gastaram nada.

D: E não foi pra um só, foi pra quatro.

I: Só dos que você conheceu?

D: Não, é que era um casal com dois filhos. Posso dizer que foram cinco...

I: E vocês chegaram a ver notícias sobre isso nessa época?

E: Sim, que tinha brasileiro dormindo nos bancos... Agora, sinceramente, que eu vi... Aquela ali tá realmente precisando de ajuda... Nanão.

[...]

E: Sim, mas é o que eu falo... Já soube de algum brasileiro realmente passando necessidade, pedindo ajuda pra ir embora?

J: Não...

E: Também não.

Entrevista em dupla

Antes deste encontro, não tínhamos nenhuma informação sobre Mariana (a amiga de Lucinha), assim, o nosso primeiro questionamento foi sobre o ano da sua chegada a Portugal (2006), o que deu azo à amiga para lembrar que anos antes Mariana havia tentado entrar no país, porém fora barrada por funcionários do SEF no aeroporto de Lisboa. Ao buscarmos obter mais informações sobre esta experiência, a entrevistada disse o seguinte:

M: É tão comum [a deportação], você nem imagina... No dia que eles cismam, “mamãe mandou pegar essa daqui”, vai, e quando eles cismam... Porque há muita gente boa aqui em Portugal, mas também há muita gente mal disposta, de má vontade, discrimina muito o brasileiro, isso é horrível, as pessoas têm uma imagem que o brasileiro é bonzinho, chega lá um estrangeiro é tratado a pão de ló, não tô generalizando nem nada, mas 90% dos portugueses discriminam demais brasileiro. Brasileiro aqui é puta e acabou, principalmente mulher. Tem a parte rica, que agora até ficou em primeiro lugar, antigamente era angolano e chinês, agora é brasileiro que tá comprando casa, mas tem também aquela vergonha por causa do nosso país, do nosso presidente... É quem roubou... Muitos dos presidentes [de empresas?] que estão comprando, eles dizem, que 100% quase, como eu trabalho com muita gente influente, que mexe nesses meios, gente que mexe com dinheiro, que tem bolsas de aplicação, que mexe com o mercado imobiliário, então isso eles criticam muito... Tem muito brasileiro gente boa, mas quase 100% eles dizem, as mulheres são putas e o resto é quem rouba e vem aplicar aqui. Então isso é triste, nessa parte somos muito discriminados...

L: Então agora também tem isso, eu não tinha nem pensado... Quando a gente começou, o Brasil não tinha nem... O imigrante começou a mudar, né? Essa imagem, então entra essa história de Brasil agora, então, o que é? Que essas pessoas que estão vindo agora, esses ricos, poderosos, que tem dinheiro [são fugidos da corrupção]... Eu nem tinha pensado nisso.

Como se observa neste diálogo, Mariana percebe uma discriminação generalizada direcionada aos brasileiros e ainda que procure fazer a ressalva de que não quer generalizar, que há “gente boa aqui em Portugal”, acaba por sugerir justamente isto ao dizer que “90% dos portugueses discriminam demais brasileiro”. Todavia, o que consideramos mais interessante na sua fala é ela já indicar uma alteração da imagem do brasileiro pois, segundo o seu relato, com a vinda de muitos brasileiros endinheirados começou-se a associá-los a casos de corrupção no Brasil constantemente veiculados pelos media, promovendo assim a ideia de que aqueles que vêm para cá investir, têm dinheiro porque roubaram lá. Ou seja, longe de engendrar uma melhoria da imagem do brasileiro em Portugal, a alteração do perfil do imigrante propiciou, segundo Mariana, um processo de ancoragem em que a antiga representação social dos brasileiros como embusteiros e do Brasil como terra onde a roubalheira grassa foi utilizada e readaptada.

Ainda que indique ter esta percepção porque trabalha com pessoas ligadas ao mercado imobiliário, ou seja, a observa *in loco*, questionamos se tal imagem se encontra disseminada em Portugal, pois, ainda que ultrapasse os limites temporais desta investigação, observamos que desde 2015/ 2016 são muitos comuns reportagens que retratam a vinda deste perfil de brasileiros, conforme também destacado nos grupos e entrevistas, assim como também é constante a cobertura da política brasileira que, principalmente na atualidade, está muito relacionada com casos de corrupção.

Nos grupos de foco não se chegou a estabelecer esta relação de que os novos imigrantes, ou mesmo os turistas, são vistos como ligados à corrupção no Brasil, todavia, destacou-se o comportamento “arrogante” que chocava os portugueses. Conforme se observou no primeiro grupo:

TH: Eu li um artigo recentemente no *Público* da nova vaga de brasileiros que tem vindo pra cá agora e li também no *Expresso* a propósito disso, com depoimentos de gente que já está cá a viver e a fazer negócios... É uma minoria brasileira, não são os brasileiros ricos que tão vindo, há uma minoria de brasileiros que vivem sobretudo, entre Rio e São Paulo, são pessoas abastadas, que tem património riquíssimo e que vêm a Portugal e tem dinheiro para comprar as casas ricas, de luxo [...]

TA: Mas eu notei isso [...] Os clientes agora são outro nível. Eu, geralmente, não atendo muito brasileiro, não é meu público, eu atendo mais portugueses, mas ultimamente, tem vindo umas brasileiras muito assim, muito empinadas... [risos gerais]

[...]

G: Mas isso aí, já saiu artigo no jornal falando desse tipo, desse perfil de brasileiro que tá vindo agora... Porque a sociedade portuguesa nota a diferença de antes [...] E aqui há aquela questão do restaurante, muitas vezes é a família que atende, a senhora que cozinha, o marido que fica no caixa e um filho ou um sobrinho serve as mesas... São negócios familiares que no Brasil não estão acostumados com isso, então vêm com essa postura de snobismo, então as pessoas, com essa postura de arrogância... Pega mal.

Porém, ao direcionarmos a entrevista especificamente para a questão da representação mediática do Brasil e dos brasileiros, Mariana expôs uma ideia em que nos pareceu não estar a referir-se aos media mas, mais uma vez, a mobilizar percepções construídas com base na sua vivência quotidiana em Portugal:

M: É assim, eles valorizam o Brasil, eles fazem muito turismo, investem muito nessa coisa de levar o português pra lá, mas... Tipo assim, no íntimo, por debaixo do pano, eles simplesmente difamam, e quando nós imigrantes chegamos aqui, eu cheguei numa fase que eu fui trabalhar de doméstica, no Brasil eu não fazia isso, mas aqui eu fui trabalhar, eu me senti totalmente discriminada, eles acham que você está aqui morrendo de fome... Mas não é só nessa parte, pessoas que tem curso superior, que vêm de outros países também e penam igual a mim.

Quando expusemos algumas reportagens que retratavam a ida de portugueses para o Brasil no contexto da crise e questionámos se não notavam alguma alteração nas imagens do país e dos brasileiros, Mariana concordou, porém também expôs outras reflexões sobre o assunto que para nós foram uma surpresa:

M: Mudou. Quando aqui entrou em crise, foi na época que Portugal ficou em crise, 100% dos portugueses foram para o Brasil. Emigrou para outros países daqui e tal, mas 100% foi pro Brasil, e os brasileiros também foram embora... Aí nessa época, quem mandava, 100% dos funcionários pra mexer na restauração, doméstica... Era brasileiro. Tinha de outros países, mas quando começou essa crise, todo mundo foi embora e 100% era só brasileiro, a maioria dos portugueses emigrou pro Brasil, por que o Brasil tava no auge, né?

I: E isso não mudou a visão deles?

M: Pra alguns mudou...

L: Eu noto muito isso.

M: Melhorou... Depois dessa, que teve a crise tal, e agora o que detona a nossa imagem você sabe, né? Que tá no Brasil, tá no mundo inteiro, corrupção [as duas repetem juntas]. Mas aqui também há corrupção, o Sócrates é a mesma coisa também, o caso Sócrates que é um presidente, primeiro-ministro que foi preso... Então, mudou muito, melhorou

muito, antigamente era: “brasileiro, vai pra sua terra! Mulher é puta, vem roubar marido”. [...] Mas assim, aqui tem tanto brasileiro que eu não sei como é que passa na alfândega, não sei como vêm... Porque, sinceramente, não tem cultura, que se rebaixa, fala tão mal do Brasil, chega a denegrir a imagem...

I: Brasileiros que falam mal do Brasil?

M: Isso, brasileiros que falam mal do Brasil. Tipo, aquelas pessoas bem humildes, que vêm trabalhar, do Brasil, nada, é uma cultura mesmo zero, eu não sei como consegue vir e fala muito mal.[...]

Na primeira fala de Mariana, observamos que os “100%” que emprega três vezes corresponde a um lapso, pois a entrevistada também ressalva que houve portugueses que emigraram para outros países e que também havia trabalhadores em Portugal de outras nacionalidades; tal indica que o que se quis transmitir era que a maioria dos portugueses que emigraram foi para o Brasil, assim como a maioria dos imigrantes que permaneceram em Portugal era brasileiro. Como se nota, portanto, o discurso de Mariana parece seguir um padrão em que, a despeito da generalização efetuada ao citar percentagens tão altas como 90% e 100%, a entrevistada procura antecipar-se a uma provável refutação, ao indicar também o que, entretanto, se caracteriza no seu discurso como exceções.

Sobre a observação de que apenas restaram imigrantes brasileiros a trabalhar na restauração e afins no auge da crise, isso foi para nós uma surpresa, pois não ouvimos tal referência em nenhum dos encontros com imigrantes e de acordo com o que se lia nos jornais, a comunidade brasileira estava em processo de debandada. Já a respeito dos “100% dos portugueses” que foram para o Brasil, ainda que não se mostre explícito nesta fala, avaliamo-la como uma percepção orientada sobretudo pela cobertura jornalística em que, a considerar o que vimos no *Público* e no *Expresso*, a cobertura da emigração destinada ao Brasil foi privilegiada quando esta, de facto, apresentou números tímidos em comparação com destinos como França e o Reino Unido.

Porém, observamos mais uma vez que as reflexões da entrevistada orientam-se para o momento atual ao assinalar que, perante a situação de crise política vivenciada pelo Brasil praticamente desde as eleições presidenciais de 2014, a imagem do país e consequentemente da sua população foram afetadas, o que – pressupõe-se nessa fala – minimiza ou mesmo anula as alterações positivas verificadas durante a crise económica cá e o “auge” lá. A despeito disto, é interessante observar a reflexão posteriormente desenvolvida por Mariana, em que refere também haver casos de corrupção envolvendo

políticos em Portugal, com o que pretende implicitamente indicar que este não é um fenómeno tipicamente brasileiro. A entrevistada ainda aproveita a oportunidade proporcionada por este tópico para criticar conterrâneos que ajudam a reforçar essas imagens estereotipadas ao falarem mal do Brasil.

Ao abordarmos a polémica das “Mães de Bragança”, de modo similar ao que ocorrera no grupo de foco anterior, Mariana tece um comentário em que interpreta esta sensualidade conotada à mulher brasileira sobretudo a partir das características mais acentuadas da identidade cultural brasileira, porém diferentemente da reflexão de Elaine, Derkian e Joesmara, a entrevistada cita essas características a partir do seu viés negativo:

M: Sei, sei, sei... E lá [Bragança], até hoje as mulheres brasileiras são prostitutas, lá as mulheres vão pra tomar marido, é horrível... Mas realmente, 100% das brasileiras que vêm pra cá, a maioria é prostituição mesmo.

I: Não entendi... Você acha que a maioria das imigrantes que vem pra cá é prostituta ou a maioria das prostitutas é brasileira?

M: Não, também há as portuguesas, mas elas são discretas. O problema da mulher brasileira, e não só das prostitutas, é que elas falam demais, falam alto, e falam da vida dela pra todo mundo ouvir, porque quer chamar a atenção que ela é brasileira, ela é gostosa, que ela sabe fazer... Realmente, você ouve dentro dos comboios, nos autocarros isso das mulheres, mas antigamente, hoje não, hoje vem estudar... Já vinha antes, mas era mais quem tinha condição, essa classe mais... Mas a maioria era no sentido mesmo de prostituição, de arrumar marido rico... [...] No meu caso, eu não vim com esse intuito, eu vim pra trabalhar, nessa época falavam... Essa minha colega já tinha vindo, falavam que ganhava super bem, ela trabalhava com criança também.

Porém, observamos que nesta referência implícita aos traços marcantes da identidade cultural brasileira, também se estabelece uma diferenciação em relação às imigrantes brasileiras de origem socioeconómica mais elevada, indicando assim que esta generalização sobre o carácter da brasileira é indissociável desta dimensão socioeconómica, emergindo do discurso, portanto, como carácter da imigrante brasileira pobre, que vem trabalhar. Duas coisas a destacar deste período é que a entrevistada pontua que estas ocorrências de chamar atenção, falar alto nos transportes e afins aconteciam antigamente, porque hoje as brasileiras “vêm estudar”, indicando assim percepcionar o atual fluxo migratório como composto, sobretudo por estudantes. A segunda é que, embora sendo uma imigrante que também veio para trabalhar, Mariana quer escapar à

generalização que ela própria formula, ao afirmar que não emigrou com esse intuito (arranjar marido rico).

Como este foi um tema que acabou por permear boa parte da conversa – a de que agora emigram brasileiros endinheirados – e em entrevista anterior, a presidente da Casa do Brasil tinha comentado que a cobertura jornalística estava a focar apenas os imigrantes ricos e a silenciar sobre os muitos brasileiros que continuavam a vir com o intuito de trabalhar, questionámos Mariana e Lucinha se não sentiam um retorno, pós-crise económica, da imigração de cariz proletário, ao que elas responderam:

M: Não, agora tem muito imigrante de alta renda, que são esses que compram, os que estão em primeiro lugar nas imobiliárias são brasileiros, mas têm muitos brasileiros da época, doméstica, gente pobre, que voltou... Muito, muito, muito. O *Correio da Manhã* tá falando...

L: A Mariana tem uma amiga... Naquela época que se dizia que o Brasil tava bom, teve gente que pegou tudo aqui, casa..., deixou sua vida, entregou tudo e voltou pro Brasil, só que quando voltou pra cá, a realidade também já tava mudada, a especulação, né? O Airbnb, tudo isso...

Como observamos na fala de Mariana, a sua perceção acerca do atual fluxo migratório tem a ver, sobretudo, com os brasileiros endinheirados que chegam ao país, porém não está claro se tal perceção foi construída com base na cobertura mediática, nos contactos pessoais no seu ambiente de trabalho com portugueses que fazem negócios com estes brasileiros (conforme assinalou em momento anterior), ou em ambas as situações. Todavia, ao assinalar que também já se notava o retorno de muitos brasileiros que haviam deixado Portugal e voltado ao Brasil no auge da crise, a entrevistada refere ter esse conhecimento a partir da leitura do *Correio da Manhã*, citado por si nominalmente.

O *Correio da Manhã* é um jornal de perfil sensacionalista, definido pela própria entrevistada em outro momento como do tipo “se torcer, sai sangue”, metáfora justificada pelo facto do periódico privilegiar manchetes envolvendo ocorrências de crimes e afins. Neste sentido, o *Público* e o *Expresso*, por nós analisados e tidos como jornais de referência em Portugal, mostram-se bem distintos na sua cobertura. Tentando interpretar a referência de Mariana, podemos especular que enquanto outros órgãos de comunicação portugueses têm privilegiado a representação dos novos imigrantes brasileiros endinheirados, o *Correio da Manhã* em contrapartida, talvez por ser dirigido a um público

mais popular, tem dado uma maior atenção aos antigos imigrantes de origem proletária que estão a voltar a Portugal.

Como da primeira vez que questionámos sobre a percepção geral construída a partir da cobertura mediática sobre o Brasil e os brasileiros Lucinha não se pronunciou e Mariana desenvolveu uma resposta que nos pareceu não atender muito ao âmbito mediático, voltámos a fazer esta pergunta:

I: E a cobertura dos jornais aqui, vocês consideram muito negativa?

M: A *Record* como tem aqui, manda muito, tem alguma coisa, mas nada disso, não é como no Brasil. Agora uma coisa, do Brasil pra cá, tudo que é miséria do Brasil eles mostram, porque aqui até a miséria é por debaixo do pano...

I: Mas você acha que a imagem dos brasileiros que passa nos jornais ainda é muito estereotipada?

M: Não, não, isso no jornal não mostra muito. Às vezes, quando há alguma barbaridade, alguém foi assassinado, acontece alguma coisa, diz assim, a nacionalidade brasileira, ainda há muito isso... Mas é muito por debaixo do pano, o *Correio da Manhã* que ainda mostra mais alguma coisa.

Chama a atenção neste trecho o facto de Mariana citar o canal televisivo brasileiro *Record*, também referido por Derkian no grupo de foco anterior, o que pode sugerir uma tendência de os imigrantes brasileiros pautarem o seu consumo mediático a partir de meios do seu país de origem. Também assinalamos a reflexão da entrevistada de que há em Portugal uma cobertura excessiva de notícias negativas sobre o Brasil, enquanto assuntos semelhantes relacionados com Portugal são por cá – assim considera – deliberadamente ignorados. Porém, ao ser questionada de forma mais específica acerca dos estereótipos sobre os brasileiros, Mariana nega a sua existência, mencionando, todavia, que ainda continua a ser indicada a nacionalidade brasileira nas notícias, porém não ficou claro se esta indicação se refere apenas ao *Correio da Manhã*.

Neste sentido, podemos colocar a hipótese de que quando no grupo anterior Derkian, Joesmara e Elaine discordaram sobre ter havido uma redução na indicação da nacionalidade dos personagens no discurso das notícias, talvez eles se referissem a veículos como o *Correio da Manhã* e afins, não tão sensíveis às recomendações da ERC e aos princípios deontológicos do jornalismo. Como observamos na análise dos textos do *Público* e *Expresso*, no segundo período – pelo menos nas notícias que não tinham como

temática a prostituição – não se encontra referência à nacionalidade brasileira em notícias sobre crimes e afins.

Por fim, também procurámos verificar como as entrevistadas relacionavam essa cobertura por vezes estereotipada, de um lado, e a representação positiva dos artistas e dos produtos culturais brasileiros, de outro, a propósito do que Lucinha contou a seguinte história por si vivenciada recentemente:

L: As novelas brasileiras foram o que realmente colocou o Brasil aqui em Portugal. Na altura, todos os astros do Brasil vinham pra cá, eles são loucos por novelas. Um dia eu fui visitar a mãe de um amigo meu lá no Alentejo... Alentejo não, em Algarve, na estrada do Monchique, e ela depois do almoço: “cafezinho, cafezinho...”, “por que vocês aqui tomam tanto cafezinho?”, “por causa das novelas, a gente via que as pessoas chegavam na casa e todo mundo oferecia um cafezinho”.
[risos]

Considerações sobre os grupos e a entrevista

Estes encontros ocorreram em contextos distintos e com perfis de imigrantes diversificados, registamos, porém, um certo padrão de leitura das representações mediáticas do Brasil e dos brasileiros, a partir desses distintos perfis. Conforme explanado em secção anterior, identificou-se uma intertextualidade mais acentuada nas falas dos imigrantes de origem socioeconómica mais baixa, aqueles que têm poucos anos de educação formal e se inserem nos extratos mais baixos do mercado laboral português (como é o caso de Tânia, Elaine, Derkian, Joesmara e Mariana) – em que se mesclam discursos de perfil mais institucional com discursos típicos da esfera privada de circulação quotidiana. Porém, esta intertextualidade mais acentuada, ou a nossa dificuldade em distinguir uma reflexão crítica sobre as representações dos brasileiros nos jornais duma reflexão crítica sobre as representações sociais dos brasileiros que circulam na sociedade portuguesa, indica algo mais profundo que é a relutância destes imigrantes reconhecerem uma evolução positiva das representações do Brasil e dos brasileiros.

No primeiro grupo, por exemplo, enquanto Lúcia assinala ter notado uma melhoria nas representações mediáticas dos brasileiros nos últimos anos, Tânia discorda desta avaliação, citando como argumentos a favor da sua visão casos recentes de discriminação ocorridos com a própria, o que, aparentemente, não se relaciona com alguma reflexão estabelecida pela participante sobre reportagens em que o Brasil e os brasileiros apareceram em destaque. Neste sentido, convém referir que a única notícia citada espontaneamente por Tânia – acerca dos surtos de legionella e sarampo – remete a um

contexto em que se sentiu ofendida por uma colega de trabalho portuguesa, quando expôs uma avaliação positiva sobre a situação da medicina preventiva do Brasil, em comparação com Portugal.

No segundo grupo, ao questionarmos também se os participantes não observaram alguma mudança no tratamento e nas percepções dos portugueses acerca do Brasil e dos brasileiros quando, no auge da crise, foram comuns notícias retratando o apogeu económico e social brasileiro, a partida de emigrantes portugueses para a ex-colónia e o retorno de imigrantes brasileiros, todos foram categóricos em dizer que não. Foi referido, inclusive, um contexto mais delicado, pois com o intensificar da crise e do desemprego, os imigrantes ter-se-iam tornado alvo de hostilidades de muitos portugueses.

A reflexão de Mariana seque também uma orientação similar, sublinhando em todo o seu discurso que a maioria dos portugueses discrimina muito os brasileiros e tem uma avaliação negativa do Brasil. Porém, ao ser desafiada a refletir sobre as representações mediáticas mais recentes, a entrevistada expôs uma informação nova, ao assinalar que o atual movimento de brasileiros endinheirados, que investem em imóveis e que tem sido bastante referido pelos media, tem sido lido pelos portugueses em associação com as recorrentes notícias de corrupção do Brasil, levando-os a interpretar tal movimento como formado essencialmente por corruptos. Como se observa, portanto, permanece por parte dessa imigrante, assim como observamos nos imigrantes de perfil socioeconómico similar, uma apreciação negativa acerca das representações sociais do Brasil e dos brasileiros que circulam na sociedade portuguesa, o que limita em última instância qualquer ponderação por parte deles de uma evolução positiva das representações mediáticas, sobretudo quando relacionadas com as temáticas mais abordadas no auge da crise (emigração para o Brasil, retorno de imigrantes, etc.).

Ao ser questionada também neste sentido, Cyntia de Paula apresentou uma explicação para o facto de a comunidade brasileira não ter notado uma melhoria no tratamento nos anos mais recentes:

C: É assim, os processos psicossociais na cabeça das pessoas não acontecem da noite pro dia, até porque se as pessoas não estão tão inseridas no seu dia-a-dia, não é só a comunicação social que irá influenciar... Quantos brasileiros e brasileiras a gente vê no dia-a-dia nas universidades, fora do espaço público, é muito menos do que a gente vê nos cafés e nas lojas, se formos pensar, na visão geral...

No entanto, ao prosseguirmos nesta reflexão sobre a presença pública dos imigrantes brasileiros ser mais notória no comércio, o que indicaria o baixo *status* social destes indivíduos e engendraria processos de discriminação relativamente à comunidade, a presidente voltou a referir-se à ideia disseminada, sobretudo pelos media, de que na atualidade só estão a vir brasileiros ricos, o que de certa forma, contradiz o anteriormente assinalado pela própria:

C: [...] Agora a população mais envelhecida, ainda acho que mantém muito ainda a visão dos brasileiros que vêm para trabalhar, ainda não tem tanto essa noção dos estudantes, e agora é rico, né? Na cabeça... Porque é o que a televisão passa, a televisão não foca por exemplo, o tanto de gente que vem todos os dias para trabalhar, que não tem, não é dona de um visto gold, é interessante...

Pensamos assim que, paulatinamente, tem vindo a mudar a imagem do imigrante brasileiro: se na década de 1980 eram, sobretudo, os dentistas e os trabalhadores liberais em geral, o início do séc. XXI sedimentou a imagem do imigrante proletarizado, de baixas qualificações, o que, desde meados dos anos 2010 tem novamente vindo a mudar com os estudantes do ensino superior e os investidores. A nível de cobertura mediática, todavia, permanecem na sociedade portuguesa as representações sociais hegemónicas do Brasil e dos brasileiros. Como vimos na análise do discurso das notícias, se os tópicos relativamente ao país e ao seu povo se alteraram no segundo período de análise ao privilegiarem sobretudo, notícias sobre o desempenho positivo da economia brasileira, contrastante com a situação portuguesa, e a consequente retomada do movimento emigratório para o país e o retorno dos seus imigrantes, a forma de enquadrar estes fenómenos continuou a privilegiar, sub-repticiamente ao discurso, a ênfase nas tradicionais imagens do Brasil como terra selvagem, porém preta de promessas para os portugueses desbravadores, dos brasileiros como inerentemente simpáticos, das mulheres brasileiras como dotadas de uma sensualidade inata...

Neste sentido, ainda que se possam identificar mudanças positivas, conforme assinalado pela participante Lúcia (de facto, não encontramos mais notícias sobre crimes em que seja referida a nacionalidade brasileira dos participantes e as reportagens sobre prostituição e tráfico de pessoas adotaram, também, um tom menos sensacionalista no segundo período de análise), a persistência desse imaginário secular sobre o Brasil e os brasileiros, de natureza colonial, a influenciar o enquadramento mesmo de factos recentes dificulta que estas representações sociais hegemónicas sejam repensadas pelos

portugueses. Assim, hoje pode ter-se a impressão de que só estão a chegar brasileiros ricos, porém, tal fenómeno não deixa de ser lido em referência ao estereótipo da malandragem, pois estes imigrantes endinheirados seriam, e só podem ser, os corruptos...

Entrevista a Cyntia de Paula

Psicóloga de formação e desde 2012 a trabalhar na Casa do Brasil de Lisboa (foi eleita presidente em 2016), Cyntia de Paula está em Portugal desde 2009, para onde veio fazer um mestrado, portanto, um ano além do limite temporal por nós estabelecido para a seleção de imigrantes nesta etapa da investigação. Todavia, desde início pensámos em entrevistar algum porta-voz da Casa do Brasil devido à importância desta associação desde a sua fundação, ainda na década de 1990⁸⁷.

Lembramos, por exemplo, que em diversas reportagens que tratámos nos dois períodos de análise, representantes da associação emergiram do discurso como porta-vozes da comunidade brasileira, o que a configura, ao menos para a opinião pública portuguesa, como a principal representante dos imigrantes brasileiros em Portugal. Não por acaso, foi a associação que conduziu em 2003, sob o apoio do Alto Comissariado para Migrações e Minorias Étnicas – ACIME, o estudo de caracterização d’ *A ‘2ª vaga’ de imigração brasileira para Portugal (1998-2003)*.

Portanto, independentemente do facto de a entrevistada estar por um ano fora do limite temporal estabelecido, julgamos de suma importância esta conversa com a presidente da Casa do Brasil para compreender como, ao longo da sua trajetória, a associação foi tomando posição sobre as representações mediáticas do Brasil e dos brasileiros em Portugal. Assim, a nossa primeira pergunta foi direta a esta questão, a que a entrevistada respondeu:

C: Não peguei a parte mais crítica, até porque, quando eu comecei a trabalhar com a migração, que foi 2012, já havia alguma regulamentação por parte da ERC, de alguns reguladores da comunicação social, então eu sei mais por estudos, apesar de ainda achar que tem muita coisa na comunicação que pende pro torto. Eu

⁸⁷ Segundo Feldman-Bianco (2001): “Liderança de proa na defesa dos direitos dos imigrantes, a Casa do Brasil de Lisboa foi formada em 1992 por brasileiros, portugueses que tinham vivido no Brasil e seus descendentes luso-brasileiros, alguns dos quais eram antigos políticos exilados com redes transnacionais influentes.” (p. 19). Atualmente, a CBL está registada junto ao Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI e tem assento no Conselho Consultivo para os Assuntos de Imigração da Presidência do Conselho de Ministros – COCAI, configurando-se, portanto, como interlocutora do Estado português em temas relativos à imigração. (Gomes, 2018, p. 416).

venho numa época em que ainda há alguma regulação da informação, não como deve ser, mas já há, porque era horrível antes.

I: Mas por parte da Casa do Brasil, há essa perspetiva de que houve alguma evolução na comunicação social?

C: Sim, com certeza. Primeiro porque é visível, antes se houvesse um assalto, por exemplo, poderia haver 30 assaltos em Portugal no mês, se houvesse um com brasileiro era: “brasileiro assalta...”. Hoje não podem falar “brasileiro”, tem que dizer “cidadão, imigrante, estrangeiro...”.

Foi durante esta entrevista, ocorrida anteriormente aos grupos de foco, que soubemos pela presidente sobre as recomendações da ERC, todavia, como estranhámos a informação de que atualmente é proibido expor nas notícias a nacionalidade dos personagens, mostrámos a Cyntia de Paula a reportagem de 2013 do *Público* sobre a prostituição na Quinta do Grilo, em Viseu, em que no subtítulo, conforme exposto em capítulo anterior, as mulheres que se prostituíam nos apartamentos dos bairros são referenciadas simplesmente como “as brasileiras”.

C: Eu acho que é depois de 2013 [a recomendação da ERC]... Mas você pesquisou qual foi a repercussão nas associações sobre esta notícia?

I: Não houve repercussão... Você não chegou a ouvir sobre esse caso, né?

C: Não... Mas eu fiquei curiosa porque agora, em 2012, 2013, minto, quando o Marinho Pinto, o bastonário da Ordem dos Advogados, disse em rede nacional que o que o Brasil mais exporta para Portugal são prostitutas e travestis, foi feito um manifesto. As associações de mulheres e as associações de imigrantes, fizemos um manifesto, mandamos para a comunicação social, houve mesmo e ele teve que se retratar.

Este caso evocado pela nossa entrevistada diz respeito à seguinte declaração de Marinho Pinto durante o programa “Justiça Cega”, da RTP1: “uma das coisas que o Brasil mais tem exportado para Portugal são prostitutas”⁸⁸. Após intensas manifestações de brasileiros nas redes sociais, algumas associações emitiram a seguinte nota de repúdio:

A Casa do Brasil de Lisboa (CBL), a ALCC – Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania, a Associação ComuniDária e a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta vêm reafirmar o seu repúdio para com todas as formas de estigmatização da mulher brasileira. Consideramos lamentáveis e perigosas as declarações do Sr. Bastonário da Ordem dos Advogados no programa Justiça Cega, do Canal RTP Informação,

⁸⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SPnKONSkJes>

emitido no passado dia 31 de outubro do presente ano, pois fomentam o preconceito e o desrespeito para com a mulher brasileira e, em particular, as mulheres brasileiras residentes em Portugal. A infeliz perpetuação desta imagem redutora e hipersexualizada da mulher brasileira, através de pessoas que ocupam cargos de responsabilidade, como o Dr. Marinho Pinto, tem implicações graves para a vida de cada uma das brasileiras vivendo em Portugal. [...] (citado por Gomes, 2013, p. 118)

Como lemos na nota, o caso data de 2012, apenas um ano antes da reportagem sobre a Quinta do Grilo. Neste sentido, pensamos que a não reverberação desta em comparação à movimentação da sociedade civil após a declaração do bastonário tenha a ver com o facto de que, ao ser emitida em direto pela rede nacional de televisão, o seu conteúdo alcançou muito mais pessoas; além disso, lembramos que relativamente ao caso da Quinta do Grilo, conforme Correia (2014) demonstra, conteúdos de outros veículos adotaram um enquadramento distinto ao do *Público*, sem realçar a nacionalidade das mulheres que se prostituíam no bairro. A considerar, pois, estes dois casos e o material jornalístico por nós analisado em que, sobretudo nas reportagens sobre a temática da prostituição e tráfico de pessoas, ainda se observa em anos recentes a indicação do território de origem dos personagens, julgamos que na atualidade este dispositivo de discriminação e estereotipia a partir de uma excessiva lexicalização continua presente no jornalismo português, porém subtilmente e de uma forma mais diluída.

Relativamente à representação mediática atual, que ao privilegiar um certo perfil de imigrante brasileiro sedimenta a ideia de que o fluxo é composto apenas por pessoas de nível socioeconómico mais elevado (que a nossa entrevistada assinala várias vezes, ao longo da entrevista, como sendo uma falácia), Cyntia de Paula não deixa de ver nela um lado positivo:

C: [...] Uma capa do *Sábado* mostra uma família margarina, Doriana [marca de margarina], brasileiros, um pai com uma prancha de surf, a mulher, uma tia assim... Os novos brasileiros em Cascais, “ah, a gente veio pra Cascais porque a gente pode levantar e correr na praia...”. Tipo, uma vivenda gigantesca, completamente tendenciosa... É claro que existem pessoas assim, mas não é a grande população, por outro lado, pensando também no efeito positivo pra Portugal, dessa veiculação pra essa população maior... Não estou me referindo às políticas públicas, mas para a consciência das pessoas, também pode ter seu lado positivo, por mostrar que há vários níveis, nem todo mundo que migra está morrendo de fome, como as pessoas acham [...]

Neste trecho a nossa interlocutora refere-se ao Grupo Acolhida, pensado e dinamizado pela própria, desde 2012, como um espaço semanal na Casa do Brasil de

acolhimento tanto para novos imigrantes (alguns chegados há poucos dias a Portugal, como presenciámos numa das sessões), quanto para aqueles que já estão no país há mais tempo. Neste encontro de duas horas, os imigrantes tiram dúvidas, relatam as suas dificuldades na procura de emprego, casa e afins, contam situações de preconceito e discriminação vivenciadas, e também discutem as representações mediáticas. Ao questionarmos sobre o impacto no grupo (lembramos que o Acolhida não tem membros fixos e a participação é voluntária) das reportagens sobre o desempenho económico e social do Brasil durante a crise aqui em Portugal e o movimento emigratório português para o Brasil, Cyntia de Paula desenvolve a seguinte reflexão:

C: Sabe o que eu sentia? E não só no Acolhida, mas nesse momento, eu sinto que a imigração brasileira viveu uma fase de muito orgulho de ser brasileiro, porque em Portugal falavam, “até que enfim nós éramos alguma coisa”. Foi muito interessante esse período e você sentia um certo orgulho em ser brasileiro, até porque a imigração portuguesa era um fluxo contrário, os portugueses queriam ir pro Brasil, que lá que tava bom, e havia mesmo um orgulho de ver o Brasil saindo da pindaíba, tipo a economia crescer, os empregos, os programas [...] Mas o que as pessoas falavam mais no grupo nessa época, pronto, há assuntos transversais no grupo, que desde 2012 são os mesmos: a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a saudade, o preconceito. São temas assim, unânimes. A dificuldade em fazer amizades, mesmo em tempos piores ou melhores, isso é sempre com portugueses, ou seja, acabam que as pessoas ficam dentro dos seus guetos, né? Sempre... Brasileiros convivem com brasileiros, aí fura de vez em quando um português que é mais antenado, e aí sempre... E nessa época eu sentia nos atendimentos, no próprio Grupo Acolhida e nos outros inúmeros projetos, desde a cultura até a intervenção social, muito orgulho, era muito engraçado isso, as pessoas falarem do Brasil com um certo gosto, tipo: “olha, até que enfim não é só visto...”, não! Até porque nessa época a imigração dos brasileiros que vinham era isso, vinham para estudar, trazia dinheiro pro país, né? Não vinha tanto para trabalhar, apesar de também vir, não deixou de vir gente nessa época para trabalhar.

Numa primeira leitura desta fala, podemos considerá-la como indo na contramão do exposto no segundo grupo de foco, de que, ao contrário, nessa época o preconceito se acentuou, todavia, ao analisá-la mais atentamente, observamos que não contradiz as percepções de Elaine, Derkian e Joesmara. Pois a entrevistada ressalva que, apesar do orgulho percecioneado na comunidade, há assuntos que são transversais no Grupo desde 2012: o preconceito, a dificuldade em conseguir trabalho também fruto desse preconceito... Também assinalamos a referência feita aos estudantes, bolsiros do governo brasileiro, que frequentaram o Grupo nessa época, o que, a considerar a forma

como emigraram, era natural que apresentassem uma auto-estima mais elevada em relação à sua nacionalidade e país de origem.

Neste sentido, o final da fala da presidente parece-nos contraditório ao anteriormente destacado sobre os processos psicossociais ocorrerem de forma mais lenta, quando questionada se a comunidade sentira alguma atenuação do preconceito em consequência destas notícias. Tal sugere mais uma vez, considerando também a informação recolhida nos grupos e entrevista, que este sentimento de orgulho pelo bom momento vivenciado pelo Brasil foi mais notório entre os imigrantes que já gozavam de melhores condições sociais e económicas em Portugal.

Por fim, destacamos a reflexão de Cyntia de Paula quando a conversa derivou para a sensualidade conotada com a figura da brasileira, em que mostrámos alguns textos, de diferentes anos, que mesmo não estando relacionados com tópicos da prostituição e tráfico de pessoas, identificavam na caracterização de personagens brasileiras a presença destes estereótipos:

C: Mas sabe também uma coisa que a gente tem que pensar muito? Quantas mulheres ocupam cargos de liderança nisso? Quantas mulheres são editoras, chefes de gabinete e são cabeças? Quantas mulheres migrantes estão envolvidas no processo de construção das notícias? A representatividade também é extremamente importante para a desconstrução dos estereótipos, porque a gente pode sensibilizar o quanto a gente quiser, se as pessoas, intervenientes também não forem cota parte do processo, as pessoas são pessoas, um jornal não se escreve sozinho, se escreve por pessoas que carregam os seus estereótipos e os seus preconceitos, que acham até engraçado falar que as brasileiras são simpáticas e bonitas, não, não é engraçado. [...]

Entrevista a Jair Rattner

Desde 1986 a residir em Portugal, o jornalista Jair Rattner, considerando o ano de chegada ao país e o seu nível de escolaridade, poderia facilmente corresponder ao perfil do imigrante da primeira vaga. Todavia, conforme explicou no início da entrevista, diferentemente do grosso desta vaga, o então jovem de 26 anos não emigrou por motivos laborais, mas simplesmente porque soube por acaso (por um colega), quando trabalhava como correspondente na Coreia do Sul, da possibilidade de vir a fazer mestrado em Portugal. Interessou-se pela ideia e matriculou-se no mestrado em Literatura, para se manter começou a trabalhar como correspondente do jornal *Folha de S. Paulo*. Algum

tempo depois, conheceu a atual esposa e acabou por ficar no país, atuando como repórter tanto para órgãos brasileiros, quanto portugueses.

Ao lhe apresentarmos esta nossa percepção – de que ele não corresponde ao perfil típico do imigrante da primeira vaga –, Jair Rattner fez o seguinte comentário:

J: Eu cheguei antes deles...

I: Quero dizer que você não veio para trabalhar, já tinha uma trajetória internacional...

J: Exato. Eu vim antes, porque a leva começa no meu segundo ano aqui, começa em 1987. Eu nesse segundo ano, já que não tinha bolsa, comecei a trabalhar pra *Folha de S. Paulo* como correspondente freelancer. E eu acompanhei o começo dessa leva, quando surge... Vieram alguns, por acaso os dentistas, e aparece uma matéria na *Veja* [revista brasileira], se não me engano, dizendo de dentistas ganhando 10 mil dólares por mês aqui e a partir disso começa a vir gente atrás... Então dá pra identificar nessa matéria o começo...

I: Foi o disparador?

J: Antes da eleição do Collor [ex-presidente brasileiro] houve uma crise enorme no Brasil, então ir pra um lugar em que não precisa falar uma língua diferente, apesar que há a ideia dos códigos serem os mesmos e não é, é um erro, não usa a mesma forma de tratamento...

Pelas suas falas, não é claro o quanto do seu entendimento acerca da primeira vaga corresponde ao que lera na imprensa brasileira (a polémica dos dentistas, por exemplo, por envolver a diplomacia dos dois países, acabou por reverberar em veículos brasileiros), na imprensa portuguesa ou ao seu contacto com imigrantes brasileiros em Portugal. No entanto, conforme expõe claramente, muito desta compreensão advém do facto de ter escrito sobre o assunto para o órgão de comunicação para que trabalhava, portanto, não é possível dissociar no seu discurso uma ação reflexiva enquanto membro de um público, de uma reflexão enquanto produtor de notícias.

Porém, como durante a polémica dos dentistas ainda não trabalhava para órgãos de comunicação portugueses, pudemos instigar mais o entrevistado acerca da sua visão sobre essa cobertura. Ainda que o caso dos dentistas transcenda os nossos limites temporais, julgamos interessante no decorrer do encontro encaminhar a conversa neste sentido, como forma de estimular a reflexão do entrevistado acerca de produtos mediáticos não enquanto somente jornalista, mas sobretudo como imigrante brasileiro em Portugal.

J: [...] O problema dos dentistas começou, pelo que soube, numa clínica onde tinha 2 cadeiras, uma com um brasileiro e outra com um português, e o português estava sem ninguém e o brasileiro tinha fila... Então começou: “Temos que acabar, temos que fechar o mercado”.

I: E isso se refletiu na imprensa?

J: No dia-a-dia.

I: Me refiro à imprensa...

J: Exato... Dizendo que a formação dos brasileiros não era tão boa quanto a dos portugueses...

I: Você caracteriza como uma cobertura preconceituosa?

J: Sim, não, talvez... Quer dizer, quem falava isso eram os profissionais e a imprensa aceitou isso de forma acrítica... Era uma forma de assumir o preconceito.

Como se observa nesta fala, o nosso entrevistado é relutante em classificar a cobertura sobre os dentistas como preconceituosa, vindo a desenvolver uma avaliação ao longo da sua exposição, ao dizer que a imprensa portuguesa reproduziu os argumentos da ordem dos médicos de forma acrítica, o que, portanto (esta conjunção de conclusão não está presente na citação, mas poderia, sem quebra de compreensão, ser ali inserida), se configurava como uma forma de preconceito. Neste sentido, analisamos criticamente o discurso dessa fala como indicativo de uma ideologia profissional⁸⁹, que o entrevistado assume ao não avaliar de modo negativo a cobertura em questão – a partir da sua identidade social como jornalista e não como imigrante brasileiro.

A partir deste enfoque, no início da entrevista, sobre a representação mediática da primeira vaga, passamos à questão seguinte, relacionada com a cobertura da segunda vaga:

I: Nas notícias que começaram a se tornar mais frequentes a partir de 2000 sobre esta imigração brasileira mais pobre, notou alguma mudança de representação?

⁸⁹ Relacionada, pois, com critérios de pertença grupal e com representações sociais partilhadas por membros de um grupo. Assim, identificamos a existência de uma ideologia do jornalismo, cujos princípios de facticidade e imparcialidade, por exemplo, ao serem constantemente proclamados por veículos e repórteres como princípios basilares da atividade que exercem, não deixam de corresponder a uma representação social hegemónica do campo, a qual, no entanto, nem sempre se sustenta. Como referem Zhongdang Pan e Gerald Kosicki: “Uma importante indicação do profissionalismo de jornalistas é a utilização de vários dispositivos para maximizar a sobrevivência de suas observações ou interpretações como factos [...]. Ao agirem assim, eles indiretamente concordam com a proposição de que não há uma clara distinção entre factualidade e persuasão.” (1993, p. 62).

J: Houve. Na imprensa portuguesa houve durante um período a caracterização do brasileiro como bandido e da brasileira como prostituta. Era muito claro isso, e isso refletia-se no ambiente social.

I: Mas você sentiu que foi algo que se intensificou nessa época ou já se notava antes?

J: Na época que eu cheguei, primeira leva, havia 3 reações dos portugueses em relação aos brasileiros. Reações típicas, e na época eu classificava de reações sociais. Havia a camada mais pobre da sociedade portuguesa que dizia: “Ah, você é brasileiro? De São Paulo? Eu tenho um primo meu que tem uma padaria no Ipiranga [bairro paulistano], o nome dele é Manuel, você conhece?”, como se São Paulo fosse uma aldeia [risos]. Mas gostavam de brasileiros, eram muito próximos ainda da vaga de emigração portuguesa para o Brasil, da década de 1960. Quer dizer, a emigração da década de 1960/ 70. [...]

Como observamos neste diálogo, Jair Rattner, tal como os imigrantes que participaram dos grupos e entrevistas, tem a percepção de que o brasileiro era representado na imprensa como bandido e a brasileira como prostituta, o que nos leva, portanto, a concluir que esta é a compreensão hegemônica que os brasileiros têm acerca dos estereótipos de que são vítimas em Portugal. Conforme referimos em capítulo anterior, identificamos de forma mais acentuada no discurso das notícias o estereótipo da brasileira como prostituta, por sua vez, também alimentado pela secular imagem da mulher brasileira como portadora de uma sensualidade inata. O estereótipo do brasileiro como bandido/ladrão, apesar de evidente em algumas reportagens de crimes sobre as quais nos debruçamos, não foi tão notório.

Apesar de não ser este o enfoque da pesquisa, retivemos a percepção durante o processo de seleção de textos nos jornais, que esta associação com a criminalidade incidia mais sobre imigrantes de origem africana e afrodescendentes. Neste sentido, mais uma vez, reforçou-se a hipótese de que tal estereótipo ganhou força com a grande repercussão do assalto ao banco BES, também citado por Jair Rattner:

J: [...] Houve o caso de um assalto a uma agência do BES em que um atirador da força policial abateu e foi dado nos jornais *boom*: “Brasileiros assaltam...”. Sempre que um português cometia um crime era “um crime aconteceu”, quando era brasileiro a palavra “brasileiro” sempre aparecia como indicação, até houve uma indicação, uma decisão da ERC no sentido de não se identificar a nacionalidade do criminoso.

Voltando às falas anteriores, observamos que no início o jornalista expõe a ideia, em consonância com a avaliação inscrita na pergunta formulada, de que de facto no auge na segunda vaga se observou um padrão de representação jornalística do imigrante

brasileiro em que a mulher era prostituta e o homem bandido, com reflexos no ambiente social. Porém, para exemplificar esta influência, o entrevistado não cita um caso de discriminação vivenciado por si, mas refere-se a uma história que lhe foi contada. Neste sentido, assinalamos que mais no final da entrevista, ao ser questionado se já havia sido vítima de algum tipo de discriminação devido à sua nacionalidade, o jornalista minimiza essas ocorrências, expondo a seguinte justificativa: “Sim, alguma coisa... Bom, primeiro que eu não sou fisicamente um brasileiro típico, né... Sou muito branquinho para ver de longe que sou brasileiro...”. Nesta frase não fica claro se a imagem do brasileiro típico citada pelo entrevistado se refere a algo que ele identifica como disseminado na sociedade portuguesa ou a uma avaliação própria, desconsiderando assim não ser possível falar de um “brasileiro típico”, já que o país comporta uma grande variedade de fenótipos.

No entanto, também observamos que ao ser questionado, na sequência da sua própria resposta, se estas representações já se notavam antes e apenas se acentuaram em meados dos anos 2000, ou se se apresentavam como fenómenos novos, o jornalista aparentemente põe de lado uma reflexão acerca dos produtos mediáticos e começa a discorrer sobre as distintas reações que observava nos portugueses relativamente aos brasileiros quando chegou ao país. Como se nota na sua fala, estas eram reações um tanto simpáticas em relação ao Brasil e ao seu povo, porém, conforme prossegue na sua exposição, cita uma terceira reação em que, devido à competição no mercado laboral com profissionais liberais brasileiros, os portugueses começaram a adotar um discurso de cariz xenófobo.

J: [...] Bom, e depois havia o que eu chamo de uma camada mediana que, com a vinda dos brasileiros já da primeira imigração, se sentiam ameaçados, por exemplo os dentistas, os informáticos, os publicitários [...]

Esta avaliação de Jair Rattner apresenta-se em consonância com o discorrido por Feldman-Bianco (2001), ao assinalar que com a competição laboral nos anos 1980, os portugueses retomaram e reatualizaram estereótipos racistas e de género sobre os brasileiros, no sentido de enfatizar a sua natureza “não-civilizada”, que naturalmente só podia ser branca e europeia... Neste sentido, podemos colocar a hipótese de que, se as representações sociais do Brasil e dos brasileiros têm uma origem que remonta ao período colonial e à racionalidade eurocêntrica com que os impérios procuraram caracterizar os povos colonizados, a virulência que estas adquiriram na sociedade portuguesa entre finais

do séc. XX e início do XXI, ao emergirem como estereótipos bastante negativos e dando azo a inúmeros contextos discriminatórios, tem a ver inequivocamente com a presença de brasileiros a trabalharem em Portugal e o seu domínio de certos nichos (odontologia, publicidade, comércio sexual...).

Por fim, destacamos o trecho em que questionámos Jair Rattner sobre a cobertura dos imigrantes que estavam retornando ao Brasil, já no contexto de crise económica:

I: No segundo período de análise deu-se muita atenção aos brasileiros que estavam voltando...

J: também fiz sobre isso...

I: Você tem alguma hipótese para o interesse jornalístico por essa comunidade que estava indo embora?

J: Bom, primeira coisa é que a pauta do momento era a crise portuguesa e foi primeiro... No momento em que... Se falou muito de brasileiros quando estavam vindo, então na crise tinha a pergunta: “o que acontece agora com os brasileiros?”. Os brasileiros começaram a ir embora, a procurar outros países europeus porque Portugal não estava em condições, foram pra Inglaterra... Muitos voltaram, coisa assim... E muitos não se adaptaram ao Brasil, então mesmo na época da crise voltaram pra cá porque não conseguiam mais se adaptar ao Brasil...

O jornalista afirma ter atuado para órgãos de comunicação portugueses na cobertura do contingente migratório que estava retornando ou remigrando para outros destinos e, como sujeito profundamente implicado no processo de produção noticiosa, o entrevistado reflete sobre esse interesse como um reflexo natural, considerando que os brasileiros representavam a maior comunidade estrangeira e que, nos anos anteriores, tinha havido muitas reportagens acerca desse fluxo migratório. Neste sentido, é interessante observar que segundo a percepção do entrevistado a partir de “dentro” dos jornais, ele identifica, associado ao contexto da crise e às inúmeras problemáticas que a ela se ligam (desemprego, emigração, pobreza, etc.), a emergência também nas redações da seguinte questão: “o que acontece agora com os brasileiros?”. Pergunta também indissociável, podemos conjecturar, do apogeu económico e social vivido pelo Brasil no mesmo período, o que poderia levar a um segundo questionamento: “esses imigrantes vão permanecer no país nessas condições enquanto lá está melhor?”.

Entrevista a Maria Magdala

Um dos três fundadores da ComuniDária em 2008, Maria Magdala, com formação em marketing, chegou a Portugal um ano antes acompanhada do então marido – também

um dos fundadores – e de um filho menor de idade. Conhecemo-la num debate promovido em março de 2018, pela Casa do Brasil sobre o tema “a mulher brasileira em Portugal”, em que foi uma das oradoras. O interesse em tê-la como participante nesta fase da investigação deve-se tanto à sua identidade social enquanto imigrante brasileira, quanto à sua posição como líder associativa no âmbito da questão migratória, com uma profunda reflexão – conforme expôs no debate – sobre a imagem da mulher brasileira em Portugal.

Sobre a ComuniDária, a apresentação no site da associação diz o seguinte:

*A comuniDária foi fundada como uma resposta para apoiar e empoderar, através da educação para a cidadania e atividades culturais, todas as mulheres e meninas; migrantes e minorias étnicas que se encontrem em situação de risco, exploração laboral, violência machista e discriminações.*⁹⁰

Ao navegarmos no site e no perfil no Facebook da associação, observamos uma ênfase na questão do trabalho doméstico e da prostituição. Segundo Mariana Selister Gomes (2013), e conforme Maria Magdala nos explicou, a ComuniDária é a única associação migrante em Portugal que privilegia uma perspetiva de género e a sua ação não é apenas dirigida à comunidade brasileira. No início do encontro, após explicarmos o tema da investigação e o nosso interesse na sua entrevista, a líder afirmou o seguinte:

M: [...] Mas eu só queria esclarecer que quando você me coloca a especialidade da ComuniDária como o trabalho doméstico, de facto este foi o trabalho de mais visibilidade, mas a ComuniDária sempre trabalhou focada nas migrantes, principalmente nas mulheres migrantes periféricas... Periféricas no sentido de que vêm dos países periféricos e no caso da ComuniDária o foco é no Brasil e em alguns países africanos. Em alguns momentos da nossa história, chegamos a atender grupo de nepalesas e nigerianas, quer dizer, sempre foi as migrações, as mulheres migrantes e essas situações vulneráveis, não é? Que nós mulheres, eu me incluo nesse meio, encontramos, mas este trabalho doméstico foi resultado deste trabalho, foi um projeto em resposta ao trabalho com essas mulheres migrantes de países periféricos.

Quanto à questão do trabalho sexual, ou prostituição, como preferiam chamar... Porque a ComuniDária não está entrando na discussão, sabe Ester? Da palavra “trabalho sexual”, “prostituição”, nós usamos as duas palavras. Quem quiser “trabalho sexual”, fica com ela, quem não aceita a nomenclatura, usa “prostituição”, essa é a visão da ComuniDária. Dizer o que preferimos... Essa questão dos direitos humanos tem entrado no setor da prostituição, mas nós não entramos, só entramos visivelmente com o lançamento da petição...

⁹⁰ Informação disponível em: <http://www.comunidaria.org/oquefazemos/>

A petição citada pela entrevistada diz respeito a um documento enviado à Assembleia da República, em 2017, em que a ComuniDária, como peticionária única, pede a legalização da prostituição em Portugal⁹¹. Em março de 2018, o tema voltou a estar presente na imprensa, pois a Comissão Nacional do PS aprovou uma moção para regulamentação da prostituição. Estas ações suscitaram uma resposta de organizações, como O Ninho, que promoveu uma petição em sentido contrário, intitulada: “Prostituição não é trabalho, em defesa da dignidade das mulheres”.

O facto é que a ComuniDária tem um posicionamento relativamente à questão migratória e de género que assume uma dimensão mais complexa no âmbito da prostituição, emergindo na esfera pública como polémica. Sem perder de vista uma perspetiva crítica acerca dos estereótipos de mulheres das ex-colónias presentes na sociedade portuguesa, conforme identificamos no discurso de Maria Magdala, a associação rejeita a caracterização comum – também presente por vezes no jornalismo, como vimos – das imigrantes que vêm com o intuito de se prostituir como vítimas de tráfico de pessoas e afins. Neste sentido, Gomes (2013, p. 421) avalia o discurso da ComuniDária como um contradiscurso entre as associações migrantes, o que terá influenciado a rejeição de inúmeros pedidos de reconhecimento da associação por parte da ACIDI, só sendo aceite em 2011. É também assim que compreendemos a intenção da líder em caracterizar a ComuniDária como um movimento, que, apesar de ressaltar a sua condição de organização formalizada, pretende distanciá-la da imagem de uma “organização burocratizada”

Considerando que na análise do discurso das notícias não identificamos a presença da ComuniDária (ou de Maria Magdala como porta-voz da associação) em quaisquer trabalhos acerca da temática migratória, nem mesmo quando se tratava da prostituição e tráfico de pessoas, tendo a líder assinalado que a associação apenas se posicionou no debate público acerca da prostituição com a petição de 2017, questionámos sobre esta postura, o que suscitou o seguinte diálogo:

M: [...] a gente não estava querendo simplesmente se posicionar como alguém pra fazer mais massa ao que já estava estabelecido, e vimos que absolutamente nenhuma das organizações, Ninho que está há anos, organizações feministas, abolicionistas, nenhuma focava a questão das

⁹¹ Informação disponível em: <https://www.publico.pt/2017/08/03/sociedade/noticia/ps-empurra-discussao-sobre-prostituicao-para-depois-das-autarquias-1781164>

migrações... Mais uma vez a questão das migrações tinha sido deixada de lado...

I: Não abordam?

M: Sim, se você observar, toda a temática hoje que sai nos jornais, a gente só saiu depois da petição, depois da petição eu já fui entrevistada, saiu no *Público*, e vários debates promovemos... O que acontece? Nenhuma, se você puder verificar, nenhuma lançou uma petição de sensibilização no país, nem abolicionista, nem proibicionista, nem relacionada à questão da legalização, ou regularização, como alguns preferem dizer... Portanto, encontramos aí uma lacuna, pera aí, ninguém fala mais uma vez a temática mais importante, que é o crescimento da prostituição no mundo das migrações. As migrações são muito importantes, a temática “migrações”, ela não é uma temática marginal para o tema “prostituição”, existem relatórios financiados por nossa entidade parceira, a Mamacash, de Amsterdam, que é uma defensora do direito das trabalhadoras sexuais e trabalhadores, a Mamacash há 5 anos financia a associação ComuniDária, quer dizer, existem relatórios hoje na Europa que demonstram que, dependendo da região, de 35% a 45% das trabalhadoras sexuais são migrantes...

Estranhamos a líder associativa ter assinalado este facto – de que não se toca no tema das migrações ao abordar a prostituição na atualidade –, pois a considerar o material por nós analisado e conforme concluímos, a figura da brasileira tornou-se metonímia para prostituição. Mesmo em reportagens mais recentes ainda é possível identificar dispositivos discursivos de generalização, em que a nacionalidade brasileira é destacada quando se caracteriza as personagens das notícias sobre prostituição. Por este motivo, fomos verificar algumas reportagens do *Público* em 2017 acerca das petições e, de facto, não foi abordada a questão migratória, excetuando o texto que noticia a petição da ComuniDária, em que Maria Magdala também é entrevistada.

Se com a crise económica talvez tenham diminuído as ocorrências de tráfico e migração para fins de prostituição, todavia, tendo em vista a cobertura pregressa, seria de se esperar que os jornais também focalizassem esta dimensão. No entanto, a considerar os textos da nossa pesquisa neste diário, a entrevistada tem razão ao afirmar que isto não é mencionado ao abordar a questão da legalização. Lembramos que, embora não havendo estatísticas oficiais em Portugal, em entrevista a Dália Rodrigues⁹², d’ O Ninho, a diretora

⁹² Contactamos a associação com o intuito de conseguirmos promover grupos de foco ou entrevistas com prostitutas e ex-prostitutas brasileiras, no entanto, durante esta entrevista, Dália Rodrigues foi categórica em dizer que *O Ninho* preserva a identidade das mulheres. Assim, esta conversa acabou por revelar-se deslocada no âmbito desta investigação, por isso não a analisamos e apenas a citámos pontualmente ao longo do trabalho, como agora.

técnica desta associação assinalou que, de facto, a maioria das mulheres contactadas é brasileira, informação corroborada pela nossa entrevistada Maria Magdala.

Não obstante esta cobertura mais recente, voltada para a questão da legalização e as diferentes petições que vieram a público em 2017, abordámos Maria Magdala sobre a representação de casos de prostituição de brasileiras desde a época das “Mães de Bragança”, quando se tornou comum a caracterização estereotipada da mulher brasileira e a sua associação de forma naturalizada à atividade sexual.

M: Sim, puta. Mas é só você verificar, a abordagem dessas associações é sempre uma abordagem voltada para o tráfico, quando ela vai falar na palavra “migrações”, ela não fala em migrações, ela fala em tráfico de seres humanos, em tráfico para fins sexuais... Ela não usa a palavra “imigração” e as últimas reportagens que temos acompanhado, uma a uma, não passa uma, a gente tem uma assessoria de imprensa, não passa uma reportagem há mais de um ano, a gente vem acompanhando todas [...] verificamos que neste último ano utilizam a palavra “tráfico de seres humanos”, ela não fala “migrações” e outra, há uma recomendação que nós enviamos aí na União Europeia, na Universidade, não pode mais falar da origem, da etnia, isso é uma recomendação que os jornais...

I: Há essa recomendação, mas ainda falam “brasileiras”...

M: Ainda falam “brasileiros”, mas é uma percepção que eu tenho, minha, de que quando eu cheguei, de 2007 pra cá, há uma redução... Eu não posso dizer que isso é uma verdade, mas é a minha percepção, continua, mas é menos [...]

Como se observa por este trecho, Maria Magdala traz uma perspectiva nova, pois com a diminuição da identificação da nacionalidade das prostitutas no material jornalístico, deixou de se focalizar a dimensão migratória presente na atividade em Portugal. De facto, se ainda identificamos no segundo período de análise dispositivos discursivos de excessiva lexicalização e generalização ao destacar-se a nacionalidade brasileira nas reportagens sobre prostituição, todavia, esta recorrência é menor em comparação ao primeiro período. Entre os anos de 2010 a 2015, o discurso adotou também um tom menos sensacionalista.

Porém, como refere a nossa entrevistada, se após o *boom* das “Mães de Bragança” paulatinamente o discurso jornalístico foi abandonando o enquadramento estereotipado, pautado por um imaginário colonial em que as mulheres brancas europeias são as Marias/mães/esposas/virgens e as indígenas, negras e mestiças são as Evas/pecadoras/prostitutas (Gomes, 2013, p. 409), isso provavelmente também aconteceu

por influência destas associações citadas – algo sugerido por Correia (2014), relativamente à cobertura do caso “Quinta do Grilo”. Todavia, ao começar a privilegiar a representação das imigrantes como vítimas, o discurso jornalístico permanece incapaz de abranger toda a complexidade relacionada com a problemática. Neste sentido, ante a insistência de Maria Magdala em assinalar que as reportagens sobre prostituição na atualidade apenas focam a questão do tráfico de pessoas, o que considera uma abordagem errada, questionámos o que caracterizaria uma ocorrência de tráfico:

M: O que entra como tráfico... A ComuniDária já foi sinalizadora de tráfico de seres humanos em Portugal, saímos em razão da nossa pouca estrutura, em razão da insegurança... Então nós temos experiência com o tráfico, nós temos dois guias de sinalização, seja ele para qualquer fim, sexual ou qualquer trabalho... O tráfico é tráfico, mas os critérios de cada país... Realmente, há critérios para colocar o estatuto de tráfico... Eu pergunto à Ester, quantas mulheres em Portugal já receberam o estatuto de tráfico? Nós já fizemos o pedido... Quantas? As brasileiras quando saem nas reportagens saem como traficadas e a gente desconhece qualquer estatuto de tráfico, de vítima, a gente encontra uma reportagem “encontramos uma rede de tráfico de seres humanos” e nós não sabemos quantas são as traficadas, porque em Portugal existe um estatuto de tráfico, existe uma recomendação, tem vários critérios... E onde é que tá essas pessoas? A gente quer conhecer... Maria Magdala e ComuniDária sinalizavam tráficos seríssimos e para se enquadrar em tráfico de seres humanos é necessário exigir vários critérios, não é um, nem dois, não pode apenas existir o critério falso-moralista, de repente tudo vira tráfico [...]

Relembramos que em Portugal a prostituição não é crime, porém a sua exploração comercial por outrem, o chamado lenocínio, é. Assim como é também ilegal auxiliar ou promover a vinda de pessoas do exterior para se prostituírem no país. Porém, segundo Maria Magdala, isto apenas não caracteriza o tráfico de pessoas, enquadramento para o qual são necessários pelo menos três critérios⁹³. Neste sentido, avaliamos a partir do discurso da entrevistada que ela tem um posicionamento favorável à legalização da atividade, defende a autonomia de escolha das mulheres, de emigrarem conscientemente para fins de prostituição.

No entanto, se são necessários no mínimo três critérios para caracterizar o crime de tráfico de pessoas, não há como negar que a ocorrência de apenas um dos critérios

⁹³ Apesar de ter indicado isso, não encontramos referências à necessidade de reunir pelo menos três critérios para sinalizar ocorrências de tráfico no site do Observatório de Tráfico de Seres Humanos – OTSH, conforme é possível verificar no seguinte cartão de sinalização: <https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-Cartao_Sinalizacao_Vitimas_Trafico_Humano_v2018.pdf> Num contacto posterior, Maria Magdala disponibilizou-se a encaminhar o material em que consta esta orientação sobre os três critérios, mas até a finalização deste trabalho, não o tinha feito.

citados por Maria Magdala – a apreensão de documentos, por exemplo – já representa uma forma de exploração por outrem da pessoa que se prostitui e, como vimos nas reportagens analisadas, esta era uma prática comum nas casas de alterne. Se a solução para isso passa pela regulamentação da atividade, conforme a ComuniDária defende, é algo em torno do qual ainda hoje não há um consenso em Portugal. Todavia, e apesar das dificuldades notadas no *Público* e no *Expresso* em enquadrar o fenómeno da prostituição de uma forma que não se paute pelos estereótipos das brasileiras, mas que também não rasure a decisão autónoma de indivíduos de se prostituírem, consideramos importante que os produtos jornalísticos enfatizem estas situações de exploração e, ao representarem as pessoas que se prostituem, privilegiem não um viés paternalista, mas a exposição clara do contexto em que estas pessoas geralmente se encontram.

Neste sentido, ao mostrarmos que mesmo recentemente, ainda que com menor incidência, se identifica uma estereotipia nos jornais ao representar as imigrantes brasileiras que se prostituem, questionámos como a nossa entrevistada percecionava este padrão de representação:

M: Como é que eu vejo a comunicação social? Eu vejo a comunicação social, e não só a comunicação social, depois eu falo, que eu faço um trabalho de campo, tá? E não vamos ficar aqui no discurso midiático, porque as mídias são empresas, são grandes corporações, e eu sou uma mulher formada em marketing na Fundação Getúlio Vargas, tenho uma visão muito pragmática sobre tudo isso... As grandes corporações falam o que o cliente quer ouvir, então, elas reforçam – a minha formação primeira é marketing –, elas reforçam o que o mundo quer ouvir, não é que ela seja só a criatura do evento, elas reforçam o que as pessoas querem ouvir, o que está no inconsciente coletivo... E eu vejo que há um falso moralismo evidente, um machismo do tamanho do mundo, não é? Por que há dados na Europa que Portugal é o primeiro no continente de filhos sem pais... É muito importante a gente sinalizar isso, há filhos sem pais, onde a prostituição, os serviços da prostituição, e eu gosto mesmo de separar, de falar “serviços”... Não estou falando de tráfico aqui, estou falando de serviços de prostituição, é bom deixar claro, não estou falando da venda do corpo, estou falando de serviços relacionados à prostituição e o que eles geram... Eu vejo um falso moralismo imenso, uma história colonial resiste, resiste [...]

Como observamos, a líder identifica nesta cobertura um reflexo do imaginário moralista, machista e colonialista presente na sociedade portuguesa relativamente aos povos das ex-colónias, que também reverbera a propósito do trabalho doméstico. Ainda que não se tenha referido a isto explicitamente, vemos que ao caracterizar o inconsciente coletivo português como falso moralista, imaginário que está subjacente ao discurso da

comunicação social, a entrevistada estabelece uma referência à cobertura de casos de prostituição – conforme se tornou padrão a partir do caso “Mães de Bragança” – em que as imigrantes brasileiras são tidas como possuidoras de uma sensualidade inata, cheias de ardis para envolver e enganar os homens portugueses, os quais são dispensados de qualquer tipo de responsabilização.

Com o desenrolar da entrevista, notámos que a referência a uma mentalidade colonial que persiste é constante no discurso da entrevistada, pois quando questionámos se tinha observado alguma mudança de percepção sobre os brasileiros durante o período mais intenso da crise, Maria Magdala reportou-se à atualidade em que chegam ao país brasileiros endinheirados:

M: Eu notei, mas eu acho que tá dividido. Eu tive várias discussões, não sei se você acompanha na minha página pessoal [no Facebook], já tive várias discussões ideológicas, quando a gente fala com os setores de serviço, táxi, hotelaria... Os setores que estão ganhando com isso, as imobiliárias, os setores que estão diretamente ganhando com essa imigração qualificada, os aspetos são positivos nesse segmento, mas novamente eu vi uma xenofobia encapotada, principalmente nas redes sociais, acompanhei e combati diversas vezes, inclusive com pessoas que compartilham as chamadas ideologias de esquerda, porque agora quem está aqui não são os brasileiros, são os coxinhas [equivalente a “betinhos”] e já estigmatizaram, eu tive essa discussão... **Antes era dentista, depois eram os pobres, os ladrões e as putas, agora... Vocês mais uma vez não nos aceitam.** Agora são só coxinhas, em vez de dizerem classe média, com alto poder aquisitivo. Pra mim o nome que tem que ser dado, sem estigmatização, sem a promoção, mais uma vez, da xenofobia [...]

I: Já ouvi dizer também que são aqueles fugidos da caça aos corruptos no Brasil.

M: Essa talvez seja a predominante. [Diz] O cara aqui de esquerda, em que eu vou em reuniões de democracia, eu discuti com ele no Face, eu não aguento mais essa xenofobia encapotada, ele diz isso! Um cara de esquerda, socialista, vários grupos socialistas com esse discurso de vomitar? Calma, calma. Eu acho que outra vez temos um problema, realmente para quem está se beneficiando dos serviços está tudo bem, mas é uma minoria, agora a sociedade em geral, outra vez – tenho discutido com colegas como você – mais uma vez ela mostra o seu racismo e o seu colonialismo. Quer dizer, o cara pode, o cara tem dinheiro ou como outra vez, uma escritora com quem eu discuti, está lá dando aula numa universidade, mulher toda feminista, de esquerda, entrou na minha página pessoal e disse: “o que você acha? Uma amiga minha da Remax ficou indignada porque o casal brasileiro foi alugar o apartamento e perguntou sobre o quarto de empregada”. Aí eu fui responder, olha a frieza: “Sim, infelizmente é a classe média brasileira, mas...”, veio perguntar o que eu diria pra amiga dela funcionária, vítima portuguesa, da santa Remax, o que eu teria dito para os clientes

brasileiros... Perguntou isso na minha página. Mas já estigmatizando, mandando ver... Eu tenho os relatórios da escravidão, não há santidade, não venha com esse discurso da santidade. Nós somos os escravocratas de merda, só faltou dizer, né? Não escapa ninguém, ou é ladrão, puta ou escravocrata.

Colocamos em negrito o trecho da fala de Maria Magdala em que explicita como vê a “evolução” da imagem do imigrante brasileiro em Portugal, desde a primeira vaga até à atualidade: primeiro eram os dentistas, depois os pobres que se dividiam entre putas e ladrões e agora os coxinhas [gíria brasileira para designar ricos, porém snobes e ignorantes]. Ao expor, por ordem ascendente, estas imagens que considera hegemónicas ao longo das diferentes fases da imigração brasileira e concluir que, mais uma vez, a sociedade portuguesa não aceita os brasileiros, a líder deixa implícito que vê estas caracterizações como estereotipadas e preconceituosas.

Elas são fruto, como explicita logo a seguir, de uma mentalidade racista e colonial: independentemente do perfil do imigrante – como se depreende do seu discurso –, o olhar português será sempre de suspeição e distanciamento. Neste sentido, consideramos ilustrativa a exposição da história da corretora da Remax, pois a entrevistada utiliza-a como exemplo para aprofundar a sua crítica à sociedade portuguesa. Ainda que, neste caso, de um modo elusivo: os portugueses apontam o pedantismo, fruto de uma sociedade desigual, o racismo e a trajetória escravocrata dos brasileiros, mas esquecem-se que contribuíram para esta configuração social.

Por fim, perguntámos a Maria Magdala se tinha a impressão de que a comunicação social focaliza apenas este perfil de imigrante brasileiro na atualidade. A sua resposta foi afirmativa e na sequência expôs também um importante questionamento:

M: Sim, eu tô observando, eu tenho senso crítico para ver onde isso quer chegar e ver qual é o fundo dessa história, qual é o fundo dessa história? A quem interessa? É sempre essa a minha visão agora, Ester, a quem interessa, vou atrás de quem está interessado nisso, quem é que tá interessado nisso?

Considerações finais

Como assinalado na introdução a este capítulo, só foi possível contactar um número reduzido de imigrantes, o que limita necessariamente conclusões mais abrangentes a propósito dos dados obtidos nesta etapa. Todavia, conforme se evidenciou ao longo destas páginas, identificamos certos padrões de leitura das representações mediáticas do Brasil e dos brasileiros que seria simplista caracterizar como meras coincidências. Conjugada

com a anterior análise crítica do discurso das notícias, esta evidência sedimentou algumas hipóteses previamente delineadas, do mesmo modo que as informações transmitidas pelos “especialistas” também nos ajudaram a preencher estas lacunas e a robustecer análises precedentes.

Assim, se podemos caracterizar como um consenso, tanto entre os participantes dos grupos e entrevista, quanto entre os especialistas, a percepção de que em meados dos anos 2000 a cobertura jornalística se caracterizava pela representação do brasileiro como ladrão e da brasileira como prostituta, também tomámos conhecimento da existência de movimentações sociais (da academia, de associações migrantes e afins) para não ser feita referência a nacionalidades no corpo das notícias, o que culminou nas recomendações da ERC. Embora ainda hoje se identifiquem estas ocorrências, conforme foi também assinalado pela nossa interlocutora ao mencionar a declaração de Marinho Pinto em 2012, vários imigrantes, como Lídia, Jair, Maria e a própria Cyntia, salientaram a sua atenuação na comunicação social.

Todavia, conforme discorrido na secção anterior, retivemos a percepção de que os imigrantes de origem socioeconómica mais baixa não apenas concedem pouco relevância a essa atenuação, chegando mesmo a discordar que ela tenha ocorrido, como se evidenciou no segundo grupo de foco, como dão a entender que as mudanças de conjuntura nos anos recentes de Portugal e Brasil e do fluxo migratório entre os dois países não tiveram qualquer impacto sobre a forma de tratamento e a opinião da sociedade portuguesa sobre os brasileiros, classificados sempre como negativos. Neste sentido, se em comparação com o primeiro período de análise, no segundo os jornais já privilegiaram distintos tópicos relacionados com a imigração brasileira (como a entrevistada refere, não apenas que todo o imigrante está “morrendo de fome”), esta mudança de enfoque, no entanto, não se fez acompanhar de uma alteração significativa das representações sociais hegemónicas do país e seu povo.

Como observamos pela análise crítica do discurso das notícias, mesmo durante o apogeu económico brasileiro, em que os jornais privilegiaram um enfoque sobre o investimento português no país e a emigração qualificada para o Brasil, o discurso continuou a evidenciar no enquadramento destes novos fenómenos, os temas típicos acerca do país e seu povo, assim como da identidade portuguesa – como níveis estruturais profundos das representações sociais (Hoijer, 2011). Para referir apenas alguns dos mais

frequentes: Brasil como espaço fecundo de oportunidades para os portugueses, o português como possuidor de uma vontade inata para a aventura e de uma adaptabilidade única entre os povos, os brasileiros como um povo alegre, festeiro e sem a melancolia dos portugueses...

Neste sentido, parece-nos natural que aqueles migrantes que não correspondem ao novo perfil privilegiado pelo discurso jornalístico não sintam qualquer tipo de mudança em sentido positivo na imagem dos brasileiros em Portugal. Eles não se encaixam nesta representação e a forma como esta tem sido apresentada nas notícias não revela uma mudança profunda do imaginário sobre o Brasil e os brasileiros. Tanto assim é que ao se debruçarem sobre o discurso atual, Mariana e Maria Magdala expõem uma reflexão crítica, em que assinalam que os portugueses continuam a não aceitar os brasileiros. No que identificamos como um processo de ancoragem – nos termos da teoria das representações sociais –, o fenómeno recente dos imigrantes endinheirados é interpretado a partir das comuns imagens de Brasil como espaço de roubalheira e de brasileiros como embusteiros. A persistência deste imaginário evidencia, segundo Elaine Javorski Souza e Juliana Chatti Iorio (2018), uma raiz colonial em que as antigas metrópoles continuam a reverberar uma ideia de superioridade baseada no passado.

Observamos, no entanto, conforme importante reflexão proposta por Maria Magdala, que nem sempre o esforço da sociedade civil em minimizar o estigma associado a grupos étnicos e migrantes, a partir da não indicação do território de origem dos personagens das notícias, tem um resultado absolutamente bem-sucedido. Segundo a visão desta participante, num tema complexo e polémico como a prostituição, a diminuição desta ocorrência fez com que o jornalismo desconsiderasse um importante aspeto relacionado com a atividade, que é a questão migratória. Tal observação reforçou a nossa perceção de que os jornais têm oscilado ao longo dos anos entre uma representação sensacionalista e estereotipada das imigrantes brasileiras que se prostituem e uma representação de vitimização, sem procurar compreender o que está por detrás da evidência – corroborada por inúmeras fontes – da hegemonia das brasileiras nesta atividade, a qual nem sempre envolve apenas tráfico de pessoas.

Como conclusões prévias, portanto, considerando o percurso até ao momento realizado, compreendemos que, se houve alterações temáticas no discurso jornalístico acerca do Brasil e dos brasileiros durante o segundo período de análise, em virtude

sobretudo da conjuntura socioeconómica distinta dos dois países e de alterações no fluxo migratório entre ambos, os imigrantes, todavia, não relacionam essas alterações com alguma mudança positiva das representações sociais sobre o Brasil e os brasileiros que circulam na sociedade portuguesa. Alguns, inclusive, apontam o que seria uma compreensão mais uma vez estereotipada acerca dos imigrantes endinheirados que têm chegado ao país, em que a sua vinda é compreendida em associação com as comuns imagens que ligam o país a corrupção e roubalheira.

Ainda que este fenómeno mais recente extrapole o âmbito temporal desta investigação (a chegada de imigrantes brasileiros endinheirados começou a ser sentida de forma mais acentuada só a partir de 2016), a sua perceção por parte dos sujeitos contactados vem na continuidade do que já havia marcado o segundo período de análise, sobretudo em peças sobre a retomada do movimento emigratório para o Brasil: as mesmas representações sociais hegemónicas sobre o Brasil e a identidade portuguesa – a terra exótica, ali à disposição dos novos imigrantes portugueses, pronta para ser desbravada, etc. Ainda que com uma presença no discurso subtil, são estas representações que servem de base à compreensão de distintos fenómenos relacionados com o Brasil e os brasileiros; a partir de um quadro ideológico de raiz imperial e colonial, elas apenas se adaptam à realidade do momento, sem modificarem as suas camadas estruturais, nem ultrapassarem uma visão essencialmente redutora da realidade.

A CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA SOBRE O BRASIL E OS BRASILEIROS: ENTRE A INFLUÊNCIA DE IMAGENS ARREIGADAS E A AÇÃO DE PÚBLICOS ENGAJADOS

Introdução

Ao optarmos por empreender uma análise crítica aos textos publicados pelo *Público* e *Expresso* entre os anos de 2000 e 2005 e de 2010 a 2015, em que o Brasil e os brasileiros aparecem em destaque, em articulação com a posterior realização de grupos de foco e entrevistas a imigrantes com presença em Portugal pelo menos desde 2008, tínhamos por objetivo perceber se entre o primeiro e o segundo período, com a alteração da conjuntura socioeconómica nos dois países, houve alguma mudança relevante na opinião pública em Portugal sobre aquele país e o seu povo.

Como discorrido em capítulos anteriores, desde o período colonial até à atualidade, Brasil e Portugal passaram por situações muito distintas em termos socioeconómicos, bem assim como no que se refere aos seus fluxos migratórios. As consequências da crise económica em Portugal a partir de 2008 tiveram um forte impacto nas relações entre os dois países: após mais de meio século, a emigração portuguesa para o Brasil voltou a ganhar vitalidade – ainda que de forma tímida daquilo que foi veiculado pelo discurso dos jornais – e a imigração brasileira em Portugal mostrou sinais inequívocos de arrefecimento (depois de duas décadas de fluxo intenso e de se ter afirmado como a principal comunidade estrangeira do país).

A perceção do impacto destas alterações levou a que, no início da investigação, partíssemos da hipótese de que teria ocorrido uma mudança na imagem do Brasil e dos imigrantes brasileiros na opinião publicada em Portugal. Hipótese esta que, todavia, com o desenrolar da investigação, veio a revelar-se de certa forma ingénua, pois se, de facto, no segundo período de análise se registaram alterações temáticas relativamente à cobertura de notícias sobre o Brasil e os imigrantes, a análise mais incisiva de alguns textos, a partir dos contributos da análise crítica do discurso e da análise dos enquadramentos, evidenciou que uma forte ideologização, essencialmente de tipo colonial, continua a marcar a compreensão dos fenómenos em geral relacionados com esta população.

Num outro plano, mas numa possível relação (mesmo que não direta) com este padrão de representação, constatámos no contacto com os imigrantes que a maioria,

apesar de concordarem que houve uma mudança de tópicos na cobertura jornalística mais recente, fez questão de assinalar não ter percecionado nenhuma mudança de mentalidade ou de comportamento por parte dos portugueses em relação a si.

Apesar da manutenção deste panorama mais geral a nível do discurso jornalístico, identificámos também algumas alterações positivas, por exemplo, na representação da imigrante brasileira com relação a casos de prostituição, que tendo sido uma constante nos dois períodos, e mantendo-se as estratégias discursivas que revelam uma ideologia de cariz colonial e eurocêntrico (que associa as brasileiras a uma sensualidade inata), evidencia ao mesmo tempo um esforço no sentido de imprimir ao discurso uma compreensão mais robusta sobre os fenómenos da prostituição e do tráfico de pessoas. De modo similar, no que diz respeito ao tema da imigração brasileira em Portugal, verificamos a erradicação de ocorrências em que a nacionalidade brasileira era destacada em notícias relativas à secção de polícia.

Tomamos conhecimento a partir do contacto com imigrantes, principalmente aqueles ligados a associações migrantes ou que têm alguma atuação no campo do jornalismo, que houve uma mobilização da sociedade civil – associações, universidades a afins – no sentido de promover uma representação mediática não estereotipada e discriminatória dos imigrantes e das minorias étnicas. Um resultado desta mobilização foi a recomendação da ERC de não identificação da nacionalidade ou território de origem dos personagens das notícias.

Portanto, se concluimos que permanecem subjacentes ao discurso jornalístico, com reflexos nas representações sociais partilhadas pela sociedade portuguesa, ideologias de cariz eurocêntrico e colonial na referência ao Brasil e aos brasileiros, em que a imagem do país é relacionada, por exemplo, com uma terra exótica, mas preta de riquezas, e os brasileiros são relacionados com estereótipos de malandragem, indolência, sensualidade e espontaneidade, foi também possível identificar um notório esforço, no período abrangido pela investigação, para erradicar dos jornais essas representações sociais, pelo menos na sua forma mais explícita (quando emergem no discurso a partir de processos de ancoragem, sendo associadas a fenómenos recentes).

Podemos assim concluir, no sentido proposto por Jürgen Habermas (1997), que existe um público atuante, formado por imigrantes brasileiros e outros indivíduos

interessados na problemática das minorias migrantes e étnicas, capaz de desenvolver uma reflexão crítica acerca das representações dos imigrantes brasileiros (sobretudo aquelas que se dão a ver a partir da comunicação social), de construir sobre estas uma opinião alternativa e de exercer uma influência sobre os diferentes órgãos institucionais com responsabilidade nesta matéria. Esta ação pode ocorrer de forma paulatina, como uma compreensão que vai amadurecendo ao longo do tempo, tal como se observa no processo que culminou na recomendação da ERC, ou de forma mais espontânea e incisiva, em resposta a algum acontecimento específico, como se observou, por exemplo, na atuação de algumas associações migrantes a condenar as declarações de Marinho Pinto, em 2012, quando este afirmou que o Brasil se limitava a exportar para Portugal prostitutas e travestis.

Esta conclusão, por sua vez, encaminha-nos para o esclarecimento do conceito de opinião pública. Na compreensão acima desenvolvida fica claro que nos valem das reflexões de Jürgen Habermas (1997) sobre como, na atualidade, a esfera pública se caracteriza como uma rede supercomplexa, ramificada espacialmente num sem número de arenas e que se articula em torno de temas, círculos políticos, pontos de vista funcionais e afins, proporcionando assim que o texto decomposto da esfera pública pelas inúmeras esferas públicas parciais seja transcrito e emerja como as opiniões destes públicos, capazes de se articular entre si e influenciarem a opinião pública mais geral.

Limites sociais internos decompõem o texto “da” esfera pública, que se estende radicalmente em todas as direções, sendo transcrita de modo contínuo, em inúmeros pequenos textos, para os quais tudo o mais serve de contexto; porém, sempre existe a possibilidade de lançar uma ponte hermenêutica entre um texto e outro. (p. 107)

Consideramos que a investigação aqui empreendida comprova empiricamente que, não obstante todos os constrangimentos que se apresentam ao livre funcionamento de uma esfera pública crítica e atuante, capaz de formular juízos na forma de uma opinião pública, conforme o paradigma moderno, estes conceitos não se mantêm na atualidade apenas como meros ideais normativos, identificando-se a sua presença objetiva em determinados contextos e situações concretas.

Neste capítulo, portanto, recorreremos aos referenciais teóricos da modernidade sobre a opinião pública, ao analisarmos os resultados obtidos com a investigação. Todavia, temos também em vista a dimensão sociológica do conceito, digamos assim, a

partir dos contributos de Gabriel Tarde (2005). Como explica Dominique Reynié (2005) na introdução à edição brasileira de *L'Opinion et la Foule*, o seu autor procurou, a partir dos textos que compõem esta obra – escritos entre finais do séc. XIX e início do séc. XX –, desenvolver uma teoria da opinião que tenha em consideração o problema do grande número que constitui as populações nacionais, cujos membros, contudo, conseguem estabelecer algum contacto entre si, em razão dos avanços tecnológicos registados a partir da segunda metade do séc. XIX (desenvolvimento da imprensa, do telégrafo e de linhas ferroviárias).

Apesar do interesse demonstrado em relação aos públicos por parte de Gabriel Tarde, os quais considera como uma realidade social de ordem superior às multidões, por os seus membros se sugestionarem mutuamente à distância a partir da relação estabelecida e mantida pela leitura quotidiana de um mesmo jornal, na obra do autor é já notória a preocupação com o enorme poder que, deste modo, se estava a colocar nas mãos dos jornais, num período em que, como se sabe, se começava a dar início à massificação dos veículos de mediação simbólica. Neste sentido, entendemos que as reflexões de Tarde são quase contemporâneas à crise da esfera pública burguesa e da opinião pública como substrato desta, com início a partir do séc. XIX, conforme foi analisada por Alexis de Tocqueville (1961).

Como discutiremos mais à frente e contrariamente a uma leitura mais comum da obra de Gabriel Tarde, em *L'Opinion et la Foule*, o autor, apesar de considerar os públicos como uma forma superior de sociabilidade, não deixa de desenvolver um olhar crítico sobre as opiniões partilhadas por estes, ao assinalar o ímpeto irresistível presente no indivíduo de coadunar os seus juízos com os juízos dos outros, além de estabelecer uma distinção entre opinião, tradição e razão. Consideramos, assim, que o ponto de vista de Tarde sobre as opiniões e os públicos, embora não repousando em nenhum princípio de ordem ético-moral, não está tão distante assim daquele assumido por Habermas. Elihu Katz (2006) considera mesmo que Tarde, mais de meio século antes de Habermas, já havia analisado os elementos fundamentais constituintes do espaço público: a imprensa, a conversação, a opinião e a ação.

Para a imprensa, Tarde atribuiu o papel de criar um público – até mesmo, como Anderson (1983), o papel de criar uma nação. A imprensa, pois, define uma agenda para a conversa dos cafés. As opiniões são esclarecidas e cristalizadas nessas conversas, e depois traduzidas em ações no mundo da política, moda, consumo,

comportamento e assim por diante. No nível coletivo, essas opiniões públicas – reincorporadas à imprensa – constituem um “freio ao governo”. (Katz, 2006, p. 267)

Este espaço público segundo Gabriel Tarde, todavia, de forma distinta da concepção de uma esfera pública burguesa⁹⁴, não exige dos seus membros, ao participarem em alguma discussão, que tenham de estar imbuídos de um princípio de racionalidade e comprometimento com o bem público. Como refere Katz, as conversas ostensivamente sem propósito definido mencionadas por Tarde não eram necessariamente políticas, embora a política fosse uma das suas principais funções latentes. Isto leva-nos a considerar que a análise de Gabriel Tarde acerca dos públicos e da opinião, em especial sobre a influência da imprensa e da conversação nos públicos, à parte qualquer consideração de ordem ética e filosófica, repousa sobretudo numa observação do autor sobre a sociedade francesa da sua época, contemporânea de uma primordial tecnicização da opinião pública. Um processo impulsionado pelas mudanças verificadas a nível dos dispositivos de mediação simbólica que, ao longo da primeira metade do séc. XX, se viriam a consolidar como os chamados *mass media* (na sequência da industrialização dos jornais e, posteriormente, com o advento do rádio e da televisão).

Este processo, que chega aos nossos dias, apesar da hipótese de alguma rutura mais recentemente com a internet, acabaria por levar à afirmação dos media como um campo social autónomo, que chama a si uma parte considerável das funções de mediação simbólica das nossas sociedades (Esteves, 2016, p. 249). Consideramos, pois, a análise desta conjuntura, cujos contornos começaram a definir-se já há mais de um século, fundamental para a compreensão das dinâmicas das representações sociais sobre o Brasil e os imigrantes brasileiros, as quais ganham visibilidade, ainda numa escala significativa, através dos jornais (embora alguns dados recolhidos na investigação sugiram que, por muito residual que seja, um público que reflete sobre estes assuntos, tendo em vista a formação de uma opinião capaz de influenciar instituições diversas, continua a fazer-se presente).

Outra das razões pelas quais nos viramos para Gabriel Tarde para nos guiar na compreensão dos dados e resultados obtidos ao longo da investigação repousa no facto de este autor, apesar de fazer depender da imprensa a existência do público, não

⁹⁴ Mesmo que esta durante o seu apogeu, no séc. XVIII, se tenha caracterizado mais como um ideal normativo.

minimizar a força da influência pessoal na constituição de uma opinião pública, a partir da conversação. A opinião pública é aqui entendida não tanto como o resultado de uma discussão pública estabelecida por indivíduos munidos de uma atitude crítica (racional), mas tão só como o juízo construído sobre algo partilhado por todos ou por um grande número (a maioria) de pessoas. Esta percepção é já reveladora de alguns aspetos que, depois, viriam a influenciar a teoria das representações sociais – Elihu Katz identifica Serge Moscovici como um dos autores que prestaram homenagem a Tarde. Sublinhamos a ideia de que, embora a influência no âmbito dos públicos não seja interpretada numa base de racionalidade (a formação do juízo a partir da pertinência dos argumentos apresentados pelos interlocutores), Gabriel Tarde ainda assim escapou à tentação de atribuir aos media de massa efeitos totais sobre as pessoas.

Por fim, considerando que durante o estudo dos jornais verificámos a prevalência em determinados períodos de determinadas temáticas relacionadas com o Brasil e a imigração brasileira sobre a generalidade dos assuntos, tal como os imigrantes também frisaram, julgamos importante estabelecer um diálogo com a teoria da tematização, fundada por Niklas Luhmann na década de 1970. Segundo este autor, a ideia de opinião pública como um consenso derivado da discussão racional não encontra mais eco na contemporaneidade, apresentando-se antes como um dispositivo de seleção, de acordo com o qual é feita a gestão dos temas que adquirem visibilidade pública. Tendo em vista a perspetiva sistémica que está na base do pensamento de Luhmann (2009), esta definição tem por justificação, precisamente, a função desempenhada pela opinião pública, que nos dias de hoje se manifesta justamente como uma estrutura temática e cujo papel é auxiliar o sistema político no processo de tomada de decisões.

Esse dispositivo de seleção acaba por se evidenciar na cobertura dos media, dado que, como assinala João Pissarra Esteves (2016), estes são na atualidade os municidores por excelência dos temas das discussões públicas. Neste sentido, alguns discípulos do autor alemão desenvolveram esta perspetiva de tematização como uma teoria dos efeitos sociais dos media (de cariz cognitivo). Será esta também a nossa perspetiva ao nos debruçarmos sobre os trabalhos jornalísticos que se referem ao Brasil e aos brasileiros no período de análise.

Assim, de modo a alicerçar as conclusões estabelecidas a partir dos resultados obtidos na parte empírica da investigação, passaremos em seguida a discorrer de forma

mais pormenorizada sobre as abordagens de Habermas, Luhmann e Tarde sobre a opinião pública. Iniciaremos a reflexão, todavia, por uma breve caracterização da evolução do conceito no pensamento social moderno, desde o seu aparecimento (por meados do séc. XVIII) até aos dias de hoje.

A Opinião Pública na modernidade tardia

Na introdução do livro *L'Avènement de l'Opinion Publique – Europe et Amérique XVIIIe-XIXe Siècles* (2004), Javier Fernández Sebastián sublinha o facto de uma noção polissémica e controversa como a de opinião pública aquando do seu surgimento – entre o final do Antigo Regime e o início do liberalismo no mundo ocidental – se ter tornado, ao longo do séc. XIX e até os dias de hoje, um conceito nuclear da legitimidade nos sistemas representativos democráticos. Segundo Jürgen Habermas (2012), mesmo com a dissolução da sua base social em relação à situação inicial no Estado de Direito burguês, a opinião pública permanece uma referência central do direito constitucional e determina um conjunto de procedimentos a que, em sociedades democráticas, o exercício do poder político se encontra vinculado (a exemplo das formas atuais de parlamentarismo e do sistema institucional de partidos políticos).

Essa base social corresponde à esfera pública burguesa – expressão estilizada do comum conceito de espaço público –, em que a opinião pública emerge como o seu desiderato, ou seja, como o resultado da discussão estabelecida por indivíduos autónomos e que pautam a sua argumentação neste espaço pelo princípio da racionalidade crítica. Como explica Esteves (2012) na introdução à edição portuguesa de *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*, esta comporta na sua conceção tanto uma dimensão instrumental, em que a ascendente classe burguesa procurou, a partir de meados do séc. XVII, afirmar a sua hegemonia a partir de um projeto de modernidade com uma dimensão ideológica inerente; quanto uma dimensão normativa ou ideal, em que a burguesia associou a esse mesmo projeto interesses de ordem mais geral (uma ideia de modernidade em termos ontológicos).

O princípio de publicidade desenvolvido por Immanuel Kant, e que serve de fundamentação teórica para a esfera pública burguesa, postula que o indivíduo só alcança o esclarecimento por meio da cooperação entre iguais. No entanto, na sua ideia sobre o uso público da razão, em que cada um é impelido a ser um publicista que se dirige ao mundo por meio de textos, o filósofo tinha em mente apenas os proprietários privados:

pensar politicamente tem por condição a autonomia do indivíduo, a qual apenas pode ser alcançada na esfera de intercâmbio de mercadorias, por aqueles que aí atuam enquanto proprietários privados. Segundo a ideologia liberal, com algum talento e esforço, os não proprietários poderiam futuramente vir a pertencer ao público.

Este breve apontamento sobre o pensamento kanteano serve para ilustrar como a esfera pública burguesa se constitui associada tanto aos interesses de uma classe que procurava romper com a sociedade aristocrática, afirmando para esse efeito um sistema de trocas entre proprietários privados como condição para a constituição de um sujeito autónomo, quanto também a uma compreensão extensiva desta ideologia, de forma a abranger a humanidade no seu todo. Tal paradoxo latente faz Habermas (1992) observar que, sob as condições de uma sociedade de classes, a democracia burguesa desde o seu início contradisse as premissas essenciais do seu próprio entendimento.

Podemos assim afirmar, na perspectiva de Habermas, que a mudança estrutural da esfera pública é, em larga medida, o resultado contingente de uma tensão permanente entre estas duas dimensões da modernidade (e da própria esfera pública, nas suas diferentes formações históricas concretas); estas definem uma constante deriva ao longo do tempo [...] (Esteves, 2012, p. 9).

As sociedades modernas começam a alterar-se profundamente a nível político, social e cultural a partir de meados do séc. XIX, o que fez com que a esfera pública, inevitavelmente, sofresse também uma mudança estrutural. O quadro político dessas sociedades consolida-se nos moldes de uma democracia de massa; concomitantemente dá-se a consolidação da economia capitalista; e na esfera da cultura assiste-se à emergência dos *mass media*, com a consequente intensificação dos fluxos de comunicações e informações. A conjugação de todas estas dinâmicas contribui para a pulverização da esfera pública, ao tornar-se palco de conflitos de interesses de grupos sociais diversos que, se anteriormente se encontravam afastados dessa esfera, com as alterações verificadas a nível económico (falência das formas primitivas de capitalismo concorrencial, a favor do predomínio do capitalismo monopolista), passam a reclamar justamente a sua representação social neste âmbito. Esta enorme expansão da participação na esfera pública, longe de corresponder, contudo, a uma evolução plenamente bem-sucedida, ficará inevitavelmente associada à sua degenerescência, pois não mais se verifica a presença dos pressupostos que lhe serviam de base.

É neste contexto, pois, que compreendemos a crítica à opinião pública empreendida por John Stuart Mill em meados do séc. XIX:

Na vida do Estado soa como um lugar-comum que a opinião pública rege o mundo. O único poder que ainda aqui merece tal nome é o das massas e dos governos, enquanto se fazem de instrumentos das aspirações e tendências das massas... E o que é uma inovação ainda mais significativa é que a massa não cria atualmente as suas opiniões através de figurões da Igreja ou do Estado, de líderes ou textos que elevem acima do comum. Para o pensamento dela, providenciam homens de uma espécie bastante parecida que, sob o estímulo do instante, falam-lhe através dos jornais (1860, p. 92, citado por Habermas, 2012, p. 245).

A esfera pública burguesa, apesar da virtual inclusão consagrada como seu princípio normativo, era de facto formada, apenas, por segmentos muito reduzidos das sociedades europeias, dizia respeito sobretudo a proprietários [homens] instruídos, que não apenas “[...] conduziam o discurso de forma exclusivista, como também prejudicial aos interesses daqueles que se encontravam excluídos deste espaço” (Calhoun, 1992, p. 3). Neste sentido, se a sua expansão contínua a partir de meados do séc. XIX, com cada vez um maior número de participantes a serem integrados na esfera pública, afetou a qualidade do discurso produzido no seu seio, os requisitos das atuais democracias de massa e a natureza das contemporâneas organizações sociais de larga escala tornam já impossível o retorno a esta antiga esfera pública elitista.

Assinalamos também que em reflexão desenvolvida mais recentemente, Habermas (1992) reconhece ter talvez idealizado excessivamente a esfera pública burguesa, ao não considerar à época de *A Transformação Estrutural da Esfera Pública* ser inapropriado referir-se apenas a um público (burguês). Se relativamente a este público se pode considerar que, apesar das suas diferenças internas, os interesses de classe falavam mais alto no momento de se chegar a um entendimento, constituíram-se também ao seu lado outras esferas de natureza distinta, a partir de processos de comunicação que estavam excluídos dessa esfera dominante:

[...] ao lado da hegemónica esfera pública burguesa, esferas públicas do âmbito das subculturas ou relativas a classes específicas se constituíram a partir de sua própria iniciativa e, inicialmente, de premissas não facilmente reconciliáveis (Habermas, 1992, p. 425).

Na sequência deste devir histórico, atualmente a opinião pública encontra-se impregnada de um carácter quantitativo, com o seu significado cristalizado na ideia de uma

opinião partilhada pelo maior número de pessoas. Das suas origens no século XVIII⁹⁵, em que a noção de debate social representava um pilar fundamental para a sua construção, pouco restou, considerando a perceção que o senso comum tem hoje do que é a opinião pública. Por esta razão, Luhmann (2009) afirma que o seu objeto se tornou, na atualidade, discutível ou mesmo inexistente, pois a forma como esta entidade passou, a partir de meados do séc. XX e cada vez mais, a ser operacionalizada por meio de sondagens, não permite que a mesma possa continuar a ser reportada às premissas teóricas que antes a fundamentavam. Isto porque, com a emergência e consolidação dos inquéritos enquanto os meios que passam a ser considerados legítimos para mensurar a opinião pública, os seus dois principais elementos característicos foram substituídos. Em vez da opinião, temos as respostas fornecidas às diferentes pesquisas, e no lugar anteriormente ocupado pela publicidade, identificamos o interesse seletivo dos políticos por tais respostas ou a influência que determinados grupos podem exercer sobre a formação destas.

Habermas (1997) afirma não ser possível aferir a opinião pública a partir de um critério estatístico, pois de forma distinta de Tarde, por exemplo, entende que ela não é o simples agregado de opiniões individuais recolhidas uma a uma. Ao defender a validade do projeto moderno, o autor assume que uma opinião pública, assim propriamente denominada, apenas se constitui num espaço público ativo, onde os atores sociais consigam propor temas específicos e mobilizar tomadas de posição sobre os mesmos. Esta mutação da opinião pública em objeto estatístico foi analisada – enquanto decadência – justamente por Jürgen Habermas em *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*. No último capítulo da obra, *Sobre o Conceito de Opinião Pública*, o autor afirma que o termo assume significados distintos consoante seja identificado como instância crítica em face da publicidade exigida ao exercício do poder social ou político, ou como instância recetora de publicidade difundida de maneira demonstrativa e manipulativa, com o objetivo de promover bens de consumo, pessoas, programas e afins. Embora permanecendo vinculada ao direito constitucional e a determinadas instituições políticas, ela, no entanto, já dificilmente pode ser identificada no comportamento do público.

Para continuar a justificar o seu carácter fictício no âmbito do Direito Público (o que, apesar de tudo, não está totalmente perdido), a pesquisa social empírica voltou-se

⁹⁵ Segundo Javier Sebastián (2004, p. 18), a expressão “opinião pública” surge no léxico, de maneira esporádica, já antes do século XVIII, com Montaigne a utilizá-la por uma vez nos seus *Ensaïos*. No entanto, a maturidade política do termo fica a dever-se, definitivamente, ao século do Iluminismo.

para a sua determinação imediata. “No entanto, ela abstrai-se de forma inversa dos aspectos institucionais, e não tarda a chegar à diluição sociopsicológica do conceito de opinião pública enquanto tal” (Habermas, 2012, p. 394). Há aqui uma crítica às sondagens, desenvolvidas pela citada pesquisa social empírica, por as mesmas retirarem à opinião pública a sua densidade política e revestirem-na de um carácter sociopsicológico. Se o conceito permanece com alguma representatividade no quadro de determinadas instituições políticas, não encontra nestas, no entanto, espaço para efetivação dos seus fundamentos teóricos. Ainda segundo o autor, a opinião pública foi analisada pela primeira vez com este novo carácter por Gabriel Tarde.

Na obra *L'Opinion et la Foule*, o conceito é tratado como a opinião das massas, ou seja, a opinião partilhada pelo maior número de pessoas de uma sociedade, e identificada como o produto do processo comunicacional que ocorre no seu seio. Habermas (2012) defende precisamente que ao ser analisada desta forma, a opinião pública deixa de estar vinculada aos princípios de debate público ou ao escrutínio da dominação política e torna-se um conceito psicossociológico. Dominique Reynié (2005) concorda com esta apreciação ao defender que na obra de Tarde, opiniões, gostos e modas gozam do mesmo estatuto; e a opinião, em vez de ser analisada como fruto do debate, é considerada um ato de consumo. Conclui, assim, que Tarde presta uma contribuição decisiva para a moderna teoria da opinião, ao fornecer a esta, de maneira sistemática, um conteúdo amplamente sociológico, com a sua obra retirando o conceito do campo da razão pura e deslocando-o para o campo da socialização. E, ao equiparar a opinião a um gosto, a uma apreciação estética e a uma escolha económica, entre outros, o autor deixou antever a importância que a estatística viria a adquirir anos após a primeira edição do seu livro (em 1901), ao afirmar que, assim como é possível determinar o aumento ou a diminuição da procura de um determinado produto por meio de pesquisa, também é possível aferir a adesão ou não a uma nova opinião.

No entanto, apesar dos êxitos indiscutíveis de predição, as pesquisas permanecem, como Niklas Luhmann (2009) nota, sem vinculação às premissas teóricas do conceito que julgam observar, com a substituição da opinião e da publicidade pelas respostas e o interesse seletivo por estas, respetivamente, evidenciando o carácter problemático deste modo de captar a opinião pública. Por outro lado, permanece viva a recordação tanto do conceito clássico quanto da sua função política, assim como o tema da opinião pública evidencia, também, a insuficiência de uma teoria política que se regule apenas por aspetos

institucionais. Esta observação, portanto, serve ao autor para propor um conceito mais apropriado do seu ponto de vista, em consonância com os tempos atuais, que possa ser inscrito na teoria política e não apenas na psicologia social.

Já Habermas (1997) defende que, apesar da hegemonia dos meios de comunicação de massa, da lógica de mercado, das grandes agências e organizações promotoras de pesquisas de opinião, há ainda espaço para a afirmação de uma esfera pública autónoma e para a formação de uma opinião pública autêntica. Situação visível sobretudo em períodos de crise, quando atores e movimentos sociais são mais capazes de estabelecer e manter um fluxo entre as experiências privadas com origem no mundo da vida e o seu consequente processamento público, enquanto problemas sociais, no âmbito de uma esfera pública. As associações e organizações livres “[...] formam o substrato organizatório do público de pessoas privadas que buscam interpretações públicas para suas experiências e interesses sociais” (p. 100).

Assim, apesar do carácter exclusivista e ideológico presente no primeiro momento do projeto moderno, do qual a esfera pública faz parte e em que a exclusão das mulheres, por exemplo, se constituía como um aspeto estrutural da sua conceção, Habermas (1992) mantém-se um defensor dos seus pressupostos ao assinalar que, justamente por estes apresentarem um carácter universalista, houve oportunidade para que, ao longo da história e mesmo diante da mudança estrutural verificada a nível da esfera pública, outros grupos sociais viessem a conquistar uma participação nesse espaço (as classes populares, as mulheres, etc.).

A Opinião Pública como conceito sociológico

Jürgen Habermas (2012) considera que o primeiro a analisar a opinião pública a partir de um prisma sociológico foi Gabriel Tarde, na obra *L'Opinion et la Foule* (2005). No âmbito do pensamento deste autor, o livro resulta de um percurso teórico que, após lançar as bases da sua teoria da imitação e da invenção, em *Les Lois de l'Imitation* (1903/ primeira edição de 1890), Tarde procurou desenvolver uma teoria da opinião.

Conforme defende nessa obra anterior, a ação humana é movida por crença e desejo, a que designa por quantidades psicológicas tornadas sociais a partir de atos de imitação e invenção. Estes, por sua vez, corresponderiam a leis sociais – verificáveis em qualquer época e agrupamento humano –, em que a invenção diz respeito à aparição de todo o tipo de facto novo, de constituição mais ou menos fortuita, caracterizando-se como algo

grandioso ou casual, enquanto a imitação seria responsável por propagar a invenção e assim estabelecer esta socialmente.

Os atos de imitação ocorrem no âmbito das relações sociais, pois os indivíduos tendem a transmitir uns aos outros os seus desejos – relacionados com diferentes graus de comando – e crenças – relativas a diferentes níveis de instrução – de forma tanto persuasiva, quanto autoritária, do mesmo modo que essas quantidades psicológicas são imitadas quer de forma consciente quer inconsciente. No prefácio à segunda edição do livro, de 1895, talvez em respostas a críticos como Durkheim, Tarde defende o uso do termo “imitação” ao dizer que esta ação nem sempre diz respeito a uma atitude consciente ou engendrada apenas devido ao caráter coercivo próprio dos factos sociais, mas também está relacionada com o que o autor vê como uma tendência geral à docilidade, credulidade e conformação à ordem.

Isto porque considera existir uma tendência inerente aos indivíduos para irem ao encontro do máximo de autoconfiança possível, apenas alcançada, pois, como Tarde desenvolverá de forma mais aprofundada em *L'Opinion et la Foule*, quando os indivíduos se coadunam àquilo que veem (seja uma opinião, um hábito ou um costume) disseminado entre os seus semelhantes. Neste sentido, independentemente da forma como este *maximum* de confiança seja atingido, ela estará sempre em consonância com a imitação que acabou por se estabelecer na sociedade.

A Humanidade, bem como o homem individual, sempre se move em direção ao máximo de verdade e poder, à maior quantidade de convicção e certeza, em uma palavra, ao máximo de confiança possível; e nós podemos questionar se esse máximo pode ser atingido através da discussão, competição e crítica ou, inversamente, através de sua supressão e consequente abertura ilimitada à imitação de uma única e compacta volição ou pensamento (Tarde, 1903, p. 33).

A invenção, em virtude do seu caráter disseminado (como assinalámos, tanto pode dizer respeito a atos grandiosos quanto a prosaicos), não determina em princípio nenhuma alteração visível no corpo social no momento da sua ocorrência. Conforme a analogia estabelecida por Tarde, se nada se modifica no momento em que um organismo é invadido por um micróbio e as mudanças graduais que começam a acontecer são confundidas com o fluxo habitual de mudanças, o mesmo ocorre no organismo social: as invenções apenas serão notadas quando os atos de imitação, após muito tempo, as tiverem estabelecido socialmente. O ato de invenção cabe a poucos indivíduos que têm a rara sorte de, num

dado momento, condensar em si todas as pequenas invenções que chegaram até eles por meio de ações imitativas, ou então pode resultar do embate de dois atos imitativos divergentes que, em vez de se digladiarem, se neutralizam e produzem assim algo de novo. O que a princípio, nessa primeira obra, não corresponde a nenhum salto qualitativo, mas apenas à condensação de invenções dispersas, em *L' Opinion et la Foule* já será caracterizado como uma ação individual, cuja dimensão racional, que possibilita a criação de algo, apenas é possível a partir desse seu caráter solitário.

Na sua leitura da obra de Gabriel Tarde, Dominique Reynié (2005) reitera que para o autor as invenções não são exatamente inventadas pelos indivíduos (com o seu caráter racional implícito), mas simplesmente descobertas. “Tudo se passa como se as idéias ou as opiniões já estivessem lá, presentes, potencialmente constituídas, prontas a completar-se ou a realizar-se numa revelação que as objetiva [...]” (p. X). Ou seja, as inúmeras invenções que chegam ao indivíduo por meio de diferentes cadeias imitativas, na sua combinação já conteriam em si a virtual existência de uma nova invenção; porém, como Dominique Reynié assinala, a sua efetivação caberia apenas a um cérebro “inteligente”, o que não exclui, pensamos, o caráter racional, porém individual, desta ação.

O desenvolvimento de um parecer racional, arredado da espécie de sonambulismo que caracteriza a disseminação da opinião (um consenso cuja força repousa unicamente nesta expressão coletiva e não em critérios de validade e racionalidade que emergiriam a partir da sua discussão), apenas é passível de ser estabelecido pelo indivíduo que se abstém por um tempo do contacto social intenso. Como se observa, a expressão desse juízo racional que emerge como invenção, ao quebrar a cadeia de atos imitativos que caracteriza a disseminação de uma opinião, constitui-se para Tarde, distintamente ao pensamento kantiano e àqueles pressupostos que forneceram a base teórica da esfera pública burguesa, como uma ação individual e não pública.

Assinalamos, todavia, que o objeto de estudo de *L' Opinion et la Foule* é o público, em que a opinião seria o seu substrato, originada, por sua vez, de uma ação mais elementar: a conversação. Segundo Dominique Reynié (2005), o livro representa “um marco na teoria sociológica do grande número” ao contrariar a pensamento em voga na época de que a democracia, com o sufrágio universal, iria conduzir o mundo ao caos, ao conceder demasiada importância e poder às coletividades. Este esforço de ir contra o

senso comum levará Tarde a propor os primeiros elementos da sua teoria da opinião pública.

Apesar de assinalar esta espécie de irracionalidade e inconsciência que caracteriza a adoção de uma opinião pelas pessoas e diferenciar esta dos juízos racionais (de uma forma similar, pois, à crítica dos liberais), Tarde não considera a hegemonia moderna da opinião como um caminho sem regresso para o caos, ao entender o tipo de sociabilidade que lhe serve de base – os públicos – como superior aos outros tipos de sociabilidade em que o contacto entre as pessoas se estabelece fisicamente e não à distância. Para esclarecer esta superioridade, Gabriel Tarde contrapõe público e multidão, ao explicar que na multidão a atração dos membros uns sobre os outros se daria por proximidade física, enquanto que no público representaria a ação à distância de uma mente sobre outra mente.

Será a partir desta nova condição, ainda recente no final do século XIX, que se desenham as *correntes de opinião* nas sociedades. E como ocorre essa ação à distância? Por meio dos jornais que, regular e periodicamente, põem em contacto os seus leitores uns com os outros, mesmo que de forma indireta, sem que os mesmos tenham de falar entre si. A união, neste caso, estaria representada pela leitura quotidiana das mesmas notícias e pelo que Tarde denomina a consciência da unanimidade simultânea, que levaria as pessoas a terem a noção de que, ao mesmo tempo (ou quase) em que tomam conhecimento sobre um dado facto, os outros leitores de notícias também o fazem.

Para o autor, o que permitiu este contacto à distância entre os indivíduos por meio da consciência da unanimidade simultânea foram os avanços tecnológicos do séc. XIX, com as linhas ferroviárias que conseguiram transpor com maior rapidez a distância entre as pessoas e fazer com que os jornais chegassem mais rápido às localidades (e a um maior número de localidades), e o telégrafo, que veio tornar a transmissão da informação (quase) instantânea. Se o público só atingiu a sua plenitude a partir de meados desse século, a sua gestação é muito anterior, tendo-se iniciado com o surgimento da imprensa: foi a partir da impressão de milhares de cópias, facilitada pelo novo invento, que se tornou possível pela primeira vez a leitura quotidiana de um mesmo livro (no caso, a Bíblia). Esta nova

forma social, contudo, só começou a apresentar contornos mais nítidos a partir do reinado de Luís XIV⁹⁶.

A partir desta enorme influência dos jornais no delineamento do público, Gabriel Tarde aponta o poder posto à disposição dos jornalistas ao afirmar que a consciência da unanimidade simultânea não apenas faz com que os homens se sugestionem mutuamente, mas que, também e principalmente, transmitam uns aos outros a sugestão vinda de cima.

[...] a consciência que cada um deles possui de que essa ideia ou essa vontade é partilhada no mesmo momento por um grande número de homens. Basta que ele saiba disso, mesmo sem ver esses homens, para que seja influenciado por estes tomados em massa, e não apenas pelo jornalista, inspirador comum, ele próprio invisível, desconhecido e, por isso mesmo, ainda mais fascinante (Tarde, 2005, p. 7).

O leitor não teria consciência de sofrer essa influência, advinda do poder persuasivo representado pela unanimidade simultânea com os outros leitores. Mas o mesmo não ocorre com o jornalista, que é capaz de identificar a sua complacência em relação ao seu público e por princípio não esquece nunca a sua natureza e gostos. Enquanto isso, o membro do público, inconscientemente objeto dessa influência incontestável, tem a sua curiosidade aguçada quando a sabe ou crê partilhada por um público numeroso ou seletivo, pois o seu juízo procura, justamente, sintonizar-se com a maioria ou com a elite.

Apesar da importância concedida à imprensa e aos desenvolvimentos tecnológicos do séc. XIX, Gabriel Tarde considera, todavia, a conversação como o principal elemento constituinte desde sempre da opinião. Se analisarmos esta ponderação no âmbito da sua teoria da imitação, compreendemos a conversação como a base do ato imitativo por excelência da opinião, profundamente ampliado, porém, pelos media, mas também fortemente circunscrito no seu caráter de reciprocidade. Os media, naquele momento, não representariam mais do que a fonte atual da opinião, apesar de se terem tornado, onnipotentes neste papel. Se não se conversasse, Tarde exemplifica, mesmo existindo jornais (e não se concebe a sua publicação sem o anteparo da conversa), a ação da opinião seria inócua nos espíritos, ao passo que, mesmo na ausência de discursos e de jornais, a opinião poderia pouco a pouco, não sem dificuldade, porém com o auxílio das

⁹⁶ Atendendo à nacionalidade de Tarde, justifica-se que as suas análises sobre o público se baseiem na realidade francesa. No entanto, a historiografia documenta profusamente que, durante o mesmo período, experiências semelhantes ocorreram em diferentes países europeus, como por exemplo em Inglaterra.

conversações, estabelecer-se e, a longo prazo, suprir em certa medida o papel social da tribuna e da imprensa.

Apesar de naquele período a imprensa se ter tornado o principal meio de estabelecimento da opinião, ela era dos mais recentes, enquanto a conversação é a sua principal fonte invisível, contínua e universal. Os jornais, no entanto, acabaram por impor os seus tópicos de discussão quotidianos tanto aos discursos quanto às conversações. “[...] o jornal transformou, enriqueceu, nivelou ao mesmo tempo, *unificou no espaço e diversificou no tempo* as conversações dos indivíduos [...]” (Tarde, 2005, p. 70).

O autor decidiu caracterizar em primeiro lugar o público e só depois a opinião – há entre a publicação dos dois artigos que integram o livro um intervalo de um ano – porque a opinião, na modernidade, está para o público assim como a alma está para o corpo e “[...] o estudo de um nos conduz naturalmente ao outro”. A opinião é caracterizada pelo autor da seguinte forma:

A opinião, diremos, é um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos, os quais, respondendo a problemas atualmente colocados, acham-se reproduzidos em numerosos exemplares em pessoas do mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade. (p. 63)

Como se nota de forma ainda mais clara a partir destas linhas, a opinião apresenta-se para Gabriel Tarde despida de carácter político, tal como havia sido analisada nos séculos precedentes por diversos autores, pois está separada do contexto funcional das instituições políticas. No entanto, o autor procura distingui-la das outras duas parcelas do que considera partes integrantes do espírito público: a tradição e a razão. Apesar destas a alimentarem, ao mesmo tempo que a limitam e disputam fronteiras entre si, não devem ser confundidas com a opinião.

Compreendemos melhor esta distinção em *Les Lois de l'Imitation* (1903), onde Gabriel Tarde explica que a tradição e a razão correspondem mais a sociedades pequenas e fechadas sobre si, onde os costumes e os princípios de verdade permanecem estáveis por muito tempo, com os atos imitativos a concretizarem-se num espaço limitado, sobretudo no quadro de relações entre pais e filhos, mestres e discípulos. Apenas quando as sociedades se expandem e começam a entrar em contacto umas com as outras, se torna possível a influência e as consequentes imitações entre elas, contexto típico de sociedades amplas e cosmopolitas onde se torna possível a emergência e fortalecimento da opinião.

E o que representariam estas duas correntes do espírito social? Enquanto a tradição diz respeito ao resumo condensado e acumulado da opinião dos mortos, geralmente transmitida de pai para filho e fonte de onerosos preconceitos para os vivos; a razão estaria relacionada, como já dissemos, aos juízos individuais, relativamente racionais, de uma elite que se afasta da corrente popular a fim de a conter ou dirigir. Assim, o destino inexorável da tradição é perder cada vez mais força para a opinião a partir da idade moderna. Antes de os comboios e o telégrafo terem surgido para aumentar a rapidez dos deslocamentos e da comunicação, as sociedades em geral viviam distantes umas das outras e, assim, as culturas eram menos propensas a modificarem-se – Tarde refere que a tradição está sempre confinada aos limites nacionais –, o costume prevalecia sobre a moda e os juízos dominantes permaneciam por mais tempo.

A modernidade põe fim ao reinado absoluto do imobilismo. A partir do século XIX cada sociedade tende a homogeneizar-se. As cidades e as províncias assemelham-se, assim como os valores, os gostos e a língua (Reynié, 2005, p. XV).

Esta tendência também se evidencia no âmbito das conversações, surgindo a crescente urbanização como responsável pela atenção cada vez maior dos indivíduos a assuntos de interesse geral. Isto porque nas cidades, de modo geral, as pessoas são mais instruídas e têm muito pouco conhecimento mútuo umas das outras, o que as leva a conversar sobre aquilo que há de mais conhecido e comum entre elas. Em cidades pequenas, esta dinâmica também ocorre, no entanto, por as pessoas geralmente estarem próximas umas das outras (amizades hereditárias) é normal que a conversação verse sobre particularidades de outros conhecidos: a tradição, neste caso, apresenta uma força muito maior do que a opinião no interior da conversa.

Neste sentido, a tragédia dos tempos modernos, segundo Gabriel Tarde, é a opinião não apenas se lançar ferozmente contra a tradição, o que já considera grave, mas também contra a razão, submergindo tribunais e parlamentos, tornando a opinião contemporânea onipotente. “[...] A vida coletiva intensa é, para o cérebro, um terrível álcool” (Tarde 2005, p. 36), com a aceleração das correntes de circulação mental reforçando a perda de moderação de grupos, públicos e multidões. Enquanto isso, a razão, representada tradicionalmente por sábios, filósofos, juristas e afins, saberia se precaver do arrebatamento, distanciando-se da sociabilidade excessiva. No entanto, ao

utilizar a palavra “insensato” para descrever a razão, Tarde sugere que nem sempre esses juízos de perfil superior são ideais.

Como se observa, portanto, a distinção estabelecida por Gabriel Tarde entre opinião e razão não está tão distante assim do entendimento de Kant e dos enciclopedistas sobre a razão como um assunto de eruditos, o que culminou no *Conflito das Faculdades*. Conforme explica Habermas (2012), Hegel também situava a ciência à margem da esfera da opinião pública: o seu âmbito não era o terreno da opinião e das perspectivas subjetivas, a sua exposição pública não se deveria valer da arte da retórica e afins. Porém, se no conflito entre as faculdades superiores (Medicina, Teologia e Direito) e inferiores (Filosofia), a razão teria o direito de falar em público e dedicar-se à apresentação da verdade (não apenas para instrução e avaliação do governo, mas também do “povo”), tal forma de esclarecimento encontra-se completamente excluída do pensamento de Gabriel Tarde, para quem aos juízos racionais estaria reservada apenas uma ação diretiva.

Conclui, assim, este autor que o trabalho secular iniciado pelas conversações, depois prosseguido pela correspondência para o estabelecimento da opinião (que, no entanto, nesta fase ainda permanecia dispersa), se conclui com os jornais ao fundirem as opiniões locais numa opinião nacional e até mundial, que o autor identifica como unificação do espírito público. Isto porque as conversações se tornam mais variadas e o número de assuntos aumenta quando as informações se multiplicam e a sua circulação acelera, fatores inegavelmente fortalecidos com as invenções do séc. XIX, o que permitiu que a imprensa chegasse ao mundo inteiro e alcançasse mesmo as camadas populares.

Pois a necessidade de harmonizar-se com o público de que faz parte, de pensar e agir no sentido da opinião, torna-se tanto mais forte e irresistível quanto mais numeroso o público, quanto mais grandiosa a opinião e quanto mais frequentemente essa própria necessidade for satisfeita. Não devemos pois surpreender-nos de ver nossos contemporâneos curvarem-se tanto ao vento da opinião que passa, nem concluir daí, necessariamente, que seu caráter debilitou-se. Quando os álamos e os carvalhos são derrubados pela tempestade, não é que tenham se tornado mais fracos, e sim que o vento tornou-se mais forte. (Tarde, 2005, p. 140).

Considerações sobre os resultados obtidos à luz do pensamento tardeano

Se as reflexões de Gabriel Tarde acerca da imitação como um processo social básico, do público como uma forma superior de sociabilidade e afins experimentaram um certo ostracismo ao longo de grande parte do séc. XX, nos últimos anos voltaram a despertar

grande interesse. Como afirma Elihu Katz no artigo *Rediscovering Gabriel Tarde* (2006), presentemente nota-se a sua presença renovada em investigações desenvolvidas no campo da comunicação política, da teoria das redes sociais, da opinião pública, sobre comportamento coletivo, democracia deliberativa ou a difusão da inovação.

Compreendemos este período de silenciamento, conforme o autor de certa forma já intuía no prefácio à segunda edição de *Les Lois de l'Imitation*, a propósito da utilização do termo “imitação”, que via tanto como algo inconsciente, quanto dócil e adotado com satisfação pelo indivíduo, num momento em que (início do séc. XX) os factos sociais eram vistos sobretudo, como uma forma de constrangimento externo que atuava sobre as pessoas em termos normativos e coercivos. Caracterizar uma lei social como um impulso inerente aos indivíduos e um desejo profundo de estarem em consonância com os seus semelhantes na expressão de hábitos, costumes e opiniões parecia colocar excessiva ênfase num certo voluntarismo ou, como Katz caracteriza, na imagem de “siga o líder”, ignorando os tais aspetos coercivo e normativo que fazem também parte dos fenómenos sociais.

Criou-se assim a ideia de que Gabriel Tarde tinha perdido para Durkheim nos debates sobre a fundação da Sociologia, que os dois travaram na *École des Hautes Études Sociales*, no início do séc. XX; o que explicaria, também, o declínio de popularidade das suas ideias nas décadas seguintes. No entanto, segundo Elihu Katz, não há nenhuma evidência de que Gabriel Tarde “perdeu” a discussão, assim como as posições dos dois autores não são necessariamente excludentes. Pois, enquanto,

Durkheim focalizava as normas que restringiam o comportamento como algo imposto a partir de algum lugar “exterior” aos indivíduos, Tarde via essas mesmas normas como o produto da interação entre as pessoas. (p. 264)

Julgamos que o conceito da espiral do silêncio, desenvolvido por Elisabeth Noelle-Neumann (1991), se apresenta, digamos assim, como representativo da aproximação dos posicionamentos destes autores, ao compreender a opinião pública como algo similar ao senso comum de uma sociedade; em que as pessoas tenderiam a expressar as ideias e gostos que reconhecem como predominantes entre os seus semelhantes em virtude do sentimento de ameaça e medo de isolamento que uma posição divergente lhes acarretaria, mesmo que no seu íntimo pensem de modo diferente. Neste sentido, as ações imitativas desempenhadas pelos indivíduos corresponderiam sim, a um

desejo de ir em direção ao máximo de confiança possível assegurada pela expressão numérica predominante de um gosto ou valor qualquer, porém este desejo também estaria intimamente relacionado com o constrangimento pressuposto no medo e ameaça de isolamento, caso ousassem romper a coesão social ao assumir publicamente uma posição divergente.

Assim, pois, Elisabeth Noelle-Neumann (1991) caracteriza a opinião pública como uma força derivada da coesão – necessária a qualquer coletividade social –, porém constantemente assegurada pelo consenso em torno de valores e objetivos. Neste sentido, questiona: “A imitação deve ser vista como uma aprendizagem social, por exemplo, o ato de se adotar algo que se provou por si mesmo; ou a luta por sucesso, reconhecimento e recompensa representa o desejo de se estar ao lado do vencedor [...]?” (p. 260).

Esta ênfase no caráter voluntário da adoção de ideias e comportamentos seguidos pela maioria das pessoas, ainda que muitas vezes de uma forma inconsciente pelos indivíduos (que acreditam possuir livre arbítrio para a formulação dos seus juízos de forma independente), também nos parece próxima do conceito de estereótipo elaborado por Walter Lippmann (1922). O desejo de o indivíduo se orientar no sentido da maioria como meio de alcançar o máximo de autoconfiança não está distante da ideia de que, diante de um meio externo complexo, aparentemente confuso e rico em informações (impossíveis de um processamento integral), as pessoas tenderão a selecionar o que a sua cultura já tem por definido, e a perceber os eventos da complexa realidade envolvente segundo a forma estereotipada por esta.

A teoria das representações sociais corresponde, porém, a uma evolução teórica aparentemente mais satisfatória das ideias de Gabriel Tarde, ao tratar de forma não estanque os conceitos de “razão”, “tradição” e “opinião”, sem deixar de assinalar a importância da comunicação e da influência interpessoal: a interpretação de um fenómeno novo é explicada, a partir de conceitos como o de ancoragem, tendo por base geralmente a representação social (já hegemónica) de um fenómeno mais antigo, diferente porém similar. Conforme constatámos na análise das peças jornalísticas, as representações sociais aí constituídas sobre o Brasil e os brasileiros como que dialogavam com outras imagens mais antigas – algumas mesmo seculares – e arreigadas.

Se podemos dizer que a correlação estabelecida entre imigrantes brasileiras e prostituição corresponde a um registo de opinião pública (disseminado na sociedade portuguesa, conforme observámos nos jornais e depreendemos da percepção dos imigrantes contactados), uma análise mais aprofundada do seu conteúdo revela que a mesma não foi elaborada com base apenas na evidência de que as brasileiras são a maioria no mercado do sexo português, mas também a partir de imagens que remontam ao período colonial e que relacionam as mulheres dos trópicos com uma sensualidade inata e excessiva (por contraste com o paradigma europeu, claro está). Da mesma forma, observámos que quando os jornais começaram a apresentar de forma acentuada – considerando os números deste movimento – a recente emigração para o Brasil no contexto de crise económica em Portugal, os textos que quase exortavam os portugueses a partir para a ex-colónia não se baseavam apenas nos dados recentes sobre a economia brasileira que atravessava um bom momento, mas evidenciavam também de forma implícita imagens sobre o país que se haviam tornado dominantes já no séc. XIX, com os brasileiros de torna-viagens.

Neste sentido, nos termos propostos por Gabriel Tarde, observámos que a tradição e a opinião não apenas disputam fronteiras entre si, mas se retroalimentam, com as representações sociais geralmente apresentando-se como uma mescla das duas. De forma similar, constatámos também no contacto com os imigrantes brasileiros que, apesar de alguns deles exprimirem de forma genérica opiniões muito críticas sobre os próprios brasileiros, fruto de estereótipos por cá disseminados e que, provavelmente, passaram a partilhar a partir do contacto imitativo com os portugueses, eles não abdicavam de um imaginário que trouxeram do Brasil sobre o que é ser brasileiro, português e o que distingue as duas culturas.

Elaine e Derkian (do segundo grupo de foco realizado), após enfatizarem que não confiavam nos brasileiros e que não mantinham relações com eles porque “brasileiro sempre quer passar a perna no outro” – evidência da presença do estereótipo da malandragem –, logo reiteram a dificuldade de estabelecer um relacionamento amoroso com uma portuguesa porque são todas carrancudas e mal-humoradas. Mariana e Maria Magdala, a propósito dos estereótipos presentes em Portugal sobre a mulher brasileira e a sua presença no comércio do sexo, assinalaram a falta de vaidade e assertividade no momento do flerte da mulher portuguesa (em comparação com a brasileira), o que interpretamos também como um juízo influenciado por imagens arreigadas sobre a

identidade cultural brasileira e portuguesa, que têm mais a ver com uma tradição do que com uma opinião.

Assinalamos também, em consonância com a perspectiva da espiral do silêncio, segundo a qual a opinião pública dificilmente se expressa como contrária aos media (Noelle-Neumann, 1991, p. 276), que em muitos momentos durante a condução dos grupos de foco e nas entrevistas, tivemos dificuldade em identificar se algumas das visões partilhadas tinham por origem uma leitura crítica dos discursos dos media, o contacto com portugueses ou uma mescla de ambas as fontes. Podemos conjecturar, assim, que tanto a leitura crítica dos imigrantes sobre os preconceitos de que são vítimas em Portugal (pela sua nacionalidade), quanto a adoção paradoxal pelos próprios destes preconceitos por uma espécie de contágio imitativo, podem ter por origem a influência pessoal, mas também a influência mediática.

A razão, por sua vez, o outro ramo do espírito público referido por Gabriel Tarde, identificamo-la como a expressão de algo que não apenas procura distinguir-se da opinião e da tradição, mas acima de tudo coloca estas sob escrutínio para uma avaliação crítica e, a partir daí, poder definir um posicionamento próprio, como identificámos na tomada de posição pública das associações migrantes e na forma como, ao longo desses anos, estas exerceram uma efetiva pressão para suprimir certas representações dos media sobre os imigrantes brasileiros. Porém, não vimos a sua expressão nesta investigação como o juízo de uma classe dirigente que se precave da sociabilidade excessiva, com o objetivo de produzir juízos orientadores para a sociedade, mas antes como o resultado de uma discussão que se estabelece nestas esferas públicas parciais e que, a partir dos entendimentos aí estabelecidos, procura efetivamente influenciar a opinião pública mais geral (nacional).

Opinião Pública: a estrutura temática da comunicação pública

Niklas Luhmann (2009) assinala no início de seu célebre texto *A Opinião Pública*, que a conceção clássica deste conceito se evidencia como demasiado direta, compacta e simplificada para responder satisfatoriamente aos problemas colocados pelas complexas sociedades atuais. Isto não significa, todavia, que o autor defenda uma leitura estritamente sociológica da opinião pública, pois Luhmann também faz questão de assinalar a não correspondência dos resultados das pesquisas empíricas sobre a opinião pública – por meio de sondagens – com as premissas teóricas que fundamentam esta. Mas são

justamente esses resultados consubstanciados como opinião pública na atualidade que determinam, conforme já abordado, parte substancial dos procedimentos a que o exercício e o equilíbrio do poder político se encontram vinculados nas sociedades democráticas. Como explica Jürgen Habermas (2012):

Evidentemente, a ‘opinião pública’ não é, ela própria, uma norma estabelecida e, nesta medida, um conceito jurídico, mas o sistema normativo pressupõe-na na forma implícita como uma variável social [...] (p. 391).

Para explicar esta não conformidade entre a concepção clássica do conceito e as necessidades das sociedades atuais, Luhmann regressa às origens da opinião pública para demonstrar como logo a sua proposta de base já pressupunha uma instabilidade, que se viria a acentuar com o avanço das sociedades modernas e a consequente diferenciação funcional dos seus subsistemas constituintes. A opinião pública e os conceitos correlatos de política, democracia, domínio, legitimidade, representação e afins não correspondem apenas a constructos teóricos, mas dizem respeito, acima de tudo, a respostas elaboradas para resolver problemas reais.

Com a transição da Idade Média para o período moderno, a ligação entre o princípio da verdade e a política, típica do direito natural, tornou-se enfraquecida, o que impôs o desenvolvimento de um novo paradigma que pudesse apresentar-se como aquilo que é justo (relação entre a política e a moral estabelecida por Kant), porém não mais de forma perene, mas provisória. Assim se constituiu o direito positivo em oposição ao direito natural da velha Europa, pois, como explica Estelle Ferrarese (2004), aquele encarna justamente a ocorrência de uma escolha dentre várias possibilidades, tendo por base, portanto, a ideia de que tudo aquilo que existe poderia ser diferente.

Luhmann (2009) avalia esse enfraquecimento e perda de credibilidade da verdade enquanto princípio norteador da política como consequência do desenvolvimento da sociedade a partir da Idade Média tardia, em que se iniciou uma diferenciação cada vez mais acentuada entre religião, política, economia e ciência, com o desenvolvimento de cada um destes domínios parcelares (subsistemas sociais) no sentido da sua autonomia e de objetivos mais abstratos. A descrição corresponde a uma diferenciação funcional das sociedades, em contraposição ao modo de funcionamento das sociedades estratificadas, em que as realidades social e cultural formavam um todo homogéneo, cuja construção

podia ser assegurada por uma dada elite social, cujas narrativas teológicas determinavam o destino dos indivíduos (Correia, 2008).

Com a corrosão deste tipo de estrutura social a partir da modernidade, a opinião passou a assumir-se como uma forma transitória de conceber o justo, cuja autoridade repousaria nos controlos estabelecidos pela razão subjetiva e a discussão pública – as instâncias que lhe servem de base.

A opinião pública é, por assim dizer, contingência política substantivada – um substantivo ao qual se confia a solução do problema da redução da discricionariedade do que é jurídica e politicamente possível (Luhmann, 2009, p. 165).

Valendo-se das análises de Habermas (2012) acerca das condições de emergência deste juízo racional a partir da discussão pública, o autor explica que nesta conceção a opinião pública se encontra dependente de uma combinação entre diferenciação funcional e diferenciação segmentada, pois nos círculos em que se forma, tal emergência só é possível porque os indivíduos se apresentam neles unicamente como sujeitos e não a partir de outros papéis que lhes estão associados, relativos à sua carreira, idade, posição social, recursos económicos e afins. Esses círculos são também segmentados na relação uns com os outros, ao constituírem-se de modo idêntico e uniforme e não a partir de algum interesse particular, comum aos seus respetivos membros.

Porém, como observa, em tal contexto em que o café, a tasca e o clube desempenharam um papel fundamental durante o séc. XVIII ao promoverem círculos que neutralizavam as diferenças de posição social e rompiam as vivências individuais anteriores, libertando assim a comunicação, precisamente por este motivo não era possível ir além destas *small talks*. Com o desenvolvimento da sociedade moderna em direção à era industrial, os seus subsistemas foram-se diferenciando funcionalmente cada vez mais, o que com o tempo tornou impossível àqueles grupos que se subtraíam a essa diferenciação continuarem a afirmar-se como “a sociedade”.

Esta evolução era de certo modo inevitável, considerando que a conceção de esfera pública abrangia também uma dimensão ideológica (relativa à classe burguesa). Por mais que o pensamento moderno compreendesse a evolução da sociedade como um caminho inevitável rumo a essa combinação entre segmentação e diferenciação funcional,

o aspeto ideológico referido expunha a fragilidade própria e os limites do projeto universalista da modernidade.

Apesar de considerar frágil e de validade apenas provisória esta crença moderna na razão e na capacidade de a opinião pública exercer um efetivo controlo crítico e alterar a estrutura do poder, Luhmann (2009) continua a creditar à comunicação pública a função de delimitar em cada momento (provisoriamente pois) a contingência daquilo que é política e juridicamente possível. No entanto, nesta interpretação, a opinião pública não é considerada um resultado politicamente relevante, mas tão só uma estrutura temática da comunicação pública. “Por outras palavras: não mais deve ser concebida, apenas, causalmente, como efeito produzido e continuamente operante, mas funcionalmente, *como um meio auxiliar de selecção.*” (p. 164, grifo nosso).

Seleção esta de temas da comunicação cujo objetivo é (tal como o da conceção moderna de opinião pública), ao se apresentar como resultado politicamente relevante, limitar a discricionariedade do que é política e juridicamente possível, e que até à modernidade se estabelecia a partir do princípio de verdade. Por temas, Luhmann define complexos de sentido mais ou menos indeterminados e suscetíveis de desenvolvimento, como o tempo, o trânsito, a destituição de um primeiro-ministro...

De acordo com a perspetiva sistémica que serve de base ao pensamento do autor, segundo a qual a sociedade na atualidade é compreendida como um conjunto de subsistemas funcionais de alta complexidade, não é possível comunicar de outra maneira senão a partir desta separação entre temas e opiniões, em que os primeiros adquirem uma importância fundamental ao atuarem como guias para a atualização constante das expectativas de interação. No âmbito político:

A função da opinião pública não deve ser inferida da forma das opiniões – da sua generalidade e possibilidade de discussão crítica, da sua racionalidade, capacidade consensual e representatividade pública –, mas da forma dos temas das comunicações políticas, da sua aptidão enquanto estrutura do processo de comunicação. [...] Por conseguinte, o problema não consiste na generalização do conteúdo das opiniões individuais sob a forma de fórmula gerais, aceitáveis por todos os seres racionais, mas na adaptação da estrutura dos temas do processo de comunicação política à necessidade de tomada de decisões por parte da sociedade e do seu sistema político. (Luhmann, 2009, p. 169)

João Pissarra Esteves (2005) explica esta funcionalidade da opinião pública em associação ao sistema político a partir de uma perspetiva teórica mais estreita que é a da

legitimação pelo procedimento, inserida no quadro de uma teoria do Direito de Luhmann. Este consiste numa estrutura que estabelece os limites da sociedade e das interações sociais, neutralizando assim a contingência das ações individuais, porém, para que as suas decisões se estabeleçam é necessário que se legitimem pelo procedimento, “[...] mais propriamente, no encadeamento sucessivo de decisões intermédias, dentro de processos e através de procedimentos, que conduzem a decisões finais.” (Esteves, 2003, p. 317). Neste sentido, argumenta o autor, a opinião pública definida por Luhmann não faz parte deste processo de legitimação pelo procedimento, mas encontra-se relacionada com ele, ao definir os temas passíveis de decisão que serão primeiramente acolhidos pelo sistema político.

A construção de temas, por sua vez, tem por base as seguintes regras: *nítida prioridade de determinados valores* tidos como fundamentais e que, ao serem percecionados sob ameaça (a paz por exemplo), se constituem como indiscutíveis na comunicação; *crises ou sintomas de crises* (demissões no governo, subida de preços, motins e afins); *posição social do emissor da comunicação* (chefes políticos, celebridades e outras figuras de destaque merecem mais atenção); *sintomas de sucesso político* (mensurável pelo número de votos alcançados, por exemplo); *a novidade dos acontecimentos*; e *malefícios ou seus equivalentes provocados pela civilização* (perdas de posição social, ameaças à intimidade nas relações pessoais, danos físicos ou orgânicos e similares).

Podemos já agora observar que as regras elencadas apresentam em si mesmas a virtual possibilidade de uma amálgama entre opinião e tema, ao destacarem por exemplo, a posição social do emissor da comunicação. Ao expandir esta tipologia, com um enfoque mais preciso sobre os media massivos, Niklas Luhmann (2000) também referencia enquanto seletores de atenção os temas que se apresentam como: *surpresas* (ao demarcarem de forma explícita uma rutura de continuidade no quotidiano), *conflitos* (pelo contexto de incerteza inerente às ocorrências deste tipo), *quantidades* (pelo caráter informativo próprio, apesar de geralmente não trazerem qualquer tipo de conhecimento mais substancial), de *relevância local* (algo dependente, por sua vez, da proximidade física dos destinatários da comunicação) e *violações de normas* (pela sua capacidade de gerar interesse e indignação gerais).

Todas essas regras podem ser identificadas como pressupostos comuns do fazer jornalístico quotidiano, presentes na rotina da produção noticiosa, mas um dos pontos mais controversos do pensamento deste autor está no facto de considerar estas regras como derivadas estritamente da estrutura do sistema político, concluindo assim ser este o regulador por excelência da opinião pública. A abertura do sistema político seria garantida pela pluralidade de regras que orientam o estabelecimento de temas, o que impediria que

[...] apenas valores estabelecidos, apenas crises, apenas comunicações dos detentores de posições sociais elevadas, apenas a própria lógica interna de sucesso do sistema político, apenas novidades ou apenas dores ou os seus sucedâneos determinem a temática do processo político de comunicação. A unilateralidade dos pontos de vista, indispensável para captar a atenção, pode ser, assim, reequilibrada no interior do sistema (Luhmann, 2009, p. 172).

Esta variedade de temas – a abertura permanente da opinião pública – desempenha também uma função estratégica dentro do sistema político, pois corresponde à necessidade de os temas se alterarem de acordo com exigências externas. Vemos esta necessidade, segundo a perspetiva sistémica de Luhmann, como algo previsível já que qualquer sistema apresenta sempre algum grau de abertura ao ambiente, constituído pelo conjunto de todos os outros sistemas. Neste sentido, um sistema não pode furtar-se às diferenças percecionadas no ambiente e que, de alguma forma, determinam que ele se adapte a elas.

O sistema político, como um sistema de dominação, não pode furtar-se às exigências temáticas que chegam até ele, não mais através de indivíduos autónomos que formavam o outrora denominado público, mas dos inúmeros subsistemas funcionais que coexistem na sociedade. Isto não significa, porém, que esses subsistemas efetivamente comuniquem entre si e com o sistema político, pois ao se autonomizarem cada vez mais ao ponto de criarem códigos e semânticas próprios, eles encapsularam-se autopoieticamente. Neste contexto, o sistema político autocompõe-se para se adaptar ao ambiente em constante mutação, porém a partir de mudanças determinadas pelas suas próprias estruturas, e não por agentes externos.

Em última instância, podemos dizer que este processo de *autopoiesis* descrito por Luhmann, em que os sistemas sociais passam a funcionar em regime de autorreferencialidade como resposta à crescente complexidade que chega até eles através

do ambiente – composto pois, pelos demais sistemas –, põe em causa a própria ideia de comunicação. Este processo geral (de autopoiesis),

[...] perdeu todo o sentido teleológico: não é possível identificar propriamente uma finalidade do funcionamento dos sistemas, ou pelo menos um fim que possa ser definido como um objectivo superior; quando muito, podemos falar de uma razão para esse funcionamento, mas que não é mais do que a própria auto-regulação dos sistemas – os sistemas orientados para a sua própria sobrevivência, que nada mais tem em mira do que uma autopreservação (Esteves, 2016, p. 418).

Tematização: perspectiva cognitivista para o estudo dos efeitos dos media

A proposta concetual desenvolvida por Niklas Luhmann – a opinião pública como uma estrutura temática, cuja funcionalidade está ligada ao sistema político – deu margem para, nos anos seguintes à publicação de *A Opinião Pública*, a tematização se afirmar como uma teoria dos efeitos dos media, de recorte cognitivista. Embora a problemática dos efeitos não correspondesse a um interesse imediato do autor, um conjunto de outros autores (Franco Rositi, Carlo Marletti, Giorgio Grossi e Frank Böckelmann, entre outros), inspirado nos seus trabalhos, vieram possibilitar que a tematização se afirmasse como uma teoria dos efeitos dos media (Esteves, 2016). O que se compreende, pois se a reinterpretação do conceito efetuada por Luhmann (2009) se insere num quadro sociológico mais vasto, que procura responder aos problemas colocados pela crescente complexidade⁹⁷ das sociedades atuais, a seleção de temas prioritários constituintes da opinião pública encontra-se também estreitamente associada à elevada tecnologização que caracteriza o processo de comunicação na atualidade.

As questões relacionadas com a actividade jornalística são uma das dimensões concretas desta elevada tecnologização do universo da comunicação; a nível dos *media*, o processo de tematização da opinião pública está ligado, em primeira instância, a este tipo de actividade: o jornalismo é o modo de comunicação por excelência através do qual se processa a mediação dos assuntos políticos/públicos nas nossas sociedades (Esteves, 2016, p. 414).

Relativamente ao recorte cognitivista da teoria, ele deve-se ao facto de a sua prioridade recair sobre o processo de reconhecimento dos grandes temas políticos, ou seja, uma operação mental básica de mediação da realidade envolvente. É a partir dos media que os indivíduos percecionam os temas constituintes da comunicação pública,

⁹⁷ Essa complexidade diz respeito à crescente diferenciação funcional das sociedades, o que induz ao desenvolvimento de diferentes subsistemas sociais especializados.

ainda que o objetivo dessa seleção não seja promover a discussão racional de ideias, mas antes orientar o sistema político no seu processo decisório. Convém referir, no entanto, que na tematização a fronteira entre cognições e comportamentos, de modo diferente de outras teorias no âmbito dos efeitos dos media, é mais nebulosa.

Se considerarmos a perspetiva de Luhmann (2009) de que a tematização opera como um guia para o sistema político, logo se chega ao entendimento de que a seleção realizada diz respeito tanto a um processo cognitivo – ao balizar a gestão da atenção – quanto a um processo comportamental, ao implicar as ações próprias (e as consequentes) da tomada de decisões. Esta separação mais rígida entre cognições e comportamentos apenas se mantém na fase primária de contacto media-indivíduos, com a articulação de ambos os domínios já a ocorrer num momento seguinte, quando, em consequência de uma certa orientação da atenção, são assumidas decisões políticas com incidência alargada a nível coletivo. Este tipo de interpretação decorre “[...] da aplicação do esquema sistémico que supõe a separação de mecanismos de selecção e mecanismos de estabilização (dos sistemas sociais)” (Esteves, 2016, p. 422).

A partir desta perspetiva dos efeitos (inspirada em Niklas Luhmann), debruçámo-nos sobre a cobertura dos jornais *Público* e *Expresso* sobre o Brasil e os imigrantes brasileiros. Conforme se evidenciou em capítulo anterior, a cobertura dos jornais centrou-se em três grandes temas ao longo dos dois períodos de estudo: a emigração portuguesa para o Brasil, a imigração brasileira em Portugal e a prostituição de imigrantes brasileiras. Relativamente ao primeiro destes temas, observou-se no segundo período que ele se centrou exclusivamente nos emigrantes de *background* económico/educacional mais elevado, silenciando o considerável contingente de emigrantes de origens mais simples que também estavam a emigrar para o Brasil, conforme indicam os dados recolhidos por Paulo Madeira et al. (2016).

Sobre a imigração brasileira em Portugal, observou-se que, se até 2003 este tema tinha sido incipiente, com os jornais a dedicarem mais atenção aos fluxos provenientes do Leste europeu, a partir desse ano ganhou visibilidade, mantendo-se mesmo no segundo período, quando se verificou uma diminuição acentuada da comunidade brasileira. Neste contexto, os jornais optaram por destacar justamente a situação de crise que se abatia sobre os brasileiros em Portugal, ao mesmo tempo que também se começava a definir um tema que, depois, parece ter-se estabelecido em

definitivo (de acordo com o que escutámos dos imigrantes durante as entrevistas e os grupos de foco): a recente imigração brasileira de perfil socioeconómico mais elevado, em que as pessoas não emigram por necessidades económicas e laborais, mas para estudar ou investir no país.

Relativamente ao tema da prostituição de imigrantes brasileiras, consideramos relevante assinalar que, sobretudo no contexto do caso “Mães de Bragança”, identificámos o que Luhmann (2009) denomina de manipulação em algumas das peças analisadas, pelo facto deste tema e as respetivas opiniões surgirem amalgamados. Como explica o autor, a manipulação geralmente ocorre através dos *mass media*, na sua unilateralidade tecnicamente provocada e em peças (jornalísticas ou não) em que se apresentam fundidos os temas e as implicações morais das opiniões expressas sobre os mesmos. Conforme identificámos em capítulo anterior, a caracterização das brasileiras evidenciava certas escolhas retóricas e estilísticas do discurso, em que era notória a implicação moral de tal descrição, com a suposta sensualidade brasileira avaliada (negativamente) a partir de uma perspetiva eurocêntrica.

Podemos dizer, pois, que ao apresentarem estes grandes temas relacionados com o Brasil e os brasileiros, os jornais atribuíram-lhes relevância pública, deixando assim de fora outros temas sobre o país e o seu povo, que não foram tratados pelos periódicos ou que apareceram só em páginas secundárias e sem destaque. A tematização, como processo de seleção que se estabelece a partir dos procedimentos do jornalismo de massa, é resultado da aplicação dos chamados valores-notícia.

Assim, o que os profissionais dos *media* (jornalistas) fazem ao aplicarem os valores-notícia não é mais do que uma antecipação das regras de atenção que orientam os indivíduos em geral; a atenção é um recurso escasso, que exige, por conseguinte, uma orientação criteriosa para poder ser utilizada, ou, dito de outra forma, na medida em que a nossa capacidade de atenção é limitada, ela deve ser orientada para poder fixar-se em determinados objectos (Esteves, 2016, p. 423).

Neste ponto, convém retomar a discussão promovida por Gislene Silva (2005) acerca dos valores-notícia, que a autora vê como dizendo respeito, exclusivamente, aos atributos dos acontecimentos (baseiam-se em geral em características mais ou menos universalmente aceites de novidade, conflito, curiosidade, tragédia, etc.). Ou seja, ainda que sejam também considerados na fase de tratamento – sobretudo a hierarquização – das notícias e na sua apresentação impressa, os valores-notícia aplicam-se de forma mais

incisiva na fase primária de seleção: no ato de determinar que ocorrência, evento ou problemática é digno ou não de se tornar notícia.

A perspetiva de que os valores-notícia são um princípio de seleção que incide sobretudo na avaliação dos acontecimentos, ou seja, de que eles são apenas uma das instâncias do vasto campo dos critérios de noticiabilidade, assemelha-se ao aprofundamento da ideia de tematização efetuado por Franco Rositi. Como explica João Pissarra Esteves (2016), se na perspetiva sistémica de Luhmann, a tematização é entendida mais como uma operação de seleção, com o autor italiano ela adquire a forma propriamente de um processo, condizente a uma sucessão de operações seletivas. Assim, haveria uma seleção de primeiro grau, em que entram em cena os valores-notícias para determinar aquilo que ganhará ou não *status* de notícia; uma seleção de segundo grau, relativa ao tratamento hierárquico dado às notícias, de acordo com o seu nível de importância (aí, pois, onde os valores-notícia podem estar de novo presentes); e por fim, uma seleção de terceiro grau referente à tematização propriamente dita, o trabalho efetuado pelos jornalistas no tratamento mais aprofundado e sistemático dos temas.

Neste sentido, as regras de atenção elencadas por Niklas Luhmann (2009) – violações de valores universais, crises, danos civilizacionais, etc. – podem ser caracterizadas como valores-notícias, ao determinarem o que ascenderá ou não ao estatuto de tema. No âmbito desta investigação, identificámos a atenção dada à emigração para o Brasil a partir de 2010 como consequência da atenção pública direcionada à crise económica em Portugal, em que a retomada do movimento emigratório não só para a ex-colónia, mas também para outros destinos, surgiu como uma das suas consequências. De forma semelhante, a atenção à imigração brasileira, que no primeiro período oscilou entre a exposição de contravenções cometidas por brasileiros e o retrato das burlas, formas de discriminação e exploração sofridas por estes imigrantes, pode ser caracterizada em ambos os polos como orientada pela regra de atenção relativa à violação de valores universais; enquanto a atenção no segundo período aos imigrantes que precisavam de ajuda para regressar ao Brasil é sinalizada, também, como um sintoma de crise.

O que parece escapar à teoria da tematização é o facto de os valores-notícia não serem naturais, ou neutros, nem existirem exclusivamente em razão da funcionalidade do sistema político, mas antes correspondem a uma forma muito particular de ver o mundo. “[...] os valores-notícia não são simples marcas de seleção, mas, mais importante, são

marcas de representação; uma vez que a seleção ‘seria um ato ideológico de representação’” (Silva, 2005, p. 100). Afinal, por mais que a atenção dada à retomada do movimento emigratório para o Brasil seja consequência de um sintoma perçecionado de crise, vimos que esta presença nos jornais se revelou um tanto excessiva, considerando a dimensão dos fluxos para outros destinos também tradicionais da emigração portuguesa. O que nos levou a considerar, portanto, que esta cobertura se orientou, também, por um imaginário social de origem secular: o Brasil como uma terra prenhe de oportunidades para os portugueses. De forma similar, podemos considerar a atenção exclusiva a este fluxo a partir de emigrantes de *background* educacional elevado e alto nível económico (a atenção aos pequenos e médios empreendedores) como orientada por um processo de ancoragem, com uma forte marca ideológica, em que se procurou caracterizar estes novos emigrantes de forma similar aos heroicos desbravadores da era dos descobrimentos.

Observámos também que a atenção dada pelos jornais a casos de prostituição e tráfico de mulheres brasileiras – verificável pelo número de peças sobre o tema em ambos os períodos – esteve relacionada, em princípio, no contexto das “Mães de Bragança”, com regras de atenção concernentes ao domínio privado e de incidência normativa e, mais tarde, com a regra das crises e seus sintomas – especialmente nos casos de tráfico humano; mas também com regras referentes às noções de normalidade e desvio. Estas são mais evidentes em textos que procuraram retratar situações que poderiam ser caracterizadas como pitorescas ou bizarras, a exemplo da prostituição na Quinta do Grilo, em Viseu, em que as mulheres se exibiam seminuas nas janelas e varandas dos apartamentos⁹⁸.

Todavia, apenas a evidência factual de que as imigrantes brasileiras representam (ou representavam) a maioria no comércio sexual em Portugal (como assinalado pela entrevistada Maria Magdala), a par desta pluralidade de regras de atenção que dão suporte ao tema, parece-nos insuficiente para justificar o seu destaque, assim como a sua persistência ao longo dos dois períodos. Conforme assinalado, a intensa presença do tema nos jornais sugere-nos também a sua vinculação a um imaginário social (de tipo colonial, mas constantemente atualizado): a associação da mulher brasileira a uma imagem de sensualidade inata e exuberância sexual.

⁹⁸ Como se observa, as regras de atenção aqui citadas expandem a tipologia inicialmente estabelecida por Luhmann e correspondem a uma conceção mais abrangente do processo de tematização estabelecida por um discípulo do autor, Frank Böckelmann (1975 citado por Esteves, 2016)

Apesar destas ressalvas sobre as limitações da teoria da tematização, as análises desenvolvidas revelam que esta teoria é útil para observarmos, por exemplo, que o estabelecimento da prostituição de imigrantes brasileiras enquanto tema serviu não apenas para conferir visibilidade pública a este assunto, como a sua continuidade ao longo dos anos, a partir de pequenas variações (a sua caracterização ao início foi mais como uma atividade desestabilizadora da instituição familiar, para depois passar a dar atenção à criminalidade envolvida nas ações de lenocínio, tráfico humano e auxílio à prostituição ilegal), proporcionou um processo de metonimização da figura da imigrante brasileira enquanto prostituta, como foi corroborado por quase todos os nossos entrevistados e participantes dos grupos de foco.

Compreendemos estas metamorfoses ao longo dos anos do tema da prostituição de imigrantes brasileiras à luz da observação de Niklas Luhmann (2009) de que todo o tema tem um ciclo de vida, que se encerra com a resolução política da problemática por si engendrada. Um tema para se manter enquanto tal, depois de aparentemente já se ter alcançado alguma resolução, necessita apresentar-se como um novo tema, ou seja, com uma nova roupagem. Neste sentido, se a princípio a problemática engendrada pelo caso “Mães de Bragança” esteve relacionada com a ilegalidade presente nas atividades promovidas pelas chamadas casas de alterne, nomeadamente o lenocínio e o auxílio à imigração ilegal (o que deu origem nos anos seguintes a várias investigações e ações policiais sobre essas casas); posteriormente o tema da prostituição de imigrantes (não só brasileiras e a ênfase sobre esta nacionalidade atenuou-se) passou a apresentar-se nos jornais relacionado mais com ações criminosas – de tráfico, exploração sexual e afins – das quais as próprias mulheres eram vítimas.

O tema para se manter presente teve de ser retrabalhado – provavelmente por ação de associações diversas – como um novo tema, não apenas com o objetivo de pressionar o Estado para dar uma resposta satisfatória à problemática do tráfico para fins sexuais, mas também para veicular uma outra imagem da imigrante brasileira que se prostitui. A consequência dessa mudança, como constatámos, foi a promoção de uma representação dicotómica, em que as imigrantes ora emergiam no discurso como criminosas, ou detentoras de uma moral no mínimo questionável, ora como vítimas, pondo em causa, muitas vezes, a autonomia de decisão das mulheres que emigraram com o objetivo de se prostituírem. Como Maria Magdala assinalou durante a entrevista, este enfoque exclusivo na problemática do tráfico humano (classificação que a próprio sugere

ser questionável e com uma ampla margem de interpretações) acaba por obscurecer a questão dos direitos das migrantes, questão que está também intimamente relacionada com o exercício da prostituição em Portugal.

Segundo a linha de raciocínio de Niklas Luhmann (2009), se pessoas com interesses similares ao da líder associativa e de instituições afins à ComuniDária pretendem que a problemática da prostituição de brasileiras e imigrantes em geral permaneça como um tema, embora com um enfoque nos direitos das trabalhadoras migrantes, devem orientá-lo de forma a que ele volte a surgir precisamente sob este ponto de vista; o que no caso em questão se mostra difícil visto não haver um consenso acerca da prostituição⁹⁹. Assim se compreende

[...] a presença crescente a nível dos *media* de actividades e de profissionais exteriores a estes (de relações públicas, *marketing*, assessores de imprensa, etc.), cujo objectivo é, precisamente, assegurarem um certo controlo sobre o funcionamento dos *media* (sobre as múltiplas operações de selecção envolvidas no processamento de temas e de assuntos), em função de interesses sociais bem determinados (governos, instâncias administrativas, partidos, empresas, personalidades, etc.) (Esteves, 2016, p. 425).

Podemos identificar a reorientação de temas que emergem como novos a partir, sobretudo, do trabalho de agentes exteriores ao campo do jornalismo, no caso da atenção dedicada pelos jornais aos imigrantes que estavam a necessitar de auxílio financeiro para voltar para o Brasil. Considerando o contexto de crise económica, em que o número de entradas de imigrantes em Portugal diminuía acentuadamente e a comunidade estrangeira decrescia a cada ano, seria de esperar que a problemática dos imigrantes (em geral e não apenas os brasileiros) não se manteria como tema, mas provavelmente a partir de um trabalho de assessoria de imprensa desenvolvido pela OIM, o tema da imigração brasileira não apenas se manteve presente, como surgiu a partir de um novo ponto de vista: as consequências da crise económica que se se faziam sentir de forma mais acentuada entre os imigrantes.

Como se observa pelo caminho até aqui percorrido, é possível estabelecer alguns importantes *insights* a partir da ideia de tematização de Niklas Luhmann (2009). Mas esta análise também evidencia algumas fragilidades da teoria. Relembramos que esta

⁹⁹ O facto, paradoxal e já assinalado, da prostituição não ser crime em Portugal, mas a sua exploração por outrem o ser, demonstra a inexistência de um consenso sobre esta atividade, dividindo-se a sociedade entre visões proibicionistas, abolicionistas e legalistas.

investigação se limita a dois jornais impressos, ditos de referência, e, neste sentido, será excessivo considerar o processo de tematização que lhes diz respeito uma expressão fiel da opinião pública portuguesa. Conforme perscrutámos nos grupos de foco e entrevistas, e mesmo qualquer análise superficial permite observar, jornais como o *Correio da Manhã*, por exemplo, de cariz mais popular, apresentam uma orientação temática diversa, relativamente ao Brasil e aos brasileiros.

Também nos soa exagerada a expressão da opinião pública como um mero operador da funcionalidade do sistema político, em que a atuação do público parece ser completamente nula. Conforme se observou em alguns momentos, a atuação de cidadãos organizados em torno de associações migrantes e afins foi determinante não apenas para promoção de certos temas, mas também para o seu enquadramento mais consequente nos jornais.

A persistência do paradigma moderno de opinião pública

Apesar das releituras realizadas por Jürgen Habermas (1992) à primeira edição de *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*, que data de 1962, o autor continua a reconhecer validade à perspetiva moderna dos conceitos de esfera pública e opinião pública. Tanto como uma base normativa essencial para um bom funcionamento da democracia, quanto como uma evidência empírica que é possível identificar em situações concretas, sobretudo em contextos de crise, e não obstante todos os constrangimentos que se colocam nas atuais democracias de massa ao estabelecimento de uma esfera pública atuante (e à opinião pública como seu desiderato).

Na obra *Direito e Democracia – entre facticidade e validade* (1997), o autor assinala que da perspetiva de uma teoria da democracia, a esfera pública não pode limitar-se apenas a captar os problemas que emergem do mundo da vida, mas deve também tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo eficaz para que sejam assumidos pelo complexo parlamentar. Neste sentido, ainda que a sua conceção esteja muito ligada a espaços concretos de públicos presenciais, Habermas frisa a correspondência da noção de esfera pública com uma estrutura comunicacional orientada para o entendimento, em que os indivíduos possuem uma liberdade comunicativa em sintonia com a compreensibilidade geral que é basilar na prática comunicacional quotidiana.

Compreende-se, portanto, que a esfera pública seja composta por inúmeros espaços públicos, tanto físicos quanto abstratos – a exemplo do espaço público formado pelos leitores de um mesmo jornal, que não se conhecem e se encontram distantes fisicamente –, porém, solidamente fincados no mundo da vida. Tal implica que uma opinião pública enfeixada num tema específico corresponde à generalização dos conteúdos e tomadas de posição presentes nestes contextos simples de interação, mas que ao se generalizarem, adotam uma orientação leiga. Isto porque,

[...] a generalização do contexto, a inclusão, o anonimato crescente, etc., exigem um grau maior de explicação e a renúncia a linguagens de especialistas ou a códigos especiais. A *orientação leiga* implica sempre uma certa indiferenciação, ao passo que a separação entre as opiniões compartilhadas e as obrigações concretas da ação caminha rumo a *intelectualização* (Habermas, 1997, p. 93).

Estas obrigações concretas da ação, porém, permanecem da responsabilidade das instituições competentes, aliviando assim a esfera pública desse peso (da tomada de decisões). A sua importância em termos normativos é assim aferida pela influência que as opiniões públicas produzem sobre o sistema político. No entanto, conforme importante ressalva estabelecida por Habermas, em geral a influência fática e a influência legítima não coincidem, pois se na esfera pública se luta por influência e as opiniões públicas apenas têm a sua qualidade atestada pela forma como se estabelecem (fruto de um consenso derivado da discussão pública) e não pelo amplo assentimento de que gozam, nada impede nesta luta por influência que entrem em ação grupos de interesse bem organizados e com poder para pressionar o sistema político (inclusive através da esfera pública).

Tal ação é favorecida não apenas pelo poder económico de que tais grupos gozam, mas também pela realidade atual da esfera pública e opinião pública na sua íntima relação com os media, ao mesmo tempo que estes se organizam cada vez mais com base, justamente, em interesses particulares. Esta assimilação dos media pela lógica dos interesses iniciou-se em finais do séc. XIX e prossegue o seu caminho na atualidade, gerando efeitos já assinalados por Jürgen Habermas em 1962: um espaço público despolitizado, a participação neste dos indivíduos submetida a um rígido controlo e uma opinião pública vocacionada sobretudo para a pacificação social.

De todo o modo, ainda que este poder exercido por grupos de interesse seja um perigo real e que recorrentemente se concretiza, ele não pode manifestar-se

explicitamente sob risco de as suas convicções serem simplesmente descredibilizadas. Isto leva-nos à conclusão de que, se a esfera pública pode ser manipulada, não pode, todavia, ser simplesmente comprada ou servir para dela se extorquir à força uma opinião pública.

Essa circunstância pode ser esclarecida pelo fato de que nenhuma esfera pública pode ser *produzida* a bel-prazer. Antes de ser assumida por atores que agem estrategicamente, a esfera pública tem que reproduzir-se a partir de si mesma e configurar-se como uma estrutura autônoma. E essa regularidade, que acompanha a formação de uma esfera pública capaz de funcionar, permanece latente na esfera pública constituída – e só reaparece nos momentos em que uma esfera pública é mobilizada (Habermas, 1997, p. 97).

A regularidade com que a esfera pública se reproduz, sempre latente nas esferas públicas concretas constituídas, relaciona-se nos dias de hoje com a complexa rede que constitui a comunicação pública, fruto de processos globais de diferenciação e complexificação sociais. Estes processos deram origem a uma multiplicidade de espaços (virtuais e presenciais) e de níveis de comunicação, que implicam múltiplos cruzamentos e sobreposições, proporcionando assim o surgimento de novas e inesperadas configurações sociais (Esteves, 2016, p. 280).

Nesta tipificação como estrutura autônoma, ancorada nos componentes sociais do mundo da vida, a esfera pública conta com a intermediação da sociedade civil, esta definida como núcleo institucional das associações e organizações livres, independentes do Estado e do sistema económico. Ou seja, uma sociedade civil que se refere aos movimentos, organizações e associações que são responsáveis pela identificação dos problemas que ressoam na esfera privada, os quais eles condensam e em seguida transmitem à esfera pública política.

A relação com a esfera privada justifica-se pelo facto de a tematização na esfera pública dos problemas da sociedade em geral ter como ponto de partida o contexto comunicacional das pessoas virtualmente atingidas pelos efeitos e disfunções dos sistemas de ação funcionalmente especializados. É das vozes díspares e variadas que fazem ecoar as suas experiências biográficas pelo mundo da vida que a sociedade civil obtém o seu insumo para organizar problemáticas na esfera pública. Conforme defende Habermas, a par dos âmbitos artístico e religioso,

[...] somente as esferas da vida ‘privada’ dispõem de uma linguagem existencial, na qual é possível *equilibrar, em nível de uma história de vida*, os problemas gerados pela sociedade (1997, p. 97).

Esta ação estruturante desenvolvida pela sociedade civil não é suficiente, porém, para manter a esfera pública imune à manipulação dos meios de comunicação de massa e das grandes agências de comunicação, e ao trabalho de propaganda efetuado por partidos e organizações políticas, entre outros. Isto significa que as associações e organizações livres, que constituem o núcleo duro do público de pessoas privadas que procuram respostas públicas para as suas experiências de vida e interesses sociais, não escapam a tal manipulação: o resultado deste confronto (mais ou menos bem-sucedido) determina a forma concreta (mais ou menos emancipatória) assumida pela esfera pública.

Existem também garantias e direitos fundamentais – como o direito de livre associação e de liberdade de expressão – constituintes das democracias de massa que fornecem uma base mínima de segurança para as estruturas da esfera pública e da sociedade civil, ainda que, por si só, eles não as possam salvaguardar. Como explica Habermas, apenas uma sociedade de sujeitos privados viva e atuante pode estabilizar essas estruturas, como torna evidente o caráter autorreferencial da prática comunicacional da sociedade civil, em que aqueles que se expõem na esfera pública procuram não apenas exercer influência a partir das suas opiniões, mas também se envolvem na tarefa de uma permanente reconstrução dessa mesma esfera pública de forma a ampliá-la.

Este empreendimento está subjacentemente expresso pelo subtexto que atravessa os diversos textos que circulam na esfera pública, segundo o qual a função crítica própria desta se pretende ver reforçada.

Além disso, o sentido performativo implícito de discursos públicos mantém atual a função de uma esfera pública intacta enquanto tal. E as instituições e garantias jurídicas de formação livre da vontade repousam sobre o solo oscilante da comunicação política daqueles que, ao utilizá-la, interpretam seu conteúdo normativo, defendem-na e radicalizam-na (Habermas, 1997, p. 103).

Neste sentido, o autor assinala ser sobretudo nos movimentos sociais mais recentes – como os relacionados, por exemplo, com as novas posições identitárias –, que se observa mais nitidamente esta *dual politics* em ação. Pois, ao mesmo tempo que os seus sujeitos procuram estabelecer temas para discussão pública, definir problemas, contribuir com soluções para os mesmos, ou seja, quando assumem uma postura

“ofensiva”, também têm por objetivo “defensivamente” preservar as estruturas da esfera pública, produzir esferas públicas subculturais, consolidar identidades coletivas, etc.

A perspectiva aqui decorre do reconhecimento de validade do projeto da modernidade, cuja situação é tida como ainda não plenamente concretizada ou mesmo, pelas suas próprias características, como algo inacabável. Ou seja, um *never-ending project* que procura sempre ampliar o espectro de liberdade a partir de uma postura crítica (que já no séc. XIX se insinuava, por exemplo, com o espaço público plebeu e o movimento feminista); e que denuncia a configuração ideológica da clássica esfera pública (ocidental/ burguesa/ masculina/ branca), ao mesmo tempo que assume a defesa e ampliação dos seus princípios normativos de igualdade entre os sujeitos e a liberdade de participação.

Tal postura dual corporifica-se, justamente, nas ações dos novos movimentos sociais e expressões identitárias, que questionam enfaticamente o estatuto de “Outro” que lhes é destinado por um espaço público normalizado e acomodado. Neste contexto, o grande desafio que se coloca ao potencial emancipatório de todo este processo é a dificuldade dos diversos espaços públicos parciais estabelecerem pontes hermenêuticas entre si e, assim, conseguirem encaminhar o resultado das suas deliberações para o espaço público global. Como afirma João Pissarra Esteves:

Para que as pontes hermenêuticas referidas se possam estabelecer, esta “especialização” de públicos não poderá tornar-se sinónimo de um hermetismo da sua comunicação (pública), em termos seja de assuntos tratados, seja da participação propriamente dita dos sujeitos (por uma selectividade mais ou menos discriminatória dos participantes). (2016, p. 282)

Num primeiro momento, uma certa especialização acaba por ser inevitável, como resultado da necessidade dos novos movimentos sociais se autoidentificarem e se autolegitimarem, mantendo-se em algum nível, pois recorrentemente eles necessitam certificar-se da sua identidade. Habermas denomina esta movimentação de *identity politics*, relativamente à qual distingue os sujeitos que se contentam em utilizar uma esfera pública já constituída – procurando, assim, apenas defender os seus interesses particulares –, daqueles que participam ativamente na reprodução das estruturas da esfera pública. Esta postura é reconhecível pelo grau de comprometimento que os sujeitos demonstram em ir além dos seus interesses imediatos e, também, em defender a não exclusão e não repressão de outras minorias e grupos marginalizados.

A capacidade (e possibilidade) dos diversos públicos reproduzirem as estruturas da esfera pública esbarra na barreira, por vezes intransponível, do poder dos media (mais fortalecido à medida que estes foram acumulando mais capital e centralizando as suas operações, ao longo de todo o séc. XX) decidirem sobre as formas de apresentação das diversas problemáticas a que os próprios concedem visibilidade, controlando assim o fluxo de temas e contribuições sobre os mesmos. Este é um problema, já anteriormente referido, real e mensurável, o qual, no entanto, as chamadas democracias de massa têm procurado contornar na atualidade – mesmo que com resultados sempre aquém do desejado...; seja por meio de uma maior regulação das atividades dos media, do seu escrutínio por entidades reguladoras e, ainda, da atuação de serviços públicos de radiodifusão.

Considerações finais: a atuação dos imigrantes na sociedade civil

Após o já longo trajeto até aqui percorrido e os resultados obtidos com a parte empírica da investigação, mais os autores e teorias mobilizados para a análise do nosso objeto de estudo, concluímos que, se as alterações conjunturais verificadas no fluxo migratório entre Portugal e Brasil e a nível da realidade socioeconómica dos dois países no segundo período de análise foram determinantes para uma alteração temática da cobertura dos jornais sobre a imigração brasileira, estes elementos, no entanto, não provocaram mudanças significativas no que diz respeito às representações sociais desta nacionalidade mais presentes na opinião pública portuguesa.

Isto significa que, apesar da realidade atual de um grande contingente de estudantes brasileiros no ensino superior português ou de estratos economicamente mais abastados da sociedade brasileira estarem a emigrar para Portugal – um cenário que não está em sintonia com o sentido subjacente às representações sociais hegemónicas sobre o país e seu povo; tais fenómenos, ainda assim, não se mostraram suficientes – pelo menos no período abrangido por esta investigação – para provocar alguma mudança mais significativa nessas mesmas representações.

O que um trabalho tanto quanto possível minucioso de análise crítica do discurso jornalístico permitiu verificar é que, grosso modo, as notícias mantiveram uma caracterização e enquadramento destas novas realidades da imigração brasileira segundo os tradicionais padrões de representação hegemónicos. Ou seja, ainda a evocação do imaginário social do Brasil como terra selvagem, mas repleta de oportunidades, e dos

brasileiros como um povo alegre, festivo, descontraído, mas também malandro; isto a propósito dos mais diversos tópicos de notícia – tanto no primeiro período de análise como no segundo. Retivemos a percepção, inclusive, de que em determinados momentos esse imaginário orientou a seleção temática sobre notícias acerca do Brasil e dos brasileiros, por exemplo, quando verificámos a excessiva ênfase dada ao fluxo migratório de pequenos e médios empreendedores portugueses para o Brasil no contexto da crise económica.

As alterações positivas a nível do discurso jornalístico (conforme assinalámos no decurso da pesquisa) apresentaram-se mais como resultado do trabalho desenvolvido ao longo de anos por associações migrantes e afins com presença na sociedade civil portuguesa, que souberam eficazmente tematizar a questão dos direitos migrantes na esfera pública e, a partir desse trabalho paulatino, alcançaram importantes conquistas. O resultado talvez mais palpável desta ação foi, conforme já aventado, a recomendação elaborada pela ERC para não se efetuar uma discriminação de nacionalidade ou território de origem dos personagens das notícias. Não que este tipo de ocorrência tenha deixado de estar presente nos jornais, como vimos de forma ainda notória no segundo período de análise em notícias que tratavam a problemática da prostituição de imigrantes brasileiras. No entanto, não deixa de ser já uma evolução positiva que se tenha chegado a este entendimento, o qual se consubstanciou num posicionamento predominante nos jornais estudados durante o segundo período de análise.

Lembramos, também, que esta investigação se iniciou no ano 2000, período em que Portugal ainda começava a se afirmar como um país maioritariamente de imigração – situação que seria consolidada nos anos seguintes, mas logo revertida a partir de 2010. Neste sentido, compreende-se que os resultados dos esforços empreendidos por associações migrantes e afins em prol de uma representação jornalística mais consequente só tenha sido perceptível a partir do segundo período. Além disso, assinalamos também que foi a partir de 1999 que se iniciou a segunda vaga de imigração brasileira, de cariz mais popular e, portanto, constituída por um contingente populacional mais suscetível a sofrer ações discriminatórias. Isto explica que um trabalho mais incisivo por parte de associações como a Casa do Brasil e de imigrantes brasileiros organizados enquanto públicos parciais só se tenha feito sentir de forma mais acentuada, com reflexos no discurso jornalístico, com o passar dos anos.

O que se retém, portanto, é que houve efetivamente alterações positivas a nível do discurso jornalístico, na forma como, com o passar dos anos, evoluiu a representação da nacionalidade brasileira nos jornais, menos construída com base em retratos estereotipados e mais preocupada com a apresentação consequente das problemáticas que afetam este contingente migratório. Esta evolução, todavia, correspondeu mais a um trabalho sistemático efetuado por imigrantes brasileiros organizados com o objetivo de influenciar a esfera pública política, do que à mudança da realidade conjuntural dos dois países entre os anos de 2010 a 2015. Esta mudança implicou, inevitavelmente, uma alteração temática na cobertura dos jornais, mas não com força suficiente para provocar um redimensionamento das representações sociais hegemónicas sobre o Brasil e os brasileiros a nível do seu discurso. Pelo contrário, observou-se que, apesar dessas mudanças temáticas, se manteve muitas vezes, de forma sub-reptícia, a evocação do anterior imaginário social acerca do país e do seu povo.

CONCLUSÃO

A primeira conclusão, logo evidenciada empiricamente aquando da seleção de textos do *Público* e do *Expresso*, é de que houve, efetivamente, alterações temáticas na cobertura de ambos os jornais sobre o Brasil e os brasileiros entre os dois períodos do estudo, em consonância, pois, com a nossa própria hipótese inicial e com as mudanças verificadas no fluxo migratório e na conjuntura socioeconómica de Portugal e Brasil nos períodos de 2000 a 2005 e de 2010 a 2015. Todavia, se para a teoria da tematização esta seleção temática já corresponde à expressão da opinião pública portuguesa sobre este país e o seu povo – com a ressalva de a nossa inquirição ser limitada apenas a dois periódicos de referência –, mesmo a este nível podemos levantar algumas questões acerca das motivações subjacentes a essa seleção, que nos ajudam a compreender de forma mais abrangente esta evolução das representações sociais sobre o Brasil e os brasileiros que circulam na sociedade portuguesa.

Pois, se é compreensível a intensa cobertura de temas relacionados com a comunidade brasileira, sobretudo a partir de 2003¹⁰⁰, já a presença de imigrantes brasileiros (ou de indicadores de realce desta sua nacionalidade) em notícias de criminalidade e afins é mais questionável, considerando não existir nenhum estudo neste período que indique qualquer relação relevante entre a situação da criminalidade em Portugal e a presença de imigrantes e minorias étnicas. Como percebemos por diferentes autores (Ferin et al., 2009; Carvalheiro, 2008, por exemplo), esta situação não se limitou aos imigrantes brasileiros: ela foi bastante mais expressiva em relação, principalmente, aos imigrantes dos Palop e aos afrodescendentes, o que sugere estar relacionada com estereótipos e preconceitos associados a antigos povos colonizados, oriundos de territórios exteriores ao espaço europeu.

Especificamente em relação aos brasileiros, esta suspeição, de cariz colonial, dirigida a estas populações estrangeiras está relacionada com o estereótipo comum da malandragem. Como vimos, este foi incorporado como símbolo da autoimagem do país pela própria cultura popular brasileira (Bosco, 2017): a figura do malandro tão realçada no samba. Em Portugal, porém, o estereótipo (também relacionado com a imagem de um

¹⁰⁰ Ano de assinatura do chamado “acordo Lula”, o que proporcionou a regularização de milhares de imigrantes brasileiros, o que levou, assim, a que esta comunidade se tornasse a maior em Portugal a partir de 2007, suplantando os cabo-verdianos (dados SEF).

embusteiro e afins), fortaleceu-se no séc. XIX a partir da popularização da figura dos “brasileiros de torna-viagem” e da sua caracterização extremamente ácida por alguns dos maiores escritores portugueses, como Camilo Castelo Branco. Soma-se a isto uma cobertura jornalística em que frequentemente são apresentadas ocorrências de crime e violência urbana no Brasil, como no exemplo desta peça com o seguinte título: “Crimes à brasileira”¹⁰¹ – no auge da segunda vaga de imigração brasileira, o semanário destaca a “brasileirização” dos crimes cometidos em Portugal, em virtude do aumento do uso de armas de fogo, como se tal fosse característico e exclusivo da realidade brasileira...

Como referimos no capítulo sobre os grupos de foco e entrevistas, e por se tratar de uma investigação que se debruça sobre fenómenos recentes, o nosso questionamento dos jornais, concluído no ano de 2015, identifica uma tendência que viria a revelar-se predominante a seguir (e ainda hoje), conforme perceção dos imigrantes contactados e o que um rápido vislumbre sobre a imprensa nacional identifica: no presente o tema dominante relativamente à imigração brasileira apresenta duas vertentes, em que de um lado se destacam os estudantes que vêm frequentar o ensino superior português e de outro os brasileiros de alto poder aquisitivo que estão a emigrar, sobretudo em busca de qualidade de vida e para investir no país, sem preocupações, aparentemente, de carácter laboral.

Não encontramos estudos sobre este recentíssimo fluxo de imigrantes brasileiros¹⁰² e, a partir das suas características socioeconómicas, compreendemos a máxima do *money talks* enquanto uma regra de atenção. Todavia, este silêncio sobre imigrantes de origem mais simples, que deixaram o Brasil por razões laborais, não será de estranhar? Assim como os casos de exploração e burlas de que os imigrantes são vítimas, e que estiveram tão presentes na cobertura do primeiro período e, depois, deixaram de aparecer? Como afirmou em entrevista Cyntia de Paula, então presidente da Casa da Brasil, na associação sempre foi perceptível a continuidade de um certo fluxo de brasileiros para Portugal, com esta líder associativa já persentindo naquele momento (2018) o surgimento de uma nova vaga de imigração, cuja característica dominante não era um *background* económico elevado, ao contrário do retratado pela imprensa.

¹⁰¹ *Expresso*, 05/03/2005, p. 18.

¹⁰² Conforme referenciado pelos relatórios do SEF, a comunidade esteve em decréscimo entre os anos de 2011 e 2016, só voltando a crescer no ano seguinte.

Também é de referir a ênfase dos media, no segundo período, sobre o fluxo migratório português para o Brasil, apesar de este não ser muito intenso, nem constituído apenas por emigrantes de um perfil socioeconómico mais elevado. Assim, a primeira conclusão que retemos pela mera observação a partir da recolha de notícias nos jornais, ainda sem recorrer à análise crítica do discurso e à análise de enquadramentos de algumas peças, é que a seleção realizada, longe de se ter orientado apenas pelas regras de atenção tipificadas por Luhmann (2009) e outros autores próximos (neste caso em particular, o critério de situações de crise e ameaça a valores fundamentais), corresponde antes a uma forma muito peculiar de os jornais estudados e os seus respetivos profissionais compreenderem fenómenos relacionados com o Brasil e os brasileiros.

Uma forma de compreensão de base ideológica – colonial e eurocêntrica – em que determinadas representações sociais hegemónicas sobre o Brasil e os brasileiros (e também os portugueses) parece estarem por detrás da seleção temática realizada. Neste sentido, compreendemos a atenção ao fluxo de empresários portugueses de pequena e média dimensão para o Brasil, no auge da crise económica em Portugal, como orientada não apenas por evidências factuais¹⁰³, mas sobretudo pelo imaginário secular do Brasil como terra preta de promessas para heroicos portugueses desbravadores.

Este imaginário ressurgiu com força redobrada num contexto de crise intensa em Portugal e (ainda de) furor económico no Brasil, mas as suas origens remontam ao séc. XIX, à figura do brasileiro torna-viagem e ao ideário subjacente à expressão “construir novos Brasis em África”. Como explica Valentim Alexandre (2000), esta frase foi bastante comum em jornais portugueses logo após a independência do Brasil, o que revela não apenas um receio de índole imperial, mas sobretudo a ideia de uma centralidade deste país no império português, por se constituir como o seu centro produtivo e fonte principal de divisas. Vimos que já no séc. XX voltou a adquirir grande importância no imaginário português, então por meio do luso-tropicalismo, assumido e promovido de forma propagandística pelo Estado Novo como ideologia oficial. No quadro desta ideologia, o

¹⁰³ Realmente existe uma vaga de portugueses para o Brasil durante o segundo período de análise e este contingente era constituído por um número mais elevado, dentre os destinos tradicionais da emigração portuguesa, de empresários e trabalhadores por conta própria. Porém, nem a vaga era assim tão robusta, em comparação com outros destinos prioritários dos portugueses durante a crise, nem o contingente de empresários dentre os que emigravam para o Brasil era tão elevado (Peixoto et al., 2016).

Brasil era apresentado como exemplo da colonização (“suave”) realizada pelos portugueses.

Como a análise mais pormenorizada de algumas peças jornalísticas também evidenciou, a cobertura dos jornais sobre esse contingente emigratório de portugueses, de perfil empreendedor e elevado *background* educacional, esteve bastante orientada por este imaginário de raízes seculares, assim como por um imaginário que associa a identidade cultural portuguesa à imagem de um povo desbravador, decalcada das figuras heroicas da era dos descobrimentos. Esta nova interpretação tem por base os recursos estilísticos e retóricos utilizados para caracterizar esses emigrantes, em que se frisava, por exemplo, a desenvoltura de portugueses que estavam a viver no Morro do Vidigal, no Rio de Janeiro, e que circulavam por seus becos e vielas com a “fluidez de indígenas”¹⁰⁴. Como assinalamos no respetivo capítulo, este trecho é revelador de uma operação de ancoragem, nos termos da teoria das representações sociais, em que se estabelece uma associação da experiência desses emigrantes com a imagem do colonizador português promovida pelo luso-tropicalismo, como alguém dotado de enorme adaptabilidade (e ausência de racismo) quando se encontra no meio de outros povos e em terras distantes.

Sobre o tema da prostituição de imigrantes brasileiras, também identificámos a presença de estereótipos e de representações sociais de cariz ideológico colonial a condicionar tanto a existência do tema em si, quanto o seu enquadramento. Embora nos faltem estudos e dados oficiais a assinalar que as brasileiras são (ou foram), em algum momento no início do séc. XXI, a principal nacionalidade no comércio sexual em Portugal, duas das nossas entrevistadas que trabalham com mulheres em situação de prostituição – Maria Magdala, dirigente da *ComuniDária*, e Dália Rodrigues, diretora técnica d’ *O Ninho* – assinalaram ser esta nacionalidade a mais comum entre as pessoas por elas atendidas; diversos estudos (Simões, 2018; Santos, Gomes & Duarte, 2009) apontam, também, que no início do presente século as brasileiras eram as principais vítimas do tráfico para fins sexuais em Portugal. O contexto de prostituição em que as brasileiras normalmente se encontram envolve diversos tipos de contravenção de acordo com a legislação portuguesa: lenocínio, auxílio à imigração ilegal e tráfico de pessoas. A existência deste tópico de notícias está, assim, perfeitamente justificada.

¹⁰⁴ “No topo do morro” (*Revista do Expresso*, 19/1/13, p. 24-33).

Todavia, observamos na análise mais atenta de alguns textos de imprensa que a questão securitária não foi o elemento mais realçado, mesmo quando havia evidências factuais (assinaladas nas próprias notícias) que facilitavam o seu desenvolvimento. Exemplos desta situação são a reportagem da revista do *Expresso* sobre as “Mães de Bragança”¹⁰⁵, em que se referia que todas as imigrantes brasileiras a trabalhar numa das casas de alterne visitadas não possuíam contrato de trabalho, o que evidenciava, pois, um caso de imigração ilegal; e a reportagem do *Público* sobre a prostituição no bairro Quinta do Grilo, em Viseu¹⁰⁶, em que, embora citando fonte policial para referir a retenção de documentos por parte de pessoas que exploravam o trabalho das mulheres, o trabalho jornalístico não aprofundou estes indícios de lenocínio e, também, muito provavelmente, de tráfico sexual.

Isto leva-nos a concluir que a cobertura deste assunto também esteve bastante orientada por um imaginário de raiz colonial, que promove representações sociais das mulheres brasileiras como possuindo uma sensualidade inata e exacerbada, algo evidente no discurso destas notícias a partir, principalmente, de estratégias de generalização e excessiva lexicalização. Vimos, porém, que a origem desse imaginário remonta à *Carta de Achamento* de Pêro Vaz de Caminha, no trecho de descrição das índias. Um imaginário que, depois, o país sistematicamente atualizou ao longo de séculos, em distintas contextualizações: a promoção da figura da brasileira – principalmente da *mulata* – pelo Estado e pela cultura popular do país, e a sua posterior exploração comercial no âmbito turístico; no contexto português, a popularidade ao longo do séc. XX da cultura popular brasileira, principalmente através das telenovelas (chegadas a Portugal no fim da década de 1970), que se mostraram bastante arrojadas em termos de costumes para uma sociedade recém-saída de uma ditadura conservadora que exerceu uma forte contenção sobre a população em termos de sexualidade (Pais, 2010).

Neste sentido, acabamos também por não estranhar a presença em peças que não se relacionam com o tema da prostituição e do tráfico de pessoas de uma caracterização estereotipada de mulheres brasileiras, quando se realça, por exemplo, que uma das entrevistadas de uma grande reportagem sobre a comunidade brasileira apresentava um “decote pronunciado”: uma informação que no correr do texto não apenas se revelava absolutamente desnecessária, como é também reveladora de uma estratégia de excessiva

¹⁰⁵ “O sexo e a família” (*Única*, 10/5/2003, p. 64-70).

¹⁰⁶ “Na Quinta do Grilo o pecado paga IMI” (*Público*, 13/1/13, p. 20-21).

lexicalização. Este tipo de estratégia é bastante comum em notícias que apresentam caracterizações de membros de minorias, em que estes são descritos por uma profusão de traços redundantes e que se revelam desnecessários para a compreensão do discurso (Teo, 2000)¹⁰⁷.

Nas peças sobre o tema da prostituição de imigrantes brasileiras, a estratégia de generalização tem, também, uma presença recorrente, porém, algumas vezes é invalidada no próprio texto em que é utilizada, a exemplo da já citada reportagem sobre a prostituição na Quinta do Grilo, em que o subtítulo se refere às mulheres que se exibiam nas janelas e varandas das moradias como “brasileiras”, enquanto a meio do texto é dito: “[...] as mulheres, *quase* todas brasileiras” (grifo nosso). Conforme se pode ler numa outra reportagem do diário¹⁰⁸, publicada pouco tempo antes desta, no contexto de crise económica em Portugal, entidades que trabalhavam com pessoas em situação de prostituição registavam uma diminuição da presença de brasileiras, o que se compreende, considerando que neste período a comunidade tinha sofrido uma baixa acentuada; contudo, o tema da prostituição de imigrantes brasileiras manteve-se presente mesmo não havendo certeza desta nacionalidade ser ainda majoritária no comércio sexual em Portugal. Tal leva-nos a concluir que este imaginário de brasileira sensual deu origem a um processo de metonimização da figura da brasileira como prostituta.

Se relativamente à prostituição de imigrantes os jornais não demonstraram atenção à provável diminuição desta nacionalidade no comércio sexual, o mesmo não se pode dizer acerca da comunidade brasileira em geral, com os dois jornais a dedicarem vários textos a brasileiros que regressavam ao seu país, principalmente àqueles que por se encontrarem em situação de penúria extrema, necessitavam de auxílio financeiro para voltar. Todavia, de forma similar ao observado nas peças sobre a emigração portuguesa mais recente para o Brasil e em consonância com a nossa conclusão mais geral de que, se houve alterações temáticas na opinião publicada sobre o Brasil e os brasileiros, esta não deixa de continuar a orientar-se por representações sociais hegemónicas sobre o país e o seu povo, uma análise mais detida dessas peças sobre o regresso de imigrantes evidenciou

¹⁰⁷ Por exemplo, como indicado em capítulo anterior, nesta mesma reportagem, “A triste novela dos brasileiros que não sambam” (*Público*, 2/11/2003, p. 2-3), o jornalista afirma a respeito de um grupo de amigas brasileiras contactadas, que elas “possuem a descontração sensual das brasileiras que faz tomar umas pelas outras”...

¹⁰⁸ “Prostituição está cada vez mais perto das ruas da aldeia” (*Público*, 11/8/12, p. 2-3).

a manutenção dos estereótipos recorrentes: os brasileiros como um povo alegre, festeiro, simpático e sem a melancolia dos portugueses.

Dois articulistas da *Única* (revista do *Expresso*), Clara Ferreira Alves e Miguel Sousa Tavares, em textos publicados no auge da crise, em 2011¹⁰⁹, recorreram explicitamente a estes estereótipos, conforme analisado em capítulo anterior, ao lamentarem a diminuição da comunidade brasileira. Neste sentido, se aparentemente pode observar-se uma evolução e, de facto, como assinalámos no capítulo anterior, se identifica um público atuante formado por indivíduos interessados na temática migratória e que produz uma opinião consequente capaz de influenciar a opinião pública mais geral sobre esta matéria, conforme observamos no processo que culminou na recomendação da ERC para que se deixasse de referir o território de origem dos personagens de notícias sobre crime e afins; num contexto mais lato observa-se a continuidade das habituais representações hegemónicas sobre o Brasil e os brasileiros na opinião pública portuguesa. Mesmo quando estas representações surgem no discurso jornalístico de uma forma mais positiva, a partir de estereótipos que não são necessariamente negativos, estes por serem justamente o que são (estereótipos) apresentam-se como um traço demasiado generalizante, e ao serem constantemente utilizados contribuem para obscurecer um entendimento mais abrangente da pluralidade de indivíduos que constituem todo o contingente de imigrantes brasileiros em Portugal, bem assim como a complexa realidade social brasileira.

Num contexto similar, e expandindo a temporalidade estabelecida para esta investigação, Elaine Javorski Sousa e Juliana Chatti Iorio (2018) observam que a ênfase atual da imprensa portuguesa no perfil de imigrante brasileiro de *background* educacional e económico elevado, além de não corresponder totalmente à realidade¹¹⁰, é também reveladora de uma ideologia de perfil colonial e imperial: ao se pretender representar Portugal como um eldorado para os atuais imigrantes brasileiros, o discurso salienta apenas o lado positivo (estereotipado) de Portugal e o lado negativo (também estereotipado) do Brasil, ao mesmo tempo que não chega a ser abandonada uma certa suspeição mesmo em relação a esses imigrantes “ideais”. Segundo as autoras e em consonância com o relato de alguns dos imigrantes por nós contactados, muitos desses

¹⁰⁹ “O Brasil a ir embora” (coluna da Pluma Caprichosa, *Única*, 13/8/11, p. 4) e “Onde está meu ouro de Minas?” (coluna do Miguel Sousa Tavares, *Única*, 27/8/11, p. 7).

¹¹⁰ Como as autoras referem, o relatório do SEF de 2016 indica um aumento da imigração ilegal brasileira, o que claramente não corresponde a esse perfil de imigrante.

novos imigrantes endinheirados são relacionados com casos de corrupção no Brasil (o que explicaria, assim, o seu elevado capital)¹¹¹:

É possível observar, todavia, que mesmo com o predomínio dos adjetivos empregados nas referências aos brasileiros como “abastados”, “classe média”, “ricos”, ainda assim existe uma desconfiança levantada pela migração de cidadãos ligados a esquemas de corrupção que circulam frequentemente por Portugal. Assim, apesar de todo rechaço pelo tradicional brasileiro “malandro” observado no discurso, há exemplos deles também na classe mais favorecida. [...] (Javorski & Iorio, 2018, p. 332)

Compreendemos, assim, a posição dos imigrantes de perfil social mais baixo (apresentada nos grupos de foco e entrevistas) quanto ao não reconhecimento de uma mudança positiva da imagem do brasileiro por parte dos portugueses. A análise crítica do discurso jornalístico revelou que, embora tenham ocorrido alterações temáticas e uma menor evidência de representações preconceituosas e estereotipadas nos jornais, mesmo esses temas mais atuais, que num primeiro momento até podem sugerir uma representação mais “positiva” do Brasil e dos imigrantes brasileiros, continuam a circular num imaginário secular repleto de representações sociais hegemônicas. Neste sentido, não poderá surpreender, pois, que o sentimento que prevalece entre estes imigrantes que não correspondem ao perfil do novo imigrante brasileiro em Portugal – alguém que vem para estudar ou para investir no país – seja o de que o preconceito e a discriminação em relação aos brasileiros não terão diminuído¹¹².

Por fim, concluímos ainda que, se não houve significativas alterações no período do nosso estudo das representações sociais sobre o Brasil e os brasileiros que circulam na sociedade portuguesa e que influenciam a constituição de uma opinião pública sobre questões relacionadas com este país e a sua população, isto deve-se a um contexto estrutural que vai além da específica relação entre os dois países, a nível oficial, mas antes tem a ver com um imaginário imperial e colonial que continua ainda bastante presente em Portugal. Num contexto de mobilidade geográfica – como assinalámos, os temas da “imigração brasileira em Portugal” e da “emigração portuguesa para o Brasil” foram dois

¹¹¹ Lembramos que, em relação aos brasileiros de torna-viagens, também a origem da sua fortuna, amealhada no Brasil, era tida como suspeita...

¹¹² Convém referir, no entanto, que durante estes encontros observámos que esses imigrantes eram consumidores mais assíduos não dos meios de comunicação de referência por nós estudados, mas de jornais como o *Correio da Manhã*, no qual não temos a certeza de ter havido uma diminuição ou erradicação de expressões preconceituosas mais notórias (por exemplo, a referência à nacionalidade em peças sobre criminalidade...). Neste sentido, a sua apreciação mais geral sobre o senso comum português relativamente ao brasileiro pode também ter sido influenciada por esta cobertura “alternativa”.

dos principais na cobertura dos jornais –, este imaginário, com uma ênfase representacional sobre o passado, exerce grande influência na forma como os fluxos migratórios são percebidos (os diferentes destinos e pessoas que os constituem) (Javorski & Iorio, 2018). Como observámos, a quase totalidade das representações sociais sobre os brasileiros identificadas nas peças jornalísticas tem origens no período colonial, com toda a carga ideológica presente naquele momento (e que, assim, ainda hoje subsiste) e que, em traços gerais, posicionou os colonizados como o “Outro” da racionalidade ocidental.

A presença, ainda forte¹¹³, deste imaginário de tipo colonial e imperial a influenciar a forma como a sociedade portuguesa vê o seu passado e, em particular, a sua relação com os antigos povos colonizados (que representam, não por acaso, os principais contingentes migratórios do país) vai além das representações jornalísticas e evidencia-se também em polémicas recentes, como a da construção de um “Museu das Descobertas”¹¹⁴. Neste sentido, se no período abrangido por esta investigação se identificaram alguns desenvolvimentos positivos relativamente à representação jornalística do imigrante brasileiro e da imigrante brasileira em particular¹¹⁵, pensamos que uma superação desta forma de compreender os diversos fenómenos relacionados com a história de Portugal e com os antigos sujeitos colonizados (o luso-tropicalismo e ideologias afins que ainda persistem no imaginário social português) não pode restringir-se a uma atenção exclusiva sobre os medias.

Contudo, o papel fundamental que estes hoje representam como campo por excelência da mediação simbólica que se estabelece de forma alargada socialmente, leva-nos a considerar como extremamente pertinente ter em atenção o seu trabalho de representação das minorias, na perspectiva de um contributo para uma sociedade mais

¹¹³ O que não é de estranhar, já que Portugal apenas deixou de ser um Estado colonial há pouco mais de 40 anos.

¹¹⁴ A ideia de se construir em Lisboa um espaço denominado “Museu das Descobertas”, presente no programa eleitoral de Fernando Medina (presidente da câmara da cidade, reeleito em 2017), gerou o desagrado de vários intelectuais que consideram um equívoco continuar a utilizar o termo “descobertas” – apenas válido na perspetiva eurocêntrica sobre essa época histórica – em referência à expansão iniciada no séc. XV. Controvérsia que evoca a já longínqua e polémica comemoração oficial dos 500 anos de achamento do Brasil, em 2000, que também suscitou na esfera pública um intenso debate de ideias... Para mais informações: <https://expresso.pt/cultura/2018-04-12-A-controversia-sobre-um-Museu-que-ainda-nao-existe.-Descobertas-ou-Expansao-#gs.7dssms>

¹¹⁵ Ainda que continuem aparecendo ocorrências problemáticas, como na reportagem sobre a prostituição na Quinta do Grilo, que é já de 2013, mas na qual as mulheres que se prostituíam são por diversas vezes identificadas ao longo do texto como “brasileiras”.

pluralista e democrática. É esta, precisamente, a motivação assumida por certos públicos, e com os resultados positivos assinalados, mas que na atualidade importa renovar, nomeadamente por meio de uma observação (de métodos e práticas) mais minuciosa (atenta aos implícitos e subentendidos) e de uma maior persistência na exposição pública destas problemáticas, dado tais ideologias se encontrarem muito profundamente disseminadas na mentalidade social e, assim, passarem quase despercebidas no discurso. Mais ainda num contexto em que aqueles estereótipos mais explícitos, bastante comuns no discurso dos media do início do séc. XXI, já não são hoje tão habitualmente visíveis (mas apenas de forma muito esporádica).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alexandre, V. (2000). *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento.

Alves, F. J. (1999a). Razões locais para um debate. In F. J. Alves (Coord.), *Os “brasileiros” da emigração* (pp. 11-15). Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.

Alves, F. J. (1999b). Os “Brasileiros” da emigração no Norte de Portugal. In F. J. Alves (Coord.), *Os “brasileiros” da emigração* (pp. 233-247). Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.

Arruda, A. J. J. (1999). *O trágico 5º centenário do descobrimento do Brasil: comemorar, celebrar, refletir*. Bauru: EDUSC.

Baczko, B. (1991). *Los imaginarios sociales. Memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC.

Bloor, M., Frankland, J., Thomas, M. & Robson, K. (2002). *Focus groups in social research*. London: Sage Publications.

Bógus, L. (2007). Esperança Além-Mar: Portugal no “arquipélago migratório” brasileiro. In J. M. Malheiros (Org.), *Imigração brasileira em Portugal* (pp. 39-58). Lisboa: Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI.

Bosco, F. (2017). *A vítima tem sempre razão? Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro*. São Paulo: Todavia.

Brito, J. M. B. & Rosas, F. (2006). *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I. Lisboa: Bertrand Editora.

Burke, P. (2001). *Eyewitnessing. The uses of images as historical evidence*. London: Reaktion Books Ltd.

Cádima, F. R., Figueiredo, A., Azevedo, J., Alvares, M. C., Ormond, M., Azevedo, R., ... Ferreira, V. S. (2003). *Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa*. Lisboa: Obercom.

Calhoun, C. (1992). Introduction: Habermas and the public sphere. In C. Calhoun (ed.), *Habermas and the public sphere* (pp. 1-51). Cambridge, Mass.: MIT Press.

Carvalho, J. R. (2004). Entre o espelho e a janela – A relação entre comunicação mediada e identidades sociais: contributos do interaccionismo simbólico e da sociologia fenomenológica. In A. Fidalgo & J. P. Serra (eds.), *Visões disciplinares. Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO*, III, 571-578.

Carvalho, J. R. (2008). *Do Bidonville ao Arrastão. Media, minorias e etnização*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Carvalho, M., Cabecinhas, R. & Magalhães, L. (2014). (Des)Acordo Ortográfico em foco: representações sociais de estudantes brasileiros e portugueses. In M. L. Martins, R. Cabecinhas & I. Macedo (Eds.), *Interfaces da lusofonia* (pp. 152-166).

Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/29765>

Castelo, C. O. (1998). “O modo português de estar no mundo”. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.

Castro, A. P. (1999). O “Brasileiro” na ficção camiliana. In F. J. Alves (Coord.), *Os “brasileiros” da emigração* (pp. 197-205). Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.

Correia, J. C. (2008). Identidades e realidades múltiplas: Os estranhos no meio de “nós”. In J. P. Esteves (Org.), *Comunicação e identidades sociais* (pp. 131-154). Lisboa: Livros Horizonte.

Correia, J. C. (2009). *Teoria e crítica do discurso noticioso. Notas sobre jornalismo e representações sociais*. Covilhã: Livros LabCom.

Correia, J. C. (2014). Dez anos depois de Bragança, a representação da mulher brasileira nos media. *Verso e Reverso*, XXVIII, 69, 186-192.

Costa, P. M. (2006). A legislação de estrangeiros em Portugal: a situação dos cidadãos brasileiros. In I. J. R. Machado (Org.), *Um mar de identidades. A imigração brasileira em Portugal* (pp. 81-102). São Carlos: EdUFSCar.

Craveiro, C. & Carvalho, C. (2017). A um passo da branquitude: o que dizem os corpos das mulatas brasileiras. *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais*, 6 (2), 65-76.

Curtis, M. (1998). Introduction to the transaction edition. In W. Lippmann, *Public opinion*. New York: Macmillan.

Dayan, D. (2006). Televisão, o quase-público. In J. C. Abrantes & D. Dayan (Orgs.), *Televisão: das audiências aos públicos* (pp. 29-49). Lisboa: Livros Horizonte.

DeCesare, T. (2012). The Lippmann-Dewey “debate” revisited: the problem of knowledge and the role of experts in modern democratic theory. *Philosophical Studies in Education*, 43, 106-116.

Duarte, M. (2012). Prostitution and trafficking in Portugal: legislation, policy, and claims. *Sexuality Research and Social Policy*, 9 (3), 258-268.

Entman, R. M. (1993). Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43 (4), 51-58.

Esteves, J. P. (2005). Legitimação pelo procedimento e deslegitimação da opinião pública. In J. M. Santos (Org.), *O pensamento de Niklas Luhmann* (pp. 281-319). Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Esteves, J. P. (2008). Comunicação, media e identidades: sobre políticas de reconhecimento, novas identidades e movimentos sociais. In J. P. Esteves (Org.), *Comunicação e identidades sociais* (pp. 13-81). Lisboa: Livros Horizonte.

Esteves, J. P. (2012). Introdução. In Habermas, J., *A transformação estrutural da esfera pública. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa* (pp. 7-17). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Esteves, J. P. (2016). *Sociologia da comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fairclough, N. (1992). Linguistic and intertextual analysis within discourse analysis. *Discourse & Society*, 3 (2), 193-217.

Fairclough, N. (2001). *Media discourse*. London: Edward Arnold.

Feldman-Bianco, B. (2001). Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and difference. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 8 (4), 607-650.

Feldman-Bianco, B. (1995). Immigration, saudade and the dialectics of deterritorialization and reterritorialization. In *Oficina do CES*, 46. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Ferrarese, E. (2004). Niklas Luhmann et l'opinion publique. L'autre de l'espace public.

Cahiers Internationaux de Sociologie, 116, 97-115.

Ferin, I., Santos, A. C., Fortes, I. & Castilho, F. (2009). *Imigração, diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na Imprensa e na Televisão: 2008*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Filho, S. W. (2006). Técnicas de construção no jornalismo televisivo português. *Revista Media & Jornalismo*, 8, 102-136.

França, J. M. C. (2003). Mulheres dos trópicos. *Revista Trópico*.

Retirado de: <http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/1651,1.shl>

Freyre, G. (2003). *Casa-Grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Recife: Global Editora.

Goés, C. J. & Antunes, E. (2015). A (não) noticiabilidade da CPLP no Brasil: Jornalismo, memórias e identidades. *Dispositiva*, 1(3) e *Estudos de Jornalismo*, 1(5), 122-136.

Gomes, M. S. (2013). *O imaginário social <Mulher Brasileira> em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação*. (tese de doutoramento, ISCTE).

Gomes, M. S. (2018). Gênero, colonialidade e migrações: uma análise de discursos institucionais sobre a “brasileira imigrante” em Portugal. *Política & Sociedade*, 17 (38), 404-439.

Habermas, J. (2012). *A transformação estrutural da esfera pública. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Habermas, J. (1997). *Direito e democracia. Entre facticidade e validade. Volume II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Habermas, J. (1992). Further reflections of the public sphere. In C. Calhoun (ed.), *Habermas and the public sphere* (pp. 421-461). Cambridge, Mass.: MIT Press.

Hall, J. M. (2001). Quem eram os gregos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 11, 213-225.

Hall, S. (1990). Cultural identity and diaspora. In J. Rutherford (Ed.), *Identity:*

community, culture, difference (pp. 227-237). London: Lawrence & Wishart.

Hall, S., Chritcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1999). A produção social das notícias: O *mugging* nos *media*. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*, (pp. 224-248). Lisboa: Vega.

Hoijer, B. (2011). Social representations theory. A new theory for media research. *Nordicom Review*, 32, 3-16.

Hopf, C. (2004). Qualitative interviews. An overview. In Flick, U., von Kardorff, E. & Steinke, I. (Eds.), *A companion to qualitative research* (pp. 203-208). London: Sage Publications.

Iorio, J. C. & Ferreira, S. A. (2013). Fluxos migratórios de brasileiros em Portugal: o retorno e a “nova vaga dos em vias de qualificação”. *Leopoldianum*, 39 (107/108/109), 31-48.

Iorio, J. C. (2016). *Uma análise exploratória sobre a mobilidade dos estudantes brasileiros do ensino superior para Portugal*. Comunicação apresentada no V Congresso Português de Demografia, Lisboa.

Retirado de: [http://www.apdemografia.pt/index.php/143-seminario-internacional-fecundidade-e familia-fecundidad-y-familia-8](http://www.apdemografia.pt/index.php/143-seminario-internacional-fecundidade-e-familia-fecundidad-y-familia-8)

Katz, E. (2006). Rediscovering Gabriel Tarde. *Political Communication*, 23, 263-270.
Retirado de: <http://dx.doi.org/10.1080/10584600600808711>

Lazzarato, M. (2006). *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lippmann, W. (1998). *Public opinion*. New York: Macmillan.

Lopes, P. (1999). *Portugal: holograma da mobilidade urbana*. Lisboa: Editora Rei dos Livros.

Lourenço, E. (1999). *A nau de Ícaro: imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva.

Lourenço, E. (2015). *Do Brasil. Fascínio e miragem*. Lisboa: Gradiva.

Luhmann, N. (2009). A opinião pública. In J. P. Esteves (Org.), *Comunicação e sociedade* (pp. 163-191). Lisboa: Livros Horizonte.

Luhmann, N. (2000). *The reality of the mass media*. Cambridge: Polity Press.

Machado, I. J. R. (2003). *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto* (Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp).

Retirado de: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000300843>

Machado, I. J. R. (2006a). Imigração em Portugal. *Estudos Avançados*, 57, 119-135.

Machado, I. J. R. (2006b). Estereótipos e encarceramento simbólico no cotidiano de imigrantes brasileiros no Porto. In I. J. R. Machado (Org.), *Um mar de identidades. A imigração brasileira em Portugal*, (pp. 229-250). São Carlos: EdUFSCar.

Machado, I. J. R. (2014). O futuro do passado: imigrantes brasileiros em Portugal e diferentes entrelaçamentos. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU*, XXI (43), 225-234.

Maciel, C. L. F. (2010). *A construção da comunidade lusófona a partir do antigo centro. Micro-Comunidades e práticas da lusofonia* (Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

Madeira, P. M., Ferreira, B., Candeias, P., Peixoto, J., & Fernandes, D. (2016). A emigração portuguesa recente para o Brasil: novos contornos de uma corrente histórica. In J. Peixoto, I. S. Oliveira, J. Azevedo, P. Candeias, & G. Lemaître (Orgs.), *Regresso ao futuro. A nova emigração e a sociedade portuguesa*, (pp.169-198). Lisboa: Gradiva.

Malheiros, J. M. (2007). *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI.

Margarido, A. (2000). *A Lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Martins, M. L. (2006). A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In M. L. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e lusofonia. Para uma*

abordagem crítica da cultura e dos media, (pp.79-87). Porto: Campo das Letras.

Matos, P. F. (2006). *As côres do império. Representações raciais no império colonial português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representation. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.

Neumann-Noelle, E. (1991). The theory of public opinion: the concept of the spiral of silence. *Annals of the International Communication Association*, 14(1), 256-287.

Retirado de: <http://dx.doi.org/10.1080/23808985.1991.11678790>

Oliveira, F., Cabecinhas, R. & Cunha-Ferin, I. (2011). Retratos da mulher brasileira nas revistas portuguesas. In *Encontros de estudos multidisciplinares em cultura*. Bahia: UFBA.

Ordóñez, M. J. M. (2015). Representación de la migración en la opinión pública: ‘storytelling’, discurso político y migración. In D. Renó, M. Martínez & C. Campalans (Eds.), *Medios y opinión pública*, (pp. 83-102). Bogotá: Editorial Universidad del Rosario.

Padilla, B. (2007). A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise. In J. M. Malheiros (Org.), *Imigração brasileira em Portugal*, (pp. 113-134). Lisboa: Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI.

Pan, Z. & Kosicki, G. M. (1993). Framing analysis: an approach to news discourse. *Political Communication*, 10, 55-75.

Pais, J. M. (2010). “Mães de Bragança” e feitiços: enredos luso-brasileiros em torno da sexualidade. *Revista de Ciências Sociais*, 41 (2), 9-23.

Peixoto J., Oliveira I. S., Azevedo J., Candeias, P., & Lemaître, G. (Orgs.). (2016). *Regresso ao futuro. A nova emigração e a sociedade portuguesa*. Lisboa: Gradiva.

Piscitelli, A. (2004). On "gringos" and "natives": gender and sexuality in the context of international sex tourism in Fortaleza, Brazil. *Vibrant*, 1(1/2), 87-114.

Pontes, L. (2004). Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos Pagu*, 23, 229-256.

Quéré, L. (2015). Prefácio. In I. Babo, *Espectadores e públicos activos*. Lisboa: Nova Vega.

Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*. 13 (29), 11-20.

Remédios, M. J. (2003). O jornal católico Novidades – sentido(s) do educar. *Revista Brasileira de História da Educação*, Jul./Dez. (6), 9-28.

Reese, S. D. (2008). Prologue — framing public life: a bridging model for media research. In S. D. Reese, O. H. Gandy & J. A. E. Grant. (Eds.), *Framing public life. Perspectives on media and our understanding of the social world*, (pp. 7-32). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Reynié, D. (2005). Introdução: Gabriel Tarde, teórico da opinião. In G. Tarde, *A opinião e as massas*, (pp. VII-XXXIV). São Paulo: Martins Fontes.

Ribeiro, G. S. (1997). *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado* (Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas).

Ribeiro, C. O. (2004). Brasil, África, Portugal: da política externa independente à CPLP. *Leviathan*, 1, 99-117.

Santos, B. S. (2001). Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In M. I. Ramalho & A. S. Ribeiro (Eds.), *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*, (pp. 23-79). Porto: Edições Afrontamento.

Santos, G. A. P. D. (2006). Encontros, alianças e desencontros: partidos, associações de imigrantes e o Estado português nos embates em torno da política para imigrantes. In Machado, I. J. R. (Org.), *Um mar de identidades. A imigração brasileira em Portugal*, (pp. 103-130). São Carlos: Edufscar.

Santos, B. S., Gomes, C. & Duarte, M. (2009). Tráfico sexual de mulheres: representações sobre ilegalidade e vitimação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 87, 69-94.

- Simões, R. B. (2018). News media power and public policy: the mediatized construction of women trafficking for sexual exploitation. *Brazilian Journalism Research*, 14 (1), 130-151.
- Schudson, M. (2008). The “Lippmann-Dewey Debate” and the invention of Walter Lippmann as an anti-democrat 1986-1996. *International Journal of Communication*, 1031-1042.
- Sebastião, F. (2004). Introduction: le concept d’opinion publique, un enjeu politique euro-américain (1750-1850). In F. Sebastião & J. Chassin (Orgs.), *L’avènement de l’opinion publique Europe et Amérique XVIIIe-XIX siècles*, (pp. 9-29). Paris: L’Harmattan.
- Silva, G. (2005). Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 1 (1), 95-107.
- Soulez, G. (2006). Nós somos o público: contribuições da retórica para a análise dos públicos. In J. C. Abrantes & D. Dayan (Orgs.), *Televisão: das audiências aos públicos*, (pp. 149-166). Lisboa: Livros Horizonte.
- Sousa, H. (2006). Comunicação e lusofonia: do lugar acrítico ao lugar da procura. In M. L. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 9-18). Porto: Campo das Letras.
- Souza, E. J. & Iorio, J. C. (2018). A construção midiática do “eldorado” lusitano a partir dos novos fluxos migratórios de brasileiros para Portugal. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, 8 (1), 312-340.
- Tarde, G. (1903). *The laws of imitation*. New York: Henry Holt and Company.
- Tarde, G. (2005). *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Teo, P. (1993). Racism in the news: a critical discourse analysis of news reporting in two Australian newspapers. *Discourse & Society*, 11 (1), 7-49.
- Tocqueville, A. (1961). *Democracy in America*. New York: Vintage Books.
- Van Dijk, T. A. (2002a). *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto.

Van Dijk, T. A. (2002b). The interdisciplinary study of news as discourse. In K. B. Jensen & N. W. Jankowski, *A handbook of qualitative methodologies for mass communication research*, (pp. 108-120). London: Taylor & Francis e-Library.

Van Dijk, T. A. (2005). *Discurso, notícia e ideologia. Estudos na análise crítica do discurso*. Porto: Campo das Letras.

Van Dijk, T. A. (2008). *Discurso e Poder*. São Paulo: Editora Contexto.